

JUL-DEZ/2020

VOLUME 20

NÚMERO 2

e-ISSN 1980-8518

DOSSIÊ TEMÁTICO:

Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo

ON LINE
LIBERTAS

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

R E V I S T A

LIBERTAS^{ON LINE}

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

Os desafios do Serviço Social ante a escalada do Conservadorismo

VOUME 20

NÚMERO 2

ANO 2020

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantém interlocução.

EDITORES

Dr^a. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Chefe

Dr. Alexandre Aranha Arbia, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Secretária: Marilda Aparecida Bechtluft

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Catherine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Boutes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

AVALIADORES

Alejandra Pastorini Corleto (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Alessandra Ximenes da Silva (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB/Brasil); Alexandra A. L. Tofanetto Seabra Eiras (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Alicia Vilamajo (UNR, Rosário/Argentina); Alzira Maria Baptista Lewgoy (UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil); Ana Lúcia Suárez Maciel (PUC-RS, Porto Alegre, RS/Brasil); Ana Maria Ferreira (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Ana Paula Mauriel Ornelas (UFF, Niterói, RJ/Brasil); Adrianyce Angélica Silva de Sousa (UFF/NITERÓI, Niterói, RJ/Brasil); Carola C. Arregui (PUC-SP, São Paulo, SP/Brasil); Claudia Mônica dos Santos (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Claudio Gurgel (UFF/NITERÓI, Niterói, RJ/Brasil); Cristiane Luiza Sabino de Souza (UFSC, Florianópolis, SC/Brasil); Diogo Prado Evangelista (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG/Brasil); Ednéia Alves de Oliveira (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Elizete Maria Menegat (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Estela Saleh da Cunha (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Fátima Grave Ortiz (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Fernanda Araujo de Almeida (Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, SP/Brasil); Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP/Brasil); Giandrea Reuss Strenzel (UFSC, Florianópolis, SC/Brasil); Giselle Carraro (EMESCAM, Vitória, ES/Brasil); Graziela Scheffer Machado (UERJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Gustavo Javier Repetti (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Inez Zacarias (UFSC, Florianópolis, SC/Brasil); Isaura Gomes de Aquino (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Jolinda de Moraes Alves (Universidade Estadual de Londrina, PR/Brasil); Jordeana Davi (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB/Brasil); José Fernando Siqueira da Silva (UNESP, Franca, SP/Brasil); Joseane Duarte Ouro Alves (Assistente Social Tribunal de Justiça, ES/Brasil); Lêda Maria Leal de Oliveira (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Leonardo Nogueira Alves (Professor Assistente da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG/Brasil); Lobelia Faceira (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Luciana Batista de Oliveira Cantalice (UFPB, João Pessoa, PB/Brasil); Luciana Gonçalves Pereira de Paula (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Luciana Maria Cavalcante Melo (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP/Brasil); Mabel Mascarenhas Torres (Universidade Estadual de Londrina, PR/Brasil); Márcia Cunha (FLACSO, São Paulo, SP/Brasil); Marco José de Oliveira Duarte (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Maria Eugênia Hermida (Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina); Maria Helena Elpidio (UFES, Vitória, ES/Brasil); Maria Lúcia Duriguetto (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Maria Lúcia Garcia (UFES, Vitória, ES/Brasil); Marina Barbosa Pinto (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Marina Monteiro de Castro e Castro (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB/Brasil); Mônica Hallak Martins da Costa (PUC-MG, Belo Horizonte, MG/Brasil); Paulo Lourenço Domingues Junior (UFRRJ, Tres Rios, RJ/Brasil); Patrícia Soraya Mustafa (UNESP, Franca, SP/Brasil); Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso (UNIFESP, Santos, SP/Brasil); Ramiro Marcos Dulcich Píccolo (Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ/Brasil); Raquel Santos Sant'Ana (UNESP, Franca, SP/Brasil); Ricardo Lara (UFSC, Florianópolis, SC/Brasil); Ricardo Silvestre da Silva (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Mucuri, MG/Brasil); Roberto Zampani (Universidad Nacional de Rosario/Argentina); Rodrigo Lima (UFF, Niterói, RJ/Brasil); Rodrigo Teixeira (UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil); Sabrina Pereira Paiva (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Sandra de Faria (PUC-Goiás, Goiânia, GO/Brasil); Sandra Gomes da Silva (CRESS 6ª. região, Juiz de Fora, MG/Brasil); Silvia Neves Salazar (UFES, Vitória, ES/Brasil); Silvina Verônica Galizia (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil); Solange Maria Teixeira (Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI/Brasil); Suenya Santos (Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ/Brasil); Tatiana Reidel (PUC/RS, Porto Alegre, RS/Brasil); Thaisa Teixeira Closs (PUC/RS, Porto Alegre, RS/Brasil); Vânia Noeli Ferreira Assunção (Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ/Brasil); Viviane Souza Pereira (UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil); Vitor Bartoletti Sartori (UFMG-Direito, Belo Horizonte, MG/Brasil); Yolanda Guerra (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil).

Faculdade de Serviço Social – UFJF
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Editores:
Carina Berta Moljo (editora-chefe)
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes
Editores de Leitura:
Marilda Aparecida Bechtluft
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes
CAPA/PINTURA: Emmanuel Zamor; Meninos Negros; 1860-2
ARTE CAPA: Ronaldo Vielmi Fortes
Juiz de Fora/MG, dezembro, 2020

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) – .
– Juiz de Fora, ano 2020 –
v.20 nr. 2.
Semestral
Resumo em português e inglês
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

FICHA CATALOGRÁFICA

Publicação indexada em:



Editorial: Museu de grandes novidades VIII

Dossiê:

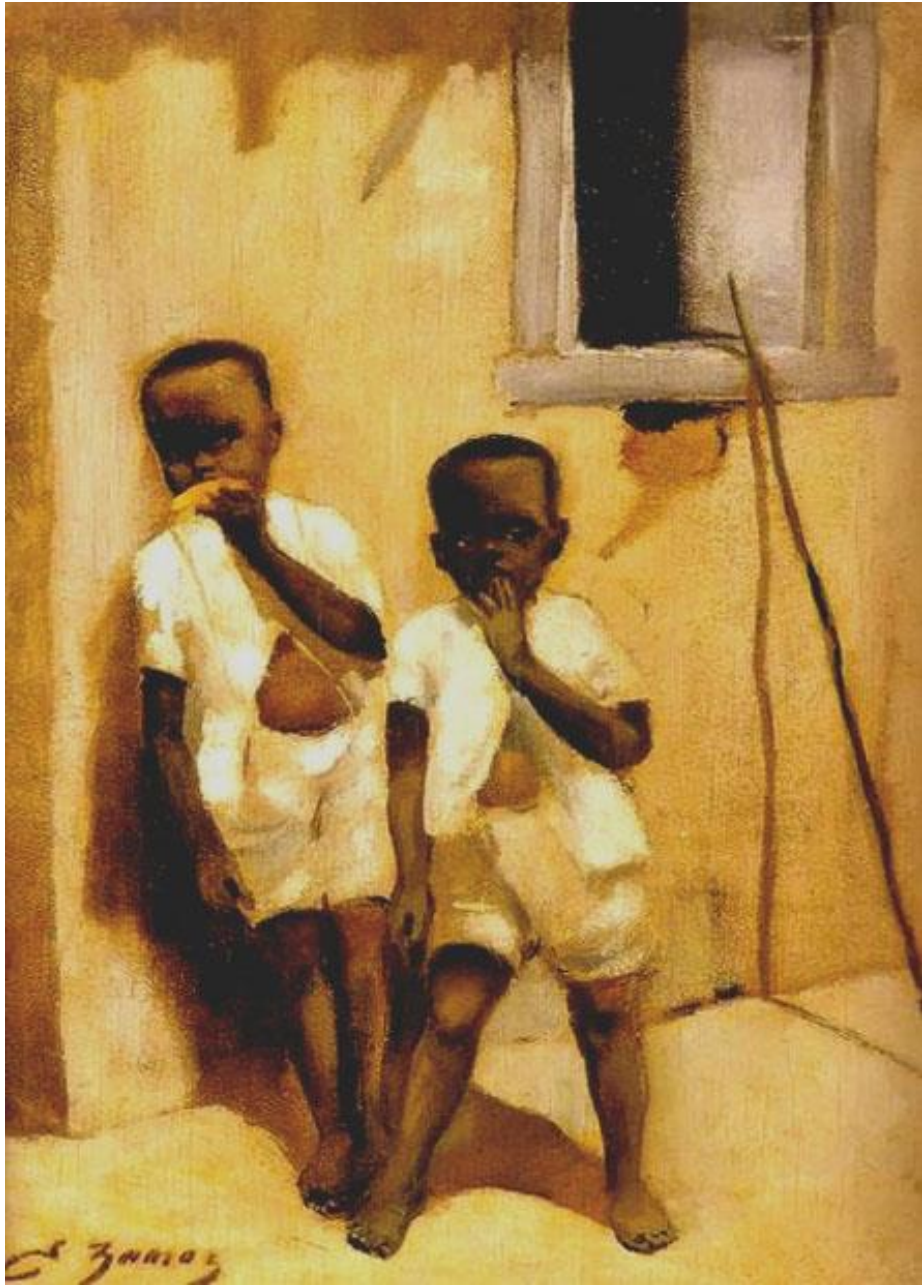
Os desafios do Serviço Social ante a escalada do Conservadorismo

- Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo** 293
Maria Carmelita Yazbek
- “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora** 307
Mirla Cisne, Luciana Batista de Oliveira Cantalice, Luciene Araújo
- Aspectos do conservadorismo no Serviço Social clínico: Implicações para o projeto ético-político profissional** 328
Angely Dias da Cunha, Ariadna Nunes
- Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social** 351
Raquel Sant'Ana, José Fernando Siqueira da Silva
- Racismo, conservadorismo e Serviço Social** 373
Cristiane Luiza Sabino de Souza
- Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento** 392
Claudio Henrique Miranda Horst
- As requisições conservadoras para o trabalho dos assistentes sociais em debate** 415
Ana Lúcia Suárez Maciel

Artigos Fluxo Contínuo

- Trabajo Social em Cuba: níveis formativos, trabalho comunitário e tendências teóricas** 431
Gabriela Abrahão Masson, Onilda Alves do Carmo, Bruna Alexandra Silva e Brigo
- O trabalho do/da Assistente Social na Assistência Estudantil: a experiência nas Universidades Públicas Estaduais do Nordeste** 449
Edna Medeiros do Nascimento, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

A produção do conhecimento em Serviço Social na educação: análise dos artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2019)	472
Ingrid Barbosa Silva, Adriana Freire Pereira Ferriz, Eliana Bolorino Canteiro Martins	
Entre demandas e tensionamentos: Serviço Social na área sociojurídica e as nuances da instrumentalidade requerida	491
Bismarck Oliveira da Silva, Nilmar Santos	
A Contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o envelhecimento ativo	504
Thiago Prisco	
Entre carências, incertezas e violências da vida contemporânea, o encarceramento feminino no Brasil	521
Rodrigo Barbosa e Silva, Denise Rodrigues Vieira da Silva	
Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a “questão social”	544
Waldez Cavalcante Bezerra, Larissa Martins de Almeida	
Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI	561
Anderson Martins Silva, Ednéia Alves de Oliveira	
Ascensão e declínio da Nova República (1988-2018)	579
Alexandre Aranha Arbia	
Considerações sobre a crítica marxista à dinâmica da pobreza na sociabilidade capitalista e seu caráter estrutural	602
Fabrcio Fontes de Andrade	
O sistema prisional brasileiro e a Covid-19: prevenção e desafios	619
Jefferson Lee; Marcia Medrado Abrantes	
----- TRADUÇÃO DOS CLÁSSICOS -----	
O progresso da reforma social no Ocidente	643
Friedrich Engels	
----- ENTREVISTA -----	
Entrevista com Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social/ReMGEFSS	661
Lesliane Caputi; Diego Tabosa	



Emmanuel Zamor; Meninos Negros; 1860-2

EDITORIAL

O museu de grandes novidades: reemergência do conservadorismo no Brasil e o imperativo de seu enfrentamento pelo Serviço Social

Alexandre Aranha Arbia, Carina Berta Moljo, Ronaldo Vielmi Fortes

A revista *Libertas*, em seu *Vol. 20, N. 2*, propôs-se o desafio de abordar um dos temas contemporâneos mais candentes, no mundo e no Brasil: a nova ofensiva conservadora, que se impõe em espectros amplos e avança contra os mínimos civilizatórios conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Este é o espírito do dossiê *Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo*, que conta com importantes contribuições que nos ajudam a compreender os diversos aspectos do problema. Neste número, homenageamos também os duzentos anos do nascimento de Friedrich Engels e o centenário de Florestan Fernandes – contundentes críticos da sociedade burguesa e, por conseguinte, do conservadorismo.

O pensamento conservador é tão antigo quanto a sociedade moderna; um subproduto da época que pariu os ideários de *liberté, égalité, fraternité*. Edmund Burke, em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, firmou suas bases ainda no século XVIII. Membro da aristocracia inglesa, Burke foi a voz de uma ordem social em decadência. Assistiu impotente à derrocada da aristocracia europeia na aurora da ordem burguesa e, sobrevivendo, adaptou-se a ela. Enquanto pôde, combateu o ideário da Revolução Francesa. Defendeu de modo ferrenho a aristocracia – a única, em sua visão, capaz de dirigir prática e espiritualmente o destino nacional –, baluarte da preservação da sociedade civilizada contra a ascensão de um terceiro estado bárbaro. Burke desprezava os jacobinos e nada reconhecia de positivo no modo de vida do terceiro estado. Para ele, a degeneração inerente a este estamento geraria, necessariamente, caos e destruição (em suas *Reflexões...*, a França foi alçada à confirmação empírica de suas impositações). Burke nutria ideais anti-iluministas e irracionalistas.

Seu desprezo pelas classes populares e pela pequena burguesia também produziu em seu pensamento uma forte repulsa pela democracia e pelas formas modernas de governo. Ferrenho defensor da monarquia, Burke atacou a participação do terceiro estado na composição parlamentar. Por um lado, as práticas burguesas – em seu exasperado espírito mercantil –

despertavam-lhe desconfiança e censura. Por outro, os membros dos estratos mais baixos da população – aqueles não diretamente vinculados às camadas tradicionais – lhe eram tidos por “homens feitos para serem instrumentos e não para exercerem o controle” (BURKE, 1982, p. 77). A própria composição do parlamento francês ganhou, em suas palavras, a definição de “império da chicana” (BURKE, 1982, p. 77). Burke terminou, na *débâcle* da antiga ordem, por antever de modo opaco, melancólico, enviesado e impotente as consequências da generalização do espírito mercantil burguês no âmbito da *coisa* pública.

Seu destino não deixa de ser peculiar: reabilitado pela própria burguesia inglesa ainda em vida, pôde usufruir uma aposentadoria vitalícia, o que pode ter contribuído para refrear o ímpeto de sua crítica e acelerado sua adaptação à nova sociedade. Burke, o irracionalista antidemocrático, elitista e medieval, errou em vários sentidos. Sua crítica aristocrática da revolução burguesa e seu pavor da democracia apenas testemunharam a consolidação de uma ordem que, *mutatis mutandis*, pôs, no lugar dos antigos, novos privilégios – dos quais o próprio Burke pôde usufruir.

Ainda que Burke pudesse haver despertado algum interesse na Alemanha do séc. XIX, a discussão nos círculos ilustrados estava pautada pelas ideias de outro homem, que, diferentemente do conservador inglês, viu nas revoluções burguesas – e na francesa, em particular, cujo imperador trazia em si o espírito do mundo – a aurora de um novo tempo, cuja força disruptiva ultrapassava e se impunha a simples vontade dos homens: era chegada a hora de o espírito abandonar a velha forma e prosseguir em sua jornada pela apropriação de si. Foi na riqueza desse debate – das ideias de Hegel – que se inseriram dois jovens intelectuais alemães. Juntos iriam marcar o pensamento ocidental do século XX.

Marx, como se sabe, fez poucas alusões a Burke e, quando o fez, demonstrou desprezo¹. Não há, até onde é de nossa lembrança, referências de vulto ao conservador inglês nos Livros II e III d’*O Capital*, n’*A Ideologia Alemã* ou mesmo nos *Grundrisse*: as alusões aparecem no Livro I de modo extremamente marginal. É possível que as ideias de Burke, já no início do

¹ Há poucas passagens no Livro I. Das mais emblemáticas, é a que reproduzimos a seguir: “Esse sicofanta, que a soldo da oligarquia inglesa desempenhou o papel de romântico contra a Revolução Francesa, exatamente como antes, nos primeiros momentos das agitações na América, atuara como liberal, a soldo das colônias norte-americanas, contra a oligarquia inglesa, não era senão um burguês ordinário: ‘As leis do comércio são as leis da natureza e, por conseguinte, as leis de Deus’, E. Burke, *Thoughts and Details on Scarcity, Originally Presented to the Rt. Hon. W. Pitt in the Month of November 1795*, cit., p. 31-2. Não é de admirar que ele, fiel às leis de Deus e da natureza, tenha sempre vendido a si mesmo a quem pagasse melhor! Nos escritos do reverendo Tucker – apesar de pároco e *tory*, Tucker era, quanto ao mais, um homem correto e competente economista político – encontramos uma boa caracterização desse Edmund Burke durante seu período liberal. Diante da infame falta de caráter que hoje em dia impera e da crença mais devota nas ‘leis do comércio’, é um dever estigmatizar repetidamente os Burkes, que se distinguem de seus sucessores por uma única coisa: talento!” (MARX, 2018, p. 930 - Nota 248).

século XIX, tenham-se mostrado demasiadas simplórias frente à sofisticação do idealismo alemão em geral e de Hegel em particular. Mas não queremos tratar de Marx neste editorial – a quem amplas referências são realizadas justa e sistematicamente. Nossa homenagem é, por uma razão especial, ao seu parceiro intelectual, cujas elaborações nem sempre receberam um tratamento minucioso e aprofundado por parte dos estudiosos do marxismo.

Engels foi, definitivamente, um *revolucionário*, ainda que responsabilidades tão discrepantes lhe sejam atribuídas: da paternidade do reformismo a idealizador teórico de ditaduras corruptas. Tamanha confusão talvez se deva ao fato de que “Engels, em particular, [tenha] escrito sobre a revolução em diferentes tons e diferentes tempos” (JACOB, 2020, p. 56). Ou seja, “Engels não criou uma teoria estática da revolução, mas tentou ajustar seus pensamentos durante um longo período de tempo para corresponder às pré-condições existentes” (JACOB, 2020, p. 53), o que pode haver contribuído para baralhar o entendimento acerca de suas postulações políticas e, conseqüentemente, estratégicas e táticas. Como pontuou Netto (2017, p. 18), ao colocar-se como o “segundo violino”, Engels, “com suas costumeiras generosidade e honestidade, (...) colaborou para dificultar a apreciação tanto de seu próprio valor intelectual quanto da contribuição teórica que ofereceu ao desenvolvimento de Marx”. Mas, como complementa Netto (2017, p. 18), retomando as palavras de Florestan Fernandes, Engels “era um pensador de luz própria”.

Friedrich Engels viveu intensamente os conflitos de seu tempo. Trabalhou arduamente, teórica e praticamente, pela causa operária; posicionou-se – em que pese o fato de ser herdeiro de indústrias em Manchester – pelo fim da propriedade privada e do capital. Angariou inimigos em sua própria classe. Frequentou, desde a juventude, as áreas e os espaços organizativos do proletariado. Descreveu magistralmente as condições de vida dos trabalhadores ingleses em seu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) – obra que influenciou Marx tão profundamente, que os ecos ainda podem ser sentidos nas descrições que se seguem no Cap. XXIII do Livro I de *O Capital*.

Controvérsias a respeito do modo como teria lidado com a dialética ou com o legado de Hegel, suas intervenções “a quente” nas questões de seu tempo, sua coragem em não se furtar frente aos conflitos, tanto de classes quanto intraclasse, tudo isso, antes de diminuir, aponta para a estatura de Engels enquanto um pensador original, cuja obra estabelece diálogo direto com a de Marx, encontra-a, muitas vezes, e expressa autenticidade em muitas outras². E nada disso

² Engana-se quem imagina Engels em concordância servil com Marx. Cf. Jacob (2020, p. 52), “Engels também permaneceu o primeiro e provavelmente o mais importante crítico de seu amigo”. E, citando Oscar J. Hammen, conclui: “Engels, frequentemente, foi crítico das descobertas de Marx, mas não há evidências de um perturbador

obnubila o fato de que, de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), passando por *Princípios do Comunismo* (1847), alcançando o *Manifesto Comunista* (1848), *A guerra camponesa na Alemanha* (1850), os artigos escritos para o *New York Daily Tribune* (muitos dos quais assinados por Marx, em comum acordo de divisão de tarefas), até o complicado prefácio de 1895, aportado a *As lutas de classe na França, 1848 - 1850*, assim como seu esmero em amearhar páginas e páginas de manuscritos, trazendo à luz os Livros II e III de *O Capital*, é fato incontroverso que a luta dos trabalhadores em todo o mundo tem em Engels um de seus principais pilares, e que o filósofo de Barmen jamais vacilou em relação à sua posição na luta de classes. Assim, prestando uma modesta homenagem aos duzentos anos do seu nascimento (28 de novembro de 1820), esta edição se encerra com um texto inédito em língua portuguesa deste empedernido combatente do capitalismo, de que faremos referência ao final desse editorial.

No Brasil, o conservadorismo teve seus rebatimentos. Talvez, pela peculiaridade do desenvolvimento do capital pela *via colonial*, o que implicou, por aqui, não a defesa de uma aristocracia, mas a manutenção de privilégios de uma restrita camada social em uma nação que, determinada pela acumulação externa, enfrentou dificuldades estruturais de desenvolver um capitalismo autônomo. Muito antes da associação do pensamento conservador com as ideias neoliberais, intelectuais como José Bonifácio de Andrada, Visconde do Uruguai (Paulino José de Souza), Alberto Torres e Oliveira Viana procuraram dar forma a um pensamento conservador brasileiro.

A facilidade de metamorfosear-se, subproduto de seu irracionalismo imanente, confere ao pensamento conservador uma funcionalidade produtiva para as diferentes camadas dominantes, adaptando-se assim, com facilidade, às novas conjunturas históricas. Capacidade já presente em José Bonifácio Andrada, por exemplo, de influenciar Pedro II, em que pesem suas próprias convicções republicanas (cf. Monteiro, 2020), contribuindo assim para moldar a monarquia brasileira e sendo essenciais para o sucesso do Segundo Reinado.

Já Paulino José de Souza, o Visconde de Uruguai, o primeiro a sistematizar o pensamento conservado brasileiro, publicou, em 1862, seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Souza preocupou-se em indicar caminhos para que a institucionalidade brasileira se estruturasse a partir da peculiaridade nacional. Mantinha a convicção de que as instituições nacionais deviam amoldar-se às nossas peculiaridades, e não apenas importar ideais

conflito de pontos de vista. Marx, por sua vez, nunca hesitou em alterar ou rejeitar o rascunho de um artigo de Engels” (JACOB, 2020, p. 52). Vê-se, pelo fragmento, a relação fraterna, mas também crítica, entre ambos.

e modos de funcionamento alheios ao nosso desenvolvimento social próprio. Esse nacionalismo, posto desde José Bonifácio, ganha um contorno explícito no Visconde de Uruguai e marcará maior parte da trajetória do pensamento conservador no Brasil. A favor desse desenvolvimento na particularidade nacional, ponderava que

o estudo das nossas instituições tem-me convencido de que, felizmente, as largas e liberaes bases em que assentão são excelentes. Quantas nações se darião por muito felizes, possuindo a metade daquillo com que nos favoreceu a mão amiga da Providencia. O desenvolvimento que temos dado áquellas instituições, mais theorico do que práctico, he que tem sido defectivo, inçado de lacunas, pouco accommodado mesmo, a certas circumstancias (algumas temporarias) do paiz (VISCONDE DO URUGUAI, 1862, p. XV)

A ideia de Souza de formar um pensamento público convergente com a institucionalidade parte do pressuposto de que, quando esclarecida, a opinião pública converge, naturalmente, para o aprimoramento e reforma da institucionalidade. Subjaz aqui que o esclarecimento a respeito da vida política e institucional nacional produz, como efeito racional, uma convergência em torno do fortalecimento dessa institucionalidade e da própria vida social. Estava convencido de que, no Brasil, “pela escassez de estudos e de conhecimentos administrativos não está uma grande parte da nossa população em estado de formar uma opinião conscienciosa sobre quaesquer reformas que sejam intentadas” (URUGUAI, 1982, p. XVIII). Isso produziu em Souza a defesa de um federalismo centralizado, vez que nutria severas reservas em relação ao exercício do poder político nas esferas municipais, consideradas eivadas de “vícios e grandes vícios” em suas organizações, dotadas de ações e meios insuficientes e “em demasia peadas pela estreita tutela em que vivem” (VISCONDE DO URUGUAI, 1982, p. XXI).

Alberto Torres, que viveu entre 1865 e 1917, aproximou decisiva e explicitamente o conservadorismo do nacionalismo. Para ele, a Nação serviria de amálgama a um país tão diverso e territorialmente disperso; nela convergiriam tanto os ideais espirituais e morais quanto a vida concreta do povo. A ideia de Nação, de Torres, como convergência política, institucional e social em prol do crescimento e da autonomia nacionais, colocava em segundo plano um dos problemas estruturantes da formação do capitalismo no Brasil: o modo violento – e não resolvido – como se deu a relação entre as classes desde as nossas origens. Sua compreensão a respeito do povo brasileiro, em *O Problema nacional brasileiro*, afirma a ideia de uma democracia social vivenciada por um povo idílico,

Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, probo, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro, fiel ao nosso espírito e sentimento tradicional, que não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades, mostra, logo à primeira vista, no sorriso aberto e na palavra mansa e serena, onde a ociosidade a que foi habituado põe uns laivos de desânimo — a inteligência

viva e aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e hábil (TORRES, 2020, p. 66-67).

No capítulo “Em prol das nossas raças”, vemos Torres realizar uma incisiva crítica das concepções eugenistas. Associa a emergência do eugenismo alemão à sua ascensão imperialista: superioridade étnica como justificativa para a expansão econômica e política internacional. Sua condenação do imperialismo desborda na condenação cultural dos novos colonizadores:

Quais são as nações cultas, os focos da civilização, em todas as suas faces, senão os próprios países que representam a força militar? São eles os portadores das luzes da nossa era, foram deles as civilizações de Roma e da Grécia. Depositários do espólio da cultura humana, herdeiros do melhor de seu sangue, fortes — pela disciplina, pelas instituições e poder militar, — quem com eles competirá na direção do mundo, na superintendência do progresso? (TORRES, 2020, p. 79)³.

Tratando da formação da população brasileira, Torres faz uma inflexão, procurando valorizar tanto as características dos colonizadores europeus, de diferentes nacionalidades (portugueses, holandeses, alemães etc.), quanto as habilidades dos habitantes ao sul do equador (negros e indígenas). Torres exalta a confluência de raças como valor intrínseco do povo brasileiro. É verdade que o autor não deixa de acusar discrepância entre o modo de vida das elites que colaboram com o estrangeiro e a massa do povo (cf. TORRES, p. 115 ss.), mas, ainda assim, sua ideia de Nação pugna pela improvável utopia de uma conciliação nacional.

Podemos considerar que o equívoco de tentar unificar, sob a bandeira de um projeto nacional, classes que se constituíram em uma relação real de violência e desconfiança mútua, combinada, no plano da reprodução social, a um individualismo predatório e selvagem, é resultado da particular leitura de Torres da realidade brasileira, que será superada algumas décadas depois: no campo conservador, Oliveira Viana realizará uma leitura mais realista que a de seu antecessor e, no outro espectro, Florestan Fernandes irá demonstrar inviabilidades estruturais onde Torres imaginava encontrar saídas. Portanto, mesmo que essa convergência entre as classes, que Torres imaginava poder organizar em torno da Nação, possa hoje soar ultrapassada, suas ideias não deixam de ter interesse à medida que influenciaram, no campo conservador, Oliveira Viana e Plínio Salgado.

No segundo caso, sabemos quais foram seus efeitos. Expressão de um particular tipo de violência de classe, muitas vezes associado ao fascismo ou mesmo descrito como uma derivação tropical do fascismo, o integralismo de Plínio Salgado, em sua reafirmação do

³ Não é difícil encontrar aqui os germes daquilo que se apresentará como um extremado nacionalismo em Plínio Salgado.

ruralismo como autêntica essência da sociedade brasileira, sua extrema valorização do “nacional”⁴, suas aspirações pequeno-burguesas e sua sanha por “autoridade”, em todas essas características combinadas, só seria vislumbrável em um país de passado latifundiário e de escravismo recente, de ausência de uma revolução digna do nome, de industrialização hipertardia e de desenvolvimento econômico heterodeterminado e ao saltos. A curta vida pública do integralismo não pode nos enganar a respeito da existência de lastro social para seu desenvolvimento ou que seus ideais não pudessem haver-se mantido mais ou menos preservados no submundo ideológico das frações pequeno-burguesas.

Mas, mais que Plínio Salgado, cuja crítica foi realizada larga e incisivamente por amplos setores, mais à esquerda que à direita, merecem destaque as elaborações de Oliveira Viana – cuja produção intelectual influenciou o próprio Salgado – e que representou aquilo que de mais estruturado e consistente produziu o conservadorismo brasileiro.

Francisco José de Oliveira Viana foi, em muitos aspectos, herdeiro intelectual direto do Visconde do Uruguai e de Alberto Torres ao apontar o imperativo de elaboração de uma teoria que desse conta de compreender a realidade brasileira em sua especificidade, assim como em relação ao seu nacionalismo. Para concretizar seu objetivo, Oliveira Viana defendeu a “metodologia objetiva dos sociólogos (...), dos Durkheim, dos Wissler, dos Redfield” (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 398). Tornou-se conhecido por sua empedernida defesa de um nacionalismo autoritário, uma vez convencido da impotência da sociedade civil brasileira de resolver, de per si, os problemas nacionais; assim, exaltou o Estado corporativo como elemento de força e de criação da nação. Sua influência política foi muito mais decisiva que a de seus antecessores ou mesmo de seu sucessor, Plínio Salgado, deixando marcas profundas diretas no Estado Novo e no ideário do governo Geisel (1974-1979). Pode-se dizer que sua obra, que atingiu o ápice entre as décadas de 1930 e 1940, influenciou a própria estruturação institucional do período militar. Seu legado sobreviveu a sua morte (em 1951), marcando de modo decisivo as ideologias do Brasil moderno.

Oliveira Viana defendeu a incompatibilidade entre o liberalismo e a sociedade brasileira. Como argumentou em *O Idealismo da Constituição* (1927), em *Problemas de política objetiva* (1930) e voltou a afirmar em seu *Instituições políticas brasileiras*, “o erro dos nossos reformadores políticos tem sido querer realizar aqui – no meio desses nossos rudimentarismos de estrutura e de cultura política – uma democracia de tipo inglês. É um ideal absolutamente

⁴ A saudação tupi “Anauê”, empregada pelos integralistas, é apenas um diminuto exemplo dessa extrema valorização do nacional.

inatingível, pura utopia” (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 465). Para ele, o individualismo exacerbado pelo qual se constituiu o povo brasileiro o fazia incapaz de exercitar a solidariedade social⁵, produzia fragmentações entre a população e dificultava o surgimento de um interesse público genuíno⁶. Sua sociologia, em muitos aspectos, não deixa de estabelecer um diagnóstico mais realista que o de Torres, mas ainda captura de modo oblíquo as consequências sociais diretas da violência de classes no Brasil.

Esse individualismo sem peias, que fazia com que cada cidadão brasileiro se movesse apenas pelo auto-interesse, colocava, para Oliveira Viana, a impossibilidade de uma democracia de massas no Brasil, da representação política, do sufrágio universal e dos partidos. Oliveira Viana defendeu assim, abertamente, posições autoritárias. Por consequência, a importação das estruturas institucionais não poderia funcionar no Brasil e o Poder Legislativo tinha importância secundária em sua elaboração. Para o sociólogo fluminense, era imperativo pensar a particularidade brasileira, construindo uma institucionalidade condizente com o “espírito” do povo brasileiro. Este “espírito” ou “alma” do povo brasileiro estaria vinculado às suas características de formação – as influências do meio geográfico e do processo de colonização. O elitismo de sua concepção explicita-se à medida em que uma formação rigorosa de elites dirigentes torna-se uma questão de vida ou morte para a sobrevivência de um projeto nacional.

Nessa busca, Oliveira Viana envida todos os esforços para demonstrar a existência de dois *Brasis* distanciados entre si: um Brasil real e um Brasil legal. Intelectuais, legisladores e elites nacionais, afastados da realidade nacional, cultivariam uma espécie de *idealismo utópico*, responsável pela fragilidade das instituições brasileiras. Enquanto não tomassem consciência disso, as elites nacionais continuariam reproduzindo modelos estrangeiros, que mais obstaculizavam que contribuíam para a construção de um projeto nacionalista e autônomo. Concluiu Oliveira Viana (1999, p. 359) que: “o que realmente denuncia a presença do idealismo utópico num sistema constitucional é a disparidade que há entre a grandeza e a impressionante eurritmia da sua estrutura teórica e insignificância do seu rendimento efetivo”.

Seu pensamento antiliberal e fortemente corporativista não sofreu a influência do

⁵ Em *Populações meridionais do Brasil*, afirmou: “Este o caso do povo brasileiro em geral. Como assinala genialmente Saint-Hilaire, aqui não há sociedade; quando muito, existem certos rudimentos de *sociabilidade*. Este grande agente de gregarismo – a luta contra o inimigo comum – não se exerce nem sobre os vários grupos regionais, nem sobre a totalidade da massa nacional. Daí a solidariedade objetiva se reduzir aqui ao simples clã rural. Daí a solidariedade subjetiva se reduzir aqui, de fato, à quase pura solidariedade familiar” (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 237 – itálico do original).

⁶ Em *Populações meridionais do Brasil*, afirmou ainda: “São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do seu círculo familiar. O âmbito da solidariedade social é restritíssimo” (OLIVEIRA VIANA, 2005 p. 231).

antagonismo de classes do marxismo; antes, bebeu da solidariedade entre classes de Durkheim. A conciliação de classes favoreceria a coesão nacional e devia ser fomentada a partir de ações corporativas que ultrapassassem o individualismo liberal. Este, pois, o espírito de sua convicção corporativa: “no que toca, por exemplo, à organização profissional das classes urbanas: é certo que elas vão tomando gosto pela cooperação e pela solidariedade. Estão abandonando o seu atomismo tradicional – e vão caminhando para o sindicalismo com uma espontaneidade crescente” (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 467).

Oliveira Viana defendia, em resumo o estabelecimento de uma democracia corporativa, com elites bem formadas, capazes de conduzir e manter um processo de unificação nacional, centralização burocrática e um Estado forte. Como “aqui não há sociedade; quando muito, existem certos rudimentos de sociabilidade” (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 237), a saída estaria na

instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. Esta é a solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política. Solução prática e concreta, em que se refletem todas as nossas necessidades nacionais (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 404).

Como demonstrou Vieira (2010), Oliveira Viana manteve praticamente intacta sua concepção de Estado das primeiras às suas últimas obras: uma concepção de Estado “estática”, eivada de lacunas, tendo por foco o fortalecimento do Poder Executivo e, subsidiariamente, do Poder Judiciário (VIEIRA, 2010, p. 141). A participação social abandona o plano individual – como nas democracias liberais – e passa a ser dada pelas organizações corporativas, como os sindicatos e conselhos profissionais. Nisto reside, pois, o caráter tecnocrático de sua concepção administrativa: sindicatos profissionais, conselhos e uma elite burocrática e jurídica consistente figuram como a organização política da sociedade, articuladas em torno de um Estado fortemente centralizado. Como conclui Vieira, “para Oliveira Viana, o Estado Corporativo fará nascer a democracia, ou seja, o verdadeiro regime democrático brasileiro surgirá da ditadura” (VIEIRA, 2010, p. 144).

É inegável que o pensamento conservador brasileiro, em sua abordagem mais consequente, procurou compreender a particularidade da formação sócio-histórica nacional e propôs resolver seus dilemas conferindo acabamento político-institucional compatível com seus interesses. Mas, foi noutra ponta, diametralmente oposta, que as questões que obstaculizam o desenvolvimento social no Brasil ganharam análise mais refinada e realista.

Esta edição, assim, também presta sua homenagem ao avesso desse pensamento. Um

sociólogo que, na busca por compreender os grandes dramas e gargalos nacionais denunciou, sem perder densidade científica, as raízes do conservadorismo de nossas elites: sua “resistência sociopática” à mudança social (FERNANDES, 2008, p. 52).

Recordamos, em 2020, os 100 anos do nascimento de Florestan, um intelectual que, a exemplo de Engels, procurou compreender as razões e as formas de superação das duras condições de vida enfrentadas pelos “de baixo”. Diferentemente de Engels, Florestan teve origem humilde. Filho de empregada doméstica, Florestan foi, por algum tempo, “Vicente”, por obra e graça da patroa de Maria Fernandes (sua mãe) que, sua madrinha de batismo, entendia tratar-se “Florestan” de nome muito rebuscado, indicado para filhos de alta classe, não para filhos de lavadeiras (cf. CERQUEIRA, 2009, p. 12). Trabalhou como engraxate na infância, vendeu produtos dentários e peças de automóveis durante a graduação (CERQUEIRA, 2009, p. 30-1). cursou bacharelado em Ciências Sociais na USP, entre 1941 e 1944. Em 1951, doutorava-se e em 1953 atingia a livre-docência. Sua excelência intelectual revelou-se na excelência profissional. Florestan galgou muito rapidamente todos os degraus da docência na USP. Preso em 1964 e expulso da USP, foi para o exílio, lecionou na Universidade de Toronto (Canadá) e como professor visitante na Universidade de Columbia (Nova Iorque, EUA). Retornando ao Brasil ainda antes do fim da ditadura, atuou na PUC-SP entre 1977 e 1979.

Autor notável, Florestan iniciou suas aproximações do marxismo pelo trotskismo, aderiu ao leninismo e a Marx. Foi o “fundador da sociologia crítica no Brasil” (Ianni, 2011, p. 28). Atuou como constituinte na redemocratização; foi um empedernido defensor da educação pública. Deixou um legado teórico que se coloca entre a melhor tradição interpretativa da formação social brasileira. Diversamente dos pensadores conservadores que citamos, Florestan manteve um olhar acurado para os dilemas estruturais do Brasil e não hesitou, confirmando suas convicções marxistas, em apontar que os grandes dilemas vividos pelas massas trabalhadoras brasileiras só poderiam ser resolvidos pelo socialismo. Florestan, que faleceu a 10 de agosto de 1995, mantém-se vivo por seu legado e assim se manterá, enquanto suas palavras premonitórias encontrarem eco: “O que me mantém vivo é a chama do socialismo que está dentro de mim” (*apud* CERQUEIRA, 2009, p. 175).

Portanto, se o pensamento conservador sempre se prestou à preservação das condições desfrutadas por uma elite econômica, política e social, procurando explicar o mundo a partir dessa perspectiva, ainda quando reproduzido pelos “de baixo”, foi contra essa natureza que Engels e Florestan se embateram. Seus embates servem de inspiração para as lutas que se travam contemporaneamente contra (neo)conservadorismo, que, se não mais se alimenta do nacionalismo de Torres e Oliveira Viana, abraça, em seu oportunismo metamórfico, o

antinacionalismo e as ideias neoliberais de um Jouvenel, um Rothbard ou um Mises.

Não apenas no que diz respeito aos aspectos neoliberais, de esvaziamento das políticas sociais, recrudescimento das ações coercitivas do Estado e moralização no trato das refrações da questão social, o (neo)conservadorismo se apresenta ainda pelas interpretações antiteológicas, anárquicas e vulgares do Antigo Testamento, realizadas por certas denominações cristãs. Ainda que as instituições brasileiras tenham sido forjadas, no *continuum* que vai da autocracia burguesa à redemocratização, tendo por pano fundo as interpretações de Oliveira Viana sobre o Brasil e o povo brasileiro, podemos perceber, no cenário cotidiano e na ação discricionária de determinados agentes públicos que agem na porosidade institucional, o avanço de um conservadorismo moralizante, descentralizado, anárquico, violento, anti-humanista e cristão-fundamentalista.

Assim, a questão que hoje se impõe ao Serviço Social é a de discernir entre rupturas e continuidades neste conservadorismo renovado. Conforme já destacou Netto (2011), na sua origem, o Serviço Social foi marcado por traços anti-modernos e profundamente conservadores. Será na virada dos anos 1960, no Brasil, que o Serviço Social tradicional enfrentará sua erosão (Netto, 2015), e o processo de Renovação inserirá os traços modernos e racionais para a profissão. Ainda que não desaparecendo por completo, será a partir deste período que a interlocução com o marxismo possibilitará ao Serviço Social a ruptura das amarras do conservadorismo, apresentando uma direção, denominada por Netto (2015), como de Intenção de Ruptura com o tradicionalismo (e conservadorismo) hegemônico até então. Na passagem dos anos 1960 aos 1980, o Serviço Social vivenciará a laicização da profissão, inserindo-se nos debates das ciências sociais e construindo uma cultura profissional de esquerda, humanista, vinculada aos interesses emancipatórios da classe trabalhadora. Como área de produção de conhecimento (Motta 2013), a profissão construiu importante acervo intelectual que ultrapassa suas fronteiras. Agora, tornamos a deparar, neste século, com a irrupção de uma nova onda conservadora, que apresenta novos componentes em relação àquele conservadorismo clássico. Parte dos rebatimentos dessas novas expressões do conservadorismo e as relações e enfrentamentos que se estabelecem com Serviço Social podem ser observados nos textos que este volume traz em seu dossiê. Assim, convidamos os leitores e as leitoras a conferirem de perto os artigos da sessão temática, com a qual iniciamos este número.

Abrindo este número e a sessão temática, temos o texto de Maria Carmelita Yazbek, *Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo*. Entendendo a profissão a partir de sua inserção social – nos dilemas e confrontos entre as classes sociais – a autora resgata as dimensões contraditórias que perpassam o Serviço Social, reafirma o Projeto Ético-

Político Profissional, demonstra a dimensão dos nossos gargalos de desigualdade, para alcançar a face político-cultural da crise contemporânea, pela qual vem à luz a ofensiva conservadora em seu irracionalismo, obscurantismo, preconceitos, naturalização das desigualdades, racismo, feminicídio, homofobia, violência e barbárie. Por meio de uma reflexão abrangente, Maria Carmelita Yazbek nos conduz pelas problematizações mais candentes que dizem respeito aos “desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo”. Em *Renovação do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora*, Mirla Cisne, Luciana Batista de Oliveira Cantalice e Luciene Araújo empreendem, por meio de uma análise marxista, uma instigante pesquisa bibliográfica e documental para propor que o processo de “renovação” do Serviço Social se apresenta como um *continuum* permanente de enfrentamento ao conservadorismo, em suas antigas e novas expressões, na constante reafirmação de seu Projeto Ético-Político. As autoras realizam a crítica ao pensamento pós-moderno e oferecem uma resposta às “23 teses” elaboradas por Edson Oliveira. Dando sequência à abordagem crítica do Serviço Social clínico, Angely Dias da Cunha e Ariadna Nunes, em *Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico*, por meio de pesquisa bibliográfica e valendo-se do argumento crítico, identificam o fortalecimento e a reatualização das posições higienistas, presentes desde os inícios da profissão, nessa modalidade de intervenção profissional. O artigo apresenta conclusões interessantes para pensarmos a retomada do higienismo como forma de manter o controle e a subordinação dos trabalhadores. Já Raquel Sant’Ana e José Fernando Siqueira da Silva, em *Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social*, revisitam as bases do conservadorismo para demonstrar como seus ideais vão se reorganizando e se tornando mais recrudescidos, tanto no contexto de crise geral do capital quanto em um país dependente como o Brasil. Para os autores, embebido por elementos reacionários, o conservadorismo contemporâneo revela-se sobremaneira refratário a qualquer reforma social, confrontando as perspectivas do Serviço Social brasileiro. Cristiane Luiza Sabino de Souza, em *Racismo, conservadorismo e Serviço Social*, empreende estudo bibliográfico com ênfase nas categorias do colonialismo, do racismo estrutural e do capitalismo dependente, para demonstrar o racismo como determinação fundamental de manifestação do conservadorismo no capitalismo dependente e os impactos que racismo e colonialismo trazem para o Serviço Social na reafirmação de seu Projeto Ético-Político. Cláudio Henrique Miranda Horst, em *Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento*, expõe resultados de pesquisa realizada em artigos publicados no ENPESS entre 2004 e 2012, que tiveram por temática a família. Em seu trabalho, categoriza as concepções de família apresentadas pelos/as assistentes sociais, para

defender a ruptura com as concepções conservadoras de família. Fechando o dossiê, Ana Lúcia Suárez Maciel, em *As requisições conservadoras para o trabalho dos assistentes sociais*, discute resultados de uma pesquisa sobre mercado de trabalho de assistentes sociais no Rio Grande do Sul. Por meio de uma investigação minuciosa, a autora localizará descompasso entre o Projeto Ético-Político Profissional e as requisições do mercado de trabalho que reatualizam caracteres conservadores no exercício profissional.

Na sessão de artigos de fluxo contínuo, refletindo mais diretamente sobre o exercício profissional em suas variadas inserções sócio-ocupacionais, Gabriela Abrahão Masson, Onilda Alves do Carmo, Bruna Alexandra Silva e Brigo, em *Trabajo Social em Cuba: níveis formativos, trabalho comunitário e tendências teóricas*, refletem a respeito do Serviço Social no país caribenho, através de um rico relato construído a partir do intercâmbio institucional na Universidade de Havana. Em *O trabalho do/da assistente social na Assistência Estudantil: a experiência das universidades públicas estaduais do Nordeste*, Edna Medeiros do Nascimento e Moema Amélia Serpa Lopes de Souza refletem sobre a atuação de assistentes sociais na assistência estudantil, com enfoque nas universidades públicas estaduais, mostrando os desafios que se colocam à profissão em um contexto de retração das políticas sociais e de redução dos recursos para a política de educação de um modo geral e aqueles destinados à permanência de estudantes nas universidades, de modo particular. Também refletindo sobre Serviço Social e educação, Ingrid Barbosa Silva, Adriana Freire Pereira Ferriz, Eliana Bolorino Canteiro Martins, em *A produção do conhecimento em Serviço Social na educação: análise dos artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2019)*, apresentam resultados de ampla pesquisa a respeito da atividade profissional de assistentes sociais na educação, refletindo sobre os dilemas da profissão nesse espaço sócio-ocupacional. Ainda tratando da profissão em sua relação com espaços sócio-ocupacionais específicos, o artigo de Bismarck Oliveira da Silva e Nilmar Santos, *Expressões teórico-filosóficas em disputa na instrumentalidade do Serviço Social e as nuances na área sociojurídica*, discutirá a instrumentalidade do Serviço Social em meio às tensões que se impõem para as dimensões teórico-filosóficas e ético-políticas da profissão no campo sociojurídico.

Tratando ainda de temas de interesse direto para a profissão, espaços onde se efetivam políticas sociais que contam com atuação direta de assistentes sociais, temos o texto *A Contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o envelhecimento ativo*, de Thiago Prisco, que reflete, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental, sobre como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para um envelhecimento ativo de idosos socialmente vulneráveis, à medida em que fortalecem suas

capacidades de organização social ativa. E ainda, de Rodrigo Barbosa e Silva, Denise Rodrigues Vieira da Silva, em *Entre carências, incertezas e violências da vida contemporânea, o encarceramento feminino no Brasil*, analisam o significado das prisões na sociedade contemporânea, com enfoque para o encarceramento de mulheres no Brasil, cuja função, conforme o argumento dos autores, tem sido a simples punição das encarceradas e o resultado a reiterada violação de direitos humanos.

No último bloco de artigos de fluxo contínuo, quatro artigos tratam das determinações do capitalismo. Três deles, focalizam a particularidade das realidades latino-americana e brasileira. No primeiro, *Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a “questão social”*, Waldez Cavalcante Bezerra e Larissa Martins de Almeida investigam, a partir da incorporação de elementos da teoria marxista da dependência, os aspectos gerais e particulares à formação da “questão social” na América Latina. Em *Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI*, Anderson Martins Silva e Ednéia Alves de Oliveira, também incorporando elementos da teoria marxista da dependência, em especial a elaboração de Ruy Mauro Marini, realizam pesquisa bibliográfica e documental, investindo na exposição e análise de dados recolhidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Sistema de Contas Nacionais e ao Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos para defender a persistência da superexploração do trabalho no Brasil no século XXI. Já em *Ascensão e declínio da Nova República (1988-2018)*, Alexandre Aranha Arbia rastreia elementos, do governo Geisel à eleição de Bolsonaro, para defender a polêmica tese de esgotamento da Nova República e, conjuntamente, de sua máxima expressão político-jurídica, a Constituição Federal de 1988. O texto de Fabrício Fontes de Andrade, *Considerações sobre a crítica marxista à dinâmica da pobreza na sociabilidade capitalista e seu caráter estrutural*, onde o autor discute a funcionalidade estrutural da pobreza à sociedade capitalista de modo geral, perscruta sua dinâmica e argumenta como as saídas de moldes liberais são incapazes de atingir o cerne de sua reprodução. Encerra este bloco e a sessão o texto de Jefferson Lee de Souza Ruiz e Marcia Medrado Abrantes, *O sistema prisional brasileiro e a Covid-19*, onde os autores refletem sobre o modo como a COVID-19 impacta as diferentes classes sociais, a partir dos recortes de raça e gênero, com enfoque privilegiado para a população carcerária.

Encerrando este número, como já fizemos referência, na sessão Tradução dos Clássicos, trazemos o *Progresso da reforma social no continente*, de Friedrich Engels, em homenagem aos seus duzentos anos, com tradução inédita para o português de Ronaldo Vielmi Fortes e revisão de Elcemir Paço-Cunha. E, na sessão de entrevistas, trazemos uma conversa com Leslie Caputi e Diego Tabosa, coordenadores colegiados da Rede Mineira de Grupos de

Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social, na qual expõem sobre questões como a importância sobre o debate dos Fundamentos e sua particularidade no cenário mineiro, esclarecem a respeito da Rede, fazem um balanço do primeiro ano de atividades e prospectam os desafios futuros.

Que os exemplos de Engels e Florestan inspirem os/as assistentes sociais comprometidos com a luta por uma sociedade emancipada, plural, democrática e diversa a enfrentarem com coragem essa nova ofensiva do conservadorismo que, ao que tudo indica, está apenas no início. Desejamos uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Trad. Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes*. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2008.
- IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In IANNI, Octávio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- JACOB, Frank. Friedrich Engels and Revolution Theory: The Legacy of a Revolutionary Life. In JACOB, Frank (Ed.) *Engels @ 200*. Reading Friedrich Engels in the 21st Century. Berlin: Bücher, 2020.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderele. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MONTEIRO, Alberto. O pensamento conservador brasileiro. In *Instituto Bonifácio*. Disponível em <https://bonifacio.net.br/o-pensamento-conservador-brasileiro/>. Acesso em 15 nov. 2020.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In *Revista Katálysis* (Impresso), v. 1, p. 17-27, 2013.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- O'BRIEN, Connor Cruise. Introdução. In BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Trad. Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. Edições do Senado Federal – N. 27. Brasília: Senado Federal, 2005.
- _____. *Instituições políticas brasileiras*. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 1999.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Ebook. eBookLibris. Disponível em <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf>. Acesso em 29 nov. 2020.
- VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- VISCONDE DO URUGUAI, Paulino José de Souza. *Ensaio sobre Direito Administrativo*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo

Maria Carmelita Yazbek*

RESUMO

O artigo apresentado analisa os fundamentos do conservadorismo clássico, a relação com o Serviço Social na sua gênese e a posterior ruptura. Destaco a centralidade dos fundamentos na abordagem sobre a profissão, entendendo aqui por fundamentos a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e realidade. Concluímos sobre a necessidade de enfrentamento à ofensiva conservadora que caracteriza o tempo presente.


PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo, Serviço Social, Fundamentos

The fundamentals of Social Work and the fight against conservatism

ABSTRACT

This article analyzes the fundamentals of classical conservatism, the relationship with Social Work in its genesis and the subsequent rupture. It highlights the centrality of the fundamentals in the approach to the profession, here understanding the historical-ontological matrix, which explains reality and the profession, under multiple aspects, and which permeates the dialogue between Social Work and reality. It concludes about the need to confront the conservative offensive that characterizes the present time.

KEYWORDS: Conservatism, Social Work, Fundamentals



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Maria Carmelita Yazbek é professora da PUC/SP, pesquisadora 1 A do CNPq, mestrado (1977) e doutorado (1992) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós doutoramento no âmbito de ciências políticas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP.

Inicialmente cabe apresentar os referentes que orientam a minha reflexão sobre o Serviço Social e o necessário enfrentamento à ofensiva conservadora que caracteriza o tempo presente. Assim, em primeiro lugar reafirmo, a centralidade dos fundamentos em minha abordagem sobre a profissão, entendendo aqui por fundamentos a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade, e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e realidade. Fundamentos que na atualidade se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na Teoria Social de Marx e na Tradição Marxista e que se colocam como base para o projeto profissional hegemônico, expressando uma direção social que se estrutura nas dimensões histórico-ontológicas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Cabe assinalar que o núcleo central do debate brasileiro contemporâneo sobre Fundamentos se estrutura a partir de um determinado modo de entender a profissão, à luz da Teoria Social Marxiana, no âmbito das relações sociais constitutivas da ordem capitalista, consideradas as particularidades de sua condição periférica e que supõe:

- uma abordagem da história a partir das classes sociais e de suas lutas, entendendo as diversas manifestações da “questão social” e as suas estratégias de enfrentamento, como âmbito privilegiado da intervenção profissional.

- uma apreensão da realidade totalizante, ontológica e em movimento contraditório que apreende o ser social a partir de determinações e mediações. Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, contextos nos quais se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade capitalista e que revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Nesta perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida (cf. IAMAMOTO, 2011) como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Desta forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de toda a trama de relações da sociedade.

- uma concepção da profissão no contexto da divisão social do trabalho, que é sócio-técnica, mas é também sexual e étnico-racial. E, assim sendo, uma concepção de profissão que tem na centralidade do trabalho e dos trabalhadores e de suas lutas um eixo definidor de sua natureza.

- finalmente, uma concepção de profissão que a situa como área de produção de conhecimentos, sobre o processamento dessa especialização do trabalho coletivo, sobre as condições de vida da população com a qual trabalha, e especialmente sobre a realidade social, econômica, política e cultural onde se insere. (cf. MOTA, 2016) Marx dizia que explicar a

realidade não é apenas descobrir os nexos que a constituem, mas ajudar essa realidade a se constituir.

Trago, portanto aqui, uma apreensão do Serviço Social que não é indiferente do ponto de vista teórico, social e político e parte da posição inaugurada por Yamamoto em 1982, de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, “a análise da profissão, de suas demandas e atribuições, em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual ela ganha sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado, pela mediação das Políticas Sociais, constroem, frente à questão social¹ e às suas manifestações, em múltiplas dimensões.” (YAZBEK, 2009, p. 3) Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. Ao afirmarmos o caráter histórico e político do Serviço Social que resulta de relações sociais, econômicas, políticas, culturais que moldam sua necessidade social, suas características e definem seus usuários, partimos da posição de que a profissão é uma construção histórica e contextualizada, situando-se nos processos de reprodução social da sociedade capitalista, sendo objeto de múltiplas determinações historicamente processadas.

Gostaria ainda de lembrar que esse processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um “processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (cf. YAZBEK, 2009).

Cabe lembrar aqui que, conforme José de Souza Martins (1975, p. 74), os processos sociais, constitutivos da vida em sociedade (e em nossa análise a dimensão da profissionalidade expressa no trabalho profissional), comportam uma dupla dimensão: de um lado expressam determinações sociais econômicas e políticas, historicamente constituídas (sobre as quais a profissão não tem ingerência) e de outro, o projeto dos sujeitos aí envolvidos. Condição que possibilita aos profissionais uma relativa autonomia no desempenho de suas atribuições e competências (cf. IAMAMOTO, 2007).

Enfrentar e explicitar essa contradição constitutiva do trabalho do assistente social a

¹ A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.

partir da relativa autonomia de que dispõe, no confronto cotidiano, entre sua condição de assalariamento e a realização de seu projeto, é condição para seu desvelamento. Assim sendo, é preciso ter presente que: *“Não há espaços sem contradição, não há como o Serviço Social deixar de participar desse processo, cuja direção está sempre em disputa, pois fazemos parte dela em qualquer contexto”* (YAZBEK, 2018, p. 101). *Não é uma escolha, participar ou não desse processo e das disputas que contem.*

Sabemos, pela nossa história, que tivemos fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas e sabemos também que o pensamento conservador nos persegue, nos engendra, de múltiplas formas. Isso porque suas marcas penetram o modo capitalista de pensar, de modo global e especialmente a Cultura Política Brasileira, as Políticas Sociais, nossos âmbitos de trabalho, e a própria vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos cotidianamente. Processo que não se dá sem resistências, pois sabemos também que, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto, para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces. E, tendo esses referentes como balizamento é que devemos enfrentar a ofensiva conservadora colocada, nessa difícil conjuntura.

Contexto de crise estrutural do capital que avança em seu caráter ultraliberal, predatório e na banalização da vida. Contexto que, do ponto de vista da Economia Política, configura um tempo de devastação como nos lembra Antunes, *“uma fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista”* (ANTUNES, 2018, p. 10).

Os indicadores que revelam esse quadro crescem a cada dia, agravados há alguns meses, pelo contexto da pandemia da Covid-19, que vem evidenciando a desigualdade estrutural do país. Desigualdade que cresce no mundo global e especialmente na América Latina. No relatório de desenvolvimento humano de dezembro 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a América Latina foi apontada como a região do mundo com a maior desigualdade de renda e o Brasil como o 7º país mais desigual do mundo. Neste continente, os 10% mais ricos concentram uma parcela maior da renda (37%) do que em qualquer outra região do planeta ou cidade, segundo o estudo.

Segundo o estudo: *“Em 2020, a regressão econômica e social que decorre da crise sanitária imposta por onda viral de dimensão mundial encontra os países latino-americanos já debilitados pela estagnação econômica (0,2% de variação média anual do PIB entre 2010-2019) [...] Sabe-se que a onda viral atual resulta da forma degradante com que o desenvolvimento capitalista tem explorado a natureza. As emissões dos gases de efeito estufa, o desmatamento e a mudança climática agridem o conjunto dos biomas, forçando a liberação*

crecente de vetores propagadores das doenças virais². [...] Nesse contexto, o Estado que até pouco tempo era visto predominantemente como o centro dos problemas nacionais pelo receituário neoliberal transformou-se rapidamente na condição necessária para sair do quadro regressivo atual. [...]

No relatório conjunto da Cepal e OIT³, de maio de 2020, o decréscimo do PIB estimado em 5,3% provocará a elevação da taxa de desemprego de 8,1%, em 2019, para 11,5%, em 2020. Com o crescimento de 3,4 pontos percentuais na taxa de desemprego, a região deverá comportar mais 11,5 milhões de novos desempregados” (CEPAL/OIT, 2020).

No Brasil, chegamos ao final do ano, conforme dados do IBGE, com um crescimento de 35,9% do desemprego em relação ao mês de maio, com impactos de 5 % a mais para as mulheres, especialmente as negras. Ademais, o desassalariamento amplia-se, com maior presença, evidenciando o crescimento da informalidade e de ocupações por conta própria.

São tempos difíceis onde se entrecruzam com a crise estrutural do capital, compondo uma totalidade, outras crises que venho destacando em minhas análises recentes. Relembrando rapidamente:

Em primeiro lugar destaco – “as profundas transformações observadas nas últimas décadas, na esfera da acumulação capitalista expressas na reestruturação produtiva e na financeirização da Economia com seus impactos no mundo do trabalho, na “questão social” e na Política Social, âmbito privilegiado de nossa intervenção” (YAZBEK, 2019, p. 87).

Esse é o primeiro ponto e, como sabemos, a desigualdade e a concentração de renda que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, trazem como consequência a radicalização da questão social, outro conceito que expressa relações capitalistas.

Aprofunda-se a exploração do trabalho. Como lembra Raichelis (2018, p. 51):

Aprofunda-se a tendência do capital de redução do número de trabalhadores contratados, gerando economia de trabalho vivo [...] amplia-se o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais se considerando os recortes de gênero, geração, raça e etnia.

Sabemos, pelo debate acumulado no âmbito do Serviço Social, que a Questão Social e a desigualdade são elementos estruturantes da sociabilidade capitalista. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão

² Somente na Amazônia encontra-se mapeado a existência de 3,2 mil tipos de coronavírus, nem todos letais ao ser humano. Em cada 1% de avanço no desmatamento da Amazônia, nota-se, por exemplo, a expansão de 23% na incidência de casos de malária e 9% de leishmaniose. Para mais detalhes, ver: ANTHONY *et al.* (2017) e MAXMEN (2017).

³ Cf. CEPAL/OIT (2020), *El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)*. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe.

estrutural, constitutiva das relações capitalistas, de sua divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente construída, cuja apropriação é profundamente desigual no capitalismo. Supõe a consciência dessa desigualdade e a resistência à opressão por parte da “classe que vive do trabalho” (cf. YAZBEK, 2004, p. 33).

É fundamental ainda assinalar algumas novas configurações e expressões que a “questão social” assume nos contraditórios tempos presentes, condensando “múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta a apropriação privada do trabalho –, a ‘questão social’ atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (IAMAMOTO, 2018, p.72).

Cabe lembrar ainda, que uma análise crítica da ‘questão social’ no tempo presente exige que sejam lembrados os processos de formação do país, desde a colonização, um empreendimento mercantil, que caminhou na direção de uma economia composta de senhores e escravos, na qual as marcas do patrimonialismo-paternalista vão plasmar a sociedade brasileira. “O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (Oliveira, 2018: 29). Desse modo é fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social brasileira (YAZBEK, p. 90).

Traço da formação social do país, a conjugação do “avanço” com o “atraso” assegurou desde sempre sucesso para a dominação burguesa.

Nesse sentido, a natureza desse capital precisa ser desvelada, decifrada, para entender o seu ataque contra a Política. Configura-se assim, uma segunda dimensão dessa profunda crise: é a desqualificação e despolitização da Política, em um contexto onde se colocam em questão os sentidos da Política, dimensão que não abordaremos aqui.

Âmbito onde é possível entender o ataque do Capital contra as políticas sociais em relação às quais a conclusão que se chega é que não interessa a esse “capital manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado” (MARQUES, 2018, p. 110) Desse modo, podemos entender que esse avanço e especialmente do capital financeiro, que assumiu o controle da acumulação, sobre as políticas sociais é uma característica do capitalismo contemporâneo globalmente, Característica que, aliada ao novo padrão de acumulação

caracterizado pela flexibilização produtiva, com sua nova morfologia do mundo do trabalho com desemprego, redução de salários e precarização do trabalho e ausência de direitos, tem como resultado a ampliação de situações de trabalho desprotegido, o aumento da pobreza e o desmonte da proteção social.

E chegamos aqui à uma terceira dimensão dessa grande crise a ser considerada: as mudanças que podemos observar no âmbito da Sociabilidade e da Cultura Política que justificam e sustentam a ordem capitalista e especialmente esse processo mais amplo de acumulação. Nesse âmbito, vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressa no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos. Trata-se de um contexto de ascensão global, ao poder de forças conservadoras por toda parte, com altíssimo teor de violência e barbárie, que nos lembram, para ficarmos apenas no século XX, os anos 1930 que antecederam a segunda guerra mundial e os anos mais recentes de regimes ditatoriais militares da América do Sul. [...] “É como se tais forças jamais tivessem desaparecido de fato, mas apenas feito um recuo estratégico temporário à espreita de condições favoráveis para sua volta triunfal” (ROLNIK, 2018) Contexto de paradoxos, onde articulam forças reativas distintas e no qual vai se tornando

evidente que o capitalismo financeirizado precisa destas subjetividades rudes temporariamente no poder. São como seus capangas que se incumbirão do trabalho sujo imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal: destruir todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar da cena seus protagonistas – entre os quais, prioritariamente, as esquerdas em todos os seus matizes. [...] A torpe subjetividade destes (neo)conservadores é arraigadamente classista e racista, para não dizer colonial e escravocrata, o que os leva a querer cumprir este papel, sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa. Quando nem bem nos damos conta de uma de suas tacadas, uma outra já está em vias de acontecer (ROLNIK, 2018).

Estou colocando aqui em evidência, um movimento que expressa um processo de refuncionalização do conservadorismo na sociedade burguesa no histórico processo de sua constituição como uma das bases de manutenção da ordem capitalista após 1848 até os dias atuais. Entendo que a partir daí o pensamento conservador assume progressiva importância nas bases que sustentam a ordem capitalista até chegar a expressões ultrarreacionárias desse conservadorismo que flerta com ideias sinistras (cf. Rodrigues⁴)

⁴ Reflexões desenvolvidas pela profa. Mavi Rodrigues no I Encontro da Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre

Muito sumariamente gostaria de apresentar algumas considerações sobre marcas que caracterizaram o processo histórico de desenvolvimento do pensamento conservador de suas gêneses ao neoconservadorismo contemporâneo/refuncionalizado e ultrarreacionário.⁵

Inicialmente é fundamental lembrar que o conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras. Edmund Burke (1729-1797), com a publicação de sua obra *Reflexões sobre a Revolução em França, em 1790* marca o início do debate sobre o Pensamento Conservador. É considerado um dos fundadores do conservadorismo. O conservadorismo moderno é, pelo menos em sua forma filosófica, produto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Produto não intencional, involuntário, (e recusado pelos protagonistas de ambas, não obstante, seu produto). O que as duas revoluções questionavam e traziam como expressões da modernidade iluminista, era defendido por conservadores como Burke. Só em 1830 o conservadorismo começa a fazer parte do discurso político europeu, mas seu conteúdo já pode ser encontrado no trabalho de Burke. Aí trabalha os temas essenciais do conservadorismo, defende a importância do feudalismo e de outras estruturas históricas como a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região. É importante assinalar que Burke era irlandês, anglicano e ligado à aristocracia da terra, defendia valores religiosos para a vida social, a recristianização da sociedade, a pureza da fé, a defesa da propriedade privada e a autoridade. Seu pensamento combate o iluminismo e vai influenciar o pensamento sociológico, presente em autores como Auguste Comte (1798-1857), Pierre Frédéric Le Play (1806-1882) e especialmente em Émile Durkheim (1858-1917) onde está presente o mais importante elo entre o conservadorismo e o estudo do comportamento humano.

Burke, foi filósofo e político, mas não escreveu nenhuma obra sobre Teoria Política. Seus pensamentos são expostos em cartas, discursos e panfletos. Há em sua obra uma fascinação pela Idade Média e pelo Código Feudal da cavalaria. Na perfeição dos grandes senhores e na religião é que Burke buscava inspiração. De sua ênfase na defesa do passado é que surgem valores como comunidade, autoridade, hierarquia, parentesco. O passado é para os conservadores a terra firme. Para ele o poder democrático é instável e o pensamento conservador é restaurador, preservador e reforça a autoridade moral.

de Fundamentos do Serviço Social (REMGEFSS) realizado nos dias 1 a 3 de dezembro de 2020.

⁵ Cabe destacar que parte dos referentes históricos e teóricos aqui apresentados, constam de estudo por mim apresentado no texto *Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social* (YAZBEK, 2018).

Para Nisbet (1987, p. 17)

à medida em que o cosmopolitismo do Iluminismo se espalhava, cada vez mais os conservadores se voltavam para suas próprias histórias, tradições, santos, heróis, seus governos, seus nobres, os trabalhos de artesãos, pesquisas de dialetos nativos, de questões regionais, de literatura folclórica, de criadores de arte e de heróis militares dum passado distante. Poetas, atores, compositores, artistas, artesãos, historiadores, trabalhavam com o material de suas comunidades, em vez de irem para as capitais da Europa, assumindo e buscando preservar valores e culturas locais.

Esse primeiro momento, de gênese é abordado por alguns autores como Conservadorismo Clássico (por ex. por Leila Escorsim Netto, 2011). Neste primeiro momento, no século XIX as tendências conservadoras orientadas principalmente por princípios religiosos apelavam às tradições que tinham sustentado a Europa por mais de mil anos, e o Conservadorismo joga contra ao avanço do projeto modernizador de sociedade como uma forma de pensamento anti-iluminista, portanto, contrário à razão, embora consciente e reflexivo desde o princípio, na medida em que surge como um contra movimento em oposição consciente ao movimento progressista, altamente organizado, coerente e sistemático. Mas, a trajetória desse pensamento, apresenta múltiplas faces e formas de expressão até chegar a nosso tempo como ultrarreacionário, de acordo com Pacheco (2020)⁶. Como se compatibilizaram crescentemente Conservadorismo e Capitalismo? Apesar da diversidade de hipóteses e abordagens sobre esse processo, podemos destacar algumas explicações.

Karl Mannheim (MANHEIN, K., 1981) dá o seguinte tratamento à questão: partindo do conservadorismo alemão da primeira metade do século XIX, vai abordar o pensamento conservador a partir do romantismo, que vai situar como oponente histórico do iluminismo. Afirma o autor que o romantismo se apossou de antigas formas de vida e pensamento e colocou-as contra o racionalismo. Nesse sentido o conservadorismo moderno provém do modo de vida do passado; se contrapõe ao Racionalismo e se coloca como alternativa à sociedade capitalista. [...] Porém, para ele o pensamento é produto de um modo de vida e nesse sentido contrapõe na sociedade capitalista a convivência de dois estilos de pensamento: 1- conservador (periférico em relação ao capitalismo; irracional) 2 – capitalista (racionalista e moderno). Assim, o Conservadorismo, embora periférico ao capitalismo ampararia suas intenções que se expressam no racionalismo. Isso porque, o conservadorismo, enquanto consciência do passado, embora periférico ao capitalismo, se exprime mediado por categorias da sociedade capitalista (racional) (YAZBEK, 2018, p. 55).

O que se constata é o que Lefebvre (1974), autor no âmbito da Tradição Marxista, denomina de Rupto Ideológico de categorias que são reinterpretadas. Assim, o pensamento

⁶ Novamente, retomo aqui reflexões desenvolvidas pela profa. Mavi Pacheco Rodrigues no I Encontro da REMGEFSS, realizado nos dias 1 a 3 de dezembro de 2020.

conservador deixa de se antagonizar com o capitalismo criando o que Martins (1982) denomina de um único estilo de pensamento, exprimindo um modo de vida. Nesse sentido, o conservadorismo não significa apenas a pertinência de ideias presentes na herança intelectual do século XIX, mas de ideias que atualizadas se transformaram em bases de manutenção da ordem capitalista. Esse raptó, que expressa a disputa de projetos que emergem com a sociedade capitalista, obscurece suas contradições e busca encobrir suas desigualdades.

Após a Revolução de 1848, os conservadores vão se posicionar especificamente contra um dos dois projetos presentes na Revolução Francesa, aquele que defende a emancipação humana. E vão se aliar aos que defendem a manutenção da ordem capitalista, uma vez que defender a propriedade privada está de acordo com os seu principal interesse. Nesse sentido o Conservadorismo é um “fenômeno Multiforme que cumpre funções distintas na pauta da luta de classes” (RODRIGUES, 2020).

Assim, p.ex., com o advento do neoliberalismo no enfrentamento da crise estrutural do capital a partir dos anos de 1970, convivemos com faces reformistas desse pensamento, expresso por autores como Anthony Guiddens (2007) com suas teses sobre a Terceira via e a reestruturação social democracia; Ulrich Beck (2011) com suas teses sobre a sociedade de Risco, Pedro Hespanha (2002) com as noções de globalização, risco e Incerteza globais e Boaventura Souza Santos (2002) com suas abordagens acerca da crise pragmática que caracterizaria os denominados tempos pós-modernos e outros.

Atualmente, com o avanço da “nova direita” no plano internacional e também no Brasil com a sua moral familista e religiosa, chegamos a um tempo de crescimento do conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes. O resultado é o avanço do conservadorismo e da ofensiva reacionária. O conservadorismo é imprescindível para o capitalismo financeiro global.

Para Evangelista (2020)

Observa-se na política brasileira hoje o uso da religião para fazer avançar suas pautas: Não é apenas sobre determinados grupos religiosos buscando impor sua moral para a totalidade da sociedade via políticas de Estado, mas é, também, sobre as novas facetas do conservadorismo brasileiro usando a religião para se comunicar com o povo, [...] alcançando um segmento religioso que cresce em todos os estratos sociais, mas está predominantemente na base da pirâmide social, em áreas urbanas e periféricas onde a população vive cotidianamente a ausência do Estado. Estamos falando também de uma população em sua maioria de baixa renda, negra e feminina.

Contexto que se completa, pela exposição da face hiperautoritária do ultraneoliberalismo, nos termos de Dardot e Laval, (2016, p. 21) que afirmam

o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]. É um sistema que emprega ‘técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital.

Para Harvey, nessa mesma direção, o neoliberalismo mercantiliza de forma ilimitada as relações sociais. Situação que se agrava com “o ingresso da chamada ‘nova direita’ na conjuntura internacional” num processo de “exportação, do centro para a periferia”. É também Harvey que vai colocar a proximidade do pensamento pós moderno em sua ruptura com a dimensão da totalidade e a fragmentação do real com as estratégias de acumulação financeirizada e a reestruturação produtiva. Nesse contexto, crescem as vertentes irracionaisistas, em sua relação com a ideologia fascista, especialmente a nazifascista no mundo europeu. O irracionalismo

dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social. (BARROCO, 2015, p. 624)

Cabe destacar que é nos Estados Unidos da América que a regressão conservadora, agora denominada neoconservadora, vai assumir formas semelhantes às que encontramos no processo que se evidenciou nas eleições brasileiras de 2018. Com destaque para projetos de regulação da moral e dos costumes, a partir da compreensão de que no ocidente aprofunda-se uma crise de valores que destrói as bases da moralidade social e a família. A crise moral que alcança a sociedade americana, sua cultura e suas universidades, passa a ser vista como capaz de dismantelar a estabilidade da sociedade norte americana.

Os neoliberais constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os neoconservadores são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas *tradições culturais*. Os populistas autoritários são, em geral, grupos de classe média e de classe trabalhadora que desconfiam do Estado e se preocupam com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais (LIMA e HYPOLITO, 2019).

Para Rodrigues (2020) trata-se de um conservadorismo de novo tipo, de caráter reacionário e a “ameaça que ele carrega não é a mesma dos anos de 1990”.

De outro lado, para o Serviço Social essa ofensiva conservadora que confronta a cultura profissional no âmbito de seu projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo e a nova sociabilidade capitalista, coloca-se como questão de grande tensionamento, pois se trata, para nós profissionais do Serviço Social, de uma interlocução com o adverso. Como lutar

por outra ordem societária, por um mundo melhor, pela liberdade, pela equidade, pela justiça, pela construção de direitos, contra práticas racistas, homofóbicas, contra o feminicídio, contra o genocídio da população negra, entre outros aspectos, nesse contexto? Como levar adiante este embate desigual? Luta que só se luta no coletivo – um traço dessa nossa história..., mas que deve ser de cada um, todos os dias, em todas circunstâncias.

Os desafios frente ao quadro aqui brevemente apresentado são enormes, imensuráveis e permeiam múltiplas dimensões de nosso cotidiano,

O desafio frente ao quadro aqui brevemente apresentado no âmbito da luta pelo reconhecimento público e a construção dos direitos sociais da população com a qual trabalhamos é enorme, imensurável. E é nesse âmbito que devemos localizar o significado CONTRADITÓRIO de nosso trabalho profissional, especialmente na gestão e operacionalização de políticas sociais: na disputa pelos sentidos da sociedade, na luta contra o desmanche de direitos cuja regulação vai passando para espaços do mundo privado; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público, e a destruição da política, na perspectiva de construir a hegemonia dos interesses das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade. Isso a política social pode construir, deve construir. E é por isso que a Política Social pode ao menos minimizar os impactos das transformações aqui analisadas e construir direitos...

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, buscando espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhamos junto aos nossos usuários.

dando origem a uma nova modalidade de resistência: surge a consciência de que a resistência tem que incidir igualmente nesta esfera. Isto aparece nos novos tipos de movimento social que vêm desestabilizando aqui e acolá o poder mundial do capitalismo financeirizado na determinação dos modos de existência que lhe são necessários. A propagação deste tipo de resistência, que se intensificou após o tsunami dos ditos golpes de Estado provocados pelo novo regime por toda parte, tem surgido principalmente entre as gerações mais jovens e, mais contundentemente, nas periferias dos grandes centros urbanos. Nestes contextos, destacam-se especialmente os citados movimentos das mulheres (numa nova dobra do feminismo), dos LGBTQI (numa nova dobra das lutas no campo da homossexualidade, transexualidade, etc, na qual estas

se juntam em torno de alguns objetivos e refinam suas estratégias) e, também, dos negros (numa nova dobra de suas lutas anti-raciais). (ROLNIK, 2018)

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, buscando espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhamos junto aos nossos usuários.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, Simon J. *et al.* Global Patterns in Coronavirus Diversity. **Virus Evolutions**, vol. 3. Issue 1, 2017. Disponível em <<https://academic.oup.com/ve/article/3/1/vex012/3866407>>.. Acesso em .05/05/2020
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma Outra Modernidade**. Belo Horizonte: Editora 34, 2011.
- CEPAL/OIT. El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19). Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. n. 22. Santiago, mai. 2020. Disponível em Informe CEPAL-OIT: El trabajo en tiempos de pandemia: Desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19) (ilo.org).
- CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba, Ed. CRV, 2017.
- DARDOT e LAVAL. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVANGELISTA, Ana Carolina. **Crentes ou não, políticos conservadores se apropriam da religião para avançar**. Entrevista especial com Ana Carolina Evangelista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/605266>. Acesso em 04 dez. 2020.
- GUIDENS, Anthony. **O debate global sobre a Terceira Via**. (org.) São Paulo, UNESP, 2007.
- GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**. Campinas: Papel Social, 2019.
- HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça. **Risco Social e Incerteza**. Pode o Estado Social recuar mais? LISBOA: Afrontamento, 2001.
- LIMA, Iana Gomes e HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira **Educação e Pesquisa**. vol.45, São Paulo, Epub, 2019. Acesso em 15 ago. de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Uma interpretação histórico metodológica. 33ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1974.
- LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, N. 124. São Paulo: Cortez, 2015.
- MARQUES, Rosa Maria. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade. In. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

- MAXMEN, Amy. Bats are Global Reservoir for Deadly Coronavirus. **Nature**, vol. 546, 2017. Disponível em <<https://www.nature.com/news/bats-are-global-reservoir-for-deadly-coronaviruses-1.22137>>. Acesso em .04 de nov. de 2020.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado Político. In OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina (Org.). **Serviço Social no Brasil**. História de Resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**. Elementos de Caracterização e Crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco. **Uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELLIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. Polêmicas Teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Vol. 16, N. 4, Rio de Janeiro, 1º sem. 2018, p.154-170.
- ROLNIK, Suely. A nova modalidade de golpe de Estado: um seriado em três temporadas In **Outras Palavras**. Disponível em <https://outraspalavras.net/sem-categoria/666381/>. 2018. Acesso em 09 de set. de 2019.
- RODRIGUES, Mavi, Pacheco. **I Encontro da REMGEFSS**, realizado nos dias 1 a 3 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6jwRKqG1d0s&list=UUZkeJkJiLdCrhTBUjAQXTWw&index>>.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na história**. América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.
- _____. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**. Vol.21, N.1. UEL, 2018.
- _____. O significado sócio-histórico da profissão. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Curso de Especialização à Distância. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.
- YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na história. América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

“Renovação” do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora

Mirla Cisne*

Luciana Batista de Oliveira Cantalice**

Luciene Araújo***

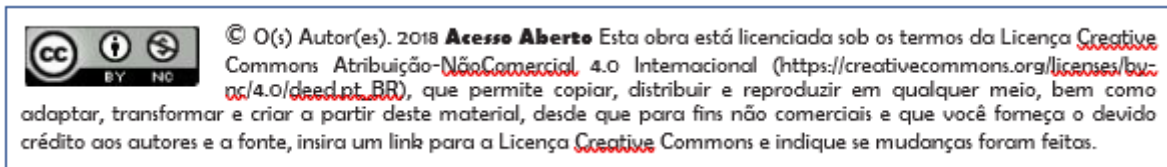
RESUMO: Nosso objetivo geral é analisar as condições sócio históricas do tempo presente, considerando as mediações com os fundamentos do conservadorismo e alguns de seus rebatimentos para o Serviço Social, especialmente em relação aos desafios que a profissão enfrenta em seu processo de “renovação”. Utilizamos o materialismo histórico dialético como método de análise do objeto em questão: Serviço Social, conservadorismo e “renovação” profissional na atualidade. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, de tipo qualitativo. Defendemos como conclusão central, que o processo de “renovação” profissional se configura como um movimento *continuum*, no confronto com as reatualizações conservadoras, o que demanda uma sintonia do Projeto Ético Político do Serviço Social com as lutas classistas, feministas e antirracistas.

Palavras-chave: Serviço Social; conservadorismo; “renovação” profissional

Renovation of brazilian social work: a *continuum* to the conservative approach

ABSTRACT :Our main objective is to analyze the social-historical conditions of present time, considering the mediations between the fundamentals of conservatism and some of its reflections to Social Work, especially in relation to the challenges that the profession faces in its renovation process. We use the dialectic historical materialism as the analysis method of the object concerned: Social Work, conservatism and professional renovation in the present. For this purpose, we realized a bibliographical and documental research, of qualitative kind. We defend the main conclusion, that professional renovation process is configured as a *continuum* movement, in the conservative re-actualizations approach, which demands a harmony of the Ethical Political Project of the Social Work with the classist, feminist and anti-racist battles.

Key-Words: Social Work; conservatism; professional renovation



* Doutora em Serviço Social pela UERJ; Professora de Serviço Social da UERN; Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS); Bolsista Produtividade do CNPq.

** Doutora em Serviço Social pela UERJ; Professora de Serviço Social da UFPB

*** Assistente Social pela UERN; mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais na UERN

Introdução

Vivenciamos na atualidade um avanço ostensivo de movimentos da extrema direita no mundo e, em particular, no Brasil. O símbolo emblemático dessa virada é a eleição de Donald Trump (Partido Republicano) para a presidência dos EUA e no Brasil, o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), que culminou com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (Aliança para o Brasil).

Esses partícipes de um projeto e potentes de fundamentos racistas, xenófobas, patriarcais e imperialistas, que substanciam governos que embora figurem em regimes democráticos, têm as suas aspirações e ações mediadas pelo arbítrio e autoritarismo. Afirma-se a negação à diversidade humana e aos direitos sociais, trabalhistas e até mesmo civis, assumem a tônica desse projeto conservador elitista, profundamente enraizado em uma aversão aos pobres, às mulheres (especialmente, as feministas), à população LGBTQIA+, negra, indígena e quilombola.

Além do ataque frontal à diversidade e aos direitos humanos, há também, uma ofensiva contra a natureza, às florestas e aos seus povos. A exploração da natureza sucumbe de forma deliberada aos interesses mercantis em detrimento da vida natural e social. Basta citarmos como exemplos, as queimadas e desmatamentos na Floresta Amazônica, os garimpos ilegais e as grandes hidrelétricas que têm propagado violências e dissipado vidas¹.

As determinações desse processo expressam e encontram sentido no chão histórico construído por uma crise estrutural do capitalismo, que assola mundialmente a economia, o meio ambiente, instituições políticas, como partidos, e se desdobra em uma crise na democracia, que alimenta governos autoritários. Tais mediações são transformadas pelas frações conservadoras e dominantes em força política e seus protagonistas em alternativas, os denominados *outsiders* ou aqueles que representam o “novo”.

Forma-se uma força social heterogênea e prenhe de ideias que conformam uma espécie de “renascimento político conservador”, que por sua vez, visa restaurar valores tradicionais e idílicos. Assim, firma-se um solo fértil para a reprodução da exploração de classe, do racismo e do patriarcado, mediações estruturantes do capitalismo e traços constitutivos da formação social brasileira.

Nesse âmbito, reproduz-se no plano das ideias a dominação estruturada no plano material, ou seja, as relações materiais dominantes são concebidas como ideias (MARX; ENGELS, 2009), como podemos constatar na vigente reatualização do mito da democracia

¹ Ver a tese de Milena Barroso (2018).

racial e da ideologia da meritocracia. Assim, resguardada no berço da ultradireita neoliberal, a empreitada conservadora lança mão de ideologias dominantes para naturalizar e reproduzir desigualdades e opressões.

Nesse ínterim, propomo-nos, como objetivo geral, analisar as condições sócio históricas do tempo presente, considerando as mediações com os fundamentos do conservadorismo moderno e alguns de seus rebatimentos para o Serviço Social, especialmente em relação aos desafios que a profissão enfrenta em seu processo de “renovação” que, aqui, defenderemos como um *continuum*.²

Nos valemos do materialismo histórico dialético como método de análise para entender o nosso objeto de estudo, Serviço Social, conservadorismo e a “renovação” da profissão na atualidade, em uma perspectiva de totalidade, no movimento contraditório e ininterrupto do real. Partimos assim, do entendimento de que por meio de uma perspectiva materialista e de totalidade, “o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” (LUKACS, 2003, p.76). Para tanto, adotamos como fundamento, a teoria marxista, em uma perspectiva classista, feminista e antirracista.

Como método de exposição dos resultados de nossa pesquisa, de tipo bibliográfica, realizaremos inicialmente, um debate sobre as condições sócio históricas da realidade atual como impulso ao avanço do conservadorismo, os fundamentos do conservadorismo moderno e sua relação com as ideologias dominantes para, em seguida, discorreremos sobre rebatimentos do conservadorismo para o Serviço Social, em especial, em tornos das 23 teses do chamado “Serviço Social Libertário”, sobre as quais pautaremos alguns desafios para a “renovação” da profissão.

Nosso intuito é contribuir com o *continuum* de “renovação” do Serviço Social, no enfrentamento ao conservadorismo dentro e fora da profissão, ou seja, na defesa do Projeto Ético-Político e, portanto, da liberdade substantiva³.

Condições sócio históricas para o avanço do conservadorismo na atualidade

A premissa da qual partimos, é que em tempos de crise, propicia-se avanço do

² Cabe destacar que não é nosso objetivo colocar que o Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro se reedita na atual conjuntura, visto que este movimento tem contexto e mediações sócio históricas particulares no processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. O nosso intuito é destacar que o processo de enfrentamento ao conservadorismo na profissão se constitui como diretriz permanente da formação e do trabalho profissional, visto que este perde a hegemonia na profissão nas últimas décadas do século XX, contudo, não foi expurgado da profissão e nem muito menos das relações sociais capitalistas.

³ Sobre liberdade substantiva, ver Mészáros (2002). O autor a contrapõe a liberdade formal burguesa, e a defende como liberdade real.

conservadorismo, visto que é preciso consolidar uma visão de mundo fetichizada, que interdita a apreensão materialista, histórica e dialética da realidade e invisibiliza suas contradições e a força social e política das classes, no movimento desse concreto. Difunde-se a destruição da razão e expande-se o irracionalismo. Assim, a história aparece como algo superficial e incognoscível, portanto, seu conhecimento é manipulado pelas ideias dominantes.

A intensificação das contradições histórico-sociais é determinante à articulação do pensamento conservador e suas correntes. Os abalos sociais, as sensações de angústia e insegurança, configuram à tarefa ideológica da burguesia de apresentar elaborações formalistas, instrumentais e homogeneizadoras (COUTINHO, 2017, p.58), incapazes de uma apreensão racional da realidade. Em um período de grandes contradições, somente por meio da razão dialética, é possível torná-las tangíveis e por conseguinte, identificar possibilidades de transformação social.

Dessa forma, a base ontológica sobre a qual se inscreve o avanço ostensivo do conservadorismo na atualidade, é a atual crise estrutural do capital, junto às estratégias dominantes operadas para recuperação do capital e às suas consequências societárias.

[...] a duplicidade de orientações que marca a filosofia da decadência encontra seus fundamentos nas características distintas da economia capitalista, na capitulação espontânea do pensamento imediatista às formas fenomênicas assumidas pelo ser social do capitalismo. Reside também aqui a gênese da relativa supremacia que, em determinada época, cabe a uma e a outra dessas orientações. Ao analisar o ciclo da acumulação capitalista Marx demonstrou a necessidade da alternativa entre períodos de expansão e períodos de crise [...] Também diante desse processo dialético, a consciência burguesa tende a operar de modo unilateral, fetichizando e autonomizando momentos parciais de um processo sintético (COUTINHO, 2017, p. 62).

A crise é um momento prenhe da luta de classes e o conservadorismo se põe como uma reação às transformações societárias na direção da possibilidade revolucionária e age em defesa de privilégios, das tradições e do *status quo*. Assim como podemos observar na história a emersão do conservadorismo clássico (1789-1914), moderno (anos finais de 1910 aos anos finais de 1960) e do neoconservadorismo (a partir dos 1970).⁴

Em especial, é nesse último período que se instaura as condições sociais históricas da atual ofensiva do conservadorismo, em que as forças progressistas reagem à barbárie social e são contidas pelo reacionarismo dominante. Uma grave crise com a dispensa massiva de

⁴ Cabe elucidar que entre essas formas de expressão do conservadorismo há denominadores comuns, as raízes são as mesmas, todavia, cada uma carrega em si as particularidades de seus respectivos contextos históricos e as mediações com o desenvolvimento das relações sociais vigentes.

trabalhadores/as e o aumento da precarização e da exploração dos que permanecem empregados/as. Articulam-se novas formas de expropriação (plataformização) e a perda sucessiva e progressiva dos direitos do trabalho. Resulta o aumento exponencial do desemprego e da informalidade, o achatamento brutal da renda dos/as trabalhadores/as e o recrudescimento das demais expressões da “questão social”.

Refuncionaliza-se o processo de decadência ideológica da burguesia, assimilando a defesa da sociedade capitalista, negando suas contradições e vendo a sociedade como um organismo funcional e a ameaça da organização dos/as trabalhadores/as como uma “disfunção social”, que precisa ser “corrigida”. A burguesia, de maneira mais explícita, deixa de defender os interesses da sociedade e passa a defender estritamente os seus interesses particulares, enquanto classe dominante. Evidencia-se o fortalecimento das extensões anti-modernas, anti-razão, anti-ciência e contra revolucionária, provocando um avanço na reprodução do racismo, do patriarcado, da xenofobia e da LGBTfobia.

No tocante a realidade brasileira, inicialmente, cabe assinalar que o nosso país se insere em um processo de internacionalização da produção capitalista sem que para isso supere as estruturas arcaicas manifestas em sua formação – traço que acompanhará toda a processualidade histórica do país. Essa mediação é muito importante para expressar o Brasil de hoje, calcado no âmbito da política no autoritarismo, na economia em um ultraneoliberalismo e no tocante aos valores em um ultrareacionarismo.

Em relação à mediação entre a atual crise brasileira (orgânica)⁵ e as condições para o avanço do conservadorismo, destacamos o ano de 2014, no qual se registra o retorno ao crescimento agressivo e crescente do desemprego, que atingirá no ano 2016, o patamar de 13,7%. O aumento do desemprego, por sua vez, incidiu sobre o aumento da taxa de informalidade, a queda no subconsumo da classe trabalhadora e o aumento exponencial da pobreza. Contraditoriamente, é nesse último ano, que se registra uma queda brusca nos investimentos destinados à política social da assistência e intensificam-se as contrarreformas do Estado, operadas pelo governo provisório de Michel Temer (2016-2018) e intensificadas pelo governo Bolsonaro . Observando o perfil da fração mais empobrecida da população, constatamos uma composição racial e de sexo, pois, fundamentalmente, os/as mais afetados/as são as mulheres negras (BARBOSA, 2020).

Uma crise dessa dimensão torna a reação conservadora da classe dominante mais profunda e abrangente, que passa a envidar esforços na reedição do passado como alternativa,

⁵ Ver Gramsci (2000; v. 02 e 03).

aquele que para essa classe deu certo (um passado mítico). São nesses termos que um projeto de ultradireita ascende à presidência da república brasileira, não como a alternativa mais viável para os projetos das elites políticas no país, mas aquele que se impôs. Ativou-se um modelo de Estado autoritário, conservador, armamentista e em permanente iminência de estado de guerra, evidenciando assim, seus traços neofascistas, também, funcionais às referidas elites.

Nesses tempos de pandemia (Coronavírus- Covid 19), as consequências societárias da crise se complexificaram, as desigualdades sociais se recrudescem, inclusive, sob a batuta de um programa de governo ultraliberal, que para garantir a liquidez do mercado, liberou 1,2 trilhão para as instituições financeiras, enquanto foram apenas gastos 166,9 milhões de reais (dos 254,2 bilhões autorizados) com o auxílio emergencial⁶ para população⁷. Nessa direção, por um lado, adensa-se os custos sociais da crise brasileira e de outro o projeto conservador e ultraneoliberal do Estado.

Conservadorismo e ideologias dominantes

Como vimos, a ideologia burguesa e o seu culto ao individualismo, imediatismo, a competitividade, a defesa do livre mercado, cria um solo propício para a propagação de seus ideais aliados ao neoliberalismo e ao conservadorismo.

A essa altura, identificadas as determinações concretas para o avanço de mais uma investida conservadora, cabe-nos elucidar o entendimento sobre o conservadorismo, seus fundamentos e expressões.

De acordo com Marilda Iamamoto, (2000, p. 21-22), o conservadorismo é “[...] fruto de uma situação histórica específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista.” Articulado pelos nobres e aristocratas em nome da manutenção de seus privilégios e tradições, o conservadorismo se expressa como uma reação contrária às transformações decorrentes da emergência da modernidade, da ascensão da burguesia como classe dominante e do desenvolvimento do capitalismo. Portanto, um movimento na sua forma clássica que se firma como anti-moderno, anti-burguês e contrário ao pensamento ilustrado.

Cabe-nos resgatar que a tarefa ideológica da burguesia em seu momento revolucionário foi à conquista da realidade pelo pensamento ilustrado, fundamentado em uma razão que

⁶ Benefício Social criado pela Lei 13.982/2020 e regulamentado pelas Medidas Provisórias 937/2020, 956/2020, 970/2020 e 988/2020.

⁷ Esses dados estão disponíveis no site da Auditoria Cidadã da Dívida, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/> Acesso em 13 de agosto de 2020.

elucidava as determinações concretas do real, em que as barreiras naturais recuaram e o homem pôde revelar-se como ser social; compreendido como resultado de suas relações com outros homens e com a própria natureza.

Um dos expoentes do pensamento conservador do século XVIII e XIX foi Edmund Burke (1729-1797) que se posicionou firmemente em defesa das estruturas tradicionais da igreja, da nobreza, da aristocracia e do Estado-monárquico. Para este autor as revoluções representavam a decadência e a degradação da ordem e das tradições estabelecidas. Segundo, Leila Netto (2011) reside no pensamento de Burke uma tensão embutida

[...] sem recusar o desenvolvimento da nova riqueza das nações [...] recusa as necessárias implicações socioculturais [...] quer a continuidade do desenvolvimento capitalista sem a ruptura com [...] o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada [...] (Idem, p. 45).

Para Burke (1982) as posições de poder na sociedade são exercidas por “homens iluminados”, de “honra”, que possuem “virtudes” e “dons” concedidos por Deus. Sendo, portanto, qualquer tentativa de destruição dessas estruturas, seriam atentados contra a própria vontade divina.

Ainda um defensor intransigente da família e da propriedade privada “[...] o poder de perpetuar nossa propriedade em nossa família, é um de seus elementos mais valiosos e interessantes, que tende, sobretudo, à perpetuação da própria sociedade” (BURKE, 1982, p.83).

Em relação ao conhecimento como anteriormente posto, oponente movimento de ilustração, Burke (1982) concebia que toda sabedoria e toda a moral era adquirida e repassada às gerações futuras pelas experiências dos ancestrais, estendendo assim a valorização e perpetuação das tradições.

Conforme tais elaborações, apesar do conservadorismo ser um movimento amplo e heterogêneo, que vai assumindo significados e expressões em sua processualidade histórica, alguns de seus denominadores comuns são: contrarrevolucionário, tradicionalista, irracionalista, defensor das instituições, da ordem, da hierarquia, da propriedade privada e da família. E nesse sentido, argumentamos: respeito à tradição, lê-se ao tradicionalismo; valores morais rígidos, lê-se moralismo; apologia à família, lê-se à família nuclear heteropatriarcal burguesa e branca.

Nessa medida, a sociedade é apreendida como

[...] constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais [...] são valorizados, em

contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade" (IAMAMOTO, 2000, p. 24).

Com o processo de decadência ideológica da burguesia, quando esta deixa de ser classe revolucionária e passa a ser classe conservadora, a sua tarefa ideológica passa a ser, limitar quando não, negar o papel da razão no conhecimento e na práxis social. Assim, "A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista" (Idem, p. 22).

A consolidação do capitalismo monopolista e a extensão do seu desenvolvimento são as condições históricas, em que se firma, segundo Souza (2015, p. 06) um giro do conservadorismo em seu próprio eixo, o que lhe permitiu "[...] transpassar de reação à modernidade para posições supostamente progressistas [...]", visto que as contradições reais e exponenciais desse tempo histórico, exigiam, ainda conforme Souza (2015), novas bases ídeo-políticas.

O conservadorismo moderno, todavia, não incorporou tais ressignificações sem restrições, preservou suas tradicionais ressalvas aos valores que podiam ser assimilados. Pondo-se contrários às utopias revolucionárias, bem como ao reacionarismo recrudescido do passado. Afirmam-se defensores do presente, desistoricizando as relações sociais e interditando a noção do *devoir*, o que elimina à perspectiva de transformação social e de construção de um projeto societário alternativo.

Pensadores influentes do conservadorismo moderno foram Michel Oaskeshot (1901-1990) e Russel Kirk (1918-1994), para os quais o conservadorismo está relacionado muito mais a uma posição que o indivíduo expressa em relação a realidade, do que um arcabouço teórico-metodológico e ídeo-político. Portanto, ser conservador significa, na concepção desses autores, uma inclinação a pensar e comporta-se de determinada forma: um modo de ser conservador.

Assim, o conservadorismo moderno reforça como determinante comum o profundo caráter contrarrevolucionário e sua estreita relação com a manutenção da ordem. E, ao esvaziar-se de um caráter reacionário, a viabilidade de sua articulação na defesa do capitalismo e sua aproximação ao liberalismo.

Nesse processo, a religião e o mitológico são utilizados para justificar ações reacionárias e até mesmo, violentas. Tudo é em nome de "Deus", "Deus está acima de tudo" e com essas ideias, há uma irracionalização/mistificação que leva, por um lado, à desresponsabilização e despolitização das relações sociais antagônicas e do Estado capitalista como protagonistas das violências e desigualdades, por outro, à responsabilização/culpabilização de indivíduos (especialmente as mulheres negras e pobres) pelas expressões da questão social. Ou seja, há um

deslocamento da análise das relações sociais de classe, sexo e raça, entendidas aqui, como estruturantes da questão social, para a culpabilização moralizante dos indivíduos racializados, pobres e, destacadamente, do sexo feminino.

Há, portanto, uma nítida aliança orgânica entre neoliberalismo e conservadorismo que é intensificada em momentos de crise, como nos explica István Mészáros (2002, p. 272),

[...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...]. Os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”.

Em poucas palavras, nosso entendimento é que, com o neoliberalismo, ou seja, com a redução da reponsabilidade social do Estado em relação às expressões da questão social e a mercantilização das políticas sociais, aumenta-se a necessidade de responsabilização das famílias (lê-se das mulheres) diante da ausência e/ou impossibilidade financeira de acessar políticas sociais mercantilizadas, como a saúde e educação. Nesse fito, com precisão, elucida Mota (2012, p. 04), sobre a atual fase de acumulação capitalista:

A mercantilização da esfera da reprodução é também um dos novos traços desta fase, a repercutir em dois níveis: na expropriação e mercantilização de atividades domésticas e privadas não mercantis e na superexploração dos trabalhadores e das famílias. A privatização dos serviços os impele a retirar parte dos seus salários para comprar seguros e planos privados de saúde, complementação das aposentadorias e educação; particularmente, no caso das mulheres dos países periféricos, além das duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveria ser de responsabilidade pública, a exemplo dos cuidados, dentre outros serviços.

Fica explícito, portanto, que o apelo ideológico à “defesa” da família tradicional brasileira, bandeira central no projeto neoconservador, não é algo meramente moral, mas, como toda ideologia dominante, guarda interesses de classes dominantes, ao naturalizar relações materiais de dominação e desigualdade. Nesse sentido, Mauro Iasi (2002, p. 95) afirma que, no pensamento marxiano, o termo ideologia está “inseparavelmente ligado à necessidade [da] [...] consciência justificar determinada relação de dominação, e, portanto, de velamento, inversão e naturalização de relações sociais que marcam o domínio de uma classe sobre outra”.

Na particularidade da ideologia em que a família tradicional é um dos seus elementos fundantes, observamos uma relação direta com a sustentação do patriarcado, posto que esse “modelo” de família é um dos seus pilares (CISNE; SANTOS, 2018). Nesse sentido, a chamada

família tradicional (monogâmica – para as mulheres - heterossexista, branca e nuclear burguesa), dá sustentação ao patriarcado, entendido como o sistema de exploração e opressão das mulheres (SAFFIOTI, 2004). Tal sistema, por sua vez, é absolutamente serviente ao modo de produção capitalista, a medida em que a naturalização da divisão sexual patriarcal do trabalho garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho de maneira gratuita, com o trabalho doméstico, emocional e procriativo (geração e cuidados com as crianças) realizados pelas mulheres, de maneira não remunerada⁸.

A defesa da família tradicional, portanto, além de provocar opressões sobre outras expressões familiares, especialmente, as formadas por casais homoafetivos, desdobra-se em duas dimensões que são dialeticamente indissociáveis:

Ideológica: naturalização de papéis sociais conservadores às mulheres

Material: a superexploração das mulheres no corpo, trabalho, produtos do trabalho e no tempo que são **apropriados gratuitamente** pelas famílias e pelo mundo do trabalho⁹ (destaque nosso).

O entendimento conservador e neoconservador de família, encontra base sustentação na teoria positivista que a concebe como “base da sociedade”, portanto, responsável pelo “equilíbrio” e “bem-estar” sociais e por conseguinte, qualquer “mazela” ou “desequilíbrio”, são de responsabilidade da família, mais precisamente, das mulheres, especialmente, as mães.

Essa perspectiva conservadora sobre a família (lê-se mulheres), rebate diretamente nas políticas sociais de “combate à pobreza” desenvolvidas no Brasil, pois, segundo Betânia Ávila (2009, p. 82), “sustentam-se no trabalho das mulheres, as quais são chamadas a participar, sobretudo como ‘mães’ e também como ‘donas de casa’. Assim, reificam-se esses papéis para legitimar esta forma de exploração e operacionalizar as políticas a um custo baixo”.

É com essa diretriz que comungamos do entendimento de que há um familismo patriarcal na organização neoliberal e conservadora dos sistemas de proteção social, na qual as políticas públicas entendem as famílias como as principais responsáveis pelos seus membros e, por sua vez, as mulheres são as principais responsáveis pelas famílias, dentro da perspectiva patriarcal que marca a nossa sociedade.

Assim, o conservadorismo em suas diversas expressões firma nítidas marcas na formação elitista e patriarcal do Estado brasileiro, com forte influência na forma moralizante de interpretar e enfrentar as expressões da questão social. Logo, o patriarcado é algo que deve

⁸ Para um melhor aprofundamento sobre divisão sexual do trabalho, patriarcado e reprodução social ver: Saffioti (2004); Cisne e Santos (2018); Cisne (2012); Kergoat (2009).

⁹ Sobre apropriação ver Guillaumim (2014).

ser foco da atenção crítica do Serviço Social, para que não ratifiquemos, como nas protoformas da profissão, a responsabilização das mulheres pelas diversas expressões da questão social (CISNE, 2012), tampouco sejamos reprodutoras do racismo e do elitismo que também mascaram a questão social. É nesse sentido, que defendemos a perspectiva classista, feminista e antirracista como fundamental para o processo de “renovação” profissional.

Conservadorismo e Serviço Social no Brasil contemporâneo: desafios ao *continuum* da “renovação” profissional

É possível constatar na atual realidade brasileira que o discurso de combate ao “terrorismo” de esquerda, ao marxismo, à ciência e à corrupção, sustentado pelo mito de “O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e da defesa da família tradicional, da Lei e da ordem, vem sendo acompanhado pelo alto índice de desemprego, pela política de privatizações, pelos cortes de direitos sociais e trabalhistas, e pelo aumento crescente da pobreza e da violência em suas diversas expressões. Em uma forte ofensiva conservadora, o país vivencia a legitimação de raízes fincadas no processo sócio histórico em que se evidencia o racismo, a misoginia, o machismo, a lesbo-homo e transfobia, a intolerância religiosa, o moralismo e a militarização da vida cotidiana.

Esse cenário político e ideológico contribui para a constituição de um movimento reacionário no interior do Serviço Social, tendo em vista que a profissão não é imune a tais mediações, visto ser ela própria expressão e resultado das relações sociais. Nas palavras de Barroco (2015, p. 634): “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários”.

De acordo com Barroco (2011, p. 213), “não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas”.

Com efeito, no interim da atual conjuntura brasileira, há várias frentes de investidas do conservadorismo no Serviço Social, como: a capitulação diante da ideologia neoconservadora pós-moderna; o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional; prescrição da profissão pelos manuais das políticas sociais, em detrimento da direção social e estratégica da profissão; o tecnicismo profissional que assinala para construção de um perfil profissional jurídico-normativo e pretensamente neutro.

Isso posto, delimitamos como abrangência de nossa análise, considerando os objetivos

e os limites do presente artigo, a referência tecnicista como tendência de rearticulação do conservadorismo em nossa profissão e que se expressa no denominado “Serviço Social Libertário”, o qual tece críticas relacionadas aos ideais presentes na hegemonia da categoria profissional, bem como delinea a defesa da garantia dos direitos sociais pela via do livre mercado, ou seja, ratifica a perspectiva neoliberal e neoconservadora, a qual tecemos reflexões críticas no item anterior.

Dessa maneira, o Serviço Social Libertário possui como princípios basilares:

A defesa da pluralidade teórica para a atuação profissional, para o ensino e produção acadêmica; o fim do monopólio CFESS/CRESS e abertura de espaço para outras entidades de representação; a abertura e/ou ampliação de novos espaços de trabalho para além do Estado e da propagação e desenvolvimento de ideias libertárias/liberais para o Serviço Social brasileiro (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019).

Almejam um Serviço Social que desconsidere a luta de classes e a perspectiva de uma nova ordem societária, além de denegar a importância histórica do Conjunto CFESS-CRESS no protagonismo da “renovação” profissional. Para fundamentar suas proposições, o Doutor Edson Oliveira - professor associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo - elaborou 23 Teses para o que denomina de reforma do Serviço Social brasileiro, e que fundamentam o resgate da identidade e da cultura profissionalizante e criticam, dentre outros elementos, o “idealismo” presente na profissão, ao considerar que a atuação profissional pauta-se em um discurso ilusório, sem materialidade na realidade.

Em suma, este documento visa a “renovação” do Serviço Social por meio do resgate das raízes da profissão; da adequação da instrumentalização desenvolvida por Mary Richmond para a atualidade; da manutenção da centralidade no ser humano; da dissociação da profissão da militância; do fim da hegemonia vinculada à teoria social crítica; da desarticulação da defesa de toda causa social; da defesa que as entidades devem preocupar-se com a regulamentação de novos espaços como o Serviço Social clínico e não em levantar bandeiras de luta; da superação da hegemonia política, partidária e ideológica e da separação da profissão da militância para que a profissão se dedique ao que realmente importa: “‘o que faz o Serviço Social’, ‘como faz’, ‘quais os resultados esperados do que faz’ etc” (OLIVEIRA, 2017, p. 30).

Para fins didáticos e com o intuito de elencar argumentos que contraponham o exposto, de maneira a fundamentar as críticas que teceremos, reunimos essas teses em grupos alinhados pela mesma discussão. Assim, temos as teses que discutem: a reforma do Serviço Social (01,

14, 15, 20 e 22); as demandas e o objeto de atuação profissional (03, 07, 08, 09, 10 e 18); a identidade profissional (04, 05, 06, 16 e 19); o pluralismo (02, 11, 12, 13, 14 e 17); e a nova configuração do Serviço Social (21 e 23). Posto isto, discutiremos cada grupo a seguir.

a) Reforma do Serviço Social (Teses 01, 14, 15, 20 e 22).

Segundo Oliveira (2017, p. 03), “**reformular** o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma ‘profissão militante político-ideológico partidária’” (Grifos do autor).

Em outras palavras, a reforma pretendida é para resgatar a origem de uma profissão que não questionava o que estava posto, intervia junto a população de “forma técnica” (pretensamente neutra) e descontextualizada. Dessa maneira, objetiva-se desvincular da profissão sua inerente dimensão política, o exercício da práxis e da defesa dos direitos sociais, tento em vista que este posicionamento é considerado ideológico, partidário e que retira o caráter técnico da profissão.

Partindo deste pressuposto, Oliveira (2017) afirma que se faz necessário dar respostas materiais as demandas dos “clientes” e desvincular a formação profissional da militância.

É preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus **clientes** e aos valores universais de dignidade e ética humana (Idem, p. 21; destaque nosso).

Destacamos que quanto à denominação do público-alvo da profissão como clientes e não usuários, não se trata de mera questão semântica. Para nós, clientes remetem à dimensão mercantil dos serviços, esvaziando o sentido dos direitos. Pleiteia-se, ainda, a redução do código de ética a um instrumento legal-normativo esvaziado da reflexão sobre as demandas sociais, sobre as condições de vida dos sujeitos no íterim da ordem do capital, bem como sobre a interferência dos elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais nas escolhas individuais. Desse modo, a reforma do Serviço Social brasileiro busca resgatar a redução da profissão ao tecnicismo, assim como a identificação exclusiva com os interesses endógenos da categoria profissional, eliminando à perspectiva de articulação do projeto profissional a um projeto societário e sem aderir a qualquer bandeira de luta política.

b) Demandas e o objeto de atuação profissional (Teses 03, 07, 08, 09, 10 e 18).

De acordo com Oliveira (2017, p. 07), atualmente, “a preocupação com a intervenção e em dar respostas do COMO fazer é considerada coisa pequena, diminuta, desprezível, sem

importância”. Conforme as teses supracitadas, o autor afirma que a profissão, a partir do marxismo, limita-se a reduzir o que é da sua competência, bem como se fecha em discursos ideológicos sem materialidade na realidade.

Em sua visão, o autor deixa de mergulhar nos fundamentos materialistas da teoria marxista para reduzi-la a um fosso ideológico que esvazia a formação e compromete o trabalho profissional. Desse modo, Oliveira (2017) menospreza, apesar de defendê-la, a criticidade da realidade para além dos “berros e gritos” (Idem) que chegam nas instituições públicas.

Ademais, para o autor, outro elemento que deve ser revisto nas demandas é o objeto da atuação profissional e a centralidade das expressões da questão social.

É nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos (Idem, p. 12).

Ou seja, a centralidade da nossa atuação deve ser o indivíduo, uma vez que considerar a relação existente das condições objetivas e subjetivas inseridas em uma estrutura social desigual é vitimizar o sujeito. Conseqüentemente, a meritocracia é validada como fundamento para as nossas escolhas. Aqui, há uma armadilha perigosa que pode nos levar facilmente à responsabilização dos indivíduos em detrimento da análise crítica e na perspectiva da totalidade social, que nos permitem a apreensão das determinações concretas que estruturam a questão social. Esta última não nos impede, muito pelo contrário, de considerar as singularidades dos sujeitos, com o fito de buscarmos alcançar as mediações das particularidades das múltiplas expressões da questão social que trabalhamos.

Dito isso, é possível afirmar que fazemos nossa história como queremos? As condições objetivas não interferem na realização dos nossos planos, na construção da nossa história? Segundo Marx (2011, p. 25), “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Dessa maneira, não podemos corroborar com a ideia de que o indivíduo é autor de sua própria história, sem considerar dialeticamente o processo social, histórico, econômico, político e cultural que determinam as dificuldades de se ingressar em uma universidade pública e no mundo do trabalho, por exemplo, e reproduzem preconceitos, discriminações e opressões que se expressam no âmbito da questão social e que estão presentes em nosso cotidiano e em nossa atuação profissional.

Assim, não podemos deixar de problematizar as circunstâncias que levam os sujeitos a procurar um/a profissional para viabilizar o acesso a seus direitos sociais. Isto não os tornam vítimas de um sistema, mas torna nossa prática profissional livre de estigmas sociais que cerceiam a liberdade de escolha, culpabilizam o indivíduo e moralizam as expressões da questão social.

c) Identidade profissional (Teses 04, 05, 06, 16 e 19).

Segundo Oliveira (2017), para que possamos continuar sendo uma profissão regulamentada, devemos nos identificar como uma profissão e não como uma identidade de classe. Desse modo, para superar esta identidade - construída em meio aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 - é necessário que haja a superação da militância para que se tenha uma efetiva relação entre teoria e prática, pois

Enquanto a primeira [identidade como profissão] agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda [identidade de classe] é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora. E isso tem que mudar e a melhor estratégia é voltarmos a ser simplesmente uma profissão como as demais profissionais, salvaguardando e destacando as nossas especificidades como profissão do campo sócio-humano (Idem, p. 09).

Ou seja, acomodando-nos com o que está posto, agindo nas situações imediatas, sob o manto da aparência dos fenômenos sociais, construindo um perfil profissional capaz de intervir na realidade, planejar, criar estratégias numa perspectiva “técnica”, esvaziando a instrumentalidade construída pela profissão nas últimas décadas, que, por sua vez, baseia-se na articulação ineliminável entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Ademais, as teses tratadas neste grupo levam uma crítica relacionada à formação profissional considerada como doutrinária e segue a defesa da Educação a Distância (EaD) por ser uma modalidade de ensino legítima.

Refletamos: é possível individualizar a problemática do acesso e permanência na educação superior? É possível afirmarmos que é apenas uma questão de opção cursar uma graduação a distância? E as condições econômicas e sociais destes sujeitos não interferem em sua suposta opção? Como o EaD representa a mercantilização e precarização da educação? Essas questões nos fazem refletir que o termo opção oculta a mercantilização da educação e escamoteia desigualdades sociais, econômicas e regionais das(os) estudantes, bem como das(os) profissionais que trabalham nessas instituições.

No mais, o Conjunto CFESS-CRESS tece críticas ferrenhas, não à/(aos estudantes e profissionais, mas “a política brasileira de ensino superior e [...] a expansão que não garante o acesso democrático ao ensino, tampouco assegura sua qualidade” (CFESS, 2011, s/p).

d) Pluralismo (Teses 02, 11, 12, 13, 14 e 17).

Estas teses possuem em comum a crítica ao marxismo como uma teoria insustentável, ultrapassada e por ser considerado uma ideologia fracassada que não pode ser adotada por uma profissão. Consideram que o marxismo se volta apenas para o discurso, para a idealização de uma realidade e a defesa da revolução, impedindo o pensar do como fazer com as demandas sociais.

Dessa maneira, critica-se o pensamento hegemônico por estar vinculado a uma única matriz teórica sem abrir para o pluralismo de ideais e de correntes teóricas, considerando que quem não é marxista defende as “mazelas” do mundo. Além disso, afirmam que o pluralismo defendido pelo pensamento hegemônico não aceita produções que não sejam do politicamente correto e marxista.

À vista do exposto, evidencia-se uma nítida distorção em torno do que seja hegemonia e pluralismo, pois, de acordo com Ramos (2009, p. 43),

O entendimento de que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônicos, se funda em uma perspectiva analítica que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo com direção social. Pode-se inferir que a hegemonia com pluralismo, no âmbito do projeto profissional, expressa a predominância de uma direção política, construída por meio de uma vontade coletiva, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante.

Dessa maneira, é incongruente o pensamento de que, no interior do Serviço Social, o pluralismo é uma falácia. Não obstante,

Vastas pesquisas documentam que é somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teórica crítica e democrática inspirada no marxismo que o Serviço Social ampliou seu “leque” de tendências teóricas e políticas no interior da profissão. O Serviço Social tradicional, marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade conservadora foi, desde o surgimento da profissão até os anos 1980, aquele que deu a direção social à profissão. Agora podemos falar em pluralismo teórico e político no Serviço Social brasileiro, diversidade com direção social construída no debate qualificado e democrático daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de ‘batalha das ideias’ (CFESS, 2018, p. 02).

Esta teoria nos mune de reflexões pertinentes que nos levam para além do que está posto,

buscando apreender as raízes das demandas que não estão no indivíduo, como propõe o Serviço Social Libertário, ao ter a centralidade da atuação no ser humano. Sendo assim, as contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico dialético permitem delinear um exercício profissional alinhado aos interesses das/os usuárias/os dos serviços e programas sociais, bem como delimitar as nossas atribuições e competências de acordo com a nossa formação profissional.

Desta feita, não podemos corroborar com a afirmação de que o atual posicionamento político é responsável pela perda de espaços socio ocupacionais - a exemplo do Serviço Social clínico - tendo em vista que buscamos a articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas conforme o entendimento do significado social da profissão.

Por conseguinte, é imperioso ressaltar que a atual direção social da mesma requer princípios e valores que contraponham as demandas postas pela fase contemporânea do capitalismo e pela ideologia da pós-modernidade fundada na imediatividade, na fluidez das relações, na individualização dos problemas sociais, no apelo à ordem, na defesa da propriedade privada.

e) Nova configuração do Serviço Social (Teses 21 e 23).

Partindo do entendimento de que o objeto de atuação do Serviço Social deve ser centrado na realização humana, se faz necessário dar continuidade ao que Mary Richmond vislumbrou: **“sermos artífices das relações sociais, e hoje de forma contextualizada, podemos afirmar e sermos considerados como os profissionais Designers das relações sociais”** [grifos do autor] (OLIVEIRA, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 32). Ou seja, **“o serviço social no século XXI pode e deve ser uma ciência social aplicada na gestão do design de serviços sociais para o bem-estar e sustentabilidade humana”** [grifos do autor] (Idem, p. 36).

Destarte, devemos passar a criar projetos para aplicação na vida dos “clientes” e estes transformarem sua realidade. Mas é possível a realização humana em uma sociedade que nega as condições de se ter uma vida digna em prol do acúmulo de riqueza? Como ser profissionalmente realizada se os postos de trabalho estão sendo reduzidos em virtude da constante substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto? Como é possível a realização humana em uma sociedade na qual o progresso e riqueza de uma minoria depende, organicamente, do retrocesso e da pobreza da maioria?

Diante as indagações postas, ousamos dizer: é impossível um exercício profissional neutro; é importante resistirmos cada vez mais diante do avanço conservadorismo, sem

abdicarmos da reflexão crítica, da desmistificação da realidade, da desnaturalização das discriminações, opressões e explorações. Enfim, consideramos fundamental o aporte na teoria e no método marxista para a apreensão sócio, histórica, política, econômica e cultural das demandas que nos chegam. Não podemos ignorar as determinações concretas da estrutura e organização social e desprezar/menosprezar a relação existente entre negações de direitos, desmonte das políticas sociais públicas, aumento do exército industrial e assistencial de reserva com a reestruturação produtiva, a financeirização e a contrarreforma do Estado.

Destarte, fica nítido que as sustentações argumentativas do Serviço Social Libertário são prenes da possibilidade de retrocesso à profissão, essencialmente, reverberam-se sob às matrizes do conservadorismo, sob a manto da necessidade da tecnificação e da neutralidade. A profissão avançou nas últimas décadas, amadurecendo em suas várias dimensões formativas, organizativas, investigativas, do exercício profissional e da produção do conhecimento e nesse sentido, foi possível identificar o seu real significado sócio-histórico, que não pode se subsumir a uma razão instrumental da e para ordem burguesa.

Conclusões

Em tempos de crise avançam o conservadorismo e o irracionalismo, reiterações em favor de um *status quo* e do resgate de uma classe dominante decadente, intensificando a opressão e exploração de classe, sexo e de raça, mas também de sexualidade e de geração. Entretanto, dialeticamente, há construção de resistências e lutas contra-hegemônicas.

O movimento de contra hegemonia há séculos vem sendo construído, de geração em geração. Forjado no corpo da resistência nas fábricas, nas praças, nas casas, nos quilombos, esse movimento segue nas ruas, pois, para muitos/as, a resistência é a forma mais imanente de existência, visto o processo de dominação que transforma homens e mulheres em objetos/coisas, usurpando-lhes a própria condição de humanidade.

Contrário a essa perspectiva de resistência, o Serviço Social libertário reanima traços do conservadorismo na profissão. A articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa é basilar para a compreensão crítica das propostas de cunho conservador das 23 teses apresentadas pelo Serviço Social libertário. Ao defender a desvinculação da profissão da questão social, da militância, dos movimentos sociais, bem como da perspectiva crítica de análise da realidade envereda pela naturalização da miséria e da violência, contribui com a banalização e militarização da vida cotidiana, com a criminalização da pobreza calcificando as relações sociais capitalistas Além disso, tecnifica-se o exercício

profissional ao esvaziar o caráter de classe da questão social, individualizando/moralizando suas expressões.

Na direção contrária, o Projeto Ético Político, orientado pela defesa da emancipação humana, afirma o compromisso do Serviço Social brasileiro com a problematização das condições objetivas de vida das/os usuárias/os, a defesa da garantia dos direitos sociais e da democracia, o pluralismo de ideias e correntes teóricas que comunguem com os princípios e valores da projeto hegemônico e os movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos fundamentais, que evidenciam as demandas e inquietações da classe trabalhadora. Logo, a neutralidade tecnicista proposta pelo Serviço Social libertário, é um recuo à perspectiva crítica e comprometida com a classe trabalhadora no âmbito da profissão.

A defesa do Projeto Ético Político demanda a necessidade de lutarmos em defesa de uma formação profissional gratuita, presencial e de qualidade; de uma formação e atuação profissionais que prezem pelos princípios postos no Código de Ética de 1993; das novas diretrizes Curriculares (1996); da Lei que Regulamenta a profissão (8662/1993), dentre outros aportes éticos e normativos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como as resoluções, que regulam a construção de uma profissão voltada aos direitos da classe trabalhadora/nosso público usuário e à diversidade humana. Isso nos exige ir além das demandas institucionais e transcender a aparência e o imediatismo que permeiam nossos espaços sócio-ocupacionais.

Para nós, é no movimento contra hegemônico associado ao referencial marxista, que o Serviço Social constrói seu processo de “renovação”. Desse modo, a resistência se constitui um meio pelo qual defenderemos nossos fundamentos, princípios e valores, afinal

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2011, p. 215).

Como partimos do entendimento de que o conservadorismo carrega nítidas marcas da formação elitista, patriarcal e racista do Estado brasileiro, logo a “renovação” do Serviço Social, é também tributária de uma luta classista, feminista e antirracista. Em outras palavras, enquanto houver conservadorismo, haverá a necessidade de resistir e insistir no processo de “renovação” profissional como um *continuum*, ou seja, um movimento dialético e ininterrupto contra todas as formas de opressão e exploração.

Referências

- ÁVILA, M. Betânia. **O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominações, explorações e resistências**. Tese doutorado em Sociologia. Recife: UFPE, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARROSO, Milena F. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. Tese de doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.
- BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Trad. Renato de Assumpção, Denis Fontes de S. Pinto e Carmen Lídia R.R. Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CANTALICE, Luciana. Neoconservadorismo na Produção do Conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o Projeto Profissional. **Temporalis** v.16, n.32, p.231-259, fev. 2017. Disponível em: <http://periódicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>.
- COUTINHO, Carlos N. **O Estruturalismo e a Miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Educação como direito e sem censura para a formação de Assistentes Sociais qualificados/as**. [CFESS Manifesta] Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-Site.pdf>. Acesso em 10 Jun. 2019.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Educação não é fast-food!** Campanha diz não para a graduação à distância em Serviço Social. [CFESS Manifesta] Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/603> Acesso em: 13 Nov. 2017.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Novas Expressões, 2012.
- CISNE Mirla; SANTOS, Silvara Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8. São Paulo: Cortez, 2018.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.
- IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, março 2010.
- LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf. Acesso: 08 Jun. 2019.
- MARX, K; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, Istiván. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, Reginaldo C. O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, pp. 79-88.
- MOTA, Ana Elizabete. “Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil

- e na América Latina”. In: **Configurações** [Online], 10 | 2012. Consultado em 19 abril 2019. URL : <<http://journals.openedition.org/configuracoes/1324>>
- NETTO, José P. Posfácio. In: COUTINHO, **O Estruturalismo e a Miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- NETTO, Leila E. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Paraná, 2017. Disponível: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>. Acesso: 17 Maio 2019.
- RAMOS, Sâmia R. Limites e possibilidades do Projeto Ético-Político. In: **Revista Inscrita**. n. 12. Brasília: CFESS, 2009.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Princípios do Serviço Social Libertário** [Post da rede social Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/897486883928855?__tn__=K-R>. Acesso em: 10 de Jun. de 2019.
- SOUZA, Jamerson M.A. de. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. N.122, p.199-223 abr-jun/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>.

Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico: implicações para o projeto ético-político profissional

Angely Dias da Cunha*
Ariadna Nunes**

RESUMO: Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e documental alicerçada no materialismo histórico-dialético e tem por objetivo geral analisar a presença do conservadorismo higienista no serviço social clínico e seus desdobramentos para efetivação do projeto ético-político. Com o intuito de apreender o objeto por meio das categorias heurísticas do método crítico-dialético problematiza-se o avanço do conservadorismo na sociedade e no serviço social em uma conjuntura marcada pela crise do capitalismo e contrarreforma do Estado. Nessa análise ontológica, identificou-se a presença de um perfil profissional terapêutico conservador adequado à reprodução do capitalismo e contrário ao projeto ético-político.

Palavras-chaves: Conservadorismo; Serviço Social Clínico; Serviço Social; Projeto Ético-Político.

Aspects of hygienist conservatism in clinical Social Work: implications for the professional ethical-political project

ABSTRACT: This article is the result of bibliographical and documentary research based on historical-dialectical materialism and its general objective is to analyze the presence of hygienist conservatism in clinical social work and its consequences for the realization of the ethical-political project. In order to apprehend the object through the heuristic categories of the critical-dialectical method, the advancement of conservatism in society and social service is problematized in a situation marked by the crisis of capitalism and counter-reform of the State. In this ontological analysis, the presence of a conservative therapeutic professional profile suitable for the reproduction of capitalism and contrary to the ethical-political project was identified.

Keywords: Conservative; Clinical Social Work; Social Work; Ethical-Political Project.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Graduada em serviço social pela Universidade Estadual da Paraíba. Foi membro do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS). Participou do projeto de pesquisa que tem como título Tendências da Formação Acadêmico-Profissional do Serviço Social na Paraíba: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas. Participou como monitora bolsista da disciplina Formação Sócio-Histórica do Brasil. Estagiou nas Unidades Básicas de Saúde nos bairros Das Cidades, Cruzeiro e Três Irmãs, no município de Campina Grande-PB, na qual desenvolveu um projeto de intervenção, que teve como objetivo Os Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

** Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Pitágoras Unopar e em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Aldemar Rosado (FAR). Assistente Social na Secretária de Assistência Social de Natal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo oriundo de pesquisa bibliográfica e documental tem o objetivo de analisar o avanço do conservadorismo no serviço social mediante as influências higienistas presente na gênese da profissão e seu fortalecimento por meio do serviço social clínico em uma conjuntura atual de crise do capitalismo e contrarreforma do Estado.

Os objetivos específicos traçados, diante disso, é identificar as características do pensamento conservador higienista na gênese da profissão e os elementos de continuidade no serviço social clínico; apreender as mediações que envolvem o conservadorismo no interior da profissão e as implicações para efetivação do projeto ético-político crítico; e relacionar a conjuntura de contrarreforma do Estado e de crise do capitalismo com o avanço do conservadorismo na contemporaneidade.

Esse trabalho surge dos resultados de pesquisa advindos do mestrado, no qual foi possível concluir que na atualidade existem dois perfis de profissionais: um formado em instituições cujo compromisso é com a perspectiva crítica e o projeto ético-político e outro formado em instituições voltadas, exclusivamente, para o mercado de trabalho, muitas vezes baseadas na ideologia neoliberal do empreendedorismo, do voluntariado, da subjetividade e da culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso profissional.

Esse último perfil tem sido formado massivamente para atender as exigências do capitalismo, e na prática profissional vem recuperando e fortalecendo os elementos do conservadorismo presentes na gênese da profissão. Verifica-se, diante disso, um avanço do conservadorismo com novas expressões por meio da formação desses perfis com foco na clínica e em práticas terapêuticas cuja proposta é reivindicar um novo projeto profissional.

Nesse sentido, tem-se diante da conjuntura marcada pela contrarreforma do Estado e crise do capitalismo, um ambiente propício para proliferação de práticas conservadoras baseadas na clínica e na subjetividade, ou seja, um perfil de profissional contrário à perspectiva crítica, baseado em vertentes alinhadas ao conservadorismo que estiveram presentes nas protoformas da profissão, dentre essas, as influências higienistas.

Outrossim, também apontamos aqui alguns resultados dos trabalhos desenvolvidos no nível de iniciação científica, cuja pesquisa pautou-se em compreender como a agenda higienista se apresenta no Brasil durante o período do Estado Novo, bem como sua influência no surgimento das primeiras escolas de serviço social.

O debate sobre o higienismo intensifica-se no Serviço Social na segunda metade dos anos noventa e tem como obra de referência o trabalho de Vasconcelos (2000), na qual, segundo a autora, o surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica

do trabalho está intrinsecamente relacionada ao processo de desenvolvimento capitalista, mas chama a atenção para algumas particularidades, que nos incitam a repensar a história analisando certas determinações regionais, dentre elas, as ideias higienistas de base positivista, com foco na técnica, as quais se fizeram presentes na carta constitucional de 1934 e na emergência da escola de serviço social do Rio de Janeiro instituído pela deputada Dra. Carlota Pereira de Queiroz.

Nesse lastro, o serviço social tem como base de fundamento o positivismo e uma prática baseada na higiene e no ajustamento daqueles que se encontravam à margem do processo de produção. Essa prática com contornos clínicos atravessou a história do Serviço Social e na atual conjuntura de recrudescimento do conservadorismo tem ganhado densidade e apoio de profissionais, por meio de um movimento contrário ao projeto ético-político e a perspectiva crítica, chamado de Serviço Social Clínico.

Esse movimento, por sua vez, é composto por um grupo de Assistentes Sociais que reivindicam a legalidade do uso de terapias no exercício profissional do/a Assistente Social, sob o argumento de que a base teórico-metodológica, hoje hegemônica na profissão, é insuficiente para lidar com a subjetividade. Assim, por uma compreensão equivocada acerca do pluralismo metodológico na profissão, eles/as buscam a “possível” convergência entre a clínica e o político para o reconhecimento de um possível caráter terapêutico do serviço social.

Diante disso, esse trabalho se pauta no aprofundamento dos conhecimentos relacionados aos fundamentos críticos do Serviço Social, buscando desvelar os desafios, possibilidades e como tem se colocada à linha de continuidade do conservadorismo na profissão.

Para isso, esse processo esteve pautado nos seguintes procedimentos metodológicos: realização de levantamento bibliográfico e documental a partir de discussões e documentos disponibilizados pelo serviço social clínico, dentre elas, livros e artigos de autores vinculados a esse movimento, além de material crítico produzido pelo conjunto CFESS/CRESS, incluindo ainda, fontes de onde foram extraídos dados empíricos sobre o projeto ético-político profissional, debate acumulado no interior da profissão relacionado aos fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social e as resoluções sobre as atribuições e competências do/a Assistente Social, configurando-se em uma pesquisa quati-qualitativa, ou seja, que pretende responder as questões particulares sobre a realidade que não podem ser quantificadas, mas considera os dados quantitativos para que seja possível analisar o avanço do conservadorismo e apontar as mediações que contribuem para sua proliferação (MINAYO, 2004).

O referencial teórico-metodológico da investigação teve como alicerce o método

materialista histórico-dialético, por entendermos que as categorias que emanam da realidade só podem ser analisadas para além das aparências, a partir de uma aproximação sucessiva do real. Sendo assim, considerando essa perspectiva, os procedimentos nos possibilitaram o necessário afastamento do pensamento cotidiano, permitindo-nos, mediante o suporte da teoria social crítica, a aproximação aos aspectos que conformam o objeto em questão, na busca por sua lógica interna.

Dito isso, didaticamente o presente artigo se estrutura da seguinte forma: no primeiro momento introduzimos o debate sobre o conservadorismo presente no movimento higienista e suas particularidades na gênese no Serviço Social. No segundo, problematizaremos a contrarreforma do Estado e o avanço do conservadorismo e a recuperação dos elementos higienistas com o serviço social clínico. E, por último, apontamos nossas considerações finais acerca desse debate.

O conservadorismo na gênese da profissão: A origem e concepções do higienismo

A proliferação do conservadorismo enquanto ideologia da classe dominante em uma conjuntura marcada por uma crise rastejante, global e política tem contribuído para construção de uma cultura burguesa de radicalização do neoliberalismo e, conseqüentemente, de retrocessos nas políticas sociais.

Esse modelo reacionário conservador demarcado pela mundialização da força política da extrema-direita com seu projeto moralista, militarista e irracional tem proporcionado um terreno fértil para formações de perfis e atuações profissionais cuja compreensão de realidade se limita às aparências e ao ajustamento moral.

A questão social volta, portanto, a ser compreendida pela burguesia enquanto caso de polícia e de higiene social capaz de ser resolvida apenas com o ajustamento dos indivíduos e limpeza das cidades. A política social, por sua vez, como instrumento de resposta utilizada pelo Estado para atender às demandas advindas da classe trabalhadora, nessa conjuntura de avanço do conservadorismo, retoma suas bases filantrópicas da caridade, do aconselhamento e ensinamento relacionado à higiene pessoal.

Sendo assim, a reprodução e recuperação de traços do conservadorismo no cenário intelectual, cultural e político da sociedade são elementos para identificar os dilemas e contradições que passam o serviço social na última década. Particularmente, esse conservadorismo presente na sociedade se espraia pela profissão, fortalecendo e recuperando elementos que estiveram presentes na sua gênese.

Esse fortalecimento no interior da profissão, na atual conjuntura, tem sido representado pelo chamado serviço social clínico. Conhecido comumente como serviço social terapêutico, adepto do positivismo, esse movimento é liderado por profissionais formados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e por estudantes, concluintes e assistentes sociais oriundos do ensino privado, majoritariamente, do ensino à distância.

As críticas que sustentam esse movimento são ao projeto ético-político profissional, às Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e, com isso, reivindicam o reconhecimento clínico, enquanto espaço sócio-ocupacional da profissão. Logo, defendem uma prática profissional pautada no autoconhecimento, na facilitação de acesso aos serviços da comunidade, na mudança subjetiva, no reforço da dinâmica interna de cada indivíduo, na autoestima, na ajuda para superação de crises, na potencialização da força da vida interna e apresentam como aportes teórico-metodológicos as vertentes teóricas da Psicanálise, Psicoteologia, Teoria Sistêmica, Teoria Construtivista, Antropologia Cultural, a Psicoteologia, entre outras derivações (CFESS, 2012).

Essas pautas recolocam na agenda da profissão duas problemáticas presentes nos fundamentos do Serviço Social: o sincretismo prático e o ecletismo teórico. Ambos contribuem para uma visão reificada da realidade e da própria produção de conhecimento e elaboração teóricas, pois as categorias e conceitos de análises se resume aos “olhares” e ao abstrato, uma mistura de correntes teóricas e ações práticas com direcionamento contrário ao materialismo histórico-dialético, conseqüentemente, ao projeto ético-político da profissão (NETTO, 2001).

Em linhas gerais, o serviço social clínico mantém aspectos do higienismo presente na gênese da profissão, elencando a higiene enquanto auspícios da medicina. O higienismo, por sua vez, torna-se uma corrente de pensamento após os trabalhos de Pettenkoffer, Metchnikof e principalmente de Pasteur, que, por intermédio de suas descobertas, reservou certa independência à disciplina, sem que com isso a divorciasse inteiramente dela.

Assim, com o desenvolver da disciplina, a higiene assumiu os cuidados maternos com a higiene da espécie; depois, com as crianças, com a higiene infantil; na escola, com a higiene escolar; na profissão, com a higiene do trabalho; no indivíduo, com a higiene corporal; na alimentação, com a higiene alimentar; na habitação e no meio físico, com a higiene urbana e sanitária; com as moléstias infectocontagiosas, através da higiene profilática; e até na morte do indivíduo e a localização “dos cemitérios, sepultamento ou incineração dos cadáveres, etc.” (OLIVEIRA *apud* WANDERBROOCK JUNIOR, 2007, p. 20).

Dessa forma, a higiene abrange um amplo leque de preocupações paliativas no tocante às expressões da questão social que comporta o ciclo da vida humana, desde o nascimento à

morte, tornando-se fonte vital para a manutenção do modo de produção, modelo, inclusive, adotado na atualidade pelo Governo de Michel Temer e, já, muito presente no Governo de Jair Bolsonaro.

O higienismo, nesse sentido, busca esclarecer o paradoxo da convivência num mesmo indivíduo de um comportamento aparentemente racional e “normal” e atos repentinos e irresistíveis de extrema periculosidade, ou seja, buscando os sinais escondidos de desordem atrás das aparências de um comportamento racional os psiquiatras a serviço da ordem atuam enquanto “higienistas do espírito”, ou de ‘higienistas sociais’, indo além da cura mental (REIS,1994).

Esse modelo de atuação influenciou durante o século XIX os profissionais que atuavam e estavam inseridos no debate da saúde mental para que voltasse sua prática às causas do crescimento do número de alienados sendo tratados como a parcela violenta e perigosa da sociedade, geralmente mantidos acorrentados para que não se corra risco com sua denodada periculosidade e, por outro, desenvolvesse uma série de mecanismos que privilegiassem os meios higiênicos e profiláticos para a prevenção, sobretudo, naqueles, cujos meio ambiente, eram considerados pelos psiquiatras como amoral, desordenados e de miséria.

Portanto, o objetivo da atuação sobre as expressões da questão social, nesse período, passava a ser a profilaxia “preservadora”, tentando modificar as condições intelectuais, físicas e morais daqueles que foram expulsos do mundo do trabalho por serem considerados inadequados, conseqüentemente foram marginalizados pela sociedade (REIS,1994).

Essa compreensão conservadora de atuar sobre os fatos sem desvelar seus determinantes tem influência direta da produção intelectual de Emile Durkheim e do Charles Darwin ao naturalizar o processo de exploração, alienação e estranhamento do homem com relação ao resultado do seu trabalho.

O conservadorismo higienista com sua base teórica comprometida com o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, defende que todos os organismos descendem, com modificações, de ancestrais comuns e o principal agente de modificações é a ação da sua origem natural sobre as variações individuais. Resumidamente, a pobreza é biológica e não pode ser modificada, a possibilidade nessas situações é o ajustamento e o enquadramento, e isso é possível com o uso da terapia.

A partir dessa linha de pensamento é que Francis Galton publicou em 1869, o livro “O Gênio da Hereditariedade” e criou o conceito de "Eugenia" - que seria a melhora de uma determinada espécie através da seleção artificial. De caráter positivista, a eugenia surgiu como um movimento de higiene mental originado nos Estados Unidos da América (EUA), que se

difundiu pela Europa nos fins do século XX e na América Latina sua proliferação acontece com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923.

Na prática, esses tipos de teorias influenciam governos fascistas na criação das leis de eugenia negativa – impedindo pessoas consideradas "não adaptadas", como deficientes e doentes mentais de não terem filhos, - ou de eugenia positiva, encorajando as pessoas com ascensão financeira e condições físicas “adequadas” a terem filhos para criar uma raça superior. Gradativamente, tais teorias supramencionadas irão compor um conjunto de ideias eugênicas se transformando em movimento social e científico, com a fundação de muitas sociedades em diversos países, culminando em congressos internacionais durante o contexto da segunda guerra mundial.

Dessa forma, a ciência formula um programa de higiene social funcional à ordem que passa a “ser assumido pelo Estado, articulado à política social e econômica que vai atingir principalmente os trabalhadores e assalariados” (VASCONCELOS, 2000, p.123).

Diante disso, segundo Vasconcelos (2000) o Serviço Social surge inserida na divisão social e técnica do trabalho, estando intrinsecamente relacionada ao processo de desenvolvimento capitalista e sua gênese sofreu influências na década de 1920 desse movimento higienista, resguardas as particularidades regionais, o que de forma diferenciada se apresenta nas primeiras grades curriculares das escolas de serviço social do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Dando suporte teórico a essas influências, Mary Richmond escreve seu primeiro livro intitulado: Diagnóstico Social, publicado em 1917, já fazendo referência a Meyer e Mary Potter Brooks, pioneira no método de serviço social psiquiátrico e do movimento de higiene mental. Logo, a influência das teorias psiquiátricas no serviço social torna-se hegemônica a partir da entrada dos EUA¹ na primeira Guerra Mundial (1914-1918), que desde então, passou-se a exigir dos/as Assistentes Sociais a abordagem psicológica em seu trabalho.

Assim, nos anos posteriores à Guerra nota-se uma crescente fusão do serviço social com a psiquiatria e o movimento de higiene mental, expressos na National Conference of Social Work em 1919 em Atlantic City. Nessa conferência, cita-se o trabalho de Mary Jarrett intitulado “A penetração psiquiátrica através de todo o Serviço Social de caso” em que defende:

A compreensão que a psiquiatria poderia dar ao trabalhador social ligado a serviços não psiquiátricos, particularmente para o trabalhador das

¹ Desse modo, o Serviço Social surge nos EUA no setor psiquiátrico sob influência das experiências de Adolf Meyer, diretor do Pathological Institute que relacionava o meio ambiente do paciente e o conjunto de sua personalidade na compreensão da doença mental. Os profissionais trabalhavam no enquadramento dos indivíduos e para isso coletavam dados sociais, econômicos, hereditários, físicos, familiares, mentais e emocionais dos pacientes (VASCONCELOS, 2000. p. 135).

organizações de caridade, iluminando todas aquelas irregularidades e contradições da personalidade que fizeram o Serviço Social se tornar uma profissão tão obscura e frustrante, e que os princípios da higiene mental poderiam levar à promoção do desenvolvimento normal e saudável dos indivíduos. (VASCONCELOS, 200, p,137)

Dessa forma Mary Jarrett propõe a inserção do ensino da psiquiatria na formação profissional do serviço social e Virginia Robinson com seu livro intitulado “Uma psicologia em mudança no Serviço Social de casos” em 1939 influenciou a categoria para uso da psicanálise e do papel terapêutico.

Sendo assim, identificando à presença higienista do cenário internacional no Brasil, Vasconcelos (2000) nos chama atenção para a limitação historiográfica acerca do Serviço Social belga e francês no país e constata por meio de análise das leis e dos currículos de formação profissional das Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo a presença do conservadorismo higienista. Assim, a influência do higienismo a partir dos anos de 1920, se deu nas duas linhas principais de ação do serviço social da época: a das superintendentes de fábrica e das visitadoras sociais, a primeira relacionada à higiene do trabalho e a segunda estabelecendo a junção dos médicos higienistas, enquadrando-os dentro de estruturas já existentes.

Dessa forma, ressalta Vasconcelos (2000) que a influência higienista não se deu apenas no âmbito legislativo e doutrinário durante o governo de Vargas, sob influência da Liga Brasileira de Higiene Mental, mas foi evidenciada na primeira escola de serviço social do Rio de Janeiro instituído pela deputada Dra. Carlota Pereira de Queiroz. Desse modo, o movimento de higiene mental, em relação ao qual o Serviço Social católico se aliou se deu numa relação de complementariedade e de demarcação de áreas de competência.

Nesse interim, o Serviço Social não surge unicamente pelas influências da doutrina católica, mas também, em algumas regiões, pela influência do movimento higienista. Assim identifica-se

[...] na gênese da profissão na América Latina, tendo o caso argentino como pano de fundo, duas matrizes ou filosofias fundacionais ou geradoras: a matriz doutrinária, e uma matriz de “base racionalista e laica, ligada ao movimento dos médicos higienistas”. Segundo ele, essas duas matrizes, muito longe de contraporem-se entre si, se complementaram e se confundiram, adquirindo formas e pesos diferentes de acordo com as realidades nacionais e regionais (PARRA *apud* VASCONCELOS 2000, p.159).

Segundo Vasconcelos (2000) a relação entre o catolicismo e o projeto higienista além de estabelecer uma relação complementar também demarca áreas de competência, claramente explicitado na CF/1934, de inspiração higienista, de relevância extraordinária, desde o amparo

à maternidade e à infância.

Sendo assim,

[...] abriu-se um espaço para uma formação higienista explícita e direta no currículo de suas escolas, através de um forte conjunto de disciplinas do curso de graduação, que é integrado de forma complementar ou subordinada à abordagem doutrinária católica na escola paulistana. No caso da primeira escola de Serviço social do Rio de Janeiro, o conteúdo doutrinário católico, não foi incluído, restando apenas o conteúdo médico. Tais disciplinas higienistas permaneceram na escola do Rio de Janeiro (interior e capital) até a mudança curricular feita pelo Conselho Federal de Educação de 1970. (VASCONCELOS 2000, p.151).

Nesse processo há pontos comuns da formação profissional com a plataforma higienista, a saber: 1) a eugenia, enquanto saneamento racial para melhoramento da raça, sendo aplicadas medidas mais brandas no contexto brasileiro; 2) a reformulação da abordagem do “*psychopata*”, com a constituição de órgãos governamentais definidores e coordenadores das políticas sociais e fiscalização das atividades no âmbito público e privado; além de ampliação e descentralização dos espaços dos hospícios, asilos e colônias agrícolas e a flexibilização de mecanismos de internação; e a 3) ampliação das práticas de higiene mental e educação eugênica para a população em geral em suas diferentes esferas, como exemplo: a criação de ambulatórios, dispensários e clínicas de higiene mental, a coordenação de serviços sociais e de proteção à infância e juventude, serviços de organização do processo de trabalho fabril e programas especiais para o alcoolismo, drogadição, sífilis e o controle do crime, jogo e da prostituição (REIS,1994).

Assim sendo, no âmbito prático-operativo com a influência do higienismo, a base do serviço social é sincrética e funcional à reprodução ampliada da sociedade burguesa, por meio do discurso e da reiteração de procedimentos, de acordo com o receituário institucional — expresso em metas, objetivos específicos, prazos, público-alvo, planejamento, estatísticas, balanços, metodologias, terapia familiar e constelação. Desta forma, o serviço social era utilizado como uma profissão estratégica para o capital no sentido da sua perpetuação de supremacia dominadora, a qual também se alia a essa perspectiva de um “projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (NETTO, 2001, p.75-77).

Todavia, essa relação do serviço social enquanto estratégica para o capital vinculado unicamente as vertentes conservadoras passa a ser questionado a partir da efervescência das lutas sociais nos anos 1960, onde se instaura um processo de desgaste do tradicionalismo profissional, denominado por Netto (2011) de erosão do serviço social tradicional, cujas expressões atingem também outros países da América Latina, ficando reconhecido como Movimento de Reconceituação (MR), o qual irá se desdobrar no processo de renovação do

serviço social no Brasil. Diferenciado internamente, o MR se expressou através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o serviço social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radical-democratas (NETTO, 2005).

Resumidamente, Netto (2005) vai mencionar que nesse movimento existiam diferentes visões de mundo, diferentes matrizes teóricas e diferentes práticas, desgastando o monolitismo de valores e crenças fomentados pela doutrina católica. Esse movimento se desdobrará efetivamente no Brasil por meio da Renovação do Serviço Social no Brasil, a partir dos anos de 1970, período marcado pela ditadura militar. Essa renovação, por sua vez, em seus três momentos apresenta diferentes vertentes as quais demarcam o conservadorismo na profissão e a tentativa do seu rompimento, sendo conceituado como: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intensão de ruptura.

Esse processo em seus momentos correspondeu a um movimento lento e gradual, permeado por avanços e recuos, de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, cujo resultado sinalizou para laicização da profissão, a explicitação do seu caráter político e a instauração do pluralismo teórico, prático e ideocultural.

Dessa forma, a profissão a partir dos anos 1980, por meio da “intenção de ruptura”, uma das tendências que se colocara na Renovação do Serviço Social no Brasil, passou a ter condições de questionar os suportes teórico-político-ético e ideoculturais da sociedade burguesa e do próprio serviço social, enfrentando e denunciando o conservadorismo societal e profissional, assim “é com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática” que a intenção de ruptura levou à discussão do pensamento crítico marxista a “seguintes profissionais ponderáveis, se espalhando” (NETTO, 2011, p. 248).

Sendo assim, com a introdução do pensamento crítico marxista no serviço social é que emerge o debate acerca da materialidade histórica da profissão, do seu imbricamento com a emergência do capitalismo na sua fase monopólica, do seu compromisso com a classe trabalhadora e com a definitiva recusa às formas tradicionais/conservadoras da profissão, permitindo, portanto, a apreensão do serviço social enquanto profissão inserida na esfera da produção e reprodução da vida social, ou seja, na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2012). É assim que a profissão vai ampliar seu horizonte ideocultural com desdobramentos nos anos vindouros no Projeto Profissional comprometido com um projeto de classe emancipatório, expresso no Código de Ética de 1993, nas Diretrizes Curriculares de 1996 e na Lei que regulamenta a profissão de

1993.

Ao assumir claramente o caráter político da profissão, o segmento em questão se coloca contrária a pseudoneutralidade política e científica e em defesa de um projeto de classe em disputa na sociedade – o projeto da classe trabalhadora, rompendo com os valores profissionais até então, e defendendo: a democracia, a igualdade social, a não exploração e discriminação de classe, raça, etnia e gênero, a emancipação humana como fim último.

Todavia, na atualidade, tal consolidação da intenção de ruptura, é permeada por um processo de transformações societárias oriundas da crise estrutural do capitalismo e das contrarreformas do Estado, alicerçada na adequação ao processo de reestruturação produtiva demandada pela oligarquia financeira mundial.

É nessa conjuntura adversa ao arcabouço construído pela categoria profissional, que o conservadorismo tem ganhado expressão na sociedade e no serviço social com a intensificação do tecnicismo, do pragmatismo, do imediatismo e da defesa de práticas terapêuticas, onde encontra respaldo na contrarreforma do Estado, a qual tem redirecionado as políticas sociais e solicitado um perfil profissional conservador cujo objetivo é o ajustamento social.

A contrarreforma do estado brasileiro e o avanço do conservadorismo com o serviço social clínico

A contrarreforma do Estado é um conjunto de estratégias e respostas do capital para enfrentamento da crise que reforça o avanço do conservadorismo, configura-se na dominância do capital portador de juros, na intensificação da supercapitalização, na reestruturação produtiva, que conjuga inovação tecnológica e organizacional com velhas práticas predatórias de acumulação primitiva, no ajuste estrutural do Estado, de acordo com a nova racionalidade hegemônica e com todo o ideário neoliberal a ela vinculado, que tem seus rebatimentos na organização do trabalho.

As intituladas “reformas” do Estado brasileiro são orientadas e designadas para atender o mercado, na conjuntura em que as complicações no âmbito econômico, político e social eram mencionadas pela burguesia como consequências do próprio Estado, para isso era preciso racionalizá-lo e reformá-lo com ênfase no processo de privatizações e no desmonte da seguridade social, ainda não implementada, mas garantida via constituição. Contudo, a ofensiva neoliberal, acima de tudo, passou a desprezar as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e a taxá-la como perdulária e atrasada na abertura do novo projeto de sociedade.

Trata-se de uma reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de

reprodução social, na qual as principais metas foram/são: redução de gastos públicos; ampliação da participação do setor privado lucrativo e não lucrativo; redução das contribuições das empresas; desenvolvimento de políticas focalizadas na pobreza; desenvolvimento de atividades voluntárias integrantes aos serviços públicos (MOTTA, 2015).

Diante disso, o Estado submetido aos ditames dos organismos multilaterais entra na “nova” era histórico universal – da globalização/ mundialização –, por meio da desregulamentação e da flexibilização, redução considerável do papel político e participativo da sociedade, configura-se como “um Estado mínimo para classe trabalhadora e máximo para o capital” (NETTO, 2012).

Nesses termos, o Estado passa a adotar uma perspectiva de “racionalização” do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da seguridade social, a precarização do trabalho, marcada pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde, da previdência e da educação.

Para seus defensores, o modelo burocrático, caracterizado como rígido, hierarquizado, autocentrado, orientado para os processos, devia ser reavaliado e teria que ceder lugar ao modelo gerencial descentralizado, orientado para os cidadãos e para obtenção de resultados. Em nome da purificação ética, da modernidade e da eficiência, as contrarreformas do Estado atingiram as instituições e a própria política, provocando separações entre cidadão e o Estado, e transformando o ajuste de contas em práticas do velho patrimonialismo, conseqüentemente, tem-se o crescimento da dívida pública – com aumento dos encargos financeiros –, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais (NOGUEIRA, 1998, p. 170).

Os desdobramentos da implantação dessa proposta de Estado, capitaneada pelas orientações dos organismos multilaterais, retiram o Estado de setores estratégicos da atividade econômica, provocando uma redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica. Retirou-lhe a função de planejar, regular e conduzir o sistema econômico. Isto significa que a reforma “[...] escolhe como bode expiatório, o gasto fiscal, e como vilão, o funcionalismo público, na verdade partes essenciais de qualquer processo de Reforma” (DAIN e SOARES, 1998, p. 72).

Em outras palavras, o discurso ideológico da contrarreforma se apresenta camuflado por uma defesa da inserção do país no mundo internacionalizado, mas na prática constituiu-se como um grande processo de privatização, desconstrução de direitos sociais e sedimentação de

consensos em torno das “reformas” necessárias ao capital em crise. Portanto, as contrarreformas do Estado são parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado.

Sendo assim, estabeleceu-se por parte dos governos neoliberais: 1) uma quebra nas resistências político-sociais: por meio da construção do consenso, segundo Netto (2001) através de “renovação ideológica da sociedade brasileira”, tendo em vista a luta ideológica intensa da direita e extrema-direita brasileira no campo midiático, social, cultural, educacional e artístico, com inteira desqualificação das oposições e de todas as propostas alternativas às políticas de governo, e, 2) uma fratura nos instrumentos jurídico-legais, sendo “a Constituição de 1988 a grande pedra no caminho” do projeto de reforma neoliberal, com a hegemonia do capital financeiro. A partir disso, incidiu um arsenal de medidas, portarias, regulamentações para abertura à movimentação do capital estrangeiro no país e, sobretudo, para romper “as barreiras” que impediam essa livre movimentação.

Na relação entre o público e o privado, o Estado passa adotar, sob orientação dos organismos internacionais, três posturas: 1) transferência de responsabilidade para sociedade civil, por isso o fortalecimento do Terceiro Setor e de iniciativas individuais em conjunto com um discurso de responsabilização dos indivíduos; 2) transferência de recursos e de suas responsabilidades para a iniciativa privada, nesse caso para o capital estrangeiro, mediante processo de desregulamentação dos direitos, flexibilização das relações trabalhistas, focalização-terceirização-privação das políticas sociais; e 3) intenso processo de precarização somado à financeirização e a propagação das ideias neoliberais, no sentido de intensificar a reificação e a fragmentação dos movimentos sociais.

Dessa maneira, as ações do Estado mediante adoção do neoliberalismo têm consequências nefastas para o trato das políticas sociais, pois obscurece a dimensão social dessas, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva - tida meramente como responsabilidade individual e relegam à dimensão social uma condição de subalternidade, bem como uma mediação quase obsoleta. A organização do Estado no bojo do neoliberalismo, a conformação da política social sob as características da focalização, seletividade e setorialização apontam para um contexto desfavorável para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, como demonstra Netto (2011), a política social no estágio atual do capitalismo não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria) com enfoque em práticas de caridade, conselhos e ajuda. Tais direcionamentos estão presente no documento “ponte para o

futuro” elaborado pela equipe de Michel Temer, no Programa Criança Feliz e no curso de educação financeira destinado aos beneficiários da política de assistência.

Decorrentes desse movimento, Netto (2012) mostra quatro traços das exigências do capital neoliberal: 1) a flexibilização da produção e das relações de trabalho; 2) a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros; 3) a privatização dos patrimônios públicos; 4) avanço do conservadorismo nas questões morais, familiares e individuais.

Dessa maneira, o Estado intervém no processo de acumulação dando prioridade à criação e ampliação das condições gerais da produção, definida de acordo com os níveis de organização e de reivindicação da força de trabalho. Sendo assim, de acordo com Cignolli (1985) a ação do Estado se inscreve em torno de dois eixos: de um lado, o controle das relações entre capital e trabalho; de outro, as sanções ao custo de rentabilidade dos fatores que estavam tradicionalmente envolvidos na produção destinada ao mercado externo.

Assim sendo, os novos processos produtivos têm implicado uma metamorfose na economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital, resultando diretamente na sociedade capitalista: crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital (NETTO, 2012). Evidencia-se, com isso, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da seguridade social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde e da educação.

Dessa forma, o capital tem encontrado respostas paliativas de enfrentamento ao acirramento das expressões da “questão social” em duas direções: 1) retomada do trato policialesco sobre as camadas mais pauperizadas; e 2) na configuração de políticas sociais assistencialista de cunho minimalista e paliativo. Por consequência, o colapso do desemprego, da fragilidade do trabalho e da “marginalização” do trabalho não salarial, implica em um momento de intensificação da barbárie.

Essas alterações ocorrem tanto “no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da unidade de ambos os planos na prática social)”. Modificam-se também, as hierarquias e as articulações de camadas médias, “tradicionais” (como a pequena burguesia urbana); suas camadas situadas no que se poderia chamar de rés do chão da ordem tardo-burguesa, cuja existência vem sendo degradada progressivamente pelo capitalismo contemporâneo: “a miríade de segmentos desprotegidos, que não podem ser sumariamente identificados ao *lumpen* ‘clássico’” (NETTO, 2012, p. 421).

Diante disso, o que se coloca nessa configuração societal nada mais é do que um nefasto avanço do conservadorismo, tanto no campo material/concreto das relações sociais – e isso se demonstra pelas elucidações teóricas acerca de como o Estado e o mercado se comportam nesse contexto –, bem como no campo subjetivo/abstrato dessas relações, tendo em vista que essa questão incide diretamente nas visões de mundo, de sociedade, de família e de homem dos seres sociais, as quais nessa quadra história têm sido capitaneadas pelos valores e ideologias dominantes na perspectiva de manutenção do *status quo*, e com isso espalhando as determinações da barbárie social.

E a partir dessa perspectiva, a requisição de profissionais, por parte do Estado para atuar nas políticas sociais, é de um perfil voltado para a subjetividade, a técnica e ajustamento familiar, comunitário e individual, uma atuação capaz de enquadrar os trabalhadores as normas do capitalismo.

Nesse sentido, Guerra (2010) elucida que as novas formas de gestão e relações de trabalho estabelecidas no marco das (re)configurações do mundo do trabalho, a exemplo da autorresponsabilização pela empregabilidade (à medida que o mercado lhe coloca como responsável pela permanência do seu vínculo empregatício); da incorporação de novas funções que se agregam às tradicionais (tendências que tem sido chamada de multifuncionalidade); da diluição da formação especializada e equiparação das diversas profissões do social (tendência à desespecialização), da abstração da necessidade de formação profissional dada a assunção de atividades simples (desprofissionalização); do desmonte dos direitos e suspensão da legislação trabalhista (desregulamentação); da intensificação do trabalho; da rotatividade; da exacerbação do individualismo e da competitividade, dentre outros. E tudo isso, redimensiona as intervenções dos/as assistentes sociais nas múltiplas expressões da questão social, incidindo diretamente nas demandas e respostas profissionais, na formação e na dimensão ético-política da profissão.

Guerra (2010), ainda argumenta que, esses perfis profissionais decorrem de uma série de incompreensões acerca do mandato social da profissão, frente à conjuntura de ajustes neoliberais e avanço da crise estrutural do capital. Assim, ao mesmo tempo em que se tem um marxismo idealista e militantista (seja da militância religiosa, seja de militância puramente política) tomando conta da profissão e tornando o projeto ético-político apenas uma orientação de *dever ser*, essa tendência conservadora voluntarista atualiza-se do fazer profissional como uma vocação, da prática de ajuda, adotando uma postura messiânica, que historicamente tem levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabe a nenhuma profissão.

Portanto, o eixo desencadeador desses perfis profissionais é a permanência de uma suposta neutralidade política no interior da profissão, a qual é compreendida como uma categoria homogênea, o que resulta na negação tanto das diferenças, quanto do diferente. Assim, o conservadorismo que marca o atual caldo da cultura profissional do serviço social é demarcado por um “novo sincretismo” (pós-moderno), provocando uma consequência fulcral no projeto de formação profissional crítico e, conseqüentemente no exercício profissional, posto que esses elementos metodológicos e ideo-políticos apartam a crítica da economia política do método e da teoria da revolução.

É no campo dessas transformações societárias e da solicitação de um perfil profissional adequado à ideologia dominante que práticas e formações conservadoras têm se fortalecido no interior da profissão, a exemplo disso, é o serviço social clínico alicerçado no conservadorismo higienista.

De acordo Sônia Teixeira um das defensoras dessa prática, em entrevista cedida ao Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, o objeto do trabalho profissional das práticas terapêuticas é a reintegração social, a ação com indivíduos, grupos, famílias em situações de crise, de sofrimento psicossocial, de risco pessoal e/ou social, pessoas com transtornos mentais, dependentes químicos, idosos, indivíduos em situação de desânimo, medo, desespero, angústia, estresse devido às transições da vida, depressão (CFESS, 2012).

A perspectiva adotada por essa tendência é o da psicologização – baseada nas disciplinas “clínicas”, como a psicanálise e a terapia de família. A prática engloba valores, metodologias e uma atuação voltada para pessoa-situação-ambiente, com instrumentais técnico-operativos baseados no diagnóstico, plano de tratamento psicossocial, atendimento individualizado, anamnese social, acompanhamento, visitas domiciliares, hospitalares e institucionais, anotações em prontuários, entrevistas, testes específicos, relatórios, grupo, oficinas terapêuticas, supervisão clínica, encaminhamentos para especialistas, terapia comunitária, terapia de orientação sistêmica, estudo trigeracional, utilização de vivências (danças, exercícios, caminhadas, relaxamento, etc.) (CFESS, 2012).

A intervenção profissional do serviço social clínico, então, incorpora teorias biológicas, psicológicas para adentrar nas manifestações comportamentais dos processos conscientes e inconscientes, uma atuação relacionada aos danos e desordens mentais, cognitivas, emotivas, afetivas e das incapacidades de desenvolvimento, voltada às disfunções de ordem bio-psico-social, a qual demarca claramente a restauração das determinações conservadoras presentes na gênese da profissão, alinhadas aos avanços conservadores da sociedade contemporânea.

Para o CFESS (2012), esse ecletismo metodológico demonstra uma incompreensão

dos/as Assistentes Sociais clínicos sobre o que é matéria do Serviço Social nas diversas demandas que chegam à profissão. É uma atuação que fere os princípios éticos do projeto ético-político profissional e a Lei que regulamenta a profissão, cujos artigos 4º e 5º dispõem sobre as competências e atribuições privativas do/a Assistente Social; sobre o significado sócio-histórico, o mandato social e o acúmulo teórico da profissão.

Trata-se de uma prática contrária ao arcabouço teórico e legal construído coletivamente, na medida em que se deixa de analisar os sujeitos a partir da totalidade da vida social, em detrimento de visões endógenas que não compreende os sujeitos inseridos das relações sociais que permeiam a vida em sociedade.

Desta forma, os/as Assistentes Sociais que optam pelo exercício da clínica em sua práxis profissional, ferem a integralidade do atendimento aos usuários/as na medida em que não seguem as orientações dos órgãos de representação da profissão e passa a desempenhar uma função, que dentro na divisão social e técnica do trabalho, não lhe compete, deixando as suas atribuições privativas ao encargo de profissionais que não são habilitados para desempenhá-la ou simplesmente deixando de atender o que é matéria do Serviço Social nas demandas que chegam aos espaços sócio-ocupacionais.

Sendo assim, é uma prática profissional que recupera elementos do higienismo em conformidade as demandas da burguesia para manter o controle dos/as trabalhadores/as, ao tempo em que os “ajustam” à ordem vigente. Uma prática em conectividade com o conservadorismo, com consequências devastadoras para efetivação do projeto ético-político do serviço social. Essas expressões estão presentes na produção de Edson Marques de Oliveira, um dos adeptos do serviço social clínicos e autor das 23 teses sobre o serviço social, assim como do livro “Serviço social para corajosos”, cujo debate se resume a defender de forma distorcida a coragem enquanto uma ação do coração e contrário a qualquer contribuição que estejam vinculadas ao socialismo e/ou comunismo, acusando de existir no serviço social um partidarismo.

Desse modo, pode-se afirmar o aprofundamento do conservadorismo na profissão por meio das marcas históricas presentes no higienismo que são recuperados na atualidade com o serviço social clínico cujo foco é o subjetivismo, nesse sentido o conservadorismo se repõe modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2007).

De acordo com o CFESS (2010) essas práticas não estão no escopo das competências e

atribuições profissionais do/a Assistente Social regulamentadas na Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (8662/1993), nem nas infralegislações do CFESS, e se colocam contrárias a construção coletiva da profissão ao ferirem os princípios éticos da liberdade, da autonomia e do pluralismo. Trata-se de atuação profissional e uma produção de conhecimento sem a compreensão da totalidade e do preceito da emancipação humana imbricado no Código de Ética do Serviço Social, recorrendo ao sincretismo (MARANHÃO, 2014).

Assim, é preciso apreender o conservadorismo na profissão a partir do processo de reestruturação capitalista em curso, com suas implicações sobre o modelo de organização da produção e sobre o papel do Estado em sua relação com a sociedade civil que, por sua vez, se posiciona resistindo ou reforçando as mudanças inerentes a esse processo.

Esses extratos conservadores na profissão incorporam a desqualificação ao marxismo e a razão dialética, esvaziando a dimensão ontológica do real e impugnando o humanismo, a dialética, a totalidade, o método e a história. Tem-se, desse modo, uma aliança entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ideopolítico, cuja máxima é a recusa as metanarrativas construídas na modernidade, nesse sentido, sua inflexão prática volta-se para a microatuação e a culpabilização dos indivíduos (CANTALICE, 2016).

Segundo Mota e Amaral (2014, p. 26-27) o século XXI impõe uma conjuntura bastante contraditória ao Serviço Social. Ao passo que a categoria chega neste marco com um arcabouço crítico institucionalizado, ela passa, também, a sofrer inflexões da ofensiva neoconservadora a qual reedita traços da vertente de modernização e de reatualização do conservadorismo, em oposição à tendência de ruptura (NETTO, 2012).

Trata-se da continuidade do projeto de “decadência ideológica” da burguesia na sociedade buscando legitimidade científica não mais por meio do saber se este ou aquele teorema está verdadeiro, mas se é funcional ou não ao capital. Em lugar dos abandonos preconceituosos na pesquisa, abre espaço para a má consciência e a premeditação da apologética (LUCKÁCS, 2001), que se espraia sobre o serviço social.

De acordo com Netto (2001) a ordem burguesa inaugura um período de “decadência ideológica”, operando sobre a reflexão racional de dois condicionantes articulados, mas distintos em sua operacionalização: o primeiro é a estrutura fenomênica, que recobre os processos sociais; e o segundo é a razão analítica, propiciadora da ação instrumental. A primeira tende a ofuscar a socialização da sociedade, a segunda tende a equalizar as relações manipuladoras similares da ligação sociedade/natureza.

Pode-se afirmar a partir do exposto, que a burguesia quando enfrenta períodos de

estabilidade, de “segurança”, prestigia as orientações fundadas num “racionalismo” formal” (COUTINHO, 2010), ou em teorias e correntes de pensamento irracionalistas e subjetivistas. De acordo com Guerra (2010, p. 7):

Se a razão objetiva, as contradições sociais e a universidade se constituem nas próprias possibilidades de transformação da sociedade, cabe à classe burguesa, no sentido de conservar-se na condição de classe hegemônica, a negação destes traços constitutivos da vida moderna e ao fazê-lo, nega-se enquanto classe que incorpora interesses universais. Resta, então, a esta classe, adulterar o modelo de racionalidade pelo qual alcançou suas finalidades.

Nesse ínterim, o Serviço Social não ficou imune a estas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e dos seus intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particulares de modo a torná-los universais, generalizando-os para a toda sociedade. A profissão em meios a essas contradições busca redefinir suas estratégias e táticas para enfrentar “as problemáticas emergentes, seja no plano do exercício, da formação profissional, da produção de conhecimento ou mesmo no plano macrossocial, onde se incluem as articulações com as lutas sociais” (MOTA; AMARAL, 2014, p.25). Portanto, essas problemáticas apresentam implicações para efetivação do projeto profissional ao fortalecer uma prática que se desvincula da viabilização dos direitos sociais com foco na centralização e culpabilização dos indivíduos.

Síntese Conclusiva: O avanço do conservadorismo com o serviço social clínico e seus desdobramentos para efetivação do projeto ético-político

O discurso conservador, que ganha adesão crescente, defende a falsa ideia de que, ao combater, eliminar, restringir, encarcerar, criminalizar, reprimir e cercear direitos aos supostos “inimigos da sociedade” estariam automaticamente destravados os rumos da prosperidade e desenvolvimento para a população que adere ao projeto conservador de desenvolvimento.

É mediante o discurso falacioso do pensamento conservador e burguês, que é camuflado e desviado o foco da real conjuntura social: o desemprego, a perda de direitos, o aumento da violência, a falta de políticas públicas, entres outros (SOUZA, 2016). Qualquer força contrária ao seu poder hegemônico, político e ideológico devem ser ligeiramente eliminados e/ou ajustados como parte de uma estratégia de permanência e sustentação da ordem.

Desse modo, a burguesia conservadora direciona suas estratégias para o campo ideológico e moralizador, falseando o contexto de crise no país. Esse projeto possibilitou uma aliança entre a extrema-direita e a direita com um apoio popular, visto a partir de 15 de março de 2015, que possibilitou uma nova era de governabilidade ao país (LOWY, 2015).

Esse esquema, típico do conservadorismo pode ser identificado em todos os movimentos da extrema-direita e da direita no Brasil. Com esse tipo de atuação, esses movimentos lançam raízes profundas na sociedade, socializando suas ideias como se fossem ideias universais e educando o senso comum, segundo o cânone da ideologia conservadora, de modo a construir as condições necessárias para o consentimento, ativas e passivas da sociedade ao projeto em questão, e assim, consolidar a hegemonia do capital e do pensamento conservador a níveis nacionais e internacionais.

Segundo Bianchi (2015) nas últimas décadas presenciou-se um estranho fenômeno, no qual o conservadorismo e o liberalismo implodiram, e de seus escombros nasceu um monstro híbrido, surgiu uma nova linhagem de pensamento que denuncia os antigos liberais, o poder do Estado e seus arroubos autoritários, mas não acreditam que o ativismo da sociedade civil e a livre competição parlamentar sejam capazes de produzir uma vida política saudável.

É no terreno da moral e da cultura que essa relação híbrida de pensamento apresenta suas formas mais acabadas. Tal linhagem articula-se em torno de uma visão de mundo contraditória, na qual as mesmas pessoas que protestam contra a corrupção praticam compulsivamente a sonegação fiscal; denunciam a intromissão do Estado na vida das pessoas e defendem a criminalização de usuários de maconha; exigem que a família seja deixada em paz pelos poderes públicos e propõem uma regulamentação legislativa sobre o conceito de família; “protestam contra o totalitarismo e advogam um controle policial sobre os corpos das mulheres; pedem o fim da “doutrinação de gênero” e reivindicam a obrigatoriedade do ensino religioso” (BIANCHI, 2015, p. 10).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a “onda conservadora” baseada no combate ao pensamento crítico é expressão de um momento mundial da luta de classes, no qual os trabalhadores e seus mais expressivos meios coletivos de organização – como os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais – “perderam de vista” o seu reconhecimento enquanto classe ao passo que atravessam um momento de forte instabilidade socioeconômica, em que todas as medidas tomadas são extremamente onerosas a grande maioria do povo.

Isso se coloca como um movimento com fortes implicações para o serviço social brasileiro, pois nesse contexto o que se demanda é um perfil de profissional que desconsidere a construção coletiva da profissão e que corrobore com a demandada advinda do processo de produção e reprodução do capital.

Tal realidade é evidente quando temos aí o avançar do conservadorismo em suas várias vertentes por dentro da profissão: serviço social clínico, serviço social libertário, serviço social religioso, enfim, expressões concretas de que, apesar da hegemonia do Projeto Ético-Político

Crítico, a profissão é heterogênea, e que, nesse contexto, de ultraconservadorismo societário, legitimado pelas expressões vivenciadas na eleição de 2018, na qual Jair Bolsonaro sai vitorioso nas urnas, coloca não só ao serviço social crítico, mas a todo pensando progressista e que tenha no limiar a perspectiva de valores humano-genéricos, grandes desafios, os quais são teóricos, mas, sobretudo, são práticos.

Assim, um desafio que se coloca na atualidade é compreender esse avanço do conservadorismo na sociedade e no serviço social que tem acarretado inflexões no legado político e teórico da profissão pelas ações psicologizantes voltadas para o ajustamento, a higiene social, iniciativas individuais e de culpabilização da família. Uma ação clínica voltada unicamente para atender a demanda do capital, ou seja, uma prática que caminha na contracorrente do compromisso com a classe trabalhadora e dos princípios do projeto ético-político profissional.

Portanto, torna-se imperativo reafirmarmos o nosso compromisso com os valores humano-genéricos, nos reabastecermos na teoria crítica como mote central de apreensão da realidade social, em sua totalidade, e legitimarmos práticas sócio-profissionais que contribuam para a efetiva emancipação humana, as quais não é possível pelo retorno às práticas psicologizantes e terapêuticas, presentes na gênese da profissão, bem como com práticas de empreendedorismo social, presentes no ideário neoliberal. Ou seja, é somente pela arma da crítica que conseguiremos (e temos conseguido) dá materialidade e sustentação histórica ao projeto ético-político profissional.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho, escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIANCHI, Álvaro. *Conservadorismo-liberal: uma nova linhagem do pensamento político?* Blog Junho: ideias na rua. 2015.
- CANTALICE, L. O neoconservadorismo na produção de conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, 2016.
- CIGNOLLI, Alberto. *Estado e Força de trabalho: introdução à política social no Brasil*. Ed. Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

- CFESS. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social - Em Questão*. Brasília/DF, 2012. In: Em foco: O Serviço Social Clínico e o projeto ético-político do Serviço Social, Rio de Janeiro, 2003.
- DAIN, Sulamis; SOARES, Laura Tavares. Reforma do Estado e políticas públicas: relações intergovernamentais e descentralização desde 1988. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- DEMIER, Felipe. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 104, p.715-736, 2010.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LOWY, Michael. *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. Revi. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.
- LUKÁCS, György. *Marx e o problema da decadência ideológica*. In: *Expressão popular* 2º ed. São Paulo, 2001.
- MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: *Serviço Social Brasileiro nos anos 2000*. (org) MOTA. A. E., AMARAL.A. Recife: Editora UFPE, 2014.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOTA, A. E, AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A.E, AMARAL, A. (ONG). *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios*. Recife, Editora da UFPE, 2014.
- NETTO, José Paulo. *O movimento de reconceituação: 40 anos depois*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.84. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16ºed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Crise do Capital e Consequências Societárias. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PAULISTA, Maria Inês. *O passado sempre presente: as concepções de formação na história da Faculdade Paulista de Serviço Social - 1960-2000*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho UNINOVE- 2009.
- PEREIRA, Larissa. Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 96. São Paulo: Cortez, 2008, p. 151-173 da Universidade Estadual de Campinas-SP. Campinas, 1994.
- REIS, Jose Roberto Franco. *Higiene Mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP. Campinas, 1994.
- SOUZA, Jamerson. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.
- VASCONCELOS, Eduardo. (Org.). *Saúde Mental e Serviço Social*. O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.
- YASBEK, Maria. *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social*

brasileiro na contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social

Raquel Santos Sant'Ana*
José Fernando Siqueira da Silva**

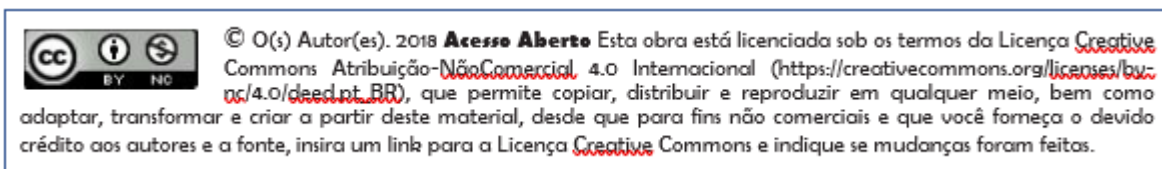
Resumo: O presente artigo oferece alguns elementos para analisar as atuais expressões do conservadorismo no Brasil no contexto de crise estrutural do capital. Sustentado na abordagem ontológico-materialista, portanto histórico-crítica, o texto considera as particularidades da América Latina na economia-política mundial e apresenta as bases materiais que oferecem sustentação para o avanço do conservadorismo no Brasil. A estrutura socioeconômica dependente e a desigualdade radical sustentam uma sólida formação social por onde teorias e concepções conservadoras/reacionárias são reavivadas e se desenvolvem. Os impactos no Serviço Social e no atual projeto ético-político profissional de orientação emancipatória recolocam desafios concretos.

Palavras-chave: conservadorismo-reacionário; desigualdade social; serviço social.

Conservative recruitment in Brazil: ontological-concrete bases and expressions in social work

Abstract: This article offers some elements to analyze the current expressions of conservatism in Brazil in the context of the structural crisis of capital. Based on the ontological-materialist approach, therefore historical-critical, the text considers the particularities of Latin America in the world political economy and presents the material bases that offer support for the advancement of conservatism in Brazil. The dependent socioeconomic structure and radical inequality support a solid social formation through which conservative / reactionary theories and conceptions are revived and developed. The impacts on Social Work and on the current professional ethical-political project with an emancipatory orientation pose real challenges.

Keywords: conservatism-reactionary; human emancipation; social work.



* Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista UNESP-Franca - Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca.

** Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP-Franca. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

1. Introdução

O retrocesso civilizatório em curso não é obra do acaso ou de acontecimentos desconexos incapazes de serem apreendidos pela razão crítico-objetiva que reconstrói mentalmente complexos sociais presentes na própria realidade (MARX, 1989). Contrapondo-se às diferentes formas de irracionalismo em curso (estruturalistas ou não) ou à razão formal descritiva, ambos marcados – por diferentes caminhos – pela miséria da razão (COUTINHO, 2010), o conservadorismo e suas expressões atuais possuem explicações objetivas que podem e devem ser trabalhadas criticamente pela razão não miserável, ontológica (LUKÁCS, 2012). Não por acaso a eliminação da ciência crítica, comprometida com o ponto de vista da totalidade, é um dos pontos centrais na pauta do atual conservadorismo.

Analisar a natureza desta ofensiva conservadora nas condições atualmente dadas exige o seu debate a partir das particularidades da América Latina na ordem burguesa mundializada, seus traços sócio-históricos, seu transformismo e sua dinâmica atual em nações historicamente afetadas pelo capitalismo dependente (MARINI, 2008; FERNANDES, 2009) reorganizado na ordem monopólico-imperialista do capital (LENIN, 2008). É evidente que neste artigo não será possível aprofundar tais elementos, ainda que seja importante sumariá-los como componentes da atual realidade. As diferentes expressões do que se denomina “neoconservadorismo” devem ser concretamente elucidadas, historicamente situadas e socialmente referenciadas, ou seja, devem ser explicadas como componentes de um complexo processo cuja gênese possui base material concreta. Com outras palavras, envolvem uma ideologia (MARX e ENGELS, 2007) que organiza pressupostos, pautas e ideias que sustentam e justificam, nas condições atuais, um projeto societário altamente regressivo, orientações estas hegemônicas por genuínos interesses da classe burguesa e de suas frações sustentados em retrocessos civilizatórios radicais. Ora, é a partir deste contexto que a expressão “neoconservadorismo” precisa ser elucidada: de que espécie de conservadorismo se fala no Brasil atual? Como, resumidamente, este processo tem impactado o Serviço Social brasileiro?

O que se pretende enfatizar neste artigo é que o conservadorismo em curso, considerando seu legado e suas metamorfoses a partir do advento da Revolução Francesa há mais de 230 anos, se recrudescer e se reorganiza a partir de bases estritamente reacionárias. Ou seja, o conservadorismo-reacionário apresenta-se como avesso a qualquer espécie de reforma útil à estabilidade da própria sociedade do capital. E seus ideais rapidamente tornam-se robustos no atual contexto pois suas bases já compõem a própria formação sócio-histórica brasileira marcada por diversas formas de violência decorrentes de estruturas sociais sustentadas na extrema exploração e em sistemas de opressão muito sólidos. Trata-se de um conservadorismo

que não apenas refuta qualquer espécie de reforma dentro da ordem, como também estrutura outro tipo de senso comum que imprime, nas diferentes esferas da vida social, formas de ser e de pensar comprometidas com a destruição de conquistas civilizatórias que se constituíram sem abalar substancialmente a propriedade privada e a reprodução ampliada do capital como relação social que expropria e concentra/centraliza riqueza.

2. Conservadorismo reacionário e retrocesso civilizatório: a particularidade brasileira

Analisar a realidade no contexto de aprofundamento da crise sócio-econômica adensada pela pandemia instaurada pelo Sars 2, ou novo corona vírus, é algo que gera muitas inquietações e incertezas. Historicamente é possível constatar uma questão importante: a relação entre contextos marcados por agudas crises sociais, econômicas e políticas (BARROCO, 2011; SOUZA, 2016) e o adensamento de teorias conservadoras/neoconservadoras/reacionárias, o embrutecimento do senso comum e retrocessos civilizatórios significativos. Seria este um sinal da barbárie anunciada por Mészáros (2002) no início deste século? A afirmação de Rosa Luxemburgo (1999) “socialismo ou barbárie” e o complemento de Mészáros “*barbárie se tivermos sorte*” (2002, p. 108-109), se confirma tragicamente. É verdade que a humanidade já passou por momentos extremamente regressivos – e o século XX é prova disto –, mas o cenário atual revela alta destrutividade associada a incapacidade crescente de gerenciamento de uma crise estrutural do capital. E não se trata, aqui, de um esforço retórico. A análise cuidadosa dos dados econômicos dos últimos 40 anos sobre o Produto Interno Bruto mundial e da América Latina – portanto, após o fim dos 30 anos gloriosos de crescimento e o adensamento da voracidade do capital sobre o trabalho a partir da ofensiva neoliberal que varreu o globo –, reafirma outra tese defendida por Mészáros (2002): *crecimentos tímidos, mantidos por um curto espaço de tempo, seguidos de crises cada vez mais profundas e não circunscritas às regiões marcadas pelo capitalismo dependente.*

Dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o PIB mundial e latino-americano nos últimos 40 anos¹, revelavam um quadro impactante. De 1980 para cá, a economia mundial vem apresentando um crescimento modesto seguido por crises constantes, ou seja, profundas instabilidades que não permitem recuperações econômicas consistentes, cenário esse estimulado por crises seguidas (especialmente na periferia da economia mundial). Ademais, estas profundas instabilidades também têm impactado o centro do capitalismo

¹ Fonte de dados administrada pelo próprio capital. Consultar: Silva (2021 – prelo).

mundial, como aconteceu em 2008 nos Estados Unidos (uma crise estrutural-financeira disfarçada de crise imobiliária). A análise dos números registrado pelo FMI não mentem: *um crescimento mundial, entre 1980-2020, de não mais de 5,6% (2006), com baixas expansões, quedas seguidas, forte crise em 2008 e tendência geral de queda intensificada pela pandemia (com previsão negativa de -3) (REAL GDP growth, [2020]).*

Na América Latina e no Caribe o cenário é mais drástico: um crescimento, entre 1980-2020, de não mais de 6,2% (2004-2010 – parte da recuperação da crise de 2008 – ascensão não sustentada), avanço este baseado essencialmente em commodities, com quedas seguidas e mais intensas, baixos índices de expansão, forte depressão entre 2010 e 2016 (de 6,2% a -0,6%), pequena recuperação entre 2016-2017 (1,3%) e nova queda constante agravada com a pandemia com previsão negativa de 5,2%. Os dados do mesmo FMI sobre o desemprego nos últimos 40 anos em 7 países da América do Sul (Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile e Equador), indicam crescimento nos momentos de crise e retomadas nos períodos de expansão econômica (especificamente a partir de 2003). Todavia, estes dados não fazem referência a um aspecto importante: os tipos de empregos criados, em condições de absoluta informalidade, precarização, desregulamentação e desproteção social (ANTUNES, 1999 e 2018) (REAL GDP growth, [2020]).

Como afirma Barroco (2015), a reprodução do ideário conservador é resultado de uma combinação múltipla de determinações conjunturais e estruturais que envolvem fatores socioeconômicos, políticos-culturais e a própria dinâmica da luta de classes. A autora destaca que o conservadorismo se reatualiza e passa a incorporar os princípios econômicos neoliberais. Este é o novo traço que caracteriza o neoconservadorismo pois seus adeptos fazem uma “apologia conservadora à ordem capitalista”, combatem o Estado social e os direitos sociais, almejam uma sociedade sem restrições ao mercado, reservam ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (BARROCO, 2015, p. 02-03)

Daí a necessidade de, mesmo que sumariamente, demarcar alguns aspectos que estruturam a América Latina – o Brasil como parte dela –, elementos estes decisivos para explicar esta parte do continente americano e o recrudescimento do conservadorismo nos tempos atuais. A “via colonial” da revolução burguesa nesta parte da periferia do capitalismo mundial (FERNANDES, 1987), orientada pelo imperialismo na era monopolista do capital e suas transformações ao longo do século XX, sempre se sustentou em um tipo de economia exportadora de produtos primários, de cariz agro-minerador, fato que estruturou o perfil das elites locais sob duas bases essenciais: a) classes sociais e relações sociais subservientes a um

“desenvolvimento dependente”, associado e combinado aos interesses econômicos externos (IANNI, 2019; OLIVEIRA, 2003), ou seja, burguesias descomprometidas com reformas democráticas civilizatórias, reprodutoras do genocídio europeu anglo-espano-lusitano dos povos originários, nativos, elites defensoras da escravidão, fortemente patriarcais e patrimonialistas no uso dos recursos e dos espaços públicos; b) profundas oscilações econômicas que impediram o estabelecimento de padrões de desenvolvimento sólidos, persistentes, fortemente desindustrializadores ou simplesmente não industrializadores, marcados pela superexploração da força de trabalho (MARINI, 2008), reeditado nas condições da modernização conservadora, da precarização e da flexibilização laboral, do desemprego estrutural reavivados a partir de bases sexistas, racistas e absolutamente antilatinoamericanas. Impossível apanhar a concretude histórica do recrudescimento do conservadorismo/neoconservadorismo e suas diversas expressões (aqui sempre com requintes reacionários), sem tais elementos. Em outras palavras, o processo em curso, altamente regressivo, possui explicações e raízes históricas ainda que recodificadas a partir de condições atuais.

Escorsim (2011), ao analisar o conservadorismo clássico, destaca seu caráter antirrevolucionário já presente na Revolução Gloriosa inglesa (1688) e mais intensamente a partir da Revolução Francesa (1789). A defesa irrestrita do antigo regime, do clero e da nobreza fundiária no século XVIII proferida por Edmund Burke (2012), ou as posições do Conde Joseph-Marie de Maistre explicitamente contrárias à modernidade burguesa e às camadas populares no século XIX, são exemplos clássicos do conservadorismo-reacionário da época e de suas bases materiais.

Todavia, as alterações impostas no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a burguesia consolida seu domínio econômico também como poder político de classe, generalizando suas ideias como as ideias dominantes (MARX; ENGELS, 2007), reconfigurou a relação entre o pensamento conservador e os princípios liberais-burgueses. Como classe dominante a burguesia constitui sua ideologia como dominante, ou seja, generaliza como verdade para todas as outras classes sociais as suas próprias ideias que expressam sua dominação de classe. Passou, com isso, gradativamente, sobretudo entre 1830 e 1848, a combater quaisquer iniciativas que pudessem se opor a sua própria orientação. Esse arranjo teórico-doutrinário entre conservadorismo e liberalismo se esboçou, por exemplo, nas ideias de Augusto Comte voltadas contra qualquer resquício revolucionário burguês oriundo de 1789: o positivismo positivo, livre de tensões negativas. Tocqueville (2003 e 2011) e Le Play (1941), também na primeira metade do século XIX, alertaram para os perigos revolucionários: o

primeiro anunciou a necessidade de uma “democracia administrada” e o segundo, com toque religioso, ressaltou a importância da educação dos indivíduos – pobres – na gestão do orçamento familiar em plena eclosão do movimento operário de 1848. Marx sentiu o peso das posições burguesas desde sua experiência como editor-chefe do Jornal Gazeta Renana (MARX, 2010) quando foi demitido ao opor-se à repressão oficial dos pobres que “roubavam” lenha, posições estas reforçadas e adensadas junto com Engels após o desfecho das lutas de 1848 (MARX; ENGELS, 1998). O francês Émile Durkheim (2014), pai da sociologia positivista articulou firmemente – nas primeiras décadas do século XX –, conservadorismo, interesses da burguesia industrial e produção técnico-científica. O conservadorismo é explicitamente assumido pelo autor de “As regras do método sociológico”, para quem as revoluções eram tão “impossíveis quanto os milagres”. Ademais, desenvolveu a análise dos fatos sociais como coisas exteriores (como método extraído das ciências naturais), conceitos vinculados à sociedade e ao trabalho (DURKHEIM, 2010): solidariedade mecânica, solidariedade orgânica, disfunção social, patologias sociais, entre outras.

A partir da primeira metade do século XIX a associação entre conservadorismo, liberalismo e ordem do capital se manteve firme, ainda que essa aliança não tenha sido homogênea. Os conflitos objetivamente dados a partir de interesses imperialistas reais estabelecidos na transição do século XIX para o século XX, geraram divergências dentro do próprio campo do conservadorismo/reacionarismo que sustentou a ordem do capital. O nazifascismo e as posições liberais lideradas pelo imperialismo inglês e norte-americano, expressaram fissuras no interior dos interesses burgueses-imperialistas que geraram ideologias que sustentaram o genocídio e o extermínio bélico e étnico.

Ora, a América Latina é parte desse processo que se adensou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, como capitalismo dependente que se moldou com base em traços coloniais muito consistentes. O Brasil, como particularidade latino-americana, possui elementos estruturais que permanecem como fundamentais para pensar o avanço destas ideias conservadoras, neoconservadoras, reacionárias que sustentam os diferentes grupos à direita que estão cada vez mais presentes no cenário político atual. O que se defende, aqui, é que um país marcado estruturalmente pela violência e pela concentração extrema e privada da riqueza socialmente produzida, requisitou para sua consolidação ideias capazes de legitimar tais disparidades. Estas concepções, historicamente justificadas por ideologias depreciadoras e justificadoras de diferentes formas de opressão (o racismo, o patriarcalismo, o machismo, o genocídio de povos originários, entre outras), foram e são fundamentadas em concepções conservadoras/reacionárias que se estabeleceram a partir do legado histórico há pouco

sumariado, ou seja, *a partir do lugar estabelecido pelo capitalismo dependente e das ideias que se consolidaram como formas de ser e de pensar nesta realidade concreta*. O acirramento deste quadro tem gerado, historicamente, a “democratização da violência”, sua generalização, seja em função das disparidades econômicas, seja em função do desmonte das parcas conquistas civilizatórias obtidas pela classe trabalhadora. Esse contexto se altera, se ajusta, se recodifica e desenvolve crescentemente o ideário neoconservador. Crises econômicas tecidas a partir de crises estruturais do capital (de sua incapacidade cada vez mais crescente para reproduzir-se considerando a gestão da lei geral da acumulação capitalista – MARX, 1984), *exigem governos locais genuinamente vinculados aos interesses do capital, armados, autoritários ou pelo menos formalmente democráticos e economicamente submissos*. Os golpes cívico-militares ou jurídico-parlamentares impostos à América Latina nos últimos 60 anos - inclusive aqueles implementados na última década –, sempre tiveram a marca da “contrarrevolução preventiva” que impediram reformas civilizatórias e ou processos de ruptura revolucionária (FERNANDES 1987).

O governo brasileiro eleito em 2018 é um complexo produto que articula, de forma explosiva, o conservadorismo-reacionário historicamente edificado a partir da base colonial-dependente, instabilidades permanentes na periferia do capitalismo mundial e a atual crise estrutural do capital cada vez mais incapaz de gerenciar suas próprias contradições. A voracidade pelos fundos públicos necessários à acumulação carece de governos de direita/ultradireita que fortaleçam a impunidade, a truculência e o desrespeito no âmbito das relações sociais, promovendo uma devastação econômica, social, política e cultural. De perfil profacista (FONTES, 2019), sustentado no lema “Deus, Pátria e Família”, o atual governo brasileiro articula autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo e mídias sociais (como fontes informais e formais de desinformação), processo este financiado por setores de extrema direita, declaradamente neoliberais e submissos ao imperialismo norte-americano. O velho-novo “fascismo brasileiro” deve ser elucidado associando marcas históricas brutalmente opressoras e sua modernização a partir de condições até então inéditas.

É preciso mencionar que este governo tem se sustentado a partir de uma estrutura social extremamente violenta historicamente constituída. Algumas de suas particularidades explicam a forte base conservadora previamente existente, o que favoreceu seu rápido crescimento. Um destes elementos deriva do processo de construção da sociedade brasileira que teve como um dos seus pilares o escravismo. Um dos últimos países a abolir a escravidão, o Brasil não teve qualquer política que pudesse favorecer as pessoas negras (SANTOS, 2009), aliás, pelo

contrário: aprovou a Lei de Terras em 1850 impedindo o acesso legal às terras por parte desta população após a abolição; manteve e reforçou o mandonismo e as relações extremamente hierárquicas entre as classes em favor dos grandes proprietários rurais e das elites; promoveu um processo de branqueamento do país por meio da política de imigração no início do século XX (MOURA, 1988); e, através do mito da democracia racial, não enfrentou o debate da questão racial reforçando, com isto, o racismo estrutural (SANTOS, 2015).

O resultado deste processo se evidencia hoje na situação vivenciada pela população negra no Brasil que historicamente vem sendo vítima de violências permanentes que vão desde às condições de vida e de trabalho que inviabilizam o acesso digno à riqueza socialmente produzida, até o assassinato contínuo e permanente dos segmentos mais jovens por parte do Estado brasileiro. Os dados a seguir representam um pequeno fragmento desta desigualdade:

O Atlas da Violência de 2018 indica que, no Brasil, 62.517 homicídios foram registrados em 2016 pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/SM), o que implica uma taxa de 30,3 mortes por 100 mil habitantes (Cerqueira, et al., 2018). Entre 1980 e 2014, segundo Waiselfisz (2016), houve uma expansão progressiva, sistemática e ininterrupta desse tipo de violência no país.

Nesse quadro, os homicídios de adolescentes e jovens ganham destaque. Segundo o levantamento de Waiselfisz (2016), o aumento desse tipo de vitimização foi de 699,5% entre 1980 e 2014. Já o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública sinaliza que 99,3% das pessoas assassinadas em 2016 eram do sexo masculino; 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). (BENÍCIO, et al., 2018, p.1).

Esta situação extrema coloca o Brasil com mais mortes por homicídio se comparado com países em guerra². Por outro lado, esta violência escancarada e cotidiana, assentada no racismo estrutural e no controle dos meios de comunicação de massa por parte das classes dominantes, vai sendo justificada pelo discurso da segurança no seu sentido estrito. Uma série de representações sociais vão sendo criadas de maneira a constituir ideologicamente a imagem daqueles grupos vistos como perigosos (DURIGUETO, 2017), em que pretos e pardos pobres podem ser executados sumariamente em nome da defesa e da ordem. A ideologia conservadora-reacionária difunde o discurso de que a segurança identifica-se com a construção de presídios, com a redução de maioria penal, com a defesa da pena de morte e com a maior intervenção policial principalmente nos territórios povoados pela classe trabalhadora mais empobrecida onde os negros são maioria (BARROS et al., 2017). O racismo estrutural contribui com a

² Segundo o jornal O Globo, em 2015, 58 mil pessoas foram assassinadas no país. É como se a cada nove minutos uma pessoa fosse morta de forma violenta. [...] Na Síria, por exemplo, em quatro anos, morreram 256 mil pessoas. No Brasil, no mesmo período, quase 279 mil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/numero-de-homicidios-no-brasil-e-maior-do-que-o-de-paises-em-guerra.html>>.

construção e a sustentação desta ideologia, o que dificulta a solidadriedade de classes, naturaliza a violência contra os negros e arma um discurso beligerante e criminalizador das substâncias psicoativas (BRITES, 2017). Cada vez mais os diferentes setores da burguesia e as classes médias urbanas se veem ameaçadas pelas suas condições objetivas frente à crise do capital, estimulando ações autoritárias à recondução de suas condições de existência sem a ameaça que os pobres representam. Por outro lado, entre os segmentos mais pobres, a ideologia dominante avança por diferentes mecanismos que associam seitas religiosas e ilusão de prosperidade financeira-social diante da insegurança geral e da crise econômica real.

Cria-se e generaliza-se, nesta sociabilidade, uma representação da segurança não como acesso à saúde, à educação, como direito à cidade ou à terra; a segurança é vista como “portar armas” e salvar-se na sociedade meritocrática e competitiva. Eliminar o outro faz parte do jogo (SILVA, 2018). Portanto, quando no processo de formação social as estruturas racistas, heteronormativas e machistas formam a base constitutiva dos valores (CISNE e SANTOS, 2018), a morte de mulheres, de negros/as e de todos aqueles que não são heterossexuais passa a ser contingência da vida e até culpa daquele/a que foi violentado/a. Com outras palavras, a “anormalidade” justifica o extermínio.

Como complexo social, o machismo e a heteronormatividade são particularidades fundamentais que compõem a realidade brasileira para alicerçar este quadro desigual e violento. Historicamente as mulheres foram invisibilizadas, violentadas e exploradas nos âmbitos doméstico e laboral. No Brasil, os dados atuais da desigualdade de gênero, especialmente envolvendo a mulher negra, explicitam um fenômeno que compõe estruturalmente a formação do povo brasileiro e o racismo que segue em curso até os dias atuais. Os dados do IBGE são bastante emblemáticos para evidenciar a disparidade: em 2016, as mulheres gastaram 73 horas a mais que os homens cuidando de pessoas ou dos afazeres domésticos; ganham $\frac{3}{4}$ do que os homens ganham, embora hoje já tenham maior escolaridade. Os índices de representação política também evidenciam que o poder é do homem: as mulheres representam 11,3% do Congresso Nacional e 16,1 % no Senado. Nos cargos gerenciais também: 60,95% são homens e 39,1% são mulheres (IBGE, 2018). As mulheres negras estão ainda em maior desvantagem em todos os índices com relação à mulher branca, mas é no nível de escolaridade que a situação é bastante emblemática: as negras possuem 2,3 vezes menos acesso ao ensino superior. A mulher negra trabalha mais, ganha menos, tem menor acesso à saúde e à educação (IBGE, 2019). Em 2018, dentre os 6,2 milhões de pessoas que exerciam atividades domésticas remuneradas, 92% (5,7 milhões) eram mulheres, das quais 3,9 milhões eram negras (AGÊNCIA BRASIL, 2019)

Ainda no âmbito de debate de gênero e sexualidade, a negação da diversidade sexual hoje torna-se quase uma obsessão destes grupos de direita não só no Brasil como no mundo. É importante frisar, no entanto, que há muitos anos os crimes contra as pessoas não heterossexuais no Brasil são os mais frequentes e violentos do mundo. O avanço do conservadorismo reacionário acirra ainda mais este quadro de violência. Segundo o Grupo Gay da Bahia, citado por Cisne e Santos (2018), em 2016 foram 343 casos de assassinatos contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Em 2017 houve um aumento em 30% de assassinatos. Em 2017 foram registrados recordes de mortes: 445 assassinatos por LGBTfobia, o que revela, portanto, que “a cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima de LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (MOTT; MICHELS; PAULINHO, *apud* CISNE E SANTOS, 2018, p.130).

Outro elemento fundamental que compõe o avanço do ideário do conservadorismo-reacionário é a manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada, em que menos de 2% dos proprietários seguem mantendo sob seus domínios, metade das terras agriculturáveis brasileiras³. A modernização da agricultura foi feita às custas da expulsão de milhares de camponeses da terra e voltada para um modelo de produção monocultural com uso intensivo de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, opção esta que ameaça a soberania alimentar da nação (TEIXEIRA, 2015). As consequências deste processo se expressam na luta pela terra que ocorre desde a invasão portuguesa neste continente: inclui sem terras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco (SAUER E PERDIGÃO, 2017) e diversos outros segmentos que juntos compõem grande diversidade de movimentos sociais rurais. Esta luta permanente também contabiliza milhares de conflitos e centenas de mortos (SANT'ANA e MASSON, 2018). No entanto, é uma realidade que não mobiliza o conjunto da classe trabalhadora e dos setores progressistas para uma ação mais contundente contra tal situação. Contribui para isto o urbanocentrismo, a ideologia do capital que reafirma a retificação das relações sociais, do trabalho alienado-estranhado, promove a fragmentação do real e a criminalização de todas resistências instituídas⁴. A grande agricultura capitalista, sob a roupagem ideológica do agronegócio, constrói um conjunto de representações sobre o rural onde o moderno é composto por atividades monocultoras de larga escala. Para isto, investe

³ A este respeito conferir: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/> Acesso em 10 de set. de 2020.

⁴ Segundo BRITES (2017), a reificação é necessária para que o capitalismo se reproduza sobre os seus próprios pressupostos e faz isto estabelecendo uma relação entre indivíduo e gênero de maneira a inibir ou negar a possibilidade de afirmação da generacidade humana impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas (p. 60-1).

bilhões em propaganda dizendo que o “o Agro é pop, o agro é tech”⁵ e, para criar empatia e adesão, inclui pequenos agricultores e se apresenta como o responsável pela nossa alimentação. Idelogicamente vai sendo instituído um processo de padronização alimentar que desvaloriza a diversidade e constrói o adoecimento em massa com produtos ultraprocessados. Estes mecanismos ideológicos garantem a aceitação deste modelo de produção agrícola que é absolutamente irracional do ponto de vista ecológico, pois contraria a regra mais básica da natureza que é a diversidade (ROMEIRO, 2007). No entanto, passa a ser naturalizado pela esmagadora maioria da população e coloca o conjunto dos trabalhadores/as, especialmente os mais pobres, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Brasil é um país marcado pela concentração da terra urbana e rural, da riqueza e da renda. Embora tenha mais de 80% da população em centros urbanos, não permite o acesso à cidade por parte de um grande contingente de pobres e negros/as que são condenados a viver em ambientes insalubres, sem infraestrutura, sem acesso às políticas públicas.

Para justificar esta sociabilidade há de se construir fortes aparatos ideológicos com o objetivo de legitimar e de justificar o instituído, eliminando possibilidades concretas de alianças entre os setores mais explorados que, de diferentes maneiras, se tornam vítimas dessa estrutura social violenta. Daí a contínua e permanente criminalização dos sujeitos coletivos que constroem as diferentes formas de resistência à ordem do capital.

Esta estrutura social, marcadamente violenta, atinge fundamentalmente a classe trabalhadora e a expropria da riqueza socialmente construída; atinge sobretudo os negros/as, as mulheres e a população LGBT. Esta é a realidade ontológico-concreta que sustenta o avanço do neoconservadorismo neste país, ou seja, é uma condição historicamente construída e sustentada por fortes aparatos ideológicos que o capital disponibiliza para seu projeto de barbárie.

3. Serviço social e defesa civilizatória

O Serviço Social brasileiro construiu, nos últimos 40 anos, um aporte teórico-prático comprometido com níveis crescentes de emancipação social. A direção social estratégica sintetizada na segunda metade dos 1990, conhecida como projeto ético-político profissional, significou o ápice de um longo processo de resistência civilizatória tecida na luta contra a ditadura cívico-militar que perdurou por pelo menos 21 anos no Brasil (1964-1985). Ela é caudatária das lutas originadas fora das fronteiras da profissão, como resistência anti-

⁵ Campanha lançada pela rede globo em 2016. Para acessar o contraponto a esta falácia conferir CARDOSO *et al* (2019)

imperialista, genuinamente democrática e latino-americana. Recupera um leque heterogêneo de tendências progressistas que transitam da crença em reformas democráticas mais radicais no interior do capitalismo (o que se mostrou historicamente insustentável nas realidades marcadas pelo capitalismo dependente), a propostas revolucionárias diversas. O Serviço Social brasileiro mais crítico foi alimentado e tecido na ampla e histórica resistência latino-americana contra as diversas opressões cometidas no contexto do capitalismo dependente e das profundas desigualdades aqui concretizadas por uma revolução burguesa realizada pela via colonial. Trata-se de um tipo de Serviço Social

(...) comprometido com a realidade particular da América Latina, anti-imperialista, que sofreu influências progressistas diversas — não isentas de problemas e frequentemente ecléticas — a tradição freiriana, aquela oriunda da teologia da libertação; as comprometidas com a luta contra opressões de diferentes tipos, articulada pelos diversos grupos de esquerda, armados ou não; movimentos sociais libertários; projetos defensores da redemocratização política latino-americana e de diversos processos de liberação nacional, inseridos ou não na tradição marxista mundial e latino-americana, com diferentes apropriações teóricas e suas fontes originais (...) (SILVA, 2019: 112)

No âmbito da profissão no Brasil o Método BH (SANTOS, 1983) representou a gênese da vertente mais crítica Serviço Social. Não por acaso foi gestado no auge da resistência contra a ditadura cívico-militar brasileira (início dos anos 1970), na relação direta com o movimento operário e junto aos segmentos progressistas da Igreja Católica (BATISTONI, 2017). O legado crítico latino-americano/belo-horizontino, alimentado pelas lutas democrático-populares e a organização operária no último quarto dos anos 1970, se expressou no conhecido Congresso da Virada (1979), construção esta que foi sendo aprimorada nos anos 1980 e 1990. Na década de 1990, considerada o ponto máximo dos anos gloriosos do Serviço Social brasileiro (PAULO NETTO, 2017), o Código de Ética dos Assistentes Sociais foi aprimorado e aprovado (Lei 8.662/93), bem como diretrizes curriculares sólidas e progressistas foram construídas coletivamente e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1996⁶. Ao longo de pelo menos 20 anos (1980-2000), o Serviço Social se consolidou no cenário nacional como área de conhecimento e como profissão demandada socialmente no campo dos direitos e das políticas sociais reformistas-civilizatórias (IAMAMOTO, 2017)⁷.

⁶ Na época a ABEPSS era denominada “Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social” (ABESS) e foi a entidade responsável pela condução do processo em conjunto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço social (CEDEPSS); depois a entidade passou a ter denominação atual e incorporou o CEDEPS na sua composição. Na construção das diretrizes curriculares contaram com o apoio e mobilização do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

⁷ O termo “reformas” é aqui entendido como avanços progressistas-civilizatórios que absolutamente afetam a reprodução ampliada do capital. Ao contrário, no campo de certo tipo de conservadorismo aberto ao diálogo (hoje em extinção), entende que as reformas são funcionais ao bom funcionamento do sistema. Mesmo reconhecendo

No entanto, as dificuldades anunciadas na transição desde último século se acentuaram brutalmente com a crise estrutural do capital e o recrudescimento do conservadorismo-reacionário. O adensamento da crise capitalista deflagrada em 2008 (sumariada no item anterior) mostrou suas garras no final do segundo governo Lula e adensou-se de 2011 em diante. A crise atingiu a América Latina e o conservadorismo-reacionário ampliou-se pelas diferentes esferas da vida social, afetou significativamente os governos de Dilma Rousseff (em que pese as opções políticas de seu governo), bem como sustentou a falácia do golpe jurídico-parlamentar de 2016⁸. Pontualmente é preciso afirmar que inúmeras contrarreformas foram adensadas, ou pelo menos não foram paralisadas, nos governos petistas (em especial a previdenciária e a trabalhista). Todavia, depois do golpe de 2016, a devastação laboral, previdenciária, dos direitos, das diversas políticas de gestão da desigualdade social, dos espaços básicos para o exercício democrático (conselhos e comissões de participação social, por exemplo), acelerou-se e aprofundou-se como poucas vezes se viu na história do país. *É na esteira destes retrocessos que se explica a particularidade do recrudescimento conservador brasileiro, seu perfil estritamente reacionário, reavivando traços culturais que sempre compuseram a ideologia burguesa dependente em condições históricas específicas.* O ódio classista, então, objetivou-se por meio do desprezo por segmentos sociais vistos como onerosos, perigosos e ou “anormais” (pobres em geral, negros (as), povos originários, mulheres e comunidade LGBTI), *recrudescendo a histórica articulação entre opressão de classe, de gênero e étnico-racial.* Qualquer política ou gesto capaz de obstaculizar o individualismo e a voracidade da expropriação e da acumulação capitalista (por mais tímidos que fossem), passou a ser objeto explícito da violência, da criminalização social e da reprovação moral (processo este sempre presente no país, mas profundamente adensado nos últimos anos). Foi exatamente este contexto que sustentou a eleição de Jair Bolsonaro e tem justificado uma profunda devastação no país.

O impacto do conservadorismo-reacionário no Serviço Social brasileiro tem sido amplo e diverso. Isso tem afetado as bases materiais da profissão e refratado negativamente no trabalho e na formação profissional. Ora, isso inevitavelmente impacta a direção social estratégica do

as contradições inerentes a este contexto (o que é absolutamente importante para não endossar a política reformista como fim), é preciso reconhecer que o acúmulo de forças revolucionárias também carece de avanços civilizatórios que garantam a vida das pessoas. O sentido aqui adotado é precisamente esse.

⁸ Não cabe, neste espaço, debater o direcionamento político e os erros cometidos pela coalisão comandada pelo Partido dos Trabalhadores desde o primeiro governo Lula. Importante ressaltar que seria desonesto atribuir tais erros unicamente aos governos da presidenta Dilma. Embora tenha acrescentado marca própria à sua gestão, Dilma governou a partir do legado de Lula e em um contexto social e econômico bastante adverso se comparado com os a conjuntura dos dois primeiros governos petistas.

final dos anos 1990, altera e debilita as condições materiais para sua objetivação. Graves problemas anteriormente existentes têm adquirido maior complexidade atualmente.

No campo do trabalho profissional, a devastação laboral tem impactado negativamente as relações e as condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, como parte da classe trabalhadora, processo este já em curso há pelo menos 10 anos. O agravamento deste contexto tem adensado a precarização do trabalho e a flexibilização da compra da força de trabalho dos (as) assistentes sociais: realização de pregões eletrônicos que visam contratar força de trabalho por menor preço; terceirizações por meio de organizações não governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que substituem os concursos públicos nas esferas governamentais; o estímulo para a criação de bancos de peritos na área sociojurídica; o teletrabalho instituído no Instituto Nacional de Seguro Social (resolução INSS nº 681, 2019, p. 8-9); e inúmeras formas de contratação terceirizada na área da assistência social que afetam o complexo CRAS-CREAS e os Centros Pops (RAICHELIS, 2020, p. 25-28). *A novidade é que esta tendência tem deixado de ser exceção para se constituir na regra para a compra da força de trabalho profissional.* As tradicionais formas de contratação laboral sustentadas em concursos públicos responsáveis por contratos de trabalho mais sólidos e protegidos, têm sido substituídas por formas que radicalizam a precarização e a flexibilização em todas as esferas da vida social: intensificação da terceirização e da contratação temporária por projeto/atividade na direção de prestação de serviços cada vez mais “uberizados”, fragmentados, com péssimas condições de trabalho, mais impessoais, mal pagos e sem direitos.

Quanto à formação profissional o quadro é também devastador. O crescimento da rede privada presencial e do ensino a distância já presente no final dos anos 1990, fartamente adensada nos últimos 20 anos, tem sido incrementada pela mais recente precarização da educação pública universitária, sucateamento geral das universidades públicas, eliminação das instâncias democráticas existentes, privatização do financiamento educacional, destruição de política inclusivas, criminalização de seus espaços formativos, desprestígio da área de humanidades (que já estava em curso), bem como sua desqualificação/demonização. A precarização da formação profissional que já era marcada pelo avanço de grandes conglomerados educacionais já documentado em diversos estudos na área (PEREIRA, 2009 e 2014; BRAZ; RODRIGUES, 2013), tem se adensado associando iniciativas radicais: captura dos fundos do públicos destinados à educação pública, republicana e gratuita; destruição de instâncias democráticas de participação e recrudescimento autoritário em todos os níveis; bem como privatização, produtivismo, precarização laboral, submissão das ciências humanas às

ciências duras e criminalização do pensamento crítico. O cenário se adensa com o uso de tecnologias remotas imposto a partir da pandemia Covid 19 de 2020.

A precarização laboral e formativa tem sustentado um adensamento do conservadorismo e de suas frações mais reacionárias que nunca deixaram de existir no interior da profissão (ainda que estivessem relativamente contidas e equacionadas pelo consenso democrático). Isso tem reeditado discursos e teses de que a profissão precisa voltar-se à “prática profissional em si”, preocupar-se com as demandas genuinamente profissionais, com uma formação mais flexível, “moderna”, teoricamente ajustada ao “fazer profissional”, menos ou não politizada. Na esteira desta espécie de crítica, as associações profissionais (o conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO) têm sido seguidamente golpeadas por discursos que as colocam como distantes das demandas profissionais. Não se trata, aqui, de desconsiderar o trabalho profissional e sua dimensão mais operativa, muito menos de desconsiderar os limites que também existem nessas instâncias organizativas, *mas de rejeitar a refuncionalização da profissão associada a fragmentos sistêmicos, fundamentalistas, essencialmente instrumentais, gerencialistas, defensores do “empreendedorismo profissional” e absolutamente subservientes à ordem em curso*, inclusive à sua fração mais reacionária como apresentado e defendido por Oliveira (2020)⁹. A defesa do *ponto de vista de totalidade* (LUKÁCS, 2012) inspirado nesta importante categoria que compõe o método na teoria social de Marx, é essencial à direção social estratégica elaborada a partir das condições históricas da segunda metade dos anos 1990. Revisitar esse debate e reconstruir mediações a partir do atual contexto sócio-histórico incluindo o debate étnico racial, de gênero e diversidade é condição essencial para a crítica radical ao conservadorismo-reacionário que hoje se renova no interior da profissão, bem como importante para superar posicionamentos aparentemente radicais e críticos que fragmentam e focalizam o estudo e a luta em um cenário de extrema regressão.

É preciso destacar, ainda, que o atual retrocesso tem afetado a profissão por meio da rejeição das políticas de regulação do pauperismo extremo que foi implementada nos governos de conciliação de classe do PT. Esse é o caso da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de outras políticas que previram ou retomaram a obrigatoriedade dos profissionais de Serviço Social em algumas áreas como INSS, na política de habitação, nos Institutos Federais, entre outros espaços sócio-ocupacionais. Mesmo que focais, tais políticas estavam

⁹ O texto “23 teses para a reforma do Serviço Social brasileiro. Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante” é um exemplo deste retrocesso. Expressão rasteira da “decadência ideológica” (LUKÁCS, 1981, 109-13) e da “miséria da razão” (COUTINHO, 2010) presente no Serviço Social brasileiro. Não pode ser desconsiderado e subestimado, mas sim explicado e criticado a partir de seus fundamentos.

inseridas em programas que se desdobravam em ações efetivas a serem realizadas junto à população. Todavia, após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, acelerou-se o processo desmonte destas políticas sociais que, associadas à desvalorização do salário mínimo e precarização geral, colocam os (as) profissionais cada vez mais frente a frente com diversas refrações da “questão social” (IAMAMOTO, 2007; MARX, 2010) que afetam carências humanas mínimas, como é o caso da fome¹⁰. O sentimento de impotência causado pelo rebaixamento das condições de vida das pessoas atendidas, pelo gerenciamento de contextos cada vez mais graves e terminais, pelo desmonte de políticas que pelo menos mantinham as pessoas com suas carências básicas atendidas e pela precarização das condições de trabalho do (a) próprio (a) assistente social, o adoecimento dos (as) profissionais tem se agravado sensivelmente (LOURENÇO e ANUNCIACÃO, 2020; LOURENÇO, SANTANA, GALLO, 2018). Um dos procedimentos necessários para que o adoecimento profissional não se aprofunde diante dos limites impostos pelo cotidiano profissional embebido pela regressão de direitos, é apreender e exercitar a diferença entre projeto profissional e projeto institucional (IAMAMOTO, 1999). Ter competência teórico-metodológica e compromisso ético-político não é suficiente para superar as condições objetivas nas quais o/a profissional está inserido/a. É preciso sustentar-se em uma base intelectual que seja capaz de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental, *verificando as possibilidades reais e os limites concretos a partir de condições objetivas, sem ilusões ou paralisias*. Somente assim é possível formular estratégias que permitem ao (a) profissional, mesmo sob condições adversas, manter-se conectado ao seu projeto profissional que se orienta por pautas emancipatórias (SILVA, 2013). Com o acúmulo construído nos últimos 40 anos, a profissão já possui recursos teóricos-políticos para não se colocar como aquela que vai ser responsável pela transformação social. Ao mesmo tempo, detém elementos fundamentais para resistir e enfrentar o profundo retrocesso civilizatório que também afeta o amplo campo do trabalho dos (as) assistentes sociais, nisto o conservadorismo-reacionário. Diga-se de passagem, manter esta conexão com o direcionamento crítico e emancipatório, no atual contexto, é outro desafio, talvez o maior a ser enfrentado pelos (as) assistentes sociais.

A atual direção ético-política construída está assentada em valores emancipatórios e a sua apropriação e introjeção é algo complexo e que exige adesão objetiva e subjetiva de cada

¹⁰ Frente ao aumento do desemprego em função da pandemia do SARs 2 já se anuncia uma outra epidemia: a da fome. Segundo a ONU, em 2019 47,7 milhões de pessoas foram afetadas pela fome na América Latina e Caribe, quadro que já está mais agravado devido a pandemia do SARs2. A este respeito conferir: <<https://nacoesunidas.org/onu-fome-na-america-latina-e-no-caribe-pode-afetar-quase-67-milhoes-de-pessoas-em-2030/>>.

profissional. Não se trata de um receituário ou de uma estrutura jurídico-formal (GUERRA, 2013; MATOS, 2015), mas de princípios que estruturam uma visão do ser social e do mundo a partir de valores que se contrapõem ao ideário dominante. Seguramente esse é um dos grandes desafios: manter-se fiel – sem ilusões e com fundamentação teórico-crítica – a este projeto; ou seja, não sucumbir diante dos ideais conservadores-reacionários que hoje invadem as casas, as famílias, as religiões, as sociabilidades - de diferentes formas – e altera e rebaixa o senso-comum. Para fortalecer o pensamento crítico emancipador é fundamental manter proximidade com este ideário, seja por meio da produção intelectual, da organização política ou mesmo da aproximação com diferentes formas de resistência construídas pelos vários sujeitos coletivos que lutam contra a exploração e a opressão. Mais importante, ainda, é articular criticamente estas dimensões.

O Serviço Social brasileiro, por meio de suas entidades, tem feito um importante trabalho ao construir um diálogo com os/as profissionais e estudantes de maneira a fortalecer a atual direção social estratégica da profissão. São alguns exemplos destas ações: as publicações do conjunto CFESS/CRESS, os encontros virtuais promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, as mobilizações da ENESSO em favor da diversidade sexual e de gênero, as lutas antirracistas, entre outras importantes iniciativas. Todavia, há que considerar um aspecto importante: *a defesa dessa direção social-profissional estratégica não pode desconsiderar as condições objetivas hoje existentes para esta empreitada. Ademais, trata-se de uma luta classista, anticapitalista progressista, antimachista e antirracista que seguramente envolve a profissão, mas não se esgota nela. Uma recaída idealista seria fatal! Por isso, é preciso reconhecer que o atual cenário é extremamente regressivo, que este retrocesso na profissão é uma realidade, que ele pode aprofundar-se e que as lutas travadas e as armas utilizadas durante os anos gloriosos da profissão no Brasil não podem ser as mesmas hoje. É preciso reinventar-se o que não significa, absolutamente, capitular diante da barbárie*

4. Considerações Finais

É preciso reconhecer que a realidade brasileira passa por um momento de regressão civilizatória inédita desde a ditadura cívico-militar inaugurada em 1964. Os riscos de recrudescimento contínuo desta realidade são reais. A tradição crítica do Serviço Social brasileiro está na mira deste ataque que tem atingido o que de melhor a profissão construiu nos últimos 40 anos. A defesa deste patrimônio profissional não é apenas uma necessidade: *é uma obrigação histórica e civilizatória*. Ela precisa ser tecida coletivamente e articulada com a luta

daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho para sobreviver. E aqui a classe tem cor, raça e sexo tecida no contexto do imperialismo renovado e do capitalismo dependente.

Mas é preciso reconhecer que a classe trabalhadora se transformou substancialmente, com ela os (as) próprios (as) assistentes sociais como trabalhadores (as). *Analisar esse complexo social exige estudo permanente, rigor teórico, vínculo orgânico com a dinâmica do real e fidelidade à verdade, às coisas como elas de fato são, sem qualquer concessão idealista.* O otimismo da categoria, como parte da luta por outra sociedade para além do capital, vincula-se estritamente à radicalidade de atuar e tensionar contradições, particularmente no espaço profissional, mas sem limitar-se a ele. Mais do que nunca os (as) profissionais precisam militar e o militante pode aprimorar-se com o profissional (ou com as informações por ele fornecidas). Entre eles não deve haver identidade, mas a unidade (como profissional-militante). Onde reside a esperança? Na capacidade de reinventar a luta, sem qualquer idealismo, sem qualquer messianismo, determinado pela vida real-material de pessoas concretas, com seus potenciais e limites, em um cenário que reafirma profundamente as teses marxianas: *as mesmas condições que permitem a reprodução ampliada do capital como relação social de expropriação/apropriação, repõe contradições internas e intrínsecas ao próprio capital, insuperáveis sob suas fronteiras.* É exatamente nessa contradição que reside o papel revolucionário, a possibilidade histórica da revolução, sem qualquer ilusão. É nele que devemos colocar todas as nossas forças civilizatórias e criativas como militantes e profissionais.

Yo quiero seguir jugando a lo perdido
Yo quiero ser a la zurda más que diestro
Yo quiero hacer un congreso del unido
Yo quiero rezar a fondo un hijo nuestro
Dirán que pasó de moda la locura
Dirán que la gente es mala y no merece
Más yo partiré soñando travesuras
Acaso multiplicar panes y peces

El necio – Silvio Rodríguez

Referências

- AGÊNCIA BRASIL, Ipea: **trabalho doméstico é exercido por mulheres mais velhas.**2019. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/ipea-trabalho-domestico-e-exercido-por-mulheres-mais-velhas#:~:text=Em%202018%2C%206%2C%20milh%C3%B5e>>. Acesso em 14 de set, de 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão.** São Paulo: Boitempo, 2018.

- BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- _____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BARROS, J. P. P., Benício, L. F. S., SILVA, D. B., LEONARDO, C. S., TORRES, & F. J. P. (2017). Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão (Online)**, 37(4), 1051-1065 <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n4/1414-9893-pcp-37-04-1051.pdf>>. Acesso em 11 de set, de 2020.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p. 136-150.
- BENÍCIO, Luis Fernando de Souza. BARROS, João Paulo Pereira, RODRIGES, Jéssica Silva, SILVA, Dagualberto Brabosa, LEONARDO, Camila dos Santos, COSTA, Aldemar Ferreira. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: ciência e profissão**. vol.38 no.spe2 Brasília <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932018000600192&script=sci_arttext>. Acesso em 11 de setembro de 2020.
- BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O ensino de Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos de enormes desafios. In: SILVA, J. F. S. et al. (Orgs.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- BRITES, Cristina. **Psicoativos (drogas) e Serviço Social** – uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez. 2017.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. (Coleção Liberty Classics)
- CARDOSO, Antonio Sidnei Ribeiro, DIAS, Raimunda Áurea, REIS, Leandro Cavalcanti. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade. **Geosul, Florianópolis**. V.32, n. 71-Dossiê Agronegócios no Brasil. p. 836-857. Abril. 2019. <<file:///C:/Users/User/Downloads/61330-218855-1-PB.pdf>>.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do (a) assistente social - Lei 8.662/93**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 23 de março de 2020.
- _____. **Diretrizes curriculares – Serviço Social**. Coordenação da Comissão de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialista de Ensino em Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2020.
- CISNE, Mirla, SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez. 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DURIGUETO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017. <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0104.pdf> Acesso em 12 de set. de 2020.
- Durkheim. E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Editora, 2014.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins Editora, 2010.
- ESCORSIM, L. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez Editora. 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FONTES, Virgínia. El proto-fascismo: núcleo central del gobierno Bolsonaro. **Trasversales**, 46, 2019. Disponível em: <<http://www.trasversales.net/t46vfontes.pdf>>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do serviço social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p.13-38, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 05/04/2020.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Sócio- econômica, nº 41. 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 14 de set. de 2020.

_____. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Sócio- econômica, nº 38. 2018. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 14 de set. de 2020.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

GIMENES, Erick. **Racismo: taxa de assassinatos cresce para negros e cai para o resto da população**. <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao>>. Acesso em 12 set de 2020.

LENIN. V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed., São Paulo: Centauro, 2008.

LOURENÇO, Edvânia Ângela, ANUNCIACÃO, Luís. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0. **Revista Serviço social e Sociedade**, nº138. São Paulo.2020. <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282020000200215&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de set. 2020.

LOURENÇO, Edvânia Ângela; SANT'ANA, Raquel Santos, GALLO, Marcelo. Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais que atuam no SUS. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**. 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20110>>. Acesso em 14 de set. de 2020.

LUKÁCS, György. **Lukács. Organizado por José Paulo Netto**. São Paulo: Ática, 109-131, 1981. (Grandes Cientistas Sociais volume 20).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

GUERRA, Iolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org)** Projeto ético político e o exercício profissional em Serviço Social- Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro, CRESS, 2013.

LIMA, Iana Gomes; HYPÓLITO, A. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. vol. 45, 1 São Paulo, Epub Aug 15, 2019. <<https://doi.org/10.1590/s1678-463420194519091>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1, tomo 2.

- _____. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (Org). **Marx e Engels: história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels).
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo Boitempo. 2007.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATOS, Maurílio de Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço social e Sociedade**. São Paulo. n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2020.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo Ática editora. 1988.
- PAULO NETTO, José Paulo O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise. In: BRAZ, Marcelo (Org.). José Paulo Netto. **Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, p. 309-313, 2017.
- OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses para a reforma do Serviço Social brasileiro. Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Acesso em: 23 de março de 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, Dec. 2009. <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200017>>.
- PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e Presenciais. **Revista Temporalis**. v. 14 n. 27, p. 181-202, 2014.
- REAL GDP growth. International Monetary Fund, [2020]. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 28 jul. 2020.
- RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão (vol. 2). CFESS. Brasília (DF), 2020. <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Perspectivas para políticas agroambientais. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: Políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: NEAD Estudos, 2007. p. 283-312
- SANTOS, Dyane Brito. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia, 2009.
- SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1983.
- SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias**. 2015. <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/25760/pdf>>. Acesso em 12 de set. de 2020.
- SANT'ANA, Raquel Santos. MASSON, Gabriel Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-políticoprofissional. **Serviço Social em Revista**. Londrina V. 21, n .1, p 195-216, julh/dez. 2018. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34817>
- SUER, Sérgio, PERDIGÃO, Luis Felipe, Lutas pela Terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. ABYA YALA. **Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**. Brasília, v.1, n.2, abr./jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/>>

abya/article/view/7031/23582>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

SILVA, J. F. da. “América Latina: capital e devastação social”. **Revista Katálysis**, janeiro de 2021 (prelo).

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Sociedade do capital, violências e práxis profissional. In: Giovane Scherer. (Org.). **Violência, Juventudes e Políticas Públicas**. Porto Alegre: PUCRS, v. 1, p. 65-75, 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências Ideológicas do conservadorismo**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Tese de Doutorado. 2016.

_____. O Conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2015, n.122, pp.199-223. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.020>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

TEIXEIRA, Leile Silvia Cândido. **O valor da fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital**. 2015. 253f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia y pobreza (memorias sobre el pauperismo)**. Madrid: Editora Trotta, 2003.

_____. **Lembranças de 1848 – as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

Sites consultados:

[https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2020/08/11/ibge-2020-tem-recorde-de-desemprego-no-brasil-](https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2020/08/11/ibge-2020-tem-recorde-de-desemprego-no-brasil-193188#:~:text=O%20segundo%20trimestre%20de%202020,per%C3%ADodo%20de%20janeiro%20a%20mar%C3%A7o)

[193188#:~:text=O%20segundo%20trimestre%20de%202020,per%C3%ADodo%20de%20janeiro%20a%20mar%C3%A7o](https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-tade-da-area-rural-brasileira/).

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-tade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em 12 de set. 2020.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/numero-de-homicidios-no-brasil-e-maior-do-que-o-de-paises-em-guerra.html>. Acesso em 11 de set. 2020.

<https://nacoesunidas.org/onu-fome-na-america-latina-e-no-caribe-pode-afetar-quase-67-milhoes-de-pessoas-em-2030/>. Acesso em 14 de set. de 2020.

Racismo, conservadorismo e Serviço Social

Cristiane Luiza Sabino de Souza*

RESUMO: O presente artigo objetiva explicitar elementos teóricos e históricos que possibilitem uma maior compreensão dos fundamentos e da dinâmica do conservadorismo na particularidade da formação latino-americana e caribenha. Para tanto, foi feito um estudo bibliográfico, relacionando os temas em análise, privilegiando produções e debates cuja centralidade é a compreensão do colonialismo, do racismo estrutural e das suas determinações na sociedade de capitalismo dependente. Com isso, buscou-se destacar: o racismo é determinação fundamental no desenvolvimento e nas manifestações do conservadorismo neste território; mediações para a compreensão do significado da relação entre o conservadorismo e o Serviço Social, a partir da centralidade do colonialismo e do racismo na conformação daquele; e os desafios que se acenam diante essa compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: conservadorismo; racismo; colonialismo; capitalismo dependente; serviço social.

Racism, conservatism and Social Work

ABSTRACT: This article aims to explain theoretical and historical elements that enable a greater understanding of the fundamentals and dynamics of conservatism in the particularity of Latin American and Caribbean formation. To this end, a bibliographic study was carried out, which sought to relate the themes under analysis, privileging productions and debates, whose centrality is the understanding of colonialism, structural racism and its determinations in dependent capitalism society. With this, we sought to highlight: that racism is a fundamental determination in the development and manifestations of conservatism in this territory; mediations to understand the meaning of the relationship between conservatism and Social Work, based on the centrality of colonialism and racism in shaping it; as well as the challenges that arise from this understanding.

Keywords: conservatism; racism; colonialism; dependent capitalism; social work.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

Neste artigo, parto do entendimento de que o sentido do Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social brasileiro está: na sua conexão inarredável com as lutas sociais da totalidade da classe trabalhadora; na luta por um projeto societário que acene para a emancipação de todas as formas de exploração; e na dominação comandada pelo capital. Sendo assim, está atrelado à necessidade de fortalecer e alargar as conquistas democráticas da classe trabalhadora, orientando-se, politicamente, a partir das suas demandas e se articulando com as suas lutas concretas.

Esse processo deve se movimentar para além do cotidiano institucional, almejando, dentre outras coisas: a acumulação de forças coletivas tanto, no interior da profissão, para a afirmação da hegemonia desse projeto ético-político e sua construção permanente; quanto, fora dela, no âmbito da sociedade e suas contradições.

Para tanto, tem de se arregar, teoricamente, pelo reconhecimento da realidade, ocultada pela perspectiva dominante, eurocêntrica e colonialista, e se acercar da história dos “vencidos”, a memória-história das suas lutas e resistências. Nesse movimento, o sentido do PEP pode se afirmar e fortalecer, bem como se aproximar da realidade concreta.

Isto posto, com base em uma perspectiva latino-americana, debato acerca do conservadorismo burguês, acenando sua relação com a gênese do Serviço Social no Brasil. A presente proposta é de assinalar alguns elementos que estão fora, ou pouco subsidiados, do debate do conservadorismo “clássico”, que se desenvolve no âmbito da produção teórica do Serviço Social. Esses elementos são os relativos à particularidade da formação sócio-histórica latino-americana (considerando englobada a caribenha), expressos: no colonialismo, no escravismo e na conformação do racismo estrutural como determinante das relações sociais no capitalismo dependente.

É salutar, neste debate, o desvelar do processo histórico que se desenvolve “do lado de cá” das relações complexas e contraditórias que demarcam o surgimento e a afirmação da burguesia como classe dominante; desvelar, portanto, as contradições, conexões e processos simultâneos, que envolvem a criação subordinada da América Latina pela dominação colonial; e o surgimento da chamada Modernidade como parte do desenvolvimento do projeto burguês europeu.

Essa explicitação possibilita: uma apropriação maior da realidade concreta das particularidades da América Latina; e, de maneira singular, do Brasil. Desta forma, pretendo destacar que o racismo é umas das determinações fundamentais no desenvolvimento e nas manifestações do conservadorismo, neste território. Além disso, investigo outras mediações

para a compreensão do significado da relação entre o conservadorismo e o Serviço Social, bem como os desafios que se acenam a partir dessa compreensão. Dentre os desafios, está o reconhecimento da centralidade que a luta antirracista deve assumir na práxis profissional e social.

O artigo está organizado em duas seções, além desta introdução e da conclusão: a primeira situa a constituição do projeto conservador burguês e suas conexões com a formação sócio-histórica latino-americana e caribenha; a segunda discute as particularidades da relação entre o racismo e conservadorismo, no Brasil, seus influxos na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, examina, ainda, a relação do pensamento conservador eugênico e racista na gênese e na institucionalização da profissão; por último, há algumas reflexões sobre os impactos, as contradições e as disputas marcadas pelo colonialismo e pelo racismo na estruturação da formação profissional em Serviço Social, de modo a apontar como, apesar dos inegáveis avanços críticos no âmbito da produção teórica, a mesma, ainda, é um terreno fértil do conservadorismo, dados os limites dos avanços no que tangem à apropriação da particularidade latino-americana.

Repensando as bases fundantes do conservadorismo: uma perspectiva latino-americana

De acordo com Leila Escorsin Netto (2011), o pensamento conservador não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrado em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Ele também não se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o que existe – formas a que cabe a denominação de tradicionalismo. Na verdade, o pensamento conservador é uma expressão cultural particular de um tempo e de um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa. É totalidade complexa e diversa, rica em determinações, que as configurações do conservadorismo devem ser situadas, considerando seus movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais.

Para Maria Carmelita Yasbek (2009), o conservadorismo não constitui uma teoria social, ou seja, não é um método de apreensão do real, que busca reproduzi-lo, conceitualmente, a partir de construções que dela se aproximem. Como forma de pensamento e experiência prática, ele é resultado de um movimento contrário aos avanços da modernidade e, nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadas, particularmente da ordem capitalista.

O conservadorismo finca, de acordo com Escorsin Netto (2011) e Yasbek (2009), suas raízes nas próprias contradições da sociedade burguesa que, ao se estruturar sobre a

desigualdade de classes – entre exploradores e explorados –, abre um complexo movimento que gesta as possibilidades de sua própria superação.

O pensamento conservador, originalmente, almejou restaurar o ordenamento político-social feudal, centrado no privilégio da família, das corporações, do poderio da Igreja e na hierarquização social cristalizada, isto é, um pensamento antiliberal, quando a burguesia se apresentava revolucionária. Entretanto, quando se torna hegemônica, o conservadorismo é desenvolvido no seu seio, evidenciando, dessa forma, um caráter contrarrevolucionário; mas, agora, transformado em afirmação da ordem burguesa, combate o movimento socialista e a classe trabalhadora que buscam superá-la.

A função social do conservadorismo, segundo Escorsim Netto (2011), passa de instrumento ideal de luta anti-burguesa para subsidiário da defesa da burguesia contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. Ocorre, portanto, uma mudança sócio-política e teórico-conceitual, em que o conservadorismo se integra, plenamente, aos componentes culturais da ordem burguesa, conciliando-se com o seu desenvolvimento e a sua reprodução.

Os apontamentos acima apresentam um panorama geral da gênese e da reprodução do conservadorismo. Todavia, para entender seu movimento, na realidade concreta latino-americana, alguns elementos históricos são de relevância fundamental. Por isso, a necessidade de haver um giro teórico-metodológico que possibilite a apreensão do movimento da realidade, de modo a explicitar suas particularidades na América Latina (SOUZA, 2019). Isso porque a dominação colonialista forjou um modo de “ler” o mundo, no qual o eurocentrismo se impõe como forma hegemônica e engessa a percepção da realidade a uma dimensão única, esterilizando a riqueza das determinações e a complexidade dos processos históricos.

Na perspectiva do método crítico dialético, a universalidade só pode se constituir a partir da relação dialética com multiplicidade de singularidades, que marcam a totalidade das relações sociais. Totalidade que se movimenta conectada às particulares formas de existência concreta dessas relações. A particularidade não é uma cópia da totalidade é, antes, rica de determinações que precisam ser explicitadas para que a própria percepção da totalidade possa ser ampliada.

Desde a América Latina e o Caribe, estudar as determinações particulares do conservadorismo e seus influxos próprios deste território, requer situar, historicamente, os processos conexos e simultâneos que forjam, a partir da invasão colonial, a história desses trópicos, conectada às transformações particulares da dissolução do feudalismo, na Europa Ocidental, ao nascimento do capitalismo e sua consolidação industrial e imperialista.

Com isso, é necessário interpelar o colonialismo, o escravismo, o saqueio e a dominação

que forneceram parte da riqueza necessária para acelerar as transformações internas, na Europa, em particular, na Inglaterra e na França, a partir do século XVI e, de modo acentuado, nos séculos XVII e XVIII. Marx (2013) e Williams (2012) não deixam dúvidas sobre o quanto a constituição da dominação colonialista, neste território, incide sobre essas transformações. A dissolução do feudalismo, na Europa, ocorre, simultaneamente, à consolidação de uma classe escravista nas Américas, conectada a ela; embora forjada também por outras determinações e contradições particulares do modo de produção feudal (DOBB, 2009).

Ao analisar o processo histórico, tendo como referência o “lado de cá”, ou seja, a dimensão dos acontecimentos emergentes das contradições próprias, forjadas pelo escravismo colonial, da luta de classes entre escravos e escravistas; e das suas relações com os burgueses emergentes, na Europa, abre-se uma riqueza de elementos que podem explicitar as particularidades desse processo e suas determinações do conservadorismo que se desenvolve.

A Revolução Francesa (1789-1799), e todo o seu significado para a consolidação do poder burguês, precisa ser particularizada e entendida por meio das suas conexões contraditórias com o resto do Globo. Conexões que, com as Américas, assenta-se no comércio triangular (WILLIAMS, 2012) e terão como contraponto fundamental a Revolução do Haiti (1791 -1804).

A revolução do Haiti foi a única feita por escravos da História e logrou a libertação dos escravizados, no Haiti, e a própria Independência do país. Os custos de tamanha ousadia, ainda, são cobrados dessa Nação guerreira, jamais perdoada pelos colonialistas-escravistas e pela burguesia europeia.

As bases filosóficas da Revolução Francesa, assentadas no Renascimento/Iluminismo e humanismo, forjaram-se e amadurecem, não, apenas, em concomitância aos processos de invasão colonial na América e na África e à instauração do escravismo colonial, como, também, assentadas, materialmente, na riqueza pilhada pelo capital comercial a partir da exploração das colônias. As transformações das bases materiais internas, na Europa, são alimentadas pela escravidão negra e indígena, que floresceram toda uma perspectiva filosófica e ideológica burguesa e contra o poder feudal.

Williams (2012) e CLR James (2000) exibem dados fundamentais para a análise da situação mencionada. Todo o pensamento burguês se desenvolve em concomitância com a expansão da escravidão, sendo que muitos dos seus representantes eram escravistas. Esse desenvolvimento serve não, apenas, para pautar a disputa burguesa pelo poder, como, também, para afirmar um modo de produção novo, na Europa, e para justificar a existência do escravismo.

A partir da imposição mistificada de um ideário de liberdade, igualdade e fraternidade, o pensamento liberal burguês alcançou, na Europa, a consolidação ideológica necessária à dominação dos despossuídos e explorados, na Europa, que formavam a classe trabalhadora assalariada. Contudo, antes disso, já havia constituído um ideário de humanidade que descartou e inferiorizou os saqueados, expropriados e escravizados do resto do mundo; primeiro, sob o manto cristão, atrelado ao poder absolutista; depois, sob o manto científico, atrelado ao poder burguês.

O iluminismo, como fundamento filosófico de todas as revoluções liberais (inglesa, francesa, americana), criou a mistificação de um ideário de razão universal e civilização, o qual, na verdade, só comportava particularidades muito restritas, concepções demasiadas estreitas de humanidade, imposta ao resto do mundo como sendo universal. Sua expansão, em concomitância com colonialismo e fruto dele, expressa a estreiteza do próprio projeto eurocêntrico de modernidade/civilização, que, na verdade, era a consolidação da centralidade do Valor como relação social dominante.

Aos explorados e dominados pela extração da mais-valia, não tardou a reação aos limites do que se apresentava como “avanços da modernidade”. Entretanto, antes da “Primavera dos Povos” (HOBSBAWM, 2012)¹, foi a Revolução do Haiti (1798-1804) quem colocou em xeque o projeto burguês. A bravura de Toussaint Louverture, de Jean-jacques Dessalines, e dos mais de 500 mil homens e mulheres escravizados, naquela que era a mais próspera colônia daquele período, foi o primeiro dedo na ferida da “humanidade” e da “civilização”, desenhada pela burguesia (CLR JAMES, 2010).

Ao reivindicar igualdade, liberdade e fraternidade, prometida a todos os *homens* pelos ideólogos burgueses, os haitianos revelaram que, dentro desse projeto, nem todos os indivíduos são iguais, nem todos são reconhecidos humanos, apenas os homens, brancos, europeus e proprietários são reconhecidos. A luta aguerrida dos haitianos foi vitoriosa e, por isso mesmo, a burguesia tratou de impor todos os bloqueios possíveis ao desenvolvimento do Haiti como uma nação livre e criou mecanismos de dominação e ocultamento da própria história de luta daquele povo, a qual pouco se estuda e se conhece, ainda nos nossos dias. (CLR JAMES, 2010).

A radicalidade da Revolução do Haiti, a contestação ao colonialismo, ao escravismo e ao projeto burguês disparou mudanças estruturais dentro e fora do território latino-americano e caribenho. Internamente, os colonialistas acenderam alertas sobre a possibilidade de que a

¹ Sintetiza a percepção do proletariado sobre a armadilha da burguesia e o início da luta contra ela, revelando, na Europa, a mudança de posição e função do pensamento conservador.

revolução se ampliasse às demais colônias e plantagens, aumentando o aparato de repressão e a luta por conservar a estrutura escravista. Externamente, a ascensão do capital industrial, nascida da pilhagem das colônias, necessitava, ainda mais, que continuassem ser subordinadas e fornecedoras de matérias primas e alimentos para o desenvolvimento industrial. O próprio ataque ao escravismo, encampado, posteriormente, pela Inglaterra, não tinha nada a ver com um humanismo ou a necessidade de libertar milhões de homens e de mulheres da condição de escravos e, sim, a interesses econômicos.

De acordo com Williams (2012), somente após o capitalismo ser fertilizado com a riqueza produzida nas colônias, pelo trabalho escravo, é que o sistema escravista, e toda a estrutura protecionista e monopólica que este pressupõe, tornou-se um empecilho à expansão capitalista. Derrotada a classe escravista de suas próprias colônias, a burguesia inglesa ainda conviveria, plenamente, com o escravismo nas colônias de outras nações, desde que houvesse o livre mercado para as suas manufaturas, em outras palavras, que não houvesse políticas protecionistas. Disso, decorre as pressões para o fim do tráfico internacional de escravos. Afinal, inicialmente, “o ataque aos fazendeiros das Índias Ocidentais era mais que um ataque à escravidão. Era um ataque ao monopólio. Seus adversários não eram somente os humanitaristas, eram também os capitalistas” (WILLIAMS, 2012, p.193).

Para eles a escravidão era relativa e não absoluta, e dependia da latitude e da longitude, como provam suas atitudes depois de 1833 [ano da proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra] diante da escravidão em Cuba, no Brasil e nos Estados Unidos. Escarneciam de seus adversários por verem escravidão onde eles viam apenas açúcar e por limitarem sua visão à circunferência de um barril. Não iriam moldar suas tarifas segundo critérios morais, não ergueriam uma tribuna em cada posto da alfândega e não obrigariam os funcionários aduaneiros a fiscalizar o cumprimento das doutrinas abolicionistas (WILLIAMS, 2012, p. 234).

No Brasil, por exemplo, o livre comércio com a Inglaterra foi estabelecido em 1808, em meio à disputa entre França e Inglaterra, pelo domínio dos mercados. Apenas oitenta anos mais tarde, foi realizada a abolição da escravidão, em um momento em que o capital industrial dos centros já assumia formas imperialistas, baseada na concentração e na centralização do capital, e para a qual o colonialismo, nas múltiplas formas que assume ao longo da história, continuaria sendo o mecanismo fundamental de domínio e de base de sua existência. Prova disso, é a partilha da África entre os países imperialistas em fins do século XIX - com o estabelecimento de um neocolonialismo (N’KRUMA, 1967; RODNEY, 1975); e toda a política de subordinação da América Latina e do Caribe pelos Estados Unidos, desenhada desde a Doutrina Monroe, sob a qual a dependência e a subordinação conformam a condição particular do desenvolvimento do capital.

Retomando os desdobramentos das contradições que se erguem no âmago dos acontecimentos marcados pela Revolução Francesa, pela Revolução do Haiti e os (des)encontros entre elas, do ponto de vista político e ideológico, há um processo no qual a dominação dos colonizados assume nuances distintas. Se antes, no bojo da invasão colonial, foram as justificativas religiosas, de cristianização e de salvação dos “bárbaros” e “pagãos” que se expressavam, ideologicamente, a dominação e a escravidão, com a ascensão da perspectiva burguesa e sua racionalidade moderna, é o desenvolvimento do pensamento científico que passa a cumprir este papel. Ao seguir, assentada na dominação colonialista, o imperialismo necessita de novos mecanismos de construção ideológica da dominação. Assim, para negar aos colonizados o status de igualdade humana, as burguesias europeias e estadunidense passam a construir concepções pseudocientíficas para a justificativas dessa negação. O racismo científico ou raciologia foi a pseudociência que respondeu, ideologicamente, às necessidades da estrutura de organização econômica e política dominada pelo capitalismo.

Nesse contexto, explicita-se a relação insuprível entre lógica capitalista e o racismo, a sua conformação como uma determinação fundamental à continuidade da pilhagem e da exploração. A raça - categoria sociológica - criada e manipulada pelos ideólogos colonialistas - apresentada, primeiro, como justificativa sobrenatural, cristã e, no marco da Revolução Burguesa, como elemento biológico - foi fundamental para que a escravidão moderna e o projeto da modernidade burguesa pudessem se desenvolver simultaneamente e de maneira atrelada (SCHWARCZ, 1993; MOURA, 1994). Na modernidade burguesa, a classificação dos seres humanos tornou-se um dos mais poderosos instrumentos do colonialismo e do imperialismo para a submissão do resto do mundo (MOURA, 1994; 1983).

É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neocolonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam não só a sócio-biologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também canhões, aviões e tanques de guerra. (MOURA, 1994, s/p)

Consoante a Frantz Fanon (2008), a negação ontológica dos sujeitos colonizados, a sua desumanização e a inferiorização, em contraposição à afirmação da superioridade humana e universal do branco europeu, desdobra-se em um processo de *alienação colonial*. Isto significa a criação de uma sociedade deturpada e degenerada, reprodutora da racialização mistificadora como fundamento da sociabilidade erigida sob o domínio colonialista-imperialista - e da exploração e dominação correspondentes. Para Moura (1994, s/p), “O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular”.

Racismo e conservadorismo no Brasil: seus influxos em sua trajetória histórica do Serviço Social

Escorsin Netto (2011) e Yazbek (2009) apontam que o pensamento conservador pode se manifestar a partir de diversas perspectivas teóricas, como expressão da decadência ideológica que procura sancionar a legitimação do capitalismo, traduzindo os valores do modo de ser burguês. É grande o destaque que ambas dão ao papel da perspectiva Positivista/Funcionalista exerce nessa legitimação

Almeida (2019) salienta que, na construção ideológica da modernidade, o Positivismo, no século XIX, estabelece um processo no qual o *homem* passa de objeto filosófico a objeto científico; conforma-se uma perspectiva na qual o determinismo biológico e geográfico seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre diferentes raças.

Para entender a conformação do pensamento conservador, no Brasil, à luz da exposição acima, considero a construção ideológica que se desenvolve desde os marcos da sociedade escravista colonial e que reverbera na construção ideológica no marco da sociedade Independente. Nesta, principalmente na quadra histórica da abolição da escravatura, as preocupações com o destino da nação, com o seu desenvolvimento e a sua identidade terão a concepção de raça forjada pelos raciologistas como fundamental.

A ideia da hierarquização das raças se atrela à percepção do subdesenvolvimento e se torna a justificativa central do mesmo, buscando ocultar todos os séculos anteriores de pilhagem colonial e o processo de desacumulação de capitais, que dele resultou internamente (MOURA, 2014b). Isso se expressa em todo o pensamento social da virada do século XIX para o XX, cujos expoentes, Raimundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero, têm interlocução direta com seus representantes europeus, principalmente Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso (ALMEIDA, 2019; MOURA, 2014b).

Da interlocução, desdobra-se todo o empreendimento ideológico que terá os africanos e seus descendentes, no Brasil, como problema e objeto de investigação. O ponto de partida é a abstração da condição em que foram introduzidos e mantidos, no Brasil, a escravidão. Para Nina Rodrigues (2010), esse elemento é, apenas, um pano de fundo, centrando a sua análise na investigação das características biológicas. Embebido nas fontes eurocêntricas, o intelectual não pode mais do que reproduzir o racismo e o lamento do destino da Nação.

Em toda a América Latina, o pensamento racista foi reproduzido pela intelectualidade nativa das ideias dominantes, na Europa, sobre este território. No contraponto às ideias colonialistas e racistas, os intelectuais críticos como Aimé Cesaire (Martinica), Manoel Bonfim (Brasil) e José Carlos Mariátegui (Perú), dentre outros, confrontaram e buscaram desmistificá-

las. Por fazerem isso, foram desacreditados e invisibilizados (CESAIRE, 2010; BONFIM, 2008; MARIÁTEGUI, 1928, 2011).

A centralidade que a reprodução das ideias racistas e eugenistas ocupa, no entendimento e na direção da filosofia Positivista, no Brasil, requer uma atenção importante, se o objetivo é desvelar a forma conteúdo das suas influências nas mais diversas áreas institucionais, políticas, educacionais e culturais no Brasil. Isso possibilita situar o contexto no qual o Serviço Social se institucionaliza, no país, e reflete sobre suas influências no centro da profissão.

A relação do pensamento conservador eugênico e racista com o Serviço Social

Segundo Escorsin Netto (2011), as elaborações teórico-políticas, que passaram a estruturar o pensamento conservador, são as que buscam a “ordem e o progresso”. Elas têm um impacto singular, no Serviço Social brasileiro, desde a sua emergência até o processo de renovação na década de 1980. Ordem e progresso é o grande lema do Positivismo, no seu caráter funcionalista, que busca explicar e dar direcionamento ao enfrentamento das contradições da sociedade burguesa – questão social – a partir do reformismo, da valorização da moral como força de coesão social.

Tal perspectiva, entende a sociedade como um ordenamento que não pode ser interrompido pela vontade humana. Sendo assim, não há possibilidade de revoluções, devendo os sujeitos se adequarem ao ordenamento, conforme aparece, de forma mais desenvolvida, no pensamento de Émile Durkheim (origem em Auguste Comte). No Brasil e na América Latina, entender como se deu a dinâmica da manutenção da ordem, requer observação das relações sociais anteriores a sua constituição da sociedade capitalista.

Manter a “ordem” se constituiu, desde a escravidão, como: manter a classe possuidora, branca e europeia no poder; manter negros e indígenas, despossuídos e escravizados, subordinados. Neste interim, alcançar o “progresso”, entre fins do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX, atrela-se às tentativas de eliminação desses sujeitos, pela limpeza social que possibilitasse a adequação racial da sociedade ao desenvolvimento (política de branqueamento); e, posteriormente, a partir da invisibilização do racismo, diante da ideia de uma “democracia racial”.

O Serviço Social, como profissão, tem sua gênese vinculada às transformações emergentes da sociedade capitalista e no desenvolvimento de uma industrialização dependente na América Latina. Sob esta, a refuncionalização do Estado significou não, apenas, a criação de condições para a expansão do capital estrangeiro, para a substituição de importações. Mas,

também, novas formas de intervenção na luta de classes, as quais são somadas ao tradicional processo de repressão e genocídio, instituído desde a invasão colonial.

Seja na sua protoforma cristã ou, posteriormente, no processo de profissionalização, que buscou racionalizar e tecnificar a atuação da (o) assistente social, está arraigada o processo de industrialização dependente, numa quadra histórica que teve como um dos principais paradigmas à solução do “problema da mancha negra”.

A saída do problema foi: (1) a brutal repressão e controle da população negra expressa em legislações que proibiam a expressão cultural dos afrodescendentes, como as religiões de matriz africana e a capoeira, criminalizaram a condição miserável, por meio da lei da vadiagem (1941); (2) a marginalização de um povo para a periferia das cidades e o rebaixamento do valor de sua força de trabalho (inerente à superexploração²); (3) a deturpação moral racista, que privilegia o trabalhador migrante europeu na sua inserção no mercado de trabalho, em detrimento dos trabalhadores nacionais (MOURA, 1988; SOUZA, 2019).

Assim, entendo que a profissionalização, após a década de 1930, ao se apropriar da teoria social positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social, foi, também, a apropriação da ideologia racista, supremacista e eugenista, que compõe a racionalidade positivista.

A perspectiva positivista/funcionalista, o ajuste social e a manutenção da ordem são os principais objetivos, constituindo a base da formação de instituições e suas atuações políticas. Pode-se observar, por exemplo, as fortes influências da eugenia no âmbito do Direito, da Medicina e da psiquiatria. Nestas áreas, a raça era tomada como elemento central na construção de análises criminológicas e patológicas, amalgamando-as e resultando na conclusão de que as raças não brancas tinham tendências criminosas, eram degeneradas, naturalmente propensas ao alcoolismo, à violência etc.

No Brasil, houve a expressão institucional muito fortificada no Movimento Eugênico Brasileiro, vigorado, institucionalmente, entre 1910 e 1930, liderado pelo médico Renato Kehl. Esse movimento teve forte influência nas instituições estatais, principalmente no trato das questões sanitárias e educacionais. Outra organização, nessa seara, foi a Liga Brasileira de Higiene Mental³ (LHM), criada, em 1923, influenciada pela perspectiva nazista da psiquiatria

² A categoria superexploração da força de trabalho, a partir da elaboração de Ruy Mauro Marini, é concebida como forma *sui generis* de extração de Valor no capitalismo dependente, dada a transferência de valor aos países centrais e a necessidade das classes dominantes locais compensarem, internamente, a sua perda a nível internacional.

³ Considerada uma entidade civil de utilidade pública, a LBHM recebia subvenção federal e ajuda de filantropos. Após 1925, contava, ainda, com a renda dos anúncios publicados da revista, *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*.

alemã, representava a institucionalização de um projeto que em vez de dar assistência aos doentes mentais, para o que foi criado, passa a ter uma atuação política, “com projetos de prevenção, eugenia e educação dos indivíduos”(COSTA, 2007, p.46).

Essas ideias eugenistas e higienistas penetraram o ambiente escolar, profissional, indo além das fronteiras da psiquiatria. A intenção, inicial, era: a criação de mecanismos para controlar e eliminar os entendidos como possíveis de “degeneração” (pobres e negros); moldar um comportamento moral, considerado compatível com o desenvolvimento da sociedade, em um projeto social de higiene mental, que associava doenças como a sífilis e o alcoolismo à população negra, como prova da sua inferioridade (COSTA, 2007).

Para Costa (2007), a LHM teve importante participação: (1) na renovação cultural brasileira, das décadas de 1920-1930; (2) na conformação de determinados paradigmas assentados no racismo, no moralismo e na xenofobia. O Movimento Eugênico Brasileiro ajudou subsidiar teórica e, praticamente, a segregação e a eliminação dos negros e indígenas, entendidos como inferiores, desajustados e causadores do subdesenvolvimento nacional, influenciando as posteriores formas de intervenção do Estado na “questão social”.

O papel cumprido por essas instituições, no campo ideológico e no controle social, ocultou as raízes dos problemas sociais no Brasil. O tipo atuação empregado, na verdade, orientava-se para a acomodação da força de trabalho, indo de acordo com as necessidades de reprodução do capitalismo dependente, fazendo, dessa forma, a organização da superexploração da força de trabalho, o que lhe é fundamental.

Nesse íterim, com esse “caldo” filosófico, prático e cultural, o Serviço Social surge e se profissionaliza, é lançado para cumprir a determinação do controle e do ajustamento da classe trabalhadora, em particular da sua parcela mais marginalizada, negra e pobre. O papel dessa área de conhecimento está nas transformações da perspectiva teórico-metodológica e ético-política da profissão, não pode ser considerado como algo do passado.

As (os) assistentes sociais atuam no âmbito das instituições, inseridas no bojo do poder político-econômico do capitalismo dependente, cujas estruturas reproduzem a lógica de dominação inerente ao papel do Estado e da classe dominante em uma sociedade estruturada pelo racismo. Desse modo, reconhecer a vinculação do conservadorismo, na gênese da profissão, bem como a sua relação com o racismo, evidencia uma dimensão fundamental a ser melhor desenvolvida, no âmbito do acúmulo teórico e político da profissão, que, apenas, muito recentemente deu uma atenção mais consistente ao tema⁴.

⁴ Campanha de Gestão CFESS/CRESS (2018-2020), intitulada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Colonialismo, racismo e a reprodução do conservadorismo: reflexões sobre as Diretrizes Curriculares do Serviço Social

O racismo molda o modo de *ser* e de existir de todos os sujeitos na sociedade burguesa de origem colonialista, perpassa todas as relações sociais desde as relações de produção até as relações mais subjetivas, psicológicas, sexuais e afetivas, está nas entranhas do modo de ser dos sujeitos inseridos nessa sociedade. Frantz Fanon (2008) afirma: as relações, fundadas pelo colonialismo, demarcam a negação ontológica dos povos colonizados e estabelece a alienação como fundamento das relações sociais, “Falo, aqui, por um lado de negros alienados (mistificados) e por outro de brancos não menos alienados (mistificadores e mistificados)” (FANON, 2008, p. 43). Reconhecê-lo e evidenciar seu movimento concreto é fundamental para combater as relações sociais que o reproduz e que são reproduzidas por ele.

Silvio Almeida (2019) expõe que compreender o racismo requer entendê-lo como determinado e determinante das relações sociais; requer ir além das suas manifestações individuais e institucionais, pois indivíduos e instituições, ao estarem inseridos numa sociedade racista, são forjados pelo racismo e o reproduzem. Contudo, a gênese do racismo, as suas raízes profundas, está na totalidade das relações sociais de produção que estruturam a sociedade.

As raízes do racismo vinculam-se à propriedade privada da terra e dos meios de produção. É na lógica mercantil da produção do valor-mercadoria - e toda a exploração, dominação e violência que ela requer - que a construção ideológica da hierarquia racial finca suas bases. A partir disso, determina os lugares sociais a serem ocupados pelos indivíduos nas estruturas de poder, por meio da sua racialização: seja como negros ou indígenas, cuja humanidade é rebaixada; seja como brancos/europeus, apresentados como padrão de humanidade e superioridade. (SOUZA, 2019; BENTO, 2002).

Desse modo, a análise da realidade latino-americana (marcada pelos processos de invasão colonial, escravismo e a contínua dependência sob o jugo imperialista) precisa entender o racismo não, apenas, como um fenômeno a ser explicado e combatido. Mas, sim, compreendê-lo no campo das elaborações teóricas, no desvelamento da realidade, como uma categoria teórica explicativa, síntese de processos complexos e determinantes da vida social.

No âmbito da formação e atuação profissional das (os) assistentes sociais, essa é uma compreensão que se faz fundamental, pois permite entender o racismo como uma determinação, fundamental da “questão social” e não, apenas, uma expressão dela. Entretanto, cumpre observar que se o racismo molda a totalidade das relações sociais, a profissão não está, portanto, fora do seu alcance. Isso se expressa de diversas maneiras, uma delas é o próprio processo de formação profissional.

No bojo da universidade dependente, da educação-mercadoria, da colonização dos currículos e da dominação ideológica, a formação em Serviço Social não alcançou, ainda, uma formação que possibilite uma apreensão crítica e consistente do racismo estrutural. Esta é uma realidade que se manifesta, mesmo após todos os avanços críticos alcançados pelo Movimento de Reconceituação, na intenção de ruptura com o conservadorismo e as transformações nos currículos realizadas a partir disso (NETTO, 2005).

A invisibilização do debate do racismo e o ocultamento das (os) intelectuais antirracistas de toda uma produção teórica que, há décadas, vêm mostrando o seu papel na reprodução do capital, perpassa todo o campo das Ciências Sociais e se reproduz no âmbito da nossa formação profissional. A análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social, por todo o Brasil, é prova cabal disso, como mostram as pesquisas de: Rocha (2009), Oliveira (2015), dentre outros. Contudo, penso que a lacuna não está, apenas, nos PPPs e, sim, nas próprias Diretrizes Curriculares.

Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) é interessante observar que a categoria racismo não aparece em nenhum momento na sua estruturação, em nenhum dos três núcleos da formação profissional; somente no segundo núcleo - Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira - aparece algo referente à questão étnico-racial, compreendida como parte das desigualdades sociais, como expressão delas.

Apesar de ser apresentado, não há nenhum apontamento para o racismo como sendo estruturado por essas relações desiguais, mas, também, estruturante fundamental das mesmas. Isso só endossa que ele, ainda, é entendido como algo a ser explicado, um fenômeno constatado. Porém, não é compreendido como categoria explicativa das relações sociais. Esse é um aspecto importante para ser repensado, coletivamente, no âmbito da profissão.

O modo como se compreende o racismo, expresso nas próprias diretrizes, ainda é um modo marcado pelo colonialismo e pela visão eurocêntrica, possibilitando uma constatação da sua existência como um pano de fundo. Todavia, não aponta para um desenvolvimento da temática no âmbito da formação profissional, que possibilite entender a complexidade da sua dinâmica na conformação da sociabilidade burguesa.

A força do colonialismo e do racismo, entranhadas nas construções sociais nas quais as (os) assistentes sociais são inseridas(os), mostram-se quando são analisados, mais de perto, por exemplo: o descompasso entre o avanço na perspectiva teórica crítica no bojo da produção teórica do Serviço Social e a quase irrisória apropriação de uma teoria crítica latino-americana e antirracista.

Entendo que compreender o racismo como categoria explicativa, situando-o na sua

conexão indissociável com o colonialismo e a reprodução do capital, sob a relação ao imperialismo-dependência, que conformam a sociedade latino-americana, é central para entender os fundamentos da vida social nesse território. Portanto, na construção da direção social crítica, fundamental ao trabalho profissional, afinado com as demandas da classe trabalhadora e com as necessárias transformações sociais, requer, como fundamento da crítica, a apreensão da realidade complexa e contraditória, que se assenta, também, no racismo. Esta perspectiva, se transversalizada em todos os Núcleos da formação profissional, possibilita uma compreensão mais ampla da realidade na sua dinâmica concreta, considerando o afirmado por Teixeira (2019, p.87):

os três núcleos são unidades distintas, mas articuladas; são complexos de mediações com níveis diferentes de abstração; que permite ler a realidade, os determinantes constitutivos do ser social, considerando as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, e se configuram como Fundamentos do Serviço Social à medida que se particularizam na análise da profissão, na formação e no trabalho de assistentes sociais.

Na conformação da unidade entre os núcleos da formação, entendo que é inviável uma compreensão da dinâmica concreta do *ser social*, (na América Latina, mas não apenas) sem apresentar, como determinação fundante, a sociabilidade que se abre após 1492. Não é possível compreender a dinâmica da sociedade burguesa, *a divisão social [e internacional] do trabalho, a propriedade privada, a divisão de classes e do saber, as relações de exploração e dominação, as formas de alienação e resistência* (ABEPSS, 1996), sem ter em vista o conjunto de determinação conexas, forjadas pelo colonialismo e pela relação imperialismo-dependência, as quais terão o racismo como elemento estruturante da organização da força de trabalho, da divisão e organização social do trabalho, bem como dos processos políticos e ideológicos de dominação das (os) exploradas (os).

Assim, reconheço a alienação colonial como base para a alienação do trabalho sobre o capital; bem como as contradições imanadas da luta de classes e a resistência enraizada nas lutas dos negros e indígenas pela terra, pelo trabalho e pelo reconhecimento e afirmação da sua humanidade e seu modo de vida, tomando-as como elementos fundamentais para a compreensão das particularidades da “questão social” na América Latina (SOUZA, 2019).

No que tange à luta de classes, no Brasil, utilizar a *práxis negra* e indígena, como elemento explicativo, é fundamental para a compreensão da complexidade da sociabilidade, que se forja desde à resistência dos escravizados e conforma contradições inarredáveis pela dinâmica, baseada no trabalho “livre” neste país. (MOURA, 2014a, 2014b)

O confronto aberto ou velado pela rebeldia, pelo aquilombamento ou pela resistência à exploração escravista. As contradições emergentes constituíram concepções ideológicas e

políticas sobre a população negra, indígena e seus descendentes, perpassando até a sociabilidade moderna. O negro visto como inimigo social, como perigoso e violento; o indígena como inapto à civilização, incapaz para o trabalho etc.; e o branco como superior, civilizado, expressão da ordem, do progresso e do desenvolvimento. Concepções que foram, ao longo da história, remodeladas e reapresentadas como parte da filosofia e da ideologia dominante, na conformação do senso comum, da psique social, moldando o modo de ser dessa sociabilidade desigual.

Neste ponto, cabem duas observações importantes para a compreensão das contradições postas no âmbito da formação profissional:

(1) a disputa pela direção teórico-metodológica não pode ser concebida como um momento histórico engessado e entendido como Movimento de Reconceituação, esse Movimento deve ser considerado em um contínuo ao largo da história da profissão, nos últimos mais de quarenta anos, nos quais o conservadorismo ou o neoconservadorismo, irmanados à dominação neoliberal e sua ideologia pós-moderna, disputam ferrenhamente tal direcionamento;

(2) a constituição do currículo de uma formação profissional atende aos anseios que estão para além dela mesma e, no Brasil, está marcada no bojo da universidade dependente e colonizada. Nesta, a educação superior, como salienta Marini e Speller (1977, p.6), “*aparece, mutilada e caricaturizada, reduzida à sua função puramente ideológica*”. Desse modo, a dominação ideológica eurocêntrica, a fragmentação dos saberes, e seu esvaziamento, impõem-se veementemente, conformando a educação necessária ao capitalismo dependente e a correspondente superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011). Uma expressão dessa segunda observação é, por exemplo, as alterações realizadas nas Diretrizes Curriculares, formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996) e pelo Ministério da Educação, quando da sua aprovação em 2001.

Dessarte, cumpre reforçar que é, somente, por meio da construção coletiva, na afirmação da radicalidade da luta anticapitalista e antirracista, que é possível a disputa do direcionamento real da formação profissional, sem perder de vista a realidade social e suas contradições. Por isso, a importância de: (1) analisar a história *a contrapelo*; (2) superar as perspectivas teóricas dominantes, a historiográfica oficial e a sociologia burguesa; (3) e resgatar a história na perspectiva *dos vencidos*. Dessa forma, as lutas pela superação da exploração, do racismo e de todas as formas de dominação serão fortalecidas. Essa tarefa não começará do zero, haja vista que uma larga trajetória do pensamento social crítico latino-americano e caribenho, invisibilizado no campo das Ciências Sociais no Brasil, podem aportar elementos fundamentais

para a ampla apreensão da realidade social, alguns deles citados ao longo deste artigo.

Considerações finais

Busquei, no artigo em tela, formular elementos teórico-metodológicos para a reflexão crítica sobre o significado do conservadorismo, desde a particularidade latino-americana e sua relação com a totalidade complexa do desenvolvimento da sociedade burguesa. Destaquei as bases do conservadorismo, neste território, sua dinâmica concreta e sua relação com o Serviço Social, tanto nas origens da profissão, como em um processo que perpassa toda a sua história, uma vez que a profissão se insere em uma sociedade cindida pelos antagonismos de classe e pelo racismo estrutural. Posto isso, apresentei as dimensões dessa relação que necessitam ser observadas, reconhecidas e enfrentadas.

Pensar o modo como o conservadorismo se entranha na profissão e traçar estratégias para colocá-lo em evidência, bem como, entrar na batalha das ideias, a partir de perspectivas que acenem para a ruptura com o *status quo* da sociabilidade burguesa, requer um movimento de pensar as próprias debilidades teóricas e políticas que impossibilitam maiores avanços na compreensão crítica da nossa sociabilidade em toda a sua complexidade; e, portanto, em uma atuação profissional pautada, firmemente, na realidade. Sem isso, o conservadorismo segue encontrando brechas para se entranhar na formação e no fazer profissional, reproduzindo, fortalecendo e normalizando: o racismo estrutural; a propriedade privada; a desigualdade de classes, de gênero/sexo e as suas mais diversas formas de manifestação.

Sem recuperar os fundamentos da vida social e da formação sócio-histórica desde uma perspectiva crítica, buscando compreender a América Latina “profunda” e as singularidades da sociedade brasileira dentro dela, dificilmente será alcançada uma formação que dê conta de compreender os fundamentos da “questão social” neste território; e, sem isso, tampouco se pode ter sustentação teórica para o Projeto Ético-político profissional e, menos ainda, empreender uma luta antirracista e anticapitalista.

Por fim, vale destacar que a luta antirracista tem sido, há mais de 500 anos, parte constitutiva da luta e da identidade dos povos originários da América Latina, dos africanos escravizados e dos afrodescendentes. Na luta é que se forja na sua existência e resistência. Todavia, essa luta não pode ser exclusiva aos negros e indígenas, dado que o racismo não é voltado, apenas, à experiência histórica desses povos, mas, sim, de toda a sociedade forjada pelo colonialismo e seu processo de dominação iniciado em fins do século XV.

A sociedade capitalista, que se erige a partir da dominação colonial, tem nas suas bases

objetivas e subjetivas, teóricas e filosóficas, ideológicas e psicológicas amalgamadas pela produção e reprodução daquela dominação. Entender o colonialismo e o racismo como categorias teóricas explicativas, como determinantes fundamentais da reprodução do capital, é uma tarefa urgente a todas (os) que se propõem enfrentar teórica e politicamente a dominação capitalista.

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2020.
- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, p.25-58, 2002.
- BOMFIM, M. A. *América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.291, 2008. Disponível em <<https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>>. Acesso em 24 de agosto de 2020.
- CÊSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Anísio Garcez Homem. 1ª reimpressão. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- CLR JAMES, 2010. JAMES, C.L.R (Cyril Lionel Robert). *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Trad: Afonso Teixeira Filho, -1.ed. rev.- São Paulo: Boitempo, 2010.
- COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DOBB, M. H. *A evolução do capitalismo*. [Tradução Manuel do Rego Braga] reimpressão - Rio de Janeiro: LCT, 2009.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, p.194, 2008.
- HOBBSAWM, E. J. *A Era do Capital*. São Paulo. 15 ed. Paz e Terra, 2012.
- JAMES, C. L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima. 1928. Disponível em: <<http://ekeko2.rcp.net.pe/7ENSAYOS/ENSAYOS/Indice.htm>>. Acesso em 24 de novembro de 2017.
- _____. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Seleção e introdução: Michel Lowy; tradução Luiz Sérgio Henriques. - 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. SPELLER, P. Universidade brasileira. In: *Revista de Educación Superior*, nº 22, México, Abril-Junho (1977).. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf> Acesso 28 de agosto de 2020.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*. 1994.

- _____. *Dialética radical do Brasil negro*. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014b.
- _____. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014a.
- _____. Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, p. 44-46, abr./jun. 1988.
- _____. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*. Afro-Ásia, v. 14 - 1983. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64*. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, L. E. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- N'KRUMAH, K. *Neocolonialismo – último estágio do imperialismo*. Trad. Maurício C. Pedreira. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- ROCHA, R. da F. A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 99. São Paulo, 2009.
- RODNEY, W. *Como a Europa Subdesenvolveu a África*. Trad. Edgar Valles. Coleção Leste a Oeste. Seara Nova: Lisboa, Portugal, 1975.
- RODRIGUES, R.N. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>> Acesso em 25 de agosto de 2020.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, C. L. S. de. *Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 265f, 2019.
- TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- OLIVEIRA, J. M. S. de. *A Transversalidade da Questão Étnico Racial nos Currículos dos Cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Federais Brasileiras*. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento

Claudio Henrique Miranda Horst*

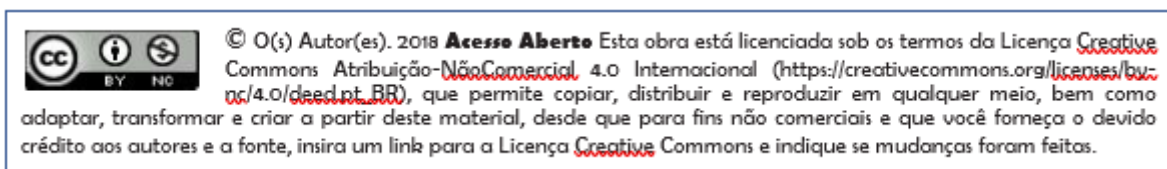
Resumo: o artigo apresenta a dialética renovação/conservadorismo na produção teórica e no trabalho profissional com famílias a partir de duas frentes: a) a recuperação histórica de três momentos da profissão (gênese/renovação/aproximação com o marxismo) e sua relação com a temática família; b) a compreensão de família apresentada por assistentes sociais em artigos publicados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre 2004 e 2012. Por meio de uma pesquisa documental, com análise de conteúdo, busca-se decifrar os elementos históricos que se reatualizam, no presente, ou que são fontes de rupturas. Conclui-se que, diante da persistência de perspectivas conservadoras, na contramão da direção assumida há mais de 40 anos pela profissão, impõe-se, como urgente, a produção crítica do conhecimento sobre família.

Palavras-chave: família; conservadorismo; serviço social; ENPESS.

Social Work and the family theme: renewal and conservatism in the production of knowledge

Abstract: the article presents the dialectic renewal / conservatism in theoretical production and professional work with families from two fronts: a) the historical recovery of three moments of the profession (genesis / renewal / approximation with Marxism) and its relationship with the family theme; b) the understanding of family presented by social workers in articles published in the National Meetings of Researchers in Social Work (ENPESS) between 2004 and 2012. Through documentary research, with content analysis, we seek to decipher the historical elements that are being updated, at present, or that are sources of disruptions. We conclude that, in view of the persistence of conservative perspectives against the direction assumed by the profession for over 40 years, the critical production of knowledge about family is urgent.

Palavras Chave: family; conservatism; social work; ENPESS.



* Doutor em Serviço Social pela UFSC, Docente no Departamento de Serviço Social da UFOP.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a dialética renovação/conservadorismo tem ganhado destaque no campo teórico, sobretudo, na produção acadêmica sobre a família e o trabalho profissional com famílias. As pesquisas e as discussões possibilitam que o assistente social decifre os elementos históricos que se reatualizam, no presente, ou que são fontes de rupturas (HORST; MIOTO, 2017; HORST, 2018).

Pouco mais de 40 anos separa um grande marco histórico da profissão: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o “Congresso da Virada”, de 1979. Trata-se de uma marca significativa, compreendida, no Brasil, como desdobramento do processo de renovação do Serviço Social.

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O “Congresso da Virada” expressa a luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social (IAMAMOTO, 2020, p.5).

Nessa direção, não há dúvidas que os avanços da profissão, na contemporaneidade, são resultados desse legado histórico – patrimônio profissional – expresso nas diferentes dimensões que constituem a profissão: na própria prática profissional, na formação profissional, na produção do conhecimento e na organização política das/os assistentes sociais. Tais dimensões, deparam-se com novos/velhos desafios, resultantes dos desdobramentos da crise estrutural do capital, somados às implicações da conjuntura brasileira, que se concretizam em expressões ampliadas do conservadorismo.

Pensar o legado do III CBAS é pensar os desafios, como discentes e profissionais, do projeto ético político na contemporaneidade. A ‘virada’ não significou o desaparecimento das tensões, disputas e contradições no corpo profissional. Afinal, “[...] uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento” (NETTO, 1996, p.116).

Por isso, não basta, apenas, uma direção social, o *enunciado* do seu horizonte ético-político. É preciso que os sujeitos profissionais, cotidianamente, estabeleçam as “mediações entre a produção de um conhecimento crítico e a efetivação de respostas alternativas às atuais condições/relações de trabalho e requisições institucionais” (GUERRA, 2018, p.26).

As demandas e necessidades, apresentadas pelos indivíduos e suas famílias, não devem ser consideradas como problemas particulares, derivados do modelo/estrutura/organização das famílias. Elas devem ser observadas como fruto das desigualdades sociais, resultantes da lei geral de acumulação capitalista. Em outras palavras, são expressões da “questão social”.

Nessa seara, a compreensão dos indivíduos e de suas famílias não pode se resumir em uma perspectiva simplificadora de psicologização de suas demandas e da culpabilização das mesmas. A particularidade, assumida pela família no sistema do capital, não permite reduzi-la a leituras simplistas que as naturalizam. Mas, tão somente, a partir de uma perspectiva de totalidade social, é possível entendê-la como uma instituição *contraditória* (HORST, 2018). Além disso, reconhece-se “*o seu papel essencial na reprodução do sistema de valores da ordem estabelecida da reprodução social*” (MÉSZÁROS, 2002, p.270).

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a dialética renovação/conservadorismo no que tange à produção teórica e o trabalho profissional com famílias, a partir de duas frentes: a) a recuperação histórica de três momentos da profissão – gênese, renovação e aproximação com o marxismo – e a relação com a temática família; b) a compreensão de família apresentada, por assistentes sociais, nos artigos publicados em Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre 2004 e 2012¹.

Para isso, realiza-se uma pesquisa documental, utilizando como fonte de dados os anais dos Encontros de 2004 a 2012. Para seleção do corpus empírico, foi utilizada como palavras-chave Família e Serviço Social. Ao realizar a busca, nos anais dos cinco ENPESS, constatou-se: do número total de artigos publicados (5.561), 233 apresentaram a palavra família no título, resumo ou palavra-chave, que foram impressos e lidos; dos 233 artigos lidos, 73 traziam alguma concepção, porém, desses 73, apenas, 27 apresentaram, diretamente, o conceito de família. Como técnica de análise, utilizou-se a análise de conteúdo.

A presente exposição está organizada em dois momentos afora a presente introdução e a conclusão: no primeiro momento, o foco será a relação entre famílias e Serviço Social; no segundo momento, serão discutidas as concepções utilizadas nos artigos dos ENPESS.

¹ Cabe destacar que a presente pesquisa foi realizada durante o ano de 2012. Naquele momento, foi feito um recorte a partir de 2004, considerando que o retorno das publicações, na profissão, sobre família foi motivado pela centralidade que a família passou a ocupar na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). É importante sinalizar que dos resultados, de tal pesquisa, foram extraídas para o presente artigo, apenas, uma parte dos dados: as concepções de família, que foram, de forma mais qualificada, trabalhadas no presente texto. Outros dados levantados podem ser encontrados em: AZEVEDO; HORST, 2013. Também cabe destacar que outra pesquisa está em curso, a qual realiza o levantamento dos artigos publicados nos anais do ENPESS de 2014, 2016 e 2018.

Família e Serviço Social: a legitimação de uma ideologia

Metodologicamente, alguns pontos da relação da profissão com a família serão retomados a partir de *três marcos e marcas* centrais da profissão, conforme destacou Yazbek (2016): a gênese, o movimento de reconceituação e o processo de interlocução com o marxismo.

As/os assistentes sociais foram convocadas/os, desde a gênese da profissão, a trabalhar no âmbito da *produção e reprodução* da vida da classe trabalhadora – cuja expressão, particular, da família se mostra como instituição universal indispensável à reprodução capitalista junto aos indivíduos – sustentada por uma *função política* de cunho educativo, moralizador, disciplinador que a legitimava enquanto profissão (HORST, 2018; IAMAMOTO, 2013).

Conforme apontou Netto (2011), a profissão é, em termos histórico-universais, uma variável da ordem monopólica, que instaurará um espaço próprio na divisão social e técnica do trabalho. Trata-se de propiciar um espaço que tem, na sua base, “modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificada nas políticas sociais” (NETTO, 2011, p.74). Contudo, enquanto profissão, o Serviço Social não representou, apenas, uma possibilidade posta pelo capitalismo monopolista.

Emergindo como profissão a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do ‘progresso’ (donde a funcionalidade da perspectiva ‘pública’ da intervenção) - e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais (NETTO, 2011, p.79).

O exercício junto aos indivíduos e suas famílias se orientaram, desde sua gênese, pela lógica de ajustamento do sujeito à ordem e na sua conseqüente preparação e aptidão para o mercado de trabalho. Jorge (2009) expôs que essa atuação se pautava na moralidade e nos valores cristãos, sendo os problemas econômicos e sociais resultados de um *desvio de conduta moral* e de seu afastamento da vida religiosa. As práticas direcionadas às famílias da classe trabalhadora tinham como objetivo atender às camadas populares, que se viam impedidas de integrar-se ao restante da sociedade (SILVA, 1982). A família era vista como uma unidade de

tratamento das disfunções sociais².

Um fato a ser notado é que existe consenso no Serviço Social quanto a se constituir a família em unidade de tratamento ou sistema cliente de sua prática. Tal consenso pode ser encontrado desde o início de um Serviço Social que se pretendeu técnico e fundado no conhecimento científico do homem. Já Mary Richmond, em seu Diagnóstico Social, mostrava a importância de se considerar os clientes em suas múltiplas relações sociais, em especial com sua família de origem, considerando este, ‘muitas vezes’ o único caminho para obter resultados completos e duradouros’. Enfatizava também a necessidade de proceder a um estudo da família, de suas características básicas, de sua importância na gênese e no desenvolvimento dos problemas apresentados pelo cliente e das interferências do meio social sobre esta família caracterizada como ‘unidade integradora’. A partir dessa época, toda a literatura do Serviço Social reafirma a necessidade de não se isolar o indivíduo de seu contexto familiar (SILVA, 1982, p. 83).

Nesse período, a atuação do profissional pautava-se na perspectiva do estudo social do caso, cuja compreensão dos indivíduos baseava-se no âmbito do imediato, não considerando, portanto, uma análise macro das relações societárias. A visão remetia a culpabilização e a responsabilização desses pelos problemas sociais, bem como sua solução por parte das famílias (MIOTO, 2010). Assim, para o acesso aos auxílios materiais e serviços institucionais, a autora afirmou que eram necessárias várias avaliações e exigência de mudanças no comportamento *da família*, donde as/os profissionais “desenvolviam seus instrumentos e técnicas no intuito de fiscalizar e controlar a vida das famílias, marcada ainda por um processo de burocratização dos procedimentos e regulação das famílias” (MIOTO, 2010, p.2).

O Estado, nesse momento, disseminou o ideário de que, em meio às crises sociais, somente uma família forte, organizada, com matrimônio consistente, poderia superar essas crises. Com isso, se deduz que uma família mal “estruturada”, que não mantinha sua subsistência, como, por exemplo, forçando a mulher ao mercado de trabalho, tornava-se responsável e vulnerável às desordens sociais, necessitando de alguma ajuda para o seu restabelecimento. Tal ideologia será materializada na criação do Estatuto da Família, de 1939, que trouxe profundas mudanças para a sociedade brasileira.

O Estatuto é um documento doutrinário que busca combinar duas ideias indissociáveis: ‘a necessidade de aumentar a população do país e a de

² É próprio, desse momento histórico, os Centros Familiares, organizados pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS): “Sua finalidade seria a de ‘separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar se nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e de educação’. Nesses Centros manterão serviços diversos, como plantão para o atendimento de interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, curso primário ‘para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora’, cursos de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar), restaurante para operários, etc. O tratamento dos casos será basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados, regularização da situação abrigo provisório para necessitados, regularização da situação legal da família (casamento), etc., e fichário dos assistidos” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1996, p.193).

consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. A prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependem de sua população e de suas forças morais: a família é a fonte geradora de ambos'. O Estatuto deixa clara a importância de uma família bem organizada para uma sociedade bem estruturada e demonstra o quanto à situação em que se encontravam principalmente as famílias operárias, estava fora de controle e necessitava de uma solução urgente (JORGE, 2009, p.15).

Com essa perspectiva de família – compreendida como expressão da “ideologia da família” –, considerada uma célula fundamental da sociedade, sendo necessárias intervenções nas famílias ditas ‘desestruturadas’, ‘desajustadas’ e ‘desorganizadas’. Nesse cenário, a atuação pretendia enquadrar e ajustar os indivíduos conforme as necessidades da reprodução do capital e da expansão da industrialização.

Um segundo marco importante ocorreu a partir da década de 1960, período de grandes mudanças no Serviço Social latino-americano, resultado dos processos sócio-históricos que movimentaram todo o continente latino-americano. Nesse momento histórico, surgiram as condições objetivas e subjetivas para mudanças qualitativas na profissão. Sendo assim, o posicionamento do Serviço Social comprometido com a classe trabalhadora e suas famílias, compreendendo-as de forma crítica, iniciou-se, nessa década, com o movimento de reconceituação, avançando, nos anos setenta, com destaque para o significado político do chamado Congresso da Virada em 1979. A partir de então, a categoria traça a sua trajetória rumo à construção de um projeto profissional atrelado à defesa da conquista de direitos, da emancipação humana e do comprometimento com as classes trabalhadoras.

Nesse contexto, o Serviço Social incorpora matrizes teóricas e metodológicas como autores da tradição marxista, que possibilitam a crítica radical à sociedade burguesa e, conseqüentemente, aos diversos complexos sociais que compõem a realidade, dentre eles: o indivíduo e a família³. Ganha destaque uma – das três tendências da renovação –, retomando sua compreensão de trabalho com família plasmada no conservadorismo.

Conforme apontou Netto (2015), a renovação não se trata de processo simples e natural de desenvolvimento de tendências e possibilidades que já existiam na profissão no pré-1964.

Trata-se, como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas: a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. [...] nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece, sob todos os aspectos, como

³ As tendências teórico-metodológicas presentes na renovação do Serviço Social brasileiro, e suas relações com o exercício profissional com famílias, foram introdutoriamente trabalhadas em: HORST, 2018b.

um avanço: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa, registra-se uma articulação que lhes confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos (NETTO, 2015, p.172).

Esse será o caso de uma das direções do processo de renovação, a reatualização do conservadorismo, que expressará a inspiração fenomenológica e que, no trato com a família, trilhou uma construção referendada por proposições psicanalíticas, sistêmicas, existencialistas. Por exemplo, no interior de um conjunto de formulações, a terapia familiar sistêmica (TFS) define família “como um sistema equilibrado e o que mantém este *equilíbrio são as regras do funcionamento familiar*. Quando, por algum motivo, estas regras são quebradas, entram em ação meta-regras para restabelecer o equilíbrio perdido” (FÉRES-CARNEIRO, 1996, p. 40, grifos nossos).

As abordagens configuradas da família centram-se na ideia do normal e do patológico, criando uma imagem de que o problema (patologia) é resultante de aspectos da estrutura da psiquê (inconsciente) ou das relações (perspectiva relacional). Na história da profissão, essas perspectivas se fizeram (e ainda se fazem) presentes. Uma das formas de enfrentá-la é a Resolução CFESS 569, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre “a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social”. Nessa resolução, o CFESS destaca que “[...] historicamente, o Serviço Social brasileiro superou suas vertentes iniciais psicologizantes e estrutural funcionalista, cujos princípios norteadores segmentavam metodologicamente a profissão em Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade” (CFESS, 2010, p. 4).

Historicamente, o trabalho com as famílias ganhou impulso, no interior da profissão, desde o momento de consolidação profissional, por meio do Serviço Social de Caso. Na aproximação com a teoria social marxista, que se vislumbra a abertura para o amadurecimento teórico/político necessário que possibilite “aos assistentes sociais as condições de rompimento com uma interpretação do Serviço Social, enquanto prática imediatista, ajustadora e pretensamente neutra” (SILVA, 1982, p. 35). Posto isto, vale destaque, o *terceiro marco* importante na profissão: o processo de interlocução com a tradição marxista.

Inicialmente, é importante destacar, conforme sinalizou Mioto (2010):

Nesse novo contexto, a família não alcançou o estatuto de objeto de estudo privilegiado no âmbito da profissão e isso trouxe consequências bastante indesejadas. O fato da família e das formas de intervenção com famílias não ser problematizada e trabalhada dentro do novo marco teórico afetou profundamente o campo da prática profissional (MIOTO, 2010, p.165)⁴.

⁴ É importante ressaltar que as problemáticas presentes na prática profissional não são vistas como derivadas da

O *não alcance* é resultado de diversas mediações que se constituíram no processo histórico a partir de determinações da própria realidade social, das expressões no âmbito da esquerda, como também das opções feitas pelo coletivo profissional. Ou seja,

à preocupação com a consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, à inserção da profissão como interlocutor no debate [...] sobre política social e também a um possível alinhamento ao caminho adotado pela esquerda, de negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual [...] (HORST; MIOTO, 2017, p.236).

No que tange à profissão, destaca-se as particularidades da aproximação com o marxismo.

Podem-se distinguir, neste processo de inserção do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, dois momentos: um, primeiro, correspondente ao período que vai do fim dos anos 1970 até o final dos 1980 e aquele que então se inicia e se prolonga até hoje. No primeiro, próprio à crise e à derrota da ditadura e ao afluxo dos movimentos democráticos e populares, a referência formal ao marxismo e a Marx tornou-se dominante entre as vanguardas profissionais; houve mesmo uma espécie de moda do “materialismo histórico”. No segundo, sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de “novos paradigmas”. De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx* (NETTO, 2009, p.30).

No bojo do segundo momento histórico – entre os anos 1990 e 2000 –, a temática família é retomada como objeto de estudo, não sem problemas. Este processo é resultado da urgência colocada diante da centralidade que a família assume, oficialmente, nas políticas sociais dos governos petistas, particularmente a política de assistência social. Nesse momento contraditório, a família volta como objeto de reflexão, estudo e debate.

Mioto (2010) apontou duas questões de avanço no trabalho com famílias, que a aproximação com a teoria crítica possibilitou, são elas: a) as necessidades trazidas pelos sujeitos singulares não são compreendidas como problemas individuais/familiares, como “*casos de famílias*”, mas são demandas decorrentes da desigualdade social inerentes ao capitalismo; b) permitiu um redimensionamento em relação ao alcance e direcionalidade, ou seja, uma ação que se projete além da eficiência operativa, comprometida, eticamente, com a transformação social.

“ausência de reflexões teóricas” ou, até mesmo, que um acúmulo em certa temática, com grande produção, impediria a reprodução do conservadorismo. Com todo o avanço que se possa observar ou alcançar a profissão, o progresso na dimensão teórica “ainda é insuficiente em face da complexidade das determinações e a dinâmica das contradições constituintes, constitutivas e constituídas dos fenômenos sociais com os quais o assistente social se confronta” (GUERRA, 2014, p.65).

Além dessas possibilidades, entende-se que – apesar de não incorporada, em grande parte, na literatura sobre família da profissão – é a perspectiva de totalidade social, bem como a categoria da contradição, que podem representar um *giro teórico-metodológico nos fundamentos explicativos da família*. Conforme já alertou Netto (2005), Marx não detinha de uma obra específica para o trato da família. No entanto, em sua vasta obra, possui elementos históricos analíticos que possibilitam o estudo e a compreensão desse complexo.

Na concepção de Netto (2005), a potência da contribuição do Marxismo para o estudo sobre família pode ser indicada a partir de três aportes centrais: a) a relação entre indivíduo e gênero humano; b) a relação entre divisão social do trabalho e formas de propriedade; c) a relação entre formas de socialização elementares e tipos determinados de organização de controle e poder. Além disso, o autor sinaliza que as determinações marxianas constituem um valioso acervo para a investigação da temática, pelo menos em duas frentes:

1. Do ponto de vista teórico-metodológico. Salvo grave erro de interpretação, o conjunto da obra marxiana em que se inserem aquelas determinações impõe analisar instituições específicas, como a família, a partir da perspectiva de totalidade das formações econômico-sociais concretas. Donde a infirmação de qualquer impostação analítica que, a pretexto da defesa da real autonomia relativa das instituições, converta-as em espaços de tensão movidos exclusivamente por vetores imanentes (NETTO, 2005, p.84).
2. Do ponto de vista histórico-sistemático. Também salvo erro de interpretação, as determinações marxianas mais básicas apontam para estudos rigorosamente situados, infirmando as operações analíticas tendentes à construção de tipos ideais ou de constantes sociais invariáveis (estas últimas, frequentemente, associadas à equivocada noção de natureza humana a-histórica) (NETTO, 2005, p.85).

Em relação à primeira frente, é o próprio entendimento da família, como um totalidade em si, um complexo social, dialeticamente articulado com a totalidade social, que possibilita não isolá-la das determinações exteriores a mesma, ao mesmo tempo que não possibilita uma leitura de tal complexo como “suspenso”, diante a concretude da realidade, do seu contexto histórico.

O segundo ponto contribui, diretamente, para – ao partir da realidade e das formas de organização familiares nos seus diversos modelos – compreendê-las em sua historicidade e determinações centrais. Buscando as determinações que a constituem, o que não possibilita caracterizá-la como uma instituição a-histórica e eterna.

Diante dos elementos apresentados pelo autor, há a possibilidade de avanço na discussão sobre família a partir da tradição marxista pelo aprofundamento da relação entre individualidade e totalidade, ao se considerar o caráter indissociável entre a *sociabilidade e a*

individualidade.

A individualidade tem lugar na reflexão crítica e de totalidade e entendê-la exige transitar entre as contradições e conflitos da relação entre sociabilidade e individuação, localizando o ser singular como ser histórico, genérico e diverso. Neste sentido, decifrar e entender as complexas relações entre o Estado, a propriedade privada e o casamento monogâmico/família monogâmica abre fronteiras para a ruptura com concepções idealistas na elaboração da concepção da subjetividade e da própria diversidade, tidas ambas, neste campo teórico, como algo que existe nas trilhas internas dos indivíduos, como uma espécie de mundo interior, que supostamente não tem vínculo com as relações sociais vigentes. De outro modo, na perspectiva da totalidade, a essência dos indivíduos está no conjunto das relações sociais e somente inseridos em suas relações concretas de existência é que podem ser apreendidos (SANTOS, 2019, p.84).

Nesses termos, ao conceber a relação indissociável entre a sociabilidade e indivíduos, considerando a sociabilidade como o ‘momento predominante’, não se perde de vista a relação dialética entre dois polos de um mesmo processo, que é a reprodução social, determinação central para entender a família. Portanto, o aprofundamento necessário, no presente, a partir dos fundamentos do Serviço Social, pode contribuir para o enfrentamento da peleja na profissão, em especial, a produção teórica sobre família, donde o horizonte aberto pelo PEP possibilita o enfrentamento ao histórico de enraizamento do estrutural funcionalismo:

Situa-se a família no conjunto das relações sociais, desmistificando a clássica divisão entre esfera pública e privada, reafirmando o seu caráter histórico e as suas relações contraditórias. Busca-se desnaturalizar o trabalho desenvolvido na família e pela família, cuja naturalização permite os deslizamentos de responsabilidades, especialmente no campo do cuidado, dos serviços para as unidades familiares. Ademais, interpreta os processos familiares como expressões singulares arquitetadas nas famílias, que expressam as múltiplas relações que a condicionam e a definem. Nessa esteira, a dinâmica familiar não pode ser circunscrita ao âmbito das relações familiares, considerando os modelos de famílias pautados em funções e papéis. Com isso, abre-se uma ponte para o campo de debate sobre a direcionalidade do trabalho com famílias no campo da política social, **postula-se ações orientadas pelas necessidades das famílias e não pelos problemas apresentados por elas – casos de família** (HORST; MIOTO, 2017, p.238).

Contraditoriamente, avança-se nos pilares que sustentam o projeto, na produção teórica que sustenta a perspectiva classista e de totalidade social. No entanto, desde meados dos anos 2000, conforme Netto (2020), a profissão perde condições e espaços objetivos que permitam materializar o acúmulo teórico dos últimos 30 anos.

No que tange à família, essa lógica foi, ainda, mais perversa, somou-se a ausência de produção teórica no horizonte crítico-ontológico com a expansão do SUAS e das políticas sociais ‘familistas’. A tendência ideológica construída pela política de assistência social,

desde os anos 2000, amplamente incorporada pela profissão, pode ser resumida na seguinte chave:

Efetivamente, ela tem seu fulcro conduzido para o enfrentamento do ‘risco e vulnerabilidade social’, o que se expressa na fixação das suas prioridades em termos do ‘desenvolvimento de capacidades’ dos indivíduos e famílias atendidos. Mas, nessa esteira, ocorre uma indução de metodologias de trabalho socioassistencial com acentuado teor individualizador e marcado peso psicologizante. A individualização se expressa na proposição de metodologias de trabalho social centradas na mudança de projetos individuais (ou familiares) para a superação da condição de pobreza. A psicologização é conformada, não somente por uma moralização estrito sensu da pobreza, donde redundaram, no passado, inclusive terapias de ajustamento, mas pela promessa de sua suplantação por meio da escolarização, profissionalização e/ou assimilação de aptidões empreendedoras, que capacitariam para a luta individual por ascensão social na concorrência do mercado. O que oportunizaria a ‘emancipação’ (ou a ‘autonomia’) dos usuários da assistência social e suas famílias. Aqui, a hipoteca permanece na redefinição de características pessoais dos indivíduos, na mudança subjetiva, representada no alcance de determinados conteúdos culturais e atitudes sociais que representariam a ‘porta de saída’ da sua condição social (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 65).

Sendo assim, a trajetória histórica aglutinou-se ao o reavivamento de metodologias – inclusive, pela busca equivocada da metodologia marxista para o trabalho com família – tensionando e possibilitando a *reatualização do conservadorismo* (HORST, 2018)⁵. Diante desse cenário contraditório, no próximo tópico, será analisado, por meio dos textos publicados nos ENPESS, como as tendências da temática família se expressaram na categoria profissional das/os assistentes sociais.

O debate do serviço social sobre famílias expresso nos anais dos ENPESS.

Durante a seleção e leitura dos artigos, foi construído um roteiro de análise documental com estas informações: 1) qual o foco da discussão; 2) conceito de família; 3) quais as principais categorias ou temas apresentados durante o artigo. Como cuidado ético, os artigos foram enumerados, sem que os autores⁶ fossem expostos.

Considerando os ENPESS de 2004 a 2012, apenas, em 2004, é identificada uma linha direcionada à família (Família e Sistemas de Proteção Social), localizada no interior do

⁵ Nesse sentido, chama-se atenção, no presente texto, a tendência em curso de reatualização do conservadorismo, mas não, apenas, pelos textos analisados nos ENPESS *em si*. Mas tais textos como expressão de um processo mais amplo, resultado de determinações internacionais, estruturais e conjunturais do cenário brasileiro em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais. Portanto, não há, na presente reflexão, a tentativa de generalizar – a partir dos textos analisados – a possibilidade de reatualização do conservadorismo, em curso, na profissão como resultado dos textos, eles são expressões de um processo mais amplo e contraditório.

⁶ O quadro completo com todas as concepções que apareceram nos artigos e demais informações pode ser visto em: AZEVEDO; HORST, 2013. Trata-se do quadro 7 – Conceitos de famílias encontrados nos ENPESS (2004 – 2012).

subeixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade, e do eixo temático Articulação entre Formação e Exercício Profissional. A temática família não foi priorizada na sua totalidade em nenhum outro encontro, ficando distribuída nos mais diversos eixos e subeixos.

Como ponto de partida, duas questões centrais se destacaram na leitura dos 233 textos: *o ecletismo e a naturalização da família*. A primeira pode ser identificada desde a diversidade de tendências teórico-metodológicas, presente na revisão de literatura dos textos, como também nas concepções de família. Particularmente, nos 27 artigos que apresentaram, declaradamente, a concepção, constata-se que a família é apresentada a partir de conceitos diferenciados, que: ora mostrar-se uma mesma direção ideopolítica, ora fundamentos profundamente *ecléticos*.

Na literatura sobre família, **não existe um conceito** reconhecido como **único e consensual**, capaz de agregar todas as análises formuladas sobre ela. O que existe são aproximações de acordo com as **perspectivas teórico-metodológicas** dos autores e das suas áreas de conhecimento. A dificuldade para a formulação de um conceito-padrão reside na complexidade da família e na sua transversalidade, na sua relação com as questões mais gerais da vida social, na multiplicidade de questões e temáticas presentes no interior da família, tanto nas expressões da sua realidade concreta quanto na produção teórica sobre ela (trabalho n°56 anais XIII ENPESS).

Conforme pode-se notar no trecho destacado acima, os textos, em geral, demarcam “impossibilidade” de se compreender a família e, concomitante a essa justificativa, explica-se a diversidade de fundamentos teórico-metodológicos, muitas vezes colidentes. Tudo aparece como um caleidoscópio místico e eclético. Contudo, entende-se que tal constatação não apresenta nenhum caráter de novidade no que tange à produção teórica da profissão. Na verdade, é expressão da estrutura sincrética do Serviço Social, que apresenta, em sua contraface teórica, o ecletismo (NETTO, 2011)⁷. Destaca-se, por ora, o debate a respeito do pluralismo no sentido de demarcar as diferenças entre pluralismo e ecletismo.

O pluralismo no campo profissional do Serviço Social pressupõe o reconhecimento de distintas vertentes do pensamento, concepções, direções valorativas e respectivas finalidades que, incorporadas por projetos profissionais, podem ser materializados no cotidiano de trabalho. Dessa maneira, podemos encontrar nos espaços profissionais claras diferenças e inúmeras nuances, que podem ou não se conciliar ou se fundir. Em vista disso, ao mencionar respeito às correntes profissionais diferentes, desde que democráticas, não se pode supor que a referência feita no código de ética

⁷ “Três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (NETTO, 2011, p.92). Ainda, conforme Souza: “A prática sincrética demanda e reproduz a elaboração formal-abstrata de conhecimentos teóricos – a prática sincrética é o momento predominante do ecletismo teórico, embora não o determine definitivamente. O ecletismo é a expressão do sincretismo no plano teórico, isto é, um agregado acrítico e descontextualizado de conhecimentos produzidos por distintas áreas e objetos de conhecimento” (2016, p.137).

seja à mera equivalência entre as correntes profissionais ou ao fato de poderem ser conciliadas ou fundidas, sem critério, indistintamente. É imprescindível entender que há diferenças entre o pluralismo e o ecletismo. Para isso, é preciso antes reconhecer a existência de concepções distintas no campo profissional – seja de homem, sociedade, Estado, moral, ética etc. –, as quais se encontram no bojo das vertentes teóricas e suas possibilidades de proposições à prática, definindo meios, modos, objetivos e finalidades, em face do trabalho profissional (FORTI, 2016, p.303).

Conforme Forti (2016), a ideia de que tudo é passível de ser juntado, ou “extrair o melhor de cada coisa”, leva ao equívoco de “apreciação das opções profissionais como mera questão de escolha, sem quaisquer consequências, sem implicações práticas, sem comprometimentos profissionais com os sujeitos que atende e a vida social em geral” (FORTI, 2016, p.303).

Nessa direção, cabe destaque, ainda, ao se tratar da profissão, de não se perder o foco daquilo que é matéria de Serviço Social, objeto de trabalho que se expressa nas atribuições e competências. Ainda que se possa acreditar que na explicação da família uma chave importante, seja as contribuições de outras tendências, como o são, questiona-se: quais determinações são fundamentais para o trabalho profissional?

A segunda questão é o aspecto recorrente nos argumentos sobre o papel fundamental que as famílias exercem, sendo consideradas espaço: *natural* de socialização; de transmissão de valores e de regras de convivência para os seus membros; de apoio; de desenvolvimento humano. Isso reforça que as famílias têm papel central na socialização primária. Além do consenso em torno do seu surgimento (que não é questionado/problematizado).

A família, juntamente com o Estado e a Igreja ajudam a normatizar a vida em sociedade porque impõem direitos, poderes e deveres, talvez seja por isso, que de dentro dela surgem os primeiros preconceitos vividos pela criança e mais tarde reproduzidos pela sociedade. Já que é pelo viés familiar que os sujeitos são introduzidos no meio social, trazendo consigo toda uma configuração própria de seu primeiro grupo social de vivência (trabalho, nº 6 anais X ENPESS).

Neste ínterim, salientam-se os riscos que podem apresentar análises que tendem a reforçar a família, *apenas*, como o lugar de ‘aconchego e de paz’ ou de reafirmação do ‘lugar de socialização primária’, sem o questionamento de quais são os valores transmitidos por essa instituição. Por isso, é salutar ressaltar que a família, como um ‘microcosmos’ da reprodução e do consumo, está, intimamente, ligada aos imperativos alienantes do sistema de produção capitalista, independente da organização/modelo da família.

Nesse sentido, a família se configura como um grupo importante de vivência não só por ser o primeiro espaço de socialização dos sujeitos, de cuidado e de proteção. Mas, por se

tratar, também, de uma instituição central na ordem burguesa, que se objetiva perpetuar – por meio da internalização/inculcação – o sistema de valores capitalistas (MÉSZÁROS, 2002).

Por isso, o entendimento dessa instituição precisa recorrer a sua realidade contraditória, que possibilita o enfrentamento das tendências que a *naturalizam* por vias da ciência positivista/funcionalista, suas vertentes e pela vida da ontologia religiosa. É preciso, portanto, enfrentar a tendência, já explicitada, de *naturalização e eternização* da família nuclear burguesa patriarcal (HORST, 2018).

Posta a demarcação das duas dimensões que provocaram a leitura dos textos, o foco central, agora, será a sua exposição, considerando *um* aspecto fundamental que se sobressai na análise: as *concepções de família*. As concepções apresentadas nos textos do ENPESS pelas autoras podem ser observadas a partir de **quatro tendências gerais**, a saber:

1. o primeiro grupo considera a família sob os seguintes aspectos: associação de pessoas; grupo social convivendo por razões e laços afetivos; compromisso mútuo; rede de apoio e solidariedade; não, apenas, ligada por fatores sanguíneos; proteção; reciprocidade e mutualidade; respeito; responsabilidade; dependência; pessoas que convivem num lapso de tempo mais ou menos longo; pessoas que se relacionam cotidianamente.

Além desses elementos gerais na definição de família, compreendem que existem diversas formas de famílias, e baseiam-se nos *marcos normativos das políticas sociais*. Se for tomado como exemplo a PNAS, nota-se que são empregados vários termos contidos na definição da política no que se trata à família, como: “**espaço de proteção e socialização; cuidado entre os membros**” (BRASIL, 2004). Percebe-se a presença do entendimento da NOB/SUAS ao visualizar a família enquanto núcleo de sustentação afetiva, ou seja, **laços afetivos**, para **além de fatores biológicos** (BRASIL, 2005).

Apesar de considerar diversos modelos familiares, o que demarca esse grupo, e a concepção que utilizam, é a fundamentação da ideia de família a partir da concepção presente nas legislações das políticas sociais. As políticas são construídas com base em: conteúdos teóricos e ético-políticos distintos; concepções dos organismos internacionais. Sendo assim, há distinção com os fundamentos da profissão. Além disso, mesmo que aparentem abrangência da concepção de família, partem de pressupostos que reafirmam papéis e funções esperadas da família monogâmica, expressão da sociedade de classes. Nesse sentido, é essencial a “[...] leitura crítica e autonomia profissional, em relação às exigências político-pedagógicas estabelecidas pelas políticas governamentais” (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p.17).

2. um segundo grupo considerou a família dentro da perspectiva de um **sistema, estrutura, padrões** - pequena sociedade humana; ponte de interseção; alianças entre grupos,

cooperação, solidariedade. Nesse grupo, observa-se uma influência das tendências próximas a terapia familiar, visualizando a família enquanto um sistema, com suas alianças e regras.

Neste grupo, destaca-se a formulação de Minuchin, representante do pensamento sistêmico. A terapia familiar sistêmica (TFS) define família “como um sistema equilibrado e o que mantém este **equilíbrio são as regras do funcionamento familiar**” (FÉRES-CARNEIRO, 1996, p. 40, grifos nossos). Para Minuchin (1982), os sintomas que um indivíduo apresenta resultam de um sistema familiar disfuncional, identificando hierarquias e relações no interior da família que levam a essa disfunção (MINUCHIN, 1982).

A perspectiva sistêmica ainda se faz presente no interior da profissão, indo contrária a Resolução 569, de 25 de março de 2010, que **veda** a realização de terapias por parte das/os assistentes sociais junto às famílias e indivíduos. Esses trabalhos apresentam significativa interlocução com tendências da fenomenologia. As consequências para o exercício profissional orientado por uma perspectiva fenomenológica são das mais diversas, dentre elas: o usuário passa a ser considerado como um sujeito singular, isolado de determinações de classe; a profissão é rebaixada a mero auxílio de natureza psicossocial, exigindo do profissional uma posição acrítica e, conseqüentemente, a negação da perspectiva de totalidade (CARLI, 2013).

3. O terceiro grupo considerou a família como um núcleo de: linhas de força; autoridade e autoritarismo; estrutura hierarquizada; unidade distribuidora interna de renda e afetos; relações de poder; papéis de gênero definidos; ligação afetiva; cuidado; compromisso.

Nele, faz-se presente a noção de família associada à ideia de um modelo tradicional e patriarcal burguês, devido à presença de fortes demarcações de papéis a serem cumpridos e, também, as próprias funções consideradas das famílias numa perspectiva de hierarquia, autoridade, vinculada a imagem de uma chefia masculina e, logo, os outros membros cumprem os papéis de subordinação.

Nas palavras de Mészáros (2002, p. 271), trata-se, exatamente, do papel que a família cumpre no capitalismo, pois “*sem o envolvimento ativo da família nuclear hierárquica, articulada em plena sintonia com o princípio antagônico que estrutura o sistema do capital*” os indivíduos não internalizariam as normas e valores dominantes. Ao mesmo tempo, trata-se da naturalização de uma forma particular de família, a da particularidade na sociedade burguesa. Junto a naturalização presente na defesa dessa família, como a-histórica, soma-se a eternização – da família e do capitalismo. Lessa (2012, p.54) pontua que:

Quando se trata do Estado, das classes sociais e da propriedade privada, a necessidade de sua superação é mais fácil de ser assimilada. Todavia, porque

é um elo importantíssimo dos processos de individuação de todos nós, é bem mais complicado constatar que o mesmo se dá com a família monogâmica. Ela é um complexo social tão alienante e alienado quanto o Estado; tal como a propriedade privada, é reproduzida pela aplicação cotidiana da violência; é o exercício cotidiano do mesmo poder que faz de uns a classe dominante e de outros os explorados e produtores do “conteúdo material da riqueza social” (Marx, 1983, p.46).

4. A última tendência identificada propõe a família vinculada a laços consanguíneos; pelas redes de parentesco, relações de afinidade, descendência. Defendem que, hoje, existem várias formas de organizações familiares que rompem com o modelo tradicional. Neste, tem-se a defesa dos *diversos ‘arranjos familiares’* presentes na realidade, a partir da afirmação da família ser socialmente construída e permanecer em constante mudança. As definições são feitas sempre através de exposição dos diversos modelos que existem.

Os artigos demarcam, ainda, que as/os profissionais, em seus espaços sócio-ocupacionais, precisam: refletir que existem modelos de família para além dos pré-estabelecidos; romper com o “seu” modelo de família, pois, muitas vezes, não condizem com o que ele atende ou vivencia, demarcando a necessidade de se apropriar, teoricamente, de outros conceitos.

Torna-se salutar, então, a discussão sobre a diversidade familiar para o exercício profissional, dado que é preciso conhecê-la como estratégias para: confrontar o discurso moral do modelo nuclear patriarcal burguês como único possível; defender que, no plano individual, os indivíduos possam ter o direito de partilhar a vida, as vivências afetivo-sexuais com quem optarem. No entanto, o formato que o debate assume, na profissão, pode levar a uma *idealização* de certos modelos familiares, por ter ‘rompido’ com o padrão burguês.

A partir dos fundamentos da profissão, é preciso demarcar a questão: da gênese/origem; do desenvolvimento; e da particularidade da família na ordem burguesa. O debate, “em defesa da diversidade familiar”, apesar de necessário, é limitado. Nesse sentido, é na própria negação do debate em torno do surgimento da família (sua gênese e desenvolvimento), majoritariamente sustentado por uma perspectiva religiosa, donde um surgimento divino ou, por uma perspectiva positivista/ funcionalista, que ambas são reforçadas. A tendência à naturalização e à eternização dessa instituição apresenta elementos para apontar as tendências conservadoras. Apesar de necessárias, as críticas à negação da diversidade familiar não são capazes de capturar a essência do problema: a propriedade privada dos meios de produção.

Negar as determinações centrais, pode acarretar na idealização das famílias, que devem ser sempre o lugar: do afeto, do amor, dos sentimentos. O lugar de transmissão dos

valores dominantes, mas sem o questionamento de que valores são esses. Portanto, mais do que nunca, é preciso compreender esse complexo, partindo da realidade, mas não somente. É preciso compreendê-lo a partir da totalidade social como uma instituição contraditória, socialmente construída com vistas a enfrentar sua idealização e eternização.

As famílias inseridas num país de capitalismo dependente, marcadas pela Superexploração (MARINI, 2017), na qual vivenciam condições sub-humanas, são obrigadas a formarem redes de proteção para tentar suprir suas necessidades e ausência do Estado. Porém, muitas vezes não conseguem. Quando as famílias não conseguem, por meio das redes, responderem as suas necessidades básicas, são as mulheres sobrecarregadas e, ainda assim, essas famílias são responsabilizadas e culpabilizadas.

Contraditoriamente, é interessante observar, nas produções, o diapasão, apresentado entre a proteção social “ofertada” pelo Estado e a ausência da proteção, que ocasiona em sobrecarga para as famílias.

A questão que se coloca é **se a solidariedade familiar pode suportar os efeitos da ausência de políticas de proteção social** voltadas para zonas mais vulneráveis de nossa sociedade. A família, agora vista como ‘alternativa privativa para a questão social’ substituta das políticas de proteção social que deveriam estar sendo implementadas pela esfera pública, vem sendo pressionada a responder pelas graves situações vividas pelos seus membros, mesmo sem dispor de condições básicas para promover a integração social e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos que dela fazem parte (trabalho, art. 2 artigos X ENPESS).

Com isso, há um acúmulo no interior da profissão no sentido de reconhecer o papel das políticas sociais e do Estado como central para a reprodução das famílias. Outro ponto presente nos textos é a tendência em negar as realidades vivenciadas pelas famílias a partir da referência pessoal do profissional, acionada no exercício profissional: “profissionais ainda estão agindo, pautados nos seus próprios referenciais de família, utilizando-se de um pensamento generalista, referendado no senso comum” (trabalho nº2 artigos X ENPESS).

Artigos de resultados de pesquisas mostram que muitos/as assistentes sociais entendem a complexidade que a família está inserida e a necessidade de não colocar o seu modelo de família e princípios no trabalho. Ainda que no exercício profissional, muitas vezes, não conseguem materializar essa direção:

Os profissionais no exercício de suas atividades têm como referência as funções tradicionais do homem e da mulher, de provedor e de cuidadora respectivamente. Não incorporam ainda em suas práticas as significativas transformações nesta área, que alteraram a vida familiar e conseqüentemente os papéis masculino e feminino no âmbito familiar (trabalho nº2 artigos X ENPESS).

Ao reproduzir seu modelo de família, tornam a atuação, meramente, tecnicista e

esvaziada de um olhar crítico que compreenda as famílias nas suas mais diversas determinações e proponha, juntamente com as mesmas, estratégias que visem atender às necessidades vivenciadas por elas.

Outra questão identificável é o avanço da compreensão do alto nível de familismo das políticas, que responsabilizam as mesmas⁸. Esse ponto merece destaque, no sentido de expressar, contraditoriamente, a própria produção do conhecimento e do trabalho profissional.

As políticas de saúde e da assistência social estão interligadas com o projeto familista, ficando explícitas quando se apresentam como eixos estruturantes de atuação a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Estes eixos refletem uma dupla perspectiva, na medida em que buscam oferecer uma proteção às famílias. Contudo, exigem aumento de suas responsabilidades, reforçando a visão de culpabilização das famílias pelos “males sociais”, expressões do modo de produção capitalista.

Ainda que profissionais reproduzam concepções e fundamentos conservadores – como uma marca da continuidade do conservadorismo –, também é expressivo o grande número de profissionais que tomam o ‘familismo’ como categoria-chave no cotidiano do trabalho e da produção do conhecimento – como um marco que expressa renovação –, denunciando: a ausência de condições concretas de proteção social; a responsabilização; a culpabilização resultante da centralidade da família; e, muitas vezes, construindo alternativas frente a essa realidade.

Há um reconhecimento da ausência do Estado no cumprimento da proteção social e do entendimento que as políticas públicas não conseguem dar conta da dinâmica da realidade social das famílias da classe trabalhadora atendidas pelas/os assistentes sociais. Contudo, no circuito do trabalho profissional – que os textos demonstram –, o que predomina é uma dinâmica que circunscreve a processualidade do exercício profissional no “*círculo de giz do sincretismo*” (NETTO, 2011). Sendo assim, trata-se da necessidade própria do circuito sincrético de encerrar o processo de trabalho, somente, se encaminhado algo prático, concreto, na vida dos sujeitos. Conforme destacou Netto (2011, p.97): “Toda operação sua que não se coroa com uma alteração de variáveis empíricas (sejam situacional-comportamentais, individuais, grupais, etc.) é tomada como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e preparatórios”.

⁸ Em uma análise macro (dos 233 artigos iniciais), mais de 50% discutiam a centralidade da família nas políticas sociais a partir da Saúde, expressas, principalmente, através da Estratégia de Saúde da Família inscrita na atenção primária à saúde, e da política de assistência, a partir da discussão da Matricialidade Sociofamiliar na proteção social básica, organizada pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) nos diversos programas Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Como as respostas, em suma maioria, dependem das políticas públicas/sociais, opta-se – ao invés de serem feitas denúncias do cenário colocado, reconstruir as demandas e pensar alternativas – por culpabilizar as famílias.

Diante disso, fica muito clara a tendência atual de direcionar o trabalho com famílias na sua instrumentalidade funcional, reiterando o movimento hegemônico da sociedade, com base numa produção bibliográfica de cunho estrutural-funcionalista e também nas ambiguidades contidas na orientação das próprias políticas setoriais em relação à família, o que significa velhas práticas travestidas em novos discursos. Assim, a reiteração de um processo interventivo na lógica do disciplinamento, da responsabilização e da culpabilização das famílias flui como um *continuum naturalizado* e necessário, embalado pela ideia do protagonismo das famílias. Nesse contexto, a ausência ou a incipiência de resultados efetivos relacionados à intervenção profissional com famílias tem sido atribuída, ora como culpa do Estado, que não garante os direitos, ou da família, que, apesar de todas as informações sobre seus direitos, não é competente o suficiente para acessar o que lhe é de direito, ou ainda, para efetuar mobilizações para reivindicar tais direitos (HORST; MIOTO, 2017, p.240).

É próprio do processo de decadência ideológica da burguesia, a ausência da perspectiva de totalidade, conforme já apontou Lukács (2015), materializando-se, concretamente, na vida e no entendimento dos sujeitos, uma desconexão com o funcionamento geral da sociabilidade. “A sociedade aparece como um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe, ameaçadora e incompreendida, ao indivíduo” (LUKÁCS, 2015, p.113), impactando, automaticamente, o entendimento da relação entre os próprios sujeitos e de suas famílias com a sociabilidade.

Nesse sentido, aposta-se na leitura de mundo sustentado pelo método materialista histórico-dialético, como forma de buscar dissolver a imediaticidade e de pensar alternativas concretas. Essa leitura é essencial para enfrentar o debate proposto, considerando o risco do retorno hegemônico, de caráter conservador, por meio da discussão sobre família, que se encontra em terreno fértil no cenário atual.

O desconhecimento/negação da interpretação marxista da realidade – e do próprio método – tem permitido que, com base nessa justificativa, as produções sobre família, na profissão, tornem-se quintal do ecletismo. Inclusive, no exercício profissional, que se expressa no recurso a outras perspectivas, justificadas pela suposta impossibilidade do trato da subjetividade⁹ e da dimensão técnico-operativo pelo marxismo.

⁹ No levantamento do CFESS para a produção do documento ‘Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo’: a principal justificativa em defesa do recurso à terapia familiar e suas formulações teóricas é a insuficiência dos “paradigmas” (leia-se marxismo) para lidar com a subjetividade (CFESS, 2008). É de extrema importância indicar não somente a profunda obra de Lukács, como também os trabalhos de Gilmaísa Macedo da Costa, cuja elaboração teórica tem contribuído para o debate sobre subjetividade/personalidade ancorada na teoria lukacsiana (COSTA, 2008; COSTA 2010; COSTA, 2017).

Considerações finais

As pesquisas que analisam o exercício profissional junto às famílias demonstram, majoritariamente, um problema: *a ausência da perspectiva de totalidade*, o que acarreta a responsabilização e a culpabilização das famílias pelas mazelas ocasionadas pelo capitalismo. Em um cenário em que a pós-modernidade defende, exatamente, o esforço de análise e de compreensão pela ênfase no singular, no micro, no pontual, a relação entre ausência de perspectiva de totalidade, no trabalho cotidiano, e a ampliação das tendências neoconservadoras se torna, nesse sentido, alarmante.

No âmbito da produção teórica, a processualidade histórica exige esforços reflexivos em torno das novas demandas e aprofundamentos. Neste sentido, alguns temas, como o da família, exigem esforços teóricos e mediações que deem conta, dentro de uma perspectiva da tradição marxista, de novas respostas.

Se a minha argumentação é procedente, a inexistência de uma abordagem marxiana particular da instituição família não torna impossível ou ilegítima uma tal abordagem rigorosamente inspirada na teoria social de Marx. Ao contrário, torna-a possível e necessária: se esta teoria pretende universalidade, sua natureza macroscópica deve dar conta dos processos, fenômenos e instituições significativos que se inscrevem no interior da macroscópica. Vale dizer: uma teoria social como a marxiana, que procura reproduzir idealmente o movimento histórico-social real da ordem burguesa, tem de apreender a dinâmica efetiva das instituições constituintes desta ordem social. Numa palavra, o desenvolvimento da teoria social fundada por Marx implica, entre outros desdobramentos e aprofundamentos criativos, a análise particular de instituições como a família (NETTO, 2005, p.85).

Problematizar que as famílias são observadas sob quatro grandes indicativos: um que entende as famílias com base nas *legislações das políticas sociais*; outro que toma a concepção vinculada à ideia de família enquanto um sistema, adotando a perspectiva da *Terapia Familiar Sistêmica*; um que concebe a família de uma maneira tradicional, ligada a hierarquia, regras e papéis sociais bem definidos, na defesa da *família nuclear patriarcal burguesa*; e, por fim, um último indicativo que entende a família nas suas mais diversas configurações, aproximando-se dos *arranjos familiares*, nos quais as mesmas organizam-se no cotidiano.

Apesar de transversalmente, nos diversos textos, existir elementos que apontam uma perspectiva crítica – como o pressuposto de que a família é socialmente construída; a defesa da diversidade familiar; a defesa pela não culpabilização das famílias; a crítica à centralidade que as famílias ocupam –, ainda, tratam-se de textos que, majoritariamente, não conceituam a família partindo dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social na

contemporaneidade¹⁰.

Nesse sentido, é necessário acumular forças coletivas e estratégias junto aos núcleos e grupos de pesquisa, nos eventos, na formação profissional, nos espaços do conjunto CFESS/CRESS que possibilite a discussão e o acúmulo em uma direção crítica. Afinal,

A tendência restauradora e conservadora no Serviço Social resgata uma idealização do passado com fortes influências da filosofia aristotélica tomista mixada com o Social Worker (Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade), identificado como “modelo” de profissionalização. Supostamente neutro e apolítico, esse “modelo” é erigido como referência de competência técnica na “intervenção”. Reclama-se o retorno a autores clássicos e representativos do Social Work, evidente no chamado Serviço Social “clínico”. A perspectiva conservadora recusa o debate teórico valendo-se de denúncias político-ideológicas. Sob o signo de “politização à esquerda” ou “militantismo” – tidos como causa de suposta “desprofissionalização” do Serviço Social –, reitera-se a velha crítica conservadora à Reconceituação (NETTO, 1981). As circunstâncias históricas em que se inscreve a atividade profissional e as relações e condições de trabalho são silenciadas. Também o são a politização à direita e a militância religiosa. A crítica ideológica é direcionada exclusivamente às propostas “de esquerda”. Esse caldo cultural dispõe de aderente terreno societário à sua difusão ante a crise econômica e o desmonte das políticas públicas de Estado. O rebaixamento do nível da formação acadêmico-profissional na graduação com a expansão potenciada do ensino à distância (EAD) em moldes empresariais e formação aligeirada, oferece um solo favorável às propostas pragmáticas e conservadoras, com rebaixamento do nível teórico e de crítica (IAMAMOTO, 2020, p.13).

O anseio é apontar que a temática família e o enfretamento dessa discussão, aportada em subsídios e referenciais críticos, possibilitam: desvendar as disputas e tendências presentes na profissão; e construir alternativas diante de requisições profissionais conservadoras, mediadas pelo PEP, e que enfrentem as tendências neoconservadoras.

Negar e/ou afirmar que a tradição marxista não dá conta da explicação sobre a instituição família sempre contribuiu – ainda mais na atual conjuntura – para levar água ao moinho do conservadorismo e da pós-modernidade. Diante disso, exige-se, como possibilidade de desenvolvimento da própria teoria social, fundada a partir de Marx, o aprofundamento e novos desdobramentos de temáticas ainda não aprofundadas, de maneira *criativa*. Se isso não ser feito, corre-se o risco, parafraseando Kofler (2010), de aceitar acriticamente como verdadeiros os *meros lampejos dos processos reais*.

¹⁰ Para destacar, apenas, alguns pressupostos: relação indissociável entre história/teoria/método; teoria/método marxistas e valores emancipatórios; “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão e suas expressões como matéria do trabalho profissional; trabalho como categoria fundante do ser social, como mediação entre homens/mulheres e natureza cuja interação deriva toda a processualidade de formação humana.

Referências

- AZEVEDO, A. S. M; HORST, C. H. M. *Família, afinal o que é?* um estudo dos trabalhos do Serviço Social no ENPES. Trabalho de Conclusão de curso. Monografia (graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 112p., 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.
- _____. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Norma Operacional Básica da Assistência Social/NOB-AS*. Brasília: MPAS/SAS, 2005.
- CARLI, R. *Fenomenologia e Questão Social: Limites de uma filosofia*. 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- CONSELHO, Federal de Serviço Social. *Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas*. 2010.
- FÉRES-CARNEIRO, T. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n.16, p.38-42. 1996.
- FORTI, V. Serviço Social, pluralismo e estágio supervisionado: notas para um debate necessário. In: Santos, C. M. et. Al. [orgs.]. *A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. Consolidar Avanços, Superar Limites e Enfrentar Desafios: os Fundamentos de uma Formação Profissional Crítica. In: *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Guerra, Yolanda (org.). Campinas, Papel Social, 2018. P.25-46.
- HORST, C. H. M. *Família, Marxismo e Serviço Social: Desvendando o Invólucro Místico*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.
- _____; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação e conservadorismo? In: *Revista Em Pauta*, n. 40, 2017.
- IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaios Críticos*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n.1, p.1 a 20, jan./jun. 2020>. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30303/20727>. Acesso em:03/08/2020.
- JORGE, C.F. *A construção teórica das relações entre família e Serviço Social Brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários*. Dissertação do PPGSS/ PUC/SP. São Paulo, 2009, 103p.
- KOFLER, L. *História e Dialética – estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- LÚKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica da burguesia. *Anuário Lukács 2015*. Miguel Vedda, Gilmaisa Costa, Norma Alcântara. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.
- MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento & tratamento*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
- MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. *Revista Textos & Contextos*, nº 3, ano III, dez. 2004.
- _____. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*. Londrina, PR. vol. 12, nº.2, 2010.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n°50, ano XVII, abril de 1996.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. Ed. Cortez, 2011.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64*. 17. ed. São Paulo: Cortez. 2015.

_____. Marxismo e Família – Notas para uma discussão. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

SANTOS, S. M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. In: *Revista Trabalho Necessário*, v.17, n.32. Rio de Janeiro: UFF, 2019.

SILVA, L. M. M. R. *Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia*. São Paulo: Cortez. 2. Ed, 1982.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. *A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS*. Tese (Doutorado em Serviço Social) UFPE. 2016.

SOUZA, J. M. A. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. (org.) *Cenários, contradições e pejeas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, C. Prefácio. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). São Paulo. Cortez, 2016.

As requisições conservadoras para o trabalho dos assistentes sociais em debate¹

Ana Lúcia Suárez Maciel*

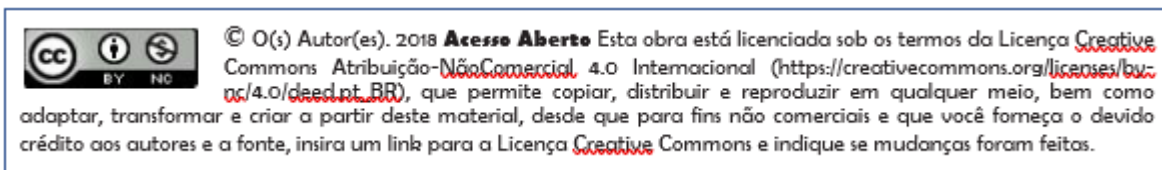
RESUMO: O artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa feita sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul (RS), a partir do mapeamento, tratamento e análise de conteúdo da descrição das vagas para esse cargo, referentes aos anos de 2018 e 2019, cuja categorização indica para elementos acerca da empregabilidade, assalariamento, carga horária, atribuições e competências profissionais. Os resultados indicam um descompasso entre o perfil preconizado pelo atual projeto profissional e o requisitado pelo mercado de trabalho no RS, de modo a expressar uma reatualização da perspectiva conservadora para o trabalho profissional que descortina os interesses das organizações empregadoras pelo trabalho destes profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social; trabalho do assistente social; mercado de trabalho; perfil profissional

Conservative requests for the work of social workers under debate

ABSTRACT: The article presents the main results of a survey carried out on the job market of social workers in Rio Grande do Sul (RS), based on the mapping, treatment and content analysis of the job description for this position, referring to the years 2018 and 2019, whose categorization indicates elements about employability, wages, workload, attributions and professional skills. The results indicate a mismatch between the profile recommended by the current professional project and that required by the labor market in RS, in order to express a revival of the conservative perspective for professional work that reveals the interests of employers' organizations for the work of these professionals.

KEYWORDS: social work; social worker work; labor market; professional profile



¹ Parte deste artigo foi originalmente publicado nos Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social/14º Encontro Nacional de Política Social (UFES) e no III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (UFSC) realizados em 2019. Para este periódico foram efetuadas alterações e acréscimos ao longo do texto.
* Assistente Social, Especialista em Administração de Recursos Humanos, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora e pesquisadora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS). Bolsista produtividade nível 2 do CNPq.

Introdução

As reflexões e dados contidos neste artigo decorrem dos resultados de uma pesquisa intitulada “A formação e o trabalho de assistentes sociais no Rio Grande do Sul (RS): estudo acerca de sua conformação e impactos”, desenvolvida entre os anos de 2018 e 2019, que objetivou problematizar os impactos da conjuntura brasileira nos processos de formação e trabalho dos assistentes sociais, com o intuito de contribuir e subsidiar a categoria profissional na construção de estratégias para o enfrentamento da mesma. Dentre as questões norteadoras da pesquisa, destacamos o questionamento acerca de como os profissionais são requisitados para o desempenho da profissão, a partir da análise da descrição das vagas ofertadas pelos seus empregadores em editais de seleção para esse cargo, objetivando estabelecer relações entre essas requisições e o projeto profissional.

A pesquisa de caráter qualitativo e com enfoque misto (CRESWELL, 2010) foi operacionalizada a partir da realização de um mapeamento, seguido do tratamento e análise de conteúdo de uma amostra de 67 ofertas de vagas para o cargo de assistente social, localizadas entre os anos de 2018 e o primeiro quadrimestre do ano de 2019, tendo sido extraídas de duas fontes: 1) site do PCI Concursos, acessado pelo link <https://www.pciconcursos.com.br/as>, sendo que as vagas publicadas são para o setor público de todos os estados do Brasil (para esta pesquisa, foram acessadas, apenas, as vagas destinadas ao RS) e 2) página do grupo do Serviço Social RS, no link <https://www.facebook.com/groups/465301950207999/about/>, onde são socializadas informações sobre cursos, palestras, assuntos relacionados ao Serviço Social e oferta de vagas no estado, sendo a maioria das vagas divulgadas neste grupo para o setor privado.

Os dados alicerçam as reflexões e problematizações a serem feitas neste artigo acerca da conformação do mercado de trabalho, bem como do perfil requisitado para os assistentes sociais no RS, de modo a favorecer o estabelecimento das relações destas com a direção do projeto profissional. Igualmente, nos permitem sinalizar elementos importantes para a apreensão desse mercado de trabalho, tais como: empregabilidade, assalariamento, carga horária, atribuições e competências profissionais. Mas, especialmente, apontar traços da requisição conservadora desse mercado, o que impõe a categoria profissional, o debate acerca dos mesmos.

A estrutura do artigo está composta por esta introdução, seguida de duas seções: uma que tematiza o trabalho e a incidência conservadora na requisição dos profissionais e a outra que apresenta a conformação do mercado de trabalho, tendo como lócus do estudo a realidade gaúcha, as conclusões e referências que alicerçaram a construção do mesmo.

Trabalho e conservadorismo

Problematizar o trabalho na atualidade, nos impõe articulá-lo com a crise vivida pela sociedade capitalista e as suas repercussões na realidade brasileira. São inúmeras as contribuições acadêmicas que nos auxiliam no processo de desvendamento da referida crise. NETTO (2012) nos lembra que as crises são constitutivas do capitalismo, contudo, se apresentam de formas distintas (cíclicas ou sistêmicas), sendo que a atual crise que vivemos – do tipo sistêmica – não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida, mas quando se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital.

A crise sistêmica exige dos assistentes sociais a apreensão do estágio atual que o capitalismo vive, bem como a capacidade em apreender os indicadores sociais que conformam as contemporâneas expressões da questão social, os atuais paradigmas de regulação social, organização e gestão do trabalho. É inegável, também, que no interior da categoria profissional já se constata os rebatimentos dessa crise, tanto nas regressões que se colocam no âmbito da oferta dos serviços e direitos sociais, sinalizando para um redesenho das políticas sociais e um compartilhamento das mesmas com outros segmentos da sociedade, através de novas formas de gestão das políticas ou programas sociais. Essa realidade vem gerando novos espaços de trabalho para a categoria, em novos formatos ancorados na flexibilidade de contratos e precariedade dos vínculos de trabalho. Ela, também, estagnou as vagas na esfera estatal em função da redução dos concursos públicos, assim como nas condições para o exercício profissional, o que inclui a empregabilidade dos profissionais (em termos de condições de acesso ao trabalho, mas, também, de remuneração e proteção social).

Por conta das limitações de um artigo desta natureza, optamos por nos dedicarmos a problematizar alguns dos elementos que se referem ao exercício profissional, a saber: empregabilidade, assalariamento, carga horária, atribuições e competências profissionais, lembrando que:

De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2012: p.417).

Na realidade do trabalho dos assistentes sociais já se constata que essa reestruturação vem acompanhada de um processo de requisição do trabalho dos profissionais, por parte dos seus empregadores, que reatualiza abordagens que, historicamente, são consideradas superadas pela profissão, considerando os avanços teóricos, metodológicos e políticos da mesma na sua

inserção na realidade. Referimo-nos ao retorno de um conjunto de atribuições e competências que se ancoram em concepções positivistas da realidade; logo, reatualizando o debate acerca do conservadorismo na área (aspectos que trataremos de ilustrar com dados empíricos na próxima seção deste artigo). Estudos como os de IAMAMOTO (1994) e NETTO (1994 e 2009) que pareciam datados para a análise de um tempo histórico do Serviço Social (referimo-nos ao período do movimento intitulado de reconceituação da profissão) são aportes fundamentais que, no contexto atual, nos parecem ser necessários para recolocar a problemática da dialética e, portanto, contradição contida no processo de renovação/conservadorismo da profissão.

Ora, é sabido que o Serviço Social nasceu com as marcas do conservadorismo, seja pelo lócus do seu nascimento (Europa), seja pela vinculação dos seus primeiros agentes que se constituíram de membros pertencentes à burguesia e à Igreja Católica. Essa marca, ainda que negada (MARTINELLI, 1989), é constitutiva da gênese da profissão e marcou a sua institucionalização, igualmente, no Brasil que possui uma formação sócio histórica eivada de conflitos e lutas que, até hoje, reproduz a desigualdade social e de classes que o conforma. Dessa gênese até os dias atuais, o que se verifica é a persistência de uma disputa “por dentro” do Serviço Social, com relação à identidade profissional e, logo, a direção social da mesma que se reatualiza e nos convoca a desvelar, pois, até alguns anos atrás, havia um reconhecimento dessa diversidade, contudo se instaurava uma ordem que parecia ser consensual no interior da categoria profissional, expressando a hegemonia na direção social da mesma.

É importante, também, sublinhar que a sociedade capitalista, historicamente, se movimentou buscando a sua própria conservação, posto que este elemento é central para a sua própria reprodução. Assim, há uma disputa permanente “por fora” do Serviço Social que contribui para a complexificação deste processo.

Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (BOSCHETTI, 2015: p.639).

A crise societária em sintonia com a adversa conjuntura brasileira (somada aos perversos rebatimentos no mundo do trabalho) parece ter se tornado o estopim para que o debate sobre o conservadorismo seja tensionado, posto que novos discursos emergem no interior da categoria profissional. E, mais do que esses discursos, emergem práticas profissionais e acadêmicas que se somam nessa direção; ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho passa a reivindicar um perfil profissional que se alinha à essa perspectiva da profissão. Parte desse processo,

decorre da construção histórica da profissão e das marcas identitárias que persistem em conformar o perfil profissional. E a amálgama de tudo isso provem do mercado de trabalho e da própria sociedade que renova a requisição da atuação do profissional em uma perspectiva positivista e conservadora.

NETTO (2009 e 1994) ao se debruçar sobre a análise do Serviço Social no período de sua renovação, indica a presença de três formulações: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Acerca da última, o autor nos elucida que as suas bases se alicerçaram nos seguintes elementos: a incorporação da teoria social marxista na produção de conhecimento e na formação profissional; a vinculação da profissão com os movimentos sociais vinculados aos interesses da classe trabalhadora expressos no atual Código de Ética; o fomento ao debate acerca dos fundamentos, valores e práticas profissionais e o fortalecimento das suas organizações representativas.

Na atual conjuntura brasileira, em que a direção política que assumiu o comando da nação passou a se sustentar por valores que se contrapõem aos elementos contidos no projeto hegemônico da profissão e com o consenso da sociedade, o trabalho dos assistentes sociais vem sendo tensionado por esta realidade, mas, igualmente, pelo movimento que se processa no seu interior, com a retomada de questionamentos acerca dos seus fundamentos, direção social e exercício profissional. Assim, compreender a formulação da proposta de intenção de ruptura da profissão como processo permanente se constitui, no tempo presente, imprescindível, pois:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 1994: p.37).

A fim de nos aproximarmos do campo empírico onde o trabalho profissional vem sendo conformado, já tendo anunciado os traços de conservadorismo que o constitui e tendo, como locus de pesquisa, a realidade gaúcha, trataremos de indicar, a seguir, algumas características conservadoras que se apresentaram na requisição desse trabalho pelos seus empregadores. Nossa hipótese é de que essa requisição não anuncia, apenas, os interesses do mercado de trabalho, mas da própria sociedade determinada pelas necessidades do capital em reproduzir socialmente as desigualdades que produz; ao mesmo tempo, sinaliza para a necessidade de debater acerca da identidade do profissional e dos fundamentos teóricos, técnicos e éticos que

orientam o seu trabalho.

As conformações do mercado de trabalho para os assistentes sociais no Rio Grande do Sul

Os dados da pesquisa, descrita na introdução deste artigo, foram obtidos junto ao mercado de trabalho, no que se refere às vagas ofertadas para o trabalho dos profissionais, e as suas respectivas descrições estão baseadas no mapeamento de um universo de 67 ofertas de vagas que foram mapeadas em duas fontes citadas na introdução deste artigo e que possuem abrangência estadual. Destas, 35 ofertaram 45 vagas, sendo 33 para o setor público e 12 para o setor privado. As outras 32 ofertas não mencionavam o número de vagas e eram inscrições para cadastro de reserva, ou seja, quando o empregador seleciona profissionais para se precaver de futura demanda para contratação de profissionais. A análise dessas ofertas revelou, ainda, que 45 faziam menção para a empregabilidade dos profissionais, a partir de concursos públicos e as outras 22 ofertas eram para outros tipos de processos seletivos.

O setor que mais emprega assistentes sociais ainda é representado pelas organizações públicas (51 editais) e, em menor número, pelas organizações privadas (16 requisições). A geografia na distribuição das vagas para os profissionais se diferencia em função da natureza do empregador. No interior do RS, se verificou a demanda por organizações públicas, diferentemente da capital e região metropolitana do RS, em que as vagas são, na sua maioria, para as organizações privadas. Características como a flexibilidade que marca o trabalho na contemporaneidade se expressaram na descrição de alguns itens como na remuneração, na carga horária e no perfil profissional para ocupação da vaga, variando conforme a instituição empregadora.

Essa dinâmica de flexibilização se faz presente no contexto da profissão, pelo fato do Serviço Social ser uma especialização do trabalho e pela sua condição de assalariamento, logo, afetado pelas estratégias de extração da mais-valia que o capitalismo, na sua atual crise, impõe aos trabalhadores, quando não desencadeia o desemprego, a precarização, as extensas jornadas de trabalho e os baixos salários.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova *divisão internacional do trabalho* foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.409).

Quanto a área de atuação, destacaram-se as políticas que, historicamente, empregam os profissionais, a saber: 67% assistência social, 21% saúde e 12% educação.

No que se refere às principais exigências para o exercício do cargo, se destaca a solicitação dos requisitos mínimos na maioria das vagas, a saber: graduação na área e registro no Conselho profissional. Observou-se, ainda, a denominação do cargo como Analista ou Técnico Social (com possibilidade de a vaga ser disputada com profissionais com formação em Pedagogia ou Psicologia) e para o curso como de Assistência Social, o que já denota a confusão que, ainda, prevalece no mercado acerca da identidade da profissão.

Chamou a atenção, também, que numa das vagas a descrição do cargo se refere ao trabalho do pedagogo, mas cuja requisição era pelo assistente social, o que traduz o desconhecimento da identidade profissional como se indica a seguir:

Acompanhar os educadores no planejamento, execução e avaliação das atividades; Estimular os educadores a desenvolverem com entusiasmo suas atribuições; Relacionar-se com a rede de atendimento e as escolas que recebem os atendidos; Cuidar dos registros e documentos relativos ao acompanhamento pedagógico; Auxiliar na construção do PPP e zelar pelo seu cumprimento; Organizar, juntamente com a equipe, eventos, promoções e formações; Organizar o programa de oficinas pedagógicas da instituição (Vaga ofertada em abril de 2018).

Quanto à carga horária de trabalho dos assistentes sociais, tomamos como parâmetro a própria Lei de Regulamentação da profissão, que indica no artigo 5º-A que “a duração do trabalho do assistente social é de 30 (trinta) horas semanais” (complementado pela Lei nº 12.317 de 2010). Partindo deste parâmetro, percebeu-se que da totalidade analisada (71 vagas distribuídas em 67 editais – em um edital havia chamado para 10 horas e 20 horas semanais; um com chamado de 10 horas e 30 horas semanais e dois editais com carga horária de 30 horas e 40 horas semanais, os demais editais consultados referiam apenas uma carga horária semanal), as jornadas de trabalho semanais se apresentam, em ordem decrescente, deste modo: 40 horas em 16 ocorrências; 30 horas em 24 ocorrências; 22 horas em apenas 1 ocorrência; 20 horas em 15 ocorrências; horista, 10 horas, 35 horas e 44 horas em pelo menos 2 ocorrências, enquanto 7 ocorrências não constavam a carga horária semanal, verificando-se que 20 ocorrências não respeitam a jornada de trabalho estipulada pela referida lei de regulamentação profissional.

Com relação aos salários dos profissionais é importante salientar que a categoria não possui um piso salarial mínimo, mas existe o Projeto de Lei (PL Nº 5278/2009, apensado ao PL Nº 4022/2008) que se propõe a aprovar o referido piso. O cálculo estipulado, na época em que começou a tramitar (há mais de dez anos atrás), previa o piso que equivalia a oito salários mínimos, tendo em sua proposta o reajuste salarial em conformidade à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Na atualidade, significa que se este PL vigorasse, com força

de lei, o piso mínimo equivalente às 30 horas semanais de trabalho seria de R\$7.984,00.

Todavia, essa realidade está muito distante do que demonstram os dados referentes à remuneração ofertada para os assistentes sociais no RS. Dos 67 editais analisados, o salário mais baixo apontava para vencimentos de R\$1.737,61 e, o salário mais alto, apontava para vencimentos de R\$6.765,00 reais. Destaca-se que este valor é referente à remuneração paga para assistente social somente com grau de bacharel, sendo que a remuneração mais alta foi de R\$9.585,67 e era para o cargo de professor em universidade pública, exigindo os graus de mestrado e doutorado na área de formação e dedicação exclusiva ao posto. Fazendo uma média ponderada das remunerações encontradas, chega-se ao número de R\$3.138,86, valor que equivale à R\$31,38 por hora trabalhada para jornada de 20 horas semanais; R\$20,92 para jornada de 30 horas semanais e R\$15,69 para jornada de 40 horas semanais.

A conformação apresentada pelo mercado de trabalho nos quesitos remuneração e jornada de trabalho acompanha a realidade brasileira, como também a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que estabelece jornada máxima de 8 horas diárias de trabalho, 44 horas por semana e até 220 horas por mês. Quanto ao salário mínimo nacional (fixado em R\$1.045,00 no ano de 2020), este também revela o drama que a classe trabalhadora vive no Brasil, pois segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), este valor é incompatível com as necessidades que um trabalhador teria para sustentar uma família de quatro pessoas, sendo indicado o valor de R\$ 4.044,58 para este fim.

Para além das condições que expressam a precarização do trabalho, através dos indicadores de carga horária semanal e remuneração, que representam desafios objetivos para o exercício da profissão, se indica outro elemento que causa preocupação: as atividades previstas para o cargo de assistente social nas referidas ofertas, considerando que partimos da premissa de que elas representam as atribuições e competências requeridas por esses empregadores, explicitando uma concepção de identidade e utilidade da profissão para os mesmos.

Ao nos debruçarmos na descrição das vagas, fomos surpreendidos pela presença de atribuições que se reportam a períodos históricos anteriores ao contemporâneo, com forte presença de concepções pragmáticas e conservadoras do trabalho profissional, bem como dos usuários e das políticas sociais que antecedem a própria Constituição de 1988. E, também, atividades relacionadas ao início da inserção do Serviço Social no mundo do trabalho, expressas nas terminologias: inquérito, diagnóstico, tratamento, intervenção psicossocial, atendimento terapêutico, entre outras, foram identificadas em várias vagas, como se indica a seguir:

(...) planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas

famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo ou encaminhamento; estudar os antecedentes da família; participar de seminários; orientar os pais, em grupos ou individualmente, sobre o tratamento adequado; orientar nas seleções socioeconômicas para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do município; selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, à infância abandonada, a cegos, etc.; fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; pesquisar problemas relacionados com a biometria médica; planejar modelos de formulários e supervisionar a organização de fichários e registros dos casos investigados; prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; executar tarefas afins (Vaga ofertada em abril de 2018).

Realizar diagnóstico e intervenção psicossocial em nível individual, grupal e comunitário. Realizar trabalho preventivo de educação e saúde. Organizar formulários que permitam registrar e arquivar a pesquisa de casos investigados. Manter organizado o ambiente em que atuar (Vaga ofertada em março de 2018).

Acompanhamento de eventuais problemas de ordem social; Condução de campanhas ou de eventos para atendimento às necessidades psicossociais dos servidores (Vaga ofertada em maio de 2018).

Prestar serviço de âmbito social a indivíduos ou grupos em tratamento de saúde física ou mental, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, aplicando os processos básicos de serviço social, para facilitar a recuperação do cliente e promover sua reintegração ao meio social, familiar e de trabalho (Vaga ofertada em junho de 2018).

Vagas com conteúdo moralizante, assentadas numa perspectiva de controle e investigação da pobreza (dos sujeitos individuais, coletivos e grupos familiares) também foram identificadas, como ilustra a vaga a seguir:

Realizar investigações sobre situação moral e financeira de pessoas que desejarem receber ou adotar crianças; manter contato com a família legítima e a substituta, fazer levantamentos socioeconômico com vistas a planejamento habitacional nas comunidades (Vaga ofertada em abril de 2018).

Igualmente concepções ultrapassadas e conservadoras da condição de vida dos sujeitos foram descritas de modo contrário à própria legislação vigente, mas que traduzem uma concepção de sujeito social, a saber:

(...) prestar assistência a condenados por delito ou contravenção, bem como a suas respectivas famílias; promover a reintegração dos condenados a suas famílias e na sociedade; executar outras tarefas correlatas (Vaga ofertada em abril de 2018).

(...) promover o recolhimento de crianças abandonadas (Vaga ofertada em abril de 2018).

A incidência da atividade “investigação” que se apresenta, na descrição dos cargos mapeados, de modo significativo, o que revela aspectos direcionados para a atuação profissional em questões de ordem moral e financeira, resgatando o início da profissão quando,

de fato, o controle se fazia presente no trabalho da mesma. Igualmente, a atividade caracterizada como “ajustamento social” retoma esse mesmo período histórico e pode ser verificada no extrato de descrição de cargo a seguir:

Intervir em indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento das pessoas, aplicando a técnica do Serviço Social para possibilitar seu ajustamento ao meio social; facilitar integração da população aos diversos tipos de ocupação para melhorar as relações humanas; reestabelecer a normalidade de comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social” (Vaga ofertada em março de 2019).

Essas descrições remontam a uma lógica que expressa fundamentos profissionais já superados pelo Movimento de Reconceituação da profissão. No entanto, a sua presença, nos editais mapeados, revela que as atribuições demandadas pelos setores empregadores da profissão reatualizam atividades que se relacionam com o período do Serviço Social tradicional. A atividade do tipo “psicossocial” se expressou na descrição dos cargos como: análise psicossocial; realização de terapia psicossocial individual, familiar e grupal; administração e prestação direta de serviços terapêuticos, preventivos e promocionais a indivíduos, grupos e comunidades que apresentam disfunções sociais, implantando melhor adequação do equipamento social; intervenção na remoção de fatores psicossociais; realização de diagnóstico e intervenção psicossocial em nível individual, grupal e comunitário; indicação de métodos e sistemas para a recuperação de pessoas com problemas de ajuste social; diagnóstico e interpretações psicossocial; atendimento técnico de sua área com foco no olhar biopsicossocial do paciente; atuação em dificuldades psicossociais e/ou realização de melhorias no comportamento individual.

Nas ofertas de vagas, também se verificou descrições do cargo que aparecem como “tarefas”, previamente demandadas como objetivos da instituição e que poderão ser atendidas pelos profissionais como os seus próprios objetivos, com um fim em si mesmo e não como uma finalidade social de trabalhar valores emancipatórios.

Entende-se que essas predefinições para o exercício profissional, contidas nas descrições dos cargos analisados, resgatam valores conservadores da profissão, considerando o caráter epistemológico e o contorno semântico de tais termos que foram empreendidos na sistematização da profissão na década de 1950 e se consagraram nos documentos que tratavam de organizar aspectos de “Teorização, Metodologia e Cientificidade” da profissão (CBCISS, 1986).

Quando, em grande parte, a requisição pelos empregadores para que o trabalho dos assistentes sociais seja para a resolução dos “problemas sociais”, com vistas a “ajustar” os usuários (em alguns cargos analisados, ainda tratados como clientes) à sociabilidade capitalista,

identificamos o neoconservadorismo presente e sendo reproduzido na profissão pela requisição do mercado. Logo, estas requisições se mostram antagônicas ao projeto profissional e as suas expressões constantes na Lei de Regulamentação, no Código de Ética e nas diretrizes formativas.

Outras descrições dos cargos, nessa mesma direção, referem à prática terapêutica, ainda que esta se encontre vedada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), através da Resolução 569/2010.

Administrar e prestar diretamente serviços terapêuticos preventivos e promocionais a indivíduos, grupos e comunidades que apresentem disfunções sociais, implantando melhor adequação do equipamento social; implementar condições favoráveis a promoção humana nos sistemas sociais de comunicações e de instituições; realizar terapia psicossocial individual, familiar e grupal; executar trabalhos educativos promocionais com pequenos ou grandes grupos (Vaga ofertada em março de 2018).

Segundo o CFESS (2010a), as discussões promovidas pelos conselhos e profissionais sobre a prática terapêutica tiveram início no ano de 1996 e, a partir daí, se desenrolaram 14 anos marcados pela realização de encontros em todo o país para o aprofundamento dos debates e estudos para fundamentar as posições da categoria. Em 2010, o CFESS lançou a Resolução 569/2010, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre “a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social” (CFESS, 2010b, n.p). A resolução protege os princípios e diretrizes do Projeto Ético Político Profissional e um serviço de qualidade prestado aos usuários, pois:

Assegura os direitos dos usuários que devem ser atendidos por profissionais qualificados teórico-metodológica/política e eticamente em matéria do Serviço Social. E também contribui para assegurar direitos do/a assistente social que não podem realizar nem se responsabilizar por atuações que demandam conhecimentos específicos para os quais não estão devidamente habilitados no âmbito de sua formação – Serviço Social. O Conselho Federal de Serviço Social, no uso legal de suas atribuições, reafirma o projeto ético-político profissional como uma conquista coletiva da categoria profissional (CFESS, 2010, p.13).

A referida Resolução veda a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional de assistentes sociais, resolvendo o seguinte:

Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social. Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou com unitárias: a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas; b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique (CFESS. 2010, n.p).

A resolução reforça que conduta profissional associada à prática de terapias e/ou

terapêuticas não se constitui como competências e atribuições privativas profissionais. Todavia, não impede e, tampouco, nega o direito à busca de conhecimento nessa área, o que se afirma é que não se incorpore práticas associadas à conhecimentos e fundamentos de outras áreas profissionais ao exercício profissional que exija matéria do Serviço Social.

Nesse contexto, o estado do RS também vivenciou questionamentos da categoria com relação à direção social da mesma, como pode ser exemplificado com a realização em Porto Alegre, nos anos de 2016 e 2018, de dois Encontros sobre o Serviço Social Clínico, organizados pelo Sindicato dos Assistentes Sociais, onde foi pautada a vedação, por parte do Conselho Federal de Serviço Social, das práticas terapêuticas e explicitada que tal vedação estaria restringindo o mercado de trabalho dos profissionais. Como decorrência do último evento, a categoria reunida no seu encontro anual, lançou uma moção de repúdio em que considerou o seguinte:

“() a retomada de práticas conservadoras, como as “Práticas Terapêuticas” ou ainda “Serviço Social Clínico”, fragilizam e ameaçam o nosso Projeto Ético-Político, o qual foi resultado das transformações societárias protagonizadas pela vanguarda do Serviço Social no bojo da categoria, fruto do amadurecimento crítico da profissão no Brasil” (CRESS, 2018:p.01).

As descrições das vagas analisadas, ainda, explicitaram a busca por profissionais voltados para a eliminação de riscos, promoção de campanhas educativas no campo da saúde, higiene e saneamento, prevenção e solução de problemas, prestação de assistência para o menor infrator e condenados por delitos ou contraversão e sua reintegração, colaborar em tratamentos, ações socioeducativas, recreação, trabalhar em grupo, participar de reuniões, conhecimento jurídico, administração de recursos, selecionador de triagem de casos, mediador de conflitos, pesquisas e interpretações de indivíduos, grupos e comunidades e supervisor.

Em vista disso, é necessário entender a relação entre o trabalhador assalariado e o empregador, onde o último determina as necessidades sociais das quais os/as assistentes sociais, através do seu trabalho, deverão responder. Com isso, a relação de venda da força de trabalho, regulada por um contrato, influenciará o trabalho profissional e os respectivos processos de alienação, fetichização e organização do trabalho e dos trabalhadores.

Verifica-se uma tensão entre o projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2015, p. 416).

Por fim, ao tratar das atividades denominadas na pesquisa como “Outras atribuições”, com destaque para ações de: controle; triagem de casos; seleção; prestação de serviços comunitários; manutenção e organização do ambiente de trabalho; boa dicção e oratória, boa redação e facilidade interpessoal; estimulação dos educadores para desenvolverem com entusiasmo suas atribuições; dinâmica, proatividade e disponibilidade, entre outras, se destaca que elas não passam de mecanismos que legitimam o resgate de uma atuação conservadora, maquiando o neoconservadorismo profissional e reproduzindo a lógica de trabalho em tempos neoliberais.

Desse modo, se faz necessária a apreensão dessas requisições por parte do mercado de trabalho pela categoria profissional, de modo a promover ações de articulação coletiva entre os profissionais, juntamente com a luta da classe trabalhadora, no intuito de descortinar o conservadorismo que se identifica junto à profissão na atualidade.

Diante da conjuntura atual, o mercado de trabalho dos assistentes sociais está conformado numa contratação de profissionais que tenham um *modus operandi* alicerçado em práticas voltadas para a promoção, prevenção nos mais diversos campos sociais, conforme a demanda da instituição, ou seja, um colaborador com espírito de gerenciamento e conhecimento, para além das competências e atribuições, designando outras atividades, segundo as intenções da instituição, que se expressam pela demanda por um facilitador, integrador e mediador e com execução de ações já propostas pelas instituições empregadoras. Ou seja, há uma forte tensão presente, numa relação de contradições em que o trabalho do profissional está sujeito à subordinação do empregador, revelando restrição na autonomia do profissional e alterações nas relações de trabalho dos assistentes sociais.

Como se pode observar existe uma ingerência direta, de parte dos empregadores, na definição do trabalho profissional, na contramão de sua integral autonomia. Entretanto, os componentes universais envolvidos na realização de todo o trabalho, qualquer que seja a sua natureza -, meios, objeto e o próprio trabalho -, também se repõem no trabalho do assistente social, ainda que sob condições determinadas (IAMAMOTO, 2015, p. 421).

Os dados obtidos no campo empírico revelam que o mercado de trabalho dos assistentes sociais se encontra, fortemente marcado pela conjuntura contemporânea em que se constata a tendência regressiva das conquistas da profissão, o que nos impõe como categoria profissional o desafio de reconhecer que:

Muitos desses traços conservadores são fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal. Enfrentá-las e superá-las exige construir estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional, que possibilitou ao Serviço Social alcançar sua maioria teórico-política (BOSCHETTI, 2015: p.649).

Nesse sentido, se sinaliza a importância do monitoramento desse mercado de trabalho, de modo articulado com os movimentos da categoria profissional, especialmente, no âmbito da fiscalização e orientação, tendo em vista a necessidade de evitar que a requisição pelo trabalho profissional seja incompatível com as atribuições e competências previstas na legislação vigente; assim como, no âmbito da formação, fortalecendo o estudo e o debate dos fundamentos históricos da profissão e dos movimentos que os tencionam, especialmente, em tempos de crise como a atual.

Conclusão

As reflexões e os dados apresentados neste artigo, nos permitem constatar que o mercado de trabalho para assistentes sociais do RS vem sofrendo os impactos e os rebatimentos das transformações do mundo do trabalho e das relações sociais que se alicerçam na sociedade conservadora em que vivemos. Considerando, ainda, as análises empreendidas junto as ofertas de vagas do referido mercado de trabalho, destacamos que as transformações que vem ocorrendo no mercado de trabalho dos profissionais trazem elementos relevantes das tendências atuais de requisição da força de trabalho, tanto no setor público, quanto no privado.

A requisição pela atuação profissional marcada pela perspectiva conservadora (da sociedade e da própria profissão) encontra, na conjuntura brasileira e na direção política da nação, o solo fértil para crescer e prosperar, colocando em risco os avanços e acúmulos que a profissão fez no seu estatuto científico, político e profissional. Mas, também, no âmbito das respostas políticas que se dão dadas para as demandas sociais, evidenciando uma regressão no campo dos direitos sociais para a população brasileira.

É notória, ainda, a flexibilidade que marca o trabalho na contemporaneidade e que se expressa na descrição de algumas vagas, além de revelar a restrição na autonomia do profissional e as alterações nas relações de trabalho. Portanto, esta realidade recoloca o desafio de construir propostas e alternativas de inserção do Serviço Social nos espaços sociocupacionais, de modo a fomentar o debate acerca da sua identidade, fundamentos e direção social, sendo um desafio constante a necessidade de legitimar a profissão, com base no seu projeto ético-político.

Os dados empíricos, ainda que tenham sido obtidos no RS, podem ser considerados como parte de um processo mais amplo que atinge a profissão em todo o Brasil, sendo necessário que a academia possa, cada vez mais, fornecer subsídios - consistentes e críticos – para que a categoria profissional se aproprie dos mesmos e construa estratégias para o

enfrentamento do preocupante cenário em que se encontra o trabalho dos assistentes sociais.

O ano de 2020 para o Serviço Social brasileiro se apresenta como desafiador diante de tal conjuntura, bem como pela pandemia que vivemos cujos contornos revelam a importância da ciência e das políticas de Estado, mas intensifica, também, as contradições e desigualdades impostas pelo modelo societário vigente. Ele demarca, igualmente, os 40 anos do processo de renovação da profissão, sendo importante lembrar que a década de 1980 foi profícua na produção do conhecimento e na organização política da categoria.

Logo, o tempo presente se constitui, paradoxalmente, em um momento ímpar para recuperarmos a dialética presente nesse processo profissional (ruptura x conservação), bem como aprender com o percurso percorrido nas décadas que a ele se seguiram, de modo a retomarmos a concepção de que ele não se constituiu em um movimento datado, mas permanece em processo de disputa no interior da profissão. Razão pela qual, se faz necessário reconhecer os desafios do tempo presente, os impasses que se colocam no trabalho profissional, bem como o campo de possibilidades futuras e as mediações que são exigidas na contemporaneidade.

Referências

- ANTUNES, R; PRAUN, L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>
- BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10 REGIÃO. **Moção de repúdio**. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/_25-05-mocao-5-ssclinico.pdf, 2018.
- BRASIL. **PL 5278 de 2009** (Altera a Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o salário mínimo profissional do Assistente Social). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1A6997F2311F8F459C4AA887CBCF5E4C.proposicoesWebExterno2?codteor=659061&filename=PL+5278/2009
- CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 569**, de 25 de março de 2010 Ementa: Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF, 2010b.
- CRESWELL. John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social &**

Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 667-700, 2009.

***Trabajo Social*¹ em Cuba: níveis formativos, trabalho comunitário e tendências teóricas**

Gabriela Abrahão Masson*

Onilda Alves do Carmo**

Bruna Alexandra Silva e Brigo***

RESUMO:

A partir de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e intercâmbio institucional na Universidade de Havana, esta reflexão teórico-prática situa algumas particularidades sócio-históricas da trajetória de profissionalização e institucionalização do *Trabajo Social* em Cuba, os níveis formativos existentes e o chamado *trabajo comunitario*. A partir do legado revolucionário socialista anti-imperialista problematizamos as tendências teóricas em curso e atuantes no *Trabajo Social* e no processo de formação das (os) *trabajadores sociales* no contexto cubano.

PALAVRAS-CHAVE: tendências teóricas; trabalho social; trabalho comunitário.

Social Work in Cuba: training levels, community work and theoretical trends

ABSTRACT:

Based on research financed by the São Paulo State Research Support Foundation (FAPESP) and institutional exchange at the University of Havana, this theoretical and practical reflection situates some socio-historical particularities of the trajectory of professionalization and institutionalization of Social Work in Cuba, the levels existing training courses and the so-called community work. Based on the

¹ O presente artigo se propõe a trazer as particularidades do *Trabajo Social* em Cuba e é fato que o processo revolucionário de Cuba se constituiu por um longo período como horizonte para muitos de nós nas décadas de 1970 e 1980, neste sentido não há como comparar a construção da profissão no Brasil com o processo de construção do *Trabajo Social* na Ilha, ainda que podemos encontrar alguns pontos de intersecção. Assim, nesta reflexão teórico-prática utilizaremos em todo o texto a expressão *Trabajo Social*.

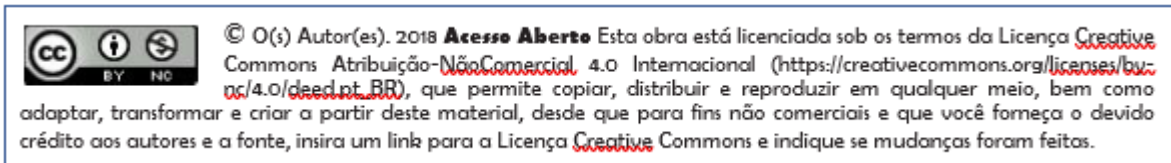
* Doutora em Serviço Social pela Unesp/Franca (2016). Professora no Departamento de Serviço Social da UFTM e atuação na Residência Multiprofissional em Saúde da UFTM. Coordena o Programa Interdisciplinar de Extensão “Fortalecendo a Agricultura Camponesa” em Uberaba (Facu), na UFTM.

** Possui graduação em Licenciatura Em Matemática pela Faculdade Riopretense de Filosofia Ciências e Letras (1974), graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins (1981), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Pós-doutorado na Facultad de Filosofia e Historia Universidad de La Habana - Departamento de Sociologia (2012). Atualmente é professor assistente doutor - da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

*** Formada em Curso Técnico em Meio-Ambiente pela Etec Pedro Badran em 2013. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Atualmente é membro bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Licenciaturas e Serviço Social da UFTM e compõe o Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS).

socialist revolutionary legacy, we problematize the current theoretical trends that are active in Social Work and in the process of training social workers in the Cuban context

KEYWORDS: social work; community work; theoretical trends; social works.



Introdução

A análise das tendências teóricas² em curso e atuantes no *Trabajo Social*³, no processo de formação de *trabajadores(as) sociales* em Cuba, além de reclamar uma aproximação sócio histórica da conjuntura econômica, política e social da Ilha Caribenha, implica no (re)conhecimento dos distintos sujeitos ou atores - nos termos das autoras cubanas - envolvidos na institucionalização do mesmo, bem como dos níveis de formação diversos e do chamado *trabajo comunitario*/trabalho comunitário nas políticas públicas.

Nesta direção, esta reflexão teórico prática socializada é resultado **de pesquisa** realizada em Cuba no mês de fevereiro de 2019, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do Projeto de Pesquisa “**Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais (2017-2019)**”⁴, e também de estudos e reflexões já

² Na realização da pesquisa que subsidiou este artigo entende-se por “tendências teóricas como orientações teórico-práticas gerais que sustentam o pensar e o fazer dos profissionais, militantes ou profissionais/militantes, hegemonicamente vinculadas à determinada matriz teórica existente no campo das ciências sociais e humanas.

³ Apesar de tratarmos Serviço Social e *Trabajo Social*; Assistentes Sociais e *trabajadoras sociales* como uma unidade na tessitura da escrita, não objetivamos estabelecer nenhum modelo comparativo, até mesmo porque não é possível afirmar que são profissões análogas, pois estão inseridas em uma estrutura e superestrutura diversas, e sobretudo distintas. Neste sentido a análise do *Trabajo Social* em Cuba se difere consideravelmente dos países estudados na pesquisa que originou essa reflexão, tendo em vista o processo sócio histórico de revolução socialista anti-imperialista que em grande medida reconfigurou o *mesmo*, sobretudo após a revolução de 1959.

⁴ O projeto inscrito no processo da FAPESP de n. 2017/14497-5 foi coordenado Prof. Drº José Fernando Siqueira da Silva, do Departamento de Serviço Social na UNESP de Franca/SP. A realização do mesmo envolveu universidades brasileiras como UNESP, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC/ São Paulo) e de outros países da América Latina e do Caribe, como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Costa Rica e Cuba. O objetivo foi a análise das tendências teóricas em curso e decisivamente atuantes no processo de formação profissional dos assistentes sociais nestes seis países latino-americanos, perquirindo as influências teóricas presentes no Serviço Social em cada um destes países, seus traços comuns, diferenças, particularidades e estratégias. Participamos do mesmo, enquanto pesquisadoras associadas coordenando a Equipe de Cuba que também foi composta por estudantes do Curso de Serviço Social da UFTM e UNESP.

realizadas a partir do Projeto: **“O Serviço Social no Brasil e Cuba: trabalho e formação profissional a partir da década de 1960”** (2011-2014)⁵.

Durante o Intercâmbio em Cuba realizamos **pesquisa bibliográfica e documental** nas obras “mestras” de autores (as) cubanas; **visitas institucionais, encontros e discussões** com os(as) professores(as) e outros profissionais do Departamento de Sociologia da Universidade de Havana, da Universidade de *Camaguey Ignacio Agramont Loynaz* e do Centro de Investigação Psicológicas e Sociológicas; e **observação participante** no chamado *trabajo comunitario*, realizados nos *Tallers* de Havana, e a partir do trabalho de *trabajadoras(es) sociales de Camaguey*, ambos em políticas públicas.

Discutir as tendências teóricas do *Trabajo Social* em Cuba, tendo como horizonte a perspectiva crítica, além de demandar uma análise das particularidades sócio históricas que perpassam o país em destaque, exige ética para que não incorramos em categorizações e até mesmo comparações pejorativas entre realidades distintas e diversas. O movimento que empreendemos é uma aproximação a partir da produção científica acumulada e pesquisa empírica nesta realidade, e parte da realidade concreta deste país latino americano que tem sido cenário de processos revolucionários “fora da ordem”, nos termos de Fernandes (2009), e que se expressam na vida do povo cubano com o horizonte a emancipação humana.

O Trabajo Social em Cuba seus “atores”, níveis formativos e o trabalho comunitário nas políticas públicas

Com base no referencial teórico das/os autores/as cubanas, na produção brasileira acumulada na área e da pesquisa realizada em 2019, é necessário e evidente uma re (institucionalização) do *Trabajo Social* na Ilha. Para tanto, estudos e pesquisas sobre o mesmo têm sido empreendidos por grupos diversos que problematizam a relevância da profissão, sobretudo a partir de 1990 diante da crise econômica que impôs ao estado cubano novos desafios no enfrentamento de problemáticas sociais que surgiram e foram acirradas. (MUÑOZ GUTIÉRREZ; URRUTIA BARROSO, 2016; GÓMEZ CABEZAS, 2015).

Segundo as cubanas Urrutia Barroso; Muñoz Gutiérrez (2004) muito são os *actores sociales* (atores sociais) envolvidos na construção, institucionalização do *Trabajo Social* a partir de **intencionalidades, objetivos e lógicas formativas muito diversas e heterogêneas**. A contradição, enquanto categoria do método dialético é parte constitutiva deste processo que

⁵ O Projeto foi financiado pela CAPES durante o período de **2011- 2014**. Pesquisa UNESP em Cuba: (Convênio CAPES/ Ministério da Educação Superior de CUBA nº 98/2010).

ainda possui muitas questões/problemáticas no que diz respeito a teoria, métodos, práticas, e também à própria organização dos sujeitos envolvidos, conforme afirmam: Gutiérrez (2004:46),

[...] El proceso de construcción de esta disciplina científica en el país, está siendo contradictorio y hay muchas interrogantes por resolver em todos sus niveles, léase em la teoría, los métodos, las prácticas, la relación entre educación e investigación; la relación entre todos los actores sociales interesados en impulsar ese proceso. (URRUTIA BARROSO; MUÑOZ GUTIÉRREZ, 2004:46)

Neste contexto, estudos cubanos apontam problemáticas relacionadas ao que denominam de *desventajas sociales* (desvantagens sociais) acirradas na Ilha, após a derrota do socialismo no Leste Europeu, e a crise econômica da década de 1990 que impôs ao Estado cubano e aos (as) *trabajadores(as) sociales* o desafio deste “novo” tempo histórico. O *Trabajo Social* cubano como já apontou Garcia Garcia (2012); Carmo; Muñoz Gutiérrez, Urrutia Barroso; Maria Voghon (2012); Gómez Cabezas (2015); Silva e Carmo (2015); Silva (2019) reclama uma urgente “reinstucionalização”, para que os/as *trabajadores/as sociales* tenham uma formação profissional articulada a um referencial teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo, atinentes à uma leitura crítica e enfrentamento de uma realidade social que progressivamente é pauperizada.

O Trabajo Social e trabajador/a social em Cuba, segundo Carmo; Muñoz Gutiérrez; Urrutia Barroso; Maria Voghon (2012); Silva; Carmo (2015) e Silva (2019) possui significados históricos abrangentes. Estão majoritariamente e dialeticamente relacionados à **prática militante**, comprometida com a continuidade ideológica do legado revolucionário socialista, nesta direção ética política, bem como ao trabalho/atuação - **eminente prático interventivo** - apreendido, entendido e estudado pelos/as cubanas/os como *trabajo comunitario*, e desenvolvido por diversos profissionais, dentre eles e em grande medida a/o *trabajador/a social*. **Estes significados não são excludentes, mas constituem parte de um** todo na apreensão das tendências teóricas em curso e decisivamente atuantes no processo de formação profissional dos assistentes sociais em Cuba. Assim, na atualidade a atuação deste/a *trabajador/a* é de cunho eminentemente prático interventivo, nas políticas públicas, com ênfase no chamado *trabajo comunitario* que historicamente está alinhado ao direcionamento ético político de direção socialista e anti-imperialista.

Tendo em vista a prática interventiva nas políticas públicas o *trabajo comunitario* também é uma particularidade na apreensão do *trabajo social*, está relacionado à programas e projetos, métodos e metodologias de trabalho junto às políticas públicas, com ênfase no

“desenvolvimento”. A partir da estrutura socialista do modo de produção cubano, o desenvolvimento é entendido como processo de ampliação de oportunidades, aquisição de conhecimentos para o acesso a recursos necessários para alcançar um nível de vida decente, com foco no ser humano. (DAVÁLOZ DOMINGUEZ, 2004).

Nas províncias de Cuba, o *trabajo comunitario* é uma relevante área de organização, mobilização popular socialista, investigação/pesquisa/atuação das Ciências Sociais Humanas, e de trabalho do/a *trabajador(a) social*. Acompanhamos nas vistas institucionais *trabajadores(as) sociales* que desenvolvem ações de cunho educativo, remuneradas ou não, por meio do *trabajo comunitario* nos denominados *Tallers* que se converteram em espaços de investigação de temáticas relevantes para o desenvolvimento local do *Trabajo Social*. Desta forma, os *Tallers*⁶ enquanto espaço público, também conta com o trabalho voluntário de sujeitos, profissionais diversos, dentre eles os/as *trabajadores(as) sociales* para a realização de atividades voltadas a todos segmentos populacionais de Cuba.

Segundo Gómez Cabezas (2012, 2015); Silva e Carmo (2015) e Silva (2019), os **níveis formativos**⁷ da profissionalização do *Trabajo Social* em Cuba são muito diversos e heterogêneos, desde **técnico; técnico de nível médio; superior por meio da licenciatura em sociologia com especialização (saída) em Trabajo Social, à pós-graduação com ênfase no *trabajo comunitario***. Tais níveis envolvem instituições governamentais e não governamentais, sendo a comunidade o espaço de intervenção. Cabe destacar que em Cuba não há instituição privada de ensino, todas os cursos são públicos.

Apesar de todos os níveis formativos serem públicos, a diversidade dos mesmos e a expansão do *Trabajo Social* na Ilha não corroboraram para uma unidade de concepção do *Trabajo Social* em Cuba, conforme Garcia Garcia (2012:18) afirma:

En Cuba no existe una definición unívoca del trabajo Social. Se aprecia una marcada dispersión en la visión de la problemática del trabajo social actual. Desde posiciones del creado Programa de Trabajadores Sociales y su respectivo proceso de habilitación, era defendida la posibilidad de asumir el rol de trabajador social desde cualquier profesión socio-humanista.

⁶ Segundo Daváloz Dominguez (2004) os Tallers surgiram no final da década de 1980 em Havana como espaços de práticas transformadoras em um contexto de agravamento de problemáticas vivenciadas pela população cubana, agravadas pela crise econômica. Para Courceiro (2015) são espaços sociais, culturais e políticos circunscritos nas províncias de Cuba a partir de uma divisão territorial que corresponde a uma comunidade, que possui antecedentes históricos, população, instituições que atendem a comunidade, desenvolvimento cultural e tradições populares.

⁷ Perquirir os níveis formativos do *trabajo social* em Cuba permite uma aproximação com o atual cenário em que se insere a formação profissional na Ilha, tendo em vista que até o momento não existe diretrizes gerais pra a formação de *trabajadores(as) sociales*. Neste artigo não discutimos as especificidades e os sujeitos destes níveis formativos, pois segundo referências citadas, tais reflexões já foram empreendidas. Para maiores análises consultar Silva e Carmo (2015) e Silva (2019).

O resultado deste processo é um arsenal teórico prático significativamente eclético, uma formação profissional descontínua, debates teóricos práticos suscitados e conduzidos por especialistas de diferentes áreas do saber, dentre eles: filósofos(as), sociólogos (as), antropólogos(as), psicólogos(as), economistas e engenheiros(as), inexistência de um projeto profissional do *Trabajo Social* e organização ou entidade da categoria de *trabajadores(as) sociales* em Cuba. Segundo Silva (2019) tal realidade se expressa no *Trabajo Social* através de um caldo eclético, sistêmico e pós-moderno e de cunho neoconservador.

O modo de produção em Cuba é socialista com direção anti-imperialista, ainda assim a população da Ilha convive com problemáticas atinentes a pobreza, desemprego, marginalidade e violência, resultantes da questão social que possui particularidade distinta na Ilha, que já foi capitalista. Desta forma, a experiência do processo revolucionário revela a necessidade de um(a) *trabajador(a) social*, com **formação específica** articulada à investigação e intervenção em situações concretas e históricas que incidem na vida de milhares de cubanos (as). Afinal, Cuba não é um território apartado da totalidade social, que tem o capitalismo como modo de produção e reprodução vigente. Reflexo direto, é a política de bloqueio sofrido pela Ilha, que em grande medida acentua cada vez mais seu processo de pauperização

A autora cubana Garcia Garcia (2012) problematiza de forma crítica que na atualidade o principal objeto de trabalho *do Trabajo Social* são as manifestações históricas concretas da questão social⁸, e esta precisa ser discutida na formação de *trabajadores(as) sociales*, enquanto situações ocasionadas pelas transformações de cada época histórica. Salienta que Cuba não pode continuar sendo a exceção latino americana com relação à profissionalização da profissão, uma vez que há estudos e pesquisas que apontam para a necessidade premente de desenvolvimento e (re) institucionalização do *Trabajo Social*

A profissionalização do *Trabajo Social* em Cuba: sua gênese e tendências teóricas

Conforme discutimos, historicamente o *Trabajo Social* em Cuba ainda galga uma (re) institucionalização, conforme Gómez Cabezas (2015) problematiza em sua tese de doutoramento, “*Fundamentos básicos para uma práxis profissional de trabajo social en Cuba*”, e outros(as) autores (as) cubanos (as) como Urrutia Barroso, Muñoz Gutiérrez (2004,2016); Dalavóz Domínguez (2004) e Garcia Garcia (2012), também apontam.

⁸ Destacamos que a referência a questão social é da própria autora.

Tais problemáticas envolvem a teoria, o método, a prática, a relação entre a educação e investigação, incidem na identificação e apreensão de tendências teóricas que nos aproximamos através de obras mestras, que são referências para a formação profissional na Ilha, tendo em vista os níveis formativos diversos, ausência de uma diretriz nacional para formação e dificuldades de organização profissional. Neste sentido, empreendemos a análise destas tendências a partir de obras já produzidas a partir da pesquisa de campo realizada na Ilha em 2019.

O diálogo com a obra, “*El Trabajo Social en Cuba: retos de la profesión en el siglo XXI*”, permite a apreensão da gênese do *Trabajo Social* na Ilha, que assim como em diversos países colonizados teve uma profissionalização⁹ atrelada a Igreja Católica e Associações Benevolentes, por meio de um conjunto de serviços para o amparo as pessoas que estavam em *desventajas sociales*. Em Cuba desde século XVI existiram instituições de benevolência, asilos e hospitais, as associações de imigrantes de diversas regiões da Espanha, e associações de trabalhadores, que surgiram na perspectiva de ajuda mútua. (GARCIA GARCIA; GÓMEZ CABEZAS; CABALLERO RIVACOBÁ, 2012).

Nos séculos XVIII e XIX o processo de industrialização capitalista produziu problemáticas que o estado espanhol foi pressionado a intervir, a Lei Geral de Beneficência Social (1849) foi criada para regular a assistência social pública, com parco investimento de recursos de recursos públicos e gestada por instâncias privadas e eclesiais, sob diversas formas. Neste contexto, surgiram as Sociedades de Socorro Mútuo, que eram organizações que agrupavam artesões e jornaleiros com objetivo de socorrer seus membros em situações de doenças e mortes na família. Um exemplo destas sociedades em Cuba é a *Sociedad de Socorros Mutuos de Cajistas de la Havana* (Sociedade de Socorros Mútuos de Oficiais da Imprensa de Havana).

Segundo Garcia Garcia (2012) é evidente que as Sociedades de Socorro Mútuo não eram as formas mais coerentes de enfrentamento da exploração capitalista, mas sem dúvida foram importantes para o despertar da consciência com relação a solidariedade entre os(as) cubanos(as) e as condições sócio históricas de desigualdade social impostas pelo modo de produção capitalista. Já no século XX diante da condição de neocolônia dos Estados Unidos da América (EUA), a benevolência também foi impulsionada por instituições privadas e pela Igreja Católica. A conhecida Mary Richmond, investigadora norte-americana, foi uma das

⁹ As autoras entendem por profissionalização o processo pelo qual são qualificados os membros de uma profissão para a utilização de práticas, conhecimentos e habilidades, para promover serviços, valores e Código de Ética.

pioneiras do reconhecimento e necessidade de uma preparação técnica e específica para o desempenho da assistência e *Trabajo Social* em Cuba.

A partir da década de 1930 se intensificaram os esforços e a preocupação com a formação das pessoas para o trabalho nas entidades cívicas, religiosas, particulares e oficiais na perspectiva do “tratamento individual” dos diversos problemas sociais – estruturais - e “reajuste”. Neste sentido, em 1938 foi fundado o Patronato de Assistência Social por iniciativa da Sociedade de *Lyceum* com fins benevolentes e culturais. A promulgação de Constituição de Cuba de 1940 expressou pela primeira vez a responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais e com a institucionalização da assistência social, enquanto política pública.

Na sequência em 1943 há a criação da primeira *Escuela de Servicio Social* pelo Patronato de Assistência Social com o apoio e atrelada a Escola da Educação de Havana, que ofereceu uma cooperação por meio do local e apoio dos professores. Em 1945 esta escola passa a ser *Instituto de Servicio Social de la Facultad de Ciencias Sociales y Derecho Público* na mesma universidade. As ações sociais empreendidas neste período foram fundamentalmente assistencialistas, com marcada influência norte americana em função dos interesses dos governantes no momento. (MUÑOZ GUTIÉRREZ; URRUTIA BARROSO, 2004, 2016; GARCIA GARCIA, 2012). Os requisitos para ingresso na Escola de Serviço Social eram:

- Características de índole pessoal e respeito à dignidade humana,
- Título de Bacharel em Letras, título de High School, concedido por escolas norte-americanas erradicadas em Cuba ou nos EUA; ou comprovação de ingresso na graduação em enfermagem.

A formação era de dois anos divididos em 4 semestres, as *asignaturas* (componentes do plano de estudos) cursadas eram: psicologia e sociologia, e princípios básicos das Ciências Médicas e de Direito relacionado com a assistência social. Essa formação evidencia que o **ethos biomédico foi predominante no surgimento da profissão**, os níveis de intervenção previstos na formação em *Trabajo Social* eram individual, grupal e comunitário, conforme a influência norte americana que também foi referência em muitos países latino americanos.

Conforme complementam Muñoz Gutiérrez; Urrutia Barroso (2004) na obra: “*Trabajo Social em Cuba y Suecia*”, naquele momento a compreensão da questão social estava relacionada a uma compreensão individual e moral de responsabilização dos sujeitos pelos problemas e contradições sociais da época. Assim, a solução destas contradições estaria no próprio sujeito e não na sociedade. A análise realizada pelas autoras em 19 teses encontradas na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e História de Havana abarcou estudos e pesquisas do início do curso até 1960, concluíram que os trabalhos careciam de fundamentação teórica,

inclusive sobre a própria concepção de *Trabajo Social*. As produções investigadas são descritivas e as **referências são médicas**, não há menção à concepção metodológica de intervenção, às situações de *desventajas sociales* eram apreendidas como produto de condições e características individuais, sendo caracterizadas como *patologia social e enfermedades sociales* que necessitam de um profissional, no caso o médico social para a cura.

Ainda segundo Muñoz Gutiérrez; Urrutia Barroso (2004) o *Trabajo Social* como profissão em Cuba teve sua origem e institucionalização a partir de uma **forte relação com a medicina**, inclusive sendo uma profissão auxiliar desta e com caráter limitado, conforme afirmam. Os estudos em *Trabajo Social* foram interrompidos e a Escola de Serviço Social da Universidade de Havana foi fechada em 1956 durante o regime ditatorial estadunidense de Fulgêncio Batista, assim como outras áreas acadêmicas. Em 1959 quando se iniciam novos estudos universitários a partir do triunfo revolucionário foram abertas vagas para aqueles (as) que tiveram a formação interrompida na ditadura. A prioridade do estado socialista foi a Reforma Universitária realizada em 1962, e a abertura de carreiras técnicas que contribuíam para o desenvolvimento socioeconômico acelerado do país, desta forma a reabertura da Escola de Serviço Social foi interrompida, assim como o processo de formação profissional, conforme também afirma Gómez Cabezas (2015).

Assim, a tradição histórica herdada pela gênese do *Trabajo Social* cubano é alicerçada em **tendências teóricas norte americanas de cunho positivista**, que se traduziram em compreensões imediatistas das relações sociais e do ser social, restringindo-se a fragmentação do homem e sociedade. A **orientação funcionalista**, também presente, se traduziu na construção de um ethos profissional eminentemente **técnico** alinhado ao **assistencialismo e no discurso ideológico de que as situações de carência** eram produtos de condições e características individuais.

Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959, as circunstâncias da conjuntura econômica, política e social mudaram radicalmente, e conseqüentemente novas estratégias de desenvolvimento do nascente Estado revolucionário e socialista foram requisitadas, e novos desafios foram impostos a formação e exercício do *Trabajo Social* em Cuba. O Estado criou o Ministério do Bem Estar Social, o que contribui para uma articulação entre os organismos estatais, centralizando desta forma a assistência social e o *Trabajo Social* neste ministério.

Neste contexto surgem diferentes organizações de massa que passaram a executar o *Trabajo Social* na perspectiva da militância já apontada -, o que segundo Garcia Garcia(2012) possibilitou a participação comunitária da população na resolutividade de suas problemáticas. Essas organizações tinham como objetivo o apoio as transformações sociais em curso alinhadas

a defesa do legado revolucionário socialista anti-imperialista, como por exemplo, os Comitês de Defesa da Revolução e a Federação das Mulheres Cubanas (FMC) que é uma organização não governamental autofinanciada por suas afiliadas, mulheres cubanas maiores de 14 anos, mais de 92% das mulheres de Cuba são federadas na atualidade. Foi criada em 1961 por movimentos feministas radicais e sufragistas com objetivo de atenção e prevenção junto às problemáticas mulheres e suas famílias em situações de *desvantage social*. A guerrilheira Vilma Espín de Castro foi a primeira referência e dirigente da FMC comprometida com a Revolução Cubana. Neste contexto o *Trabajo Social* racionalizado junto FMC se estendeu à **instancia comunitária**, e a atuação destas federadas - *trabajadoras sociales* por meio *trabajo comunitario* voluntário, que passou a ser o horizonte profissional da FMC.

Gómez Cabezas (2015) afirma que o projeto emancipador da Revolução Cubana necessitava de um trabalho educativo que não só contribuísse, mas sustentasse ideologicamente o legado socialista, esta necessidade foi captada e materializada pela FMC que em parceria com o estado desenvolveu importantes e numerosos programas sociais vinculados a emancipação da mulher em Cuba.

Na atualidade a formação continua técnica e com poucas referenciais teóricas do *Trabajo Social*, a destacar que a organização tem várias estruturas em todas as circunscrições, onde há blocos de delegação em cada quadra nos 159 municípios cubanos, em 16 províncias. As chamadas “federadas” realizam trabalhos educativos e de orientação nas Casas de Orientação da Mulher e da Família organizadas em nível nacional, provincial e local nos 159 municípios cubanos. Nestas casas há cursos a partir das problemáticas encontradas nos territórios, como por exemplo de inglês, corte e costura, economia doméstica, violência doméstica, etc.

Segundo Garcia Garcia (2012) em 1961 o Ministério do Bem Estar foi extinto, e o *Trabajo Social* foi pulverizado em outras instituições como a Junta Central de Coordenação, Execução e Inspeção (JUCEI), Ministério da Educação (MINED), Ministério da Saúde Pública (MINSAP), Ministério do Interior (MINIT), etc. Com o fortalecimento do governo cubano empreenderam-se mudanças nas políticas sociais, a saúde por sua vez foi priorizada neste contexto com uma das áreas de investimento e como maior demandante do *Trabajo Social*, devido aos investimentos do Estado no Sistema Nacional de Saúde

Assim, o Estado socialista por meio do Ministério de Saúde Pública em 1971 criou a primeira escola para formação de técnicos médios em *Trabajo Social* em *Camaguey*, e em 1972, criou a já mencionada *Escuela de Trabajadores Sociales de Psiquiatria* anexa ao Hospital Psiquiátrico de Havana. Até 2004 existiam cerca de 11 escolas de nível técnico médio

integradas ao sistema de capacitação do Ministério de Saúde Pública pelo Ministério e pela *Escuela de Trabajadores Sociales de Psiquiatria* e até 1998 foram as únicas instituições que formavam esses especialistas.

As tendências teóricas de cunho **positivista, funcionalista e sistêmico** se expressavam por meio de uma formação com cerca de 85% do tempo dedicado a temas relacionados a saúde, em uma orientação teórico prática **biomédica, psicologizante e de cunho educativo**. O título concedido era generalista permitindo aos egressos a atuação em diferentes setores como educação, habitação, trabalho e seguridade social e prevenção social, além de uma formação insuficiente em *Trabajo Social*, que no contexto latino americano vivenciava o processo de Reconceituação.

Muñoz Gutiérrez; Urrutia Barroso (2004) destacam o significativo papel desta escola no fortalecimento de profissionais que se agruparam na organização científica da chamada *Sociedad Cubana de Trabajadoras Sociales de la Salud* que historicamente organiza congressos no país e fomenta o intercâmbio com profissionais da América Latina e outros países, nesta perspectiva. A *Escuela de Capacitación de la Federación de Mujeres Cubanas* também capacitou suas ativistas/militantes para o *Trabajo Social*, o que evidencia que o estado cubano – a partir de suas diversas demandas - priorizou historicamente a ocupação destes trabalhadores em detrimento da formação dos mesmos, a prática em detrimento a formação, conforme Garcia Garcia aponta (2012).

A crise econômica da década de 1990: o impulso a formação de *trabajadores/as sociales*

No período de 1959 a 1989 foi implementado em Cuba o projeto de transição socialista, por meio da aliança anti-imperialista com a União Soviética (URSS), alicerçada no Pacto de Varsóvia. Como sabido, o socialismo a partir de 1962 até o momento é a direção política, econômica e ideológica hegemônica na Ilha, ou nos termos de González Mastrapa, Izquierdo Quintana (2016) *un modelo de desarrollo*. A partir desta realidade diversas reformas foram empreendidas na Ilha como a urbana, agrária e educacional que inclusive erradicou o analfabetismo.

Na década de 1990 a derrocada da URSS e do bloco socialista liderado por ela teve impactos sem precedências para a Ilha, as problemáticas já vivenciadas pelos(as) cubanos(as) foram agravadas diante o recuo do Estado no que diz respeito ao financiamento, continuidade ampliação dos programas e serviços sociais. As questões estavam relacionadas ao crescimento do déficit habitacional; insuficiência do transporte coletivo; aumento do desemprego;

insuficiência produção de alimentos para cobrir necessidades da população; crescimento dos grupos vulneráveis e crescimento das migrações do Oriente ao Ocidente de Cuba. Uma das estratégias para o enfrentamento da crise foi a implementação de um grupo de programas sociais de amplo alcance para crianças, jovens e idosos. (MANSSON; PROVEYER CERVANTES, 2004).

Para o enfrentamento desta crise o Estado cubano deu início a um conjunto de medidas que se alinharam as transformações socialistas já ocorridas na Ilha. Dentre essas medidas, destacam-se a abertura do país ao capital estrangeiro para grandes investimentos privados no setor do turismo e por meio o desenvolvimento de uma política internacional de turismo em Cuba; reformas do setor agropecuário por meio da desintegração da maioria das terras estatais e reestruturação da indústria açucareira. Os primeiros traços de recuperação da economia foram percebidos em 1994 com um crescimento de 0,2% do PIB. (GONZÁLEZ MASTRAPA, IZQUIERDO QUINTANA, 2016).

Assim, desde início da década de 1990 Cuba tem experimentado profundas transformações, como consequência da derrocada do Leste Europeu, recrudescimento da política de bloqueio dos EUA e do enfraquecimento do campo socialista na conjuntura mundial. Em Cuba a crise econômica trouxe grandes consequências ao campo social com novas problemáticas sociais, sobretudo para os(as) jovens.

Diante este contexto em 1995 objetivando também sanar a carência de formação profissional dos(as) *trabajadores(as) sociales*, o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Camaguey fundou o Mestrado em *Trabajo Social*. Neste contexto é organizado o *Grupo Nacional de Trabajo Social* com representantes de diferentes organismos, instituições, organizações objetivando elaborar um programa de formação, sem no entanto lograr êxito neste sentido. Este processo teve repercussões e resultou na reabertura de estudos universitários em *Trabajo Social* e criação do Curso de Licenciatura em Sociologia com saída em *Trabajo Social* em 1998/99 no Departamento de Sociologia da Universidade de Havana, viabilizado por profissionais da sociologia a partir do entendimento acerca da necessidade de uma formação para *trabajadores (as)* diante aos desafios da realidade social. A **formação era sustentada na sólida base de teoria sociológica**, priorizando a atividade de investigação, contando com mais de 16 disciplinas atinentes ao perfil profissional do *Trabajo Social*. (MUÑOZ GUTIÉRREZ, URRUTIA BARROSO, 2004; GARCIA GARCIA, 2012).

Segundo Muñoz Gutiérrz e Urrutia Barroso (2004, 2016) em 1995 de todas as pessoas que procuravam emprego 60% eram jovens, e o país possuía uma questão a ser enfrentada com relação a formação superior dos mesmos. O Programa *Escuelas Emergentes de Trabajadores*

Sociales idealizado e criado por Fidel Castro em 2000 com vigência até 2011 teve como proposta uma formação militante para defesa e manutenção do legado da Revolucionário cubano, por meio de um conjunto de procedimentos, instrumentos e técnicas que fortaleciam o movimento revolucionário a partir do processo conhecido como “Batalha de Ideias¹⁰”. Neste contexto, o *Trabajo Social* e outras profissões foram acionados para a intervenção junto à comunidade calcada em princípios de justiça e igualdade social. A formação não era necessariamente científica, porém comprometida eticamente e politicamente com o legado revolucionário socialista.

A primeira escola foi criada em Havana em 2000 e se estendeu da Zona Central ao Oriente do país, os objetivos da formação versavam sobre a contribuição na formação de jovens por meio do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas para o exercício do *Trabajo Social*, com objetivo de respostas as demandas de emprego por parte dos jovens. A criação do Curso foi orientada pela criação de nove disciplinas¹¹ com atividades práticas simultâneas e finalização com um projeto de diagnóstico ou uma intervenção.

Durante o Intercambio na província de *Camaguey* estivemos com trabajadores(as) sociais formadas pela Escola Emergente e licenciados (as) em diversas áreas como estudos sócio culturais, comunicação, línguas estrangeiras. Os desafios relatados dizem respeito sobretudo, a uma formação profissional muito aligeirada e tecnicista que não possibilita o aprofundamento em referenciais teóricos e conseqüentemente a transformação da realidade tão cara à concepção do programa. A formação pouco possibilitou um conjunto de habilidades para atuação em todas as dimensões da profissão, sendo que há necessidade de formação e capacitação continuada para aprofundamento de conteúdo, bem como articulação entre formação, investigação e prática. Muñoz Gutiérrez e Urrutia Barroso (2004) complementam nesta direção a necessidade premente de uma formação com solidez teórica, ética e política para uma postura emancipatória junto à população.

Diante ao exposto apreendemos que o Programa *Escuelas Emergentes de Trabajadores Sociales* criado nos anos 2000 buscou estrategicamente a formação de jovens para atuação em uma realidade que progressivamente sofre com impactos de uma crise econômica. A ação do

¹⁰ Segundo Gómez Cabezas (2012) em dezembro de 1999, em Cuba e inicia uma batalha pela libertação de um menino cubano sequestrado e mantido em Miami por uma máfia anticubana. Este processo foi nominado por Fidel Castro como Batalha de Ideias. Seus objetivos transcenderam o motivo inicial e a partir de então surgiram dezenas de novos programas de Revolução orientados a elevar a cultura e contribuir para a qualidade de vida da população.

¹¹ Introducción al Derecho; Introducción a la Psicología; Psicología Social Y Comunitaria; Trabajo Social Comunitario; Sociología Urbana y Prevención Social; Comunicación Social. Sociedad Socialista Cubana Actual; Computación; Idioma Inglés.

Estado cubano sem dúvidas capacitou muitos jovens, sobretudo mulheres que também foram progressivamente inseridas em espaços públicos de políticas e serviços sociais, no espaço comunitário, no entanto tal Programa pouco logrou uma formação em *Trabajo Social* com solidez teórica, ética e política.

As tendências teóricas do *Trabajo Social* em Cuba: apontamentos para uma (re) institucionalização crítica da profissão

O *Trabajo Social* na Ilha se particulariza e diferencia no âmbito latino americano, por não vivenciar o processo de Reconceitualização, propriamente dito, e os países latino americanos se diferem da realidade cubana por não terem empreendido uma revolução estrutural, socialista e anti-imperialista. Assim, seu desenvolvimento histórico enquanto profissão é fortemente travejado e consubstancialmente determinado, pelo processo Revolucionário de 1959, que redefine a formação e redireciona a atuação dos(as) *trabajadores(as) sociales*.

Tal realidade gera rebatimentos nas tendências teóricas – entendidas como orientações teórico práticas que sustentam o pensar e o fazer dos(as) *trabajadores(as) sociales* cubanas - que se constituem a partir de referenciais escassos e diversos entre si, dando a margem para a pulverização do ecletismo que é ainda, sobreposto pela ênfase técnica operativa, que se encontra muito evidente no “fazer profissional” desde o surgimento da profissão e no *trabajo comunitario* na atualidade.

Frente ao exposto, algumas categorias adquirem relevância nesta discussão — pluralismo, ecletismo e sincretismo— e aqui são discutidas – a partir do real - para uma aproximação com a complexidade que envolve o *Trabajo Social* em sua dinâmica sócio histórica.

Segundo Coutinho (1991), o **pluralismo** fundamenta-se em duas dimensões: enquanto fenômeno social e político na construção do conhecimento. Em relação a primeira, o autor aponta que este se constitui enquanto um fenômeno próprio da sociedade moderna burguesa, relacionado de forma direta com a visão individualista do homem e ao processo de reprodução do modo de produção capitalista. Contudo, apresenta-se imprescindível para uma sociedade democrática. Em relação a segunda dimensão apresentada, temos o pluralismo como:

[...] sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, 1991:14).

A partir da segunda dimensão, o pluralismo se configura a partir do debate entre as ideias, o pressuposto para o convívio e diálogo entre diferentes posições e pensamentos, e não

a simples tolerância ao que não é consensual. Muito menos, se configura enquanto o debate entre questões que são inconciliáveis entre si, portanto, só se torna possível dentro do campo democrático. É a partir desta compreensão que intentamos essa discussão.

O pluralismo na construção de conhecimento necessita ser abordado com compromisso teórico, pois pode tender ao ecletismo, que se constitui através da articulação entre estilos, perspectivas antagônicas, criando a aparência de uma harmonização entre filosofias e teorias de naturezas completamente diferentes, tendo em vista a conciliação de ideias para a defesa de um determinado fim sem posicionamentos teóricos. Isso nos remete a discussão sobre **sincretismo**, que segundo Souza (2014) é a expressão mais evidente do ecletismo e de uma “captura” indiscriminada de referências teórica.

Assim, a partir das considerações já tecidas com relação a particularidade do *Trabajo Social* cubano, com vistas à análise das tendências teóricas, percebemos a tendência de ecletismo com diálogos diversos e pouco discriminados junto a teorias positivistas, funcionalistas e sistêmicas que orientaram o surgimento e institucionalização da profissão.

A partir das reflexões teórico práticas realizadas, podemos inferir que, em boa medida, mas não só,¹² o *Trabajo Social* em Cuba possui particularidades de **sincretismo religioso**, e apreendê-lo implica revelar a influência significativa do humanismo caritativo, benevolente e cristão a partir do espanhol Juan Luis Vivies¹³ e da popular Martha Abreu¹⁴ que nasceu e viveu em Santa Clara. A autora cubana Garcia Garcia (2012) na obra “*El Trabajo Social en Cuba: retos de la profesión en el siglo XXI*” problematiza a necessidade de estudos que aprofundem na história, as formas concretas de *ayuda social* em Cuba, para inclusive identificar a influência que os antecedentes do *Trabajo Social* na Espanha pudessem ter em Cuba. Após o surgimento da primeira escola de *Trabajo Social* em Cuba na década de 1940 percebemos a influência da raiz humanista cristã fundada no referencial positivista norte americano de Mary Richmond, que se traduziram historicamente em tendências para a formação e atuação profissionais de cunho funcionalista tecnicista e biomédico

¹² Cabe destacar que no processo histórico da construção e constituição da formação dos trabajadores (as) sociales, estão imbricadas diversas perspectivas, entre elas, a perspectiva revolucionária.

¹³ Segundo Garcia Garcia (2012) Juan Vives (1492-1540) foi uma figura importante de Humanismo em España y em Europa, foi pioneiro na organização da benevolência em Cuba. Sua principal obra foi “*Tratado del socorro a los pobres*” como primeira sistematização do modo de atuar na ajuda aos necessitados a partir da explicação da origem e necessidade da miséria humana.

¹⁴ Marta Abreu de Estévez (1845-1909) foi uma das figuras mais influentes de seu tempo em Cuba, especialmente em sua cidade natal e província de Santa Clara, onde ainda é muito lembrada. Existem na cidade diversas homenagens como ruas, bancos de praça, um busto na praça central, a Universidade de Santa Clara “Martha Abreu de La Villa” também leva seu nome em sua homenagem. Por sua constante ajuda aos pobres, suas doações à cidade e a guerra da independência, ela ganhou o título de “o grande benfeitora”, contribuiu para a construção de “asilos”, estações, e teatro como “La Caridad” no Centro de Santa Clara.

Considerações Finais

Conforme orientação teórico metodológica da pesquisa, “tendências teóricas”, não é um termo fechado, estático (puro), ao contrário é dinâmico, composto de orientações que reproduzem perspectivas heterogêneas, também sincréticas ou ecléticas ou ambas. Nesta direção a estrutura sincrética do *Trabajo Social* em Cuba, assim como em muitos países latino americanos, esteve atrelada em sua gênese a racionalidade cristã – com seu viés colonizador espanhol - que se dinamizou ao longo do processo de institucionalização do *Trabajo Social* em tendências teóricas de cunho positivista, funcionalista e sistêmica, por meio de um direcionamento prático biomédico, psicologizante e educativo. Estas tendências teóricas estiveram presentes na formação através do Ministério da Saúde de Cuba e pela *Escuela de Trabajadores Sociales de Psiquiatria*, e estão presentes em algumas províncias e se manifestam no *trabajo comunitario*, através da rede comunitária e políticas públicas.

A partir deste caldo histórico o *Trabajo Social* cubano na contemporaneidade está inscrito em uma dinâmica eminentemente prática interventiva e instrumental com expressão mais evidente no *trabajo comunitario*.

Estas reflexões não objetivam pejar o *Trabajo Social* em Cuba, já que o mesmo integra um complexo imprescindível que envolve diversas políticas públicas, sobretudo as sociais e tem contribuído significativamente e historicamente com a equidade, justiça social e direcionamento ético político implicado com o legado revolucionário socialista e anti-imperialista. Nesta direção percebemos, na Ilha percebemos a influência marxista- heterogênea - na trajetória mais recente em Cuba a partir do legado que orientou, a partir da década de 1960, a formação das militantes-voluntárias pela FMC e no final da década de 1990 o Departamento de Sociologia da Universidade de Havana, e recentemente os cursos de Diplomado também resultado de diálogos com brasileiros (as).

Os *actores sociales* envolvidos e comprometidos com estas últimas formações em *Trabajo Social*, têm posto em movimento um processo de qualificação para o mesmo em Cuba, por meio da militante defesa de uma (re)institucionalização do *Trabajo Social* na Universidade de Havana, com forte viés sociológico como área do conhecimento consolidada nas Ciências Humanas.

A vivência, o estudo e a pesquisa em Cuba foram desafiadores tendo em vista a particularidade deste país não só na América Latina, mas na geopolítica mundial. A sociabilidade cubana não é só diversa, mas rica da cultura e do povo aguerrido, que vive e luta diariamente por sua autonomia. O *trabajo comunitario*, o *trabajo social* são fruto de um

processo sócio histórico, e além de contraditórios fazem parte de um todo articulado com direção emancipadora socialista e anti-imperialista.

Referências

- CARMO, O. A.; MUÑOZ GUTIERREZ, T.; URRUTIA BARROSO, L.; MARIA VOGHON, R. O trabalho social em Cuba e os desafios para sua institucionalização no atual contexto. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 2012, Juiz de Fora, MG. *Anais [...]*. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- COUCEIRO, Avelino. *La ciencia em función del trabajo comunitario*. La Havana: Instituto Cubano del libro, 2015.
- COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1991.
- DAVALÓZ DOMINGUEZ, R. El trabajo comunitario y los Tallers de Transformacion Barrial: una posibilidad para los grupos vuberables. *El desarrollo del trabajo social em Cuba - profesionalización y práctica: trabajo social en Cuba y Suecia*. La Havana: Ministerio de Educación Superior, Talleres Gráficos de Geocuba, 2004. p. 359-76.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- GARCIA GARCIA, M.Y; GÓMEZ CABEZAS, E; CABALLERO RIVACOBIA. *El trabajo social en Cuba: retos de la profesión en el siglo XXI*. Havana: Ediciones Unión, 2012.
- GARCIA GARCIA, M. Y. Apuntes para um acercamiento a la historia del trabajo social en Cuba. *In: COLECTIVO DE AUTORES. El trabajo social en Cuba: retos de la profesión en el siglo XXI*. Havana: Ediciones Unión, 2012. p. 7-25.
- GÓMEZ CABEZAS, E. Premissas para el desarrollo del trabajo social en el contexto cubano actual. *In: COLECTIVO DE AUTORES. El trabajo social en Cuba: retos de la profesión en el siglo XXI*. Havana: Ediciones Unión, 2012. p. 93-110.
- GÓMEZ CABEZAS, E. *Fundamentos básicos para una praxis profesional de trabajo social en Cuba*. La Havana: Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, 2015. 79p.
- GONZÁLEZ MASTRAPA, E.; IZQUIERDO QUINTANA, O. Cuba modelo de desarrollo e inserción en el mercado internacional. Antecedentes, desafíos y oportunidades en el actual escenario de mundialización del capital. *In: SILVA, J. F. S. da; MUÑOZ GUTIÉRREZ, T. del P. (orgs.). Política social e serviço social: Brasil e Cuba em debate*. São Paulo: Editora Veras, 2016. p. 179-200. (Coletâneas; 6).
- MANSSON, S. A. Prácticas masculinas en la prostitución y sus implicaciones para el trabajo social. *In: El desarrollo del trabajo social em Cuba - profesionalización y práctica: trabajo social en Cuba y Suecia*. La Havana: Ministerio de Educación Superior, Talleres Gráficos de Geocuba, 2004. p. 359-76.
- MUÑOZ GUTIÉRREZ, T.; URRUTIA BARROSO, L. Pensar acerca de la reinstitucionalización del trabajo social en Cuba (2011-2015). *In: SILVA, J. F. S. da; MUÑOZ GUTIÉRREZ, T. del P. (orgs.). Política social e serviço social: Brasil e Cuba em debate*. São Paulo: Editora Veras, 2016. p. 179-200. (Coletâneas; 6).
- PROVEYER CERVANTES, C. Un grupo de autoayuda para mujeres maltratadas: resultado de una experiencia de trabajo. *El desarrollo del trabajo social em Cuba - profesionalización y práctica: trabajo social en Cuba y Suecia*. La Havana: Ministerio de Educación Superior, Talleres Gráficos de Geocuba, 2004. p. 105-15.
- SILVA, J. F. S. da; CARMO, O. A. do. Notas sobre o trabalho social cubano. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.121, p. 143-62, 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0143.pdf>. Acesso

em: 02 set. 2020.

SILVA, J. F. S. da; MUÑOZ GUTIÉRREZ, T. del P. (orgs.). Política social e serviço social: Brasil e Cuba em debate. São Paulo: Editora Veras, 2016. (Coletâneas; 6).

SILVA, J. F. S. (2019). Trabalho social cubano e tendências teóricas atuais. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, jul./set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.31719>. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/31719/19501>>. Acesso em: 1 jun.2020.

SOUZA, J. M. A. de. Três notas sobre o sincretismo no serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 531-59, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a07n119.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

URRUTIA BARROSO, L.; MUÑOZ GUTIÉRREZ, T. *El desarrollo del trabajo social en Cuba – profesionalización y práctica: trabajo social en Cuba y Suecia*. La Habana: Ministerio de Educación Superior, Talleres Gráficos de Geocuba, 2004.

O trabalho do/da Assistente Social na Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Estaduais do Nordeste

Edna Medeiros do Nascimento*
Moema Amélia Serpa Lopes de Souza**

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre o trabalho do/a assistente social no universo da educação superior pública estadual, trazendo algumas aproximações sobre a inserção profissional do/a mesmo (a) na educação, as competências e atribuições profissionais nesse espaço sócio-ocupacional e as implicações da seletividade da assistência estudantil para o trabalho profissional. Constituiu-se num estudo de caráter empírico e documental, privilegiando como fonte de dados as informações coletadas junto aos/às profissionais através de formulário específico, bem como de documentações institucionais disponíveis, realizado no período de abril a julho de 2019. A síntese de nossas reflexões aponta que a principal requisição profissional do/a assistente social nessas instituições consiste na realização de avaliação socioeconômica dos discentes, enfatizando a seletividade dos programas de permanência, constituindo-se, portanto, como um desafio para profissão no contexto de desmonte dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: educação superior; assistência estudantil; trabalho profissional do assistente social; requisições profissionais.

The work of the Social Worker in Student Assistance at State Public Universities of the Northeast

ABSTRACT: This study presents reflections about the Social Worker's work in state public college education universe, bringing some approaches about this professional insertion in education area, the professional competences and attributions in this socio-occupational space and the student assistance selectivity to the professional work. It was an empirical and documentary study, focusing as a source of data the information collected from professionals through a specific form, as well as available institutional documentation, carried out from April to July 2019. The synthesis of our reflections points that the main professional request to the Social Worker in these institutions consists in performing the students' socioeconomic evaluation, emphasizing the permanence programs selectivity, therefore, becoming a challenge to the profession in the context of dismantling social rights.

* Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social na Pró-Reitoria Estudantil da Universidade Estadual da Paraíba.

** Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Serviço Social e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

KEYWORDS: educational politics; student assistance; social service; professional requirements.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição- Não-Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O trabalho do/a assistente social na educação superior expandiu-se significativamente a partir dos anos 2000 em virtude das mudanças na educação superior, sobretudo com a ampliação das condições de acesso e permanência neste nível de ensino, que possibilitaram um maior ingresso de estudantes advindos de segmentos sociais pauperizados.

Apesar dos avanços referentes ao binômio acesso/permanência, os/as assistentes sociais enfrentam desafios na execução do seu trabalho na esfera da política educacional, uma vez que os programas de permanência têm sido insuficientes para assegurar a demanda de acesso aos benefícios da assistência estudantil, haja vista que esses programas seguem a lógica da focalização e seletividade das políticas sociais orientadas pelo ideário neoliberal.

Em contrapartida, a demanda por ações de permanência é algo que tende a se expandir, especialmente nesta conjuntura de negação de direitos, de diminuição do papel do Estado e de aprofundamento das expressões da Questão Social.

É com base nesses elementos da realidade que desenvolvemos uma investigação sobre o trabalho do/a assistente social na educação superior, sobretudo na assistência estudantil, intitulada Assistência Estudantil: refletindo o trabalho desse profissional nas Universidades Públicas Estaduais do Nordeste, realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2019, que subsidiou as reflexões contidas neste artigo.

O universo da pesquisa contemplou os/as assistentes sociais que atuam em três instituições no Nordeste: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Constituiu-se como um estudo de caráter empírico e documental, privilegiando como fonte de dados as informações coletadas junto aos/às profissionais através de formulário específico, bem como das documentações institucionais disponíveis, sendo realizada a coleta dessas

informações no período de abril a julho de 2019.

Nesse sentido, este artigo apresenta reflexões sobre o trabalho do/a assistente social no universo da educação superior pública estadual, trazendo algumas reflexões sobre a inserção profissional na educação, as competências e atribuições profissionais neste espaço sócio-ocupacional e as implicações da seletividade da assistência estudantil para o trabalho profissional. Para abordar esse tema iremos situar as tendências da contrarreforma do ensino superior brasileiro e seus reflexos sobre a realidade profissional, bem como as particularidades do trabalho do/a assistente social no espaço sócio ocupacional da educação, em especial na assistência estudantil, destacando as competências profissionais reveladas na inserção profissional dos/as profissionais vinculadas aos programas de assistência estudantil na realidade das universidades estaduais do Nordeste.

As tendências da contrarreforma da Política Educacional no Brasil e as suas implicações para o ensino superior

A educação ocupa uma centralidade na dinâmica da vida social, seja no âmbito das lutas sociais, das disputas ideológicas e no desenvolvimento das forças produtivas. Em virtude dessa relevância, é imprescindível compreendê-la a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social (ALMEIDA, 2007).

Embora a educação tenha a sua dimensão formal – regulada pela esfera pública – o campo educacional vai além dela, uma vez que a educação pode se efetivar em diferentes espaços – família, movimentos sociais e instituições religiosas. Ao ser regulada pelo Estado, a educação não perde o seu caráter ontológico e nem se restringe à sua dimensão escolarizada. Por isso, é necessário pensá-la de forma ampla, considerando os processos que a constituem como dimensão da vida social e que tendem a ser subsumidas à lógica de mercadoria na sociedade do capital (ALMEIDA, 2007).

Mészáros (2008) argumenta que a educação institucionalizada foi totalmente funcional ao sistema capitalista, visto que além de contribuir para qualificação de mão de obra necessária à máquina produtiva, também foi importante para disseminar valores que legitimam os interesses dominantes. Desta forma, cumpre uma função primordial na sociedade capitalista, que é a formação de consensos favoráveis à reprodução desse sistema, “[...] seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35). Por isso, segundo o autor, temos que pensar numa educação para além do capital, numa perspectiva ampla, pois

muito do nosso processo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguarda e sancionada (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

Na concepção do autor, o sistema capitalista é irreformável e incorrigível. Assim, pensar em ajustes dentro do capital não rompe com a lógica excludente do sistema, dado que as suas determinações estruturais se mantêm intactas.

A Política de Educação no Brasil constitui-se estruturada e organizada em conformidade aos interesses burgueses de reprodução do capital. Nesse sentido, segundo Piletti (2002), foi somente a partir da década de 1930 que se criou o sistema educacional brasileiro passando a educação a integrar a Constituição Brasileira de 1934 com o status de direito, representada num capítulo especial e estabelecendo-a como um direito de todos.

O caráter excludente e elitista que se faz presente desde os primórdios da educação no Brasil, reconfigurando-se ao longo da história e permanece até os dias atuais. Especificamente, na educação superior esse caráter dual da política educacional se manifesta de forma mais evidente, visto que, além da existência de poucas universidades, o ensino é restrito aos filhos/as da elite burguesa. Este acesso desigual, ao longo do século XX, tornou-se bandeira de luta de diversas mobilizações no país promovidas pelos movimentos sociais, dentre os quais se destaca o movimento estudantil, representado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), a favor da ampliação do acesso às instituições de educação superior públicas.

É no período da Ditadura Militar que a educação superior se amplia, marcada pela expansão das universidades federais, e, sobretudo, pelas universidades privadas, especialmente a partir da reforma universitária ocorrida em 1968, iniciando, assim, o processo de mercantilização deste nível de ensino na sociedade brasileira. Entretanto, é a partir dos anos 1990 que a tendência de mercantilização da política educacional – enquanto direcionamento da política neoliberal – aprofunda-se, tendo continuidade nos anos 2000.

Em termos de dados, Pereira (2012) demonstra que as instituições de educação superior privada apresentaram um impulso significativo durante o governo Cardoso, tendo em vista que, nesse período, o número de instituições privadas mais do que dobrou, passando de 684, em 1995, para 1.442, em 2002. Dessa forma, identifica-se que, no início do primeiro governo, em 1995, o setor privado correspondia a 76,5%, enquanto que em 2002, último ano do segundo mandato, este setor era de aproximadamente 90% (88,9%) das IES existentes no país.

A forte tendência da mercantilização da educação superior acompanha os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo o governo Lula, que, com algumas particularidades,

promoveram uma expansão significativa do setor público, através de programas que possibilitaram o acesso e a permanência da classe trabalhadora a esse nível de ensino.

No caso específico do governo Lula (2003-2010) concretizou-se um conjunto de reformas nesse nível de ensino¹, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e objetivou

Aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais, [...] diversificar as modalidades dos cursos de graduação [...], elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% [...] e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. (LIMA, 2011, p. 91-2).

Ao ampliar as condições de ingresso de estudantes no ensino superior, o REUNI impulsionou também o desenvolvimento da assistência estudantil, uma vez que uma de suas diretrizes consiste na implementação de ações de assistência estudantil visando minimizar os efeitos das desigualdades brasileiras expressas na educação superior. Nesse sentido, o referido programa, embora não tenha delimitado uma rubrica específica para a assistência estudantil, promoveu um significativo aumento das verbas destinadas à execução dessas ações assistenciais (SANTOS; NASCIMENTO, 2018).

Associada à implantação do REUNI, outro fator contribuiu para a ampliação da assistência estudantil, a institucionalização das ações afirmativas e da política de Cotas², pois, ao determinar o ingresso de estudantes oriundos da escola pública, negros, indígenas ou pessoas com deficiência no sistema superior de ensino, foi necessário também assegurar as condições de permanência desses estudantes.

Nesse sentido, essas medidas produziram alterações que tornaram este nível de ensino menos elitizado gerando um novo perfil acadêmico nas IES públicas, uma vez que viabilizaram o acesso à educação superior a segmentos sociais historicamente excluídos do processo educacional requisitando a implementação de medidas para assegurar a permanência dos/as estudantes neste nível de ensino.

O fomento ao acesso à educação superior impulsionou a ampliação das ações de permanência, a partir da criação, em 2010, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado às universidades federais; como também do Programa Nacional de

¹ Dentre os quais, pontuamos os seguintes: Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Sistema de Cotas.

² A política de cotas e de ações afirmativas foram instituídas a partir de algumas legislações, como o Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002, que cria o Programa de Ações Afirmativas (BRASIL, 2002); a Lei n. 10.678, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2003) e, por fim, a Lei n. 12.711, em agosto de 2012, que determinou a reserva de 50% das vagas em universidades federais a estudantes cotista (BRASIL, 2012).

Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST). Com a criação destes programas, as instituições de educação superior públicas puderam contar com um recurso específico para o desenvolvimento da assistência estudantil³, o que possibilitou uma ampliação significativa das ações de permanência.

Considerando que nossas reflexões têm como eixo de análise a assistência estudantil nas universidades estaduais, pontua-se que o PNAEST é um programa centrado em ações de permanência. Dentre seus objetivos, destacamos o fomento à democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior; a redução das taxas de retenção e evasão; o aumento das taxas de sucesso acadêmico dos estudantes; e a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, institui como público prioritário dos programas de permanência os/as estudantes oriundos/as da rede pública de ensino ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio. Ademais, o programa define que as universidades poderão estabelecer outros critérios de elegibilidade para a concessão de bolsas (BRASIL, 2010).

As áreas das ações de assistência estudantil correspondem a: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

No entanto, Monteiro (2016) destaca que, geralmente, as instituições de ensino operacionalizam algumas dessas áreas através de programas de bolsa, a chamada “bolsificação⁴” da assistência estudantil, o que implica na

falta de construção de políticas estruturais e permanentes, como os restaurantes universitários, creches e moradia estudantil. Outras frentes de ações como cultura, apoio pedagógico, inclusão digital, são frequentemente

³ Estudando o processo histórico de instituição da assistência estudantil no Brasil, identifica-se que o surgimento das primeiras ações, neste sentido, no âmbito da educação superior está intimamente ligado ao processo de constituição do sistema universitário brasileiro (ALBUQUERQUE, 2017), remetendo, portanto, à década de 1930. Referente a este processo, Kowalski (2012) delimita três fases da assistência estudantil no Brasil. A primeira fase coincide com o período de constituição das primeiras universidades, na qual o acesso a esse nível de ensino era privilégio da elite brasileira. A autora esclarece que essa primeira fase “[...] se caracteriza pela assistência estudantil restrita ao atendimento dos alunos de classe média, os quais tinham acesso ao ensino superior da época e cuja formação era destinada ao trabalho para o Estado” (KOWALSKI, 2012, p. 101). A segunda fase inicia-se com o fim do regime militar e início do processo de redemocratização na década de 1980 – período de constituição das políticas sociais. Desta forma, Albuquerque (2017) esclarece que até os anos 1980 a assistência estudantil foi marcada por ações pontuais, fragmentadas e focalizadas. Não havia uma política integralizadora que norteara a execução da assistência estudantil no país. Por fim, a terceira fase que se dá a partir da aprovação do REUNI em 2007, visto que este programa preconiza a ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes na educação superior favorecendo, assim, a ampliação das ações de assistência estudantil (KOWALSKI, 2012).

⁴ O termo “bolsificação” usado neste artigo tem referência nas análises de Granemann (2007) ao tratar do processo de monetarização da proteção social.

negligenciadas, seja por insuficiência de verbas, seja por falta de vontade política (MONTEIRO, 2016, p. 4).

O caráter da bolsificação presente na assistência estudantil demonstra a tendência à assistencialização das políticas sociais no contexto neoliberal. A forma como essa esfera educacional foi implementada nas IES – reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, e não contemplando uma perspectiva ampla, dificulta a construção de uma política universal para a assistência estudantil (NASCIMENTO; ARCOVERDE; 2012). Nesse sentido, entende-se que “a bolsificação da assistência estudantil é também consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais, que no âmbito da educação superior, a assistência ao estudante é expressão máxima” (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p. 173).

Concernente ao recurso do PNAEST, pontua-se que a condicionalidade para as universidades estaduais terem acesso a ele é realizar a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). Sendo assim, o MEC lança os editais, para a disponibilização do recurso⁵, e as instituições estaduais de ensino se inscrevem e elaboram um plano de trabalho demonstrando como se dará a utilização do recurso.

Recktenvald, Mattei e Pereira (2018) atentam que há uma disfunção do SISU, pois o binômio acesso-permanência pressupõe uma relação de complementariedade. Contudo, a materialização dessa relação não ocorreu, haja vista que há uma predominância de investimentos no fortalecimento do acesso, através de medidas como o REUNI, as Cotas e o SISU, em detrimento da promoção da permanência. No tocante a isso, coloca que

O paradoxo consiste em perceber que, ao mesmo tempo em que o SISU proporciona facilidade de acesso a vagas distantes do local da origem dos candidatos, vagas que não seriam acessadas por meio de vestibular, traz consigo consequências indesejadas no tocante à permanência. Ao estudar longe de sua casa, o aluno passa a requerer assistência para suprir suas necessidades de moradia estudantil, alimentação e transporte, dentre outros. (RECKTENVALD, MATTEI, PEREIRA, 2018, p. 412).

Neste sentido, entende-se que o investimento demasiado na questão do acesso e a facilidade de se conseguir uma vaga na educação superior em qualquer região do país ocasionou uma demanda muito maior por ações de assistência estudantil. Em contrapartida, a permanência não teve o mesmo nível de atenção e de investimento que o acesso, aprofundando assim o desequilíbrio entre eles. (RECKTENVALD, MATTEI, PEREIRA, 2018).

⁵ O recurso repassado para as universidades varia de acordo com o número de vagas ofertadas. As instituições que ofertem até 200 (duzentas) vagas, recebem um valor até R\$ 150.000,00; entre 201 (duzentas e uma) e 1.000 (mil) vagas, o valor recebido é até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais); e acima de 1.000 (mil) vagas recebem até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (BRASIL, 2010).

Neste sentido, os referidos autores, embora não apresentem dados estatísticos, expõem que o investimento demasiado na questão do acesso (criação do REUNI, SISU, Lei de Cotas, a ampliação e criação de novas universidades) e a facilidade de se conseguir uma vaga na educação superior em qualquer região do país ocasionou uma demanda muito maior por ações de assistência estudantil, e embora a permanência tenha ampliado os seus recursos, não teve o mesmo nível de atenção e de investimento que o acesso, aprofundando assim o desequilíbrio entre eles. (RECKTENVALD, MATTEI, PEREIRA, 2018).

A constatação desse descompasso se evidencia frente à ausência do recurso do PNAEST, que, desde 2015, o MEC não lança edital. Isso vem comprometendo o desenvolvimento da assistência estudantil nas universidades estaduais, que há pelo menos cinco anos não contam com recurso da esfera federal para a execução das ações de permanência, mas continuam integradas ao sistema do SISU⁶.

Para Kowalski (2012, p. 102), há uma “[...] preocupação dos governos em incluir uma parcela da sociedade que não tinha possibilidade de acesso e permanência à educação superior”, entretanto, “[...] ainda faltam elementos concretos, além da expansão das ações, para que se possa afirmar que a educação superior pública tenha se tornado mais equânime [...]” (KOWALSKI, 2012, p. 102).

A garantia da permanência é uma ação desafiadora para qualquer instituição pública de ensino, seja no âmbito estadual ou federal, especialmente num contexto de corte de gastos na política educacional e na assistência estudantil. Contudo, entende-se que o PNAEST é uma importante medida para a promoção da permanência, contanto que haja uma correspondência de investimentos pelo MEC.

Apesar dos avanços que tivemos na educação superior em relação ao binômio acesso/permanência, a Política Educacional no Brasil vem enfrentando retrocessos nos últimos anos, que se intensificaram com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que congelou os gastos com as políticas sociais por 20 (vinte) anos.

Especificamente na educação superior, Lima e Lima (2019) indicam que o retrocesso pode ser visualizado a partir do orçamento de 2018, pois, no referido ano “[...] o orçamento

⁶ No caso das instituições estaduais pesquisadas, fonte das reflexões deste artigo, constata-se que todas aderiram ao SISU, mas a ausência dos editais, tem implicado numa perda de recurso anual em torno de dois milhões de reais. Essa informação foi constatada em duas reportagens, sendo uma retratando a realidade da UERN e a outra da UEPB “Universidade Estadual da Paraíba aguarda reabertura de editais para voltar a receber recursos do PNAEST”, publicada em 10/10/2017, no site da instituição; “UERN deixou de receber R\$ 8 milhões por adesão ao SISU”, afirma reitor Pedro Fernandes, publicada no defato.com, em 18 de janeiro de 2019. Com base nestas duas realidades, compreendemos que, provavelmente, elas também se estendam à UEMA.

previsto é de apenas R\$ 5 bilhões para universidades, enquanto em 2017 foi de R\$ 8 bilhões e de R\$ 15 bilhões em 2015, uma queda progressiva” (LIMA; LIMA, 2019, p. 53). A tendência da política de educação superior, ampliada a partir da emenda nº 95 já sinaliza

a impossibilidade da manutenção e desenvolvimento do ensino de qualidade para todos, o sucateamento das universidades por falta de recursos para a manutenção de suas estruturas físicas, a diminuição do número de bolsas para pós-graduação e pesquisa [...], bem como a ampliação dos contratos temporários para o trabalho docente em detrimento da realização de concursos públicos para suprir a demanda efetiva do quadro docente no ensino superior (LIMA; LIMA, 2019, p. 55).

Enfim, uma série de medidas restritivas que comprometerá significativamente o funcionamento destas instituições educacionais, bem como a qualidade do ensino prestado, uma vez que a diminuição do recurso afetará também a pesquisa e a extensão.

Na conjuntura atual, vivenciamos um intenso processo de negação de direitos e de desmonte das políticas sociais, com destaque para a política educacional. Em pouco mais de um ano do governo de Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, tivemos fortes ataques à política educacional, evidenciando a crescente desresponsabilização do Estado frente ao desenvolvimento desta política.

Segundo Vieira (2019), ao analisar o programa de educação delineado pelo governo Bolsonaro, percebe-se que os cortes e contingenciamentos promovidos confirmam a materialização das intenções do governo referentes à Política Educacional. Em linhas gerais, o programa objetiva aliar o ensino universitário ou reduzi-lo à lógica do mercado, formar sujeitos com perfil empreendedor, investir em pesquisa, ciência e tecnologia que possam contribuir com a produção de mercadorias, com a criação de novas tecnologias e/ou “[...] com formas de conhecimento potencialmente mercantilizáveis” (VIEIRA, 2019, p. 94), enfim, tratando a educação como mercadoria.

Outros pontos estabelecidos neste programa representam fortes ataques ao pensamento crítico e reflexivo dentro das instituições de ensino, como também a universidade pública, pois o objetivo do governo é desvincular o financiamento da educação superior do fundo público, bem como transferir recursos do ensino superior para o financiamento da educação básica. A intenção é precarizar e acabar com o ensino superior público de qualidade (VIEIRA, 2019).

Seguindo este direcionamento, em julho de 2019, o ministro da educação lançou o FUTURE-SE (Programa Instituto e Universidades Inovadoras). De acordo com Leher (2019), o referido programa propõe uma ampla reforma nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) públicas, uma vez que o PL modifica 16 (dezesesseis) leis, e prevê algumas mudanças que estão relacionadas, sobretudo à questão financeira dessas instituições como a autonomia de

gestão econômico-administrativa, defendendo a não autonomia financeira, contrariando o previsto na Constituição Federal de 1988, portanto, uma medida inconstitucional, segundo o autor. Sendo assim, as instituições devem se responsabilizar pela captação de recursos (autofinanciamento) através do estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.

O grande problema do FUTURE-SE, na verdade, é que ele projeta que os recursos privados serão a principal fonte de financiamento das instituições federais de ensino superior, em especial das universidades – substituindo, em grande medida, o financiamento público que hoje sustenta essas instituições (CARLOTTO, 2019, p. 227).

Contudo, Carlotto (2019) esclarece que, tradicionalmente, as empresas não investem em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Portanto, é uma medida que visa desorganizar e desestruturar o ensino público no país, mercantilizar a pesquisa e submetê-la aos interesses do mercado.

Em razão disso, é imprescindível resistir, defender e lutar pela permanência da universidade pública, visto que o seu desfinanciamento irá comprometer significativamente o seu funcionamento e isso inclui a permanência dos/as estudantes nas instituições de ensino, especialmente pela fragilidade jurídica dos programas de assistência estudantil que não se materializam como uma política pública.

As particularidades do trabalho do/da assistente social no espaço sócio-ocupacional da assistência estudantil

Ao analisar a trajetória do serviço social no contexto das transformações históricas da sociedade brasileira, identifica-se que há “[...] particularidades e acontecimentos históricos que por vezes se encontram e se articulam com o caminho percorrido pela política de educação no Brasil” (FARIAS, 2018, p. 184). Assim, “pensar a profissão e o exercício profissional do assistente social requer relacionar a atuação profissional ao contexto sócio-histórico que particulariza e configura as relações entre o mesmo, o Estado e a sociedade [...]” (FARIAS, 2018, p. 194).

Nesse sentido, as análises que envolvem a inserção profissional do/a assistente social na educação exige uma clara apreensão sobre as necessidades sociais dos indivíduos, demandas sociais e requisições profissionais.

Na análise de Barbosa, “a configuração das necessidades sociais e das demandas sociais está intimamente relacionada à sociedade capitalista, ao pauperismo da classe trabalhadora e à não satisfação das reais necessidades dos indivíduos”⁷ (BARBOSA, 2015, p.

⁷ Portanto, para entender a dimensão da configuração das necessidades sociais é imprescindível relacioná-las ao

37). Neste sentido, Barbosa (2015, p. 35) pontua que “[...] necessidade social é a necessidade do conjunto de uma determinada sociedade. Com isso, entendemos que a necessidade é algo mais geral e mais complexo do que a satisfação das necessidades pessoais”. Contudo, na sociedade capitalista, tais necessidades “[...] são reduzidas para satisfazer as necessidades de valorização e acumulação do Capital” (BARBOSA, 2015, p. 35), mediante a produção de mercadorias, e o capital atende tais necessidades sob a forma de demandas sociais.

Seguindo esta reflexão, Barbosa (2015) entende que o Estado reconhece a demanda social por educação, mas não objetivando responder a uma necessidade social do indivíduo, e sim, fundamentalmente, a uma necessidade de reprodução do sistema capitalista. Logo, as demandas sociais estão relacionadas com as respostas que o Estado dá no enfrentamento da questão social, e sobre as quais o/a assistente social irá atuar.

Tomando essa reflexão como referência, sinalizamos que a inserção do/a assistente social na Política Educacional brasileira tem início nas décadas de 1930 e 1940, período em que o Serviço Social se constitui como profissão na sociedade brasileira. Foi também, neste período, que o Estado reconheceu a demanda social da classe trabalhadora por educação institucionalizando-a a partir de sua inserção na Constituição Republicana de 1934 (BARBOSA, 2015)⁸.

A expansão do mercado de trabalho para o/a assistente social na educação, iniciada na década de 1940, acontece em virtude da política desenvolvimentista adotada pelo governo Juscelino Kubitschek⁹ (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019). Neste contexto, requisitou-se da profissão o aperfeiçoamento de seu aparato tecnicista e ampliaram-se as perspectivas de intervenção profissional, momento de maior expansão do Desenvolvimento de Comunidade (DC), que buscava a integração dos indivíduos aos programas de governo através da participação popular (ABREU, 2002). Nesse sentido, entende-se que

a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise

processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, e, em especial, a categoria trabalho, devido à centralidade que a mesma ocupa na dinâmica da vida social.

⁸ “No Brasil, há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar” (PIANA, 2009 p. 184). Nesse sentido, a inserção do Serviço Social no campo educacional remete aos anos 1940 quando o/a assistente social passou a trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul (AMARO, 2011 apud DENTZ; SILVA, 2015).

⁹ “O direcionamento desse governo foi acompanhado pelas técnicas e métodos do Desenvolvimento de Comunidade (DC), dando continuidade durante o governo militar de 1964, [...]” (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019, p. 36).

(CFESS 2012, p. 15-6).

A atuação do serviço social no espaço educacional, nessas primeiras décadas, “[...] foi compreendido como “Serviço Social escolar”, desenvolvendo ações atreladas à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos alunos às regras da escola” (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019, p. 37). Ou seja, o trabalho do/a assistente social, nesse contexto, era desenvolvido na perspectiva de ajustamento dos indivíduos ao meio social, uma intervenção divorciada da realidade social, como coloca Abreu (2002), pois não se questionavam as determinações sócio-históricas, econômicas e políticas dos problemas sociais.

Segundo Férriz e Barbosa (2019), os métodos e técnicas do DC adotados pelos/as assistentes sociais, neste contexto, deram continuidade durante o governo militar de 1964. No decorrer deste período, a ênfase também está na prestação de serviços de assistência estudantil visando promover o acesso e a permanência da população ao ambiente escolar e objetivando combater o analfabetismo e a evasão, mas também na intenção de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho (FÉRRIZ; SILVA, 2018).

O processo de redemocratização da sociedade brasileira, na década de 1980, culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando a conquista de várias políticas sociais – saúde, previdência e assistência social (tripé da Seguridade Social), e a política educacional como um direito social e uma obrigação do Estado.

Foi nesse contexto também “[...] que se teve um redimensionamento da atuação do Serviço Social a partir do seu acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019, p. 36). Este redimensionamento ocorreu a partir do Processo de Renovação do Serviço Social¹⁰ que representou um redirecionamento de várias questões – prática, técnica, metodológica, ética e política, expresso pelo rompimento com o conservadorismo presente na profissão e a adesão de uma posição política, crítica e em favor das classes menos favorecidas.

Historicamente, o Estado é o maior empregador de assistentes sociais. Desta forma, a ampliação do setor estatal, a partir da institucionalização e da descentralização das políticas sociais, nos anos 1990, impulsionou a municipalização de serviços e programas sociais que ampliaram a inserção dos/as assistentes sociais em diversos espaços, dentre eles, o da educação

¹⁰ Fruto desse momento, tivemos a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, materializado na Lei que regulamenta a profissão (Lei N° 8662/93), no Código de Ética (Resolução CFESS N° 273/93) e nas Diretrizes Curriculares. Portanto, “[...] o amadurecimento do projeto ético-político profissional a partir da década de 1990, e as mudanças na política de educação vêm provocando um aumento de assistentes sociais na área de educação” (FÉRRIZ; ALMEIDA, 2019, p. 16).

(FÉRRIZ; BARBOSA, 2019).

Nesse sentido, entende-se que a presença do/a assistente social se torna mais constante nos vários espaços sócio-ocupacionais da política educacional – educação básica (pública, privada e filantrópica), educação profissional e tecnológica e na educação superior (pública e privada).

No caso da expansão profissional na educação superior e, mais especificamente, na assistência estudantil, observa-se uma ampliação significativa da inserção do/a assistente social a partir dos anos 2000, sobretudo nos governos do PT, em virtude do estabelecimento de medidas que promoveram o acesso e permanência dos/as estudantes no ensino superior (REUNI, COTAS, PNAES).

Outro fator que contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho na educação foi a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, também nos anos 2000, que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e possibilitou a criação e implantação de cursos no âmbito da educação profissional e tecnológica (ABREU, 2019).

Neste espaço ocupacional, o/a assistente social atua na direção do acesso e permanência dos/as estudantes no âmbito acadêmico até a conclusão do curso. Ao “[...] atuar nessa perspectiva, o assistente social deve ter clareza de que está lidando com direitos e interesses de classe, e, ao fazer isso, é mediado por conflitos que permeiam as relações entre as mesmas” (ABREU, 2019, p. 89). É preciso ter ciência também das condições objetivas em que esse trabalho se materializa, pois dispomos de uma relativa autonomia que também é inflexionada pelos limites das legislações com que trabalhamos, pelo ambiente institucional e pelas implicações macroestruturais no nosso cotidiano.

Como o trabalho profissional nesse campo vincula-se às demandas sociais relacionadas, principalmente, à inserção dos/as estudantes nos programas de permanência, que, por sua vez, implicam uma extensiva demanda a estes/as profissionais, impossibilita-os, muitas vezes, de identificar as reais necessidades dos/as estudantes implícitas ou deflagradas nesse processo (DAMASCENO, FÉRRIZ, 2018).

Nesta perspectiva, entende-se que o acesso de um/a estudante à assistência estudantil, implica no atendimento a uma demanda específica e imediata dele/a, mas não necessariamente, tal demanda represente, de fato, uma necessidade social dos/as estudantes. Portanto, é imprescindível aos/as profissionais “[...] desenvolver a sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes do cotidiano” (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Além da requisição do acesso e permanência, o/a assistente social lida com um leque

de demandas no cotidiano profissional da assistência estudantil advindas das expressões da questão social, que representa um dos determinantes da ampliação do mercado de trabalho desse/a profissional nessa área.

As expressões da Questão Social apresentam-se no campo educacional através da falta de condições materiais dos/as estudantes em permanecer na graduação devido à restrição de renda das famílias. Outros aspectos também se evidenciam como a evasão e retenção de estudantes, dependência química, abuso sexual, violência doméstica, enfim, questões que interferem no processo de ensino-aprendizagem impossibilitando, muitas vezes, a permanência deles/as nas instituições e, conseqüentemente, a conclusão do curso.

Com o agudizamento da pobreza e da desigualdade social nas últimas décadas, frente à ofensiva neoliberal, as transformações no mundo do trabalho e a diminuição do papel do Estado na proteção social, a tendência que se apresenta é a ampliação da demanda por auxílios e bolsas na assistência estudantil. Todavia, com o enxugamento da máquina pública, a destinação de recursos para a operacionalização dos programas sociais tende a se restringir ainda mais. No tocante a isso, Constantino (2019, p. 246) esclarece que

Diante da escassez de recursos e o aumento da demanda em torno da assistência estudantil, surge como tendência dessa política a ampliação da seletividade e da focalização na definição do/as usuários. A crescente demanda torna os processos seletivos cada vez mais concorridos e com a adoção de critérios rígidos para acesso aos programas e serviços.

Tais determinações incidem diretamente no trabalho do/a assistente social, visto que o/a profissional lida cotidianamente com a operacionalização dos programas de permanência. Assim, compreende-se que trabalhar na perspectiva de contribuir para o acesso e permanência dos/as estudantes na educação superior, em condições objetivas desfavoráveis, acarreta desafios para o trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional, e implica às/aos “[...] profissionais envolvidos na execução desse programa respostas cada vez mais imediatas e pragmáticas” (CONSTANTINO, 2019, p. 246).

Consonante a isso, Abreu (2018) pontua o caráter contraditório do acesso aos programas na assistência estudantil, pois os recursos destinados à sua execução são insuficientes para atender toda a demanda estudantil. Sob esta ótica, reforça-se a seletividade e as instituições realizam um rigoroso processo seletivo, no qual a presença do/a assistente social tem sido fundamental. Assim, “[...] mesmo que o profissional defenda o princípio da universalização das políticas públicas, é obrigado a efetivar esse processo, que ao **incluir** alguns, **exclui** muitos” (ABREU, 2018, p. 03, grifos da autora).

Contudo, é importante enfatizar que o trabalho do/a assistente social na assistência

estudantil tem outras potencialidades, não se resume a intervenções relacionadas aos programas de permanência, tendo em vista que desenvolve diversas atribuições e competências profissionais na esfera educacional, muito embora o atual contexto venha requisitando a centralidade na seletividade e focalização, como bem mostram os dados da pesquisa expostos a seguir.

As implicações da seletividade da assistência estudantil para o trabalho do/da assistente social

O trabalho profissional na assistência estudantil, aludido anteriormente, está voltado para atender as demandas advindas do binômio acesso/permanência e das expressões da questão social, que se manifestam no âmbito da educação superior. Portanto, são esses elementos que têm justificado e requisitado a intervenção do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Sendo assim, este/a profissional busca responder às requisições profissionais, que muitas vezes desafiam o seu trabalho, a exemplo da seletividade na operacionalização da assistência estudantil.

Na realidade das universidades estaduais do Nordeste que integraram nossa pesquisa, é possível identificar as atribuições e competências profissionais, bem como as implicações da seletividade da assistência estudantil para o trabalho profissional. Todavia, é relevante destacarmos como a assistência estudantil está sendo desenvolvida no âmbito dessas instituições estaduais de ensino.

Embora as universidades estaduais desempenhem uma função social relevante para as regiões na qual se localizam, através da diminuição das desigualdades sociais, da formação de mão de obra qualificada e de cidadãos críticos, são instituições que vêm enfrentando desafios em relação à promoção da permanência dos/as estudantes na educação superior.

Conforme constatado na pesquisa, essas instituições contam apenas com recursos próprios para a execução dos programas de permanência, visto que não há disponibilidade de recursos federais para a operacionalização da assistência estudantil desde 2015. Ademais, são instituições de ensino que vêm sofrendo cortes e contingenciamentos nos seus orçamentos por parte dos governos estaduais, o que compromete a ampliação dos programas de bolsa e/ou a criação de programas de caráter mais estruturante, a exemplo da criação de restaurantes e residências universitárias.

No tocante ao universo da nossa investigação, identificou-se que os programas de permanência são desenvolvidos majoritariamente por bolsas e auxílios, conforme descritas a seguir: Na UEPB destacam-se auxílios destinados à Moradia Universitária, Restaurante

Universitário, Bolsa Manutenção, Bolsa Manutenção Parcial, Bolsa Alimentação, Bolsa Evento e Tutoria Especial. Na UERN existem as Residências Universitárias e alguns programas como, o Programa para Concessão de Auxílio Alimento – PCAA e o Programa de Apoio ao Estudante e Ajuda de Custo. Na UEMA as ações também estão restritas a auxílios como, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Bolsa Permanência, Auxílio para apresentação de trabalhos em eventos e Auxílio Creche.

Os programas de permanência representam a principal demanda da assistência estudantil nas universidades estaduais, e são, sobretudo, sobre eles que os assistentes sociais atuam, seja através de orientação sobre estes programas esclarecendo quais são, como se estruturam, critérios de acesso e de permanência, seja através da realização do processo seletivo para ingresso nos mesmos realizando entrevista, visita domiciliar, parecer social ou através do acompanhamento dos estudantes bolsistas.

Desse modo, além das demandas advindas dos programas de permanência, as ações profissionais, em linhas gerais, estão voltadas, majoritariamente, para as abordagens individuais como a realização de atendimentos aos estudantes e/ou suas famílias, nos quais os/as profissionais prestam orientações diversas sobre direitos e deveres dos/as estudantes na instituição e, de forma geral, sobre os serviços disponíveis na rede. Contudo, os/as profissionais também desenvolvem ações grupais com os/as estudantes como reuniões, palestras e seminários.

O desenvolvimento de ações coletivas junto aos estudantes está relacionado à dimensão socioeducativa da profissão, visto que, para além da administração de benefícios pecuniários “[...], outras ações de educação são também importantes para proporcionar a formação integral dos indivíduos, tais como campanhas socioeducativas, rodas de conversa temáticas, trabalhos com famílias, [...]” (CAVAIGNAC; COSTA, 2017, p. 425).

Os/As profissionais pesquisados/as desenvolvem um trabalho de forma articulada com a rede de serviços (saúde, assistência social, justiça, entre outros), como uma forma de viabilizar o acesso dos/as estudantes a determinados serviços, articulação que ocorre, sobretudo, mediante encaminhamentos.

O desenvolvimento de um trabalho em rede e/ou na perspectiva intersetorial é fundamental para a atuação profissional do/a assistente social, especialmente em relação à qualidade dos serviços prestados e das respostas profissionais frente às demandas que surgem no cotidiano. Sendo assim, é importante enfatizar que o trabalho em rede ocorre tanto dentro dos muros da instituição, na relação do/a assistente social com professores, estudantes e demais membros da comunidade acadêmica, quanto fora dos espaços institucionais, a exemplo da

mediação profissional com a rede socioassistencial (MARTINS; ZAIDAN, 2017).

Contudo, os dados da pesquisa revelaram que a demanda principal é por auxílios assistenciais. Desse modo, a principal requisição profissional nas instituições estaduais está relacionada ao gerenciamento e operacionalização dos programas de permanência, sobretudo, na realização de avaliação socioeconômica.

A Lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) indica que é competência do/a assistente social “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993). Sendo assim, este estudo consiste em um “[...] processo metodológico específico do Serviço Social que tem por finalidade conhecer profundamente, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional” (FÁVERO, 2003, p. 43 apud GRACIANO; LEHFELD, 2010, p. 160).

Trata-se de uma atividade reflexiva, que requer tempo, pois demanda um conjunto de ações, como análise documental, entrevista, visita domiciliar e elaboração de parecer social. Por isso, esta requisição profissional faz com que o trabalho do/a assistente social se direcione demasiadamente a este tipo de intervenção, assumindo a centralidade do trabalho profissional neste espaço ocupacional. É importante salientar que esse processo de trabalho não se esgota apenas na seleção, visto que os/as profissionais ainda realizam o acompanhamento dos/as estudantes bolsistas, mediante a conferência do desempenho do rendimento acadêmico.

Segundo Constantino (2019), a demanda de avaliação socioeconômica e a lógica que orienta a estruturação dos programas de permanência representam um peso significativo na rotina de trabalho dos/as assistentes sociais, pois implica na restrição de outras atribuições/competências, uma vez que “[...] a maior parte da jornada de trabalho desses/as profissionais é direcionada para essa atividade” (CONSTANTINO, 2019 p. 255). Isso se apresenta na realidade estudada, quando os/as profissionais relatam que esta requisição profissional demanda a maior parte de seu tempo, dentro e fora da instituição.

A tendência de restrição do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil a elaboração de pareceres para ingressos nos programas de permanência, como destaca Monteiro (2016), vem interferindo no desenvolvimento de outras ações que também possibilitem a permanência do estudante no ensino superior.

As/os profissionais que integraram a pesquisa só confirmam essas reflexões apresentadas quando afirmam que

As competências e atribuições dos assistentes sociais nesta IES no âmbito da Assistência Estudantil estão vinculadas e relacionadas ao cotidiano da

intervenção profissional, ao menos por hora, sobretudo como respostas (tímidas e insuficientes) às demandas quanto à garantia da permanência dos alunos na universidade. Isso deve-se ao fato de basicamente trabalharmos na concessão de bolsas nos Programas de Assistência Estudantil oferecidos [...]. Há uma visão equivocada da gestão de que somos apenas executores, tarefeiros de seleções das bolsas e às vezes de estudos econômicos. Subestima-se toda a extensão educativa, social e política da nossa intervenção profissional. (Assistente Social nº 1).

Com base nisso, percebe-se as implicações que a centralidade da avaliação socioeconômica tem no trabalho profissional mediante a execução de respostas tímidas e insuficientes ao que se refere à garantia do direito a educação. Nesse sentido, é importante ter clareza de que a avaliação socioeconômica “[...] não pode ser o fim e o único eixo de atuação do assistente social (DAMASCENO; FÉRRIZ, 2018, p. 25), dado que a assistência estudantil representa um campo amplo de possibilidades profissionais para o/a assistente social.

Desse modo, o depoimento a seguir revela esse campo de possibilidades quando afirma que

intervir para além da concessão de benefícios de Bolsas [...], ou seja, fomentar a discussão sobre questões educacionais, culturais, políticas, étnico-raciais, de gênero, de acessibilidade, dentre outras, e avançar nessas pautas tão contemporâneas e necessárias” (Assistente Social nº 1).

Entretanto, os desafios em transcender as demandas de bolsas são muitos, dentro os quais pontuam-se os limites relacionados às condições de trabalho, em virtude do número reduzido de profissionais nestas instituições, o que inviabiliza desenvolver outras intervenções profissionais que não sejam direcionadas apenas para a demanda da seletividade.

Em termos de número, coloca-se que na UEPB são três profissionais para um universo de aproximadamente 19 mil estudantes, na UERN a estatística é de um/a profissional para atender mais de 9 (nove) mil estudantes, e na UEMA, um/a profissional para atender mais de 13 mil estudantes. Portanto, observa-se um número significativo de estudantes para um reduzido número de assistentes sociais.

Além disso, é importante enfatizar que as instituições possuem uma estrutura organizativa dividida em campus e não há a presença do/a profissional do serviço social em todos eles. Desta forma, além do campus em que atuam, os/as assistentes sociais precisam dar suporte aos demais campi, e, assim, acabam se subdividindo entre eles, conforme a solicitação da demanda.

A forma como o trabalho do/a assistente social vem se materializando nessas instituições repercute na qualidade dos serviços prestados, haja vista que dificulta a continuidade de algumas intervenções e/ou atendimentos. Desse modo, a insuficiência de

profissionais implica na sobrecarga de responsabilidades e de trabalho, na secundarização e no não atendimento de algumas demandas.

Outro ponto que limita o trabalho profissional refere-se à questão orçamentária. Particularmente, as universidades estaduais retratam a fragilidade do PNAEST, na medida em que o MEC não disponibiliza recurso federal para este programa desde 2015, o que impõe a essas instituições desenvolverem ações de permanência apenas com recursos próprios.

A insuficiência de recursos federais, aliada a prioridades governamentais locais na aplicação de recursos, revelam um investimento ainda maior na seletividade e focalização da assistência estudantil, com repercussões diretas para o trabalho profissional na política educacional, considerando que é esse/a profissional que lida cotidianamente com a operacionalização dos programas de permanência. Ademais, a ampliação dos recursos é uma necessidade apontada pelos/as profissionais, dado que deles depende a aumento das bolsas e a criação de outros programas estruturantes.

Desta forma, as reflexões aqui produzidas indicam que a seletividade e a focalização da assistência estudantil interferem decisivamente no trabalho profissional do/a assistente social e nas suas relações com os/as usuários/as, pois impõe limites à execução da atuação profissional, que perpassam, principalmente, pela centralização das intervenções nos programas de permanência.

Considerações finais

As reflexões apontadas neste artigo possibilitaram problematizar algumas particularidades do trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil, em especial nas universidades públicas estaduais do Nordeste.

Nesta realidade específica, um elemento interfere sobremaneira na implementação das ações, principalmente ao considerarmos as restrições financeiras por que passam todas as políticas sociais, em especial a educação. Os cortes no financiamento da política de assistência estudantil têm fortes impactos no trabalho profissional neste campo, principalmente em função da centralidade da requisição institucional de atuação nos programas de permanência dos/as estudantes no ensino superior.

Nesse sentido, entende-se que os/as profissionais enfrentam desafios na execução do seu trabalho na esfera da política educacional, principalmente em relação ao binômio acesso/permanência de estudantes, tendo em vista que a demanda por auxílios e bolsas é superior à sua oferta. Ademais, é importante mencionar que a seletividade tem sido o carro-

chefe dos programas de permanência e a tendência que se apresenta é de sua agudização diante da atual conjuntura de negação de direitos e de desmonte das políticas sociais.

Esta realidade, pois, impacta diretamente no trabalho do/a assistente social, devido à centralidade que os programas de permanência têm na assistência estudantil para este profissional. Um dos impactos desta centralidade, e que foi identificado na pesquisa, consiste na realização da avaliação socioeconômica, que é uma competência profissional bastante requisitada na assistência estudantil, em virtude do seu caráter focalista e seletivo. Desta forma, os/as assistentes sociais dispendem muito tempo gerenciando e operacionalizando os programas de bolsas e auxílios, o que dificulta a execução de outras ações e intervenções profissionais. Alguns/as assistentes sociais pesquisados, inclusive, pontuaram a necessidade de ultrapassar esta centralização nestes programas e, assim, apontaram para o desenvolvimento de ações socioeducativas que visem trabalhar outras demandas advindas das expressões da questão social, além do suprimento das condições materiais.

Sendo assim, entende-se que esta centralidade também impacta nas respostas profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, pois os dados da pesquisa possibilitaram inferir que o enfrentamento da seletividade da assistência estudantil vem ocorrendo a partir de respostas tímidas e insuficientes quanto à garantia da permanência. Desse modo, compreende-se que muitos são os desafios impostos à categoria profissional quanto à viabilização do acesso e da permanência; contudo, é fundamental que os/as profissionais tencionem e se insiram nos espaços de luta e resistência que visam fortalecer a política educacional como um direito social.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ABREU, E. M. C. O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social, 16., [...], 2018, Vitória, *Anais* [...], Vitória-ES: ABEPSS, 2018. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/download/22464/14962>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- ABREU, E. M. C. O Serviço Social na educação profissional e tecnológica: principais requisições e funções dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação. In: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. de Q. (org.). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 75-93.
- ALBUQUERQUE, L. C. de. *A Assistência Estudantil como Política de Permanência na UFPB*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9919/2/Arquivototal.pdf>>. Acesso: 31 abr. 2019.
- ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In:

- Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2007, Belo Horizonte, *Anais [...]* Belo Horizonte: GRESS-6ª, 2007. Disponível em: < http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- BARBOSA, M. Q. *A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira*. 1ª ed. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2015.
- BRASIL. *Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 05 out. 2018.
- BRASIL. *Portaria Normativa n.º 25, de 28 dezembro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2010b]. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/eventos/enem/documentos/portaria_mec_25_28.12.2010.pdf>. Acesso em: 28 jun 2019.
- CARLOTTO, M. C. Weintraub propõe a Universidade amordaçada. *Dossiê sobre o Programa FUTURE-SE do governo/MEC e as implicações para a Universidade e a Sociedade*. Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UfBa. Agosto de 2019. P. 226-230. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/noticia/anexo/dossie_future-se.pdf>. Acesso em: 15 out 19
- CAVAIGNAC, M. D.; COSTA, R. M. P. Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado. *Revista TEMPORALIS*. Brasília, v. 17, n. 34, p. 411-435, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/ednav/Downloads/17589-54869-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- CAVALCANTI, G. *Universidade Estadual da Paraíba aguarda reabertura de editais para voltar a receber recursos do PNAEST*, 2017. Entrevista. Publicado no site da UEPB. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-da-paraiba-aguarda-reabertura-de-editais-para-voltar-receber-recursos-do-pnaest/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- CONSTANTINO, J. A.. Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco. In: FÉRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (org.). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 241-259.
- DAMASCENO, H. de J.; FÉRIZ, A. F. P. *O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia*. 1ª ed. Aracaju: Criação, v. 1, 2018. *E-book*.
- DENTZ, M.V.; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma visão crítica. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan/mar. 2015.
- FARIAS, M. S. AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFBA. In: FÉRIZ, A. F. P.; DAMASCENO, H. J. (org.). *O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia*. 1ª ed. Aracaju: Criação, 2018, v.1, p. 181-197. *E-book*.
- FÉRIZ, A. F. P.; ALMEIDA, N. L. T. O trabalho do/da assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo. In: FÉRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (org.). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 15-31.
- FÉRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. O trabalho do/a assistente social na educação no Nordeste. In: FÉRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (org.). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 33-51.
- FÉRIZ, A. F. P.; SILVA, I. B. Demandas e requisições das escolas públicas da cidade de Salvador que justificam a inserção da/do assistente social. In: FÉRIZ, A. F. P.; DAMASCENO, H. de J. (org.). *O trabalho do assistente social na política de educação no*

- estado da Bahia*. 1ª. Aracajú: Criação, 2018, v. único, p. 67-84.
- GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. S. Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea. *Revista Serviço Social & Saúde*. Campinas: UNICAMP, v. IX, n. 9, p. 157-186. Jul. 2010.
- GRANENANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. *Revista Em Pauta*, Número 20. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (p. 57-68). 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- KOWALSKI, A. V. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso: 28 mar. 2019.
- LEHER, R. Análise preliminar do “FUTURE-SE” indica a refuncionalização das Universidades e Institutos Federais. *Dossiê sobre o Programa FUTURE-SE do governo/MEC e as implicações para a Universidade e a Sociedade*. Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UfBa. Agosto de 2019. p. 187-197. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/noticia/anexo/dossie_future-se.pdf>. Acesso em: 15 out 19
- LIMA, D. G.; LIMA, R. L. A EC-95/2016 e a educação superior no Brasil: a materialização perversa do Novo Regime Fiscal. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 63, p. 46-57, 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/midias/0ec5f9ac2d526c8cf77a1ad0eeadc254_1549480264.pdf>. Acesso: 12 mar. 2019.
- LIMA, K. R. de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, 2011.
- MARTINS, V.; ZAIDAN, L. S. G. O trabalho do assistente social frente as demandas intersetoriais. In: Jornada Internacional: Políticas Públicas, 8., 2017, São Luís. *Anais [...]* São Luís - MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/otrabalhodoassistentesocialfrenteademandasintersetoriais.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. [tradução Isa Tavares]. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MONTEIRO, J. O. Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social na política de assistência estudantil da educação superior pública. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 15., 2016, Olinda. *Anais [...]* Olinda - PE: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.
- NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: FONAPRACE; ANDIFES. (org.). *Revista Comemorativa 25 Anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia - MG: UFU, PROEX, 2012. v. 01, p. 167-179.
- PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. *Revista Avaliação*, Campinas, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n2/1982-5765-aval-23-02-405.pdf>>. Acesso em: 23/07/19.
- SANTOS, A. P. S.; NASCIMENTO, P. R. O trabalho do assistente social na educação profissional e tecnológica: da inserção à prática. In: FÉRRIZ, A. F. P.; DAMASCENO, H. J. (org.). *O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia*. 1ª ed. Aracajú: Criação, 2018, v.1, p. 161-180. *E-book*.

VIEIRA, R. B. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo. **Revista educação e Universidade**, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, p. 89-101, 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/midias/a452f279df0114a269920b82dd61b091_1563379753.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

PEREIRA, L. D. Análise da expansão da educação superior brasileira pós-1990: insumos para uma reflexão sobre a formação profissional em Serviço Social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 13, 2012, Juiz de Fora. *Anais* [...] Brasília: ABEPSS, 2012.

PILETTI, N. *História da Educação no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

A produção do conhecimento em Serviço Social na educação: análise dos artigos publicados na revista *serviço social & sociedade* (1979-2019)

Ingrid Barbosa Silva *

Adriana Freire Pereira Ferriz **

Eliana Bolorino Canteiro Martins ***

RESUMO: O artigo apresenta o resultado da pesquisa documental sobre a produção do conhecimento referente ao tema: Serviço Social e Educação, destacando a inserção e trabalho de assistentes sociais na política de educação brasileira, a partir dos artigos publicados na Revista *Serviço Social & Sociedade*, desde a primeira edição (1979) até 2019, sedimentada na perspectiva crítica. Identificamos que 22% dos artigos tratam sobre a inserção e o trabalho do assistente social na educação, considerando a significativa contribuição desta Revista, ao longo de 40 anos da sua existência, constata-se reduzida a reflexão sobre a temática em voga, pela categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social e educação; produção do conhecimento; revista *serviço social & sociedade*.

The production of knowledge in social work in education: analysis of the articles published in the magazine *serviço social & sociedade* (1979-2019)

ABSTRACT: The article presents the result of documentary research on the production of knowledge related to the theme: Social Work and Education, highlighting the insertion and work of social workers in Brazilian education policy, based on the articles published in the *Social Work & Society* Magazine, first edition (1979) until 2019, based on the critical perspective. We identified that 22% of the articles deal with the insertion and the work of the social worker in education, considering the significant contribution of this Journal, over the 40 years of its existence, it was found and reduced the reflection on the theme in vogue, by category professional.

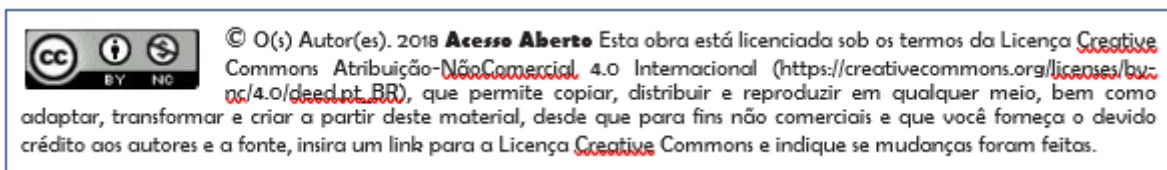
KEYWORDS: social work; education; knowledge production; the *social work & society*

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo de estudo e pesquisa sobre o Serviço Social na Área da Educação - GEPESSE vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais - GEPSSO da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

** Doutora em Sociologia. Docente do curso de graduação e Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal da Bahia.

*** Doutora em Serviço Social. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq- nível 2. Docente do curso graduação e Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca.

magazine.



Introdução

Para iniciar a reflexão sobre a produção do conhecimento em Serviço Social na Educação a partir da produção do conhecimento nos artigos compilados na revista *Serviço Social & Sociedade*, faz-se necessário situar a trajetória histórica da referida revista, publicada pela Editora Cortez. Somente desta forma será possível a compreensão da inserção do referido periódico e sua extrema relevância na profissão do Serviço Social.

Conforme descrito aos leitores, no editorial da apresentação da primeira revista (setembro de 1979), as características essenciais da revista, que perduram até o presente momento histórico, são o pluralismo e a crítica democrática.

Do editorial desta revista destacamos o seguinte trecho:

A revista *Serviço Social & Sociedade* nasceu do diálogo mantido entre a Cortez Editora e um grupo de assistentes sociais, professores da PUC-SP, num contexto em que publicar livros e revistas na área configurava-se, antes de tudo, desafio político de largo alcance, uma vez que repensar o Serviço Social demandava repensar o país como um todo (EDITORIAL, 1979, p. 03).

Foi justamente em 1979, no contexto político-econômico social de efervescência da transição da ditadura militar para a redemocratização do Brasil, que surgiu a publicação do primeiro número da referida revista, coincidindo com um acontecimento de extrema relevância para o Serviço Social brasileiro: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado *Congresso da Virada*. Esse congresso foi um “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo país” (YAZBEK et al, 2008, p. 21).

O periódico expressa o movimento da profissão do Serviço Social no Brasil, principalmente o “processo de intenção de ruptura”, com suas origens conservadoras e a evolução dos seus avanços teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, registrando a densidade teórica-crítica com a qual os autores/assistentes sociais abordam a formação e o exercício profissional, sempre sintonizados com as transformações que vêm

ocorrendo no processo histórico da sociedade brasileira.

A revista tem como público os profissionais – assistentes sociais, docentes, discentes, tanto de graduação como de pós-graduação, e outros profissionais de áreas afins, promovendo um intercâmbio de conhecimentos que possibilita a conexão com o tempo presente tanto em relação aos meandros estruturais e conjunturais da sociedade brasileira (também latino-americana e até mesmo mundial), como o posicionamento profissional referente a questões polêmicas presentes na sociabilidade capitalista, com suas particularidades na sociedade brasileira, tendo como pressuposto a vertente crítica-dialética.

A revista nº 61, de novembro de 1999, quando foi comemorado os 20 anos de sua existência, traz um artigo da Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, que descreve as contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro, apresentando o resultado da pesquisa documental realizada nas revistas do número 01 ao 60 (1979 a 1999), brindando a categoria com uma exaustiva reflexão sobre a significativa densidade teórica dos artigos que a publicação periódica desta revista (três números anualmente) oferece à construção do Serviço Social, de forma particular ao brasileiro.

Em 2009, a revista *Serviço Social & Sociedade* de número 100 trouxe a temática *Congresso da Virada e os 30 anos da Revista*, e também nessa edição novamente a Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva apresentou a análise da produção da mesma revista com pesquisa documental referente aos 99 números da mencionada revista (1979-2009), sendo que o artigo possui o seguinte título: *Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade - contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil*.

Consideramos imprescindível reafirmar as contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro, conforme indica Silva e Silva (2009). Mesmo sendo longa a citação, é essencial, pois destaca as várias contribuições, conforme segue:

A laicização e a difusão da produção científica do Serviço Social, num processo de articulação entre os caminhos da revista e o Serviço Social e, deste, com os diferentes momentos conjunturais vivenciados pelos assistentes sociais na sociedade brasileira; a divulgação e reconstrução da teoria de referência; para a formação profissional em nível graduação, pós-graduação e formação continuada; para a instrumentalização metodológica dos profissionais; para inserção nos espaços profissionais, quer nas instituições, quer nos movimentos sociais; a assistência social transformar-se em política pública, divulgando ideias e oferecendo suporte para o forte movimento dos assistentes sociais nesse âmbito; antecipando tendências e sendo sensível a temáticas emergentes e polarizadoras; compreensão do movimento estrutural e conjuntural da sociedade brasileira, ao oferecer suporte para inserção consciente e crítica de assistentes sociais no movimento histórico, colocando temas emergentes, avanços teóricos e seus impactos no campo do trabalho social; visibilidade do Serviço Social brasileiro no contexto latino-americano; para o fortalecimento dos centros de formação a nível de graduação e pós-

graduação, constituindo-se em espaço importante para a divulgação das produções desses centros; criar opinião sobre questões mais gerais da sociedade e, particularmente, para questões específicas e relevantes para o Serviço Social; instiga e estimula os assistentes sociais que estão na prática interventiva, por se constituir em fonte de informação e de formação; apoia e incentiva a organização dos assistentes sociais e as entidades representativas do Serviço Social no Brasil e na América Latina e, desenvolve importante contribuição na mediação interna, no interior do Serviço Social, e entre o Serviço Social e áreas afins do conhecimento (SILVA E SILVA, 2009, p. 644).

Esse preâmbulo justifica o interesse em realizar a pesquisa documental nos exemplares da revista *Serviço Social & Sociedade* referentes ao período de 1979 a 2019, tendo como objeto de pesquisa os artigos que tratam sobre a temática *Educação e a interface com o Serviço Social*, considerando relevante para a categoria profissional e especialmente para os assistentes sociais que atuam nesta política social.

Ressaltamos a metodologia utilizada destacando inicialmente que está fundamentada na teoria social crítica, conferindo análises críticas às reflexões, apesar dos limites do texto. Conforme indicado anteriormente, o tema específico se constitui no Serviço Social na Educação e o recorte temporal (1979-2019) abrange todos os periódicos da revista até o momento atual.

A realização da pesquisa documental em todas as edições da revista *Serviço Social & Sociedade*, traduz o interesse de socializar a produção do conhecimento sobre a temática Serviço Social na Educação, pertinente ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), inscrito no diretório do CNPq desde 2010. Ressaltamos que o referido grupo de pesquisa traz uma particularidade: ser interinstitucional, congregando a Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Franca-SP), de onde se originou, incluindo também a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

De forma sucinta, o artigo abordará uma breve aproximação do Serviço Social na educação e as análises sobre os artigos publicados na revista já mencionada.

Serviço Social na educação: aproximações

Iniciamos essa discussão afirmando e defendendo que o significado de educação e toda a discussão em torno dela está baseada na sua compreensão como totalidade histórica, em seu sentido mais amplo, para além da política pública, ou seja, que envolva:

Os processos socioinstitucionais, as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social e construtiva de novas formas de sociabilidade, nos quais o acesso aos direitos sociais e o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos são cruciais (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 96).

Portanto, pensar em educação na contemporaneidade é posicionar-se na defensiva de uma ampliação de acesso a essa política, do enfrentamento às desigualdades sociais, da articulação com os movimentos sociais e das categorias profissionais em prol da construção e do fortalecimento de um projeto societário contrário ao vigente.

A atual fase do capitalismo brasileiro impacta nas políticas sociais que estão imersas e dominadas pelos ditames do neoliberalismo, que inviabilizadas de sua ampla e concreta efetivação, explicitam o resultado de todo o movimento do capital em desfavorecer a classe trabalhadora, atacar os direitos sociais e intensificar o antagonismo entre as classes sociais. De modo geral, o que vem acontecendo na atualidade é um aprofundamento da crise estrutural do capital ancorado numa intensificação expressiva das contradições sociais, o que reflete diretamente na arquitetura da política de educação em seus variados níveis.

Inserido e partícipe dessa complexa e dinâmica conjuntura, a inserção do Serviço Social – profissão que se gesta e se desenvolve reconhecida na divisão social do trabalho – não é recente na política de educação. Desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão e do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a presença de assistentes sociais na área educacional já era pertinente, desenvolvendo ações atreladas à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos estudantes às regras e normativas da escola, ou seja, esteve relacionada ao ajuste dos indivíduos à sociedade como parte de um processo de requisições da classe dominante a partir do padrão de reprodução do capital. Conforme afirma o CFESS (2013, p. 16):

As demandas apresentadas aos/às assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular.

No entanto, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal e diante dos diversos processos de avanços e amadurecimento do projeto ético-político profissional, se tornou visível a inserção mais avançada do Serviço Social na área da educação, sobretudo pelo aumento do número de produções nos congressos, encontros e seminários no final da década de 1990. A soma de todo esse processo a partir do seu acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, possibilitou uma ampliação do mercado de trabalho a partir do processo de descentralização das políticas sociais, que, de acordo com Ferriz e Barbosa (2019), impulsionou programas e projetos na educação para o enfrentamento da evasão escolar para além

do atendimento às diversas expressões da “questão social”¹ que permeiam as possibilidades de ingresso, permanência e sucesso dos estudantes no espaço escolar.

A inserção dos/as assistentes sociais na política de educação torna-se necessária principalmente face à possibilidade de atuar na análise crítica das diversas expressões da questão social no espaço educacional. Por isso, explicar a importância do Serviço Social na educação é refletir sobre o trabalho profissional do assistente social nesta política social, relacionando os objetivos da sua atuação com princípios, competências e atribuições profissionais ao responder as demandas dos usuários da política de educação, abrangendo todos os atores da comunidade escolar, sendo: estudantes, famílias, docentes e funcionários da escola, articulando a unidade escolar a seu território.

Desse modo, para pensar o Serviço Social e educação é necessário compreender as requisições que são postas a esses profissionais, ainda “diante de um cenário em que a realidade local se encontra cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital” (CFESS, 2011, p. 25). De acordo com o documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS (2011), os fenômenos que incidem sobre as requisições de atuação do assistente social na educação, são:

Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; o processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada; a ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; a expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos; a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública; a afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito; a organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório; a expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas; o aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua

¹ A concepção de “questão-social” não é homogênea dentro do Serviço Social, todavia, a maioria dos autores com perspectivas marxistas concordam que “a expressão [questão social] surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação [...] pela primeira vez na história a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional; a disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar (CFESS, 2011, p. 25-26).

A categoria profissional de assistentes sociais passa a se articular, ganhando destaque as discussões sobre a área da educação, especialmente pelo conjunto CFESS-CRESS, o que deflagrou na organização das *Comissões Temáticas de Educação* nos CRESS e principalmente nos encontros nacionais organizados pelos referidos órgãos representativos da categoria profissional dos assistentes sociais. Todos os referidos encontros tiveram como objetivo principal aprofundar o debate sobre a importância da inserção do/a assistente social no âmbito da política de educação. Os objetivos propostos nas reflexões destas comissões perpassam desde a luta pela efetivação do direito à educação e permanência estudantil, como também discussões sobre os projetos de lei e as legislações existentes a respeito do Serviço Social na educação e até sobre o mapeamento desses profissionais no Brasil, através de uma ficha de identificação com o intuito de mapear quais são os níveis e/ou modalidades de ensino que os/as assistentes sociais estão inseridos (CFESS, 2011).

Como resultados referentes ao nível/modalidades da política educacional, foram identificados a presença de assistentes sociais atuando em diferentes espaços sócio-ocupacionais abrangendo os seguintes níveis e modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental, educação especial, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação superior e educação indígena (CFESS, 2011). Atualmente, não há informações que detalhem a inserção dos/das assistentes sociais na educação por nível/modalidade de ensino, mas o documento do CFESS (2011) aponta que a maioria dos profissionais estão inseridos no ensino fundamental.

Vale destacar que a referida pesquisa demonstrou que não existe um consenso entre os profissionais sobre a concepção de educação que orienta seu trabalho profissional. Porém, de acordo com o documento do CFESS (2011), fica evidente que “a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribui para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos” (CFESS, 2011, p. 38), estabelecendo assim, uma aproximação importante para a construção do espaço educacional e principalmente possibilitando articulações em prol das lutas defendidas pela categoria profissional.

Após amplo processo de movimentos e lutas, impulsionadas principalmente pelos órgãos representativos da categoria profissional, a Comissão de Educação do CFESS, com

participação de representantes dos CRESS e, contando com a assessoria do Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ), elaboraram em 2011 o documento *Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Diante disso, é válido apresentar a atual concepção de educação que as entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO) adotam e defendem nas discussões sobre a educação, sendo:

A concepção de educação em tela não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos, da constituição de uma seguridade social não formal e restrita, mas constitutiva desse amplo processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira. A concepção de emancipação que fundamenta esta concepção de educação para ser realizada depende também da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2013, p. 22).

Ainda referente à pesquisa realizada pelo GT (Grupo de Trabalho) de educação, a particularidade do trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil está voltada para os seguintes eixos: 1) garantia do acesso da população a educação formal; 2) garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; 3) garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; 4) garantia da gestão democrática e participativa na política de educação; e, 5) o Serviço Social como integrante das equipes multidisciplinares e ou interdisciplinares – nesse caso, a grande maioria das equipes são formadas por pedagogos/as e psicólogos/as (CFESS, 2013).

Desse modo, não podemos deixar de destacar algumas das marcantes expressões da “questão social” que estão presentes no cotidiano educacional brasileiro, sendo que essas se constituem em objeto de intervenção profissional do assistente social. De acordo com a pesquisa referida, foram identificadas as seguintes expressões voltadas para situações sociais e educacionais: “drogas; diferentes manifestações da violência; *bullying*; evasão escolar; ‘dificuldades de aprendizagem’; ‘fracasso escolar’; pobreza e falta de acesso aos serviços sociais” (CFESS, 2011, p. 47). Evidentemente, as manifestações da “questão social” envolvem o atendimento em várias políticas sociais e também demandam a articulação de outros “saberes” na perspectiva da interdisciplinaridade. Constata-se que há demandas de natureza pedagógica e didática, porém, na perspectiva crítica, de totalidade, o social e pedagógico estão imbricados. Vislumbra-se, portanto, a imperiosa necessidade de ampliar os horizontes do conhecimento no universo educacional envolvendo outros profissionais, dentre eles destaca-se o assistente social.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo propõe analisar a contribuição da produção do conhecimento sobre o Serviço Social na Educação, compilando os artigos publicados na revista *Serviço Social & Sociedade*.

Análises dos artigos publicados na revista *serviço social & sociedade*

Conforme exposto anteriormente, a primeira aproximação com os artigos da referida revista possibilitou um mapeamento de todos os artigos publicados com o tema Educação e Serviço Social. Do total de 117 (100%) volumes do referido periódico, 31 revistas (26,5%) possuem artigos que tratam da interface educação e Serviço Social, perfazendo um total de 41 artigos.

No quadro abaixo descrevemos a indicação do número da revista, o ano em que foi publicado, a procedência das instituições do autor ou autores dos artigos informados na revista, a ênfase do conteúdo apresentado e, por fim, o tipo de documento, ou seja: entrevista, relato de experiência profissional e ensaio teórico, conforme indicação da própria publicação.

Quadro 01 - Descrições referentes aos artigos da revista *Serviço Social & Sociedade*

REVISTA ANO/Nº	ÊNFASE DO CONTEÚDO	TÍTULO DO ARTIGO	INSTITUIÇÃO DOS AUTORES	TIPO DE DOCUMENTO
1981/06	Formação Profissional do assistente social	Educação de Base: uma proposta	PUC/SP	Entrevista
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Proposta metodológica para supervisão em Serviço Social de comunidade	Ponta Grossa/PR	Relato de Experiência
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no SS	UFAL	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Considerações sobre a supervisão em Serviço Social	PUC/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática	UFE – Sergipe	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Considerações sobre a proposta de normatização do exercício de supervisão e credenciamento de campos de estágio	SP/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Serviço Social e	Reflexões sobre as estratégias	Recife/PE	Relato de

	Educação Popular	educativas do Estado e a prática da educação popular		Experiência
1984/15	Formação Profissional do assistente social	O doutorado da PUC/SP, PUC/RJ e PUC/RS: novas perspectivas	PUC/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional: questões metodológicas e experiências de estágio	UFPB	Ensaio Teórico
1989/29	Formação Profissional do assistente social	Supervisão de educação: do autoritarismo ingênuo a vontade coletiva	SP/SP	Relato de Experiência
1990/32	Educação em Saúde	O espaço público sócio-político de educação em saúde	Teresina/PI	Ensaio Teórico
1991/36	Educação e Serviço Social	Mau rendimento escolar um enfoque do Serviço Social	SP/SP	Relato de Experiência
1991-37	Educação e Serviço Social	Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar	ULBRA/RS	Relato de Experiência
1991/38	Educação e Serviço Social	Estado, educação e SS: relação e mediação no cotidiano	RS	Relato de Experiência
1994/46	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana.	UFMA	Ensaio Teórico
1996/51	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	Participação e educação: o caso das políticas sociais em MG	MG	Ensaio Teórico
1998/57	Política de Educação	Pobreza e educação: o avesso da cidadania	UFRS	Ensaio Teórico
2000/62	Política Educação	Educação e Cidadania (Luiz Eduardo Wanderley)	PUC/SP	Ensaio Teórico
2000/63	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades	ONG - Moradia e Cidadania (GO)	Ensaio Teórico
2000/63	Educação e Serviço Social	Educação Pública e Serviço Social	UERJ/RJ	Ensaio Teórico
2004/79	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	A dimensão pedagógica do SS: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira	UFMA - MA	Ensaio Teórico
2004/79	Formação Profissional do assistente social	Formação Profissional do assistente social e a consolidação do projeto ético-	UFRN	Ensaio Teórico

		político		
2004/80	Formação Profissional do assistente social	O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvelando significados	UNESP Franca	Ensaio Teórico
2008/93	Educação e Serviço Social	Competências profissionais do Assistente Social do SESI a partir dos anos 1990: novos desafios	UNB/DF	Ensaio Teórico
2008/94	Formação Profissional do assistente social	Exame de proficiência e projeto profissional: um debate sobre o futuro do SS	UFRJ	Ensaio Teórico
2008/96	Formação Profissional do assistente social	Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003	UFF	Ensaio Teórico
2010/102	Formação Profissional do assistente social	Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro	UFF	Resenha
2010/103	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista	UF Vale do Jequitinhonha e Mucuri – Teófilo Otoni/MG	Ensaio Teórico
2010/104	Formação Profissional do assistente social	A formação Profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância	UFRJ	Ensaio Teórico
2010/104	Formação Profissional do assistente social	Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção	PUC/SP	Ensaio Teórico
2011/106	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula	UERJ	Ensaio Teórico
2012/109	Serviço Social e Educação Popular	Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	UFPB	Ensaio Teórico
2013/113	Educação e Serviço Social	A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do	UERJ/RJ	Ensaio Teórico

		assistente social: contribuições para este debate		
2013/114	Serviço Social e Educação Popular	Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular	UECE - Várias pesquisadoras	Experiência de Pesquisa
2014/117	Política de Educação	Educação e transcendência da autoalienação do trabalho	UFSC	Resenha
2014/120	Formação Profissional do assistente social	A formação acadêmico-profissional no SS brasileiro	UFRJ	Ensaio Teórico
2015/121	Educação e Serviço Social	Dimensões históricas das relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica	UF Vale dos Sinos	Ensaio Teórico
2015/122	Educação e Serviço Social	Educação, neodesenvolvimentismo e Serviço Social: os IFs em questão	IFCE	Relato de Experiência
2016/125	Formação Profissional do assistente social	Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de SS de Miracema do Tocantins.	UFT	Relato de Experiência
2017/129	Educação e Serviço Social	A trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior no Brasil.	UnB	Artigo
2017/129	Educação e Serviço Social	Perfil dos Assistentes Sociais dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil.	UFES	Artigo
2019/134	Serviço Social e Educação Popular	Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais em João Pessoa-PB	Ensaio Teórico

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2019

Considerando os 41 (100%) artigos publicados, os distribuímos de acordo com a ênfase dos conteúdos, ficando da seguinte forma:

- Formação profissional do Assistente Social: 48,9%;
- Educação e Serviço Social: 22%;
- Dimensão pedagógica do Serviço Social: 9,7%;

- Política de Educação: 9,7%;
- Serviço Social e Educação Popular: 7,3%;
- Educação em Saúde: 2,4%.

Interpretando os dados em relação à periodicidade da incidência de artigos sobre o tema em voga, temos a seguinte distribuição organizada por décadas: na década de 1980 há 10 artigos (24,5%), sendo que 09 estão inclusos na mesma revista; a década de 1990 possui 07 artigos (17%) e por fim, no período correspondente à década de 2000 há uma ampliação de artigos referentes à interface do Serviço Social com a educação, perfazendo 24 artigos, portanto, 58,5%.

A ampliação da produção do conhecimento nos anos 2000 coincide com as profundas mudanças que vêm ocorrendo nas políticas públicas nos últimos anos, provocadas pelo agravamento da crise do capital, de forma particular na política de educação escolarizada, com destaque para ações de expansão, sendo essa uma das estratégias do capital para preparar funcional e ideologicamente os trabalhadores de forma coerente com o processo flexibilizado que o mercado de trabalho vem se definindo nesse “novo” momento e com o intuito de manter a acumulação capitalista. Certamente há uma intensificação das requisições para o Serviço Social, que segundo Almeida (CFESS, 2001), estão relacionadas aos fatores socioeducacionais que dificultam ou impedem os estudantes de vivenciarem o processo educativo como direito subjetivo. Assim, ocorre uma ampliação da inserção dos assistentes sociais em diferentes níveis e modalidades de ensino, tendo como principal requisição a atuação “em programas e projetos (governamentais ou não) voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada” (CFESS, 2011, p. 51).

Retomando a análise em relação às categorias teóricas que contemplam os conteúdos, constata-se que a **formação profissional do assistente social** (48,9%) é um tema recorrente ao longo do tempo, aparecendo em diversos momentos históricos, confirmando que pesquisar e analisar os determinantes da educação superior no Brasil, que incide sobre a graduação e pós-graduação do Serviço Social e também as questões endógenas à profissão, é uma marca dessa categoria profissional. É importante salientar a presença do debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, demonstrando a transversalidade do mesmo no processo formativo dos assistentes sociais.

O expressivo número de artigos que se referem à formação profissional do assistente social em diferentes perspectivas é um indicativo do quanto a categoria profissional se debruça sobre essa temática certamente por vislumbrar a importância da formação profissional coerente com os princípios éticos-políticos da profissão e também a necessidade de sintonizar a formação

profissional com a conjuntura política, econômica, social e cultural do país, considerando a natureza da profissão extremamente relacionada com a conjuntura.

A reflexão sobre a **dimensão pedagógica do Serviço Social** (9,7%) nas revistas é inaugurada pelos estudos/pesquisas de Marina Maciel Abreu (UFMA) e outras profissionais da mesma instituição. De acordo com Almeida (CFESS, 2011):

A dimensão política pedagógica da ação profissional do assistente social inscreve no âmbito dos processos de hegemonia, no estabelecimento de consensos necessários a reprodução do modo de vida próprio à sociedade do capital, mas a partir de condições objetivas inscritas na dinâmica institucional sob a forma de serviços sociais (CFESS, 2011, p. 125).

Essa temática é abordada por um dos artigos que traz o pensamento gramsciano com densidade teórica e rigor analítico, oferecendo um referencial teórico essencial para compreender “o nexos orgânico e dialético entre ideologia (saber) e relações de forças (poder) no processo de construção da hegemonia das classes subalternas que é perpassado, em toda sua extensão, pela prática pedagógica” (ABREU, 1996, p. 74).

Na categoria **política de educação** (9,7%), dentre eles destaca-se o artigo apresentado no início da década de 1990, que traz a relação entre pobreza e educação, já antecipando os impactos do ideário neoliberal na política de educação que passa a ter como alvo o combate à pobreza, trazendo para essa política a perspectiva da seletividade opondo-se à natureza universal da mesma. Foi justamente nesse contexto que a educação adquiriu centralidade, sendo considerada como um dos principais instrumentos de superação da miséria e do desemprego. O artigo traz interessante debate sobre as representações de pobreza que perpassam a mentalidade coletiva no transcorrer da história moderna.

Em relação à ênfase ao **Serviço Social e educação popular** (9,7%), os três artigos sobre Educação Popular estão inseridos nas revistas referentes aos anos de 2012, 2013 e 2019. Podemos considerar essas publicações recentes, ficando as seguintes indagações: por que é tão restrito o debate sobre educação popular, sendo essa tão importante para o Serviço Social? E completando, por que aparece tão tardiamente, apenas na década dos anos 2000? Acredita-se que é preciso investigar qual tem sido a incidência desse debate no Serviço Social diante do fato de não estar presente na revista *Serviço Social & Sociedade*, uma expressão singular para o Serviço Social, principalmente brasileiro.

O eixo que pretendemos destacar trata sobre **educação e Serviço Social**, que é representada por 22% dos artigos, e traz os seguintes dados: década de 1990, 03 artigos e anos 2000, com 07 artigos.

De maneira geral, os artigos apresentados na década de 1990 trazem experiências

profissionais dos assistentes sociais relacionadas à educação escolarizada focando nos seguintes assuntos:

- A questão do rendimento escolar, porém a atuação profissional é circunscrita no âmbito hospitalar com crianças internadas e que efetivam o regime domiciliar de educação;
- A experiência em uma escola regular de ensino em que o Serviço Social fomentava na escola e na equipe a conquista de um processo educacional que envolvesse a comunidade escolar como um todo, incluindo ações com o entorno social da referida unidade escolar;
- Trata também de uma experiência do Serviço Social em uma escola pública. A autora do artigo expressa o seu posicionamento em relação à escola e também ao Serviço Social, da seguinte forma:

A escola, assim como o Serviço Social, embora constituída para servir aos interesses do capital, não reproduz monoliticamente necessidades exclusivas da capital; também dá respostas às necessidades e interesses da classe dominada. Assim, acreditamos em reais possibilidades de uma prática escolar e do Serviço Social comprometida com a transformação das relações sociais vigentes de poder e dominação (CAMARDELO, 1994, p. 152).

Em relação aos artigos publicados nos anos 2000, que somam 07 artigos, portanto, a maioria, também iremos fazer alguns destaques em ordem cronológica. O primeiro artigo trata sobre a vinculação entre educação e trabalho, destacando as demandas presentes nesta relação e as tendências que conformam a requisição do trabalho do assistente social na educação, tais como:

- Ações e programas de cunho assistencial que atravessam a política da educação em diferentes níveis e instâncias ou que são articuladas tomando-a como referência. Exemplo: Programa de Renda Mínima;
- Alterações sofridas no campo educacional em razão da vinculação da escola ao processo produtivo;
- O fato de a educação ainda não ter se transformado em direito – terreno de conflitos sociais, na mediação histórica e socialmente produzidas das demandas sociais protagonizadas pela população, organizações e das ofertas institucionais de certos serviços sociais que o assistente social é chamado a intervir.

Retrata as demandas requisitadas aos assistentes sociais que atuam no âmbito da política de educação, sendo uma referência para reflexão dos limites e possibilidades que estão presentes neste espaço sócio-ocupacional, para que os profissionais possam identificar estratégias para ir além da demanda institucional e conseguir efetivar as demandas

profissionais².

O segundo artigo chama a atenção para questões pertinentes ao exercício profissional, referentes à extrema necessidade de imprimir a dimensão teleológica que impulse o assistente social a responder as reais demandas da classe trabalhadora. Alerta ainda sobre o fato de perceber que a racionalidade formal abstrata impera nesse referido espaço sócio-ocupacional em detrimento da razão lógica dialética. Essa situação é de extrema complexidade e merece atenção de todos os profissionais, principalmente considerando-se o momento histórico.

No terceiro, é discutido com profundidade teórica a “complexa relação entre a educação como política pública e a vinculação do Serviço Social a ela, em especial, sua integração à escola pública, neste momento de crise do capital” (LESSA, 2013, p. 106). A questão é extremamente relevante e condizente com o debate da categoria profissional, mobilizada principalmente pelo conjunto CFESS/CRESS, sintonizado com a conjuntura atual de expansão do acesso à política educacional certamente direcionada aos interesses do capital, pois apesar de ser um espaço contraditório de tensões historicamente acirradas de projetos educacionais divergentes, é marcante a aderência da política da educação ao projeto hegemônico burguês, conforme afirmam Marx e Engels (2009):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é tem o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

É nesse contexto que a autora traz uma densa análise sobre a captura da educação pelo capital, considerando o seu “imenso potencial de otimização da produtividade e do lucro, sua capacidade de potencializar avanços tecnológicos, bem como suas possibilidades de formar nichos produtivos importantes para o capital e para a ordem vigente” (LESSA, 2013, p. 108). Ressalta também a relação que tem sido marca registrada dos discursos, principalmente dos

² Por demanda institucional entende-se “a requisição de resultados esperados dentro dos objetivos institucionais e colado ao esperado pela instituição do profissional, logicamente em consonância com o perfil ideológico da organização” (PONTES, 1997, p. 167). E como demanda profissional “estabelece-se que é a legítima demanda advinda das necessidades sociais dos segmentos demandatários dos serviços sociais. A demanda profissional incorpora a demanda institucional, mas não se restringe a esta, podendo e devendo ultrapassá-la. A construção da demanda profissional impõe ao profissional a recuperação das mediações ontológicas e intelectivas que dão sentido histórico à particularidade do Serviço Social numa dada totalidade relativa” (PONTES, 1997, p. 174).

organismos multilaterais, em especial do Banco Mundial, de considerar a educação como um fator determinante frente ao crescente processo de mundialização da pobreza.

Nesse sentido, o artigo perpassa por uma criteriosa análise da ampliação da educação pública divorciada da qualidade do ensino, socialmente referendada, destacando a precarização da escola em todos os quesitos: formação, desvalorização e até desprofissionalização dos educadores; infraestrutura física; aprendizagens dissociadas de fundamentação científica; a questão da privatização e mercantilização da educação presente em todos os níveis e modalidades de ensino, entre outros fatores.

O trabalho se fundamenta em estudiosos da educação pública, destacando entre eles Saviani (2000), que problematiza a base legal da política educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), legislação maior da política educacional e que é considerada minimalista e subfinanciada, deixando várias lacunas estrategicamente utilizadas pela iniciativa privada, cuja intenção foi/é a de transformar a educação em um “negócio” altamente lucrativo. A autora argumenta:

Entendemos que a abordagem da pobreza associada aos processos educacionais ficará mais evidenciada tanto mais a escola pública se torne um local para o qual os mais fragilizados econômica e socialmente acorrem. [...] quanto mais necessidade de conformar a força de trabalho para a lógica produtiva vigente, maior o destaque receberá a educação. A escola, portanto, como uma instituição classista, de grande visibilidade social, palco de conflitos de classe e espaço em que a chamada questão social, em suas múltiplas faces, se manifesta, não atuara no combate à desigualdade, mas sim na atenção a pobreza e conformação dos pobres (LESSA, 2013, p. 118).

Nesse contexto, a escola, assoberbada de tarefas e sem suporte suficiente, improvisa respostas às diversas expressões da questão social e a seu principal papel reflexivo e socializador do conhecimento produzido historicamente pela sociedade com potencial para construção de uma consciência crítica da realidade social, acaba se sucumbindo a um precário modelo de ensino, acabando por produzir analfabetos funcionais e pior ainda, sujeitos praticamente a-críticos, portanto permeáveis à assimilação da ideologia dominante.

Essas e outras reflexões significativas são apresentadas pela autora num texto realmente essencial para aqueles que se interessam em compreender a atual configuração da política de educação, as requisições que têm sido postas para o Serviço Social, principalmente nas últimas décadas, e os desafios para os profissionais que estão inseridos nessas unidades educacionais ou articuladas a ela, dentre eles o assistente social. O texto provoca o repensar sobre o Serviço Social no âmbito da política de educação e somente descrevendo o pensamento de Lessa (2013), com o qual comungamos, é possível traduzir a profundidade que é tratada a temática desenvolvida nessas páginas, ou seja: “é sobre este quadro contraditório, conflituoso, é sobre

este fio de navalha que construímos nossa ação profissional (assistentes sociais), sendo também este o espaço em que a educação se constrói” (LESSA, 2013, p. 125).

O quarto texto envereda por um resgate sócio-histórico do Serviço Social, traçando um paralelo com a configuração da política de educação pública desde os seus primórdios até à formatação atual, indicando as contradições que perfilam tanto a história da política educacional brasileiro quanto do Serviço Social. Reporta-se frequentemente à importante pesquisa sobre a interface do Serviço Social com a educação, ou seja, à tese de doutoramento defendida pela autora na PUC/SP em 2004.

Considerações finais

Analisando o conteúdo destes artigos, que contemplam diferentes experiências do Serviço Social com a área da educação, em diferentes períodos e refletindo teoricamente sobre estes temas, consideramos primordiais as ponderações feitas por Almeida (2020), em que constatou que as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social pode agrupar-se em focos centrais, corroborando com a descrição elaborada no documento *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de Educação* (CFESS, 2011), sendo que as ações e atividades convergem para a garantia de:

- Acesso da população à educação escolarizada;
- Permanência da população nas instituições escolares;
- Qualidade dos serviços prestados no sistema educacional;
- Gestão democrática e participativa da população no campo educacional.

Considerando que a educação possui um papel estratégico do ponto de vista econômico, cultural e social, fortalece a necessidade de contar com profissionais de outras especialidades que possam contribuir para que a mesma consiga desempenhar a sua função social, formativa e educativa, porém coerente com a concepção crítica e emancipatória de educação.

Cabe ressaltar que existe por parte dos educadores a preocupação de sobreposição de funções entre eles e assistentes sociais em relação à dimensão educativa, porém é imperativo esclarecer que o contexto social que traz a complexificação da questão social, bem como a necessidade de um redimensionamento do espaço educacional permeado por novas demandas e requisições inerentes ao próprio processo produtivo como social, exige das instituições educacionais um redimensionamento das suas relações inter e extrainstitucionais.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios dessa relação. Disponível em <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em jan/2020.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida, RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional do Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2012 (Coleção Nova de Serviço Social)
- CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. **Subsídios para a atuação do assistente social na Educação**. Brasília: CFESS, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- CAMARDELO, Ana Maria. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, v. 15, n. 46, 1994.
- EDITORIAL. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 01, 1979.
- FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, BARBOSA, Mayra de Queiroz. **Panorama da inserção do/da assistente social na política de educação**. Salvador, EDUFBA, 2019.
- LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Contribuições da Revista para a Construção do Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 61, 1999.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009.
- YAZBEK, Maria Carmelita [et al]. Estado e Políticas Sociais: uma aproximação conceitual. In: MDS; IEE-PUC/SP. **SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: MDS, 2008. (v. 01).

Entre demandas e tensionamentos: Serviço Social na área sociojurídica e as nuances da instrumentalidade requerida

Bismarck Oliveira da Silva*
Nilmar Francisco da Silva Santos**

RESUMO: A instrumentalidade do Serviço Social tem sido acionada cotidianamente diante das peculiaridades do processo de trabalho na área sociojurídica requisitando o aprofundamento do debate. Entender como tem se expressado suas nuances teórico-filosóficas nessa área é o objetivo da pesquisa bibliográfica. Parte-se da defesa da vertente crítico-dialética hegemônica na profissão e da premissa que há nuances teórico-filosóficas em disputa que interferem na práxis do Serviço Social na área sociojurídica. Num contexto de tensionamentos, reiteramos a necessidade de materialização de uma instrumentalidade ancorada na razão crítico-dialética no processo de trabalho do Serviço Social nesta área, como mediação importante para consolidação não só do direito à justiça, mas do acesso aos direitos sociais em um espaço historicamente construído para legitimação dos interesses da classe dominante na sociabilidade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: instrumentalidade; Serviço Social; sociojurídico; nuances teórico-filosóficas; racionalidade.

Between demands and contradictions: Social Service in the socio-juridical area and the nuances of the required instrumentality

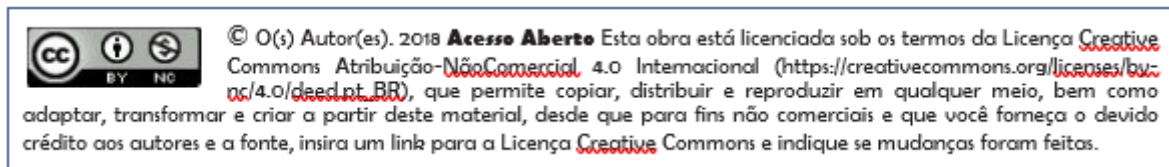
ABSTRACT: The instrumentality of Social Service has been routinely utilized as the particularities of the work process in the socio-juridical area require a more profound debate. This bibliographical research aims to understand how the theoretical-philosophical nuances of this instrumentality have been expressed in the area. We are based on the defense of the critical dialectical branch, hegemonic in the profession, and the premise of existing theoretical-philosophical nuances in dispute interfering in the praxis of Social Service in the socio-juridical area. In the context of tensionings, we reiterate the necessity of materializing an instrumentality anchored in critical dialectical reason for the Social Service work process in the area. It serves as an important mediator to consolidate not only of the right to justice,

* Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Facex (2016). Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2019). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pelo PPEUR da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Docente da graduação e da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Potiguar - UNP. Orientador Social da Prefeitura Municipal de Natal/RN. Membro da gestão 2020-2023 do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/RN.

** Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2012). Mestre em Serviço Social pelo PPGSS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Docente da graduação em Serviço Social da Universidade Potiguar - UNP; Doutorando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assistente Social da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal Natal/RN.

but also the access to social rights in a space historically constructed for the legitimization of dominant classes in the capitalist sociability.

KEYWORDS: instrumentality; Social Service; socio-juridical; theoretical-philosophical nuances; rationality.



Introdução

É diante das particularidades e singularidades em que se vê atravessado/a o/a assistente social nos diversificados espaços socio-ocupacionais que se entende a importância da imersão no debate da instrumentalidade baseada numa racionalidade crítico-dialética do Serviço Social na área sociojurídica. Também, dialogar sobre algumas nuances teórico-filosóficas que norteiam tais racionalidades, seja de cunho progressista ou reacionário aliado a aspectos socio-históricos, ético-políticos, econômicos e culturais que estão subsidiando ofensivas neoconservadoras (principalmente de aproximação superficial a teorias pós-modernas) e que, no nosso entendimento, oferecem tensões à materialização da instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica.

Embasado no paradigma do materialismo-histórico-dialético, em uma abordagem qualitativa, valendo-se de revisão bibliográfica, visamos compreender os caminhos da materialização da instrumentalidade na práxis do/a assistente social na área sociojurídica.

Oito décadas de Serviço Social no Brasil e a pergunta que se coloca contemporaneamente é: que tipo de instrumentalidade tem norteado hegemonicamente a profissão no campo interventivo? Pensando nisso, nossa inquietação primeira e, principalmente, no âmbito do judiciário, consiste em descortinar como materializar uma instrumentalidade crítico-dialética em um espaço socio-ocupacional que tenta, por diversos vieses, instrumentalizar os trabalhadores ao *modus operandi* do direito positivado?

Frente a tais desafios, pisar em terra firme é o que nos dá força e os desdobramentos da consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) subsidia a categoria profissional para operarmos no campo crítico dialético – do qual é signatária a vertente de intenção de ruptura em sua atualidade e necessidade histórica – para responder aos desafios que

se impõem para o Serviço Social no tempo presente, aliado ao fortalecimento das instituições político-organizativas; a consolidação do corpo jurídico-normativo; a atitude investigativa como parte constitutiva da instrumentalidade da profissão, tendo alicerçado suas lutas em um Projeto Profissional de base radicalmente democrática.

Ainda assim, é preciso reconhecer a realidade em seu movimento e prenhe de contradição, partindo da premissa de que há nuances teórico-filosóficas em disputa contemporaneamente que estão interferindo de forma variada na práxis do Serviço Social na área sociojurídica e que carecem de problematização. Defende-se aqui que é possível que o conhecimento teórico-metodológico, ancorado em uma dimensão ético-política emancipatória, fundada na ontologia do ser social, possa nortear tanto a construção dos instrumentais técnico-operativos, quanto dar sentido, significado e materialidade à intencionalidade da instrumentalidade dos profissionais nos espaços institucionais em que atuam, em que pese todo o movimento da contradição.

É nesse solo que situamos nossas reflexões para tentarmos responder a esses questionamentos. Identificamos, e por isso entendemos ser um caminho possível, a consolidação hegemônica de uma instrumentalidade permeada por uma razão crítico-dialética no processo de trabalho do Serviço Social nesta área. Isto indica bases não só para efetivação do direito a justiça, mas sim o acesso aos direitos sociais em um espaço historicamente construído para a legitimação dos interesses da classe que detém o binômio poder/riqueza na sociabilidade capitalista.

Diálogos sobre o sentido ontológico da categoria instrumentalidade e as nuances ideo-políticas no cotidiano profissional

Sabemos que imprimir a instrumentalidade do exercício profissional do/a assistente social no cotidiano, para além de uma razão instrumental formal-abstrata, traz desafios contemporâneos e se coloca como necessário. Existe a urgência do/a assistente social estar preparado/a e ser resistente no campo tenso das contradições que se fazem presentes na sociedade capitalista, principalmente no ambiente em que é gestada a política pública, no intuito de ser propositivo – ao acionar diversas dimensões reflexivas acerca das expressões da questão social emergente no fazer profissional – e igualmente crítico, criativo, alinhado com o PEPPS.

Guerra (2014) expõe um aspecto fundante que guia ideologicamente a categoria denominada racionalidade¹, seja ela crítico-dialética ou instrumental formal-abstrata, expondo,

¹ A racionalidade é permeada por conhecimentos, convicções e princípios ético-políticos. A utilização da racionalidade para realização de determinado objetivo imediato no cotidiano necessita acionar tal razão. A partir

como essas se expressam no cotidiano da produção e reprodução do sistema capitalista referente ao trabalho (particularmente, na concretização de uma racionalidade teleológica). Diante das contradições emergentes da realidade concreta e do cotidiano do exercício profissional foram criadas estratégias teórico-metodológicas e ético-políticas historicamente que subsidiam caminhos para uma racionalidade crítico-dialética também no âmbito do exercício profissional do Serviço Social². Para acionar tal racionalidade, é necessário insistir em estratégias de construção coletiva que contribuam na forma de ler e de interpretar a realidade, desmistificar o senso comum, além da aparência dos fatos. Todavia, o que se presencia no decorrer da história da profissão, sobremaneira quando se fala da natureza do Estado brasileiro e no seu papel de garantidor dos direitos sociais por meio das políticas públicas, é que este vem assumindo o papel de legitimador das necessidades do capital, vendo-se compelido

a intervir diretamente nas tensões engendradas dessas relações, e o faz, implantando [...] programas e estratégias que passam a se constituir em políticas sociais/públicas. Funda assim, um campo específico para o atendimento das questões oriundas do antagonismo entre capital e trabalho, cujos objetivos incorporam o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora, que são tratadas como carências de caráter individual. [...] Dar-lhe uma fórmula política muito concreta, que concilia determinados interesses, dá uma certa conciliação, coerência e instrumentalidade a estes interesses no nível de racionalidade estatal, o que vem a se constituir num fator favorável à construção de suas bases de legitimação. Incorpora ainda, princípios do liberalismo, e, ao fazê-lo, toma os indivíduos como os responsáveis, em última instância, pela sua própria situação: as sequelas da questão social são consideradas “fracasso individuais” (GUERRA, 2014, p. 180-181).

Nesse contexto, de acordo com Guerra (2014), a ênfase dada é no entendimento de que a racionalidade – mediatizada pela intencionalidade – é o elemento que dá sentido à instrumentalidade do Serviço Social; na execução de políticas públicas não é única e se caracteriza como uma unidade na diversidade de projetos profissionais em disputa³. Por isso,

desta é que se torna possível projetar as ações dos sujeitos na sociedade. Todavia, tal racionalidade torna-se cada vez mais instrumentalizada e empobrecida na medida em que nos exige pouco no cotidiano. No âmbito do Serviço Social, essa racionalidade empobrecida se dá pelo irracionalismo, o que reflete em respostas profissionais pragmáticas e imediatistas (GUERRA, 2014).

² Podem-se citar algumas dessas estratégias no âmbito coletivo como: os grupos de pesquisa e a construção de seminários, a exemplo do II Seminário Nacional “O Serviço Social no Campo Sociojurídico na Perspectiva da Concretização de Direitos”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; no campo normativo e da produção de conhecimento temos o “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico”; Ademais, concordamos com Ortiz (2014), quando aponta o trabalho interdisciplinar como mais uma das possibilidades de interlocução por meio do diálogo, a horizontalidade também no trabalho em equipe, preservando as especificidades de cada área profissional ao considerar os seus marcos regulatórios, o perfil crítico diante da realidade, a perspectiva de visão de totalidade, o diálogo democrático e o respeito pela pluralidade, desde que não fira os valores e os princípios de cada profissão.

³ O movimento neoconservador com sua aproximação ao conjunto de teorias pós-modernas insiste em proclamar aleatoriamente o projeto profissional como se este fosse um projeto cujo pluralismo não tem fronteiras e que comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática. O pluralismo que o projeto profissional se vale, é radicalmente democrático, sendo uma ingenuidade ou mistificação reconhecê-lo como um pluralismo sem

entende-se que a racionalidade crítico-dialética pode se constituir na mediação capaz de engendrar formas alternativas de enfrentamento das expressões da questão social, refletindo em uma primeira instância nas possibilidades de emancipação política dos sujeitos, e de forma ampliada na busca pela emancipação humana para além do fenômeno oriundo da reprodução do sistema capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento, qual seja financeirizado e em crise⁴, sem perder de vista as mediações necessárias a esse processo no âmago das contradições postas pela sociabilidade capitalista.

Dito isso, a instrumentalidade da profissão – aqui entendida como “uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos [...] em sua intencionalidade, em respostas profissionais” (GUERRA, 2000, p. 01) a luz da dialética realidade social – é construída no cotidiano das relações sociais como expressão de uma intencionalidade hoje hegemonicamente orientada pela teoria marxista, fruto de uma direção social estratégica e de um legado sócio-histórico latino americano, sendo o reflexo do Serviço Social brasileiro balizado pelo Projeto Ético-Político (NETTO, 1999). O movimento de operar essa instrumentalidade se dá a partir da mediação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. De acordo com Guerra (2014), uma relação entre meios e fins, adequando às exigências dos fins a escolha dos meios permeados pela construção de estratégias, instrumentos e técnicas que possibilitem dar materialidade às ações e intervenções profissionais, que visem alcançar os objetivos previamente estabelecidos. Uma busca pela definição do como fazer, por que fazer, para que fazer, possível somente porque sabe-se onde quer chegar com a intervenção profissional⁵.

Todavia, percebe-se, na conjuntura atual de crise estrutural do capital, como alerta Mészáros (2011), que os profissionais têm sentido retrocessos nas relações de trabalho, seja com a desespecialização, passando a assumir competências que não cabe ao Serviço Social,

horizonte e sem fronteiras (NETTO, 2016). Para além dessa nuance ideopolítica, aqui cabe entender que por mais que os direitos sociais sejam, em certa medida, garantidos à classe trabalhadora pelo Estado, não retira o domínio que a classe burguesa detém sobre a esfera do direito, fator este que tem impacto e ocasionado consequências reais na vida das pessoas. “principalmente quando “julgadas” por algum “crime”, ou por algum ato ilícito, pois elas estarão, no limite, à mercê dessa discricionariedade de classe, ainda que isso se dê com muitas e complexas mediações” (BORGIANNI, 2013, p. 16). E tais análises discricionárias, além de interferir na instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica, pode se apresentar como elemento de correntes teórico-filosóficas conservadoras, configurando também esse terreno de disputa.

⁴ Ver as seguintes obras: “Para além do capital: rumo a uma teoria de transição” de Mészáros (2011), e “O novo imperialismo” de Harvey (2003).

⁵ O trabalho realizado comporta um conteúdo e é guiado por uma intencionalidade, com vistas a um resultado. O que significa que toda intervenção na realidade [...], particularmente aqui, por parte do assistente social, tem uma dimensão teleológica – isto é, o profissional projeta o resultado a ser alcançado e esse projetar confere uma direção social à finalidade do trabalho. Uma direção não é neutra, não é a-histórica – ela é condicionada pela visão de mundo, pelos valores, crenças, hábitos, fundamentos teóricos, princípios éticos que constroem o agir profissional (FÁVERO, 2014, p. 43).

seja com a desprofissionalização, exercendo funções burocratizadas e polivalentes que não estão no rol das atribuições privativas e competências profissionais, colocando o profissional em modelos de gestão e de execução do trabalho desconectados do seu legado sócio-histórico. Como exemplo disso, cita-se as mudanças empregadas pela resolução número 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, a qual regulamenta a Política de Tratamento Adequado de Conflitos no Brasil, e norteia a prática dos profissionais que atuam nos Centros Judiciais de Resolução e Solução de Conflitos (CEJUSC's) na aplicação das técnicas de conciliação e mediação de conflitos na área sociojurídica (CNJ, 2010).

É necessário entender que no âmbito das competências e atribuições profissionais do/a assistente social, este/a não pode se contentar com a simples técnica de mediar/conciliar/restaurar a justiça. É preciso uma práxis que ultrapasse o imediatismo, o aparente, tendo em vista que

entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade [...] a "cisão do único", é o modo pelo qual o pensamento capta a "coisa em si". A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é, ao mesmo tempo, um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real (KOSIK, 1963, p. 20).

Dessa reflexão, podemos concluir que “a consciência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida com prática transformadora” (MARX, 1999, p. 5) isso se não voltarmos a rememorar o legado do misticismo teórico que dividia a prática humana da compreensão desta. Evidencia Lefebvre (1979) que a práxis é atividade ético-política e ação transformadora que abre o campo da criação, imprime uma tomada de decisão, relaciona a tática com a estratégia, não existindo uma atividade que não gere um projeto, um ato que não culmine na construção de um programa, de uma práxis ídeo-política que não tenha que explorar o possível e projetar o futuro.

Tal posicionamento não vislumbra somente demandar uma práxis crítico-dialética para a execução de uma técnica, de um procedimento no espaço de trabalho, mas também demarcar estratégias ético-políticas e político-organizativas no território da profissão valendo-se do desvelamento das determinações sócio-históricas como guia para a atuação profissional, além

de subsidiar a objetivação de sua intencionalidade, pautada pelas diretrizes jurídico-normativas, sobretudo, aquelas determinadas na Lei nº 8.662, Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e no Código de Ética Profissional (1993).

Portanto, o debate necessário a ser travado na atualidade sobre a execução de tais técnicas (conciliação, mediação, restauração), seja no campo do judiciário ou não, diante da requisição de assistentes sociais em atuação nessa área, é o que se faz acerca das consequências e incoerências ao exercer tal prática de forma instrumentalizada na perspectiva formal-abstrata, ao incorporar a lógica de um profissional meramente conciliador/mediador de conflito judicial ou restaurador de danos individualizados entre as partes nos processos judiciais, em primazia, dos processos de pacificação social e de atenuação do litígio. Identifica-se a ofensiva da aplicação destas técnicas, que se aproximam de uma prática com viés positivista associada a um leque de abstenções e orientações que o facilitador (conciliador/mediador/restaurador) tem que incorporar aos princípios conciliatórios e de mediação no momento de sua execução, como:

Artigo 1º [...] confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes. Art. 2º. As regras que regem o procedimento da conciliação/mediação são [...]: §1º. Informação - Dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa, informando sobre os princípios [...] §4º. Desvinculação da profissão de origem – Dever de esclarecer aos envolvidos que atua desvinculado de sua profissão de origem [...]. Art. 4º. O conciliador/mediador deve exercer sua função com lisura, respeitando os princípios e regras deste Código, assinando, para tanto, no início do exercício, termo de compromisso e submetendo-se às orientações do juiz coordenador da unidade a que está vinculado (CNJ, 2010, p. 8-9).

Percebe-se que o profissional é tensionado a se desvincular de posicionamentos ético-políticos e referenciais teórico-metodológicos pertinentes a sua área de atuação/formação, interferindo assim, no sentido ontológico da práxis do/a profissional, prevalecendo à técnica, a qual deve ser empregada de forma fiel ao determinado pelo CNJ (recaindo numa atuação guiada pela razão instrumental formal-abstrata), colocando o facilitador numa submissão restrita aos princípios e valores pertinentes à função de conciliador/mediador e minando a autonomia dos profissionais aos subjugá-los às determinações dos magistrados. Da mesma forma, ao restaurador requisita-se o emprego de uma atuação pautada pela neutralidade na qual qualquer profissional é proibido de exercer atribuições privativas e competências profissionais no momento de aplicação dessas técnicas. A determinação acerca da desvinculação da profissão de origem denota recusa e descrédito do conhecimento acumulado historicamente pelas categorias profissionais. Essas implicações tendem a refletir em práticas imediatistas,

pragmáticas, neoconservadoras e/ou ecléticas⁶ que corroboram para a manutenção do capital e do projeto societal burguês, o neoliberalismo (SOUZA, 2016).

Nisso, constata-se que acirrou-se os conflitos entre as tendências teóricas que têm embasado os profissionais atuantes na execução de políticas sociais e a profissão em sua prática, evidenciando que

a duradoura ofensiva do pensamento burguês no que se refere à fragmentação e à fetichização da vida social, por um lado, e à reutilização das práticas e ideologias conservadoras, necessárias a reprodução do capitalismo contemporâneo, por outro, produziram um brutal esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, mediante o estímulo a análises superficiais da realidade e à necessidade de dar respostas imediatas, de efeito “útil” ou prático a estes. Aliás um traço histórico da reprodução social capitalista, que, na perspectiva Lukacsiana, revela, desde 1848, a trajetória da “decadência ideológica da burguesia” [...], ora robustecido pelo novo espírito do tempo [...] são materializados nas construções do pensamento pós-moderno (MOTA; AMARAL, 2016, p. 31).

Por isso, é necessário entendermos a dimensão ontologicamente fundante que media a relação homem e natureza, isto é, o trabalho, categoria esta atravessada por determinações ideoculturais, sociais e econômicas na sociabilidade capitalista. Atrelado a essa questão evidenciam-se a expressiva judicialização da questão social no contexto de desmonte de direitos, a retração/reordenamento do Estado e a crise estrutural do capital, desencadeando um processo de limitação do acesso à justiça no enfrentamento dos problemas sociais contemplados a contento dentro do arcabouço das legislações de proteção social que, segundo a dinâmica da sociedade e da visão da profissão, demandam atenção crítico-reflexiva que dê conta da totalidade do fenômeno e não de sua aparência fenomênica e efêmera.

Essa oposição na leitura da realidade coloca em disputa os diferentes fundamentos ideopolíticos para atuação do assistente social, que se vê, de um lado, impelido a exercer o processo laboral pela necessidade de vínculo empregatício (ainda que em determinadas formas e condições precárias) para satisfazer as suas necessidades sociais. Do outro lado, este mesmo profissional, vê-se limitado pelas demandas institucionais que, por vezes, inviabiliza a articulação com movimentos sociais, junto à precariedade da rede de serviços e os empecilhos para a intervenção com os sujeitos sociais envolvidos nos processos de mediação de conflito, conciliação e justiça restaurativa, da inquirição de crianças com vista a constituir prova

⁶ De um lado, há posturas ligadas ao pensamento conservador clássico (perspectivas pragmáticas e imediatistas) e de outro lado, uma aproximação neoconservadora (postura eclética) permitindo a escolha de variadas doutrinas filosóficas e aproximação de teses sem preocupar-se com a coerência dos ideais dessas teses entre si e de sua conectividade com suas bases originárias (ABBAGNANO, 1982), assim como, das teorias pós-modernas configurando o que denominamos de nuances das expressões teórico-filosóficas que embasa a racionalidade instrumental formal-abstrata e afeta a práxis profissional do Serviço Social na área sociojurídica.

processual, das demandas de alienação parental, dos processos de habilitação à adoção, de adoção e destituição do poder familiar e tantas outras. Tem-se, nesse cenário, o engessamento das normatizações e da operacionalização na área sociojurídica que demanda a mercantilização da força de trabalho⁷ e a intervenção profissional dos assistentes sociais.

Diante de tais desafios contemporâneos, é preciso desvelar a realidade que se expressa no cotidiano profissional, alinhando a teoria à prática, captando aspectos singulares das expressões da questão social através de uma práxis que direcione a instrumentalidade para as devidas mediações necessárias entre as particularidades dos sujeitos e a totalidade enquanto categoria teórica e política no desvelamento das demandas e da construção de intervenções que emergem no cotidiano do exercício profissional⁸.

Nisso, convém a importância do/a assistente social dispor e/ou pleitear condições objetivas para o exercício de trabalho, de forma que expresse o direcionamento social que norteia seu processo de trabalho e o posicionamento ético-político, contrapondo-se às contradições do sistema capitalista que a sociedade reproduz. Diante disso, ao executar seu trabalho, necessita saber: a) a natureza, a funcionalidade e a intencionalidade das políticas sociais; b) o campo de trabalho no qual está inserido/a e suas contradições; c) as legislações normatizadoras; e d) qual direcionamento ético-político será utilizado para implementar a agenda de viabilização de direitos sociais da classe trabalhadora. Por isso, é imprescindível reconhecer a importância em adequar os instrumentos técnico-operativos aos objetivos que caminhem para atender às reais necessidades da classe trabalhadora, por meio de uma instrumentalidade baseada numa racionalidade crítico-dialética⁹.

Nesse ínterim, o profissional precisa realizar um exercício crítico-reflexivo de suas ações e dos sujeitos atendidos. É importante captar a dinâmica da realidade concreta e, para isso, tem se utilizado – por vezes na contramão das requisições institucionais e mediante profundas correlações de forças – de diversas estratégias, técnicas e metodologias para atuação (movimentos sociais, controle social democrático, intersetorialidade nas políticas públicas,

⁷ Aliado a isso, tem-se a mercantilização do ser social, que obscurece o reconhecimento dos trabalhadores acerca do próprio antagonismo na luta entre as classes sociais, dos processos de alienação e de exploração na qual estão submetidos e do distanciamento de valores e princípios humano-genéricos (GUERRA, 2000).

⁸ Consoante Santos (2016), por isso que na relação prática profissional e os conhecimentos necessários à formação profissional, podemos afirmar que [...] essa passagem não é direta, ela é um processo que necessita das definições dos fins, que envolve um plano ético e político, e da escolha dos meios, o que abrange, também, um processo de valoração e um caminho técnico-operativo. Ou seja, ela requer uma finalidade, a qual tenha condições de se efetivar. Para que a finalidade se torne ato é preciso a busca, a criação ou modificações de meios (p. 268).

⁹ Entende-se aqui, que a racionalidade crítico-dialética constitui uma das expressões teórico-filosóficas em disputa, que se apresenta de forma hegemônica na instrumentalidade do Serviço Social que tem sua raiz baseada no paradigma da teoria social crítica de Marx, a qual defendemos como aquela que melhor serve à práxis profissional alinhada ao PEPSS.

abordagem interdisciplinar, e técnicas como a visita domiciliar, entrevista individual ou coletiva, observação direta, escuta qualificada, atendimento à demanda espontânea, reuniões de planejamento e atividades socioeducativas e etc.) na busca de executar seu trabalho de forma acolhedora, inclusiva, interdisciplinar e intersetorial, a fim de desvelar a complexidade das demandas que chegam à profissão. Mais que isso, deve dar respostas profissionais, tendo em vista que essa dimensão que vai além da técnico-operativa, conforme Guerra (2012), materializa a autoimagem da profissão.

Nessa abordagem, na área sociojurídica um dos caminhos das respostas profissionais inicia-se ao analisar como é o contexto sociofamiliar e em que realidade está inserida, a partir das mediações entre capital e trabalho. Portanto, Guerra (2014) defende que é a partir da capacidade de mediar tais dimensões citadas, as quais compõem o cotidiano profissional do Serviço Social, que este pode explorar a complexidade do ser social, sendo norte para atuação nos diversos campos de inserção profissional. Dentre os diversos desafios enfrentados no exercício profissional hoje, como o cenário de falta de condições objetivas de trabalho, que culmina na precarização no trato das demandas que tensionam o cotidiano dos espaços em que a profissão é requisitada, repercute muitas vezes no desestímulo tanto do profissional quanto da não procura do serviço prestado à/ao usuária/o. Mediante esta situação, sabe-se que

o cotidiano institucional no judiciário, fortemente marcado pela burocracia e pelas normativas legais, convoca-nos a sucumbir à reprodução mecânica de atividades típicas da “lógica da razão instrumental”, funcional e subordinada a racionalidade institucional e capitalista, voltada para resultados imediatos, contrapondo-se à perspectiva emancipatória do projeto que defendemos [...]. Como resultado desse processo, temos significativa dificuldade em descolar o objeto profissional do institucional/legal, com vistas a demarcar a competência teórica e ético-política da profissão para além da técnico-operativa (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 31).

É diante desse cenário que se reafirma a racionalidade crítico-dialética como dimensão da instrumentalidade capaz de articular uma determinada intencionalidade com as condições objetivas e subjetivas, adequando os meios aos fins vislumbrados durante a atuação profissional nos diversos espaços de trabalho. Isso exige dos profissionais o fortalecimento de sua base teórico-metodológica por meio da constante capacitação (baseado nas Diretrizes Curriculares) e na formação continuada enquanto imperativo ético, permitindo sua atuação captar o movimento da realidade em sua dinamicidade¹⁰.

¹⁰ Além disso, é importante estar apoiado nas leis e diretrizes normatizadoras da prática profissional, o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, bem como o conjunto das legislações sociais as quais a categoria profissional está vinculada na operacionalização do processo de trabalho para conseguir encontrar as finalidades e objetivos que cada demanda lhe requer e articulá-los com a dimensão ético-política.

Todo esse legado sócio-histórico na maneira de intervir na realidade social do Serviço Social brasileiro reflete-se nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que este/a atua. Na particularidade da área sociojurídica, esse/a profissional intervém tendo que dar respostas a demandas sociais gestadas nas relações antagônicas entre trabalho e capital, sendo importante enriquecer essa instrumentalidade por meio de estratégias e de uma razão teleológica que sejam contra a individualização dos direitos sociais, judicialização da questão social ou a culpabilização dos sujeitos que requerem os serviços. Nesse sentido, deve procurar responder a demandas coletivas da sociedade mediante a complexidade posta pela polaridade antitética da área sociojurídica, ou seja, a “polaridade entre proteção de direitos e responsabilização civil ou criminal” (BORGIANNI, 2012, p. 167). Por isso, o que importa no exercício profissional é

buscar a proteção dos direitos sempre, proteger sempre. A polaridade que devo fortalecer é a da proteção, não é a da responsabilização, afinal, no nosso Código de Ética, não há nenhum artigo que diga que a [...] atribuição é responsabilizar civil ou criminalmente alguém. Isso é, porém, o que muitas vezes juízes e promotores estão tentando nos impingir no cotidiano (BORGIANNI, 2012, p. 172).

Outro ponto evidente é a necessidade de estimular na instituição a participação de usuários dos diversos serviços da rede, para que possam ter acesso às informações e serviços pertinentes aos encaminhamentos dados às demandas por eles apresentadas. Por isso destaca-se que tal aproximação com os sujeitos abarcados pela área sociojurídica pode possibilitar aos profissionais a formulação de estratégias concretas de intervenção que extrapolem o campo da mera mediação de conflitos individualizados, mas a identificação dos anseios, frustrações e violações de direitos nos diversos contextos sociofamiliares e comunitários que venham a ocorrer na sociabilidade do capital.

Então, considerando a atual conjuntura de ameaça aos direitos sociais que foram conquistados ao longo dos anos, o Serviço Social é tensionado a buscar novas estratégias concretas em seu processo de trabalho. De antemão, reconhece-se que a instrumentalidade guiada pela racionalidade instrumental formal-abstrata não consegue realizar as mediações necessárias para dar conta da complexidade da realidade concreta dos sujeitos e não é capaz de fazer as mediações pertinentes para suprir as suas reais demandas. Por isso, diante do cenário de ofensiva, retração, desmonte e destruição dos direitos da classe trabalhadora – e aqui destaca-se o direito positivado ainda como protagonista na área sociojurídica, com sua lógica de manutenção da propriedade privada, dos interesses de uma classe burguesa que se apropria dos espaços de poder e da riqueza socialmente produzida e da castração da ideia de universalidade dos direitos sociais, políticos e econômicos – é que se vê a extrema importância do Serviço Social estar alinhado à uma racionalidade crítico-dialética, realizando o exercício de

aproximação com a classe trabalhadora e fazendo a articulação junto aos movimentos sociais que lutam pela democratização e pelo acesso universal aos recursos socialmente produzidos, bens e serviços.

Nuances teórico-filosóficas da instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica

O que queremos dizer com área sociojurídica concretamente? O referido termo inicia como uma proposta para qualificar a inserção dos assistentes sociais nas instâncias do judiciário e do penitenciário. Esse termo foi apropriado posteriormente pela categoria a partir dos anos 2000 Borgianni (2013) e CFESS (2014). Atualmente, podemos delimitar a área sociojurídica como sendo constituída por diversas instituições que requisitam o trabalho especializado do Serviço Social

como espaços sócio-ocupacionais a serem abrangidos: [...] Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública/Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas, Sistema Penal/Penitenciário e Segurança Pública, Sistema de Aplicação de Medidas Socioeducativas, Instituições Policiais, Programas na Área de Políticas Públicas de Segurança, Serviço de Acolhimento Institucional/Familiar (CFESS, 2014, p. 09).

Portanto, é possível inferir que esse profissional adquiriu competências e habilidades durante sua trajetória, diferenciando-se de sua prática inicial (gênese), mas que o fizeram necessário à incorporação nas atividades desenvolvidas na área sociojurídica, ampliando seus postos de trabalho e solicitando um perfil crítico-reflexivo. Mesmo com os avanços da categoria, segundo Fávero (2014), o Serviço Social, não só no judiciário, deve redobrar a atenção quanto ao fazer profissional para não cair em equívocos, como o de reduzir seu trabalho à dimensão tecnicista ou pragmática, tendo em vista que

os profissionais da área de Serviço Social devem questionar se o trabalho apenas como perito não leva ao risco maior e mais fácil da fragmentação das suas ações e da terceirização desses serviços, enquanto parte do projeto neoliberal de um Estado mínimo. O trabalho articulado com políticas e projetos sociais, por sua vez, pode confundir-se ou sobrepor-se a ações de responsabilidade do Poder Executivo (FÁVERO, 2014, p. 19).

Porém, mesmo tendo registrado avanços com a incorporação e ampliação da área sociojurídica, este não foi acompanhado da estruturação das condições objetivas de trabalho e de recursos humanos adequados às necessidades requisitadas e às complexidades das demandas sociais apresentadas na atualidade. Muitas vezes, por mais que precisem de determinado serviço ou atendimento, não conseguem acessá-lo, tornando-se o que podemos denominar de demanda reprimida (não passível de ser atendida em tempo hábil).

Em que pese toda a trajetória da profissão na área sociojurídica, destacamos o ano de 2017, quando o Serviço Social é provocado no âmbito do judiciário a aplicar as técnicas do Depoimento Sem Dano com a aprovação da Lei nº 13.431 que versa justamente sobre a coleta de depoimentos das múltiplas violências sofridas pelo segmento infanto-juvenil. De acordo com Fávero (2018) as demandas com maior requisição estão na Justiça da Infância e da Juventude e Justiça da Família, caracterizando-a como violência institucional, que pode acentuar o processo de revitimização, submetendo a criança a inquirição, responsabilizando-a pela produção da prova judicial, nos casos em que esta é vítima ou testemunha de crimes e colocando o profissional como averiguador da “verdade dos fatos”, contrariando seus princípios ético-políticos e político-normativos.

A partir dessa contenda, é preciso evidenciar os pensamentos de Iamamoto (2015) e Netto (2016), os quais entendem que o esforço intencional tem contribuído para orientar o Serviço Social na modernidade, no ato permanente de revisitar e cultivar o pensamento crítico-dialético em rebatimento ao movimento pós-moderno. Não é à toa que tem se desencadeado, desde o movimento de intenção de ruptura do Serviço Social, a apropriação por parte dos profissionais, pesquisadores e docentes, de conteúdos teórico-metodológicos de diversas matrizes, como o marxismo e pensamentos convergentes rumo à construção de um projeto de sociedade justa, equitativa e democrática, livre das opressões de raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, classe social, ou seja, os pontos nevrálgicos das expressões da questão social no Brasil, que rebatem na área sociojurídica.

A cena contemporânea tensiona o Serviço Social a respostas imediatistas, também na particularidade sociojurídica, dada a complexificação das demandas e ampliação das requisições profissionais. Respostas estas que se alinhem ao conjunto de orientações técnicas para mediação e restauração da justiça – dito em outras palavras – em execução terminal da política social, nesse caso em particular das prescrições legais e formal-abstrata do direito positivado no marco da sociabilidade capitalista atual. Diante disso, como tem se expressado as nuances teórico-filosóficas que materializam a instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica? O Serviço Social dessa área tem conseguido operar estratégias de respostas profissionais que contemplem a agenda do PEPSS?

Acerca de tais questionamentos, um ponto de partida para buscar respostas é desvelar as relações sociais dos sujeitos em seu cotidiano. Pode-se destacar que o cotidiano é o espaço de reprodução das relações sociais e dos modos de vida, bem como campo onde a práxis, fruto da realização do trabalhador, se expressa de maneira diversa, heterogênea, complexa. A vida moderna tem gerado demandas sociais que refletem as múltiplas estratégias de intervenção

realizadas diante do objeto de atuação (as expressões da questão social), cabendo ao assistente social, no exercício da profissão, realizar as mediações necessárias entre a singularidade e a totalidade, decifrando como se processam nos sujeitos os laços de solidariedade, as perpetuações de relações de dominação e de poder, ou mesmo de eventos sócio-históricos transformativos.

O desafio colocado hoje de atuar na perspectiva de uma instrumentalidade que permita a efetivação de uma racionalidade crítico-dialética, tanto na formação acadêmica quanto no campo de intervenção¹¹, está atravessada pela dimensão política do processo do trabalho, sobretudo no cotidiano das instituições em que atua, por ser entendido como seu espaço maior de intervenção e compreensão das realidades desses sujeitos. É também na área sociojurídica, mesmo que permeado pelo jogo de interesses de classes e das profissões que lá intervém, que se dá a tomada de decisão e direção ético-política e se define quais estratégias, instrumentos e técnicas vão ser mobilizadas na realização de sua prática profissional.

Para sinalizar um dentre muitos desafios socio-históricos e estruturais no sistema judiciário, apontamos a dificuldade de julgar e avaliar a tipificação do crime de racismo seja no âmbito pessoal ou social do indivíduo vitimado, concluindo que é preciso “romper com a tradicional “escuta” [...] que, historicamente, dissolveu a queixa de violência racial em demanda social comum; incorrendo em sua desidentificação e banalização” (AMARO, 2020, p. 85). Estruturalmente são estabelecidas de forma velada na estrutura do judiciário principalmente, não só a questão do racismo estrutural, mas tantas outras que configuram também como provocação e tencionamento da práxis da categoria profissional nessa área.

Diante disto, nesse contexto de disputa entre a agenda do capital, a viabilização dos direitos sociais da classe trabalhadora e as requisições da profissão na contemporaneidade

no contexto dessas disputas, desafio significativo diz respeito à relação teoria/prática e como essa relação vem sendo apreendida pela categoria. Os desafios dessa relação manifestam-se na recorrente afirmativa na categoria de que “na prática a teoria é outra”, em uma nítida convicção de que “uma teoria se encaixa na prática”, e no seu extremo, de que “somente a experiência profissional oferece, por si só, os conhecimentos necessários para uma intervenção com qualidade. Igualmente, tais desafios se expressam na queixa de que a formação profissional não habilita para a ação, uma vez que não apresenta modelos de intervenção nem oferece os instrumentos técnico-operativos adequados à ação profissional (SANTOS, 2016, p. 266).

Essa contenda de interpretações gera no cotidiano profissional, em um primeiro

¹¹ Aqui essa racionalidade se materializa na instrumentalização dos relatórios, pareceres sociais, laudos sociais e perícias sociais, dentre outras técnicas e instrumentais que necessitam estar imbuído de uma intencionalidade ancorada na razão crítico-dialética.

momento, uma insegurança na construção do caminho a ser seguido. Todavia, é preciso superar o anseio de que o profissional qualificado é aquele que somente tem um bom domínio dos instrumentais técnicos e operativos, mesmo entendendo que a dimensão é válida e imprescindível. Ir além do conhecimento instrumentalizado, incorporando elementos teóricos, valorativos, diretrizes ético-políticas, apropriar-se das condições objetivas de trabalho e das categorias de análise da realidade é condição indispensável na concretização da prática profissional, pois se considerarmos a complexidade das requisições dos usuários, assim como as requisições impostas pela demanda institucional, percebemos que na práxis do assistente social,

[...] sobretudo em situações de violações de direitos, é imprescindível compreender e identificar as demandas institucionais, sociais e profissionais a fim de não cair em armadilhas de vincular a sua atuação a requisições institucionais, ou mesmo da política pública estatal, marcadas por orientações focalizadoras e reducionistas que não compreendem as expressões da questão social incidentes na condição de vida dos usuários, e por ações/omissões do Estado na mediação das demandas da classe trabalhadora e os direitos sociais. Utilizando-se da dimensão teórico-metodológica ao ser requisitado a atuar [...] o assistente social volta a sua prática para busca da compreensão do contexto histórico, econômico, familiar, comunitário, cultural/étnico e político, configurando os elementos estruturantes/determinantes das análises que operam ao identificar o terreno onde se expressam as violações de direitos (GALVÃO; MORAIS; SANTOS, 2020, p. 275).

Sendo assim, o primeiro norte que se pode evidenciar, é que a postura profissional hoje, mediante as diretrizes do PEPSS no âmbito sociojurídico, vai contra a criminalização da pobreza e do controle do Estado sobre os cidadãos, desmistificando as práticas punitivas e assistencialistas diante das expressões da questão social e de sua complexidade. A categoria profissional tem a missão de trazer à área sociojurídica “a historicidade ontológica do ser social, pela via das diversas possibilidades de intervenção profissional” (CFESS, 2014, p. 15), no intuito de se opor à violação de direitos sociais e desconstruir as práticas judicializadas dos profissionais que, consciente ou inconscientemente, acabam recaindo numa prática aproximada da dialética hegeliana. Marx (2004) já fazia a crítica ao evidenciar que

o positivismo acríptico e do mesmo modo o idealismo acríptico das obras hegelianas [...] trazem essa restauração da empiria existente. A vindicação do mundo objetivo para o homem – [...] o conhecimento de que a consciência *sensível*, não é nenhuma consciência *abstratamente* sensível, mas uma consciência *humanamente* sensível; de que a religião, a riqueza etc., são apenas a efetividade estranhada da objetivação *humana*, das forças essenciais *humanas* nascidas para a obra e, por isso, apenas o *caminho* para a verdadeira efetividade *humana* – esta apropriação ou apreensão neste processo aparece para Hegel, [...] de modo que a sensibilidade, religião, poder do Estado etc., são seres espirituais – pois apenas o espírito é a *verdadeira* essência do homem, e a verdadeira forma do espírito é o espírito pensante, o espírito lógico, especulativo. A *humanidade* da natureza e da natureza criada pela

história, dos produtos do homem, aparece no fato de estes serem produtos do espírito abstrato e nessa medida, portanto, momentos espirituais, seres do pensamento (MARX, 2004, p. 122).

É justamente na contramão do pensamento hegeliano que se busca desmistificar o fetiche do direito positivado nessa área e ter a capacidade de criar e articular estratégias para a universalidade de acesso aos direitos sociais mesmo diante das contendas advindas dos interesses de classes e dos jogos políticos que permeiam o espaço de intervenção. É no exercício também hegemônico de contrapor-se à lógica do pensamento pós-moderno, que o Serviço Social tem trilhado rumo às estratégias de intervenção, de resgate sócio-histórico e de ação coletiva, valendo-se da força de práticas sociais norteadas por “processos abertos, mobilizador de relações, reflexão e ação intergrupos [...] de um corpo social múltiplo e expressivo que introduz efeitos transformadores a nível do coletivo” (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 57).

Para Borgianni (2013) entender que cada processo judicial resulta da aproximação com a dialética da realidade social, do reconhecimento das particularidades de cada demanda social, das singularidades que suscitam o entendimento da totalidade dos fenômenos sociais gestados na complexa e contraditória sociabilidade do capital, se coloca no universo sociojurídico como necessário para desvelar as contradições entre a viabilização do direito social e o processo de responsabilização civil e criminal que se apresentam muitas vezes de formas mistificada e fetichizada na luta entre as classes sociais.

Dessa forma, mesmo o Serviço Social tendo buscado articulação com outras categorias profissionais e com a sociedade civil, tem encontrado barreiras na implantação de bases democráticas e processos organizativos de trabalho norteados por uma dimensão crítico-dialética. Por isso é preciso entender a materialização da intencionalidade ancorada nas dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas. Quando da implementação dos seus objetivos por meio da instrumentalidade,

o Serviço Social [...] sempre buscou a recusa de perspectivas que venham estimular a reprodução de práticas de tendências conservadoras e distanciada do conjunto da análise da sociedade em sua totalidade histórico-social. Tal distanciamento reflete um posicionamento contemporâneo importante no campo ético-profissional. [...] Significa dizer que a ética expressa o ato de refletir criticamente sobre determinada conduta e que a mesma é dependente de duas tomadas de posição importantes para a formação do ethos profissional do Serviço Social: de um lado, o(a) assistente social deverá levar em consideração os princípios éticos orientadores explícitos no Código de Ética de 1993, considerando os argumentos teleológicos, éticos e políticos; por outro lado, deverá tomar como referência o cotidiano profissional, o respeito e o cumprimento das normativas legais e o respeito aos posicionamentos dos profissionais (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 77-78).

É pensando no cenário permeado por essas contradições, no campo da ética e da política,

do exercício profissional ou da organização política da categoria na ordem social vigente, que o PEPSS tem fundamentado os processos de resistência aos postulados pós-modernistas e a luta perene pela ruptura com segmentos conservadores de perspectivas reacionárias clássicas e neoclássicas. Essa *intenção de ruptura* busca desvencilhar-se de teorias de base neotomista, neopositivista¹² e estrutural-funcionalista, referenciando-se nas forças teórico-filosóficas e teleológicas progressistas e no campo da resistência para a luta pela concretização de uma nova ordem societária, com significado sócio-histórico e ético-político emancipatório que ainda hoje coloca a categoria profissional em movimento crítico e reflexivo e dá um novo sentido à prática interventiva e seu instrumental técnico-operativo.

Porquanto, podemos inferir que ao adentrar o campo de trabalho, o/a assistente social, em qualquer ambiente que esteja inserido/a precisa ultrapassar o discurso do senso comum, buscar uma contextualização da realidade social acionando a categoria totalidade e ser atento/a às particularidades dos usuários, ao aproximar-se de suas vivências no cotidiano para conciliar os objetivos de sua prática (viabilização de direitos sociais, acesso a bens e/ou serviços). Do contrário, uma apreensão imediatista, utilitarista e instrumental forma-abstrata da realidade pode afetar todo o processo de trabalho e a instrumentalidade empregada para a concretização dos objetivos propostos, ainda mais quando se está inserido no processo de precarização das condições objetivas de trabalho e sendo tensionado por

exigências de produtividade postas pelo mercado, com pressões por prazos a serem cumpridos; a falta de técnicos especializados e/ou a diminuição de recursos humanos e financeiros; os precários contratos trabalhistas que comprometem a qualidade impressa ao conteúdo do trabalho e dos procedimentos utilizados na sua realização, uma vez que não garantem a continuidade de suas atividades; poucos profissionais para atender a um grande contingente, fortalecendo práticas rotineiras, reiterativas e fragmentadas (SANTOS, 2016, p. 279).

Dessa maneira, o/a assistente social, em seu fazer profissional, se depara com diversas realidades que se apresentam no plano da singularidade dos territórios e instituições em forma de problemas globais, que abrangem aspectos a nível individual, familiar e comunitário.

Valendo-se do exemplo do judiciário do Rio Grande do Norte, Silva (2020) e Simião (2020) evidenciam que alguns desafios corriqueiros do cotidiano profissional do Serviço Social

¹² Assim como o Positivismo Lógico, o Neopositivismo se materializa na negação da ontologia do ser social e exclui da ciência questões relativas à concepção de mundo (LUKÁCS, 2012). Essas expressões teórico-filosóficas se baseiam em elementos do positivismo de Augusto Comte enquanto expressão ideal do ser social burguês baseada na linguagem matemática e na quantificação da vida social; do método experimental e do empirismo lógico, tendo como critério o caráter de "verdade" baseado nas consequências e nas necessidades imediatas. Há o reconhecimento de uma ontologia oculta, baseada na experiência e nas sensações, sendo que o critério privilegiado é a utilidade cotidiana.

se revelam de formas diversas como processo de precarização do trabalho: a) falta de sala específica para atendimento e acolhimento inicial dos usuários; b) sala sem isolamento acústico para atendimento de modo a preservar as informações prestadas pelos usuários/as – o que prejudica o serviço, a coleta de dados, a manutenção do sigilo profissional das informações prestadas e viola direitos dos usuários baseados na resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Serviço Social.

Um dos desafios enfrentados no Rio Grande do Norte, na atualidade, frente a execução do trabalho nas varas de infância e juventude pelas equipes técnicas, da qual o Serviço Social faz parte, é a ausência da Rede de Acolhimento Institucional fixa voltada à infância e juventude garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Também a não implementação do Programa Família Acolhedora respaldado pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) na maior parte dos municípios situados fora da Região Metropolitana Potiguar.

Tais problemas explicitados acima, em especial para as crianças e adolescentes com vínculos socioafetivos já rompidos ou sem amparo do núcleo familiar, dificulta o atendimento as demandas de violação de direitos ou da entrega espontânea de forma adequada, afetando o acolhimento, o acompanhamento e demais encaminhamentos no processo de intervenção agravando a situação desse segmento em situação vulnerável social e economicamente (FARIAS; FORTUNA; MIKOSKI, 2020). Diante desse contexto, essas crianças e adolescentes acabam permanecendo em situação de violação de direitos devido ao longo período para resolução dos casos ou por falta de condições de realização dos encaminhamentos que são necessários.

Pensando nesse cenário, como estratégia a ausência da rede de serviços, as varas de infância e juventude do Rio Grande do Norte convencionaram mediante as alterações da Lei nº 12.010/09 e a Lei nº 13.257/16 a encaminharem tais crianças e adolescentes aos pretendentes habilitados à adoção no Cadastro Nacional de Adoção mesmo sem estarem destituídas do poder familiar, como uma estratégia de retirada temporária desse segmento social do ambiente em que sofrem as múltiplas violências até que os casos pudessem ser resolvidos juridicamente (SILVA, 2020). Todavia, reconhecemos que tal procedimento tem diversas implicações, principalmente no âmbito socioafetivo, já que os pretendentes à adoção acabam criando vínculo com as crianças e adolescentes e vice e versa que não necessariamente estão destituídas do poder familiar para concretizar uma possível adoção e a não preparação em tempo hábil dessa criança ou adolescente para entender todo esse processo que é complexo.

Tais fatores comprometem a qualidade do serviço prestado e gera tanto para o Serviço

Social, quanto às demais profissões, demandas de um acompanhamento sistemático e um universo de correlações de forças que – dada as condições do trabalho, a formatação do espaço socio-ocupacional e as tensões entre as racionalidades que orientam a instrumentalidade no cotidiano do exercício profissional – tendem a crescer, complexificar-se e ficarem reprimidas. Decerto, com o agravamento da questão social, percebe-se que o perfil do/a usuário/a na área sociojurídica, especialmente nos processos das varas de infância e juventude são, em sua maioria, a parcela pauperizada da população (crianças e adolescentes que são destituídas do poder familiar) pela situação de extrema vulnerabilidade social, casos de negligência, abandono e violências em suas multiformas segundo Pizzol (2006) e Fávero (2014).

Além disso, as mudanças que estão sendo impostas por diretrizes de políticas públicas federais às equipes multiprofissionais que desenvolvem abordagem interdisciplinar na área sociojurídica, querendo colocá-las como meros mediadores de conflito reduzindo o exercício profissional a técnicas burocratizadas e de cunho tecnicista¹³, têm sido descoladas da construção do legado sócio-histórico das profissões, em particular do Serviço Social, que atuam nessa área, evidenciando rebatimentos negativos na autonomia profissional e gerando um processo de conflito entre estes que, por um lado, se valem das atribuições privativas das legislações normativas das profissões e, por outro, tensionados pelo atendimento a qualquer custo das demandas institucionais, sujeitam-se a práticas que resgatam expressões teórico-filosóficas conservadoras e neoconservadoras com a apreensão de forma superficializada e também do direito positivado da dialética hegeliana que parte “do estranhamento, do infinito, [...] da abstração absoluta e fixa, [...] da religião e da teologia, onde o infinito, assenta, o efetivo, o sensível, o real, o finito, o particular” (MARX, 2004, p. 118).

Considerações finais

O legado social e histórico do Serviço Social no Brasil, dos anos 1980 até os dias atuais, revela que a categoria tem buscado, não só na área sociojurídica, mas também nos diversos espaços que ocupa, orientar-se por categorias analíticas (totalidade, mediação, singularidade, particularidade, universalidade, dialética) buscando a compreensão ontológica da realidade e dos sujeitos que a constroem, permitindo revelar o movimento do próprio real além do aparente, principalmente à luz do paradigma marxista, que se mostra como ferramenta articuladora das

¹³ É preciso atentar para as orientações do CFESS (2014b, p. 22) que afirma que “a dimensão técnico-operativa do Serviço Social não se confunde com imposições do jurídico e do normativo abstrato”. O profissional do Serviço Social na Rede de Proteção deve pautar sua atuação norteada pelas atribuições e competências articuladas ao projeto ético-político a partir da razão crítico-dialética, tendo clareza dos limites e possibilidades de sua intervenção frente às requisições (GALVÃO, MORAIS e SANTOS, 2020, p. 278).

dimensões constitutivas de instrumentalidade do Serviço Social, destacando-se como essenciais para uma abordagem interventiva crítico-reflexiva-dialética.

O/a assistente social, em sua prática profissional, ao operacionalizar uma instrumentalidade na área sociojurídica, não pode/deve incorporar posturas em que procura culpados, criminosos ou indivíduos com condutas moralmente reprováveis e/ou menos ainda guiar seu cotidiano profissional em busca da verdade absoluta e isso é independentemente dos segmentos atendidos (sejam os casos de família, de infância e juventude, do idoso, do sistema penitenciário, de saúde mental, de drogadição e dos casos de violação nas relações de etnia, gênero e étnico-raciais). Ao contrário, deve-se afirmar sua práxis profissional na perspectiva de atender aos direcionamentos ético-políticos ancorados nas normativas legais da profissão e nas orientações jurídico-legais que se tem construído ao longo das últimas quatro décadas.

Na área sociojurídica, seu objetivo não é constituir provas processuais, mas sim viabilizar direitos sociais a fim de universalizá-los. Não se está em busca de verdades absolutas ou de uma prática de mera conciliação de conflitos a nível de indivíduo e pacificação social. É necessário encontrar, para os usuários/as desse serviço, formas de viabilização de direitos sociais, de acesso a bens e serviços, de estratégias que possibilitem processos de transformação social nos contextos sociofamiliar e comunitário e da desestigmatização das expressões da questão social. Por isso, acredita-se no instrumental técnico-operativo como uma das ferramentas de materialização e viabilização de direitos sociais ao ser norteadas pela instrumentalidade construída historicamente que se mantém em sua necessidade e viabilidade histórica de forma hegemônica na categoria profissional.

Dessa forma, entendemos ser a formação crítico-reflexiva, a materialização de uma instrumentalidade guiada pela intencionalidade enraizada na racionalidade crítico-dialética e o profundo alinhamento ao PEPSS um caminho a ser seguido na oposição daquelas racionalidades e práxis que se pretendem a reprodução acrítica do instituído. É a capacidade de mobilizar as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que nos possibilitará também proceder a articulação com outras categorias profissionais que compartilham dos ideais do Projeto Profissional hegemônico e que tenham objetivos convergentes diante do contexto histórico, político e econômico brasileiro. Essas estratégias, que exigem para além de um esforço individual, uma coletivização da resistência, se mostram como mediações essenciais para combater a mercadorização e a fragmentação da produção do conhecimento impondo limites ao avanço de expressões teórico-filosóficas conservadoras e neoconservadoras na área sociojurídica que tentam desarticular a dimensão político-organizativa no cotidiano profissional em meio ao avanço de práticas indiferenciadas de cunho

tecnicista, pragmatista e eclética; que tentam resgatar a base sincrética de uma racionalidade instrumental formal-abstrata, moralista e psicologizante que já nos conduziu outrora e “hoje é uma roupa que não nos serve mais”.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em 13 de jun. de 2020.

AMARO, Sarita. *Subsídios para superar o racismo nas instituições e nas mediações profissionais*. In: MIKOSKI, Vanessa Dorada; SERRANO, Solange Aparecida (Orgs.). *Psicologia e Serviço Social: fundamentos para o trabalho no judiciário*. 1ª Ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020, p. 67-90.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010*. Brasília: CNJ, 2010. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/Resolucao-CNJ-125_2010.pdf. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

_____. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 2017.

_____. Dispõe sobre adoção. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Distrito Federal: Congresso nacional, 2009.

_____. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Distrito Federal: Congresso nacional, 2016.

BORGIANI, Elisabete. Identidade e autonomia do trabalho do/a assistente social no campo sociojurídico. In: CFESS (Org.). *Anais do II Seminário Nacional O Serviço Social no Campo Sociojurídico na Perspectiva da Concretização de Direitos. Gestão Tempo de Luta e Resistência*. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf. Acesso em: 06 de jul. de 2020.

_____. *Para entender o Serviço Social na área sociojurídica*. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 115, p. 407-442, jul./set. São Paulo: Scielo, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300002.

Acesso em: 07 de jul. de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atuação de assistente sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*. Brasília: CFESS, 2014.

_____. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006*. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

FÁVERO, Eunice Terezinha. *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social*. CFESS (Org.). Ed. 11. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos*. Revista Serv. Soc. Soc., n.131, pp.51-74. [online]: Scielo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n131/0101-6628-ssoc-131-0051.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

FARIAS, E. Augusto; FORTUNA, Sandra L. de Andrade; MIKOSKI, Vanessa Dorada. In:

- MIKOSKI, V. Dorada; SERRANO, Solange A. (Orgs.). *Psicologia e Serviço Social: fundamentos para o trabalho no judiciário*. 1ª Ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020, p. 67-90.
- GALVÃO, Ana Carolina; MORAIS, Janaína Barbosa de; SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. *Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas?* Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 138, p. 263-282, maio/ago. 2020
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Cadernos do CEAD - Curso de especialização à distância em políticas sociais. Brasília: ABEPSS/CFESS/UNB, 2000. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. de 2019.
- GOIS, Dalva Azevedo de; OLIVEIRA; Rita C. S. *Serviço Social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em: <https://www.academia.edu/31738097/David_Harvey_A_condi%C3%A7%C3%A3o_p%C3%B3s_moderna_Livro_COMPLETO>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 36ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. *Serviço Social em tempo de Capital Fetichado: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7ª ed. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- LUKÁCS, György. *Para uma antologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2016/12/ff130318ae9d9b74571de73bdc7d1509.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1ª ed. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosc3b3ficos.pdf>>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. Tradução de Néelson Jahr Garcia. [Recurso Eletrônico]: Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2020.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. *Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000*. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do (Org.). *Cenários, contradições e pejeas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- NETO, Wanderlino Nogueira. *A judicialização da questão social: desafios e tensões na garantia dos direitos*. In: Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *II Seminário nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos*. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2019.
- NETTO, José Paulo. *A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.
- _____. *Para uma história nova do Serviço Social no Brasil*. In: SILVA, Maria Liduína de

- Oliveira (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cotidiano_conhecimento_critica.PDF>. Acesso em: 23 de set. de 2019.
- ORTIZ, Fátima Grave. *Serviço Social e trabalho interdisciplinar*. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do (Orgs.). *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários pejejas e desafios*. 1ª ed. Recife: Editora UFPE, 2014.
- PIZZOL, Alcebir Dal. *Estudo Social ou Perícia Social? Um estudo teórico-prático da justiça Catarinense*. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social*. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. *A ética na produção intelectual do Serviço Social e o PEP: tendências teórico-metodológicas em debate*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal: UFRN, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19719/1/NilmarFranciscoDaSilvaSantos_DISSERT.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.
- SILVA, Bismarck Oliveira da. *A instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica: intensionalidade em constante movimento*. In: HOLANDA, Janaína M. Silva; MAUX, Ana Andréa Barbosa (Orgs.). *Psicologia e Serviço Social: referências para o trabalho no judiciário*. 1ª Ed., V. 5, p. 241-264. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.
- SILVA, Bismarck Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Temporalis*, ano 18, n. 36, p. 65-93. Brasília: ABEPSS, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19879/pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.
- SIMIÃO, Luciana do Nascimento. O Serviço Social no acompanhamento de execução de medidas socioeducativas no judiciário. In: HOLANDA, Janaína M. Silva; MAUX, Ana Andréa Barbosa (Orgs.). *Psicologia e Serviço Social: referências para o trabalho no judiciário*. 1ª Ed., V. 5, p. 241-264. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *O sincretismo do Serviço Social: uma abordagem ontológica*. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do (Orgs.). *Cenários, contradições e pejejas do Serviço Social brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

A contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o envelhecimento ativo

Thiago Prisco*

RESUMO: O presente artigo discorre sobre a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Assistência Social para o envelhecimento ativo de pessoas idosas. O trabalho adota a concepção da Organização Mundial da saúde para classificar envelhecimento ativo. Aponta como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o envelhecimento ativo de idosos que vivenciam situação de vulnerabilidade e/ou risco social. O método de pesquisa adotado é o de revisão bibliográfica do tipo narrativa, uma vez que o interesse central do estudo é conhecer o fenômeno através de leituras já realizadas por outros pesquisadores, além de análise documental de algumas publicações que versam sobre o tema. Conclui-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos contribui para o processo de envelhecimento ativo e saudável uma vez que as suas ações são capazes de contribuir com o bem-estar e interação social de seus participantes, à medida que possibilita a vocalização de demandas e sua organização social.

PALAVRAS-CHAVE: envelhecimento; envelhecimento ativo; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

The contribution of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos to active aging

ABSTRACT: This article discusses the contribution of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Assistência Social to the active aging of elderly people. The work adopts the concept of the World Health Organization to classify active aging. It analyzes how the SCFV contributes to the active aging of elderly people who experience a situation of vulnerability and / or social risk. The research method adopted is the narrative-type bibliographic review, since the central interest of the study is to know the phenomenon through readings already carried out by other researchers. It is concluded that the Service of Coexistence and Strengthening of bonds contributes to the process of active and healthy aging since its actions are capable of contributing to the well-being and social interaction of its participants, as it allows the vocalization of demands and their social organization.

KEYWORDS: aging; active aging; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social Pedreira Prado Lopes/BH. Especialização Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça – Universidade Federal de Viçosa. Bacharel em Serviço Social - Centro Universitário UNA.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se configura como uma importante estratégia de garantia às famílias atendidas no âmbito da política de Assistência Social, possibilitando experiências de convívio familiar e comunitário, trocas culturais, vivências entre os usuários, com o objetivo de desenvolver seu sentimento de pertencimento e de identidade.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009 e que foi reordenado pela Resolução CNAS nº01/2013. É um serviço de natureza complementar ao trabalho social com famílias, realizado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2017).

O PAIF operacionaliza-se por meio do trabalho social com famílias, de caráter continuado, cuja finalidade central é fortalecer a função protetiva das famílias para evitar situações de ruptura de vínculos e promover acesso e usufruto a direitos. As ações são de natureza preventiva, protetiva e proativa, de modo a evitar a fragilização e ruptura de vínculos.

O PAEFI é um serviço de média complexidade da Assistência Social, situado no nível de Proteção Social Especial. Atua no apoio, orientação e acompanhamento de famílias, onde haja ocorrência de ameaça e de violação de direitos. Ocupa-se de promover direitos e trabalhar os vínculos familiares, comunitários e sociais e contribuir para a função protetiva das famílias, com vistas a superação das vulnerabilidades e riscos (BRASIL, 2009).

Por sua vez, o SCFV visa contribuir com a prevenção da ocorrência de situações de risco social e fortalecimento da convivência familiar e comunitária junto aos usuários, sendo de competência da equipe de referência do CRAS avaliar a inserção no SCFV e sobre a necessidade da sua participação em outras atividades da unidade (BRASIL, 2017).

O SCFV é um serviço de caráter preventivo e proativo, direcionado à defesa e afirmação de direitos dos usuários e que busca desenvolver as capacidades e potencialidades deles, objetivando alcançar alternativas de emancipação a fim de combater as vulnerabilidades sociais. Quando ofertado, deve materializar as seguranças afiançadas pela política de Assistência Social (BRASIL, 2017), quais sejam: (i) segurança de acolhida; (ii) segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais; (iii) segurança do convívio familiar e comunitário; (iv) segurança do desenvolvimento da autonomia individual; (v) segurança social de renda.

O serviço se estrutura a partir da formação de grupos, organiza-se a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o ciclo de vida (crianças até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos, idosos). Pretende desafiar os participantes,

estimulá-los e orientá-los na construção e reconstrução de suas histórias de vida, por meio de intervenções sociais planejadas (BRASIL, 2009).

Sua organização deve oportunizar trocas culturais e de vivências, desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecimento de vínculos familiares e incentivo a socialização e a convivência comunitária. Deve realizar ações que contemplem a intergeracionalidade e a composição por pessoas de ambos os gêneros, pessoas com deficiência, de diversas etnias, raças, entre outros (BRASIL, 2009).

Assim sendo, o SCFV tem como objetivos específicos contribuir para um processo de envelhecimento ativo, autônomo e saudável; afiançar ambiente de encontro para os idosos e, também, intergeracionais a fim de promover a convivência familiar e comunitária; identificar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para estimular a construção de novos projetos de vida; possibilitar momentos em que as experiências pessoais sejam enaltecidas e que valorizem e potencializem as próprias escolhas e decisões, para reverberar em desenvolvimento de autonomia e de protagonismo social dos usuários (BRASIL, 2009).

Portanto, o presente trabalho se propõe analisar a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o envelhecimento ativo e saudável de idosos que estão inseridos neste serviço, uma vez que este é um dentre os três eixos que o estruturam.

Por envelhecimento ativo adotaremos a concepção da Organização Mundial da Saúde (OMS) que o entende como “[...] o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (Organização Mundial da Saúde, 2005, p. 13).

Desta forma, buscaremos analisar como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o envelhecimento ativo de idosos que vivenciam situação de vulnerabilidade social.

Este artigo tem como objetivo geral compreender como o SCFV do SUAS pode contribuir para o envelhecimento ativo de idosos em situação de vulnerabilidade/risco pessoal e social. Sendo três os seus objetivos específicos, quais sejam: (i) Entender a definição de envelhecimento; (ii) Analisar o conceito de envelhecimento ativo; (iii) Constatar de que modo o SCFV contribui para o envelhecimento ativo.

O método de pesquisa será o de revisão bibliográfica do tipo narrativa, uma vez que o interesse central do estudo é conhecer o fenômeno através de leituras já realizadas por outros pesquisadores. A seleção dos artigos será realizada de modo arbitrário nos buscadores SCIELO, LILACS, MEDLINE, CILSAÚDE e Google Acadêmico, por meio dos descritores:

envelhecimento, envelhecimento saudável, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos. Caberá ao autor realizar o filtro de quais artigos serão utilizados, posteriormente.

O interesse pela pesquisa parte da experiência profissional do pesquisador, uma vez que é coordenador de um Centro de Referência de Assistência Social, onde é executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Além disso, pela atualidade da temática e pela contribuição que este debate pode trazer a comunidade científica e a todas aquelas que se interessarem por esta discussão.

O trabalho encontra-se dividido em quatro partes, além da Introdução e Considerações Finais. O primeiro aborda questões conceituais do envelhecimento. O segundo realiza um debate sobre o envelhecimento ativo. O terceiro realiza uma apresentação de como se estrutura o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O terceiro descreve este serviço, seus objetivos e as aquisições propostas aos usuários. O quarto busca dialogar sobre o Serviço de Convivência e suas contribuições para o envelhecimento ativo dos idosos incluídos no serviço.

Envelhecimento: discussões conceituais

A discussão sobre envelhecimento pode ser relegada a um plano muito objetivo e conduzida ao campo do óbvio por muitas pessoas. Pode partir da naturalização do envelhecimento como se o termo se esgotasse em si mesmo, dispensando sua explicação e sua compreensão através de uma abordagem multidimensional. Naturalizar este termo pode ser um grande perigo ao trabalhar com ele. Quando se fala sobre envelhecer, é possível que o sentido dado a este termo tenha a ver com as nossas representações sociais sobre ele. Deste modo, corre-se o risco de reduzi-lo a um único significado, como se fosse o verdadeiro ou o único possível, transferindo-o para a condição de coisa e não de fenômeno biopsicossocial.

Quando se aborda o tema do envelhecimento é pertinente iniciar a discussão situando-a no campo da associação histórica que se faz entre velhice, limitações e deficiências, o que contribui para reduzir esta fase da vida a um período pouco produtivo, atípico e deficitário (PAIVA, 1986).

Diversas concepções acerca de envelhecimento foram sendo construídas ao longo dos últimos anos no campo das ciências sociais e apontam para diferentes tendências conceituais que podem contribuir para a organização teórica acerca deste conceito. Como esclarece Melo *et. al* (2015), o envelhecimento pode ser compreendido de diferentes formas, como (i) período de desvalorização social; (ii) período de dependência; (iii) sinônimo de mudanças fisiológicas; (iv) sinônimo de maturidade intelectual/sabedoria; (v) período de valorização social; (vi)

período de atividade/liberdade/independência. Cada uma destas interpretações vai depender do período histórico e da cultura a que se está circunscrito.

Schneider e Irigaray (2008), discorrendo sobre o envelhecimento na atualidade, ponderam sobre a necessidade de ao tentar explicar essa etapa da vida, levar-se em consideração aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Uma vez que o reduzir a apenas um destes aspectos é insuficiente e se pode criar visões estereotipadas e preconceituosas acerca do fenômeno.

Como bem esclarece Rodrigues (2002, p. 64):

O envelhecimento entendido dentro de aspectos biológicos e cronológicos iguala todos os indivíduos, de todas as nações, de todas as culturas, de todos os tempos, não permitindo a manifestação de diferentes processos. Nesta homogeneização, o processo de envelhecimento está pautado apenas por perdas físicas, cognitivas, fisiológicas e sociais.

É importante se ter em mente que em cada cultura envelhecer pode ter sua própria representação, e mais que isso, cada sujeito pode fazer sua própria consideração sobre o processo de envelhecimento e dar novo sentido a esta etapa da vida.

Schneider e Irigaray (2008) indicam a necessidade de se olhar para a velhice como um construto social:

as concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587).

Ao longo dos anos, a velhice vem recebendo diferentes nomes na sociedade, sendo que essa pluralidade de nomes quase sempre evidencia a existência de preconceitos com relação a esta etapa da vida (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). “Entre os nomes mais comuns estão: terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso, velho, meia-idade, maturidade, idade maior e idade madura” (SHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 588, *apud* NERI & FREIRE, 2000).

Como se pode perceber o envelhecer não é uma questão apenas de idade cronológica, ou seja, não tem a ver apenas com a soma de anos e com uma determinada idade alcançada pela pessoa, mas se trata de um processo complexo e, como bem apontam Shneider e Irigaray (2008), compreendem, ao menos, quatro tipos diferentes de idades, quais sejam:

- (i) cronológica: refere-se a soma de anos total de uma pessoa, do nascimento até o momento atual;
- (ii) biológica: é um processo que se inicia antes do nascimento da pessoa e se prolonga por toda a vida. Tem a ver com as modificações físicas e mentais pelas quais a pessoa passa;

- (iii) psicológica: relaciona-se com o senso subjetivo de idade, com os padrões comportamentais assimilados ao longo da vida e com a relação existente entre idade cronológica e às capacidades psicológicas de quem vivencia o processo. De forma mais objetiva, tem a ver com o reconhecimento ou não do indivíduo com o ciclo de vida que a sociedade lhe confere;
- (iv) social: tem a ver com o modo com o qual os indivíduos lidam com os diversos papéis sociais e com as expectativas em relação às pessoas de sua faixa etária, dentro de sua cultura e grupo social, e com o *status social* que lhe conferem a partir dessa realidade.

Tal compreensão nos alerta sobre a ideia de que o envelhecimento não é algo estático e homogêneo, mas, ao contrário disso, é um fenômeno heterogêneo e não determinado. A este respeito, Rodrigues (2002, p. 64) esclarece que “o processo de envelhecimento pode ser compreendido através de uma dimensão de movimento, do fluir da vida e das possibilidades de desenvolvimento”.

É preciso compreender o envelhecimento como algo que se processa durante toda a vida humana, em cada etapa da vida as pessoas envelhecem e somente se finda com a morte. Deste modo, é errôneo pensar que é apenas a partir de uma idade determinada que o envelhecimento se inicia (PAIVA, 1986).

Devido a longevidade, as pessoas idosas, atualmente, podem ser classificadas em três grupos, quais sejam: (i) idosos jovens: 60 a 74 anos; (ii) idosos velhos: 75 a 84 anos; (iii) idosos mais velhos: a partir de 85 anos.

O processo de envelhecimento é influenciado por fatores sociais e culturais, não sendo um fenômeno universal, mas um aspecto evolutivo multilinear. Neste contexto, o ser humano em qualquer etapa da vida, e isso inclui a velhice, deve ser visto como um ser inacabado, em constante mudança e transformação (RODRIGUES, 2002). Este argumento, contribui para refutar o binômio que se formou socialmente para compreensão do processo de envelhecimento: cronológico-biológico. É salutar reconhecer que

o envelhecimento não é algo determinado pela idade cronológica, mas é consequência das experiências passadas, da forma como se vive e se administra a própria vida no presente e de expectativas futuras; é, portanto, uma integração entre as vivências pessoais e contexto social e cultural em determinada época, e nele estão envolvidos diferentes aspectos: biológico, cronológico, psicológico e social (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586).

Além do já exposto, faz-se necessário reconhecer que o fenômeno da elevação da expectativa de vida dos brasileiros que vem ocorrendo nos últimos anos se dá em consequência do avanço científico e tecnológico, da melhoria do nível de vida, da automação, da expansão

dos métodos de higiene, etc., aliado a condicionantes como condições socioeconômicas, as pessoas têm vivido mais anos e com maior qualidade de vida que nos séculos anteriores (PAIVA, 1986).

Dito isto, é inegável reconhecer que o envelhecimento populacional é uma grande conquista da humanidade para o século XXI, porém se coloca como um grande desafio. Tal advento ainda está mais relacionado a países desenvolvidos do que a países em desenvolvimento, apesar de ser notável também em muitos destes outros. Isso pode ser constatado quando se observa que, aproximadamente, 70% das pessoas idosas vivem em países desenvolvidos, sendo esta a população que mais cresce rapidamente. Por sua vez, nos países em desenvolvimento, o acelerado processo de envelhecimento traz severas mudanças sociais, tais como na família, no mundo do trabalho, na migração, na urbanização, resultando em um processo que culmina na redução do quantitativo de pessoas disponíveis para cuidar das mais velhas, quando necessário; principalmente com a expansão de pessoas vivas com 80 anos ou mais de vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

O período de envelhecimento pode ser considerado dicotomicamente como fase de desenvolvimento ou como processo de declínio. Desta forma, Paiva (1986) argumenta sobre a necessidade de distinguir os conceitos de senescência e senilidade, que muitas vezes são usados equivocadamente como sinônimos. Segundo esta autora, senescência tem a ver com o desgaste físico e mental fisiológico, lento e gradual, do envelhecer, como perda de algumas capacidades e habilidades comuns a outras fases da vida. Já a senilidade, se coloca como o declínio mais acelerado, tendo a ver com um estado patológico, acompanhado de confusão mental ou perda de memória. Enquanto a experiência da senescência está para todos, a da senilidade vai depender de fatores biológicos, neurológicos e/ou psicológicos de cada indivíduo.

Sendo assim, importa questionar: Se o envelhecimento é um processo contínuo e que ocorre ao longo da vida, o que pode contribuir para que esse processo aconteça de forma a gerar menos impacto na qualidade de vida das pessoas, principalmente após o período considerado velhice pela Organização Mundial da Saúde – OMS, qual seja, 60 anos nos países em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos?

Envelhecimento ativo

Foi na década de 1960 que se iniciou o incentivo a vivência de um novo estilo de vida para idosos, que, por sua vez contribuiu para a o surgimento de um novo paradigma acerca do envelhecimento, atribuindo-lhe um sentido positivo, fora do campo da inatividade. A partir de

então passa-se a incentivar o aproveitamento de qualidade do tempo livre por meio da realização de atividades diversas, no campo da saúde, do lazer, das relações, da aprendizagem, etc. (SILVA, 2014).

A elevação da expectativa de vida somada à possibilidade de viver esse período de forma mais ativa passou a contrariar a perspectiva das décadas anteriores, em que o envelhecimento estava vinculado a ideia de passividade. Diversas agências e órgãos internacionais passaram a se debruçar sobre a discussão do envelhecimento ativo, uma vez que constataram o crescimento substancial de idosos vivendo com mais de 60 anos. Tais iniciativas provocaram governos nacionais e locais a produzirem e implementarem políticas públicas voltadas a esta população como contribuição e incentivo ao envelhecimento ativo (SILVA, 2014).

De acordo com a OMS “o envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005, p. 13).

A palavra *ativo* não se refere unicamente ao sentido físico, mas ao desempenho de atividades contínuas no campo das diversas questões da vida, tais como as de natureza culturais, econômicas, sociais, espirituais, civis, etc. Entende-se, também, que essa atividade é uma construção. Ela não se inicia na velhice, mas se desenvolve ao longo da vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

O principal objetivo do envelhecimento ativo é prolongar a expectativa de vida de pessoas que estão envelhecendo, de forma saudável e com qualidade de vida, incluindo àquelas que se encontram fisicamente frágeis ou debilitadas, que requerem atenção especial ou cuidado. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005). Dessa forma,

entende-se que ‘a abordagem do envelhecimento ativo baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização [...]. Essa abordagem apóia a responsabilidade dos mais velhos no exercício de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida em comunidade’ (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005, p. 14).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (2005), é possível elencar alguns determinantes para o envelhecimento ativo, quais sejam: determinantes econômicos, sociais, pessoais, comportamentais, como também os relativos ao ambiente físico, aos serviços sociais e aos de saúde, às questões de gênero e culturais. A maneira como estes fatores ocorrem na vida das pessoas, ao longo de suas trajetórias, influencia de que modo elas viverão na velhice. Por conseguinte, esses fatores estão diretamente ligados aos indivíduos, suas famílias e países onde

vivem e como essas questões são tratadas nestes contextos.

Ao ver de Tótora (2017, p. 249),

o envelhecimento ativo é a fabricação de uma subjetividade modulável aos comportamentos tidos como responsáveis por prolongar a vida com qualidade. E somente desta forma se justifica viver muito. Ativa é a adjetivação da vida que seguiria um curso normal e linear do nascimento à morte.

Outra característica importante do envelhecimento ativo é promover a troca intergeracional e eliminar a discriminação aos idosos, a fim de se criar uma cultura de valorização da diversidade para as populações mais velhas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

Destarte, idosos e jovens são levados à participação contínua na condição de cidadãos munidos de direitos, resguardados por um conjunto de leis. Convocam-se os idosos à participação nos processos políticos comunitários nos âmbitos da família, vizinhança, religião, etc. Tal inserção política contribui para a saída da invisibilidade e oferece um status positivo à velhice, contribuindo com o acesso a direitos e oportunidades das futuras gerações (TÓTORA, 2017).

Tótora (2017, p. 241), a este respeito, infere:

Todos e cada um são enlaçados na trama do tempo linear, ligados ao movimento em direção ao futuro e, ao mesmo tempo, à linha horizontal do curso do tempo que vai do antigo presente (passado) ao atual. Englobados nesse horizonte temporal, as velhices “bem-sucedidas” deverão transmitir aos jovens e adultos a crença no estilo saudável de vida (prevenção e promoção da saúde) como o caminho para viver mais e melhor.

Consoante Silva (2014), é fundamental que o poder público incentive o envelhecimento ativo por meio do estímulo à circulação de ações que revelem a população idosa como portadora de recursos, autônoma, criativa e capaz de ressignificar a vida. Para isso, faz-se necessário atuar em diversos aspectos relacionados ao bem-estar, tais como condições físico-ambientais, rede de relações na família e fora dela, condições de saúde física e mental, condições materiais de vida, entre outras, que interagem constantemente com a pessoa idosa.

Dito isto, passaremos a apresentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para estabelecer a sua relação com a perspectiva de contribuição com o envelhecimento ativo.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: panorama

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SFCV compõe a Proteção Social Básica da Assistência Social (Lei N.12.435/2011), referenciado ao Centro de Referência

em Assistência Social (CRAS), juntamente com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

É um serviço de caráter protetivo e preventivo, complementar ao trabalho social com famílias e se organiza a partir de percursos, de acordo com o ciclo de vida dos usuários que o acessam, estimulando-os e orientando-os na construção e reconstrução de suas histórias e experiências individuais e coletivas. Tem como foco central a prevenção e ocorrência de situações de risco social (BRASIL, 2009).

Este serviço visa atender, preferencialmente, pessoas idosas que estejam nas seguintes situações: beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); beneficiários do Bolsa Família e de outros programas de transferência de renda; pessoas que vivenciem situação de isolamento social, impossibilitados de vivenciar trocas no ambiente familiar e na comunidade. É necessário, também, que além desses elementos sejam avaliadas a necessidade, o interesse e a disponibilidade para a participação no serviço (BRASIL, 2009).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p. 12) afirma que os objetivos gerais do SCFV, são:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009, p. 12).

Por sua vez, enumera alguns objetivos específicos deste serviço, sendo eles:

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários (BRASIL, 2009, p. 13).

O SCFV busca garantir aquisições progressivas aos usuários, por meio de situações

desafiadoras, a fim de estimulá-los e orientá-los na construção e reconstrução de suas histórias de vidas (BRASIL, 2009).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o SCFV pode ser ofertado para: criança de 0 a 06 anos; crianças e adolescentes de 06 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos e idosos a partir de 60 anos.

De acordo com a Resolução CNAS nº 01/2013, consideram-se situações prioritárias para acesso ao SCFV pessoas que vivenciam situações de: isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013).

A equipe de referência deste serviço deve ser composta por um técnico de nível superior do CRAS e por um ou mais de um orientador social ou educador social, com no mínimo nível médio de formação escolar. Desta forma, cabe ao técnico de referência acompanhar a execução do serviço e assegurar a aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar. O orientador ou educador social tem a responsabilidade de criar um espaço democrático e de convivência a partir do uso de estratégias diversas (BRASIL, 2016), como o desenvolvimento de oficinas e ações comunitárias (BRASIL, 2016).

Este serviço deve ser organizado em grupos a fim de ampliar as possibilidades de trocas culturais e de vivências entre os participantes, além de contribuir com o sentimento de pertença e de identidade. Ao considerar os ciclos de vida para formação dos grupos, busca-se respeitar as necessidades dos participantes (BRASIL, 2016).

Orienta-se que cada coletivo conte com, no máximo, 30 usuários e tenha periodicidade regular, uma vez que sua finalidade central é o fortalecimento de vínculos familiares, a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2016).

Os encontros nos grupos SCFV devem contribuir com algumas promoções, entre elas: processos de valorização/reconhecimento; escuta; produção coletiva; exercício de escolhas; tomada de decisão sobre a própria vida e seu grupo; diálogo para a resolução de conflitos e divergências; reconhecimento de limites e possibilidade das situações vividas; experiência de escolha e decisões coletivas; aprendizado e ensino de forma igualitária; reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas; reconhecimento e admiração da diferença (BRASIL, 2016).

O SCFV para pessoas idosas se organiza a partir de três eixos estruturantes, quais sejam: (i) convivência social e intergeracionalidade; (ii) envelhecimento ativo e saudável e (iii) autonomia e protagonismo; e tem uma proposta de organização em cinco percursos: (i) O grupo criou vida: fase de constituição do grupo; (ii) O grupo se viu: reflexão sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar; (iii) O grupo olhou o mundo: Reflexão sobre a comunidade e a contribuição social da pessoa idosa; (iv) O grupo reinventou sua casa: exercício de capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos; (v) E o grupo voou: encerramento do grupo e criação de possibilidades de encontro entre os participantes (BRASIL, 2012).

Como bem observa Alves (2014, p. 50),

convivência é a ação de conviver (viver em companhia de outro ou outros) e essa ação gera um vínculo, uma ligação que tem um sentimento de proximidade e intimidade. Sendo assim, trabalhar no sentido de fortalecer os vínculos sociais e familiares das pessoas idosas significa reforçar a relação da pessoa idosa com as pessoas com quem mantém laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade.

Deste modo, é possível avaliarmos de que modo o SCFV contribui com a perspectiva do envelhecimento ativo e como que as garantias afianças pela política de Assistência Social, materializadas por meio de aquisições aos seus usuários, se reverbera em maior qualidade de vida e com a superação de vivências de vulnerabilidades e riscos sociais.

SCFV como contribuição para o envelhecimento ativo de idosos em situação de vulnerabilidade /risco social

A questão do envelhecimento ativo é crucial para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma vez que se torna evidente perceber que em todos os percursos formativos deste serviço, o tema é abordado. Logo, assume lugar de transversalidade, realizando interações com outros temas diversos.

O tema envelhecimento ativo e saudável “é estruturado de modo a proporcionar entre os participantes uma vivência da velhice de maneira integrada, ativa e saudável com a orientação sobre práticas de autocuidado” (BRASIL, 2012, p. 58).

Deste modo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como intenção realizar atividades que abordem o processo de envelhecimento, dos prejuízos e ganhos acarretados por este processo, que produzam reflexão, debates e experiências capazes dar novos significados aquelas já vividas, além do desenvolvimento de habilidades e entusiasmo frente a vida, contribuindo para a construção de projetos de vida equilibrados (BRASIL, 2012).

Diante de tais considerações, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,

destacando a questão do envelhecimento ativo e saudável, como tema transversal, permite que sejam abordados temas e conteúdos que contribuem com a qualidade de vida de idosos e idosas, uma vez que busca vincular o processo de envelhecimento a interseccionalidade entre fatores de ordem biológica, psicológica, emocional, espiritual e social (BRASIL, 2012).

Outra dimensão importante considerada na metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a compreensão da velhice como uma fase do desenvolvimento humano, assim como as anteriores (infância, juventude, etc.), que sofre múltiplas influências e interferências da sociedade, da cultura, da família, enfim das instituições sociais (BRASIL, 2012).

Diversos temas devem ser abordados na dimensão envelhecimento ativo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre eles: sexualidade, finitude humana, espiritualidade, atividades físicas, esporte, integração, lazer, autocuidado, etc. Estes temas são abordados por meio de diversos recursos de natureza lúdica, pedagógica, esportiva, recreativa, reflexiva, etc. (BRASIL, 2012).

Silva *et. al* (2017) corroboram com a tese de que o SCFV para Idosos contribui para o envelhecimento ativo e saudável, inclusive ao destacarem que a abordagem ao tema não está apenas relacionada a ausência de doenças, mas com uma convivência familiar e comunitária como uma de suas bases.

Ao buscar realizar a integração do idoso na sociedade e até mesmo na própria família, com vistas a proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, este serviço promove aquisições importantes aos seus usuários em relação a uma velhice ativa e saudável (SILVA *et. al.*, 2017).

Entre as principais aquisições promovidas aos usuários deste serviço estão as seguranças básicas da política de assistência Social: (i) segurança de acolhida; (ii) segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais; (iii) segurança do convívio familiar e comunitário; (iv) segurança do desenvolvimento da autonomia individual; (v) segurança social de renda.

Carvalho (2017) afirma que os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos promovem o envelhecimento ativo e saudável à medida que são instrumentos de socialização para pessoas idosas. A participação nos grupos permite que a pessoa idosa desloque da posição de espectador para um papel ativo nos acontecimentos de sua vida, da sua família, da comunidade e do conjunto da sociedade. O que dialoga diretamente com as aquisições promovidas no âmbito da proteção social da Assistência Social.

O estímulo proporcionado pelo SCFV é multidimensional, uma vez que instiga os seus participantes fisicamente, culturalmente, socialmente, etc, de modo a contribuir para uma

melhor qualidade de vida. Sendo este mais um indicador de que promove práticas que somam à perspectiva do envelhecimento ativo (CARVALHO, 2017).

Faz-se importante destacar que o SCFV não é um espaço apenas para realização de lazer, mas possui um planejamento articulado às demandas da população que atende. Desta forma, busca por meio de suas atividades estimular a reflexão e popularizar o acesso a informações e conhecimentos, por meio de debates construtivos, a fim de fortalecer o papel social deste segmento (CARVALHO, 2017). “Portanto, esse serviço deve conter ações compatíveis aos interesses, necessidades e limitações do grupo a quem é destinado. No caso dos idosos, devem ocorrer ações que contribuam para o envelhecimento saudável” (CARVALHO, 2017, p. 69).

Entre os impactos sociais esperados na vida daqueles que frequentam o serviço, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais elenca:

Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais; melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias. Melhoria da condição de sociabilidade de idosos; redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Partindo destes elementos é possível reconhecer que “[...] os grupos de convivência de idosos vão ao encontro da promoção do envelhecimento ativo, com o objetivo de preservar as capacidades e o potencial de desenvolvimento do indivíduo idoso, como preconiza a Organização Mundial da Saúde” (OMS) (ALVES, 2014, p. 43).

O Serviço de Convivência representa um espaço institucionalizado de desenvolvimento, de socialização e de promoção de auto estima e de qualidade de vida, uma vez que se configura como uma atividade que promove o fortalecimento da pessoa idosa, por meio do sentimento de pertencimento social, o que, por sua vez, contribui para evitar o isolamento dessas pessoas (ALVES, 2014).

Alves (2014) aponta para uma dimensão importantíssima do SCFV, a intergeracionalidade:

é necessário que, para além da convivência entre pessoas da mesma faixa etária, os grupos de convivência possam proporcionar a interação dos idosos com outras faixas etárias, numa perspectiva de convivência intergeracional, bem como envolver a sociedade, a fim de proporcionar sensibilização das pessoas quanto aos direitos do idoso, visto que, é de suma importância a participação e o respeito da sociedade quanto a garantias asseguradas nas normas legislativas, proporcionado assim uma efetiva inclusão social (ALVES, 2014, p. 44).

A partir dos elementos apresentados é possível compreender a importância do SCFV na vida de pessoas idosas, principalmente se consideramos que a maior atuação deste serviço é em

territórios com incidência de vulnerabilidades e risco sociais, sendo elementar considerar os reflexos das desproteções sociais sobre a vida de seus usuários. Desta forma, podemos pensar, basicamente, no SCFV como um, entre outros, importante recurso de ampliação de cidadania e de proteção social.

Considerações finais

A partir da discussão que se procedeu neste artigo podemos realizar algumas considerações. A primeira dela é reconhecer o envelhecimento como um processo. Dizer que se trata de um processo admite reconhecer que se dá de forma continuada ao longo de toda a vida. Além disso, o reconhecimento da ausência de homogeneidade neste processo. Duas dimensões aqui são postas: uma que diz respeito a percepção coletiva e social acerca do envelhecimento, e, outra que diz respeito a auto percepção de quem envelhece.

Diante desta observação é possível entender que o envelhecimento ativo não ocorre somente quando a pessoa envelhece, mas é um processo contínuo ao longo da vida. Sendo que os hábitos, culturas, cuidados, condições socioeconômicas, nacionalidade, regionalidade, etc. irá influenciar o modo com que a pessoa irá viver as últimas décadas de suas vidas. Nesta abordagem, abrimos mão de pensar o envelhecimento apenas como uma fase, para pensá-lo como uma continuidade ou um processo fluido.

Deste modo, pensar o envelhecimento ativo requer utilizar de recursos e estratégias ao longo da vida que subsidiarão uma existência com maior qualidade nos anos seguintes. É importante reconhecer que envelhecer ativamente não diz respeito apenas a envelhecer fisicamente bem. Envelhecer ativamente significa envelhecer com condições de atuar nas várias esferas da vida e da sociedade.

Sendo assim, entendemos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma importante estratégia de promoção do envelhecimento ativo e saudável, uma vez que possibilita aos seus participantes trocas importantes para assegurar bem-estar físico, emocional e social. E isto só é possível porque este serviço ocorre dentro de uma teleologia. As suas atividades são pensadas, planejadas e executadas almejando alcançar objetivos específicos, sendo a principal delas possibilitar o desenvolvimento de protagonismo entre as pessoas idosas que participam dos grupos.

Esse protagonismo reverbera em maior participação política, em superação do isolamento social, em elevação da autoestima, em construção de projetos individuais e coletivos.

É fundamental reconhecer que o Serviço de Convivência é apenas uma dentre as diversas possibilidades de contribuição para o envelhecimento ativo e é indispensável que as ações do Estado sejam materializadas por meio de outras políticas públicas que alcancem os cidadãos e cidadãs desde a infância, para evitarmos agir apenas de forma reparadora com o público idoso.

Outra questão importante é salientar o debate em torno da intersetorialidade. As políticas públicas em atenção a pessoa idosa precisam estar integradas e articuladas de modo a evitar sobreposição de ações e um alcance mais plural e qualitativo a estas pessoas.

Referências bibliográficas

ALVES, D. dos S. O envelhecimento e a importância da convivência social e familiar: estudo sobre um Grupo de Convivência na cidade de Cruz das Almas- Bahia. *Monografia*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Cachoeira, Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL Colegiado de serviço social, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/pr105615/Downloads/Danielle%20dos%20Santos%20Alves%20(3).pdf>.

Acesso: 29 out. 2019.

BRASIL. Caderno de Orientações: *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução Nº 1*, de 21 de fevereiro de 2013.

_____. *Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. *Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*. Brasília, 10 de julho de 2017.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, Novembro de 2004.

_____. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: Orientações Técnicas*. Brasília, 2012.

_____. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução Nº 109, de 1 de novembro de 2009.

CARVALHO, Y. M. V. de. Desafios para a Prestação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Idosos de Acordo com a Política de Assistência Social. *Monografia*. Universidade de Brasília. Brasília-DF: 2017. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17454/1/2017_YaraMariaDeCarvalho_tcc.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

MELO, F. C. T. de; *et. al.* Reconstrução histórica do conceito de envelhecimento. *Anais CIEH*, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA1_ID317_02082015230100.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

PAIVA, V. M. B. *A velhice como fase do desenvolvimento humano*. Rev. De Psicologia, Fortaleza, n.4, v. 1, jan./jun., 1986. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream>

/riufc/10807/1/1986_art_vmbpaiva.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; & FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RODRIGUES, M. C. Envelhecimento: uma concepção do desenvolvimento como inacabado. *Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, São Paulo, v. 12, n.1, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/pr105615/Downloads/39687-Texto%20do%20artigo-46853-1-10-20120821%20(2).pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estud. psicol.* (Campinas), Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SILVA, E. A. R. da. Interação social e envelhecimento ativo: um estudo em duas praças em Natal/RN. *Tese (Doutorado)*. Universidade Federal do rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Natal: 2014.

SILVA, L. P. do R.; SANTOS, M. de N. de S.; SANTOS, L. V. dos. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência Zoé Gueiros em Belém/PA*. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180111>>. Disponível em: 23 out. 2019.

TÓTORA, S. *Envelhecimento ativo: proveniências e modulação da subjetividade*. Revista Kairós, Gerontologia, v.20, n.1, p. 239-258. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/33496/23081>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Entre carências, incertezas e violências da vida contemporânea: o encarceramento feminino no Brasil

Rodrigo Barbosa e Silva*
Denise Rodrigues Vieira da Silva**

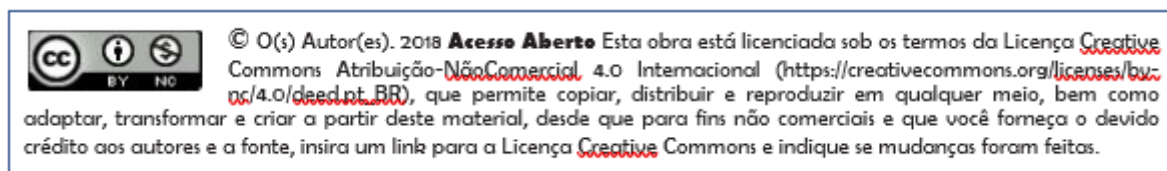
RESUMO: O presente trabalho versa sobre a presença da prisão no contexto da sociedade contemporânea enquanto instituição que visa a punição e a reinserção social dos sujeitos condenados à pena de privação da liberdade. O objetivo foi compreender o lugar do encarceramento feminino no Brasil, suas causas e os problemas enfrentados na execução das penas. Além de uma revisão literária a respeito das violências do mundo atual e debatermos a construção da identidade na sociedade contemporânea, trouxemos a percepção de ex-detentas sobre o sistema penitenciário brasileiro. Concluímos que o cárcere, de maneira geral, contribui para a violação dos direitos humanos e tem como único papel a punição das mulheres presas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Prisão; Punição.

Among the needs, uncertainties and violence of contemporary life: female incarceration in Brazil

ABSTRACT: The present work deals with the presence of prison in the context of contemporary society as an institution that aims at the punishment and rehabilitation of subjects sentenced to the penalty of deprivation of liberty. The objective was to understand the place of female incarceration in Brazil, its causes and the problems faced in the execution of sentences. In addition to a literary review of the violence of the current world, we brought the perception of former inmates about the Brazilian prison system. We conclude that prison, in general, contributes to the violation of human rights and has as its main role, only the punishment of women imprisoned.

KEYWORDS: Violence; Prison; Punishment.



* Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade.

** Graduada em Serviço Social (Universidade Estadual do Tocantins).

Introdução

Talvez a prisão seja um exemplo significativo para entendermos o mundo moderno. Há quem a defina como o ponto de chegada de uma trajetória de vida marcada por carências, violências e incertezas da vida líquido-moderna¹. Outros, por sua vez, destacam-na como a materialização de todo esse processo de exclusão social, próprio de um mundo globalizado, onde o modo de produção capitalista apresenta-se cada vez mais ascendente. Independente destes olhares propostos à compreensão da presença da prisão na contemporaneidade, o mais importante seria a efetivação de um trabalho em prol da emancipação humana com o intuito de formar pessoas críticas frente à realidade vivenciada, fazendo-as perceber o porquê chegaram ali. Vislumbrar que, no fundo, também são vítimas de um sistema que não se restringe ao sistema prisional.

O sistema é maior, envolve estruturas, valores e relações que vão além daquelas que ditam o convívio dentro da prisão. Esta conscientização é revelada com a perspectiva de um rumo diferente à sua vida, fugindo da alienação vivida há anos e inserindo-se efetivamente na História como sujeito social (SILVA, 2012, p. 33).

A sociedade atual é líquida, marcada pela fluidez nas relações, pela instabilidade e incerteza da vida humana. O movimento de globalização do capitalismo colabora com a superficialidade das aprendizagens e com o mínimo envolvimento das pessoas no que se refere aos acontecimentos político-sociais, priorizando o singular em detrimento do plural e corroborando com a incessante exploração da mão de obra dos trabalhadores, formando um cenário de imediatismo cultural, onde as pessoas não têm mais tempo livre para atividades de lazer e nem tampouco para planejar o futuro.

Diante da liquidez das relações humanas e da velocidade na mudança dos sentidos atribuídos à vida na contemporaneidade, é preciso compreender o lugar do encarceramento feminino no Brasil no que tange aos impactos na perspectiva de vida daqueles que cumprem penas de privação de liberdade. A pesquisa que norteou o presente trabalho possui caráter qualitativo e exploratório. Para tanto, este trabalho buscou entender o objeto estudado em sua profundidade e nas suas particularidades, de modo que a “preocupação seja a com a compreensão da lógica que permeia a prática e com o nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21). Preocupou-se com os aspectos da realidade, sendo que

¹ A expressão modernidade líquida é utilizada por Bauman (2001) para enfatizar o mundo em uma perspectiva de mudanças dos paradigmas e da fragmentação do indivíduo e das suas relações sociais. Refere-se às incertezas, às indeterminações, além das transformações que ocorrem diariamente na sociedade. Uma vez que a sociedade sólida apresenta estabilidade e resistência às rupturas, a sociedade líquida, vivenciada por nós, não mantém a sua forma com facilidade e está em constante mutação.

estes não podem ser enumerados quando se trata de compreender a dinâmica das relações sociais, de forma que estas não têm uma metodologia pré-definida, mas vão sendo constituídas de acordo com a especificidade do cenário estudado (GOLDENBERG, 1997).

A pesquisa bibliográfica nos ajudou no enfretamento do problema que concerne à presença e ao papel da prisão na sociedade brasileira. No que se refere à pesquisa de campo, os dados foram coletados junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa, ex-detentas do sistema penitenciário do Tocantins². Neste sentido, vale ressaltar que a coleta de dados só foi realizada após a aprovação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos – CEP UNITINS³, respeitando os princípios éticos e legais preconizados na Resolução CNS nº 510/2016 de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

As inseguranças da vida contemporânea

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi um grande avanço para a democracia e para a garantia de direitos em nossa sociedade. Dentre os direitos constituintes que são garantidos, os direitos sociais, aqueles que devem ser garantidos pelo Estado Social de Direito, apresentam-se como foco de nossas reflexões. Conforme preconiza o art. 6º, tais direitos são referentes à educação, à saúde, ao trabalho, à previdência social, ao lazer, à segurança, à proteção à maternidade e à infância, bem como, à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

O retrato das sociedades capitalistas ainda é marcado pela banalização da vida humana, pelo desemprego, pela violação dos direitos e pela expressiva exploração da força de trabalho. Santos (2009) destaca que os direitos sociais se fazem necessários para que haja uma melhoria na condição de vida dos mais pobres, visando assim, uma equidade social. Em tese, tais direitos são concretizados através das políticas públicas sociais, aumentando, assim, a visibilidade social quanto à valorização dos direitos humanos. E ainda que os direitos sociais estejam garantidos através da Constituição, eles não são amplamente efetivados, uma vez que a globalização e o modo de produção capitalista também influenciam de forma exacerbada nesse

² Tínhamos como ideia inicial envolver as presas da Unidade Prisional Feminina (UPF) de Palmas/TO, enquanto cumpriam suas penas encarceradas. Contudo, devido às dificuldades encontradas no decorrer do processo de pesquisa, optamos por trabalhar com as cumpridoras de prestação de serviço à comunidade (PSC) da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA) de Palmas/TO, após já terem cumprido parte de suas penas no regime fechado.

³ Comprovante de envio do projeto 060751/2018, em 06 de junho de 2018; Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 90964218.7.0000.8023; Número do Parecer: 2.748.866, em 02 de julho de 2018.

processo de não efetivação dos direitos. A globalização está na ordem do dia:

palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” – e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMAN, 1999, p. 3).

Dessa forma, pode-se entender a globalização como um mundo que é globalmente conectado entre si, estreitando a relação entre os países e as pessoas. Iamamoto (2008) denuncia que a mesma globalização que une é a que segrega, exclui as pessoas. A tecnologia, por exemplo, é um dos grandes avanços advindos da globalização. Ela está aí para ser usufruída por todos, porém, nem todos detêm de capital para poder adquirir um *smarthphone* do momento, por exemplo.

O que significa a globalização para as classes subalternas, em especial para os marginalizados do sistema dominante? Sua crescente exclusão da riqueza social por ela gerada e seu afastamento dos centros de decisão política. Implica também a deterioração das suas condições de vida em termos de alimentação, saúde, habitação, saneamento e educação, entre outros aspectos. A análise do processo de globalização reforça a convicção de que sua lógica implacável, mais do que bem-estar, tem produzido um aumento da exploração da força de trabalho e promovido maior destruição de todas as formas de sobrevivência que não se adaptam aos padrões econômicos da sociedade global (SANTOS, 2001, p. 184).

Importante salientar que uma grande parcela da sociedade é classe trabalhadora e a minoria são os donos dos meios de produção. E essa minoria explora a mão de obra da maioria. Neste contexto, o trabalhador recebe uma quantidade menor de valor do que a que ele gera para o empregador. Marx (2002) denominou esse processo de mais-valia ou excedente de trabalho, que nada mais é do que aquilo que o trabalhador produz além do seu salário e que é apropriado pelo dono do capital, pelo dono dos meios de produção.

Um trabalhador, por exemplo, pode executar todo o seu serviço em apenas quatro horas de trabalho – tendo como base o que é pago para este trabalhador pela venda da sua força de trabalho, nesse caso, o salário – as quatro horas restantes resultará no excedente de trabalho e, conseqüentemente, na mais-valia. O produto final não lhes pertence. Com o capitalismo cada vez mais em ascensão, intensificou-se a busca contínua pelo lucro, retirando da maioria dos trabalhadores as chances de obter o bem que fora produzido por ele. O não pertencimento, por sinal, vai além do produto:

Mas não é apenas o produto que deixa de lhe pertencer. Ele próprio abandona o centro de si mesmo. Não escolhe o salário – embora isso lhe pareça ficticiamente como resultado de um contrato livre – não escolhe o horário nem

o ritmo de trabalho e passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele. Ocorre então o que Marx chama de fetichismo da mercadoria e reificação do trabalhador (LEITE; SANTOS, 2013, p. 5).

O modo de produção capitalista, estando orientando para o lucro, transforma tudo em mercadoria, inclusive o ser humano, que pode ser comprado e vendido em troca de dinheiro. Ele retira a essência humana do indivíduo e o coisifica. A força de trabalho, então, é vista como uma mera mercadoria. Desse modo, o consumismo desenfreado se configura como um reflexo desta lógica capitalista:

é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer “neutros quanto ao regime”, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade. [...] O “consumismo” chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho (BAUMAN, 2008b, p. 41).

Fica nítida a inversão de valores entre a mercadoria e o homem. A mercadoria ganha vida e as pessoas são coisas. Os bens têm valor superior à vida humana, aos sujeitos. Nesta lógica, importa o que você tem e não o que você é perante a sociedade, levando mais uma vez à banalização do humano, abrindo espaço para o individualismo, a desarticulação dos sindicatos, o aumento do desemprego etc. Nesta realidade, o mercado de trabalho exige trabalhadores cada vez mais polivalentes, que consigam se adaptar às necessidades em prol do maior lucro ao outro, enquanto seus salários servem apenas para a subsistência. Vemos, então, uma gigantesca competição entre esses trabalhadores e, conseqüentemente, um grande exército de reserva esperando uma oportunidade para adentrar nesse mercado desigual e explorador, que é o mercado de trabalho capitalista.

As incertezas, instabilidades, violações de direitos, desigualdades e fluidez das relações sociais evidenciam que a sociedade contemporânea, capitalista e consumista, preocupa-se mais com os seus prazeres momentâneos, com a eternidade dos instantes, do que com o planejamento de um propósito de vida em um futuro sólido. Os sujeitos, assim, ficam à mercê de um futuro incerto.

Podemos dizer que a partir da modernidade e do movimento advindo dessa nova era, instaurou-se uma instabilidade e fragilidade social. Por consequência, trouxe a necessidade de remodelar as coisas, de estarmos sempre em constante mudança, de forma que não permaneçam iguais. O mesmo ocorre com o sujeito contemporâneo que, em razão das permanentes transformações, levanta dúvidas quanto a sua identidade pessoal: quem é e o que quer da vida na sociedade.

[A identidade] só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa

construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais — mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 22).

Monte (2012) nos afirma que tempos atrás a identidade era relacionada à regionalidade e/ou nacionalidade da pessoa. E mesmo que tal identidade fosse construída, ela era quase hereditária. Assim, era imposto que os indivíduos de determinado país, de fato, pertencessem a ele e onde quer que estivesse pudesse ser identificado como pertencente àquela nação. Porém, com a contemporaneidade, surgem as transformações e as rupturas. O indivíduo, que antes priorizava a nacionalidade, começa a se deslocar do seu território e conhecer outros lugares, outras culturas.

Diante das fragmentações e transformações existentes, Bauman (2001) aponta que está cada dia mais difícil termos uma identidade própria, de forma que os meios, as relações interpessoais e os produtos influenciam diretamente na nossa vida, fazendo com que assim não tenhamos uma identidade única, mas sim identidades. Forma-se, então, o que ele denomina de simulacro do sujeito real. E, por muitos não terem certeza sobre suas identidades pessoais, acabam deixando se influenciar pelo meio e viram *outdoors* de marcas gratuitos.

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de “ir às compras” no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias da identidade. Com essa capacidade somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece (BAUMAN, 2001, p. 98).

Assim, quando pensamos sobre a questão do indivíduo nessa era da globalização, logo nos remetemos às carências, dúvidas e urgências, as quais estão presentes nesse sujeito que se encontra mergulhado em um mundo de inseguranças e incertezas, tendo uma necessidade emergencial de pertencer a algum espaço. Um dos problemas quanto à identidade é em relação à baixa autoestima, às fraquezas com o outro, em acharmos esse outro melhor ou superior a nós. Nessa ótica, as novelas, as propagandas e os *reality shows*, por exemplo, nos remetem estilos de vida e estereótipos perfeitos a serem seguidos pela população, incorporando rótulos do que seria o modelo a ser seguido e eximindo, assim, a identidade própria do sujeito e abrindo espaço para uma identidade ideal (BAUMAN, 2001).

A internet potencializa as pessoas a assumirem posturas e identidades diferentes das que elas de fato têm, de modo que essas novas identidades oportunizam camuflar a real identidade que possuem. É praticamente impossível, hoje em dia, não pertencer às redes sociais, já que as

relações da contemporaneidade priorizam mais um *chat* que uma conversa pessoal tomando um café. Bauman (2005, p. 100) diz que na sociedade contemporânea “nada nos faz falar de modo mais solene ou prazeroso do que as ‘redes’ de ‘conexão’ ou ‘relacionamentos’, só porque a ‘coisa concreta’ praticamente caiu por terra”. As mudanças de identidades ocorrem de acordo com as novas realidades. Nesse prisma, a noção de tempo e espaço é vista sob um novo olhar, comprimido.

Com a globalização e principalmente a Internet, temos a sensação de que o tempo se tornou escasso e que o espaço é conquistado em apenas um ‘click’, como se o mundo estivesse ao nosso alcance. Ao mesmo tempo convivemos com a segurança da perda da identidade e da incompreensão de quem somos de verdade. À medida que as mudanças solapam nossa vida, construímos novas relações sociais e novos meios de convivência, de viver em sociedade. Como exemplos de identidade a serem seguidas. A reconfiguração e a adaptabilidade são características da identidade da pós-modernidade e se apresentam como “moeda” da sociedade global (MOLINA, 2014, p. 7).

Portanto, fazendo referência ao pensamento de Bauman (2001; 2005), podemos dizer que as identidades na sociedade contemporânea se tornam cada vez mais diferentes e fluidas. Na contemporaneidade, o foco já não se encontra na solidez e nem na unificação de identidade. Frente à globalização e à sociedade consumista, as identidades estão intrinsecamente relacionadas aos produtos. As relações sociais, a comunidade e o fortalecimento dos laços humanos já não são tão essenciais. Abre-se espaço e têm mais importância as redes sociais. Importa, agora, quantos *likes* tem a foto que fora postada no *Instagram* ou quantos amigos há no *Facebook*. Prioriza-se o individualismo e o consumismo exacerbado, onde importa o que se tem e, não o que você é ou buscar ser. Com a globalização, a identidade é pautada na marca que você usa ou o *status* que você tem na sociedade. Dessa forma, na sociedade líquida, temos identidades fragmentadas, voláteis e descartáveis após a satisfação, assim como, os produtos que são consumidos e têm prazo de validade.

As violências do cotidiano

A sociedade contemporânea, além de ser marcada pelas constantes transformações, também é vista como uma sociedade do medo, segundo Bauman (2008a). A violência se mostra intrínseca à formação da sociedade brasileira. Reconhecendo a complexidade desse fenômeno em suas múltiplas faces, focaremos as violências estrutural e institucional, chamadas também de violência estatal, e a violência criminal. De antemão, é válido ressaltar que teremos como foco a desigualdade social e suas expressões como um principal fator que impulsionaria a prática delituosa.

Ainda que o conceito de violência seja ambíguo, complexo e estudado por vários teóricos a partir de diferentes prismas, buscamos conceitua-la e caracterizá-la para que haja uma maior compreensão sobre o que seria esse fenômeno social. A violência pode ser

natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética (PAVIANI, 2016, p. 8).

Especificamente, a violência estrutural é do tipo que permeia a estrutura da sociedade com a finalidade de manter as “desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras” (MINAYO, 2007, p. 32). É uma violência bárbara que objetiva perpetuar a miséria da população, naturalizando a desigualdade social presente na sociedade, abrindo espaço para surgimento de outras violências.

O problema da violência estrutural, no Brasil, não está na questão das pessoas possuírem poucos recursos, mas sim pelo fato do poder que os ricos têm e, conseqüentemente, fazer com que todos os recursos possam beneficiá-los. A péssima distribuição de recursos, onde uma pequena parcela da população detém a maior parte e a maioria não os têm. Em países subdesenvolvidos as pessoas morrem de fome, já em países ricos e com uma melhor distribuição de renda, as pessoas morrem de doenças provenientes pelo consumo em excesso de alimentos, como os *fast foods*. Porém, a violência estrutural não é exclusiva de países pobres, além do que ela poderia ser evitada caso houvesse uma distribuição de renda mais equânime. Dessa forma, podemos visualizar que essa violência estrutural abrange questões econômicas, políticas e sociais (PALHARES; SCHWARTZ, 2015).

A violência institucional, por sua vez, tendo como instituição o Estado, também é uma forma de violência que se apresenta na sociedade como um todo, porém, afeta diretamente a camada mais pobre da população, dependente dos serviços públicos. A utilização desses serviços, por sinal, se torna quase inviável, em virtude do acesso limitado, dificultado ou negligenciado:

Os serviços de saúde, de seguridade social e de segurança pública são os principais exemplos dados pela própria população quando se refere à violência institucional: a maior parte das queixas dos idosos, quando comparecem às delegacias de proteção, é contra o INSS e os atendimentos na rede do SUS. E os jovens reclamam principalmente das forças policiais que os tratam como se

fossem “criminógenos”, ou pelo fato de serem jovens ou por serem pobres. No caso do setor saúde, a tentativa de criar um programa transversal de humanização do SUS, em última instância, é o reconhecimento de que a tendência da instituição e dos profissionais é a burocratização ou a tecnificação. Essas falhas se apresentam na despersonalização dos pacientes e na substituição de uma relação dialógica por exames e procedimentos que transformam o setor saúde em produtor de violência contra os usuários (MINAYO, 2007, p. 33).

Já a violência criminal se expressa de acordo com os princípios das sociedades. O crime, em cada sociedade, é visto e tratado conforme as normas internas, ou seja, um ato pode ser considerado violento ou não de acordo com as normas do país (MELARA, 2008). Ainda que crime e violência sejam distintos, podemos elencar que todo crime é uma violência, porém, nem toda violência é propriamente crime, uma vez que o crime é caracterizado pela infração de leis estabelecidas em uma sociedade específica. O indivíduo que não age de acordo com as normas pré-estabelecidas é visto como alguém que não deve permanecer no convívio daqueles que cumprem com todas as regras.

Um indivíduo tendo praticado o comportamento criminoso, será tido como sujeito incapaz de seguir as normas de um corpo social, estando, portanto, de fora e fora do corpo social, é um “outsider”. O conceito de “outsiders” é um conceito relativo, visto que se pode ter dentro de um subgrupo delinquente a compreensão de que o “outsider” é aquele que dita as normas. Contudo, dentro da lógica de distribuição de poder, o “outsider” que será efetivamente atingido pelo sistema repressor penal é justamente aquele que não age de acordo com as normas etiquetadas pelas instâncias oficiais de controle (Estado e meios formais de categorização de condutas como criminosas ou não) (BANDEIRA; PORTUGAL, 2017, p. 52).

Tendo contextualizado a violência estatal e a violência criminal, pautaremos-nos em trazer alguns fatores que influenciam diretamente e/ou indiretamente na prática delituosa. Antes, porém, é imprescindível salientarmos que tais condicionantes estão intrinsecamente correlacionados com a globalização e com as desigualdades sociais advindas dessa. Ainda que ter ciência das causas da criminalidade seja algo bem complexo, compartilhamos da ideia de que a desigualdade social é um dos principais fatores dessa causalidade. Dessa forma, nos é conveniente destacar, inicialmente, que o agora criminoso já fora ou permanece sendo vítima dessas violências estrutural e institucional, na maioria dos casos (ADORNO, 2002).

O Brasil é um dos países que carrega os piores indicadores sociais do planeta e nos últimos cinco anos tem contabilizado uma alta ininterrupta na concentração de renda, aprofundando o abismo das condições socioeconômicas da população (NERI, 2019). Nessa perspectiva, sabemos que em decorrência dessa acumulação do capital e da má distribuição de renda, o que a classe trabalhadora recebe pela venda da sua força de trabalho dá apenas para a sua subsistência, de forma que o acesso aos bens e serviços são extremamente escassos. Dessa

forma, prioriza-se muito as questões materiais e ficam de lado as relações e valores sociais.

Logo, tem-se uma sociedade em que os meios são escassos, que vive situação de intensa escassez e, diante disso, tem-se o dismantelamento dos valores sociais, a sobreposição dos interesses do indivíduo em detrimento dos valores sociais. Como uma forma de sobreviver, o indivíduo irá encontrar no crime a sua forma de atuação. Cuida-se, pois, de uma teoria de consenso (BANDEIRA; PORTUGAL, 2017, p. 48).

Ainda no tocante a globalização e as constantes transformações advindas com ela, Bauman (2001) elucida que a sociedade está cada dia mais individualista, onde não se prioriza a luta em prol do bem comum, mas sim uma luta individual, de interesses pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. Entretanto, o mesmo autor nos chama a atenção aos movimentos sociais que têm como objetivo alcançar mudanças na sociedade por meio da participação popular em embates políticos, em manifestações públicas etc.

Os indivíduos, coletivamente, têm como estratégia a resistência e a luta para combater as desigualdades provenientes do modo de produção capitalista, porém, ainda que cada um tenha suas particularidades, todos devem ter um objetivo comum a alcançar com tal movimento social. Entretanto, como o Bauman (2001) elucida, muitas vezes os movimentos sociais acabam sendo enfraquecidos pelo fato de fragmentarem o objetivo comum em objetivos individuais. Podemos levar essa perspectiva ao campo das prisões: ainda que as rebeliões sejam de interesse coletivo de um determinado grupo, também possuem fins individuais e lutas de poder entre grupos e objetivos distintos.

Nessa perspectiva, podemos visualizar que muitos crimes praticados contra o patrimônio, por exemplo, são influenciados pelo ódio por pertencer à pobreza e não superá-la, e também por motivos individuais, ainda que estes indivíduos façam parte da maioria esmagadora que não detém recursos suficientes para ter acesso a bens de consumo. Tais crimes, em tese, se configuram como formas de demonstrarem a insatisfação ao modelo econômico vigente e as mazelas provenientes deste, assim como mudarem o *status* social.

os assaltantes, em sua quase totalidade, são indivíduos rudes, semianalfabetos e pobres, quando não miseráveis. Sem formação moral adequada, eles são párias da sociedade, nutrindo indisfarçável raiva e aversão, quando não ódio, por todos aqueles que possuem bens de certo modo ostensivos, especialmente automóveis de luxo e mansões, símbolos inquestionáveis de um status econômico superior. Esse sentimento de revolta por viver na pobreza não deixa de ser um dos fatores que induzem o indivíduo ao crime (FERNANDES; FERNANDES, 2010, p. 341).

Há muita crítica a respeito dessa linha de que a desigualdade social e a pobreza são causadoras do crime, uma vez que há muitos pobres que passam por necessidades econômicas e nem por isso entram no mundo do crime. Buscam sempre ser resilientes frente a essas

expressões da questão social que são vivenciadas por eles. Nesse caso, entraria a questão moral que, em tese, deveria vir *de berço*, porém, muitas dessas estruturas estão fragilizadas, quebradas.

É cada vez mais comum presenciarmos laços familiares enfraquecidos dentro da sociedade brasileira, onde mães criam os seus filhos sozinhas e têm que trabalhar em uma jornada intensiva de trabalho para conseguir a sobrevivência de todos. Ou ainda os inúmeros casos em que pais chegam bêbados em casa e praticam violência doméstica contra a esposa e os filhos. Entretanto, comumente, há todo um contexto histórico e social por trás disso. Assim, aqueles que seriam responsáveis pelo cuidado e educação familiar dos filhos, são os mesmos que precisam e/ou se tornam ausentes e que assim podem cooperar com a violência destes. Nessa perspectiva, Ferreira (1996) ilustra essa questão a respeito dos vínculos familiares que são essenciais para a construção da identidade da criança e/ou jovem.

para a grande maioria dos detidos, a total ou parcial ausência da figura masculina. Quer por abandono do lar, quer por ter sido uma relação casual, que ainda por problemas ligados à embriaguez, drogas, jogo, ou também por ausências que se devem à necessidade de trabalhar. Com relação à figura feminina, embora os sentimentos e referências a ela sejam cercadas de especial respeito e profundo amor e idealização, ela se apresenta submissa e servil, como é a imagem do feminino esposa-mãe, no universo simbólico próprio da nossa sociedade (FERREIRA, 1996, p. 56).

Não obstante, se faz necessário ressaltar que, ainda que os crimes existentes no Brasil não sejam cometidos apenas por pessoas pobres, negras e de baixa escolaridade, a repressão e o controle social por parte do Estado voltam a sua atenção principalmente para essa classe. Reflexo disso são as prisões superlotadas de pessoas com esse perfil. Entretanto, apenas a repressão por parte das forças de segurança não é eficaz para se combater a violência. É necessário que se vá às raízes da problemática social, não tão somente aos atos violentos. “Hoje em dia, o principal alvo da arbitrariedade policial são os mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira: o pobre, o trabalhador rural e os sindicalistas, grupos minoritários, crianças e adolescentes abandonados, muitos vivendo nas ruas” (PINHEIRO, 1997, p. 44).

Nessa perspectiva, Fernandes e Fernandes (2010, p. 341) apontam que

a repressão policial tem valor limitado, pois combatendo uma parte maior ou menor dos efeitos, não tem o condão de eliminar as causas. E as causas todas emanam, principalmente, da má distribuição de riquezas e do conluio do poder público com o poder econômico, permitindo que este caminhe paralelamente com ele, como seu subgerente na condução dos destinos de um país.

Portanto, fazendo alusão ao pensamento de Sudbrack (2010), ainda que estejamos nos referindo à contemporaneidade, o cenário econômico remonta ao século XIX, onde havia uma exploração desenfreada da mão de obra dos trabalhadores, acumulação de renda e má

distribuição da mesma, além de um enorme exército de reserva que, sem emprego e sem perspectiva de vida futura, aumentava o cenário da criminalidade.

A criminalidade, aliás, para muitos, é o caminho encontrado para superar o estado de pobreza, fome e miséria, advindo do capitalismo e da famigerada globalização. Contudo, ainda que a desigualdade social existente no Brasil não seja o único fator que influencia a criminalidade urbana, nos é possível visualizar que ela e suas expressões têm, sim, grande responsabilidade nesse processo.

Encarceramento feminino no Brasil

Foucault (1987) associa a história da prisão à história da punição, trazendo todo o contexto histórico e as transições da punição, que vão desde a violência física aberta ao público, o show de horrores, o suplício do corpo, o qual tinha como objetivo legal a salvação da alma da pessoa que foi condenada, no período medieval, até a adoção das instituições penitenciárias existentes na modernidade.

O sistema carcerário é um assunto que sempre esteve em pauta, tanto no meio jurídico como no social, porém, os holofotes sempre se voltam para os homens, pelo fato de que estes são a maioria que ocupam os presídios brasileiros. Porém, é válido lembrar que com o passar dos anos aumentou o número de mulheres presas no Brasil, inclusive, a taxa de aprisionamento⁴ das mulheres teve um aumento bem significativo. Na primeira edição do Infopen Mulheres⁵, relatório que traz o censo voltado especificamente para as mulheres, com dados de 2014, a taxa de aprisionamento era de 18,5 mulheres presas. Já na segunda edição, com dados de 2016, a mesma taxa subiu para 40,6 mulheres presas, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Assim, diante de todo esse panorama de aumento do número de mulheres em situação de cárcere e de suas especificidades no cotidiano de uma prisão, seria relevante que o trabalho desenvolvido por estas instituições suprisse, minimamente, as necessidades básicas deste público, ou seja, os direitos previstos na lei 7210/1984 – Lei de Execução Penal (LEP) no que tange às assistências – material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa – que objetivam

⁴ A taxa de aprisionamento é calculada pela razão entre o número total de mulheres privadas de liberdade e a quantidade populacional do país. A razão obtida é multiplicada por 100 mil.

⁵ O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. Fonte: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>

prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (BRASIL, 1984).

Muitas coisas no mundo do cárcere não acontecem conforme a previsão dos textos legislativos. É possível perceber a enorme lacuna entre a lei e o cotidiano. O público feminino, especificamente, quando condenado, já observa que a própria estrutura física das prisões, construções pensadas para abrigar apenados do sexo masculino, ignora as particularidades da mulher. Muniz, Leugi e Alves (2017, p. 9) afirmam que “a percepção de que o crime era um fenômeno predominantemente masculino, devido ao baixo percentual de infrações cometidas por mulheres, fez com que edificações específicas para elas fossem ignoradas”.

Historicamente, a mulher foi considerada um sujeito excluído, não participante da vida pública, simplesmente pelo fato de ser mulher (SILVA, 2010). Partindo de uma visão conservadora, que permanece ainda nos dias atuais, a figura da mulher está intrinsecamente ligada ao lar, aos cuidados destinados ao marido e/ou filhos. Espera-se dela que tenha bons comportamentos, seja boa dona de casa, esposa e mãe. Comportamentos que contrariem tais expectativas são socialmente inaceitáveis. Pensar em uma mulher criminosa, então, é algo inadmissível.

No Brasil, quando surgiram as penitenciárias femininas, estas tinham por proposta institucional valorizar as mulheres, fazer com que elas recuperassem ou tivessem bons costumes, conforme o que se esperava de uma mulher honesta, sendo esses delitos inaceitáveis, como explica França (2014, p. 220): “[...] elas são vistas como piores que os homens que cometem crimes, pois não seria da ‘natureza’ feminina, na qual a sociedade acredita e que foi legitimado pelos discursos científicos, o cometimento de crimes”.

Apesar da semelhança existente na edificação das penitenciárias masculinas e femininas, há muitas diferenças entre ambas na questão do convívio, das visitas, dos preconceitos, dos relacionamentos, do poder, da organização, enfim, muitas vezes as diferenças que são mais escancaradas nas penitenciárias femininas são exatamente por esse motivo: por serem mulheres presas. A questão é de gênero (FRANÇA, 2014).

Ainda há muita discriminação às mulheres em privação de liberdade, principalmente no que diz respeito ao abandono pela família e pelos amigos. Falcade-Pereira (2013, p. 18552) aponta tal discriminação a partir do universo de instituições do sistema prisional onde há concentração das mulheres em poucas unidades, ficando distantes das pessoas de seus locais de origem:

Os fatores distância e custo financeiro do transporte para chegar até a unidade da visita dificultam e às vezes impedem que os familiares as realizem. Esta realidade mostra a discriminação sofrida pelas mulheres e o total abandono a que estão submetidas quando encarceradas. A situação crítica deste abandono

denota a necessidade urgente de políticas públicas destinadas à convivência familiar e comunitária.

Ainda sobre discriminação ao público feminino no cárcere, podemos citar a questão das visitas íntimas. As mulheres presas tão somente tiveram o direito à visita íntima no início deste século, quase vinte anos após os homens já terem acesso ao mesmo direito, ainda que não estivesse expresso de forma clara na lei. França (2014) nos leva a pensar em outro ponto que é importante salientar: o fato de que as mulheres precisam passar por uma espécie de curso preparatório a respeito de Infecções Sexualmente Transmissíveis e sobre o controle da natalidade, mas os homens não passam pela mesma formação nos presídios masculinos. Outro fato que merece atenção é que pouquíssimas são as presas que recebem visita íntima dos seus cônjuges na prisão. Prado (2003), inclusive, destaca que muitas recebem nos primeiros meses em que entram e, logo depois, são surpreendidas pelo abandono dos seus parceiros.

A maioria das mulheres presas no Brasil, 59,9%, está nessa situação pelo crime de tráfico de drogas (BRASIL, 2019). A maioria dos delitos dessa natureza teve o incentivo recebido de seus parceiros, de forma que elas ajudam-nos na venda e/ou na administração do dinheiro proveniente do tráfico. Caso algo desse errado para o casal e o homem fosse preso, a mulher ficaria responsável por garantir que as drogas entrassem no presídio, afinal, ela o amava e ele era o mantenedor da casa, que agora se encontrava preso, e continuar com o tráfico dentro da cadeia era a única forma de conseguir sustentar a família que deixara fora daquele contexto (COSTA, 2008).

Em 2019 foi elaborado a terceira versão do Infopen Mulheres e um número que nos chama atenção é o de que 79,3% da população carcerária feminina possuem filhos (BRASIL, 2019). A mulher privada de liberdade, além de perder o convívio com a sociedade, também perde o contato com os seus filhos. Essa separação não é nada fácil; é muito dolorosa para ambos. No que diz respeito à mãe, esta sofre apenas em pensar que os filhos possam estar sendo mal tratados por quem estiver gozando de suas guardas, se martiriza por não poder estar acompanhando os passos dos filhos e, claro, deseja aos filhos um futuro melhor que o presente vivenciado por ela (VARELLA, 2017).

Partindo do pressuposto de que as mulheres têm necessidades biológicas diferentes das dos homens, seria plausível que essas demandas fossem atendidas. As mulheres menstruam, engravidam, dão à luz e amamentam os seus filhos. Fatores esses que merecem uma atenção especial. Uma vez ao mês as presas menstruam, cada uma com o seu ciclo menstrual de acordo com suas especificidades orgânicas. O Estado parece não enxergar tais condições. Queiroz (2015, p. 103) denuncia esse cenário:

Em geral, cada mulher recebe por mês dois papéis higiênicos (o que pode ser suficiente para um homem, mas jamais para uma mulher, que o usa para duas necessidades distintas) e um pacote com oito absorventes. Ou seja, uma mulher com um período menstrual de quatro dias tem que se virar com dois absorventes ao dia; uma mulher com um período de cinco, com menos que isso.

As que recebem visitas de seus familiares, ainda podem ter um bônus, mas e aquelas em que as famílias moram longe e não conseguem ir visitá-las? Ou aquelas em que a família não tem condições de comprar os itens mínimos de higiene pessoal? Muitas que estão ali dependem da assistência que o Estado proporciona a elas.

Varella (2017) nos remete à ideia que a prisão do homem é relativamente aceita, mas a da mulher não, esta é inimaginável. O autor apresenta ainda a realidade dos presídios masculinos em relação aos presídios femininos, que faça chuva ou faça sol, as mulheres estão lá, formando filas gigantescas com os braços cheios de sacolas, prontas para visitar o apenado. Porém, o mesmo não acontece com as mulheres. A mulher presa é esquecida, não sendo lembrada por familiares, amigos, companheiro e até mesmo pelos filhos. Muitos a esquecem pela estigmatização que passa pelo fato de estar presa. O abandono é a pena mais difícil de suportar. Nesse aspecto, D'Eça (2010, p. 79) nos traz o relato de uma apenada que lamenta o abandono da família.

Sinto-me desprezada. Sem carinho de mãe, sem as presenças dos meus irmãos que não podem vir me ver porque é longe. O dia que eu me sinto mais triste é no de visita. Eu vejo a visita de todo mundo chegando e pra mim não chega ninguém... Então eu me sinto humilhada, realmente desprezada. A gente entra em depressão porque quem tem visita sai [para o pátio], quem não tem fica trancada [na cela] o dia todo.

As mulheres quando são presas, ficam a princípio detidas em delegacias próximas de suas casas, posteriormente são transferidas para os presídios, que geralmente ficam mais afastados, dificultando assim as visitas dos familiares. Um dos fatores para esse abandono é a questão do elevado gasto com comidas, itens de higiene e a passagem de ônibus, uma vez que a maioria esmagadora é pobre, assim como a sua família.

Em vez de pequenas unidades distribuídas pelo Estado, as penitenciárias femininas do Brasil são grandes e poucas. Transporte e hospedagem são caros e, normalmente, não existe ajuda do governo para que as visitas aconteçam. Muitas unidades, inclusive, impõem dificuldades, como limitar o número de crianças por visita. Além de impedir que os filhos encontrem a mãe todos juntos, em algumas situações a visita nem sequer acontece porque o responsável pelas crianças não tem com quem deixar os filhos que não entrarão (QUEIROZ, 2015, p. 103).

Por lei, a revista íntima é proibida no Brasil desde 2016, após a promulgação da lei 13.271/16, que sinaliza que “as empresas privadas, os órgãos e entidades da administração

pública, direta e indireta, ficam proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes do sexo feminino” (BRASIL, 2016). Apesar de estar escrito de uma maneira ampla, também abrange as penitenciárias. Nesse tocante, é notório que há um descaso por parte do Estado em investir em tecnologia que pudesse garantir a intimidade, a integridade moral, psicológica e física dos visitantes, conforme é previsto em lei.

A forma desumana em que acontecem as revistas é um ponto primordial para que as pessoas não queiram mais voltar lá e acabam abandonando as mulheres encarceradas. Tal fator entra no tocante das visitas íntimas, as presas sentem muito pela ausência dos companheiros. Mas estes deixam de ir vê-las para não passarem pelo constrangimento da revista ao chegarem à prisão. Mas os motivos do abandono do cônjuge vão além da revista. Seja pelo estigma social empregado a ela ou pelo fato de já terem outra na rua, que esteja livre. Condição essa que nem pode passar pela cabeça das mulheres, pois estaria correndo risco de morte (OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

Além da tristeza pelo abandono afetivo, algumas das presas também sentem pela abstinência sexual proveniente de não receberem visita íntima do seu parceiro. A visita íntima tem como principal finalidade o fortalecimento de laços, bem como, um incentivo para uma possível mudança, já que a presa sabe que há alguém esperando por ela fora da prisão. Assim, as relações extramuros vão fortalecendo os vínculos e fortificando a intimidade entre ambos, afinal, não é fácil manter um relacionamento em que um dos parceiros encontra-se recluso. Entretanto, uma grande parcela da sociedade vê esse benefício como uma regalia (IDEÃO; RAMOS, 2017).

Outro problema dentro das penitenciárias femininas no Brasil é o exercício pleno da maternidade. Seja por discriminação de gênero ou pela não execução correta da lei. Muitas das presas que são inseridas no sistema penitenciário já adentraram o local com uma gravidez ou engravidaram lá mesmo nos dias das visitas íntimas ou nas “saidinhas”⁶. Quase metade das mulheres privadas de liberdade no Brasil, exatos 47,33%, tem até 29 anos de idade (BRASIL, 2019). Fator esse que contribui para a maternidade dentro do cárcere.

A gravidez requer uma atenção redobrada tanto para a genitora quanto para a criança. A realidade enfrentada pelas mulheres grávidas durante os nove meses de gestação dentro da prisão é bem complicada (JULIO, 2016). Além dos dias passarem devagar dentro das celas, em geral, as gestantes não têm sequer uma cama adequada para a sua gravidez, não têm um

⁶ As saidinhas são as saídas temporárias que os presos do regime semiaberto têm direito de usufruir caso seja deferido pelo/a juiz/a, para isso, é necessário que o preso tenha cumprido pelo menos 1/6 da pena total, caso este seja réu primário, ou 1/4 se for reincidente. Além de ter uma boa conduta.

acompanhamento pré-natal, não sabem as condições em que seus bebês se encontram, nem tampouco sabem o sexo da criança. Não é difícil encontrar relatos de experiências em que destacam que, muitas delas, acabam parindo dentro da própria cela:

A maioria das detentas grávidas já chega grávida na cadeia. Algumas, já no fim da gestação, nunca passaram por um obstetra pois eram pobres e desinformadas demais. Como em todo o país só existem 39 unidades de saúde e 288 leitos para gestantes e lactantes privadas de liberdade, na maioria dos presídios e cadeias públicas, elas ficam misturadas com a população carcerária e, quando chega a hora do parto, geralmente alguém leva para o hospital. Já nasceu muita criança dentro do presídio porque a viatura não chegou a tempo, ou porque a polícia se recusou a levar a gestante ao hospital, já que provavelmente não acreditou — ou não se importou — que ela estava com as dores de parto (QUEIROZ, 2015, p. 42-43).

A LEP dispõe que é obrigatório que se tenha berçário e creche nos presídios femininos. Porém, a prática difere da teoria e tal requisito não é atendido (BRASIL, 1984). O relato trazido por D'Eça (2010, p. 80-81) de uma assistente social exemplifica a não efetivação do que está previsto em lei:

Como é que você constrói uma unidade feminina, já existe uma lei que regulamenta a necessidade de berçário e creche, e você não atende essa lei? Acho que é por conta do pensamento machista mesmo. Eles não veem a condição da mulher e as necessidades exclusivas dela. Então fizeram um presídio como um presídio qualquer. Se você observar a estrutura é muito semelhante às unidades masculinas e poderia ser diferenciada. Poderiam trazer uma outra estrutura para as celas, poderiam colocar creche e berçário, porque tinha espaço. Nas comarcas onde não tem presídios, as cadeias públicas e delegacias, que também estão lotadas, mandam elas pra gente. Lá elas estão nas celas com os homens, engravidou e vêm grávida para aqui. Tratando as mulheres como se fossem homens que o sistema penitenciário gera todo esse problema. E quando a presa parir, onde o bebê tem que ficar? Na cela!

Quando as mães chegam do hospital com os bebês, em algumas cadeias eles arrumam uma cela para que fique com o seu filho. Tudo improvisado. Entretanto, na maioria dos casos, o recém-nascido fica junto à mãe na cela pequena, suja e úmida. Ambos propensos a pegar algum tipo de infecção.

Conforme mostra o relatório da CPI do Sistema Carcerário de 2009, as mães encarceradas, em muitos presídios, não são sequer transferidas para celas que tenham o mínimo de adaptação para crianças, como berços, tendo essas crianças que conviver junto de suas mães em celas com umidade, mofo, e em muitos casos, mais de 10 mulheres na mesma condição de mães, ficando ali sujeitas a qualquer rebelião (ARAÚJO; LIBERATO, 2015, s/p).

Os recém-nascidos podem ficar com as mães e serem amamentados até os 06 meses de vida, de acordo com a lei de nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Após esse período de amamentação, a criança poderia ficar junto à mãe até completar cinco anos de idade no espaço adequado, a creche. Porém, passados seis meses da amamentação, as crianças são arrancadas

de suas mães. Caso tivesse o berçário em todos os presídios femininos, por um ângulo seria benéfico, pois assim haveria o fortalecimento do vínculo mãe-filho. Seria importante também o convívio com o filho ali na cadeia para que a presa começasse a pensar em boas práticas fora daquele lugar, pudesse pensar numa reinserção social para si e um futuro melhor para o filho.

Nesse tocante, D'Eça (2010, p. 91) destaca que, no sistema penitenciário, “a creche cumpre um papel diferente daquelas que estão situadas fora do contexto prisional: aproxima mães e filhos”. Entretanto, observando essa situação por outro prisma, acredita-se também que o filho não deve cumprir pena com a mãe. Em razão das cadeias serem lugares insalubres e impróprios para crianças, uma vez que, ainda que tivessem os berçários, logo, haveria superlotação. De forma que as crianças acabariam voltando para as celas junto às mães. O mesmo valeria para as creches, que acolheriam as crianças menores de seis anos. Porém, o sonho de muitas mães em situação de cárcere é que tivessem o berçário e a creche, para que assim pudessem ficar mais próximas dos seus filhos (D'EÇA, 2010).

Passado o tempo legal de amamentação dos filhos, as mães o entregam para alguém da família ou para algum abrigo. Tal separação é inevitável. Às vezes, é possível prolongar a estadia da criança dentro da prisão, porém, não seria definitiva. Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em caso onde um dos pais ou dois se encontram presos, a suspensão do poder familiar se faz necessária, até que esse cenário mude. Entretanto, para a mãe, uma ex-presidiária, conseguir recuperar a guarda do filho não é nada fácil:

As que conseguem completar os seis meses de direito, precisam dar o filho para o pai, um parente ou entregar para um abrigo. Neste último caso, quando terminam de cumprir sua pena, elas têm que pedir a guarda dos filhos de volta à Justiça. Nem todas conseguem. Para provar-se capaz de criar uma criança, é preciso ter comprovante de endereço e emprego. E esse é um salto muito mais difícil de ser dado pelas mulheres com antecedentes criminais. Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo (QUEIROZ, 2015, p 44).

Assim, por mais que a mãe saiba que o filho está bem cuidado com a família, ela ainda assim sente a falta da criança perto dela, o que muitas vezes torna a pena desta mulher ainda mais sofrida, mais árdua para se cumprir. Com o filho ali, poderia ser um elemento a mais de esperança numa possível ressocialização, lhe encorajando lutar e cumprir sua pena.

No primeiro semestre de 2017, o Brasil tinha 37.828 mulheres privadas de liberdade. A tabela abaixo traz informações mais detalhadas.

Tabela 1 – Mulheres privadas de liberdade no Brasil

BRASIL - JUNHO DE 2017	
Total da população prisional feminina	37.828
Sistema Penitenciário	36.612
Secretaria de Segurança e Carceragens	1.216
Total de vagas	31.837
Déficit de vagas	5.991
Taxa de Ocupação ⁷	118,8%
Taxa de Aprisionamento	35,52

Fonte: Brasil, 2019.

No que concerne à escolaridade, as mulheres presas apresentam um baixo grau de escolaridade, de modo que 44,42% destas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 15,27% com Ensino Médio incompleto e 14,48% com Ensino Médio Completo. Com o Ensino Superior Completo, apenas 1,46% das presas. No que diz respeito ao estado civil, destaca-se o percentual de solteiras, 58,4%. As presas em união estável ou casadas representam 32,6% da população prisional feminina (BRASIL, 2019).

Tomando como exemplo o delito com maior incidência dentro dos presídios femininos, o tráfico de drogas, partindo das novas configurações das famílias brasileiras, onde a mulher precisa prover a casa sozinha, levando em consideração que muitas dessas mães são negras e com baixa escolaridade, fica cada vez mais difícil conseguir um emprego formal. Neste contexto, França (2014, p. 223) destaca que “algumas mulheres afirmaram terem iniciado a prática desse delito em razão de o companheiro se encontrar preso e, como precisavam arcar com as despesas da casa, não tiveram outra alternativa”. O caminho do tráfico, então, aparece como uma possibilidade para sustentar os filhos.

Percepção das ex-detentas sobre a prisão

O público alvo da pesquisa realizada foi composto por sete mulheres que cumpriam Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e que já tinham passado pela prisão. Inicialmente, perguntamos acerca da prisão provisória e/ou preventiva. Se elas visualizam que essa prisão provisória se fazia necessária, tendo em vista a não condenação delas. Todas as sete entrevistadas compartilham da ideia de que essa reclusão não é importante, uma vez que poderiam esperar a sentença do juiz em liberdade, por se tratarem de crimes considerados de menor potencial ofensivo. Segundo a Entrevistada A, “*não precisaria, era só julgar logo; mas*

⁷ A taxa de ocupação é calculada pela razão entre o número total de mulheres privadas de liberdade e a quantidade de vagas existentes no sistema prisional. Para o cálculo, são consideradas as mulheres privadas de liberdade em carceragens de delegacias, porém não são consideradas as vagas existentes nesses espaços de custódia, uma vez que são espaços inadequados à permanência da população privada de liberdade.

a justiça só serve para alguns". A Entrevistada B também corrobora do mesmo argumento: *"não, ele (o juiz) poderia escolher a pena alternativa logo"*. A Entrevistada E também segue o mesmo raciocínio: *"completamente desnecessária, como eles [operadores do direito] falam, eu não oferecia risco à sociedade, mas só viram isso depois, né?!"*.

Podemos perceber que, caso houvesse maior agilidade por parte do judiciário no que tange aos julgamentos dos processos, muitos transtornos seriam evitados. Um fator que é extremamente importante elucidar é o fato de que boa parte da população encarcerada no Brasil é formada por presos provisórios, que não tiveram ainda a condenação do seu delito, o que impulsiona ainda mais a superlotação nas cadeias. No que se refere ao aprisionamento feminino não é muito diferente: *"podemos inferir que 37,67% das mulheres presas no Brasil são presas em regime provisórios, ou seja, sem condenação"* (BRASIL, 2019, p. 15).

Quando perguntamos sobre as condições da prisão em que elas ficaram reclusas a resposta foi unânime, péssimas. Atrelada a essa questão, questionamos se o período em que elas ficaram reclusas trouxe algum benefício para a vida delas e pedimos para que elas falassem um pouco sobre esse ponto. A Entrevistada C foi objetiva: *"Não, pelo contrário, quando retornei encontrei a minha casa toda revirada, bagunçada, mal cuidada; me afastou da minha família, dos meus filhos."* A Entrevistada D também não visualizou benefícios: *"Não, benefícios não. Pelo contrário, trouxeram prejuízos, até mesmo para a minha cabeça. As condições de lá são as piores"*. A Entrevistada F sentiu falta dos laços familiares: *"me afastou dos meus meninos, da minha família"*.

Os relatos acima sustentam a tese que muitos pesquisadores trazem acerca das condições que são vivenciadas pelos detentos. De forma que as condições socio-habitacionais influenciam diretamente na vida dos detentos. Em cima disso, perguntamos se elas acreditavam que o cárcere seria capaz de promover uma ressocialização: *"Nunca! Como te falei, as pessoas saem de lá pior"*⁸. *"Não, mas eu consegui ver como algo que me fizesse nunca mais voltar, mas a maioria lá dentro não enxerga dessa forma"*⁹. *"Não, fica é pior... lá mesmo, as meninas ficavam falando que quando saíssem de lá fariam pior, que lá é um inferno"*¹⁰. *"Não, porque lá é péssimo... a comida muitas vezes vinha até com mosca, fio de cabelo... nossa! Muita sujeira. Não tem como você sair de lá melhor, muitas vezes sai pior que entrou"*¹¹. *"Não, a maioria que está lá já veio aqui e retornou... cada vez pior"*¹². *"De jeito nenhum, lá não é lugar de gente*

⁸ Entrevistada A

⁹ Entrevistada B

¹⁰ Entrevistada C

¹¹ Entrevistada D

¹² Entrevistada E

não, não desejo nem pro meu pior inimigo; muita gente sai de lá pior”¹³. “Não, quem é ruim sai pior, quem não é, vai caindo aos poucos; se você já foi lá, tu sabe... imundo, não tem privacidade.”¹⁴.

As falas acima reiteram o que é sabido, o cárcere é falido, ainda que este tenha surgido com a finalidade de realizar todos os objetivos da pena – punir, ressocializar e prevenir a reincidência criminal. Por isso que, há anos, percebendo a quase impossibilidade da ressocialização com a pena privativa de liberdade, muitos denunciam que, de fato, a prisão não traz aspecto positivo para a vida de quem passa por ela (BITENCOURT, 2001). O cárcere, de forma geral, apenas contribui para a violação dos direitos humanos e tem como único papel a punição. Temos, então, um cenário aquém daquele vislumbrado na teoria com atividades terapêuticas visando a ressocialização: retirada dos sujeitos do convívio social; período de privação da liberdade em ambientes insalubres; e a reinserção dos mesmos à sociedade

Considerações finais

Cada vez mais as condições das prisões brasileiras são as piores possíveis, sendo insalubres e subumanas. É consensual por parte das entrevistadas que a prisão não traz benefício para a vida de quem passa por lá. Pelo contrário, foi possível perceber que elas corroboram a posição de muitos autores da área que apontam que a prisão não ressocializa e nem previne reincidência criminal. Uma vez que lá não é “*lugar de gente*” e quem adentra o ambiente prisional, “*sai de lá pior*”. Não há o incentivo e tampouco valoriza o lado reflexivo e educativo da pena, atendo-se apenas em punir e excluir o sujeito.

As condições sob as quais os apenados vivem nas prisões são sub-humanas, o que provoca nesses sujeitos sentimento de revolta, o que pode desencadear em uma nova prática delituosa, principalmente se levarmos em consideração o fato de que após saírem da prisão, geralmente esses egressos não têm apoio algum por parte do Estado. Se antes, enquanto “*cidadão de bem*”, o acesso aos direitos básicos era difícil, agora, com o estigma de ex-presidiário, é quase inalcançável.

Algumas áreas do conhecimento, como a do Serviço Social e a Educação, têm se apresentado como possibilidades factíveis ao processo de reintegração social das mulheres presas, de forma que a atuação do profissional se dá em um espaço que oferece oportunidades de se relacionar com outras pessoas e vivenciar novas experiências, para que possam traçar

¹³ Entrevistada F

¹⁴ Entrevistada G

novos projetos de vida. A atuação do/a Assistente Social, especificamente, que prima pela efetivação e garantia dos direitos sociais para que a dignidade humana do sujeito seja mantida, torna-se desafiadora e necessária no contexto prisional para que o cenário caracterizado pelas entrevistadas possa ser transformado.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002.
- ARAÚJO, J. F; LIBERATO; B. S. Encarceramento infantil: quanto tempo de amamentação? *Revista Âmbito Jurídico*, nov 2015. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16564&revista_caderno=29>. Acesso em: 11 nov 2019.
- BANDEIRA, T; PORTUGAL, D. *Criminologia*. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174993/4/eBook_Criminologia-Tecnologia_em_Seguranca_Publica_UFBA.pdf>. Acesso em 10 jan 2020.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.
- BRASIL. *Lei de Execução Penal*. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Senado Federal, 1984.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. *Manual de Gestão para alternativas penais: penas restritivas de direito*. Ministério da Justiça. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2016.
- _____. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres*. 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>. Acesso em 12 dez. 2019.
- COSTA, E. P. *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2008.
- D’EÇA, A. *Filhos do cárcere*. Salvador. EDUFBA, 2010.
- FALCADE-PEREIRA. A discriminação de gênero no sistema penitenciário. In: *Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba: PUC/PR, 2013.
- FERNANDES, N; FERNANDES, V. *Criminologia integrada*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- FERREIRA, M. E. G. *A produção de esperança numa situação de opressão: Casa de Detenção de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24 ed. Petrópolis. Vozes. 1987.
- FRANÇA, M. H. O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, p. 212-227, jul-dez 2014.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IDEÃO; D. C. M; RAMOS; E. E.A. Dispositivo da sexualidade feminina no cárcere: considerações sobre a ineficácia dos direitos à maternidade e à visita íntima. In: *Anais do III*

- Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Recife: UFPE, 2017.
- JULIO, Karina Balan. *São gaiolas e paredes: o que as mulheres presas vivem diante do encarceramento*. Huffpost. São Paulo. 2016. Disponível em <https://www.huffpostbrasil.com/karina-balan-julio/prisao-mulher_b_9824992.html> Acesso em 10 dez 2019.
- LEITE, M. B; SANTOS, J. L. Trabalho: atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria marxista. *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luis: UFMA, 2013.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELARA, E. *A dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria – RS*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRGS. Rio Grande do Sul. 2008.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Impactos da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007.
- MOLINA, M. C. G. A construção de identidade do sujeito mediante as transformações da globalização. *Revista Científica do ITPAC*, Araguaína, v. 7, n. 2, abr, 2014.
- MONTE, S. S. A identidade do sujeito na pós-modernidade: algumas reflexões. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana, v. 12, n. 12, p. 162-167, jul/dez de 2012.
- MUNIZ, C. R.; LEUGI, G. B.; ALVES, A. M. Mulheres no sistema prisional: por que e como compreender suas histórias? *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, 24 jan. 2018.
- NERI, M. C. *A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?* Rio de Janeiro: FGV Social, 2019.
- OLIVEIRA, M. G. F; SANTOS, A. F. R. Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização das visitas íntimas às mulheres encarceradas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 25, n. 1, Uberlândia, jan-jun. 2012.
- PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. *A violência*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2015.
- PAVIANI, J. *Conceitos e formas de violência*. Caxias do Sul: Educs, 2016.
- PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, maio de 1997.
- PRADO, A. C. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto, 2003.
- QUEIROZ, N. *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SANTOS, S. M. M dos. Direitos, desigualdades e diversidade. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, T. S. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 170-198, 2001.
- SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 30, n. 3, p. 556-571, set. 2010.
- SUDBRACK, A. W. A violência na sociedade contemporânea. In. *As vítimas do ódio: violência, estado e vulnerabilidade social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2010.
- TRENTIN, A. C. Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar. In: *Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais*. Porto Alegre: PUC/RS, 2011, p. 216-228.
- VARELLA, D. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a “questão social”

Waldez Cavalcante Bezerra*
Larissa Martins de Almeida**

RESUMO: A partir da perspectiva histórico-crítica e, incorporando elementos da teoria marxista da dependência, o artigo busca elucidar aspectos para pensar a “questão social” na América Latina. Para a organização da exposição, num primeiro momento, retomamos alguns aspectos gerais sobre a expressão “questão social” para, em seguida, discutirmos o processo de formação sócio-histórica da América Latina e tecermos alguns apontamentos sobre as particularidades da “questão social” latino-americana. Levando em consideração a bibliografia estudada, conclui-se que a “questão social” na América Latina se manifesta por meio de diferentes expressões que têm origem nas tendências gerais de acumulação capitalista, mas que também está assentada na lógica da subordinação e da dependência, apresentando como característica uma maior exploração da força de trabalho no processo produtivo, que desencadeia junto aos trabalhadores um conjunto de misérias, privações e violências.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; questão social; capitalismo dependente.

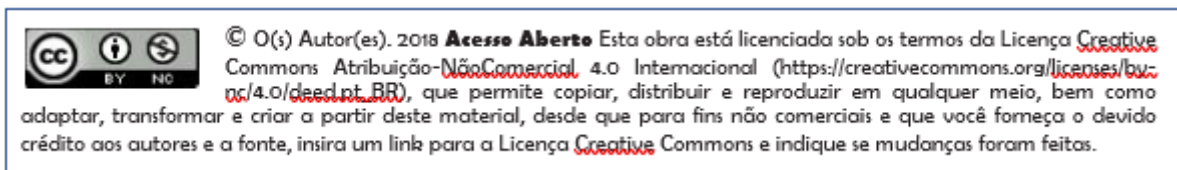
Subordination and dependency in Latin America: Notes to think the “social issue”

ABSTRACT: From the historical-critical perspective, and incorporating elements from marxista theory, this article aims to clarify elements to think the “social issue” in Latin America. To organize this exposition, on a first moment, we took back some general aspects about the expression. “social issue”, and then discuss the historical social formation process of Latin America and conceive some noes about the particularities of the Latin American “social issue”. Taking in consideration the the studied bibliography, we conclude that the “social issue” manifests itself through different expressions which originate on general tentencies of capitalist accumulation, but is also established on the subordination and dependency logics, presented as one key characterisc, a bigger exploitation of the labour forces on the productive process, which initiates, among the workers, a set of miseries, privations and violence.

* Terapeuta Ocupacional. Mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL). Professor assistente da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Integra o Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais” (UFAL) e o Grupo de Pesquisa “Terapia Ocupacional Social: fundamentos, recursos e populações” (UFPB). “Membro da Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social”.

** Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Possui Graduação em Serviço Social pela mesma instituição. Integra o Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (GPSRS/UFAL) e o Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB). Professora substituta do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Sousa-PB.

KEYWORDS: Latin America; social issue; dependent capitalism.



Introdução

À “questão social” são atribuídas características particulares, dependendo da sua contextualização em determinadas realidades locais, sob a influência de movimentos globais, para além do seu reconhecimento como expressão dos conflitos sociais no contexto da sociedade capitalista.

Assim, o estudo da “questão social” em uma realidade específica remete, sem dúvida, às bases da própria organização da produção capitalista, uma vez que foi a forma especificamente capitalista de produzir que determinou uma pobreza da classe trabalhadora de novo tipo, não mais pela escassez de recursos, mas pela abundância e apropriação privada deles. Esta abordagem genérica da “questão social” revela o seu fundamento ontológico, evidenciando a relação estrutural entre ela e o capitalismo; contudo, por si só, não se mostra suficiente para explicar as particularidades do modo de constituição e expressão da problemática em contextos específicos, como, por exemplo, o da América Latina.

Sem desconsiderar as leis tendenciais gerais do modo de produção capitalista, fazemos tal afirmação ao entender que, a depender da forma como a produção capitalista se instaura e se desenvolve em determinadas regiões, ela assume particularidades definidas pela forma de inserção e função dessas regiões no movimento da economia mundial, dinâmica esta que revela elementos que definem os contornos da “questão social” nessas localidades.

Desse modo, propomo-nos a realizar alguns apontamentos teóricos para suscitar a reflexão sobre a “questão social” na América Latina, tomando como base o processo de formação sócio-histórica da região e da sua dominação e exploração pelos países europeus, quando do seu “descobrimento” e inserção subordinada na dinâmica da economia mundial. Para subsidiar as reflexões, recorreremos às produções de autores que buscaram compreender e discutir a realidade latino-americana a partir da tradição marxista, com destaque para aqueles filiados à teoria marxista da dependência.

Contudo, antes de adentrar nas singularidades latino-americanas, faz-se necessário, mesmo que de modo breve, assinalar alguns aspectos gerais sobre a expressão “questão social”, demarcando a nossa perspectiva de análise nesse texto. Tal necessidade se coloca a partir do reconhecimento de que, ao longo da história, foram diversas as perspectivas de análise da “questão social” e, a depender do modo como esta é apreendida, estabelecem-se determinadas formas de enfrentamento ou mesmo minimizam-se os processos sociais envolvidos na sua gênese e reprodução.

Elementos da gênese da “questão social”: uma perspectiva ontológico-material

Quando pensamos em “questão social”¹, automaticamente nos remetemos a pensar em pobreza, miséria ou algo associado a estas expressões. No entanto, a “questão social”, como fruto da sociedade do capital, pode se apresentar nas suas mais diversas expressões, das quais pobreza e miséria são componentes, juntamente com a violência, o desemprego, a indigência, a fome, as desigualdades, a carência de políticas sociais, dentre outras. A “questão social” trata-se, portanto, de uma totalidade imbuída de outras totalidades que se expressam de forma latente no modo de produção capitalista e que detém uma base material econômica, política e social, além de ser permeada pela questão de classe, que a desvela em suas contradições.

A constituição do modo de produção capitalista tornou-se possível somente através da acumulação primitiva, processo possibilitado pela expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais do campo, do roubo dos bens da Igreja e da usurpação dos domínios do Estado (MARX, 2013). Além da violência característica desse processo, Marx (2013) revela que nem todos os trabalhadores arrancados do campo conseguiram se adaptar aos ditames da nova ordem e às condições de trabalho impostas pelo mercado capitalista; muitos “converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias” (MARX, 2013, p. 805-6). As consequências decorrentes desse processo são muitas: o amontoamento urbano de pessoas vivendo na mais pura miséria, as desigualdades sociais em crescimento, o desemprego, os conflitos sociais, a violência, a disseminação de doenças, dadas as péssimas condições de moradia em que viviam grande parte dos trabalhadores livres.

A acumulação primitiva do capital propiciou, então, a ascensão da hegemonia capitalista

¹ O uso do recurso das aspas durante todo o texto está alicerçado na prerrogativa de que o termo “questão social” surge com uma “tergiversação conservadora”, conforme aborda Netto (2006) e, por isso, seu uso requer um certo cuidado para que se evite reducionismos.

e, com ela, o surgimento das classes fundamentais, essencialmente antagônicas:

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E, desse pecado original, data a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2013, p.785).

Dessa acumulação primitiva, decorrem os “males sociais” que fundamentam a ascensão da chamada “questão social”. Todavia, conforme Netto (2006), o termo “questão social” só é usado pela primeira vez por volta de 1830 para definir o fenômeno generalizante do pauperismo, resultante da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra entre o final do século XVIII e o início do século XIX – período em que se acirravam os conflitos capital-trabalho, dada a ascensão da classe proletária enquanto sujeito político disposto a lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

O pauperismo, caracterizado como uma pobreza de novo tipo, distingue-se da pobreza das formas societárias anteriores pelo fato de existir em um momento cujo desenvolvimento das forças produtivas seria capaz de eliminá-lo. Assim,

O que torna a pobreza na sociedade capitalista uma pobreza de natureza distinta de todas as anteriores é que nesta sociedade é possível suprimir a pobreza. É possível do ponto de vista da produção, da distribuição, mas não é possível do ponto de vista dos marcos jurídico-políticos em que opera essa sociedade. O que é importante assinalar não é a continuidade da fome; o que é importante é que a continuidade se dá quando é possível suprimi-la (NETTO, 2013, p. 93).

Desde então, a expressão “questão social” se popularizou e passou a ser incorporada por pensadores, filósofos, políticos, jornalistas etc., filiados às mais diversas matrizes ideológicas. Para Netto (2013), de um modo geral, podemos categorizar a diversidade do trato teórico dado à “questão social” em dois grandes blocos, os quais permanecem ainda atuais: conservador e crítico revolucionário. O primeiro, que possui expressão tanto laica quanto cristã, interpreta o fenômeno como algo natural e possível de eliminar nos marcos da sociedade vigente, seja por meio de medidas de cunho moral ou com planejamento da gestão pública na alocação de recursos e investimentos em políticas sociais. O segundo, parte da compreensão de que a “questão social” é insolúvel na ordem do capital e está radicada na lei geral da acumulação capitalista.

Ainda que Marx nunca tenha utilizado o termo “questão social” em suas obras, usando por diversas vezes o termo “males sociais” para designar os problemas decorrentes da exploração capital-trabalho (PIMENTEL, 2016), ao estudar a sociedade burguesa e a produção capitalista, ele revela as contradições que permeiam a anatomia dessa sociabilidade, tornando

possível apreender a “questão social” como um complexo constitutivo do desenvolvimento capitalista (NETTO, 2006), ou seja, inerente à sua lógica acumulativa.

A alteração da composição técnica do capital, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, desencadeou uma “população trabalhadora adicional relativamente excedente” (superpopulação relativa/excedente ou exército industrial de reserva), que funciona como mecanismo de pressão da força de trabalho ocupada, barrando suas pretensões, contribuindo para sua maior exploração e incentivando, inclusive, os movimentos gerais do salário (NETTO, 2013). A grandeza desse exército acompanha o aumento das expressões da “questão social”: “quanto maiores forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (NETTO, 2013, p. 719).

Apreendida por Marx como movimento tendencial da própria realidade do modo de produção capitalista, a lei geral da acumulação demonstra a capacidade potencial das forças produtivas do sistema capitalista para exaurir a miséria no mundo, todavia, este sistema realiza o seu contrário: produz miséria na razão direta em que aumenta a capacidade de produzir riqueza (MARX, 2013; NETTO, 2006). Nesse sentido, a “questão social” tem base material objetiva e é um elemento indissociável da engrenagem do capital. Sua gênese, conforme Pimentel (2016), é essencialmente econômica e explicita as contradições do capitalismo, passando, assim, a ser pauta do Estado, que atua no sentido de garantir a ordem reprodutiva do capital.

Netto (2013) ressalta, ainda, que o reconhecimento, tanto da relação estrutural entre a questão social e o capitalismo, quanto da impossibilidade de eliminá-la nos marcos deste, não anula a importância das medidas reformistas de enfrentamento da mesma por meio de políticas sociais, principalmente no contexto latino-americano. Afirma ele:

Enfrentar a “questão social” sem tocar nos fundamentos econômicos e sociais dessa ordem é enxugar gelo. Mas isso não significa imobilismo. [...] É equivocada a alternativa reforma (posta pelos conservadores) ou revolução. Não se trata de uma alternativa excludente. A formulação adequada do problema seria reforma e revolução, por uma razão simples: porque a experiência histórica tem mostrado que lutas que levavam como alvo, como objetivo, simplesmente, o reconhecimento de direitos políticos e sociais tiveram impactos extremamente significativos no conjunto das organizações sociais capitalistas (NETTO, 2013, p. 91).

Feitas essas considerações gerais sobre o fundamento ontológico-material da “questão social”, a partir de agora trataremos das singularidades da formação sócio-histórica da América Latina, buscando refletir, ainda que introdutoriamente, sobre a “questão social” no contexto latino-americano.

O lugar da América Latina: a opressão e a dependência como marcas histórico-sociais

A América Latina é uma região muito diversa, composta por países com níveis de desenvolvimento das forças produtivas desiguais, estruturas de classes e instituições políticas distintas, peculiaridades étnicas e culturais diversas, diferentes inserções e relações internacionais. Tais características fazem da mesma um todo complexo e diferenciado. Contudo, a análise do processo sócio-histórico de formação da região e a sua colocação como subordinada na relação com a economia mundial revela, também, a existência de uma base objetiva para a conformação de uma unidade latino-americana.

É compreensível, pois, que uma efetiva unidade latino-americana só possa ser pensada como não identitária, como unidade do diverso. Esta unidade latino-americana é um processo em construção, que possui como base objetiva o fato de as massas trabalhadoras do subcontinente terem os mesmos inimigos: o imperialismo (em especial, mas não exclusivamente, o norte-americano) e as classes dominantes nativas, a ele associadas (NETTO, 2017, p. 256).

Nesse sentido, sem querer anular as peculiaridades de cada país latino-americano, buscaremos sumariar os processos comuns aos mesmos que permitem identificar essa unidade à qual Netto (2017) se refere.

Como ponto de partida para tal discussão, apoiamo-nos nas reflexões de Dussel (1993), quando este analisa o processo mundial de dominação colonial dos povos e culturas, colocando em xeque o discurso da Modernidade. Para o autor, até 1492, coexistiam impérios e sistemas culturais entre si, sendo somente a partir desta data que ocorre a implantação do sistema-mundo. Assim, a ideia eurocêntrica de modernidade, colocada por ele como um mito, teria sua gênese em 1492, quando a Europa se confrontou com o “Outro” e se afirmou como centro da história (DUSSEL, 1993).

No contato com a alteridade do não-europeu e, conseqüentemente, com a sua dominação, exploração e violação, os europeus se aperceberam e se autoafirmaram como descobridores, conquistadores e colonizadores. Apenas com a expansão europeia a partir do século XV, quando esta chega ao Oriente e, no século XVI, quando chega na América, o planeta se torna o lugar de apenas uma “história mundial”, tendo a Europa se colocado como seu centro e relegando as demais culturas e regiões à condição de sua periferia (DUSSEL, 1993; 2000).

Desse modo, o sofrimento imputado ao “Outro”, nesse caso, os povos latino-americanos, configura-se como a consequência de um projeto civilizatório europeu, no qual sujeitos são subjugados por meio de relações desiguais e opressivas de poder. Dussel (1993) busca, então, romper com a concepção dominante de “descoberta” e indica o conceito de “encobrimento” como o que melhor define a dominação econômica, cultural e espiritual dos europeus sobre os

demais povos.

Nesse sentido, a história da América Latina, a partir do seu “encobrimento” pelos europeus passou a ser marcada por uma série de processos cuja finalidade sempre foi a exploração e a usurpação das suas riquezas naturais e humanas em favorecimento do desenvolvimento dos países centrais do sistema capitalista. Colocada como região periférica do sistema, o lugar reservado à América Latina impossibilitou-a de se desenvolver plenamente, devido às amarras econômicas, políticas e sociais que a sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho determinou.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravavam os dentes na garganta. [...] Mas, a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los (GALEANO, 2019, p. 17).

Ao ser integrada ao movimento da economia mundial a partir do século XVI, as formas de organizar a produção latino-americana (do período colonial até a atualidade) devem ser entendidas como parte da dinâmica de expansão do capitalismo mundialmente, processo este que subsumiu regiões ditas subdesenvolvidas, dentre elas a América Latina, aos ditames do capital. De acordo com Paiva, Rocha e Carraro (2010:150) “está dado, desse modo, o processo em que *a história engole a história para produzir outra história*: a história do subdesenvolvimento da América Latina na história do desenvolvimento do capitalismo mundial” [grifo das autoras].

Desse modo, o subdesenvolvimento (atraso) latino-americano não pode ser entendido como uma etapa evolutiva que precede o desenvolvimento (progresso), mas sim como resultado da inserção subordinada das economias periféricas no mercado mundial e como parte de uma lógica de acumulação global, em que subdesenvolvimento e desenvolvimento são processos antagônicos e complementares, assim como a relação entre Modernidade e Colonialidade.

Marx (2013) já sinalizou o decisivo papel cumprido pelas regiões ditas periféricas para o processo de acumulação primitiva de capital nos países centrais. A conquista e colonização dessas regiões foram importantes para o capitalismo nascente. Segundo ele,

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da

acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 370).

Williams, em seu livro *Capitalismo e Escravidão* (2012), também demonstrou o papel da escravidão negra e do tráfico de escravos no fornecimento do capital humano que financiou a Revolução Industrial. Para ele, a produção das Índias Ocidentais britânicas atuou sobremaneira na formação do capital inglês, lançando as fundações para a Revolução Industrial, através do comércio triangular Inglaterra-África-Caribe. Analisando a relação entre o poder colonial e suas colônias, o autor revela a importância do sistema escravista para a economia inglesa da época, desconstruindo a “visão tradicional de que as colônias eram mais recipientes da benevolência metropolitana e menos agentes principais na construção da prosperidade do poder imperial” (WILLIAMS, 2012, p. 21).

O autor destaca, ainda, que o exclusivismo comercial, estabelecido entre a Inglaterra e as colônias, obrigavam estas a remeterem seus produtos somente para a Inglaterra e por meio de seus navios, ao mesmo tempo em que somente podiam adquirir produtos de comerciantes ingleses ou por eles reexportados. Nas palavras do autor: “assim, como uma criança obediente que trabalhava para a maior glória de seus pais, elas [as colônias] eram reduzidas a um estado de vassalagem permanente e confinadas somente à exploração de seus recursos agrícolas” (WILLIAMS, 2012, p. 56).

Esse processo de acumulação primitiva também propiciou um processo oposto: a desacumulação primitiva das economias latino-americanas. Conforme Cueva (*apud* PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010), essa desacumulação primitiva decorre da usurpação das riquezas latino-americanas pelos países cêntricos, ocasionando a sua pobreza e aprofundando as suas desigualdades sociais.

A colonização da América, portanto, favoreceu o enriquecimento e a acumulação originária de riquezas nos países europeus. As colônias funcionavam como grandes impulsionadoras do desenvolvimento capitalista, “constituindo-se em poderosas alavancas de concentração de capitais” que ampliavam as potências já existentes no mercado europeu (MAZZEO, 1988, p. 6).

Assim, o legado da herança colonial determinou as matrizes econômica e social sob as quais as nações latino-americanas tiveram que se organizar no momento da independência nas primeiras décadas do século XIX, configurando um padrão oligárquico-dependente de desenvolvimento capitalista, de modo que as novas sociedades, agora “independentes”, nasceram baseadas na escravidão, na concentração de terras e na produção de bens primários, voltados para o mercado externo, evidenciando um não rompimento com o estatuto colonial.

Nesse contexto, o conceito de “Colonialidade” é formulado a partir da compreensão de

que o mundo colonial não foi completamente descolonizado. Enquanto o Colonialismo refere-se estritamente a uma estrutura de dominação e exploração, cujo controle político e econômico de uma determinada população são mantidos por outra com uma identidade e jurisdição territorial diferente, a noção de Colonialidade atenta para as continuidades históricas entre os tempos coloniais e os tempos ditos "pós-coloniais", além de destacar que as relações de poder colonial não estão limitadas apenas ao domínio econômico-político e jurídico-administrativo, mas possuem também uma dimensão cultural (QUIJANO, 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

As relações coloniais estabelecidas inicialmente na América Latina contribuíram para que, mesmo após os processos de independência, fossem mantidas relações de subordinação e dependência entre nações formalmente independentes, no interior das quais as relações de produção das nações subordinadas são modificadas e recriadas para assegurar essa dependência.

Segundo Marini (2011), o aprofundamento da inserção latino-americana na economia mundial só se realizou plenamente no século XIX, com o nascimento da grande indústria europeia, à qual necessitou de uma grande disponibilidade de produtos agrícolas e matérias-primas fornecidas pela América Latina, que garantiu o desenvolvimento industrial europeu. Coube aos países dependentes o papel de produzir bens primários para a exportação e importarem tecnologia, equipamentos e maquinarias. Assenta-se, então, uma contradição interna nas economias dependentes pelo fato de a sua produção se orientar e se realizar, majoritariamente, no mercado externo.

Contudo, o elemento fundamental da dependência está no desequilíbrio entre valor e preço, uma troca de uma quantidade maior de valor (tempo de trabalho socialmente necessário) por uma quantidade menor de valor, que faz com que haja uma transferência de mais-valia dos países dependentes para os centrais.

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendem seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem [...] (MARINI, 2011, p. 145).

De acordo com Marini (2011), como forma de compensar essa troca desigual, os países dependentes buscam intensificar a extração de mais-valia a partir de três mecanismos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho; condições estas que fazem ele

defender a tese de que na América Latina há uma *superexploração* da força de trabalho.

Além disso, importa ressaltar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada, inclusive, a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor (MARINI, 2011, p. 149-50).

Para exemplificarmos essa situação de maior exploração do trabalhador latino-americano, recorreremos a Galeano (2019), quando este trata da estrutura da espoliação na América Latina.

Para ganhar o que um operário francês recebe em uma hora, o brasileiro tem que trabalhar, atualmente, dois dias e meio. Com pouco mais de dez horas de serviço, o trabalhador norte-americano ganha, em equivalência, um mês de trabalho do carioca. E, para receber um salário superior ao correspondente a uma jornada de oito horas do operário do Rio de Janeiro, é suficiente que o inglês e o alemão trabalhem menos de trinta minutos (GALEANO, 2019, p. 352).

Segundo Teles (2018), a combinação desses mecanismos de compensação da troca desigual, citados por Marini (2011), perpetua o baixo nível de desenvolvimento da força de trabalho na região e impacta na diversificação de suas atividades, limitando a capacidade dos trabalhadores de satisfazer suas necessidades sociais e, conseqüentemente, ampliando os padrões de desigualdade devido aos altos índices de concentração e centralização dos excedentes socialmente produzidos.

Apenas quando o sistema capitalista mundial atinge certo grau de desenvolvimento é que a América Latina inicia seu processo de industrialização, ainda assim, em países localizados (Brasil, Argentina e México) e, a partir das bases criadas pela economia agroexportadora, de modo que a indústria continuou a ser, nesses países, uma atividade subordinada à exportação de bens primários. É, somente, a partir da crise capitalista internacional do início do século XX, a qual limitou a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, originando a economia industrial que prevalece na região (MARINI, 2011). Por isso, verifica-se que,

O crescimento fabril da América Latina fora iluminado, em nosso século, de fora. Não foi gerado por uma política planejada em direção ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da explosão dos conflitos internos, já superados, entre os latifundiários e um artesanato nacional, que morrera pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para dar resposta ao agudo desequilíbrio provocado pela

queda do comércio exterior (GALEANO, 2019, p. 294).

No intuito de alavancar o processo de industrialização, aposta das correntes desenvolvimentistas como a saída para a superação da condição subordinada e dependente das economias latino-americanas e, para o enfrentamento das expressões da “questão social”, os países da América Latina passaram a importar capital estrangeiro, sob a forma de financiamento para investir diretamente na indústria. Além disso, Marini (2011) afirma que a região serviu de local para os países centrais exportarem equipamentos e maquinários já obsoletos, reforçando a divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial.

Ao contrário do que previam os desenvolvimentistas, esse processo só aprofundou as relações de dependência e subordinação das economias latino-americanas e o agravamento das expressões da “questão social”, uma vez que os empréstimos realizados aumentaram a dívida pública que, atualmente, compromete boa parte do orçamento que poderia ser investido em políticas sociais, e o tão sonhado desenvolvimento econômico com desenvolvimento social não se tornou realidade. Nesse sentido, Galeano (2019) afirma que:

De resto, as inversões que convertem as fábricas latino-americanas em meras peças da engrenagem mundial das corporações gigantes não alteram em absoluto a divisão internacional do trabalho. Não sofre a menor modificação o sistema de vasos comunicantes por onde circula os capitais e as mercadorias entre os países pobres e os países ricos. A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas de que o mercado mundial necessita e de cuja venda depende a economia da região. O intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e da Europa (GALEANO, 2019, p. 291).

É, portanto, nesse contexto de desenvolvimento sócio-histórico marcado pelas relações coloniais, pela subordinação e pela dependência que pretendemos situar, a partir de agora, a “questão social” na América Latina.

A “questão social” no contexto da América Latina

Os processos vivenciados pelas economias latino-americanas impõem condições deploráveis à vida dos trabalhadores, uma vez que, além da força de trabalho ser remunerada abaixo do seu valor real, soma-se a ausência ou precariedade de um sistema de proteção social público, diferentemente do que ocorreu nos países europeus.

Os últimos acontecimentos no âmbito social brasileiro reiteram essa precariedade. A aprovação da reforma da Previdência, a PEC 241 (ou 55), conhecida como “PEC do fim do mundo”, que congelou os gastos públicos com políticas sociais por 20 anos, os cortes nas

universidades públicas, dentre outros, são medidas emblemáticas para esboçar o cenário latino-americano, medidas que afetaram integralmente a classe trabalhadora brasileira.

Somadas a isso, as condições de trabalho na América Latina são assustadoras. Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), atualmente, 158 milhões, de um total de 292 milhões de pessoas empregadas na América Latina, trabalham na informalidade, ou seja, cerca de 54% de trabalhadores estão inseridos em uma situação de instabilidade. Além disso, como consequência da crise econômica atual, impulsionada pela pandemia da COVID-19, estima-se uma perda de 80% na renda de trabalhadoras e trabalhadores informais da América Latina. A nível mundial, essa perda é de 60% (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

De acordo com um documento publicado recentemente pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o atual contexto de pandemia pode levar a mudanças estruturais na Divisão Internacional do Trabalho, provocando um enfraquecimento da globalização e sérios embates no âmbito empregatício. Estima-se uma perda de 4,4 a 14,8% dos empregos formais e, uma taxa de desemprego de 11,5%, acarretando um aumento de 11,6 milhões de desempregados em relação ao ano de 2019 (CEPAL, 2020, p. 9).

Para Netto (2013), na América Latina, subcontinente onde a supressão do estatuto colonial ocorreu apenas no plano político, mas não no econômico – dada a continuidade da heteronomia –, a expressão imediata da “questão social” é a pobreza. Nas palavras de Galeano (2019, p. 348) “terras ricas, solos riquíssimos, homens muito pobres neste reino de abundância e do desamparo”.

O capitalismo dependente institui – de modo sempre crescente – o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, dessa forma, uma intensa e crescente exploração do trabalhador, determinando, peculiarmente, os traços da chamada questão social no continente latino-americano (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157).

Em consonância, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), citados por Lissardy (2020), apontam a América Latina como a região com maior desigualdade de renda do mundo; os 10% latino-americanos mais ricos concentram 37% da riqueza da região, os 40% mais pobres, por sua vez, recebem apenas 13% da renda, o que demonstra a grande disparidade existente entre as classes sociais reinantes nessa região.

Cabe ressaltar que outra característica desse todo denominado América Latina é a diversidade entre os países que a constituem, os quais apresentam diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, regiões mais ou menos industrializadas, de modo que as expressões da “questão social” aparecem de forma diversificada em cada país. Analisando dados publicados pela CEPAL (2017), verifica-se que a taxa de desemprego na região variava

de 2% (Cuba) a 13% (Brasil), a taxa de mortalidade infantil apresentava variação de 5,5% (Cuba) a 39% (Haiti), a pobreza atingia 30,7% da população latino-americana, chegando a 48% nas zonas rurais e, ao se somar a taxa de pobreza com a de pobreza extrema, atinge-se 40,7% da população em geral e, alarmantes 69,7% na zona rural.

Apesar das características heterogêneas que resultam das singularidades territoriais, étnicas, culturais e demográficas de cada país, a América Latina apresenta, ao mesmo tempo, uma linha comum representada pelos índices históricos de desigualdade e pobreza, em decorrência das relações de exploração econômica e dominação política (TELES, 2018).

Dados mais recentes revelam que a pobreza na América Latina e no Caribe chegou a níveis extremos. Conforme o relatório “O Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo 2020” (SOFI) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a região chega ao quinto ano consecutivo com aumento da fome, afetando, em 2019, 47,7 milhões de pessoas (FAO, 2020). A Organização ainda projeta que quase 67 milhões de pessoas podem ser afetadas com a fome até 2030 (FAO, 2020), dados que, mesmo preocupantes, não consideram ainda o impacto da propagação da COVID-19. A situação, obviamente, piora com a conjuntura de pandemia que vêm atingindo de forma predominante às populações com baixa renda. No relatório “*Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe*”, a CEPAL e a FAO alertam que, como consequência da devastação causada pelo vírus, 83,4 milhões de pessoas podem chegar à situação de pobreza na América Latina (CEPAL-FAO, 2020).

Esse cenário de crise acentua ainda mais a situação de vulnerabilidade da população latino-americana e revela o impacto da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, expõe nossas desigualdades e explicita as expressões da “questão social”, especialmente, a condição trabalhista.

É preciso lembrar, portanto, que a “questão social” no solo latino-americano se configura no contexto do capitalismo dependente, mas, trazendo as marcas dos processos de colonização que dominaram a região até o século XIX e, que gestaram as bases de uma série de conflitos e mazelas que perduram mesmo após o fim do regime escravista colonial, englobando especificidades que conformam o seu significado loco-regional. Temas como a exploração ambiental, os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais, o modo peculiar como se deu a formação das nações e das classes sociais, a ausência da experiência de um Estado de bem-estar social, o processo de concentração de riquezas e de poder pelas minorias ricas e o crescimento das populações pobres, as sequelas que figuram a desigualdade e as injustiças estruturais não superadas pelos processos de “independência” do século XIX e

de modernização do século XX, são apenas alguns dos temas relevantes para situar a “questão social” no contexto latino-americano.

A partir do resgate histórico da formação da América Latina, é possível perceber que um aspecto central da “questão social” na região é a extrema desigualdade que impera na estrutura social dos seus países, fruto dos modos de constituição e reprodução social e econômica de cada um, que se deram sob a marca da subordinação e da dependência no jogo da economia mundial. Assim, distingue-se da realidade europeia, em tempo e espaço, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania e da implantação do próprio capitalismo.

Outro aspecto essencial à discussão da “questão social” na América Latina, para além da sua dimensão econômica, diz respeito a sua dimensão política, ou seja, a forma como o Estado latino-americano tem enfrentado as expressões da “questão social”. Isto recai na análise do papel dos Estados nacionais na integração dos países latino-americanos na economia mundial, o que não é possível fazermos nos limites deste artigo. Aqui, consideramos relevante apenas pontuar que, diferentemente dos países centrais, nos países da América Latina, historicamente, parte do excedente produzido pelos trabalhadores é apropriado pelo capital externo, com apoio do Estado. Se, durante o período colonial, as riquezas regionais eram drenadas para a metrópole a partir de relações sociais reguladas somente com uso da violência, nos governos formalmente independentes, coube aos Estados latino-americanos usar parte do excedente para investir em infraestrutura e criar as condições necessárias ao movimento do capital em escala internacional, o que provocou seu endividamento e aprofundou as relações de dependência.

Desse processo histórico decorre que, na atualidade, o excedente apropriado pelo Estado latino-americano cumpre três destinos: financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas; pagar a dívida externa e seus juros; financiar sistemas precários de proteção social, a segurança pública e demais investimentos na reprodução social interna (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Nesse cenário, a “questão social” na América Latina, sob orientações internacionais, tende a ser tratada como um fato político partidário e problema individual a ser resolvido via mercado, possuindo como principal estratégia de enfrentamento políticas e ações fragmentadas e focalizadas no atendimento das necessidades sociais vinculadas à manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho (TELES, 2018).

Escamoteadas em um discurso de equidade e prosperidade, as recomendações dos órgãos multilaterais, a exemplo do BID e FMI, para o enfrentamento das expressões da “questão

social” na América Latina ignoram as características estruturais constituintes da região e a relação histórica de subordinação e dependência mantidas com as economias centrais. Nesse sentido, as proposições implementadas não impactam, substancialmente, na “questão social” e, nem poderia ser diferente devido à incongruência entre o crescimento econômico e justiça social no contexto capitalista.

Depreende-se, destes fatos, a importância e o papel da luta de classes na América Latina como elemento essencial para a expansão e garantia dos direitos sociais, visto ser pouca a parcela do excedente destinada para este fim nas economias dependentes. Dussel (1993) afirma a necessidade de que o bloco social dos oprimidos na América Latina (índios, negros, mestiços, camponeses, operários e marginais), enquanto sujeitos historicamente marcados por uma opressão negadora do seu ser, adquira o corpo de sujeito histórico afim de fazer a verdadeira revolução política rumo à emancipação.

Considerações finais

A formação sócio-histórica da América Latina e a sua inserção na divisão internacional do trabalho revela uma trajetória marcada por relações de exploração, saqueio, subordinação e dependência. Apesar de diversa, se considerarmos os processos vivenciados pelos países latino-americanos individualmente, o resgate teórico realizado neste artigo permitiu elucidar elementos objetivos que fundam uma unidade latino-americana, uma vez que a região, como um todo, padece historicamente da heteronomia das suas decisões macroeconômicas.

A inserção subordinada na divisão internacional do trabalho condiciona as economias periféricas latino-americanas à qualidade de exportadoras de matérias-primas, de mãos de obra e de riquezas. Essa inserção desigual gera concentração e centralização de riquezas por uma parte imperialista do mundo e miséria, destruição e desigualdade pelos países periféricos. Dessa forma, a acumulação dos países cêntricos advém da nossa desacumulação. A sua riqueza é proporcional à nossa miséria.

A “questão social” no subcontinente, portanto, apresenta elementos de uma longa história que condiciona processos de colonização, lutas pela independência, planos de desenvolvimento e industrialização, diferentes modelos de Estado e políticas sociais, dentre outros. Nesse sentido, podemos afirmar que a “questão social” na América Latina se manifesta por meio de diferentes expressões que tem origem nos determinantes da lei geral de acumulação capitalista, contudo, está assentada, também, na lógica da subordinação e da dependência, apresentando como característica uma maior exploração da força de trabalho no processo

produtivo, desencadeando junto aos trabalhadores um conjunto de misérias, privações e violências.

Neste sentido, mesmo em tempos de crise estrutural – e, mais atualmente, pandêmica – a “questão social” latino-americana deve ser pensada de forma ontológica, enquanto resultante de elementos provenientes da estrutura capitalista e de suas relações sociais de desigualdade, bem como deve ser entendida no seio das suas particularidades internas, ou seja, no seu chão sócio-histórico. O cenário que se mostra é realmente preocupante, resta-nos contribuir para o debate e elencar alguns aspectos fundamentais para se apreender o objeto em questão. Esta síntese foi construída com esse objetivo.

Referências bibliográficas

- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). *El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Pontificia Universidad Javeriana: Bogotá, 2007, p. 93-126.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*, 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.
- CEPAL-FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe/ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393_es.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2020.
- DUSSEL, E. *1492 – O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO: Buenos Aires, 2000, p.24-33.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo – informa a ONU*. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- LISSARDY, G. *Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta'*. BBC News - Mundo em Nova York. Nova York 16 fevereiro 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In.: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-172.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1988.
- MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Revista de Sociologia Configurações*, v. 10, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. *Perda maciça de renda afeta 90% dos trabalhadores informais na América Latina e no Caribe*. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/perda-macica-de-renda-afeta-90-dos-trabalhadores-informais-na-america-latina-e-no-caribe/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006

_____. A questão social na América Latina. In.: GARCIA, M. L. T.; RAIZER, E. C. (orgs.). *A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano*. Vitória-ES: EDUFES, 2013, p. 83-111.

_____. Nota sobre o marxismo na América Latina. In.: BRAZ, M. *José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017, p. 254-280.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Ser Social*, v. 12, n. 26, 2010, p. 147-175. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

PIMENTEL, E. As bases ontológicas da “questão social”. *Boletim do Tempo Presente*, n 11, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso: 10 de julho de 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latino americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 122-151.

TELES, H. *Desenvolvimento e proteção social na América Latina: a dialética das recomendações das agências multilaterais para a região*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RS. Porto Alegre. 2018. 217f. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8074>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI

Edneia Alves de Oliveira*
Anderson Martins Silva**

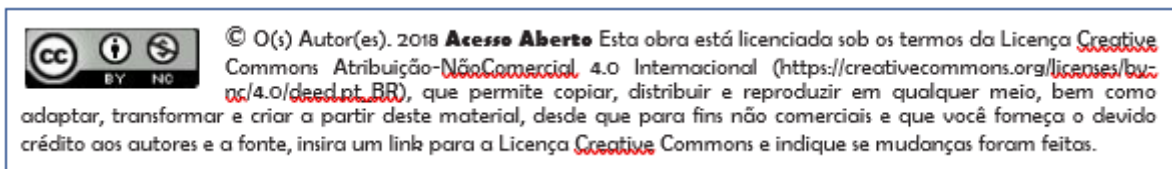
RESUMO: Este artigo objetiva analisar a relação entre a superexploração da força de trabalho no Brasil e a acumulação de capital. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental através de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE). Os resultados obtidos nos permitem constatar que a superexploração da força de trabalho no país, nas primeiras décadas do século XXI, é um fenômeno que se manifesta pela via da permanência do arrocho salarial, da alta carga tributária sobre a classe trabalhadora e nas mudanças em curso na legislação trabalhista implementadas para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro e garantir a acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE acumulação capitalista; superexploração da força de trabalho; Brasil.

Notes on the super-exploitation of the labor force in Brazil in the 21st century

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between the super-exploitation of the labor force in Brazil and the accumulation of capital. The methodology used was bibliographic and documentary research through data obtained by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the System of National Accounts (SCN) and the Latin American Institute of Socioeconomic Studies (ILAESE). The results obtained allow us to verify that the super-exploitation of the labor force in the country, in the first decades of the 21st century, it is a phenomenon that manifests itself through the permanence of the wage squeeze, the high tax burden on the working class and in the ongoing changes in the labor legislation implemented to counter the tendency for the profit rate to fall and to guarantee the capitalist accumulation.

KEYWORDS: capitalist accumulation; super-exploitation of the labor force; Brazil.



* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora do Grupo de pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social (CNPq) e do grupo de pesquisa dýnamis – Grupo de Estudos em Teoria Social e Crítica da Economia Política (CNPq).

** Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília). Mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do grupo de pesquisa dýnamis – Grupo de Estudos em Teoria Social e Crítica da Economia Política (CNPq). Bolsista CAPES.

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é introduzir de forma sumária a relação entre a superexploração da força de trabalho e a acumulação capitalista em curso no Brasil nos últimos anos. Nas obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), *Dialéctica de la dependencia* (1991) e do diálogo com as reflexões de Osório (2013; 2018), Carcanholo (2013; 2019) e Luce (2012) acerca da problemática da dependência, encontramos um amplo material para subsidiar o debate que será travado nesse artigo. A categoria da superexploração da força de trabalho, desenvolvida por Ruy Mauro Marini nos anos de 1970, tem sido utilizada por alguns autores para explicar o processo de atraso nas economias ditas periféricas, caso do Brasil. Embora os estudos de Marini sejam de décadas passadas, entendemos que suas análises encontram elementos para explicar o movimento de acumulação capitalista em curso e suas tendências e contra tendências de queda da taxa de lucro apontadas por Marx (2017). Tal afirmação pode ser elucidada pelas diversas mudanças nas leis trabalhistas e também na permanência do arrocho salarial sobre grandes frações da classe trabalhadora no país.

Para corroborar nossa hipótese nos debruçamos sobre dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE). Com base nesses dados procuramos apresentar indícios de que a superexploração da força de trabalho – particularmente a apropriação de parte do fundo de consumo dos trabalhadores pelo capital – conformou-se como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras décadas do século XXI. Ou seja, nas últimas décadas observamos uma avassaladora entrada de preceitos capitalistas denominados de neoliberalismo, neodesenvolvimentismo ou ultraliberalismo que constituem-se como mecanismos do capital para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro sob a justificativa de reduzir custos sociais do trabalho e flexibilizar leis trabalhistas como forma de recuperar a renda e o emprego, além de sobretaxar a classe trabalhadora com impostos diretos e indiretos para gerar o decantado *superávit* primário. O resultado tem sido por um lado, a subordinação e dependência do país aos ditames do capital internacional e suas agências internacionais representadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e, por outro, a manutenção de altos níveis de pobreza.

A superexploração da força de trabalho na teoria marxista da dependência

A teoria marxista da dependência (TMD) foi desenvolvida a partir dos anos 1960, notadamente por Theotônio dos Santos (1983), Vania Bambirra (2012) e Rui Mauro Marini

(1991; 2013) com o objetivo de apreender a particularidade do desenvolvimento histórico do capitalismo dependente na América Latina (AL). Tratava-se, por um lado, de um acerto de contas com as análises marxistas mecanicistas, que procuravam enquadrar o desenvolvimento particular das economias dependentes nas “fórmulas” extraídas da análise do desenvolvimento do capitalismo inglês levada a cabo por Marx e, por outro, de submeter a crítica à teoria do desenvolvimento produzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) ao longo dos anos 1950-1960. No bojo de tais formulações, Marini desenvolveu a categoria da superexploração da força de trabalho como fundamento do capitalismo dependente.

Como indica Carcanholo (2013), não é casual o resgate a partir da segunda metade dos anos 1990 e mais intensamente a partir dos anos 2000 da TMD. Esse período sinaliza o momento em que há um aprofundamento da dependência das economias dos países periféricos, em boa medida pela adoção de um modelo cujas premissas baseiam-se na implementação do ideário neoliberal. É importante salientar que entendemos por neoliberalismo a definição adotada por Carcanholo (2019), que atesta ser este apenas uma fase do capitalismo que visa à reprodução ampliada na sua escala mais elevada, resgatando primórdios do capitalismo cuja máxima é a extração da mais valia absoluta e relativa e a alta concentração e centralização da riqueza, que, nessa fase, se expressam, sobretudo, na esfera do capital financeiro, portador de juros.

De acordo com Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), a AL se insere no sistema capitalista mundial em formação a partir da expansão mercantilista da Europa no século XVI. A decadência posterior dos pioneiros – Portugal e Espanha – deu lugar à dominação Inglesa e a imposição de sua hegemonia sobre a região. Nos três primeiros quartos do século XIX, momento em que o capitalismo industrial se consolidava na Europa – particularmente na Inglaterra – as economias latino-americanas foram convocadas a ter uma “participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia” (MARINI, 2013: 48). Destacamos que a ruptura do monopólio colonial ibérico e o desenvolvimento do processo de independência política na América Latina encerrado ao final do século XIX propicia a expansão dos mercados consumidores e mais ainda a criação de mercado interno nesses países permitindo a ampliação do mercado mundial. Desse momento em diante passou a ocorrer a integração dinâmica dos novos países latino-americanos ao mercado mundial.

Merece destaque o advento dos Estados Unidos da América (EUA) e da Alemanha como potências imperialistas também nesse período, impondo novas formas de conceber as relações

comerciais e de trabalho, exigências típicas de um capitalismo alicerçado em mudanças contínuas para garantir o processo de acumulação de capital em consonância com sua expansão territorial. Na esfera comercial, a influência norte-americana foi notável, na medida em que passou a manifestar-se nos países da região, particularmente no Brasil, uma tendência ao direcionamento das exportações para os EUA.

No ensaio *Dialéctica de la dependencia* (1991), Marini analisa que a criação da grande indústria moderna teria enfrentado fortes obstáculos sem a participação dos países dependentes. Sem acesso aos bens-salário fornecidos pelos países da periferia, a industrialização da Europa dependeria apenas de sua produção agrícola interna, bloqueando, desse modo, a capacidade produtiva que a industrialização desses países já tornava evidente. Assim, a expansão da classe operária industrial, das indústrias e dos serviços verificadas ao longo do século XIX nos países industriais não ocorreria sem os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. De acordo com Marini (1991) a ampliação da oferta de meios de subsistência pelas economias dependentes teve como efeito a redução do valor da força de trabalho nos países industriais, incrementando a produtividade e elevando as taxas de mais valia. Essa foi a base que permitiu a especialização dos países industriais na produção de manufaturados.

Para além do fornecimento de bens salários aos países industriais, a AL também contribuiu para a conformação de uma fonte de matérias-primas industriais, importante para a consolidação da grande indústria nascente e crescente. Conforme salientou Marini (1991) a exportação de matérias-primas se revelaria como a tendência mais duradoura nos países da AL. Porém, a contribuição da AL não se limitou ao aumento da quantidade de bens salário e matérias-primas fornecidas aos países industriais, sua participação no mercado mundial contribuiu decisivamente para que o “eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa”, como bem destacado por Marini (1991: 11-12, tradução nossa). Ou seja, passa a ser cada vez mais central para acumulação capitalista o desenvolvimento da tecnologia e sua utilização na grande indústria como forma de extrair mais-valor da classe trabalhadora (MARX, 2013).

Ainda seguindo nas análises de Marini (1991), na troca entre as economias dependentes e as industriais, dada a maior produtividade do trabalho nas últimas, estas se apropriam de parte da mais-valia produzida nas primeiras, configurando-se uma troca desigual. As nações afetadas por essa troca desigual não procuraram corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, optando por compensar as perdas sofridas nas relações comerciais internacionais por meio de uma maior exploração da força de trabalho. Isto é, a “apropriação

do valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação” (MARINI, 1991: 21, tradução nossa).

Com o objetivo de compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual com os países industriais, as economias dependentes reagiram, a partir do plano da produção interna, implementando a superexploração da força de trabalho por meio do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e, por fim, convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital. Os três mecanismos destacados “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 1991: 24, tradução nossa). Em tais circunstâncias, a produção nas economias dependentes se fundamenta no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, permitindo a diminuição da composição orgânica do capital, que combinada à intensificação da exploração da força de trabalho resulta numa elevação considerável das taxas de mais valor e de lucratividade do capital. Deste modo, temos que,

nos três mecanismos considerados, a *característica essencial*, está dada pelo fato de que *são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, e no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar a força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1991: 24-25, tradução e grifos nossos).

Osório (2013) salienta que a superexploração da força de trabalho é particularidade que consiste na violação do valor dessa força de trabalho. No bojo da Teoria Marxista da Dependência (TMD) tal categoria, a superexploração da força de trabalho, “constitui o eixo de uma proposta teórica central para tornar inteligíveis os processos e relações que operam no capitalismo dependente em sua imbricação com o sistema mundial capitalista” (OSÓRIO, 2013: 49). Dentro dessa perspectiva encontramos uma rica análise de Carcanholo (2013: 76), quando afirma que a “(super) exploração da força de trabalho, antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve”. Portanto, podemos considerar que na análise dos autores supramencionados, a superexploração da força de trabalho consiste, para além das particularidades, subjetividades e análises conceituais, como uma determinação concreta e objetiva da acumulação do capital.

Cabe ressaltarmos que tal forma de exploração da força de trabalho foi considerada por Marx (2017: 274) no livro III d'O Capital – ainda que apenas empiricamente e não como uma categoria – uma das “causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro”. Na perspectiva de análise da teoria social de Marx, a tendência de queda da taxa de lucro pode ser amenizada quando se reduz o valor dos salários, quando se introduz maior tecnologia ou ainda quando se utiliza de jornadas mais intensas e extensas ou todos estes fatores combinados como vem ocorrendo desde os anos de 1970 em diversos países do centro e mais acentuadamente em países da periferia capitalista.

Osório (2018) sinaliza que em Marx, o valor da força de trabalho deve levar em consideração os meios de vida necessários para assegurar a subsistência do trabalhador e que o modo de satisfazer suas necessidades e de sua família (alimentação, moradia, saúde, educação, descanso e lazer), são produzidos historicamente. O prolongamento e a elevação da intensidade da jornada de trabalho na esfera da produção, rebatem no valor total da força de trabalho e nas condições de vida futuras, permitindo que o capitalista possa comprar essa força de trabalho por um salário abaixo de seu valor. No capitalismo dependente, prossegue Osório (2018), existem as condições objetivas para que o mecanismo fundamental de exploração do capital se manifeste na forma da superexploração.

O autor chileno (2018) destaca três fatores que compõem essa dinâmica. O primeiro seria a ruptura do ciclo de capital presente nos padrões de reprodução ocorridos desde os processos de independência em que se destacam a vocação exportadora e a estrutura produtiva que impede que os trabalhadores participem da realização dos bens produzidos. O segundo fator seria as perdas de valor no mercado mundial sofridas pelo capitalismo dependente por meio de transferências e intercâmbio desigual. Esse processo representa respostas do capital mediante a apropriação presente do fundo de consumo dos trabalhadores e que impacta futuramente nos anos de trabalho e de vida desses trabalhadores, devido a ampliação e intensificação das jornadas de trabalho. O terceiro fator é a abundante força de trabalho existente nos países de capitalismo dependente que favorece a pressão dos baixos salários e de condições precárias de trabalho.

Para os autores que analisam a TMD, a superexploração da força de trabalho constituiu-se como fundamento da economia dependente. Segundo Marini (2013), a industrialização em condição de dependência, particularmente a partir de 1930, estava voltada fundamentalmente para a substituição de importações necessárias ao consumo das camadas médias e altas da sociedade. Para propagar a dinâmica deste segmento populacional no mercado consumidor, subtraiu-se das outras frações da classe trabalhadora a renda que permitia sua inserção nesse

mesmo mercado consumidor, seja através de salários muito baixos ou ainda pela ausência de políticas de renda para sua inserção no consumo. Nesse sentido, o cenário era perfeito para a realização da superexploração da força de trabalho, pois parte significativa da classe trabalhadora desses países ficavam com o ônus do arrocho salarial e da ausência de políticas de renda, o que privilegiava o consumo de frações muito específicas da classe trabalhadora.

Acrescemos ainda o fato de que nesses países já nos anos pós primeira guerra mundial, quando acelera-se a pressão por crescimento industrial, houve um fluxo enorme de trabalhadores do campo para as cidades a fim de formar uma massa sobrando o que gerou uma superpopulação relativa nas três fases destacadas por Marx¹ (2013). Nesse sentido o desemprego nas cidades já se torna um fato presente nessas economias, respeitando a particularidade de cada país latino americano, mas que combinado à crescente importação de tecnologias modernas de produção contribuiu para agravar a situação dos trabalhadores mais pauperizados e com baixa qualificação, na medida em que, expandia acentuadamente o desemprego e subemprego, sem o qual não seria possível manter a superexploração da força de trabalho.

No Brasil data de 1930 o maior impulso à industrialização. É também nesse período que assistimos a uma crescente expulsão do trabalhador rural para a cidade formando um exército industrial de reserva. Para Oliveira (2017), a expulsão dos trabalhadores do campo associada a inexistência de legislações trabalhistas e/ou políticas de renda permitiram a formação de uma massa sobrando apta a se inserir no mercado de trabalho em condições muito precárias, com salários abaixo do poder de compra do mínimo necessário para as reais necessidades das famílias e com direitos trabalhistas reduzidos ou inexistentes. Frederico (2009) acrescenta que para os trabalhadores do campo que aportavam nas cidades a condição de trabalho, embora precária, era muito superior à realidade vivida na zona rural em que os meios de consumo e serviços sociais eram inexistentes ou de difícil acesso. Isso favoreceu, inclusive, o baixo poder reivindicativo e organizativo da classe trabalhadora brasileira, favorecendo à dinâmica da superexploração.

Com o avanço da industrialização no país, tal quadro pouco se alterou, apesar de existirem algumas legislações trabalhistas e benefícios como previdência social, regulamentação de férias e jornadas de trabalho, estes se restringiam a determinadas categorias

¹ Marx (2013) divide a superpopulação relativa em três segmentos. O primeiro ele denomina de latente e refere-se a trabalhadores da que migram de um trabalho a outro em decorrência dos momentos de crise e expansão da produção. A segunda é denominada de flutuante e caracteriza os trabalhadores do campo que buscam trabalho na cidade e a terceira a estagnada, formada por indivíduos que não encontram emprego no mercado de trabalho, seja pelas suas condições físicas ou pela falta de qualificação para tal.

de trabalhadores, em especial aqueles inseridos nos setores chaves para o funcionamento da indústria nascente. Soma-se ao contexto o fato de que os negros, parte considerável da população brasileira, ocupavam postos de trabalho em que a superexploração da sua força de trabalho era mais acentuada que a dos brancos, corroborando a lógica exposta por Marini (2013)². Mesmo com a chegada das empresas transnacionais, durante o período desenvolvimentista, a situação não se alterou, prevalecendo os melhores salários e condições de trabalho aos segmentos médios e com maior grau de instrução e os baixos salários e escassos serviços sociais aos trabalhadores que não possuíam tais características. Ou seja, continuou como marca do nosso desenvolvimento econômico e social a subtração de renda dos mais pobres para garantir renda e consumo aos mais ricos, além das longas e intensas jornadas de trabalho e o fundo de consumo dos trabalhadores sendo apropriado para fins de acumulação do capital.

Nos períodos subsequentes em que vigorou a ditadura civil-militar, a situação não se reverteu. A continuidade da política de industrialização por meio de substituição de importações - vigente entre os anos 1930 e 1964 - nos governos civis-militares aprofundou os mecanismos de superexploração da força de trabalho. O ingresso de capital estrangeiro e o não investimento em tecnologias para alavancar a produção industrial e o consumo interno reforçou os rasgos da nossa formação sócio histórica. O alto endividamento externo, mecanismo utilizado para recuperar as taxas de lucro dos países industrializados, serviu como mais um elemento para imposição de um arrocho salarial à amplos setores da classe trabalhadora e a limitação de nosso mercado interno aos estratos médios e altos da classe trabalhadora, além da tendência à alta informalidade e desemprego que permaneceu ao longo dos 21 anos do regime ditatorial.

O resultado é que no Brasil, desde o início da industrialização, assim como em outros países latino americanos, foi negado a grande parcela dos trabalhadores as condições de reprodução “normal” de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Tal foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia – troca desigual - para os países industriais e garantir seus lucros. Assim, da perspectiva de Marini (2013, p. 52), a “superexploração do trabalho [superexploração da força de trabalho, N.A] constitui [...] o princípio fundamental da economia subdesenvolvida” com todas as mazelas sociais – “baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” – que marcam o capitalismo dependente.

² Para uma análise mais aprofundada da influência do europeu colonizador nas relações de trabalho na América Latina ver Quijano (2005).

Superexploração da força de trabalho e acumulação: concentração e desigualdade social no Brasil no século XXI

Segundo Arcary (2014), a reabertura democrática no Brasil ocorreu em meio a duas décadas (1980-1990) de estagnação econômica. Os problemas relacionados a inflação enfrentados pelo país na década de 1980 foram resolvidos pelos governos neoliberais da década de 1990 por meio de um “arrocho social regressivo” que teve como resultado a conformação de uma economia periférica de baixo crescimento. Tal movimento minou a possibilidade das reformas graduais, características do reformismo social democrata, de modo que, as limitações estruturais do capitalismo mundial, assim como da particularidade brasileira pós década de 1970, sugerem o agravamento da superexploração da força de trabalho pela via do arrocho salarial, do aumento do desemprego e do crescimento exponencial dos quadros de pobreza da população brasileira.

No mesmo sentido, Carneiro (2002) sugere que a política econômica de preservação da estabilidade monetária implementada nos anos 1990 – particularmente a partir do Plano Real – no Brasil, tem como elemento central o caráter restritivo do gasto público que, combinado com as privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, dependência, vulnerabilidade externa e dominância do capital financeiro, contribuiu para a conformação ao fim da década de um baixo dinamismo na economia brasileira.

Embora o baixo dinamismo da economia nacional, a classe trabalhadora brasileira obteve ganhos no início do Plano Real em relação ao seu poder de compra. Contudo, tais ganhos não lograram em uma ruptura com a lógica da superexploração da força de trabalho. As medidas adotadas pelo governo FHC orientaram-se no sentido da criação de um plano de estabilidade econômica combinado com um ajuste estrutural para atender as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) resultando em uma contenção de gastos públicos em especial em áreas sociais como saúde e educação. Ou seja, o legado dos anos ditatoriais associado aos governos Sarney, Collor/Itamar e FHC evidenciaram que a retomada da economia a partir de pressupostos neoliberais sinalizava para uma perspectiva de garantir o interesse de nossos credores - pagamento da dívida externa – por meio da realização sistemática do *superávit* primário.

As análises de Filgueiras e Gonçalves (2007) apontam para a continuidade da política de matiz liberal ao longo dos governos do PT, sugerindo a ocorrência no período da consolidação do modelo liberal periférico caracterizado pela liberalização, privatização, desregulamentação das relações de trabalho, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro. Soma-se a isso o aumento do desemprego estrutural, da alteração de leis trabalhistas para favorecer o capital, resultando, nas palavras de Oliveira

(2017), num processo de precarização desprotegida e dos investimentos em programas assistenciais de baixo custo e caráter focalizado em detrimento do investimento em políticas de caráter universal, além do desarme da classe trabalhadora (IASI, 2012).

Como destaca Costa (2013), não houve ruptura dos governos do PT com as políticas neoliberais. Ou seja, a partir de 2003 manteve-se o núcleo duro da proposta neoliberal vigente no Brasil ao longo dos anos 1990. Os governos do PT utilizaram a articulação entre empresas, bancos públicos, fundo público e fundos de pensão dos trabalhadores, para impulsionar um amplo movimento de concentração e centralização de capital nas esferas financeira e produtiva, contribuindo para o fortalecimento internacional de importantes grupos nacionais. Nesse sentido, permaneceu como uma das características fundamentais do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI o alto grau de concentração do capital. Concomitantemente, a social democracia retardatária não implementou as medidas características do reformismo social democrata europeu. o que se presenciou nesse período foi a retirada de renda das ditas classes médias para transferir para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora (CARVALHO, 2018). Em um sentido próximo, Netto (2017, p. 86) chama a nossa atenção para a conjugação no Brasil da era PT do “minimalismo assistencialista” com a “repressão extraeconômica às camadas pauperizadas”.

Observando a política fiscal iniciada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e mantida durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, percebe-se que esta foi orientada pelas recomendações estabelecidas nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma perspectiva presente desde 1988 de modo a favorecer o capital financeiro. Conclusão também defendida por Salvador (2012, p.129), quando analisa o orçamento público durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), constatando que o Brasil continuou ostentando uma carga tributária de caráter regressivo que atua como mecanismo a favor da concentração de renda “agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas”, característica que vai ser mantida nos governos de Dilma Rousseff.

Romero, Andreassy e Godeiro (2014) salientam que um dos aspectos que nos permitem comprovar tal tendência é a queda inexpressiva da concentração de renda. Embora alguns dados indiquem uma diminuição da concentração de renda, como exemplifica o leve aumento do Coeficiente de Gini³ de 0,595 em 2000 para 0,543 em 2010 e 2011. Este aumento pode ser atribuído aos programas e políticas adotadas ao longo dos governos petistas, como o Bolsa

³ Destacamos que o Índice de Gini mais próximo de zero representa menos desigualdade social.

Família. O mesmo podemos dizer com relação aos salários, haja vista que durante os governos PT foi apontado que a classe trabalhadora obteve ganhos com relação ao salário real, o que pode levar a uma compreensão equivocada da alteração da dinâmica da superexploração da força de trabalho, como apontado por nós.

Diante do exposto podemos considerar que a desigualdade social, a concentração de renda e superexploração da força de trabalho não se alterou no Brasil ao longo das últimas décadas. Os dados disponibilizados abaixo corroboram nossa hipótese. Segundo Romero, Andreassy e Godeiro (2014), entre 1970 e 2011 a produção de riqueza e a população brasileira aumentaram mais de duas vezes. Do ponto de vista populacional passamos de 93,1 milhões na década de 1970 para 192,4 milhões em 2011. Do ponto de vista da produção de riqueza, nosso Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) era na década de 1970 de 5.238 dólares por habitante, ao passo que em 2011 passamos a produzir 12.688 dólares por habitante.

A observação dos dados disponibilizados pelo DIEESE (2016) acerca da variação do salário mínimo real entre 1983 e 2016 – valores corrigidos em R\$ de 2016 –, permite distinguirmos duas trajetórias distintas. No período entre 1983 (R\$ 870,88) e 1995 (R\$ 383,73) há continuidade do arrocho salarial iniciado pela ditadura, visto que, a trajetória é de queda acentuada do poder de compra dos salários, enquanto, a partir de 1996 (R\$ 389,65) inicia-se a reversão dessa trajetória que se intensifica ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), culminando em 2016 (R\$ 880,00) na aproximação do valor real do mínimo vigente no início dos anos 1980 - 50% do valor do mínimo real em 1940, quando foi definido por Getúlio Vargas. Após a trajetória de aumentos reais, no pós-golpe, sob Temer, o poder de compra do salário volta a cair (DIEESE, 2020).

Para ilustrar, a comparação da variação do salário mínimo nominal com a variação do *salário mínimo necessário* permite observar que durante os governos petistas os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros se mantiveram abaixo do valor de sua força de trabalho, comprovando a relação da superexploração da força de trabalho nos países dependentes – 95% dos empregos gerados corresponderam a remunerações de até 1,5 salários mínimos (POCHMANN, 2012). Tomando como base o mês de janeiro, em 1995 – início do governo FHC – o salário mínimo nominal era de R\$ 70,00 ao passo que o salário mínimo necessário era de R\$ 723,82 (mais de sete vezes o valor do primeiro); em 1999 – segundo mandato FHC – eram respectivamente R\$ 130,00 e R\$ 880,93; ao fim do primeiro mandato de Lula em janeiro de 2007 eram R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61 (mais de quatro vezes o valor do primeiro); no início do primeiro mandato de Dilma em 2011 o mínimo nominal era R\$ 540,00 e o mínimo necessário era R\$ 2.194,76; na iminência do golpe em 2016 verificamos

respectivamente, R\$ 880,00 (mínimo nominal) e R\$ 3.795,24 (mínimo necessário); em 2017 observamos um salário mínimo nominal de R\$ 937,00 e o mínimo necessário de R\$ 3.811,29; em 2018 correspondia respectivamente a R\$ 954 e R\$ 3.752,65; em 2019 verificamos um salário mínimo nominal de R\$ 998,00 e um mínimo necessário de R\$ 3.928,73 e por fim; em 2020 atingimos a marca de R\$ 1.039,00 para o primeiro e R\$ 4.420,11 para o último (DIEESE, 2019).

Os dados apontados revelam que, apesar da política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT, a superexploração da força de trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais.

Além dos indicadores de distribuição pessoal da renda (DPR) fornecidos pelas PNADs e Censos do IBGE que captam a “distribuição dos rendimentos que as pessoas, famílias ou domicílios recebem”, e do Índice de Gini comumente utilizados pelos especialistas ao discutir a evolução da desigualdade social no Brasil, consideramos necessário para uma caracterização mais precisa da situação vigente no país a observação do indicador de distribuição funcional da renda (DFR). O DFR consiste em uma “ótica de análise distributiva que visa analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional (RN) entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho)”, ou em outras palavras, nos permite observar a distribuição da renda entre os capitalistas, os trabalhadores e os proprietários de terra, considerando a parcela da renda correspondentes a salários, lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017: 16). Assim:

A DFR é considerada uma Distribuição Primária da Renda, pois se refere à renda antes das transferências e dedução de impostos, ou seja, antes de qualquer redistribuição dos rendimentos. Assim, esse é um dos motivos que justificam a importância de uma análise conjunta da DFR e DPR para uma compreensão mais acurada do quadro distributivo, visto que os dois tipos de distribuição são mensurados em momentos diferentes do processo de apropriação da renda (PEREIRA, 2017: 17).

Com base nos dados fornecidos por Pereira (2017), sobre a soma do conjunto dos rendimentos dos trabalhadores e dos autônomos, a participação dos Rendimentos do Trabalho na Renda Nacional caiu de 52% para 46% entre 1990 e 1994, se elevou 10% entre 1994 e 1995 (56%) – período de implementação do Plano Real – e voltou a cair sistematicamente até o ano de 2004 quando correspondia a cerca de 50% da Renda Nacional. Entre 2004 e 2014

verificamos uma nova trajetória, ocorrendo a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda do país, que passou de 50% em 2004 para 52% em 2014, pouco acima do nível verificado em 2003 (51%) após dois mandatos de FHC. A consideração dos rendimentos dos autônomos como parte do rendimento do trabalho pode levar a superestimação ou subestimação destes últimos. Logo abaixo apresentamos como isso pode ocorrer quando analisamos a parcela dos salários na Renda Nacional sem considerar os rendimentos dos autônomos.

Nas condições demarcadas, a parcela dos salários variou de 45% em 1990 para 40% em 1994, subindo para 42% em 1995 e, partir de então estabeleceu-se uma trajetória de queda até 2004 quando voltou a corresponder a aproximadamente 40% da Renda Nacional, tal como em 1994. De 2004 a 2014 verificamos uma trajetória ascendente com variação dos rendimentos do trabalho de aproximadamente 40% em 2004 para 43% da Renda Nacional em 2014, acima dos 39% observados em 2003 ao fim dos governos FHC.

Ao compararmos a relação entre os salários reais (SR) e a produtividade do trabalho na década de 1990 e nos anos 2000, percebemos dois movimentos distintos. Entre 1990 e 2000, exceto no ano de 1999, ocorreu um forte aumento da produtividade do trabalho, ao passo que entre 2000 e 2006 a produtividade se estabiliza, voltando a crescer no período 2006-2013. Enquanto isso, após uma forte queda do SR entre 1990 e 1991, o valor do SR foi retomado em 1993, verificando-se entre 1993 e 2003 uma estabilidade dos salários com tendência decrescente, a partir de então verificou-se um forte aumento dos salários reais até 2013 (PEREIRA, 2017). Assim, observamos que, de um lado, entre 1993 e 2003, dada a estabilidade com tendência decrescente do SR, o aumento da produtividade do trabalho no período contribuiu sobremaneira para a diminuição da parcela dos salários na RN e, por outro, a forte tendência de alta do SR entre 2003 e 2013 constituiu-se como uma das grandes responsáveis pela elevação da parcela dos rendimentos do trabalho na RN no período. Como sinaliza Luce (2012), a pequena melhoria da participação dos trabalhadores na RN que destacamos, não foi capaz de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que, parte significativa da inserção da classe trabalhadora no consumo a partir dos anos 2000 teve como fundamento a expansão do crédito verificada ao longo dos governos PT, ou seja, a subordinação ainda maior dos trabalhadores ao capital financeiro pela via do endividamento e a formação de bolhas especulativas, dada a incerteza acerca da solvência da dívida contraída pelos trabalhadores (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014). Segundo a Associação Brasileira de Bancos – ABBC (2018), em dezembro de 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, 24% das famílias

brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, ao fim do segundo, 39% haviam se endividado; dando continuidade a trajetória de endividamento crescente das famílias ao longo dos governos PT. Em dezembro de 2015, meses antes do golpe, 45% das famílias encontravam-se endividadas.

O quadro fica mais completo, quando observamos que, parte significativa do endividamento das famílias – aproximadamente 25% em 2015 – ocorreu na compra da casa própria, que no nosso entendimento, foi estimulada em grande medida pela execução do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados apresentados evidenciam a manutenção da dominância financeira sobre a economia brasileira – característica do neoliberalismo – ao longo dos governos do PT (GONÇALVES, 2012; 2013).

Ainda no âmbito da renda, com relação às políticas de transferência de renda, acreditamos ser fundamental para a compreensão da postura do Estado frente às classes em luta no período, a consideração tanto das transferências feitas a classe trabalhadora, quanto daquelas feitas ao capital e suas diferentes frações, via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, investimentos estatais e isenções fiscais. O governo FHC pagou ao capital financeiro entre 1994 e 2002 R\$ 6,1 trilhões, enquanto nos dois mandatos de Lula foram pagos R\$ 5,7 trilhões e sob Dilma até 2012 haviam sido pagos R\$ 1,46 trilhão. Apesar do volume dos pagamentos referidos o valor da dívida só aumentou, passando de R\$ 0,3 trilhão em 1994, R\$ 1,2 trilhão em 2002, R\$ 2,7 trilhões em 2010 e R\$ 3,7 trilhões em 2012.

Assim no período de 1995 a 2010 a participação dos ativos dos bancos no PIB brasileiro cresceu substancialmente, intensificando-se sobremaneira ao longo dos dois mandatos de Lula. Verificamos que em 1995 o PIB foi de R\$ 2,341 trilhões e a participação dos ativos bancários de R\$ 0,598 trilhão (26% do PIB) em 2000, respectivamente, R\$ 2,689 trilhões e R\$ 1,252 trilhão (47% do PIB), em 2003 R\$ 2.720 trilhões e R\$ 1.331 trilhão (49% do PIB), e por fim em 2010 o PIB de R\$ 3,674 trilhões foi ultrapassado pelos ativos nas mãos dos bancos que atingiram o valor de R\$ 4,385 trilhões de reais (119% do PIB) (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014).

Observamos que o programa Bolsa Família – carro chefe da política social na era PT – transferiu aos trabalhadores em 2011 e 2012, respectivamente, R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões, ao passo que, nos mesmos anos, o governo transferiu ao capital financeiro via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, respectivamente, R\$ 708 bilhões e R\$ 753 bilhões, ou seja, aproximadamente 42 vezes o valor transferido aos trabalhadores por meio do Bolsa Família (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014).

Aos escassos investimentos em políticas de assistência social soma-se os baixos ou iníquos investimentos em políticas de saneamento básico, saúde, educação, dentre outras, o que não permite a redução de gastos da classe trabalhadora pela prestação de serviços sociais oferecidos pelo governo. O mesmo podemos dizer com relação às políticas passivas de emprego, como exemplifica o seguro desemprego, com cobertura temporal e financeira insuficiente para prover renda em tempo hábil para a reinserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. Com a ausência de políticas passivas de emprego a informalidade no país permanece em alta, como marca da nossa relação de trabalho. Por informais nos referimos aos trabalhadores sem carteira assinada, domésticos sem carteira assinada, autônomos sem contribuição à previdência, empreendedores sem CNPJ. No período de 2012 a 2016 a taxa de informalidade no Brasil ficou em torno de 42%, segundo Chahad (2019).

À informalidade acrescentamos a precariedade das relações de trabalho. As mudanças nas leis trabalhistas, justificadas para ampliar o mercado formal de trabalho acentuam estas características, pois são reflexos de uma política para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro e aumentar os ganhos de capital, apostando no arrocho salarial, na expansão da jornada de trabalho e na redução de benefícios trabalhistas. A reforma trabalhista que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o congelamento do teto dos gastos são exemplos desta realidade. A Lei nº 13.467 de julho de 2017, associada a PEC do teto dos gastos aprovada como EC 95 em 2016 são evidências da necessidade de recuperação das taxas de lucro de parcelas do grande capital nacional e internacional.

Tal fato pode ser comprovado pela concentração da renda. Os números de 2014 mostram que 50% dos mais pobres detinham cerca de 5,7 % da renda do trabalho e, em 2019 este percentual diminuiu para 3,5%. “Já os 10% mais ricos da população que recebiam cerca de 49% do total da renda do trabalho em meados de 2014 aumentaram para 52% no início de 2019, um aumento de 30% na fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos” (OREIRO e PAULA, 2019, p. 7).

Do ponto de vista da renda, como destacado por Luce (2012), a privação hodierna de amplas camadas da classe trabalhadora brasileira do acesso à alimentação normal, habitação, vestuário, higiene e transporte sugere que, apesar dos esforços levados a cabo pelo PT por meio das políticas de valorização do salário mínimo e da transferência de renda via Bolsa Família, a superexploração da força de trabalho por meio da apropriação pelo capital de parte do fundo de consumo dos trabalhadores permanece como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nesse início de século XXI.

Considerações finais

Diante do exposto, inferimos que nos países dependentes, caso do Brasil, a superexploração da força de trabalho consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor em decorrência do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e da conversão do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital, de modo que, são negadas a grandes parcelas dos trabalhadores as condições de reprodução normal de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Essa foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia aos países industriais e garantir seus lucros. Nesse sentido, a categoria da superexploração da força de trabalho desenvolvida por Marini nos anos de 1970 constitui ainda um dos fundamentos sob o qual se desenvolveram as economias dependentes.

Os dados apontados nos revelam que a política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT e as transferências de renda via Bolsa Família, não foram capazes de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho no Brasil, existindo indícios de que a superexploração da força de trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI, de modo que, em 2020 a grande maioria dos trabalhadores brasileiros apropria-se de apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas suficientes para prover minimamente sua sobrevivência.

Referências bibliográficas

- ABBC. *Endividamento das famílias*. 2018, disponível em: <<http://www.abbc.org.br/images/content/Endividamento%20das%20Fam%C3%ADlias%20-20Mar%C3%A7o%202018.pdf>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.
- ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2014.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.
- CARCANHOLO, M. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina. In: VIDAL, Paula Molina (org). *Neoliberalismo, neodesarollismo y socialismo bolivariano. Modellos de desarrollo y políticas públicas en América Latina*. Santiago do Chile, Ariadna Ediciones, 2019. p. 33-50.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-97.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/IE-UNICAMP, 2002.
- CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

- CHAHAD, J. O mercado de trabalho brasileiro- 2012/2019. Retrospectivas e perspectivas. Temas de Economia Aplicada. Informações Fipe, set. 2019. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif468-7-22.pdf>>. Acesso em 14 de abril de 2020.
- COSTA, E. A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil. São Paulo: ICP, 2013.
- DIEESE. Salário Mínimo: pela manutenção da valorização! Nota técnica n. 218, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html>>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- _____. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 24 de junho de 2019.
- _____. Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. *Nota técnica* n.153, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.html>>. Acesso em 24 de junho de 2018.
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Belo Horizonte: Vega, 1983.
- FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FREDERICO, C. Classes e lutas sociais. In: CFESS; ABEPSS (orgs) Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018.
- _____. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*. São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.
- IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*. 2017.
- LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, p.119-141, jun. 2012.
- MARINI, R. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4º. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1991.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, J. P. *Ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- OLIVEIRA, E.A. *A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida*. Editora CRV, Curitiba, 2017.
- OREIRO, J; Paula, L. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar>. Acesso 09 de abril de 2020.
- OSÓRIO, J. Fundamentos da superexploração. In ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.
- OSORIO, J. Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. *CEC*. Ano 4, Nº 8, p.153-181, 2018.
- PEREIRA, D. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Natal, 2017, 106 pp. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade*

do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>.

Acesso 10 de maio de 2020.

ROMERO, D; ANDREASSY, É; GODEIRO, N. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT.* São Paulo: ILAESE, 2014.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012.

Ascensão e declínio da Nova República (1988-2018)

Alexandre Aranha Arbia*

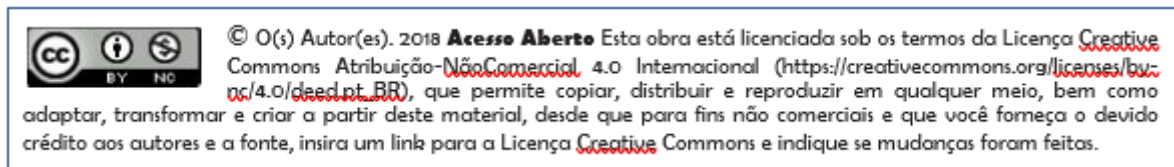
RESUMO: Partindo da hipótese que o esgotamento da Nova República ganha sua máxima *expressão fatural* com a eleição de Jair Bolsonaro, esse artigo procura, a partir da evidenciação dos três momentos decisivos da nossa história recente, argumentar como as tentativas de resolução do processo de acumulação do capital no Brasil, por meio da adoção de modelos econômicos específicos, repercutiram na pactuação – sempre temporária e instável – entre as classes, marcando as experimentações político-institucionais da Nova República, que não apenas não trouxeram solução econômica para o truncado desenvolvimento capitalista brasileiro, como tampouco permitiram avançar rumo a uma verdadeira democracia social. Finaliza com a conclusão de que este particular pacto entre classes, que tem na Constituição Federal de 1988 seu mais expressivo paradigma, está social e historicamente superado no Brasil.

Palavras-chave: Nova República (1988-2018); Constituição Federal de 1988; Brasil; Economia brasileira; Classes sociais no Brasil.

Rise and decline of the New Republic (1988-2018)

ABSTRACT: Based on the hypothesis that the exhaustion of the New Republic gains its maximum factual expression with the election of Jair Bolsonaro, this article seeks, based on the evidence of the three decisive moments of our recent history, to argue how the attempts to resolve the capital accumulation process in Brazil, through the adoption of specific economic models, they reverberated in the agreement – always temporary and unstable – among the classes, marking the political and institutional experiments of the New Republic, which not only did not bring an economic solution to the truncated Brazilian capitalist development, as nor did they allow to move towards true social democracy. It concludes with the argument that this particular pact between classes, which has the most expressive paradigm in the Federal Constitution of 1988, is socially and historically overcome in Brazil.

Keywords: New Republic (1988-2018); Federal Constitution of 1988; Brazil; Brazilian economy; social classes in Brazil.



* Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenador do grupo de pesquisa (CNPq) *dínamis* – Grupo de Estudos de Teoria Social e Crítica Economia Política.

A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.
A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.
Fragmento do discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição Federal de 1988
(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

O Brasil se resolve na conciliação. O enigma decifrado brasileiro é que aqui tudo se reforma e nada muda.
Maurício Tragtenberg (2009, p. 398)

Introdução

Já faz algum tempo – começou a dar sinais nos idos de 2013 e apareceu, mais fortemente, com o impedimento de Dilma Rousseff – que a hipótese polêmica de esgotamento da Nova República passou a marcar alguma presença no debate da esquerda brasileira. Admitimos essa hipótese.

No mais das vezes, os autores que a sinalizaram, trouxeram para o primeiro plano o esgotamento institucional, mas sem avançar substantivamente em direção aos fatores que, como momento preponderante, explicariam referido esgotamento. Lima, por exemplo, chega a atribuir papel secundário às determinações econômicas nos processos de ruptura democrática que, para o autor, “têm menor peso causal do que a presença ou ausência do *system blame* (literalmente, ‘culpar o sistema’), isto é, a avaliação negativa do sistema democrático que o responsabiliza pela situação” (LIMA, 2013, p. 162). ROLNIK (2013, p. 18), de um modo mais amplo, considera que “o velho modelo de república representativa, formulado no século XVIII e finalmente implementado como modelo único em praticamente todo o planeta, dá sinais claros de esgotamento”, acompanhando, de certo modo, Sakamoto (2013, p. 171), para quem “o paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade, sobretudo aos mais jovens”.

De modo geral, até onde sabemos, Vladimir Safatle foi quem manifestou-se pioneiramente (e mais abertamente), em 2015, em relação ao esgotamento da Nova República. Safatle também optou por realizar a análise pelo ângulo praticamente exclusivo da política – uma discussão a respeito do esgarçamento dos sistemas de representação, da conformação, da efetividade e das possibilidades da democracia etc. (a respeito de suas posições, cf. a entrevista disponível em UOL, 2015). Mais autores abordaram a questão, também do ponto de vista do funcionamento da institucionalidade política, das ideologias, do estado de direito, seja estabelecendo como marco o impedimento de Rousseff, como Avritzer (2016), seja a eleição de Bolsonaro, como Chirio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018); Carajelescov (2018) e Müller (2018). Até onde sabemos, nenhum deles estabeleceu a correlação que propomos nesse artigo,

de reciprocidade entre os (esgotamentos dos) modelos econômicos e dos pactos de classe.

Por fim, registramos as exceções de Martins (2016) e Sampaio Jr. (2019), que procuraram integrar mais fortemente, cada um a seu modo e em tempos distintos – Martins analisa o processo ainda durante o governo Rousseff; Sampaio Jr. parte em retrospectiva, já a partir da vitória eleitoral de Bolsonaro – os nexos causais entre os movimentos econômicos e os ventos políticos; proficuas e esclarecedoras, suas análises não realizaram uma retomada de maior espectro histórico, como a que propomos aqui.

Admitir o esgotamento da Nova República, não nos enganemos, traz consigo uma série de elementos bastante incômodos. Significa, por um lado, admitir que estão esgotados os mecanismos da democracia institucional, em funcionamento há trinta anos – maior período democrático da história brasileira. Significa admitir a falência do estado democrático de direito brasileiro, em sua missão de proteger justamente os mais vulneráveis da sanha predatória e exploradora que marca as relações sociais neste país desde suas origens (algo não resolvido ainda hoje). Significa admitir que as estratégias e táticas até agora empregadas, na defesa das perspectivas do trabalho, precisam ser, na melhor das hipóteses, combinadas (e na pior, abandonadas) com outras formas de luta e reconstrução de bases políticas parainstitucionais. Mas, sobretudo e mais dolorosamente, pode significar a admissão do esgotamento irreversível da Constituição Federal de 1988 (CF88), aquela que foi eleita, por amplos setores da esquerda, como o instrumento primeiro de defesa da classe trabalhadora contra o avanço sem freios da exploração. Talvez, signifique, por fim, ter de tomar a sério a velha advertência de Engels (2008, p. 75) de que “o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado”.

Para demonstrar nosso acordo com a hipótese (e somar a ela outros argumentos), percorreremos de maneira breve, dentro das possibilidades e limitações de um artigo, da constituição à dissolução da Nova República, evidenciando três momentos, em nossa avaliação, decisivos: a crise do milagre, no governo Geisel; a primeira tentativa consistente de aplicação de um projeto liberal no Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso, e, finalmente, a tentativa de remediar o desastre nacional pelo neodesenvolvimentismo, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Teremos, por evidentes razões de espaço, de suprimir muitos fatos e momentos importantes, para concentrar-nos nas questões imprescindíveis. Todavia, com os elementos aqui amalhados, esperamos conseguir indicar algo que nos parece, hoje, inegável – e decisivo – para o futuro político da classe trabalhadora brasileira: o período da Nova República – e com ele, da CF88 – se encerrou.

1) Geisel e o limite do milagre

Como é de conhecimento comum, o esgotamento da ditadura civil-militar torna-se evidente a partir do governo de Geisel. O modelo econômico da autocracia burguesa, que consistia em estabelecer uma política industrial que se orientasse para atender a um mercado interno restrito específico, capaz de absorver parte da produção de bens de consumo, especialmente os duráveis, e em uma política de incentivo às exportações destes mesmos bens de consumo, decola no pós-1968 justamente por conseguir aproveitar a capacidade instalada ociosa produzida pela recessão de 1962/67 (Cf. OLIVEIRA, 2011, p. 103).

Mas havia no modelo um elemento que entravava seu desenvolvimento sustentável. Esta espécie de vício de origem manifestou-se no descompasso entre os Departamentos I e II. Em outros termos, a aceleração da produção de bens de consumo não foi acompanhada pela produção de bens de capital. Isso condenava o modelo ao fracasso, a partir da incapacidade da autocracia burguesa de equacionar os distintos ritmos de aceleração dos Departamentos.

Chasin (2000), já ao final dos anos 1970, chamava atenção para o caráter autofágico do modelo: quanto maior a aceleração do Departamento II, sobretudo da produção de bens de consumo duráveis, maior se tornava o fosso entre sua expansão e as capacidades produtivas do Departamento I. Manter a aceleração econômica implicava encontrar saídas para o estrangulamento interno do setor de produção de bens de capital, o que foi feito abrindo-se as importações. A desproporção no valor agregado entre exportações e importações, cedo ou tarde, teria de levar a um desequilíbrio na balança comercial. Entre 1966 e 1970, as importações de bens de capital saltaram de US\$ 405,6 milhões para US\$ 1,07 bilhões (OLIVEIRA, 2011, p. 103); em 1974, por exemplo, enquanto as exportações aumentaram 28,2%, as importações cresceram 104% (SKIDMORE, 1988, p. 353). Esse desequilíbrio iria se refletir no aumento do déficit do balanço de pagamentos, que atingiu, no mesmo ano, US\$7,3 bilhões (SKIDMORE, 1988, p. 354). Para não frear o crescimento, a saída foi o endividamento. Em 1974, o país praticamente duplicou a dívida externa, passando de US\$ 6,2 bilhões para US\$11,9 bilhões (SKIDMORE, 1988, p. 353) e, em 1978, no fim do governo, alcançou os US\$43,5 bilhões (SKIDMORE, 1988, p. 403). O II PND (1975) expressa justamente a tentativa de conter a crise, em meio a um cenário em que nenhum dos parceiros do regime aceitava arcar com o ônus (Cf. CHASIN, 2000, p. 87). A tentativa de desacelerar a crise impunha a Geisel uma drástica redução nas importações e a ênfase na produção de bens de capital e de insumos via empresas estatais (NETTO, 2014, p. 188). Se, em 1974, Geisel havia sobrevivido à crise dobrando a dívida externa e queimando as reservas cambiais, a saída sustentável exigia, agora, uma reversão no quadro da balança comercial: as exportações subiram de US\$ 7,8 bilhões, em 1974, para

US\$12,5 bilhões em 1978 (SKIDMORE, 1988, p. 403). Mas nada disso foi suficiente para salvar o balanço de pagamentos, que permaneceu ancorado no “ingresso maciço e contínuo de capital estrangeiro, principalmente de empréstimos” (SKIDMORE, 1988, p. 403). Assim, a continuidade do modelo, a partir da segunda metade de seu governo, tinha a sorte estreitamente vinculada à ampliação da dívida externa. Para se ter uma ideia, o endividamento privado do empresariado brasileiro – incentivado pelo governo, que oferecia empréstimos a taxas mais altas, justamente para que o empresariado buscasse divisas no exterior – o colocava em situação extremamente vulnerável: as dívidas em eurodólares poderiam, simplesmente, explodir, caso houvesse uma alteração substantiva (desvalorização) nas taxas de câmbio ou, se as taxas de juros no exterior subissem, acompanhadas pela desvalorização inflacionária do Cruzeiro, as empresas brasileiras, diferentemente de suas concorrentes estrangeiras, não poderiam contar com divisas em dólar, capazes de salvaguardar o cumprimento das obrigações. Mas havia mais.

Na contramão do panorama internacional (de imposição de reformas liberais, sobretudo aos países periféricos, como exigência para participação no novo quadro de mundialização pós-70), o governo ditatorial acenava com mais intervenção econômica, desaceleração do crescimento e distribuição seletiva de prejuízos, sem demonstrar capacidade operacional de oferecer uma solução consistente para a crise, que pudesse repor os patamares de crescimento da economia nacional nos padrões do início da década. Pragmático, o empresariado brasileiro, embora dependesse do estado em amplos aspectos – crédito, política de salários, licenças para importação, política de controle de preços etc. – a esta altura já se mostravam profundamente incomodado com “a enorme presença do Estado na economia” (SKIDMORE, 1988, p. 392). No encerramento do 4º Congresso das Classes Produtoras, de 1977, já aparecem abertamente sinalizados os anseios por “descentralização do poder econômico” (SKIDMORE, 1988, p. 393). Conforme Skidmore (1988, p. 393 – *itálicos nossos*),

a referência à descentralização era uma forma de enfatizar a campanha dos empresários para reduzir o papel do Estado na Economia. Eles *acusavam o governo de ter invadido um número demasiado de setores à custa da iniciativa privada. Seu lema por isso era “desestatizar!”*.

A política de benefícios a empresas estrangeiras também criou conflitos com os industriais nacionais que, da convicção de que o governo deveria proteger a indústria nacional, passaram a ver na democratização uma possibilidade de influenciar mais efetivamente a direção da política econômica, expurgando do Estado a burocracia. Floresce, assim, um problemático antagonismo entre as diretrizes econômicas da ditadura e os anseios de parte importante do empresariado industrial. E aqui vemos que algumas das bandeiras sustentadas ainda hoje pelo empresariado brasileiro, em relação ao serviço público, tem origens bastante remotas. Este, por

um lado, o desfazimento de parte da sustentação do regime – *da parte que, na consolidação da Nova República, encontrará no projeto de FHC o idílio (e a tragédia) da liberalização.*

Noutro turno, as classes média-alta e alta, que constituíram o mercado interno demandante dos bens de consumo duráveis, começam a sentir os efeitos da crise já em meados da década de 1970. A concentração de renda foi fator indispensável – e complementar à política de exportações – para o funcionamento do modelo (cf. OLIVEIRA, 2011, p. 96): seu objetivo era bloquear uma crise de realização de tipo clássico; em outros termos, não importava o quão elevado fossem os preços dos produtos nacionais, pois as faixas detentoras de maior parte da renda nacional teriam capacidade monetária para absorvê-los. Sempre conforme Oliveira (2011), problemático seria o inverso: uma política de distribuição de renda emperraria rapidamente as engrenagens da economia. Delfim Netto tinha consciência disso quando elaborou sua “metáfora do bolo”. Prova é que, na contramão do arrocho salarial da classe operária, “até o fim dos anos 70 os salários dos executivos brasileiros se achavam entre os mais altos do mundo” (SKIDMORE, 1988, p. 355). As camadas médias também foram beneficiadas (e se expandiram relativamente) pela modalidade da industrialização brasileira; ou seja, a própria expansão da industrialização passou a requerer novas posições técnico-institucionais concernentes à “matriz da nova estrutura industrial” (cf. OLIVEIRA, 2011, p. 98 ss.).

No fim do governo Geisel a inflação acelerou e começou a corroer parte do poder de compra dessas camadas médias, criando, neste setor politicamente desorganizado, certa simpatia pelo clima pró-democracia¹. Para se ter uma ideia, as taxas médias de inflação do governo Geisel giraram em torno de 37,9% ao ano, com piora em seus dois últimos anos: uma taxa de 38,8% em 1977 e de 40,8% em 1978, praticamente o dobro da média anual do período Médici (1968-1973): 19,3% anuais. Somando-se a isso, os porões do DOI-CODI pareciam totalmente alheios às determinações do governo central, enquanto o castelista Geisel movimentava-se para distensão: os assassinatos de Vladimir Herzog, em 1975, assim como a prisão e tortura, dentre militantes de oposição, do filho do general Pedro Celestino da Silva Pereira (SKIDMORE, 1988, p. 342) transpuseram, para dentro das classes média e média alta, o terror, distribuído à granel no pós-AI-5 (1968): ninguém poderia julgar-se totalmente a salvo das arbitrariedades do regime.

Também no interior dessas camadas, a posição da Ordem dos Advogados do Brasil

¹ Os ventos que sopravam do universo da cultura não podem ser vilipendiados, neste caso. Veja-se, por exemplo, os efeitos da anistia d’*O Estado de São Paulo* à censura prévia, em 1975, e o papel cumprido por semanários políticos como *Opinião* e *Movimento*, que, ainda que com suas atividades reduzidas pela censura, permaneceram como ponto de confluência para os intelectuais. Cf. Skidmore (1988, p. 368). Ainda sobre o panorama cultural do período, cf. Netto (2009).

mostrou-se importante. Em fins de 1972, a OAB, em sua maioria representativa, estava convencida de que as violações de direitos humanos e da própria ordem jurídica eram uma prática governamental sistemática. Em 1974, seu antagonismo à ditadura já é aberto (SKIDMORE, 1988, p. 366). Quando, em 1976, o governo Geisel propôs submeter a OAB à supervisão do Ministério do Trabalho, a entidade – a exemplo da Igreja Católica, que veio antagonizando-se com a autocracia burguesa conforme foi sendo atingida pela violenta repressão, o que culminou na organização das CEBs, que contribuíram para minar pela base o fechamento político – passou a defender, contra o “estado de exceção” do AI-5, o “estado de direito” calçado em *nova Constituição*, fruto de uma Assembleia Constituinte.

O golpe decisivo veio da classe operária, que em fins da década de 70 (mais precisamente entre maio de 1978 e março de 1979) grita à luz do dia contra o arrocho. A ditadura, até então, havia-lhes entregue arrocho salarial² e terrorismo de Estado³ (Lei 4.330, de 1º de junho de 1964, intervenções nos sindicatos, prisões políticas etc.). Com uma pauta eminentemente econômica (ARBIA, 2013), que passava por reposição salarial, a luta do operariado do ABC contra a política do arrocho acertava o núcleo do modelo econômico. A classe trabalhadora não apenas reemergia como um movimento multidunário por democracia: ela emergia com uma pauta que *podia* não apenas aniquilar o modelo econômico como ainda abrir as portas para a construção de uma democracia substantiva.

O movimento, como se sabe, não se restringiu às fábricas do ABC: tomou as periferias paulistanas, sobretudo os bairros da zona sul, onde os “Clubes de Mães” (1972), inicialmente organizados nas paróquias (pelas CEBs), desbordaram suas demandas dos recantos comunitários para a discussão social mais ampla: da reivindicação de creches, saneamento básico e melhorias comunitárias, as “mães da periferia” converteram-se no “Movimento Custo de Vida” (1978), que passou a realizar pesquisas e controles de preços e debater publicamente os índices de inflação. A luta das mulheres periféricas de São Paulo, somando-se a do operariado do ABC, deu mais um golpe no calcanhar de Aquiles do modelo econômico, pressionando por congelamento dos preços de itens da cesta básica e por índices gerais de reajuste salariais para os trabalhadores. E nesta esteira, inúmeros outros movimentos sociais⁴ trataram, cada qual em

² Para dados sobre o achatamento salarial do operariado no período, cf. Colistete (2009). Para a catástrofe social na continuidade do governo Figueiredo, há dados abrangentes em Netto (2014, p 212 ss.). Para uma discussão mais geral das consequências sociais nefastas para as camadas trabalhadoras, cf. Paulino (2020).

³ A expressão é de Netto (2014, p. 160).

⁴ É extensa a discussão sobre os “novos” movimentos sociais, sobretudo aquela que se desenvolveu tendo por epicentro a USP. A respeito, cf. as clássicas intervenções de Vera Telles, Maria da Glória Gohn, Ruth Cardoso, Eunice Durhan, Lúcio Kowarick, Paul Singer, Ilse Scherer-Warren, Pedro Jacobi, José Álvaro Moisés, Verena Martinez-Alier, entre outros.

sua especificidade, de abrir espaço; como exemplos, a luta pela Reforma Sanitária e a decisiva etapa do processo de renovação do serviço social brasileiro (que, como se sabe, ocorre no CBAS de 1979).

A oposição levou certo tempo para compreender o que ocorria. Completamente absorvida na luta pelo restabelecimento da democracia institucional, levou cerca de 23 dias para manifestar apoio aos grevistas do ABC, titubeando no receio de que a radicalização dos trabalhadores pudesse recrudescer a postura dos militares.

Mas a desarticulação unitária era compensada pela multilateralidade das investidas: a ditadura, que passou a figurar como o “inimigo comum” pelas mais diversas razões, viu-se obrigada a pelejar em várias frentes, enfrentando demandas de múltiplos setores. *Recompunha-se, aqui, a outra parte – a que, em busca da democracia substantiva, encontraria tardiamente, no governo Lula, o idílio (e a tragédia) do nacional-popular.*

Em síntese, a segunda metade do governo Geisel teve de ser revisitada por marcar o início de um processo sem retorno de decomposição da autocracia burguesa – o fim de um período. Condições objetivas como a debacle do modelo econômico e o abandono, por parte dos antigos aliados, impuseram a distensão; tratava-se agora de minimizar os danos, constatada a derrota. A Figueiredo, restou recolher os despojos.

Seja, portanto, no descontentamento com a política econômica de Geisel, que não conseguia salvar o modelo da derrocada, revelando não ter mais nada a oferecer à burguesia sócia do golpe, que agora, alinhada ao novo fluxo dinâmico internacional do capital, pós-1970, passou a ansiar pela liberalização econômica agressiva, saindo pelos fundos e retornando pela frente, imaculada diante do atual estado das coisas; seja perdendo simpatizantes na sociedade civil, que simplesmente passaram a dar de ombros frente ao colapso do governo militar, ou mesmo ver com alívio o término do terrorismo de estado; seja pressionado pela classe operária, que acenava para o “tudo ou nada” contra o arrocho; seja pelos ataques da oposição, que tensionava por abertura político-institucional (ainda que pelo ritmo e sob as condições ditadas pela caserna) e anistia a perseguidos e exilados políticos, os militares terminaram por naufragar junto com o navio. Como recompensa, a “distensão lenta, gradual e segura” deveria parir, evidentemente, uma amnésia de duas décadas. Era chegada a hora de inaugurar um período novo, que deveria equacionar politicamente, sob o manto da democracia, interesses tão díspares como *ganho econômico, status, melhoria das condições de vida e poder político*, respectivamente. A Nova República – e sua *expressão máxima e inaugural*: a CF88 – precisou acomodar em si interesses extremamente conflitantes; donde, não surpreende, jamais pudera materializar-se unitária integralmente.

2) Apogeu e derrocada da Nova República

Para nossos propósitos, não precisamos retomar aqui toda uma digressão minuciosa sobre a Nova República; basta que consideremos seus dois momentos-chave, pelos quais se delineiam mais claramente os anseios que elencamos, quais sejam, de liberalização econômica, por parte da burguesia em suas distintas frações, e de instauração de uma democracia *substantiva* da vida social, por parte das classes trabalhadoras.

2.1) O primeiro momento: a liberalização racionalizada⁵.

Com Fernando Henrique Cardoso, a possibilidade de um projeto liberal racional⁶ e com etiquetas “cavalheirescas” fez água. O estrangulamento cambial, as constantes recorrências ao FMI, o estouro da dívida externa, tudo deveria ser suportado em prol de dois “benefícios”: a “extinção da Era Vargas” – que deveria representar, o fim do trabalhismo e de sua proteção legislativa – e a estabilidade monetária.

FHC cumpriu com o prometido, entregando estabilidade monetária, mas a um alto custo. As taxas de crescimento do PIB, entre 1995 e 2002, uma das piores da história do Brasil, cravaram na média de 2,4% anuais, muito distantes dos 7,4% do período militar (SAMPAIO JR., 2017, p. 25). FHC conseguiu ainda perder para a década de 1980, apresentando dados de crescimento da renda per capita de 1% ao ano, contra a média de 1,5% daqueles anos, assim como também não superou as taxas de investimento da economia, quando comparados os mesmos períodos (SAMPAIO JR., 2017, p. 27). Seu governo pôs a nu, com crueza invulgar, a vulnerabilidade externa da economia brasileira, marca indelével de sua entificação capitalista. Em 2002, o passivo externo líquido superou os US\$ 400 bilhões (SAMPAIO JR., 2017, p. 27) (em apenas um mandato, FHC aumentou este passivo em 216%).

O desemprego ampliou. A entrada de novas tecnologias produtivas em determinados setores – como devemos lembrar, o que não implica necessariamente o desenvolvimento nacional de matrizes tecnológicas – ampliou a economia de trabalho vivo no setor industrial, que já sofria com a concorrência dos importados: quase 1/5 das populações de regiões metropolitanas do sudeste e do Distrito Federal estava desempregada e “cerca de dois milhões de empregos ligados à agricultura e à agroindústria [foram] eliminados” (SAMPAIO JR., 2017, p. 26). Com taxas de desemprego que oscilavam entre os 10,5% e 12,9% em 2002⁷, o período

⁵ Basta um emparelhamento entre as propostas e os atores à frente daquele projeto com o quadro atual para que o termo “racional” se faça autoexplicativo.

⁶ Lembremos que FHC não conseguiu eleger seu sucessor direto.

⁷ Sobre um comparativo entre as taxas de desemprego dos diferentes governos, ver os dados levantados por Dal Piva em Lupa (2020).

FHC vulnerabilizou as condições de inserção no mercado de trabalho e encolheu a renda. Entre 1994 e 2001, embora a produtividade por trabalhador tenha aumentado em 50%, a renda média real dos assalariados recuou em 8% e a participação dos salários na renda nacional caiu de 36% do PIB, em 1993, para 27% em 2000 (SAMPAIO JR., 2017, p. 26).

Para a perspectiva da democracia do trabalho, portanto, o período FHC foi uma demonstração cabal da fragilidade efetiva dos contrapesos da Nova República em refrear, institucionalmente, a voragem do capital. Seu governo demonstrou que era possível contornar, dentro das regras do jogo institucional, ainda que com algum desgaste, vários dos mecanismos constitucionais de proteção das camadas populares.

O projeto de *liberalização racionalizada*, por dentro das vias e ritos institucionais, tentava avançar em múltiplas frentes; todavia, dentre as ações, duas pareciam especialmente estratégicas: a) impulsionar as condições para uma plena economia de mercado e b) desmontar as amarras que limitavam as investidas do capital contra o trabalho. Mas FHC falhou em ambas: não apenas não conseguiu superar, como aprofundou e explicitou as bases débeis da economia brasileira, atestando que a plena liberalização econômica não promoveria os ganhos esperados – e tampouco isonômicos – para *todas* as frações da burguesia nacional. Criando estabilidade monetária, liberando o câmbio e abrindo o país ao comércio internacional sem regras, ela traria maiores benefícios, primeiro, ao capital financeiro (nacional e internacional), que se locupletou com as altas taxas de juros, e para a grande burguesia industrial (e agrária) que já competia no mercado internacional e via vantagens na flexibilização comercial, tanto para importação de bens de capital e insumos quanto para o recebimento de suas mercadorias no mercado internacional. Ainda do lado do capital, os grandes perdedores foram as médias e pequenas burguesias industrial e de serviços, totalmente despreparados para enfrentar uma escalada liberalizante. Para essas, portanto, havia que liberalizar, *pero sin perder la ternura*, mantendo-se a presença do Estado em setores estratégicos, sobretudo garantindo proteção econômica e fomento do investimento – era preciso uma outra condução política para a economia.

Espremidas pelos oito anos de liberalização econômica e insufladas pelas oposições, as massas trabalhadoras, as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia industrial e de serviços ensaiaram uma resposta *política* em 2002: Luís Inácio – que havia fagocitado Lula e agora exibiam um único e mesmo DNA⁸ – bateu o tucano José Serra no segundo turno, com quase o dobro de votos. A derrota de Serra marcava, para a alta burguesia brasileira, o fim das possibilidades de uma liberalização “civilizada”. No horizonte, restavam duas opções para

⁸ Veja-se a distinção entre “Lula” e “Luís Inácio” em Chasin (2000, p. 113 ss.).

recompor o cenário econômico: a miscelânea heterodoxa alcunhada “neodesenvolvimentismo” ou o esgarçamento radical da liberalização selvagem, autoritária e sem freios. Em 2002, a composição de forças da sociedade brasileira optou pelo primeiro caminho, sem, contudo, rechaçar peremptoriamente o segundo. Inaugurava-se ali o segundo – e derradeiro – capítulo da história da Nova República, o capítulo de seu apogeu e declínio.

2.2) *O segundo momento: o neodesenvolvimentismo⁹ petista.*

Lula representou, hegelianamente, o ponto máximo e, por isso mesmo, o início da derrocada, último suspiro do pacto da Nova República. Com ele, enterram-se as possibilidades da CF88 na consolidação de um duplo padrão na política econômica: financeirização, com hegemonia externa e transferência de renda, e exportação de *commodities* (OLIVEIRA, 2007, p. 35-6).

Por um lado, a financeirização incrementou a entrada do capital externo; abrindo as portas ao capital estrangeiro, que redobrou seu papel na expansão da economia nacional, inclusive por investimento externo direto, vez que parte substantiva da arrecadação fiscal já estava comprometida com o serviço da dívida pública. Assim, para a dinâmica macroeconômica brasileira, a financeirização mantém consequências *imediatas* na detenção dos títulos da dívida pública por fundos de investimento, bancos e seguradoras, nacionais ou estrangeiros, o que acaba por reduzir a magnitude dos recursos orçamentários que poderiam ser aplicados em investimentos estatais de expansão econômica, empréstimos subsidiados, incremento da infraestrutura etc. E, na ausência de recursos, aparecem suas consequências *mediadas* ou de maior prazo: para equacionar a dívida pública, seus encargos e amortizações, o Estado se vê compelido a privatizar monopólios estatais e abrir concessões, reduzindo a participação do capital nacional na formação do PIB, e estabelecer parcerias público-privadas ou simplesmente desregular setores inteiros (e, dentre essa desregulamentação, os sistemas de proteção ao trabalho) como forma de favorecer a entrada do capital externo. De todo modo, os custos operacionais tornam-se paulatinamente elevados para a burguesia industrial nacional, seja pela concorrência com empresas externas, que realizam operações multimercado em dólares, seja pela elevação das taxas de juros dos empréstimos – os bancos públicos são chamados a aliviar as pressões nos financiamentos, geradas por esse desequilíbrio.

Quando Lula assume a chefia do Executivo, um setor da economia que já caminhava relativamente em segurança, consegue se beneficiar de sua política econômica: aquele

⁹ Katz traz interessantes contribuições ao debate sobre o neodesenvolvimentismo, tanto no Brasil quanto na Argentina. Sobre seus aportes, cf. Katz (2015; 2015a; 2015b).

familiarizado com as exportações – os grandes produtores de *commodities*. Em que pese o fato de, por anos seguidos, haver segurado a balança comercial brasileira, a produção de *commodities* possui um gargalo: sua demanda expande em ritmo relativamente lento, sujeita-se mais fortemente às oscilações climáticas e às crises de superprodução e mantém um equilíbrio muito sensível, ancorada nas oscilações do cenário econômico internacional. Ademais, de baixo valor agregado, são incapazes de sustentar, no longo prazo, o balanço de pagamentos.

De qualquer modo, o equacionamento da dívida com o FMI e a elevação do volume das reservas cambiais, por um tempo, pareceram indicar que o país finalmente ver-se-ia relativamente livre para alavancar um processo de acumulação autodeterminado. A própria transformação do BNDES por Carlos Lessa, que de banco de investimento (no período FHC) passou a banco de fomento e desenvolvimento, além de haver-se tornado pronto-socorro das privatizações “fracassadas” e de setores importantes da economia (OLIVEIRA, 2007, p. 34), parecia abrir ao país um lugar à mesa das grandes nações capitalistas¹⁰ – o neodesenvolvimentismo, afinal de contas, parecia ter algo a oferecer para *todas* as classes sociais: lucro financeiro, expansão econômica, equilíbrio fiscal e monetário, retomada das taxas de emprego, programas de distribuição de renda.

Temores à parte, reais ou não, de que o crescimento brasileiro pudesse, mesmo que de modo marginal, causar abalos nas relações de hegemonia econômica e política na América Latina, desequilibrando perigosamente o xadrez geopolítico, a divisão internacional do trabalho e o mercado mundial, sendo imperativo, portanto, deter a expansão do capital monopólico brasileiro, fato muito mais decisivo para o estrangulamento das pretensões econômicas e políticas petistas é que seus governos, sobretudo o período Lula, não conseguiram conter a torrente de recursos que desaguava no mercado financeiro. Neste aspecto, não escapou à linha de continuidade de seu predecessor, tendo ainda assimilado nuances adicionais decisivas – a voracidade dos fundos de pensão –, como observou Oliveira (2007, p. 34) à época:

os principais investidores institucionais no Brasil hoje são os fundos Previ, Eletros, Sistel, Petros, Portus, Funcef e os demais cujas denominações remetem sempre ou à empresa ou ao setor de onde provêm; atuam nas bolsas de valores, foram os mais importantes e decisivos para definir as privatizações das estatais, são proprietários-acionistas de grande número de empreendimentos de porte.

Mas não nos esqueçamos dos bancos. Entre 1994 e 2003, durante o período de Fernando Henrique Cardoso, o lucro dos dez maiores bancos brasileiros havia crescido 1.039% (BOITO JR., 2018, p. 35). E, se a dívida dá as cartas – ou, segundo manifestou certa vez o próprio FHC,

¹⁰ Sobre o real significado dessa ascensão geopolítica, cf. Katz (2015c).

“não é o governo quem controla a dívida, mas a dívida que controla o governo” (OLIVEIRA, 2007, p. 35) –, o governo Lula herdara esse controle¹¹, expandido no período de seu antecessor.

O governo Lula também não conseguiu romper¹² com dinâmica produtiva da II Revolução Industrial – ou seja, a nova acumulação industrial, alavancada pelo BNDES, não se concentrava na indústria tecnológica, na produção de bens de capital de alto valor agregado ou no desenvolvimento de P&D. Em que pesem as tentativas de absorver tecnologia – como no caso da compra dos caças suecos da Saab e dos bem-sucedidos desenvolvimentos de Embraer e Petrobrás – o grosso da produção industrial brasileira (o capital monopólico nacional) concentrava-se em indústrias extrativistas, produção de alimentos, engenharia e infraestrutura. Não havia, portanto, desenvolvimento tecnológico *stricto sensu* e a inserção industrial de ponta, no Brasil, permaneceu débil, aquém dos avanços mais recentes da III Revolução Industrial. Não estranha, portanto, que este tenha sido um período de crescimento dos setores primários¹³ da economia: o país crescia, mas com uma dinâmica interna insustentável no longo prazo, frente ao avanço tecnológico dos sistemas produtivos mundiais, que já apontavam para a “indústria 4.0”.

Por outro lado, os governos petistas – sobretudo o governo Lula que, talvez, possuísse as condições mais favoráveis para fazê-lo – não realizou uma reestruturação político-institucional que promovesse desenvolvimento econômico combinado a uma *sólida democracia do trabalho*: em vez de descender o poder do Estado e diluí-lo nos setores organizados dos trabalhadores, como Marx saudou na experiência da Comuna de Paris ou Lênin tentou com os soviets, preferiu fazer o movimento contrário: elevar as lideranças das forças populares ao Estado, como se a institucionalidade estatal fosse dobrar-se aos anseios populares e não subjugar-los. Como observou Katz (2015c, p. 4),

O programa social-liberal de Lula canaliza o curso burguês que tem

¹¹ A pressão exercida pela aristocracia financeira, tida por Marx (2012, p. 40) como o “*lumpemproletariado* nas camadas mais altas da sociedade burguesa”, remonta a tempos imemoriais e, portanto, não é possível alegar desconhecimento. A propósito, sua análise a respeito da República de Fevereiro e da derrocada do proletariado francês é, neste aspecto, exemplar. Cf. o modo como a aristocracia financeira, que dava as cartas durante o reinado de Luís Filipe, permaneceu acossando a República, via controle do crédito, em Marx (2012).

¹² Há muita controvérsia a respeito das relações de continuidade e ruptura entre os governos do PT e de seu antecessor, FHC. Essa controvérsia tem por referência as relações entre as ações econômicas tomadas pelos governos petistas e as dinâmicas liberalizantes, já em curso na economia mundial, aprofundadas durante o governo Cardoso. A respeito das interpretações dessa questão no Brasil, cf. Katz (2015a).

¹³ A respeito, em 2014, observou Katz (2015a, p. 8): “Um projeto de industrialização neodesenvolvimentista choca-se, no Brasil, com a prioridade atribuída a agroexportação, em detrimento do desenvolvimento manufatureiro. O país depende cada vez mais do agronegócio e essa limitação é reconhecida até pelas visões relacionadas ao atual modelo. O freio ao desenvolvimento industrial se verifica na perda de competitividade e na forte influência do chamado ‘custo Brasil’. Essa obstrução é corroborada, além disso, pela estagnação tecnológica e pela obsolescência da infraestrutura. Se, na segunda etapa do PT, o *lobby* industrial ganhou espaço, essa incidência não gerou uma repercussão fabril significativa. Uma grande distância separa os esboços atuais do neodesenvolvimentismo dos antigos modelos centrados na prioridade industrial”.

predominado. Por essa razão, bloqueia as conquistas sociais nas cidades e as reformas agrárias no campo. Provoca a reversão de um longo processo de organização dos trabalhadores em torno do PT, facilitando a desmobilização e a despolitização dos movimentos populares. O principal instrumento dessa ação tem sido uma rede de clientelismo, montada em torno dos planos de assistência.

Quando recordamos a virada que a Central Única dos Trabalhadores enfrentou no crepúsculo dos anos 1980, percebemos que a alteração de suas concepções reflete influxos similares e, sobretudo, convergentes, com as alterações ideológicas gestadas, no mesmo período, no interior do Partido dos Trabalhadores¹⁴. O sindicalismo participativo lutava para sinalizar à sociedade brasileira que a parcela mais organizada dos trabalhadores nacionais estava apta para participar da execução de ações de estado, elaboração de políticas públicas e gestão de orçamentos. O ideário de gestão política, que se apresentava *in nuce*, mas sob nuances radicais dessubstanciadas nos 1980, adquiriu sua forma madura ao longo da década de 1990 pelo sindicalismo propositivo, com exemplos abundantes que vão desde a participação nas câmaras setoriais até as proposições envolvendo a opção pelos contratos coletivos de trabalho.

Se Boito Jr. (1999, p. 147) tinha razão ao afirmar que a CUT visava a “importar a tática do sindicalismo socialdemocrata europeu, mas num ambiente político muito diferente e sem dispor da força necessária”, e encontrava-se comprimida, nos anos 1990, pela privação de “um forte braço parlamentar” (BOITO JR., 1999, p. 147) e pela “autonomia de movimentos de que dispõe o Executivo federal, que pode governar por medidas provisórias” (BOITO JR., 1999, p. 147) em um quadro econômico nacional que “estreita as margens de concessão dos governos” (BOITO JR., 1999, p. 148), esse cenário se altera, *ao menos em termos fenomênicos*, com a chegada de Lula (e do PT) ao Executivo federal, em 2003. Abre-se ali, finalmente, para a Central, um cenário capaz de absorver suas aspirações de gestão pactuada dos grandes problemas nacionais. Portanto, por mais surpreendentes que possam parecer as ações do PT, da CUT e de Lula, elas evocam um caminho evolutivo, de certa forma, natural: é o resultado das ilusões *politicistas* que alimentavam desde os anos 1980 (CHASIN, 2000).

Voltando ao problema econômico, ainda que a economia brasileira tenha modernizado nos idos de 2003, sem uma reforma institucional abrangente e, mais precisamente, sem uma democratização radical das relações econômicas, o Brasil permaneceu sofrendo com velhas dificuldades estruturais. O momento crucial e sensível mantinha-se na inescapável reconversão do capital acumulado em amortizações e serviços da dívida, o que dificultava estruturalmente

¹⁴ A respeito das transformações teóricas e ideológicas operadas nas concepções do Partido dos Trabalhadores, cf. Iasi (2006).

a transformação do PIB em investimento. Sobretudo no caso da dívida externa, como cravou (novamente) Oliveira (2011, p. 134), “a alta proporção da dívida externa sobre o PIB demonstra que sem o dinheiro externo a economia não se move”. *Mutatis mutandis*, o endividamento externo, como consequência praticamente direta e natural do modelo econômico da ditadura, foi justamente o caso do “remédio que matou o paciente”. A condição de refém dos recursos externos parece mesmo ser o empecilho estrutural da economia brasileira – desenvolvimento normal de um país que, tendo a heterodeterminação como permanência, nasce colonial, desenvolve-se dependente e amadurece periférico, o que o torna especialmente frágil frente aos ventos errantes da economia mundial. Ou como constata Sampaio Jr. (2017, p. 19-20):

quando o fluxo de recursos externos é favorável ao país, o impacto nefasto da inserção subalterna na economia mundial sobre o nível de emprego, a distribuição de renda e os desequilíbrios regionais é menor do que quando há uma inflexão no movimento de capitais e os recursos voltam a se dirigir para fora do país, forçando um ajuste abrupto da economia para pagar o sobreendividamento da fase anterior.

Quanto ao governo Rousseff, basta lembramos que a “marolinha¹⁵” de 2008 varreu o país em 2015, colocando as forças sociais em rota de colisão. Já discorremos sobre isso em outros lugares (ARBIA, 2017; 2019) e não pretendemos retomar aqui o arrazoado. Naquelas ocasiões, defendemos que a escalada da recessão pôs em desespero amplos setores da burguesia nacional – inclusive os que haviam encampado o (e se beneficiado do) neodesenvolvimentismo petista –, que passaram a ver nas reformas a qualquer custo a única saída política capaz de conter uma destruição da economia brasileira¹⁶.

A ruptura, que já dava sinais claros de sua inevitabilidade no primeiro mandato de Rousseff (das manifestações urbanas de 2013 à apertada vitória sobre Aécio Neves), pariu sem dores, como num folhetim lúgubre e de segunda categoria, o governo Michel Temer, subproduto excrescente da institucionalização da dinâmica de pesos e contrapesos que compôs o pacto da

¹⁵ Lula proferiu, nos idos de 2008, uma frase que veio a se tornar famosa, despertando a ira de setores da burguesia nacional e sendo usada incansavelmente pelos opositores políticos nos ataques a Dilma Rousseff, durante a forte recessão que acossou seu governo. Disse o petista, na ocasião, que a crise de 2008, embora houvesse atingido os Estados Unidos como um tsunami, chegaria ao Brasil como uma “marolinha”. Cf. O Globo (2012).

¹⁶ Marquetti & Hoff (2020) trazem um elemento adicional importante, com o qual concordamos, para explicar o declínio das taxas de lucro no governo Rousseff. Segundo os autores, “houve duas fases na evolução da taxa de lucro entre 2003 e 2014. Na primeira, entre 2003 e 2007, ocorreu um crescimento da taxa de lucro concomitante ao aumento da parcela dos salários na renda nacional. *Essa combinação ocorreu devido a maior utilização da capacidade instalada e o aumento da produtividade potencial do capital*. Na segunda fase, entre 2007 e 2014, houve queda da taxa de lucro devido ao aumento da parcela salarial e ao *declínio da produtividade potencial do capital*” (MARQUETTI & HOFF, 2020, p. 6 – itálicos nossos). Em outros termos e suprimidas muitas mediações, podemos suspeitar que a arrancada econômica dos governos Lula pode haver-se beneficiado, de certa forma, da recessão de FHC. Mais uma vez, portanto, a aceleração econômica colocaria o Brasil frente à dificuldade estrutural de expansão de sua capacidade produtiva, mas, aqui, com um elemento contingente: num contexto onde parte substantiva do excedente é dragada para o mercado financeiro e essa expansão depende de gigantescas inversões em capital constante, exigências da Terceira Revolução Industrial.

Nova República – a mesma que reconciliou Lula, Collor e Maluf e que tornou o PMDB epicentro da política partidária nacional. Golpe ou não, é difícil negar que a destituição de Rousseff e as condenações de Lula seguiram todos os trâmites legal-institucionais prescritos, sem que fosse exigida edição de qualquer Ato Institucional. Em que se possa argumentar, contra esta afirmação, que desconsideramos um “conluio” entre os agentes, devemos recordar que a própria discricionariedade pressuposta pelo ordenamento político-jurídico se erige pela débil convergência de forças que ensejou o pacto da redemocratização. Parecia haver certa poesia macabra em tal desfecho: o PT e sua personificação, Luís Inácio, o homem que apostara todas as fichas nos pactos da democracia institucional e trabalhou ativamente na institucionalização das forças sociais populares, naufragava agarrado a ela.

Nasceu, portanto, em um clima de fim de festa, o acordo entre as diferentes franjas da burguesia na redemocratização. E, podemos dizer, nenhum elemento desse acordo passava pelos anseios cultivados pelas massas no mesmo período, explicitados entre os anos de 1978 e 1980: democracia popular, melhoria das condições de vida, contra o arrocho. O único ponto capaz de convergir interesses tão divergentes centrava fogo no governo militar: no estrangulamento econômico e em sua inépcia em resolvê-lo. Os fios deste acordo foram esgarçando, conforme a Nova República foi “traíndo” os anseios das classes: por um lado, mostrava-se incapaz de promover – no âmbito de sua institucionalidade adstringida – melhores condições de vida aos setores do trabalho; por outro, incapaz de remover os obstáculos para a expansão econômica, de natureza muito mais estrutural (da condição periférica nacional) que propriamente política. Ainda que a agenda de reformas tivesse sustentado, como último liame, alguma aliança entre as distintas frações da burguesia¹⁷, este fio se rompeu de modo irreparável em 2013 e a paciência acabou.

¹⁷ Boito Jr., há bastante tempo, procurou mapear esses interesses. Para o autor, não havia consenso geral entre as reformas neoliberais e as frações burguesas que compunham o bloco no poder, e sim vinculações, poderíamos dizer, episódicas. Por exemplo, os desmontes dos direitos sociais e trabalhistas perfazem um acordo praticamente unânime entre as distintas frações burguesas. A política de privatizações atenderia mais diretamente, cf. o autor, “os interesses de grandes grupos privados”, compostos pelo grande capital nacional ou estrangeiro, em suas vertentes industrial e financeira. Não se destina, todavia, tal como realizada, a atender a média da burguesia nacional, que ficou excluída dos leilões. Neste aspecto, a política de privatizações, para Boito Jr., “atinge de modo desigual os diferentes setores da burguesia”, privilegiando o grande capital e reduzindo o volume do capital nacional na formação do PIB (representado por esses monopólios estatais). Por fim, a abertura comercial e a desregulamentação financeira beneficiam apenas o grande capital produtivo internacional e o capital financeiro. A ausência de barreiras capazes de proteger o mercado interno da entrada dos produtos estrangeiros, lembramos, não apenas levou o país a um severo processo de desindustrialização, entre os governos Itamar e FHC, como contribuiu, no mesmo golpe, para acentuar o déficit na balança comercial. Como consequência evidente, amplifica-se a dependência do capital financeiro (pela via do endividamento) para fechar o balanço de pagamentos. A respeito, portanto, do modo como o neoliberalismo atinge as distintas frações da burguesia no país, Cf. Boito Jr. (2018 p. 26 ss.).

3) Por fim, o fim

E assim alcançamos o atual estado de coisas. Como em um eterno *dèjà vu* politicista, que teima em apresentar-se desde a redemocratização, parcela da burguesia vê agora na liofilização do Estado – e na incineração da CF88 – a única saída para uma autêntica liberalização do Brasil, único caminho capaz de promover o crescimento econômico. Paulo Guedes, que tomou posse como ministro da Economia prometendo zerar o déficit público¹⁸, dificilmente conseguirá entregar um crescimento anual médio do PIB maior que 2%. O homem que “leu Keynes no original três vezes” e que tudo sabe sobre a “reconstrução da Alemanha¹⁹” acena com um encadeamento que nos exige abandonar a razão, para lançarmo-nos nos braços da fé: “vender” o Estado significa “zerar” o déficit público, o que é igual a liberar recursos para investimentos. Encantado com a própria elucubração, acabou surpreendido pela realidade áspera: terminou o ano de 2019 sem conseguir privatizar nenhuma estatal sob controle direto do governo federal²⁰.

O gargalo estrutural da economia brasileira teima em não colaborar com seus desejos: a incapacidade de gerar matrizes tecnológicas que possibilitem ao país produzir uma acumulação autodeterminada e, assim, controlar as diretrizes de sua política econômica, mantém o desenvolvimento nacional refém do mercado financeiro e do capital externo. Em uma hipótese otimista, a porção dinâmica do setor industrial contará com uma produção altamente tecnológica, sustentada na alta inversão em capital fixo importado, poupador de trabalho vivo em larga escala – ainda que inserido nas cadeias globais de valor, o país não se destaca na produção de P&D e, portanto, de matrizes tecnológicas. A parcela menos dinâmica do capital nacional deverá recorrer ao subemprego, às formas precárias de contratação e de exercício do trabalho e, sempre que viável, ao expediente da superexploração como formas de equacionar as taxas de lucro. No fim, reina a esperança de todas as porções e frações burguesas de que o trabalho do ministro resulte em um “alívio na elevada carga tributária”. Guedes sabe que, caso ocorra qualquer desoneração substantiva – o que é improvável –, apenas uma pequena parcela desse capital excedente tornará ao setor produtivo, sob a forma de investimentos nas condições acima; o volume mais substantivo dos lucros migrará para o mercado financeiro, sobretudo para os investimentos especulativos, campo onde Guedes se movimenta como Zico.

Mas sua habilidade como *trader* parece não se estender à gestão macroeconômica. Em março deste ano, declarou com autoconfiança jocosa que, caso “fizesse muita besteira”, o dólar poderia chegar a R\$ 5,00 (INFOMONEY, 2020). Sete meses depois, o dólar viria a bater a casa

¹⁸ Cf. Agência Brasil (2019).

¹⁹ Os elogios de Paulo Guedes a Paulo Guedes podem ser lidos em Folha de São Paulo (2020).

²⁰ Disponível em Gazeta do Povo (2019).

dos R\$ 5,59. Com ou sem besteiras do chefe da economia de um país com mais de 211 milhões de habitantes, a alta do dólar, combinada à elevação do preço das *commodities* (principalmente do minério de ferro, mas também pela escalada na agroexportação, em ambos os casos por conta da retomada das importações pela China), elevou o IGP-M (índice acumulado de 12 meses) em 17,94%, em setembro, impactando diretamente no reajuste dos aluguéis (o índice no mesmo período do ano anterior – ou seja, com menos de um ano de Guedes no comando do Ministério da Economia – acumulava alta de 3,37% em doze meses [cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020] e hoje é o maior desde 1994, quando atingiu 7,12% no mesmo mês e 21,25% no acumulado de doze meses [VALOR, 2020]). O baixo índice do IPCA (2,44% acumulado nos últimos 12 meses, de agosto de 2019 a agosto de 2020 [IBGE, 2020]), assegurado, sobretudo, pela pouca variação dos preços administrados e dos valores dos serviços, não se refletiu na cesta básica, que teve, nas principais capitais brasileiras (de setembro de 2019 a setembro de 2020), um aumento médio de 23,66 %²¹, enquanto o salário-mínimo, no mesmo período, teve alta de apenas 4,7% (passando de R\$ 998,00, em 2019, para R\$ 1.045,00, em 2020 [DIEESE, 2020]). Em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, o valor médio da cesta básica superou 50% do salário-mínimo.

Guedes já havia demonstrado, muito antes, ser ortodoxo na economia e heterodoxo em política. Em novembro de 2018, antes mesmo de tomar posse, teve publicizada uma conversa com o presidente do Senado à época, Eunício Oliveira:

"Ele olhou para mim e disse que orçamento não é importante, importante é aprovar reforma da Previdência. [...] Ele me disse: 'Vocês não aprovam orçamento, orçamento eu não quero que aprove não'. Mas não é o senhor querer, a Constituição diz que só podemos sair em recesso após a aprovação". [E completou²²]: "Não, eu só quero reforma da Previdência. Se vocês não fizerem vou culpar esse governo. Vou culpar esse Congresso e o PT volta, e vocês vão ser responsáveis pela volta do PT" (CONGRESSO EM FOCO, 2018).

²¹ Para se ter uma ideia das variações entre setembro de 2019 a setembro de 2020, em Brasília, o valor da cesta básica passou de R\$ 420,01 para R\$ 445,76 (aumento de 6,13%); em Campo Grande, de R\$ 396,98, para R\$ 492,80 (aumento de 24,13%); em Goiânia, de R\$ 391,31, para R\$ 510,52 (aumento de 30,46%); em Belo Horizonte, de R\$ 390,93, para R\$ 491,62 (aumento de 25,75%); no Rio de Janeiro, de R\$ 458,21, para R\$ 563,75 (aumento de 23,03%); em São Paulo, de R\$ 473,85, para R\$ 563,35 (aumento de 18,88%); em Vitória, de R\$ 429,06, para R\$ 539,36 (aumento de 25,7%); em Curitiba, de R\$ 424,81, para R\$ 525,25 (aumento de 23,64%); em Florianópolis, de R\$ 454,94, para R\$ 582,40 (aumento de 28,01%); em Porto Alegre, de R\$ 458,29, para R\$ 552,86 (aumento de 20,63%); em Belém, de R\$ 382,11, para R\$ 459,21 (aumento de 20,17%); em Aracaju, de R\$ 328,70, para R\$ 426,87 (aumento de 29,86%); em Fortaleza, de R\$ 384,17, para R\$ 485,75 (aumento de 26,44%); em João Pessoa, de R\$ 359,62, para R\$ 432,04 (aumento de 20,13%); em Natal, de R\$ 352,57, para R\$ 422,31 (aumento de 19,78%); em Recife, de R\$ 367,16, para R\$ 464,31 (aumento de 26,45%) e em Salvador, de R\$ 345,04, para R\$ 459,33 (aumento de 33,12%). Os dados de Cuiabá, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho, Rio Branco, Maceió, São Luís e Teresina não estavam disponíveis. As variações estão disponíveis em DIEESE (2020a).

²² Acréscimo nosso.

Com seu peculiar estilo ou, talvez, justamente por causa dele, Guedes parecia apontar um caminho firme para a desregulamentação absoluta das relações de trabalho, para a redução da carga tributária e do próprio estado, para a desprofissionalização do serviço público, para a liberdade de ação do agronegócio e para a expansão da influência econômica e política das igrejas cristãs, sobretudo, as neopentecostais.

Vê-se agora, contudo, que as medidas apresentadas para solucionar a crise tem pouco a oferecer, e o futuro passa a se apresentar cada vez mais como uma escolha entre o ruim e pior. Estranguladas por sua inserção periférica, incapazes de produzir matrizes tecnológicas, acossadas pela burguesia financeira e no limite de um Estado débil (e que avança rapidamente para se tornar ainda mais débil), as burguesias produtivas nacionais, em especial, a média burguesia industrial, veem suas possibilidades de superar a crise econômica minguarem. Olham para o futuro e sentem o momento em que se aproximam de um cenário de terra arrasada. É findado o tempo dos pactos de cavalheiros, dos rapapés, amenidades ou do *five o'clock tea*. É a aurora do tudo ou nada, do avanço “por onde for possível”²³. Por consequência, da paciência para aguardar o crescimento do bolo, nos anos 70, pede-se agora aos trabalhadores que acedam (estoicamente) a todo tipo de vandalismo, devendo constatar, com o mesmo estado de espírito de Winston: “*We are the dead*” (ORWELL, 2016, p. 155).

Porção substantiva da esquerda brasileira organizada mantém suas fichas na política institucional, apostando que, contra essas investidas, trata-se ainda de defender a institucionalidade democrática e, sobretudo, salvaguardar a CF88. Burguesia nacional e esquerdas institucionais são, evidentemente, as duas faces da mesma moeda do politicismo, as duas cabeças de Jano. O que, talvez, a maior parte dos defensores remanescentes da Carta de 88 ainda não tenha admitido é que a Nova República atingiu seu esgotamento; que este esgotamento tem sua expressão explosiva nos movimentos de 2013 e sua sucessão factual no impedimento de Dilma Rousseff. A eleição de Jair Bolsonaro e o retorno dos militares, agora pela via institucional, escancaram que o ensaio de um pacto entre classes da Nova República, cujos pesos e contrapesos encontram na CF88 seu *opus magnum*, está irremediavelmente rompido. *A luta de classes tem agora por palco a ausência de possibilidades de saídas*

²³ Conforme afirmou Paulo Guedes: “17% dos brasileiros, justamente os que estão melhor na escala de renda, ficavam com 41% dos benefícios [da Previdência]” – Paulo Guedes, ministro da Economia, em entrevista à TV NBR, em 20 de fevereiro de 2019” (LUPA, 2019). A matéria complementa: “Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps) de dezembro de 2018, o valor médio recebido por aposentados por tempo de contribuição, R\$ 1.984,75, é cerca de o dobro do valor recebido por aposentados por idade, R\$ 969,08” (itálicos nossos). Apenas para se ter uma ideia, o salário-mínimo necessário, segundo o DIEESE, na época em que Guedes concedeu a entrevista (fevereiro de 2019) era de R\$ 4.052,65 (DIEESE, 2020). Guedes não disse, na matéria, qual seria a sua cota pessoal de sacrifício.

pactuadas de uma aguda crise econômica de caráter mundial, com seus modos particulares de manifestação em âmbito nacional. O fim da “era dos direitos” passa a exigir a readequação urgente das formas de ação, que devem ser capazes de, ao menos, oferecer resistência eficaz ao avanço da barbárie. Só assim, talvez, seja possível responder como Julia: “*We’re not dead yet*” (ORWELL, 2016, p. 155).

É sempre oportuno lembrar que *em um país dado a autocracias e movido aos solavancos dos milagres econômicos, a quebra dos pactos e as rupturas institucionais coincidem com o esgotamento das possibilidades dos modelos econômicos amplos.* Foi assim com Vargas, com Jango, com a derrocada do governo militar, foi assim com a Nova República. As possibilidades do pacto de classes, na gênese da Nova República, estavam assentadas, por parte das elites, na esperança de extirpar os resquícios do mecanismo econômico que havia produzido o milagre e seu colapso; mais concretamente, sinalizava o antagonismo aberto contra as orientações do II PND, de Geisel, pelo qual a intervenção estatal na economia poderia ampliar-se. Os anseios liberalizantes do empresariado encontraram consonância nos movimentos de massa, que lutavam contra o arrocho em meio ao terrorismo de estado, e na própria esquerda, que concentrou toda a sua artilharia na luta pela abertura político-institucional (na luta pela democracia *política* em todos os seus níveis); a expulsão dos generais-ditadores unificou bandeiras tão distintas como a da democracia do trabalho e a da liberalização econômica. *A gênese da CF88, portanto, está atrelada ao encontro entre forças antagônicas que, com projetos de classes inacabados e de expressões ideológicas pouco precisas, sem conseguirem subjugar o adversário, confluem para uma luta contra o inimigo comum.* Mas hoje é imperioso reconhecer que, em meio à essa ebulição, havia pelo menos duas más leituras: por um lado, uma aposta, por setores da esquerda, de todas as fichas na luta pela democracia institucional; crença que a abertura política seria o caminho para as transformações econômicas – luta que admitia variações na forma: poderia abraçar o tensionamento aberto pelos movimentos paridos no ABC ou a aceitar a distensão lenta, gradual e segura, como forma de não pôr a perder a disposição dos militares de abandonar o timão do Estado. Por outro lado, parte da burguesia e de seus intelectuais via na liberalização total um caminho de convergência com o fluxo do capital mundializado, uma espécie de adequação aos novos tempos, sem considerar as especificidades de um país de capital débil, periférico e heterodeterminado como o Brasil. Isso fez com que a Nova República caminhasse a passos firmes para desenvolver sua história permeada pelo *fetichismo da CF88*: do desmonte à reafirmação intransigente, engolida, finalmente, pela impossibilidade de retomada, em escala global, dos patamares de crescimento econômico do segundo terço do século XX.

A Nova República terminou ultrapassada pela saturação do capital em escala mundial, com seus rebatimentos nos dramas econômicos e sociais nacionais. As ideias liberalizantes e globalizantes *traíram* as esperanças da burguesia de estabelecer um novo patamar de acumulação nacional; as décadas de esfarinhamento do estado e de escalada de sua fragilização mostraram sua inviabilidade para o desenvolvimento de uma economia nacional autodeterminada. Em outros termos, uma pequena fração consequente da burguesia compreendeu a encruzilhada em que se encontra: não há saída liberal possível para uma economia em decadência como a brasileira; tampouco, não há Estado suficientemente robusto (ou neodesenvolvimentista) capaz de sustentar um crescimento econômico autodeterminado. Todo o resto – como reminiscência de defesa empedernida do aprofundamento das reformas liberais – é assunto que diz mais respeito à teologia e/ou à psicologia que propriamente à economia política. Por outro lado, a abertura político-institucional também não realizou, como esperava parte da esquerda, as promessas de um novo tempo de participação popular no direcionamento da sociedade brasileira e de ampliação da cidadania; pelo contrário, a abertura político-institucional consolidou-se dissociada da instauração de democracia social e econômica que, finalmente, em seu avanço para trás, terminou por minar todas as possibilidades de uma democracia substantiva nos marcos da Nova República.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. *Em Davos, Guedes compromete-se a zerar déficit orçamentário este ano*. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/em-davos-guedes-compromete-se-zerar-deficit-orcamentario-este-ano>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- ARBIA, Alexandre Aranha. Análise das políticas para o trabalho no Brasil: como Marx pode contribuir? *Katálysis*. Vol. 22, N. 1, Florianópolis, jan./abr. 2019, p. 36-56.
- _____. Elementos conjunturais e estruturais para um debate sobre os desmontes dos direitos do trabalho. *Revista Conexão Geraes*. Vol. 3, N. 9, Belo Horizonte: CRESS, 2017, p. 10-16
- _____. A CUT (1983-1988) como mediação particular na construção da consciência de classe. *Revista Praia Vermelha*. Vol. 23, N. 2, Rio de Janeiro, jul./dez. 2017, p. 465-489.
- AVRITZER, Leonardo. *O fim da Nova República*. Disponível em <<https://jornalggm.com.br/analise/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer/#.VziHYahxauk.facebook>>. Acesso em 15 mai. 2016.
- BOITO JR. Armando. *Reforma e crise política no Brasil*. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp/Editora Unesp, 2018.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Íntegra do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte*. Dr. Ulysses Guimarães. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em 03/08/2020.
- CARAJELES COV, Yuri. *O fim da Nova República e a instituição de um novo regime*. Disponível em <<http://www.justificando.com/2018/11/05/o-fim-da-nova-republica/>>. Acesso em 08 nov. 2018.
- CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. *Revista*

- de Economia Política*, vol. 29, N. 4, out/dez de 2009, pp. 386-405.
- CONGRESSO EM FOCO. *Eunício diz que colegas estão “horrorizados” após conversa com Paulo Guedes: “Povo de Rede Social”*. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/eunicio-diz-que-colegas-estao-horrorizados-apos-conversa-com-paulo-guedes-povo-de-rede-social/>>. Acesso em 11 nov. 2018.
- DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 13 mai. 2020.
- _____. *Cesta básica de alimentos*. Banco de dados. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/cesta/>>. Acesso em 06 out. 2020a.
- ENGELS, Friedrich. Os sindicatos (II). In Paulo Agüena (Org.), *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008, pp. 73-6.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Leia a íntegra das falas de Bolsonaro e ministros em reunião ministerial gravada*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/leia-a-integra-das-falas-de-bolsonaro-e-ministros-em-reuniao-ministerial-gravada.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- _____. ILUSTRÍSSIMA. *Eleição de Bolsonaro marca o fim da Nova República, diz historiadora*. Entrevista com Maud Chirio. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/eleicao-de-bolsonaro-marca-fim-da-nova-republica-diz-historiadora.shtml>>. Acesso em 12 nov. 2018.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *IGP-M avança 4,34% em setembro*. Disponível em <<https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-setembro-2020>>. Acesso em 06 out. 2020.
- GAZETA DO POVO. *Como o governo Bolsonaro começou a transformar o Estado por meio da economia*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-economia-2019/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IBGE. *Inflação*. IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em 06 de out. 2020.
- INFOMONEY. *Dólar pode chegar a R\$5 “se fizer muita besteira”, diz Paulo Guedes*. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/mercados/dolar-pode-chegar-a-r-5-se-eu-fizer-muita-besteira-diz-paulo-guedes/>>. Acesso em 08 ago. 2020.
- KATZ, Cláudio. *¿Qué es el neo-desarrollismo? I- Una visión crítica*. Economía. (2014). Disponível em <<https://katz.lahaine.org/que-es-el-neo-desarrollismo-i-una-vision-critica-economia/>>. Acesso em 18 ago. 2015.
- _____. *¿Qué es el neo-desarrollismo? II- Una visión crítica*. Argentina y Brasil. (2014). Disponível em <<https://katz.lahaine.org/que-es-el-neo-desarrollismo-ii-una-vision-critica-argentina-y-brasil/>>. Acesso em 18 ago. 2015a.
- _____. *¿Qué es el neo-desarrollismo? III- Una visión crítica*. Teoría y política. (2014). Disponível em <<https://katz.lahaine.org/que-es-el-neo-desarrollismo-iii-una-vision-critica-teoria-y-politica/>>. Acesso em 18 ago. 2015b.
- _____. *Latinoamérica V: El peculiar ascenso de Brasil*. (2010) Disponível em <https://www.lahaine.org/b2-img10/katz_lat5.pdf>. Acesso em 18 ago. 2015c.
- LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUPA. #LupaAqui: *Kátia Abreu exagera em três dados ao falar sobre o desemprego*. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/18/lupaaqui-katia-abreu-exagera-em-tres-dados-ao-falar-sobre-desemprego/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. *Após governo propor reforma na previdência, Paulo Guedes erra sobre aposentadoria de militares*. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/22/previdencia-paulo-guedes/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- MARQUETTI, Adalmir Antônio; HOFF, Cecília Rutkoski. *Lucratividade e Distribuição: A origem econômica da crise política brasileira*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acesso em: 13 mai. 2020.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Fim da Nova República? Crise da hegemonia petista, golpe de Estado e*

- soberania popular no capitalismo brasileiro. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/>>. Acesso em 15 de abril de 2016.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MÜLLER, Gustavo. *O fim da Nova República*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-fim-da-nova-republica-23203119>>. Acesso em 12 nov. 2018.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- O GLOBO. *Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será “marolinha”*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 02 fev. 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O momento Lênin. *Novos Estudos – CEBRAP* [online]. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 01 out. 2007.
- ORWELL, George. *Nineteen Eighty-Four*. Adelaide: The University of Adelaide Library, 2016.
- PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *Katálysis* v. 23, N. 3, p. 562-571, set./dez. 2020.
- ROLNIK, Raquel. Apresentação. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In *Cidades Rebeldes*, São Paulo: Boitempo 2013.
- SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In *Cidades Rebeldes*: São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. O colapso da Nova República e o espectro da ditadura. *Revista Socialismo e Liberdade*. N. 26. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2019, p. 8-13.
- _____. *Crônica de uma crise anunciada*. Crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: paz & Terra, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Unesp, 2009.
- UOL. POLÍTICA. *A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle*. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2015.
- VALOR ECONÔMICO. *Prévia do IGP-M tem maior alta desde o Plano Real; taxa mensal pode atingir 5%*. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/18/previa-do-igp-m-tem-maior-alta-desde-ano-de-plano-real-taxa-mensal-pode-atingir-5percent.ghtml>>. Acesso em 25 set. 2020.

Considerações sobre a crítica marxista à dinâmica da pobreza na sociabilidade capitalista e seu caráter estrutural

Fabício Fontes de Andrade *

RESUMO: É objetivo deste artigo debater a crítica marxista à pobreza na sociedade capitalista em face ao seu caráter funcional e estrutural na sociabilidade capitalista. A análise marxista demonstra que a pobreza não é passível de superação na sociedade do capital, sendo esta um resultado consequente e necessário deste modo de produzir riquezas. **Palavras-chave:** Estado; pobreza; política social; marxismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Pobreza; Política Social; Marxismo.

Considerations about the marxist critique of the dynamics of poverty in capitalist sociability and its structural character

ABSTRACT: The purpose of this paper is to debate the Marxist critique of poverty in capitalist society in view of its functional and structural character in capitalist sociability. Marxist analysis shows that poverty cannot be overcome in capital society, which is a consequent and necessary result of this way of producing wealth.

KEYWORDS: State; Poverty; Social Policy; Marxism.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Adjunto II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Introdução

Do ponto de vista historiográfico certamente a humanidade convive com formas de pobreza e seus desdobramentos antes de experimentar o desenvolvimento da sociedade capitalista. Em modo de produção anterior ao capitalismo, a pobreza decorria seja da incapacidade de geração de riquezas ou pela escassez de gêneros alimentícios. Situação que se desdobrou na pobreza de milhões de pessoas, na medida em que surtos e epidemias levavam à morte um número também significativo de seres humanos por completa incapacidade social de geração de riquezas e tecnologias para seu enfrentamento.

Se a pobreza é anterior ao capitalismo, sob a organização produtiva do capital esta assume formas marcadamente distintas das anteriores. Em lugar de ser decorrente da escassez, sob o ordenamento do capital a pobreza afirma-se e persiste mesmo diante do crescimento significativo da abundância e da ampliação inédita da capacidade produtiva. Visualiza-se, portanto, a pobreza como uma contraface do desenvolvimento ampliado do sistema capitalista, não como resultante de uma incapacidade de geração de riquezas.

Nesta perspectiva, é objetivo deste artigo discutir a análise marxista sobre a pobreza na sociabilidade do capital, apontando o seu caráter estrutural e funcional no sistema capitalista.

A crítica marxista da pobreza na sociedade burguesa busca superar a interpretação limitada deste fenômeno em suas evidências mais imediatas, objetivando alcançar suas determinações essenciais decorrentes do modo de produção capitalista. Logo, ao se analisar a dinâmica da pobreza enquanto expressão da “questão social”, ou seja, resultante da forma como se organiza a produção capitalista, faz-se importante destacar que a expressão “Questão Social” data das primeiras décadas do século XIX, sob a inspiração do pensamento conservador. Tal expressão surge para designar os problemas sociais decorrentes de uma nova ordem societária, problemas estes muito ligados ao pauperismo crescente na transição do feudalismo ao capitalismo enquanto forma primordial de empreender a produção material. Este fenômeno de aumento da pobreza descrito pelos conservadores passa a ser enfrentado com medidas que atuam em sua mitigação e controle, mas não em medidas que possibilitem a sua dissolução nesta emergente ordem societária.

Destaca-se aqui, que nossa investigação se orienta sob a crítica marxista da “questão social”, cujo estatuto teórico ultrapassa o viés moralizador do conservadorismo para utilizar a fundamentação da crítica da economia política para desvelamento dos processos societários que determinam os diversos modos de manifestação concreta da “questão social” na sociabilidade do capital.

A pobreza no capitalismo e seu carter estrutural

É importante assinalar que, em direção diversa da adotada neste artigo que utiliza a teoria crtica, a dimensao argumentativa sob o prisma liberal clssico aponta que as expresses da “questao social”, entre elas a pobreza, passariam pela atribuio de caractersticas deletrias aos pobres, cuja situao de pobreza estaria vinculada a responsabilizao individual por sua condio, resultado de baixa capacidade educacional dos indivduos, falta de planejamento e racionalidade na utilizao dos recursos disponveis aos mesmos, e desordens de origem moral e comportamental.

Embora no seja objetivo primordial deste artigo analisar especificamente as experiencias histricas do enfrentamento da pobreza, nota-se que na gnese da sociedade capitalista as aes para mitigar a pobreza resultaram em aes filantrpicas, nas restritivas leis dos pobres e aprofundadas em seu carter repressor no advento da Nova lei dos Pobres¹ a partir de 1834. De acordo com Yamamoto (2001), esta caracterizao das situaes de pobreza se torna fundamentalmente problemtica no desvelamento de seu carter estrutural sob o capitalismo, uma vez que este entendimento mais estreito da dinmica social possibilita:

a pulverizao da questo social, tpica da ptica liberal, resulta numa *autonomizao e suas mltiplas expresses* – as vrias “questes sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questo social imanente a organizao social capitalista, o que no elide a necessidade de apreender as mltiplas expresses e formas concretas que assume” (p.18).

A partir destes pontos destacados quanto ao enfoque dado a “questao social” no capitalismo, corrobora-se o exame contido em Montano (2012), em que se demonstra que a “questao social” e a pobreza passam a ser enfrentados operando trs pressupostos articulados: *primeiro*, a disjuno dos elementos polticos e econmicos na gnese da “questao social”; *segundo*, importando a individualizao das causas da pobreza e, em *terceiro* aspecto, impondo o seu confronto atravs da categorizao dos pobres e naturalizao da misria.

Em sentido dissonante e crtico a naturalizao da misria contida no pensamento (neo) liberal, o debate marxista apesar de sua diversidade e complexidade, tem se destacado em

¹ Estas medidas foram destinadas a regular a mendicncia e a vagabundagem, proporcionando benefcios para as pessoas em necessidade, desde que no deixassem suas respectivas parquias ou os distritos onde se estabeleceram. Essas Leis se dividiam em dois grupos: as velhas e as novas leis dos pobres. As “Velhas Leis dos Pobres” so aquelas em vigor durante o perodo de finais do sculo XVI (reinado de Elizabeth I) at 1834. A sua concepo e execuo eram altamente descentralizadas nas parquias locais. As Velhas Leis dos Pobres foram substitudas pelas chamadas “Novas Leis dos Pobres”, estendendo-se desde 1834 at o advento do Estado social moderno na Gr-Bretanha (aps a Segunda Guerra Mundial). As novas Leis dos Pobres foram mais centralizadas (deixando a parquia como instncia de execuo), instalando-se na generalizao de “casas de trabalho” (workhouses) e uma menor assistncia aos “capazes de empregar-se”.

estudos que fundam a gênese da “questão social” na lei geral da acumulação capitalista. Este debate se consolida e determina a interpretação da emergência da “questão social” à cena política desde as sistematizações de intervenção social através do Estado como resultado da mobilização e organização da classe trabalhadora.

Em relação a este processo de ampliação das funções estatais, Netto (2006) afirma que as intervenções do Estado nas manifestações da “questão social” – embora fragmentadas e residuais – se ampliam enquanto tais na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, momento a partir do qual, o Estado amplifica suas funções assumindo ações que vão além da coerção social, inserindo-se na consolidação da esfera do consenso social, operado através de mecanismos diversos, dentre os quais se destacam as políticas sociais empreendidas nos Estados capitalistas.

Deste modo, de acordo com a análise de Netto (2006) notam-se diferenciações no modo de responder às expressões da “questão social” sob o capitalismo, uma vez que, no âmbito do chamado capitalismo concorrencial a “questão social” somente era alvo de alguma intervenção, mesmo que elementarmente coercitiva ou superficial, quando a manifestação cotidiana da “questão social” colocava óbice à continuidade da produção capitalista. Em seu conteúdo, estas intervenções empreendidas pelo poder estatal se caracterizavam predominantemente por serem operacionalizadas de maneira coercitiva e/ou moralizadora frente aos trabalhadores que escapavam da lógica “modernizadora” e do “progresso” propiciado pelo modo de produção em consolidação.

Neste sentido, referenciando nossa interpretação em Netto (2006), destaca-se que somente na passagem para a era dos monopólios que se institucionaliza a administração das expressões da “questão social” através das políticas sociais como mecanismo de consenso social. Esta intervenção nas expressões da “questão social” por meio de políticas sociais emergia no momento em que o Estado sob a hegemonia dos monopólios buscava legitimação política no âmbito da democracia liberal, se configurando permeável a interesses e reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora, embora estivesse sempre demarcado por limites de reprodução do próprio sistema capitalista.

Em relação a esta mudança das intervenções nas manifestações da “questão social” e de conteúdo do Estado capitalista, Netto (2006) sustenta que,

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem se tornar – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo de forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (p.29).

No que concerne a este processo de ampliao do escopo de atuao da regulao estatal, *é mister* compreender que a permeabilidade das demandas postas pela classe trabalhadora, embora pudessem reverberar alguma ressonncia na agenda de governos, se encontravam sob o limite prprio das condies de reproduo ampliada do capital, sendo passveis de atendimento somente aquelas pautas que necessariamente fossem conjugveis e assimilveis com o modo de acumulao capitalista.

Neste sentido, sob a orientao do Estado hegemonicamente determinado pelo capital monopolista, empreendem-se preponderantemente polticas sociais que buscam enfrentar de maneira fragmentada a “questo social”. Estas intervenes so marcadas pela contradio de garantir ganhos imediatos e importantes para a classe trabalhadora e possibilitar a reproduo do capital, bem como corroborar para invisibilizar os determinantes materiais que configuram a (re) produo da “questo social” nesta sociabilidade.

Diante destes condicionantes preliminarmente levantados, *é importante asseverar* que no desconsiderando as conquistas no mbito da ampliao das aes do Estado na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, de maneira contraditria este processo resultou em um acelerado e intermitente mecanismo de pauperizao relativa do conjunto da classe trabalhadora. Considera-se ainda, que este entendimento no exclui o fato de que esta generalizao da pauperizao foi perpassada em alguns momentos por ganhos, concesses ou conquistas para a classe trabalhadora, que indiscutivelmente levaram *à elevao* das condies imediatas de sobrevivncia dos trabalhadores em determinados contextos histricos e geogrficos, ou seja, redundaram em alguma medida na diminuio da pauperizao absoluta² mesmo que em contextos localizados.

Se nos parece adequado compreender que a categoria “questo social” *é atravessada* por diversas abordagens no necessariamente cricas *à sociabilidade* sob o capitalismo, a crica marxiana nos fornece elementos analíticos que possibilitam chegar aos fundamentos da “questo social” sob diversas determinaes, tendo em vista a sua vinculao inequívoca e consequente com os desdobramentos do capital como fora produtiva.

Do mesmo modo, *é importante reafirmar* que, embora muitas argumentaes advoguem que as transformaes capitalistas contemporneas configurem uma nova “questo social”,

² A pauperizao absoluta registra-se quando as condies de vida e trabalho dos proletrios experimentam uma degradao geral: queda do salrio real, aviltamento dos padres de alimentao e moradia, intensificao do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperizao relativa *é distinta*: pode ocorrer mesmo quando as condies de vida dos trabalhadores melhoram, com padres de alimentao e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela reduo da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. Insista-se em que esta distino, prpria da tradio marxista, no pode ser confundida com a pobreza “absoluta” e a pobreza “relativa”, que expressam outros referenciais teóricos.

verifica-se que esta mantém seu cerne fundado na acumulação capitalista, não configurando uma nova “questão social”, uma vez que sua determinação essencial continua válida. A “questão social” continua, em nossa interpretação, essencialmente determinada pelo crescimento capitalista, que se encontra sinteticamente elucidada nos termos de Yamamoto (1991) como: “senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.”. (p.77)

A partir da crítica marxista, visualiza-se que o sistema capitalista produz e reproduz a “questão social” de maneira compulsória e imperiosa à sua reprodução, não sendo, portanto, resultado de uma desadaptação ou não inclusão das massas na lógica do capital, ou mesmo um momento transitório decorrente de sua consolidação enquanto sistema hegemônico. A vinculação “genética” da “questão social” com o alargamento da produção capitalista é dimensão indissociável da sociabilidade capitalista, que produz pobreza – enquanto uma das evidências mais imediatas da “questão social” – na mesma potência de sua capacidade produtiva cada vez mais coletivizada, e de apropriação da produção concentrada nas mãos de poucos.

Exatamente, se o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões da ‘questão social’ vivenciadas no cotidiano da população. Portanto, podemos afirmar que a “questão social” não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações imediatas são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2006, p. 45).

O estudo do modo de produção capitalista e suas consequências para as relações sociais devem ser enfrentadas tendo em vista a composição do capital e suas metamorfoses no desenrolar da acumulação capitalista. Desta forma, ao analisar os determinantes da produção capitalista, Marx (2014, p.836) o fez sob dois aspectos fundamentais: do valor e do seu aspecto material.

Sob o valor a produção é determinada pela proporção em que se dividem os capitais: constante (meios de produção) e variável (força de trabalho). Em outro aspecto, do ponto de vista material o capital se coloca como relação social entre meios postos em marcha para a produção e a quantidade de trabalho necessária para utilizar os referidos meios.

Os desdobramentos da produção capitalista em sua concorrência advinda do modelo de concentração e centralização do capital acarretam a necessidade de os capitalistas ampliarem o capital constante e decrescer na razão inversa o uso de capital variável na produção de

mercadorias.

Nas palavras de Marx (2014) o modo de produo capitalista se concretiza elementarmente “(...) na diminuio da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produo que ela movimenta ou na diminuio do fator subjetivo do processo de trabalho em comparao com seus fatores objetivos. (p.847)” Assim, compreendemos que a crescente introduo e incorporao de tecnologias sob a perspectiva da produo capitalista possibilita tornar o trabalho mais produtivo, realizando maior extrao de mais-valia relativa sobre o trabalho, acarretando desigualdades sociais para a classe trabalhadora.

A diminuio relativa da parcela varivel de capital comparativamente com a parte constante no significa menor nmero de trabalhadores empregados, mas o aumento de seu nmero absoluto com diminuio de seu valor relativo em comparao com o capital total.

Neste sentido, nota-se que quanto maior a escala do capital global, menor a incorporao relativa de mo de obra proporcionalmente, sobretudo quando comparamos a incorporao de trabalhadores com a atrao dos mesmos pelo modo de produo capitalista. Este movimento pode ser notado no fato que,

com o desenvolvimento da fora produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais pleno de todos os mananciais da riqueza, amplia-se tambm a escala em que uma maior atrao dos trabalhadores pelo capital est vinculada a uma maior repulso desses mesmos trabalhadores, aumenta a velocidade das mudanas na composio orgnica do capital e em sua forma tcnica, e dilata-se o mbito das esferas da produo que so atingidas por essas mudanas, ora simultnea, ora alternadamente. Assim, com a acumulao do capital produzida por ela mesma, a populao trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerria (MARX, 2014, p. 859).

Portanto, a formao de trabalhadores supranumerrios com estas dimenses elucidadas por Marx (2014) est uma trajetria inerente e vital ao modo de produo capitalista, no uma reao indesejvel nesta sociabilidade. Ou seja, a forma de produo capitalista se desenvolve de tal maneira que o crescimento do capital global no est acompanhado da demanda por capital varivel na mesma intensidade. Por um lado, a produtividade do trabalho compensa proporcionalmente o acrcimo absoluto de trabalho, ao mesmo tempo em que a presso da populao supranumerria disponvel faz cair a remunerao paga ao trabalhador empregado na produo.

Portanto, a formao continuada desta fileira de supranumerrios est condio necessria e conseqente do modo de produo capitalista, sem a qual se diminui o dinamismo das relaes de produo capitalistas, no est feita, um movimento natural de toda forma produtiva.

Estes pontos de vinculao indissociavel da “questo social” e produo capitalista so

esclarecidos por Marx quanto à manutenção da superpopulação relativa imprescindível à economia capitalista e a existência de esquemas de alívio fragmentado em suas manifestações, a exemplo da pobreza.

Nesta análise a pobreza é descrita nas argumentações realizadas por Marx como pertencente ao capital, como resultante de sua produção, pois nas palavras do autor, “O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 2014, p.875).

Portanto, sendo a pobreza o resultado do modo de produção, os custos da manutenção dos esquemas de alívio imediato da pobreza são imputados aos trabalhadores e às parcelas da classe média através da apropriação do excedente produzido sob a forma de impostos e taxas, que proporcionalmente vão incidir mais sobre os setores da classe trabalhadora em comparação com os segmentos de maior acesso à renda.

Neste sentido, enquanto traço marcante do movimento de transição ao capitalismo, a pobreza pré-industrial caracterizada como decorrente da escassez de recursos, desdobra-se no âmbito da economia capitalista, como uma miséria ampliada em meio à abundância produtiva generalizada. Este desenvolvimento é resultado direto do novo sistema econômico hegemônico, cujo processo produtivo acarreta a produção em larga escala de manufaturas e empobrecimento das massas trabalhadoras na mesma medida da abundante produção de mercadorias. Do ponto de vista material visualiza-se o crescimento do número de indivíduos em situação de pobreza e miséria, contrastando com a ampliação do progresso material da sociedade capitalista.

Na obra marxiana sobre a pobreza, as condições de produção capitalistas sob as quais os homens fazem a história continuam a pressionar uma contradição crescente entre produção de riqueza social e pauperismo que assola a classe trabalhadora. Sob os imperativos produtivos do capital, os desdobramentos sociais se refletem no alargamento da superpopulação relativa de trabalhadores que compõe o segmento mais atingido e fragilizado de um duplo movimento inerente à ordem capitalista que é: a produção da riqueza social, concomitantemente à produção da miséria social em grande escala.

Não obstante, é importante asseverar que a superpopulação relativa descrita por Marx no capítulo XXIII de O Capital, antes de ser um bloco homogêneo, é uma população multifacetada, que é composta por três segmentações em seu conteúdo, possuindo características específicas, mas cujo elemento unificador se encontra no fato de serem resultantes do modo de produção capitalista, e, concomitantemente, funcionais ao mesmo.

Diante destas segmentações trazidas à tona por Marx (2014) da superpopulação relativa,

a populao supranumeraria seria composta por:

Flutuante – Esta categoria de trabalhadores que compoem o exrcito industrial de reserva seria composta pelos trabalhadores que ora esto inseridos diretamente na produao capitalista, ora esto fora desta. Nas palavras de Marx:

os trabalhadores so ora repelidos, ora atraidos novamente em maior volume, de modo que, em linhas gerais, o numero de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporo decrescente em relao a escala da produao. A superpopulao existe, aqui, sob a forma flutuante (MARX, 2014, p.870-1).

Este movimento se desenrola com a tendncia de produao poupadora de mo de obra, que amplia a extraao de mais-valia com intensificao do ritmo de trabalho, que incorporara ou retirara do processo produtivo parcelas da classe trabalhadora de acordo com as necessidades de acumulao do capital.

Latente - Esta categoria de trabalhadores tem sua dinamica atrelada ao constante fluxo migratorio campo/cidade decorrente da introduao de tecnicas industriais no campo, levando os trabalhadores a cidade em busca de emprego, cuja no incorporao a produao os levará a compor o Exrcito de reserva na agricultura. Seria ento caracteristica a (re)criao contnua desta populao, em razo de que “a demanda de populao trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporo em que aumenta a acumulao do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulso desses trabalhadores seja complementada por uma maior atraao, como ocorre na indstria no agricola”(MARX, 2014, p.871).

Assim, a parcela de populao expulsa das atividades agricolas no industriais vai compor o estoque de mo de obra que garante o rebaixamento dos preos de mo de obra assalariada nos ramos industriais condensados nos centros urbanos em consolidao.

Estagnada – A parcela estagnada da classe trabalhadora que compoe o exrcito industrial de reserva e determinada por trabalhadores que no se inserem de maneira involuntaria em atividades produtivas nem na indstria, nem na agricultura. Este segmento e composto por trabalhadores temporarios, precarios, entre outras formas de ocupao, mas, que como segmento pressiona para a elevao da populao excedente, contribuindo para a logica de acumulao por propiciar a amplificao de mecanismos de expansao da riqueza capitalista. Esta categoria seria para Marx (2014, p. 874)

uma parte do exrcito ativo de trabalhadores, mas com ocupao totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um deposito inesgotavel de fora de trabalho disponivel. Sua condiao de vida cai abaixo do nivel medio normal da classe trabalhadora, e e precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de explorao do capital. Suas caracteristicas so o maximo de tempo de trabalho e o minimo de salario.

Neste sentido, a superpopulao relativa estagnada vai compor primordialmente, mas

não exclusivamente, a população alvo de programas focalizados de alívio à pobreza, que diante da baixa condição social gerada pela compressão dos níveis de salário, pode atingir também parcelas empregadas da população com baixos níveis salariais.

Dentre as três categorias de trabalhadores a *superpopulação relativa estagnada* é aquela que diretamente sofre os impactos do pauperismo e da miséria social por estar dissociada de maneira imediata dos meios de reprodução societária de maneira mais constante, ficando sob o controle social de gestão de suas condições de vida tendo em vista alguma potencialidade desestabilizadora da ordem.

Sobre este aspecto, para Marx (2014) esta última segmentação da superpopulação relativa, composta pela superpopulação relativa estagnada, reside intermitentemente nas franjas do pauperismo, uma vez que,

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo (...) essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 2014, p. 875).

Assim, dentre os três segmentos da superpopulação relativa, sua parcela estagnada irá compor prioritariamente os esquemas de alívio segmentado à pobreza da ordem capitalista, confinados ao estigma da não integração ao contexto da ética do trabalho, cuja resultante é a perpetuação em um círculo vicioso e involuntário por parte dos mesmos e de suas famílias na pobreza.

É importante destacar também, que além das camadas da superpopulação relativa, outra camada da população intermitentemente alvo dos esquemas de alívio da pobreza com viés moralizador e disciplinador é o denominado *Lumpemproletariado*.

O lumpemproletariado é uma parcela dos trabalhadores cuja delimitação inclui pessoas que ocupam a linha tênue entre os sujeitos oriundos da decadência de atividades burguesas e parte marginalizada da classe trabalhadora jogada a degradação humana pela dinâmica do capital, tais como: dependentes do álcool e outras drogas, andarilhos, maltrapilhos, presidiários

libertos etc. É uma camada de pessoas que diferentemente – pelo menos em parte – da camada estagnada da superpopulaçāo relativa nāo se adaptou aos preceitos capitalistas e muito menos parecem estar à disposiçāo de sua incorporaçāo à esfera produtiva por terem sido tornados inúteis à produçāo de mercadorias, portanto, invisíveis aos olhos do capital.

Na caracterizaçāo do Lumpemproletariado, Marx identifica-o como sendo o segmento de pessoas que nāo se vinculou sistematicamente ao mundo do trabalho, e que muito menos apresenta disciplina de adesāo a uma tarefa revolucionária vinculada a um projeto societário socialista.

Na abordagem sobre as especificidades do lumpemproletariado, é importante destacar que antes de ser especificamente uma categoria cuja importāncia estā em delimitar sua composiçāo, a validade categorial do lumpemproletariado estā muito mais direcionada ao significado de seu processo de criaçāo no sistema capitalista. Neste cenário analítico, este segmento da populaçāo se torna alvo dos esquemas de superaçāo da pobreza, pois, parte-se da compreensāo de que:

O principal significado da expressāo lumpemproletariado nāo estā tanto na referēncia a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atençāo para o fato de que, em condiçōes extremas de crise e de desintegraçāo social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários (BOTTMORE, 1993, p. 329).

Assim, diante da persistēncia e do crescimento deste segmento da superpopulaçāo relativa na ordem social, estes sāo também alvo primordial dos programas de alívio à pobreza de maneira moralizadora e de controle sobre os mesmos, evitando que os mesmos fujam à lógica do capital. Do mesmo modo, com vistas a controlar a ampliaçāo do número de indivíduos enquadrados na superpopulaçāo relativa estagnada que podem recair no Lumpemproletariado e se tornar perturbadora da ordem capitalista, o Estado desenvolve açōes no sentido de garantir algum nível de manutençāo desta parcela da populaçāo nos níveis mínimos toleráveis de sobrevivēncia dos mesmos, e funcionais à acumulaçāo.

Na execuçāo destas tarefas, o Estado capitalista opera a incorporaçāo fragmentada destes segmentos da populaçāo de forma diferenciada tendo em vista sua condiçāo/adaptaçāo ou nāo ao trabalho, reativando o binômio assistēncia/repressāo quando esta situaçāo coloca em risco as atividades produtivas ou a acumulaçāo de capital.

Tendo em vista os elementos da teoria social crítica, as situaçōes que decorrem em pauperismo que podem levar os trabalhadores ao lumpemproletariado – que os esquemas de alívio tentam evitar – sāo fruto inexorável do modo de produçāo capitalista e de seu

desenvolvimento, que na mesma medida em que amplia sua capacidade de produtiva, amplia em polo oposto, situações de agudização do pauperismo e da superpopulação relativa. Este resultado não se afigura, portanto, como uma situação isolada que escapou à lógica do progresso capitalista decorrente do livre mercado, mas, é inevitavelmente sua consequência imediata.

É preciso apontar que, apesar da produção da miséria social no capitalismo ser uma tendência, no quadro teórico marxiano a alteração da composição orgânica do capital não resulta necessariamente na diminuição do valor absoluto da classe trabalhadora ou de seu ganho, uma vez que “ainda que o progresso da acumulação diminua a grandeza relativa da parte variável do capital, ele não exclui de modo algum, com isso, o aumento de sua grandeza absoluta” (MARX 2014, p. 848).

Logo, pode-se assistir a momentos conjunturais de ganhos absolutos da classe trabalhadora, quando a demanda por trabalhadores é superior em relação a sua disponibilidade, garantindo melhoria das suas condições imediatas de sobrevivência e reprodução, sem no entanto, se alterar a distância da sua parte incorporada em relação à parcela de trabalho não pago pelo capitalista. Nestas conjunturas, ocorre a pauperização relativa da classe trabalhadora em relação ao produzido socialmente, concomitantemente ocorre a melhoria de ganhos imediatos e absolutos da parte da classe trabalhadora incorporada ao trabalho capitalista.

Especificamente sobre esta relação de pobreza absoluta e relativa, em concordância com Rosdolsky (2001, p. 250 ss.) consideramos que não podemos afirmar que exista na análise marxiana a determinação de uma teoria do empobrecimento geral e irrestrito da classe trabalhadora em toda e qualquer conjuntura de produção capitalista. A partir do exame da teoria marxiana, notadamente a tendência à pauperização diz respeito ao crescimento da pobreza relativa dos trabalhadores incorporados ao processo produtivo. No que lhe concerne, a ampliação da miséria, ou da pobreza absoluta, diz respeito ao aumento do Exército industrial de reserva, das parcelas não integráveis da classe trabalhadora, sendo seu desdobramento o fato de a condição da classe trabalhadora se deteriorar em comparação com as condições da burguesia de maneira geral.

Este movimento tendencial de pauperização da classe trabalhadora em comparação com a incorporação do excedente pela classe capitalista é descrito por Marx como lei geral, absoluta, da acumulação capitalista, pois conforme comprovou Marx em seu estudo das relações capitalistas de produção:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva.(...) A grandeza proporcional do exército industrial de

reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2014, p. 876).

Tal recurso ao cerne das relações capitalistas de produção para demonstrar a contínua geração de pobreza no capitalismo tem o objetivo de reiterar a assertiva que não se suprime a pobreza, ou qualquer outra situação que tenha seu fundamento decorrente da “questão social”, sem necessariamente suprimir as relações de produção capitalistas, pois tais dinâmicas reproduzem como sua contraface, a miséria social.

Não obstante, vale a pena asseverar que apesar de processos de empobrecimento absoluto e relativo se vincularem ao modo de produção capitalista, esta vinculação não se restringe a determinação puramente econômica destas situações, uma vez que nas formações capitalistas temos situações díspares de pobreza e desigualdade entre as nações ou mesmo dentro de um estado-nação específico. Tais diferenças, internas ou externas às nações são determinadas por mediações complexas do ponto de vista político-cultural, bem como das diferentes relações geopolíticas que interferem na configuração da dimensão do empobrecimento da classe trabalhadora e de níveis de desigualdade maiores ou menores dependendo da inserção do país no sistema capitalista mundial.

Deste modo, é necessário afirmar, que apesar de termos concordância quanto à multidimensionalidade da pobreza, entendemos que este caráter multidimensional se restringe às suas manifestações fenomênicas.

Quanto às determinações da pobreza, ao contrário do pensamento pós-moderno que chancela as causas da pobreza a multiderterminações resolvíveis de maneira parcializada e pulverizada do ponto de vista cultural, ético etc., em nosso entendimento, o âmago da pobreza se encontra na raiz das contradições sociais inerentes à relação capital/trabalho. Tais contradições resultam funcionalmente em uma apropriação diferenciada dos bens e serviços produzidos socialmente, cujo acesso mais socializado se encontra interdito devido ao próprio viés imprescindível e imanente da pobreza na sociabilidade do capital.

Compreendemos que a multidimensionalidade das formas de experimentação da pobreza na sociedade capitalista é determinante em seu diagnóstico cotidiano, tendo em vista as particularidades de cada formação social específica, cujas relações sociais, políticas e econômicas vão condicionar sua dimensão e seu enfrentamento por parte do Estado. No entanto, a partir das conclusões realizadas por Marx (2014) verifica-se que na sua gênese e causalidade as situações de pobreza são fruto da forma de produção capitalista. Portanto, esta multidimensionalidade presente nas manifestações cotidianas da pobreza não é válida também na sua gênese e fundamento.

Se por um lado a crítica marxista da pobreza aponta sua conexão ao processo capitalista de produção material e reprodução social, por outro lado temos como resultado desta vinculação da pobreza à dinâmica do capital o fato de que as alternativas hegemônicas de combate ao empobrecimento se encontram necessariamente limitadas pela sua ligação à ordem do capital. Esta limitação estrutural leva a ações segmentadas, atingindo perfunctoriamente a expressão da pobreza na sociedade. As alternativas apontadas invariavelmente se restringem à gestão burocrática da pobreza, culpabilização dos pobres por sua condição e medidas punitivas.

Neste sentido, decorre da revisão até aqui empreendida, que para o alívio da pobreza e sua superação, não basta um conteúdo discursivo, ou o simples recurso à administração estatal para que se enfrentem situações que são estruturais e perenes sob a sociabilidade capitalista.

Em relação a este fato, que pode nos levar a análise geral dos limites das soluções superestruturais para o fenômeno da pobreza, Marx (2011), em sua resposta direcionada a Rudge, desmistifica a causa apontada por este para a não resolutividade das questões apontadas em relação à situação de trabalhadores da Silésia. Em sua análise, Rudge identifica como determinante para a pobreza nesta região uma falta de desenvolvimento político do governo da Prússia em comparação com a Inglaterra.

Sobre esta argumentação mistificada das causas da persistência da pobreza, Marx aponta ser esta uma falsa questão levantada pelo “prussiano” em seu texto, uma vez que a “vontade política” não é capaz sozinha de resolver os problemas sociais decorrentes da agudização da “questão social”.

Quanto aos argumentos levantados por Ruge, Marx aponta que o Estado mais desenvolvido à época, o inglês, convivia com altos níveis de avanço da pobreza em sua sociedade, o que leva Marx a afirmar que indubitavelmente: “o exame da Inglaterra é a experiência mais segura para conhecer-se a relação de um país político com o pauperismo. Na Inglaterra, a miséria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; não se limita aos distritos industriais, mas se estende aos agricultores” (MARX, 2011, p. 144).

Prosseguindo com sua explanação sobre os argumentos de uma boa ou má política como determinante para superação do avanço da pobreza, Rudge afirma que o Rei Frederico II vê na pobreza uma falha de assistência social na Prússia. Porém, este argumento não é nada muito diferente do que se evidencia na Inglaterra, em que ora se reduz a pobreza a um déficit educacional, ou a uma inabilitação da legislação assistencial ao atendimento das demandas.

Neste sentido, depois de três séculos de vigência das leis dos pobres elizabetanas e o aumento da pobreza concomitante, qual o diagnóstico apontado pela comissão reformadora das leis dos pobres? Obviamente, falha na administração. Para os reformadores do parlamento

ingls a resposta para o avano da pobreza é que “a causa principal da grave situao do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o” (MARX, 2011, p.143).

Nota-se que a pobreza está longe de ser reconhecida pelos reformadores sociais como decorrente de uma forma específica de produo, sendo identificada de maneira superficial como resultante da própria legislao que regula o seu enfrentamento.

Ao reformar a própria legislao de regulao da pobreza, não se verifica a resoluo para o avano desta. Assim, aponta-se como problema individual, localizado na própria imprevidência dos pobres. Em relao a esta ao errática de tentar conter o pauperismo na consolidao do capitalismo, Marx sintetiza de maneira exata,

Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislao inglesa. Aquilo que, no comeo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida (MARX, 2011, p. 143).

Nota-se a partir da síntese crítica cirurgicamente elaborada por Marx, que embora a pauperizao na sociedade capitalista seja um processo decorrente e útil ao seu desenvolvimento, seu crescimento   mistificadamente identificado na ordem burguesa como fenômeno aut nomo em relao   forma da produo material da riqueza.

Interpretada como algo exógeno ao Modo de Produo Capitalista, a pobreza passa a ser abordada como problema de ordem *moral/comportamental* ou, invariavelmente, como resultado de *má administrao* desta, em que a assistência aos pobres seria geradora de tal condio.

Consideraes finais

A partir de uma abordagem mais ampla de investigao, este artigo buscou demonstrar que a crítica marxista aponta para a impossibilidade do aprofundamento de medidas em direo ao combate dos elementos centrais da pobreza na sociedade capitalista.

Ao realizar o levantamento da massa crítica sobre a pobreza na análise marxiana, nota-se que na sociedade capitalista a pobreza se circunscreve identificada   situaes individuais, naturalizadoras e culpabilizadoras dos pobres, que são identificados e abordados pelo suposto déficit pessoal em relao ao seu nível de adequao ao modo de produo capitalista,

superficialidade interpretativa contrastada com o caráter estrutural da pobreza na sociabilidade do capital.

Por seu turno, realizar este percurso reforça a compreensão de que, sob a ótica marxiana, a pobreza é geneticamente ligada ao desenvolvimento capitalista, sendo a sua contraface, na medida em que o crescimento do sistema capitalista resulta em uma dinamização da pobreza em seu polo oposto. Esta vinculação genética entre pobreza e capitalismo demonstra a reprodução da pobreza como condição resultante e necessária ao processo de reprodução do capital, portanto, ineliminável sob estas condições.

No bojo dos elementos debatidos neste artigo, nota-se o aporte perfunctório da burguesia sobre a dinâmica da pobreza, restando à sociedade capitalista empreender esforços para mitigá-la, mantendo-a em níveis considerados aceitáveis e funcionais ao capitalismo.

Indiscutivelmente, entendemos que as situações de pobreza experimentadas na sociedade capitalista não são uniformes, muito menos homogêneas, apresentando, via de regra, matizes diferenciados a depender do contexto econômico, cultural, político e geopolítico de cada nação. Estas diferenciações e singularidades são resultantes da inserção capitalista de cada nação, e das disputas de classe que se plasmam nas ações do Estado desde o momento em que este amplia suas funções para além de um caráter essencialmente coercitivo de controle societário sobre a população, passando a operar também medidas de consenso social no âmbito da sociedade civil.

Apesar destes níveis e alcances diferenciados das situações de pobreza, estas se vinculam visceralmente à lei geral da acumulação capitalista, uma vez que como se buscou demonstrar criticamente, as bases da pobreza advêm do caráter estrutural e irremissivelmente desigual do sistema capitalista que gera pobreza em polo oposto à sua capacidade de produção de riqueza.

Referências bibliográficas

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella. & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, N. 3, Brasília, ABEPSS, 2001.
- MARX, K. *Capital: Crítica da economia política*. Livro I, São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 3, n. 1. Londrina, fev. 2011, p. 142-155.
- MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, n. 110. São Paulo, jun. 2012, p. 270-287.

NETTO, J.P. *capitalismo monopolista e servio social*. 5 ed. So Paulo: Cortez, 2006.

ROSDOLSKY, R. *Gnese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed UERJ/Contraponto, 2001.

O sistema prisional brasileiro e a Covid-19: prevenção e desafios

Jefferson Lee de Souza Ruiz*
Marcia Medrado Abrantes**

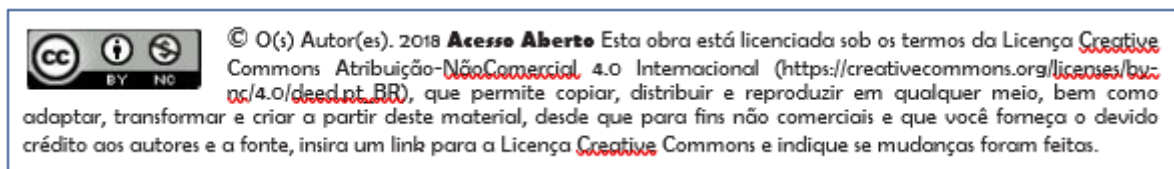
RESUMO: Já é significativa a produção mundial de conhecimentos sobre a Covid-19. Embora com potencial de atingir toda a população, a pandemia varia a depender de fatores como doenças pré-existentes, condições sociais, pertencimento a determinadas classes, raças-etnias, gênero, entre outros. Há ainda segmentos populacionais que, como no período pré-pandemia, têm suas demandas e necessidades secundarizadas por parte das análises. Este artigo pretende refletir sobre os impactos e os desafios da atual crise sanitária sobre o sistema prisional, particularmente o brasileiro.

Palavras-chave: sistema prisional; Covid-19; desencarceramento; políticas sociais.

The Brazilian prison system and Covid-19: prevention and challenges

ABSTRACT: The worldwide production of knowledge about Covid-19 is already significant. Although it has the potential to reach the entire population, the pandemic varies depending on factors such as pre-existing diseases, social conditions, belonging to certain classes, ethnic groups, gender and others. There are also population segments that, as in the pre-pandemic period, have their demands and needs secondary to the analysis. This article aims to reflect on the impacts and challenges of the current health crisis on the prison system, particularly the Brazilian one.

Keywords: prison system; Covid-19; extrication; social politics.



* Professor assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Doutorando em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Graduada (licenciatura português/literatura) e pós-graduada (especialização em literatura infantojuvenil) em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Graduada em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Internacionalmente, mantêm-se incertezas sobre a Covid-19. Há dúvidas sobre medicamentos eficazes à sua prevenção e/ou combate – não obstante inúmeras pesquisas sejam desenvolvidas no Brasil¹ e no mundo. Há interpretações conflitantes sobre sintomas, o público que a doença atinge etc.

Isto não resulta na impossibilidade de afirmações precisas e contundentes sobre o novo coronavírus. Seus resultados, em termos de contágio e de óbito, têm recortes importantes de classe social, raça/etnia, situação de moradia e acesso à renda e a saneamento básico. O suposto caráter democrático da doença (há algum nível de risco para toda a população) vai se esvaindo com a análise mais apurada dos dados oficiais disponíveis.

O Brasil persiste sendo um dos países que mais aprisiona pessoas no mundo, seja em números absolutos ou em taxa de encarceramento² – alguns, como os EUA (com os maiores índices), vêm reduzindo seu ritmo de aprisionamento. Continua-se apresentando políticas de hiperencarceramento³ como suposta solução para profundas mazelas sociais vivenciadas por sua população. Em um período conjuntural de retorno a políticas e discursos reacionários⁴ –, a tendência é de novamente se invisibilizar o que ocorre nos presídios nacionais com a incidência brutal e potencialmente fatal da Covid-19.

São proposições do estilo da que defende que “bandido bom é bandido morto”. Debates contemporâneos polarizam entre a defesa ou não de condições mínimas no aprisionamento de

¹ Mesmo em conjuntura em que, como veremos, o negacionismo e a recusa à ciência são estimulados pelo governo federal brasileiro, o boletim de 28 de maio de 2020 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa registrava a aprovação, até aquela data, de 370 protocolos de pesquisas envolvendo coronavírus/Covid-19. Suas características são muito distintas, envolvendo relatos de caso, ensaios clínicos, estudos epidemiológicos de base populacional e outros procedimentos. Seus recortes, também variados, envolviam: “estudos sobre o desenvolvimento de testes sorológicos, evolução da prevalência da infecção no país, estudo com plasma convalescente como alternativa terapêutica, avaliação da eficácia e segurança da administração oral de hidroxiquina em associação à azitromicina, métodos para minimizar a exposição ao ar durante os procedimentos, saúde mental de pacientes e de profissionais de saúde, ensaios com uso de células-tronco mesenquimais, entre outros”. Por regiões, o Sudeste concentrava 60,8% das pesquisas (225, das quais 157 em São Paulo), seguido do Sul (61, 16,5%); Nordeste (55, 14,9%); Centro-Oeste (18, 4,9%) e Norte (11, 3%) – distribuição semelhante ao ainda brutal e desigual acesso ao ensino superior e a atividades de pesquisa no território nacional. Apenas quatro unidades federativas não tinham pesquisas em desenvolvimento. As instituições proponentes eram, em maioria, públicas. Cf. <<https://bit.ly/2G3n0gt>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

² Cf. <<https://bit.ly/31ErEsk>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

³ Mesmo entre atuais supostos desafetos do governo federal, a defesa de tais políticas é tida como horizonte para futuras eleições – caso de Sergio Moro, ex-ministro de Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, e de suas indisfarçáveis intenções de disputar a presidência da República. Cabe ressaltar que o atual ministro André Mendonça não ofereceu qualquer saída ao combate da Covid-19 nas prisões desde a sua posse, em 29 de abril de 2020.

⁴ Reacionarismo e conservadorismo são perspectivas de sociedade muito distintas. Reacionários tendem à defesa de formas de organização que já se viam supostamente superadas pela sociedade (a exemplo da defesa da eugenia, da ditadura, do negacionismo). Para um debate acerca destas perspectivas e distintas concepções de direitos humanos, cf. Ruiz, 2014.

“bandidos”. Esta dicotomia esconde a necessidade de apreciação crítica do que denominamos “crime” e “bandido”. Para Aslan (2013:44; 175), consultados registros históricos da época de Jesus, a principal razão de sua crucificação entre dois supostos ladrões era a ameaça que ações e pregações de Jesus significavam para o Império Romano. A palavra pela qual romanos definiam tal comportamento era *lestai* (bandido, ladrão, agitador). Outra interessante referência para apreciar a construção social/material de sentidos para crimes e bandidos é a obra de Hobsbawm (2015).

Contexto e desafios da Covid-19 no País (julho – setembro de 2020)

Nesta seção, não teremos por centro dados estatísticos gerais acerca da Covid-19. Há razões para tal escolha: (a) a rápida alteração que eles vêm sofrendo; (b) o amplo acompanhamento feito pela imprensa, especialmente a que se baseia em dados epidemiológicos obtidos e analisados por instituições e grupos de pesquisa, como universidades e institutos públicos⁵; (c) a utilização de tal recurso estatístico para apreciarmos os efeitos da pandemia sobre a população encarcerada, cujos dados e análises têm recebido atenção pública muito menor.

Uma afirmação consensual quanto ao novo coronavírus é seu ineditismo. Ele amplia dificuldades em torno de seu enfrentamento, ainda que haja acúmulos universais sobre a doença. Por exemplo, é seguro que o contágio da Covid-19 tende a aumentar em áreas de grande circulação e aglomeração humana. Já está constatado que o contágio não se dá por meio do contato com outras espécies animais. Experiências exitosas de combate à SARS-CoV-2 vêm, sempre, incluindo medidas de distanciamento e/ou de isolamento social.

Isto não significa que haja absoluta segurança sobre como enfrentar todas as dimensões da doença. Um exemplo é o fato de que, diferente da incidência etária da Covid-19 em continentes como o asiático e europeu, no Brasil cerca de 30% das mortes têm atingido pessoas com idade inferior aos 60 anos⁶.

⁵ É incontestável a contribuição do equipamento público nacional no combate à pandemia. Grandes redes de televisão têm elogiado o papel do Sistema Único de Saúde e de instituições públicas de pesquisa no Brasil frente à disseminação mundial da Covid-19, algo inimaginável recentemente. Debilidades eventualmente existentes no âmbito do SUS, no ensino público superior, nas instituições públicas de pesquisa vêm sendo acentuadas por governos que, embora em níveis distintos, reduzem investimentos no serviço público nacional e promovem políticas de aquisição e/ou de gestão privada de tais instituições.

⁶ O principal grupo de risco para o novo coronavírus são pessoas idosas: são altíssimos os índices de óbito dentre a população contaminada com mais de 60 anos. Mas, no Brasil, pessoas acima desta idade compunham, em maio, 69,7% dos óbitos por Covid-19 (cf. <<https://bit.ly/307adS0>>. Acesso em: 04 de junho de 2020). Ou seja, cerca de 30% dos óbitos ocorriam entre pessoas não consideradas idosas, algo distinto da realidade de outros países. São os riscos na caracterização absoluta de “grupos de risco” para doenças, como ocorrido em pandemias anteriores, a exemplo da aids no final do século XX.

Ainda que haja relativo consenso mundial acerca dos apontamentos acima, aqui permanecem questionamentos ao distanciamento social como forma adequada de combate à nova Covid. Sua origem se dá especialmente no âmbito do governo Bolsonaro⁷, que destoa das políticas adotadas mundo afora e pela grande maioria dos estados e municípios brasileiros, causando incertezas à população. Cenas de enfrentamento (até físico) vêm sendo recorrentes, envolvendo pessoas que se negam a reconhecer na ciência – para tais segmentos, hipoteticamente dominada ideologicamente por perspectivas “de esquerda” – a fonte de informações e orientações de combate à pandemia. Trata-se de negacionismo: contrariam-se fatos com base em suposta contraposição de ideias que não têm parâmetros de comparação (fé, hipóteses afrontando dados objetivos, estatísticos, epidemiológicos etc.). O Brasil – dentre os países de maior população e território – é o atual centro de tal perspectiva negacionista. Governos de países como EUA e Inglaterra, frente ao avanço do SARS-CoV-2, reviram seus discursos e orientações à população.

Os efeitos disso têm sido a manutenção de índices de contágio e mortes pela Covid-19 no Brasil que, ainda que relativamente estabilizados – guardadas as particularidades regionais de um país continental –, mantêm-se altos e preocupantes; tal estado de coisas pode levar ao prolongamento do período de contato com o novo coronavírus. O governo Bolsonaro tenta se esconder atrás de tais discursos para justificar incompetências e/ou políticas⁸ que vêm sendo classificadas (dentro e fora do País) como abertamente genocidas⁹.

Resultado: no início de agosto, superamos cem mil mortes e três milhões de pessoas infectadas (130 mil e quatro milhões, respectivamente, nos primeiros dias de setembro), e tais números seguem em rápido crescimento. O governo federal permanece atuando como se não houvesse uma crise sanitária inédita em curso, promovendo falsas crises políticas e represando gastos com o combate à doença.

Ainda que com rápidas alterações, o Brasil (junto aos EUA) é o epicentro da enfermidade. Ele já esteve localizado na China, em determinadas áreas da Europa, e atinge,

⁷ Postura acentuada após a indicação de um militar sem formação em saúde para o respectivo ministério, após as divergências de dois ministros médicos – mesmo que politicamente próximos de posições conservadoras – com a presidência da República.

⁸ Após três exames seguidos que confirmaram estar infectado pela Covid-19, o presidente Bolsonaro persiste culpando o isolamento social pela grave crise de desemprego no País. Trata-se de um fenômeno anterior à pandemia (e mesmo ao governo Bolsonaro, embora nele venha se agravando). Políticas como a aprovação da contrarreforma trabalhista pelo Congresso Nacional têm demonstrado sua total ineficácia para os objetivos que seus defensores lhes propunham, além de um agravamento das condições de trabalho, saúde, salário e segurança de milhões de pessoas no Brasil.

⁹ Entidades representativas de profissionais de saúde – com apoio de diversos segmentos sociais – apresentaram ao Tribunal Penal Internacional denúncia contra Jair Bolsonaro por crime contra a humanidade em função de sua abordagem e das políticas de seu governo durante a atual pandemia.

neste momento, as Américas com força significativa – a América Latina é hoje, em números absolutos, o continente com maior incidência de contágio. O continente asiático vivenciou um retorno a índices preocupantes de contágio, quando, em semanas anteriores, tais evidências estavam próximas de zero. O mesmo ocorre em países europeus. Há leituras da Organização Mundial de Saúde de que África e/ou Índia podem ser os próximos focos centrais da pandemia, por situações específicas (desiguais condições sociais e de saneamento, alto contingente populacional etc.).

A evolução da Covid-19 não ocorre à parte da conjuntura mundial. Ações que visam mercadorizar políticas públicas – como saúde, educação, habitação, saneamento básico – apresentam sua conta: indicam que a perda de parcela importante da população mundial para uma pandemia pode ser secundarizada ou vista como “gripezinha” por governos reacionários, que sequer reconhecem os (limitados, mas importantes) avanços que remontam ao século XVIII em torno de uma hipotética igualdade¹⁰ de condições de vida para a espécie humana. Apreciar, contudo, o contexto do coronavírus exige atenção para dimensões sociais que extrapolam exclusivamente os trágicos dados da doença.

Como indicamos, é inegável que, sem o SUS, o quadro nacional de vítimas da Covid-19 seria imensamente maior, o que evidencia a importância do equipamento público. Mas, se apreciarmos o contexto das pesquisas em curso para uma possível cura da doença, é ilustrativo perceber o que há por trás do investimento da grande indústria farmacêutica em torno da descoberta de vacinas. Laboratórios norte-americanos como Pfizer, Merck e Moderna já anunciaram publicamente sua negativa em distribuí-las a preço de custo. Evidenciam algo que é marca do capitalismo em sua fase neoliberal: a busca por novos nichos de lucratividade – à custa da saúde e da vida humanas. Por sua vez, a anglo-sueca AstraZeneca, que desenvolve pesquisas em parceria com a Universidade de Oxford, afirma pretender disponibilizar vacinas ainda em 2020 a preço de custo, postura também anunciada pelo grupo americano Johnson & Johnson¹¹.

No âmbito do “mercado financeiro”, ganhos obtidos com suas ações são frontalmente contrários ao que anuncia o discurso da crise internacional do capital e seus supostos efeitos igualitários sobre a população mundial. Bilionários americanos acumularam, em plena

¹⁰ Várias obras apreciam criticamente o que, em geral, significam bandeiras como igualdade e liberdade do ponto de vista da burguesia. Se, sem dúvidas, registraram expressivos avanços no tocante às relações sociais feudais, a hegemonia capitalista não permitiu que várias destas reivindicações fossem além da formalidade jurídica. Acredita-se que homens e mulheres seriam iguais perante a lei ou perante o deus de dadas religiões, sem que isso se expresse na realidade objetiva vivenciada. Persistem gravíssimas distinções que podem ser de classe e/ou de gênero, raça/etnia, orientação sexual, acesso à renda, condição física, faixa etária, dentre outras.

¹¹ Cf. <<https://bit.ly/3aeNwhz>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

pandemia, ganhos estimados em US\$ 434 bilhões em março/2020¹², No mesmo sentido, os chamados “super-ricos” brasileiros (42 bilionários entre mais de 210 milhões de pessoas!) acumularam, entre março e julho/2020, ganhos acima de US\$ 34 bilhões em seu patrimônio, segundo a Oxfam¹³. Os efeitos do novo coronavírus não são os mesmos para distintas classes sociais e/ou segmentos populacionais etc.

Dimensões não exclusivamente econômicas do contexto atual demonstram distinções para a população negra. As taxas de mortalidade deste segmento são maiores, mesmo quando a diferença entre níveis de contágio não é tão grande. Quando se inter cruzam com o acesso a políticas como educação, o percentual da população negra e parda¹⁴ brasileira com baixa escolaridade que vai a óbito chega a 80,35%, contra 19,65% de brancos com ensino superior¹⁵.

Ainda que sob um governo reacionário, o Brasil também constatou o avanço da violência doméstica. Segundo dados estatísticos destas ocorrências, tais violências são cometidas, em geral, por pessoas do sexo masculino e de relação próxima às vítimas. Trata-se de um dos efeitos colaterais contraditórios de promover maior convívio em casa. Evidencia outra dimensão das políticas do “fique em casa” – sendo necessário acrescentar “sempre que possível e adequado”.

A Covid-19 evidenciou que milhões de pessoas no País não têm acesso a condições sanitárias adequadas de vida. Insumos básicos, supostamente universais, para o combate à doença não estão distribuídos igualmente: vide o acesso à água e a sabonete/sabão para a higienização constante das mãos.

Não são igualitários seus impactos sobre as classes trabalhadoras. Compras pela Internet geram superexposição de quem atua com a entrega de encomendas *on-line*. Não é acaso que, em plena crise sanitária, tenha havido manifestações nacionais de quem trabalha com tais entregas; foram denunciadas a ausência de fornecimento de material de higienização por contratantes e o pagamento de valores absolutamente irrisórios para cada corrida, dentre outras situações cotidianas.

Medida importante e exitosa de distintos países diz respeito aos testes em massa da população para identificar efetivo contato ou não com o novo coronavírus. Há iniciativas isoladas em municípios e estados brasileiros, mas a testagem não foi adotada como política nacional de saúde¹⁶. Soma-se a este fato o registro de situações em que a prática de

¹² Cf. <<https://bit.ly/33IDswg>>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

¹³ Cf. <<https://glo.bo/2PBXrEG>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

¹⁴ População negra e parda é terminologia utilizada pelo IBGE para características étnico-raciais.

¹⁵ Cf. <<https://bit.ly/3fLNG1k>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

¹⁶ Das verbas destinadas pelo Congresso Nacional para o combate ao novo coronavírus, apenas cerca de 15%

superfaturamento de compras de medicamentos foi adotada por agentes públicos e privados.

Os efeitos da pandemia vão muito além de sua central dimensão que envolve o contágio da doença e os óbitos diretamente gerados por ela. A organização da vida em sociedade tende a passar por importantes alterações nos próximos anos. Pesquisas indicam que distintas empresas e escritórios apreciam a possibilidade de ampliar significativamente o percentual de trabalho desenvolvido virtualmente. Analisam gastos com deslocamento, aluguel, equipamentos, alimentação. Mesmo nas classes trabalhadoras, há reflexões acerca das vantagens e desvantagens de tais processos, defendendo argumentos de que regulamentar jornadas de trabalho em casa, custos de equipamentos utilizados e outras dimensões (como menores gastos com vestuário e transporte), poderia fazer com que esta fosse uma medida que possibilitasse ganhos alternativos, como maior contato afetivo com pessoas próximas, maior tempo para dedicação a atividades esportivas, recreativas, culturais, entre outras.

Há outras consequências potencialmente contraditórias. Uma delas é o acesso a tecnologias de informação em dimensões da vida para as quais ela ainda não é hegemônica. Parece-nos evidente que o período da Covid-19 demonstrou potencialidades existentes para debates realizados no âmbito de segmentos populares, universidades, profissões, cultura. Shows musicais, que antigamente atingiam centenas de pessoas, hoje são apreciados por milhares, simultaneamente. Eventos científicos que teriam determinado público viram sua capacidade de alcance multiplicado por centenas¹⁷. Movimentos sociais e iniciativas populares pautaram lutas como as relativas ao combate ao racismo com velocidade e impacto absolutamente impressionantes – acentuadas fundamentalmente pela presença direta e massiva nas ruas de todo o mundo. Profissões viram o alcance de seu diálogo sobre dimensões do exercício profissional chegar a centenas de pessoas para além do que haveria em atividades presenciais. O acerto e o sucesso destas iniciativas não podem, contudo, eliminar o caráter contraditório de um mundo potencialmente organizado virtualmente. Além de reduzir capacidades humanas de

havam sido efetivamente gastas até meados de julho. O governo federal apresentou como argumento o fato de que prevê uma longa duração para a doença, que não poderia ser vista como um fenômeno de curtíssimo prazo. Contudo, suas medidas em outras áreas (como a insistente defesa de “reabertura da economia”, ainda que – como disse o prefeito de Itabuna, na Bahia – “morra quem morrer”) demonstram que este não é o centro de suas preocupações. Tanto em relação à pandemia quanto a outros temas de interesse do debate nacional (como a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação, o Fundeb), o governo demonstra com nitidez que pretende poupar setores capitalistas de um mínimo de taxaçaõ mais equitativa de seus lucros e fortunas.

¹⁷ Um exemplo foi o Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia, que alcançou mais de 38 mil inscritos e 638 mil visualizações das atividades dos dez dias de evento, algo inimaginável na modalidade presencial. Houve iniciativas de menor alcance, mas igualmente importantes, como o projeto “Resgatando clássicos”, cujas sessões estão disponíveis no YouTube, que debateu, com diversos convidados, produções nacionais e internacionais do âmbito das ciências sociais.

diálogo, contato, vivência de experiências, há elementos de controle social que não podem ser desconsiderados¹⁸. No âmbito das profissões e do teletrabalho, se consideradas ações profissionais como as realizadas pelas que exigem nível universitário de ensino, podem criar repercussões prejudiciais à qualidade das políticas desenvolvidas (tais como preservação do sigilo; redução de autonomia técnica; menores níveis de confiança para relatos pessoais/sociais envolvidas em cada atendimento etc.).

A pandemia mostra de forma ainda mais contundente o conjunto de desigualdades geradas pelo capitalismo neoliberal que, se é adotado como política mundial desde ao menos a década de 1970, teve no Brasil seu ritmo histórico e intensidade mediados pela força das lutas populares e pelas características conservadoras ou reacionárias dos governos federais pós-redemocratização¹⁹.

A Covid-19 deixará rastros. Evidenciará parte do melhor e do pior da espécie humana, como vem fazendo mundo afora.

O cenário do novo coronavírus no sistema prisional brasileiro

O sistema carcerário brasileiro, em 2015 – com o julgamento da Medida Cautelar ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) –, foi considerado pela Corte Suprema do País, como um

‘estado de coisas inconstitucional’, diante da seguinte situação: violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais; inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura; transgressões a exigir a atuação não apenas de um órgão, mas sim de uma pluralidade de autoridades.

Apenas duas cautelares (entre oito) foram deferidas no julgamento de 09 de setembro de 2015: sobre as audiências de custódia e o Fundo Penitenciário Brasileiro. Ainda assim, houve

¹⁸ Cray (2014) alerta que lutas sociais nunca deixarão de ter sua contribuição decisiva para as distintas conjunturas a partir das ações efetivas, concretas, tomadas por quem delas participa. Ainda que sua organização possa ter contribuição virtual, seus reais efeitos não abrem mão da efetiva vivência em classes e/ou seus segmentos. Outro aspecto central de sua análise é voltado para o fornecimento voluntário de informações que permitem identificar predileções, gostos, posições políticas etc., com controle de quem detém acesso ao conjunto das informações disponibilizadas no âmbito da internet. Não é um acaso a tensa disputa internacional, por governos que se dizem de distintas perspectivas, em torno da produção e do acesso a dados eletrônicos.

¹⁹ Não igualamos governos federais de partidos como PSDB, PT, PSL (legenda de aluguel que elegeu Bolsonaro). Há enormes distinções, a exemplo do tratamento destinado a segmentos populacionais (como mulheres e população negra) ou em relação a equipamentos públicos (como a criação de novas universidades federais ou, mesmo, o alto e contraditório investimento feito no âmbito da polícia federal), políticas de governos federais petistas. Embora denominados por diversos analistas como “governos populares”, há que se recorrer ao discurso do ex-presidente Lula ao afirmar que sempre governou “para todos”, como se tratar igualmente pessoas desiguais socialmente transbordasse os limites das políticas liberais e da igualdade formal. Na conjuntura contemporânea, a disputa central se dá entre conservadorismo e reacionarismo, ainda que vejamos com esperança os efeitos das ações independentes de movimentos sociais, partidos revolucionários e outros segmentos da população.

o reconhecimento da falência da política penitenciária nacional.

O Brasil possui a 3ª maior população carcerária do mundo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) calculou, em setembro de 2019, cerca de 821,8 mil pessoas cumprindo pena no País, e 353,2 mil mandados de prisão pendentes de cumprimento, além de 20,4 mil foragidos, segundo o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões²⁰. Há 1.507 unidades ativas, perfazendo o total de 423.242 vagas no sistema carcerário²¹. Ou seja, aproximadamente 373 mil pessoas com mandados de prisão e foragidas já se acercam do número de vagas ofertadas, produzindo novamente superlotação em 18 Estados²² brasileiros.

Dados mais recentes do CNJ expõem a dimensão da organização prisional nacional. Cabe lembrar que a prática de subnotificações é recorrente no campo da saúde do sistema prisional. Para Job Neto (2019:54),

O uso de dados secundários apresenta algumas limitações, ou seja, o uso de informações contidas em sistemas como o SINAN [Sistema de Informação de Agravos de Notificação], SIM [Sistema de Informação de Mortalidade], INFOPEN [Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias] e GEOPresídios [Geolocalização dos dados prisionais do Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais/ CNJ] pode não refletir a magnitude das doenças entre estas pessoas. O problema de subnotificação e inadequação da integridade dos dados são conhecidos.

Há, no Cadastro Nacional de Presos, informações sobre a tipificação penal extraídas do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Oportuno destacar aqui dados que revelam a conhecida teoria do etiquetamento, cujo crime é tão só um rótulo sobre determinados sujeitos, com “comportamentos desviantes”, independente do dano causado à sociedade. Teoria criminológica ainda vigente, que contribui para a criação do estigma de “criminoso” para certos grupos sociais. Vejamos.

De acordo com o Infopen (2017), entre os crimes atribuídos às pessoas em privação de liberdade, mais de 60% são praticados sem violência, contra o patrimônio e relacionados à guerra às drogas. Conforme Karam (2005:163),

Ao tornar ilegais determinados bens e serviços, como ocorre também em relação ao jogo, o sistema penal funciona como o real criador da criminalidade e da violência. Ao contrário do que se costuma propagar, não são as drogas em si que geram criminalidade e violência, mas é o próprio fato da ilegalidade que produz e insere no mercado empresas criminosas – mais ou menos organizadas – simultaneamente trazendo, além da corrupção, a violência como outro dos subprodutos necessários das atividades econômicas assim desenvolvidas, com isso provocando conseqüências muito mais graves do que eventuais malefícios causados pela natureza daquelas mercadorias tornadas

²⁰ Cf. <<https://bit.ly/33KXG8D>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

²¹ Cf. <<https://bit.ly/2PGHeOE>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

²² Cf. <<https://bit.ly/3isAmAF>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

ilegais.

Há que se acrescentar a tais reflexões o fato de que tal tipificação não diferencia o pequeno comércio do tráfico de drogas, incluindo, nesta última definição, até mesmo pessoas que portam pequenas quantidades de drogas que podem estar relacionadas a consumo recreativo. Esta venda em pequenas quantidades certamente incide sobre o alto percentual de aprisionamento de mulheres. As empresas criminosas citadas por Karam quase nunca se encontram entre as enquadradas pela “guerra às drogas”, mesmo no cenário atual do proibicionismo.

O proibicionismo e o punitivismo servem para o (super)encarceramento e a criminalização de pobres, refletidos nos próximos dados, também do Infopen²³ de 2017:

- Tipo de regime ou natureza da prisão: 33% são presos provisórios (sem condenação); 45,7% das vagas destinam-se ao regime fechado (presos sentenciados), seguido de 17,6% das vagas para o regime semiaberto e 1,8% destas para o regime aberto. O CNJ, em 2019, apontou que já são 41,5% de presos com prisão cautelar (temporária ou preventiva) – crescimento de 8,5% em apenas 2 anos. A pena de privação de liberdade, que deveria ser exceção, torna-se regra. É preciso reforçar que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) abriga o princípio da presunção de inocência, segundo a qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (artigo 5º, LVII)²⁴.

- Faixa etária: 29,9% possuem entre 18 a 24 anos; 24,1% entre 25 a 29 anos; e 19,4% entre 35 a 45 anos. O total de presos com até 29 anos de idade é de 54% da população carcerária. Jovens não são apenas as maiores vítimas de homicídios, mas alvos fáceis do processo de criminalização da juventude brasileira.

- Escolaridade: 51,3% possuem Ensino Fundamental incompleto; 14,9%, Ensino Médio incompleto; 13,1%, Ensino Fundamental completo; e 0,5%, Ensino Superior completo. Esse panorama fica mais evidente com os dados relacionados a grau de instrução. A baixíssima escolaridade, junto à crise do Estado de Mal-Estar Social,²⁵ aponta para a formação de uma massa de desprovidos, com número elevado de desempregados. Desta forma, o sistema penitenciário vem servindo como depósito da massa de desempregados²⁶, cumprindo o papel

²³ Sistema do Ministério da Justiça e Segurança Pública, criado em 2004, que fornece dados/estatísticas do sistema prisional brasileiro.

²⁴ Cf. <<https://bit.ly/2XM0uyu>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

²⁵ Conceito elaborado por Freud, que analisa a (re)produção do sofrimento psíquico humano. Posteriormente, Marcuse ressignificou tal conceito: todo o sofrimento psíquico é social, de acordo com as formas de relação de (re)produção da vida, e a transformação dessas relações é uma escolha e uma tarefa políticas. Cf. Antunes, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2XKeWXC>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

²⁶ Os dados não costumam apresentar recortes relacionados ao acesso à renda e riqueza da população prisional.

de “limpeza” e “higienização” de espaços públicos, deles retirando aqueles considerados descartáveis à sociedade.

- Número total de filhos: entre os homens, 47,2% possuem um filho; 27%, dois filhos; 12,3%, três – somando 99% de presos com 1 filho ou mais. Já entre as mulheres, 28,9% possuem um filho; 28,7%, dois filhos; 21,7%, três – somando 99,99% de presas com 1 ou mais filhos. Observa-se que mulheres com 3 filhos ou mais estão em maior percentual.

Em dezembro de 2018, sobreveio a Lei nº 13.769, que

acrescentou os artigos 318-A e 318-B no CPP [Código Processual Penal], prevendo que a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente²⁷.

- Etnia/Cor: 46,2% são de cor/etnia parda; 35,4%, de cor/etnia branca; e 17,3%, de cor/etnia preta. Somadas, pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária – muito acima de sua representação no total da população brasileira, em torno de 50% nos últimos recenseamentos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos negros

em 2010 se equiparou ao IDHM dos brancos em 2000, revelando uma desigualdade que precisa ser reparada [...]. Apesar disso, a diferença entre o IDHM de negros e brancos reduziu-se significativamente no período de 2000 a 2010. Em 2000, o IDHM da população branca era 27,1% superior ao IDHM da população negra, ao passo que, em 2010, o IDHM dos brancos passou a ser 14,42% superior ao IDHM dos negros. (PNUD/IPEA/FJP, 2017:14)

Roubo/furto e tráfico de drogas²⁸, como vimos, são os crimes mais comuns atribuídos às pessoas privadas hoje de liberdade, porquanto evidenciam a desigualdade social em que pretos, jovens, pobres, com baixa escolaridade e com filho(s) estão socialmente inseridos. A tipificação do crime e suas sanções revelam a seletividade penal brasileira, desde a elaboração da nossa legislação criminal, passando pela abordagem policial, até o julgamento do processo criminal. A pena para roubo simples é a reclusão de 04 a 10 anos em regime fechado; tráfico, reclusão de 05 a 15 anos, também em regime fechado. Todavia, crimes de *colarinho branco* –

Denúncias de diversas organizações que atuam com direitos humanos e/ou junto a familiares deste público demonstram que mesmo o desemprego não é razão de aprisionamento de quaisquer indivíduos, atingindo fundamentalmente pessoas empobrecidas.

²⁷ Ainda assim, não costumam ter considerada a maternidade quando analisada a possibilidade de cumprimento de penas em regime aberto em prisão domiciliar.

²⁸ A legislação penal brasileira não distingue tráfico, consumo, pequeno comércio de drogas. Tal postura, ideológica e política, oculta a quem realmente estão voltadas políticas repressivas como a “guerra às drogas”. Penaliza-se pequenos comerciantes e quem faz uso de pequenas quantidades. O tráfico, indústria e comércio organizado internacionalmente e com vastas ramificações, persiste protegido. As mais profícuas medidas de enfrentamento a tal quadro têm passado, invariavelmente, pela legalização e descriminalização das drogas.

lavagem de dinheiro e sonegação fiscal, por exemplo – imputados mais comumente a pessoas brancas, ainda que a pena de reclusão seja de 02 a 10 anos em regime fechado, de acordo com Castilho (2001:143-144), demonstram que “Quanto maior o *status* do criminoso, menor será a chance deste ser investigado, já que as ações lesivas ao sistema financeiro praticadas por instituições financeiras com fortes relações com o poder político não são comunicadas.”

Para Malaguti (2012:19),

todas as definições da criminologia são atos discursivos, atos de poder com efeitos concretos, não são neutros: dos objetivos aos métodos, dos paradigmas às políticas criminais. Aqui reside o enigma central da questão criminal. Talvez seja essa lição principal do inspirador livro de Pavarini [1983]: para entender o objeto da criminologia, temos de entender a demanda por ordem de nossa formação econômica e social. A criminologia se relaciona com a luta pelo poder e pela necessidade de ordem. A marcha do capital e a construção do grande Ocidente colonizador do mundo e empreendedor da barbárie precisaram da operacionalização do poder punitivo para assegurar uma densa necessidade de ordem.

Tal formação econômica e social em crises do capitalismo, segundo Forti (2010:213), são “particularidades históricas das expressões da ‘questão social’, manifestações (atuais) da intensificação da exploração do trabalho. Consequências da composição da ‘globalização com o neoliberalismo’”, isto é, com ataque às políticas sociais, que “vem transformando direitos conquistados pela classe trabalhadora em serviços prestados pelo mercado ou em filantropia para os pobres, aqueles que não podem ser captados pelo mercado”.

Isto posto, a pandemia da Covid-19 escancarou a face deste cenário desigual e iníquo. Dados de maio de 2020 apontavam que, com apenas 1% da população encarcerada tendo sido testada para o novo patógeno, o Brasil era o quarto país do mundo em mortes de aprisionados/as em decorrência da doença.

O CNJ, em 17 de março de 2020 – no início da quarentena no Brasil –, sugeriu aos tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, cujas finalidades são:

I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal²⁹.

Tais recomendações são corroboradas por órgãos como o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro³⁰, Pastoral Carcerária³¹, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania³², Instituto de Defesa do Direito de Defesa³³, entre outras expressivas organizações voltadas para, sobretudo, garantir direitos das pessoas presas, violados sistematicamente. A possibilidade do desencarceramento é peça-chave, assim como a redução do fluxo de entrada ao sistema para enfrentar a Covid-19 nas prisões.

Em força-tarefa conjunta, com relatórios, recomendações e pressões externas – a exemplo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) –, segundo levantamento da CNJ, entre março e maio, 35 mil pessoas foram retiradas de unidades prisionais com cumprimento da pena em outros formatos, como prisão domiciliar ou monitoração eletrônica, o que representa 4,6% do total de pessoas privadas de liberdade, excluídos o regime aberto e presos em delegacias.

Segundo o Depen (2020)³⁴, alguns países também tomaram medidas para o desencarceramento diante da pandemia. As iniciativas são diversas: perdão de penas inferiores a dois anos ou impostas por “crimes” de baixo dano social; bom comportamento; opção por monitoração eletrônica; prisão domiciliar para idosos e doentes terminais, grávidas, mães com filhos menores de três anos, entre outros. A tabela abaixo relaciona alguns dos resultados destas ações.

Tabela 1. Desencarceramento em razão da Covid-19 em diversos países

País	População prisional total informada ³⁵	População desencarcerada
Alemanha	63.851	1.000
Colômbia	112.085	10.000 (aproximadamente)

²⁹ Cf. <<https://bit.ly/3fMaRIT>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

³⁰ Órgão criado pela Lei Estadual nº 5.778, de 30 de junho de 2010, vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

³¹ “Com agentes presentes em todos os Estados do país, a PCr acompanha e intervém na realidade do cárcere brasileiro de forma cotidiana”. Cf. <<https://bit.ly/33IEQ1W>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

³² “Organização de Direitos Humanos, cuja visão é erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento”. Cf. <<http://ittc.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

³³ “A missão do IDDD é fomentar na sociedade e em instituições do Estado a ideia de que todos têm direito a uma defesa de qualidade, à observância do princípio da presunção da inocência, ao pleno acesso à Justiça, a um processo justo e a cumprir a pena de forma digna”. Cf. <<https://iddd.org.br/quem-somos/>>, acesso em 12 de julho de 2020.

³⁴ Cf. <<https://bit.ly/3j78McB>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

³⁵ Os levantamentos que apreciam taxas de encarceramento no mundo se fazem a partir de dados oficiais, informados pelos próprios governos. No Brasil, por exemplo, levantamento do Depen, realizado em 2014, alertava para o fato de que o Estado de São Paulo não havia fornecido dados, o que certamente gerava distorção nos números totalizados, especialmente considerando tratar-se da unidade federativa que mais aprisionava no país. A mesma ressalva deve ser feita em relação a países como os Estados Unidos. Davis (2020) já estimava, em 2003, cerca de 2 milhões de norte-americanos encarcerados. Embora os EUA venham reduzindo percentualmente sua população prisional, há de se considerar a hipótese de que os dados de 2020 estejam subestimados. Ainda sobre

França	62.650	9.923
Índia	466.084	100.000 (aproximadamente)
Indonésia	270.387	30.000
Irã	240.000	85.000 (aproximadamente)
Itália	60.971	5.927
Portugal	12.848	1.867

Fonte: Depen, 2020. Tabela de elaboração própria.

Estados Unidos e Reino Unido não informaram estimativas ou números precisos de pessoas desencarceradas. O Procurador-geral dos EUA (país que mais aprisiona no mundo) orientou liberação de condenados em presídios federais; alguns estados orientaram que delitos menores não fossem penalizados com prisão e que fossem libertadas pessoas dos chamados “grupos de risco”. No Reino Unido, a Irlanda sinalizou antecipação da libertação de 200 presos nos últimos três meses de reclusão; Inglaterra e País de Gales previram liberação de vulneráveis, como gestantes e lactantes, dentre outras medidas.

A organização Human Rights Watch afirma que cerca de 5% das pessoas deixaram as prisões em razão da pandemia em todo o mundo³⁶. Porcentagem aproximada se comparada ao Brasil.

Levando-se em conta as sucessivas subnotificações no campo da saúde do sistema prisional brasileiro³⁷, celas superlotadas, ambientes insalubres com pouca ventilação, serviços de saúde precários, quando existentes, pouca testagem para o novo coronavírus, espera-se que os números sejam bem mais alarmantes que os oferecidos pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça, de 24/08/2020: entre servidores e pessoas privadas de liberdade, 27.177 casos foram confirmados (aumento de 63,9% nos últimos 30 dias); e 177 óbitos registrados (crescimento de 27,3% no mesmo período)³⁸. Importante lembrar sobre o fluxo da doença nas cadeias. De acordo com Neiva, quanto aos presídios do Rio de Janeiro,

É uma bomba biológica. Vai explodir. E as pessoas não estão acreditando, estão omitindo informações. A quantidade de gente contaminada é bem maior. (...) é uma tragédia anunciada. E o judiciário carioca está se fazendo de cego. Ele tem a coragem de afirmar que o preso está mais seguro e protegido do

este tema, Trindade (2011:312) relata como estados retomaram práticas de sequestro de “suspeitos” e tortura em campos de concentração (juridicamente “extraterritorializados”, como Guantánamo, em Cuba; em países ocupados; em prisões clandestinas em países coniventes ou mesmo em “inacessíveis navios de guerra fundeados em águas internacionais”).

³⁶ Cf. <<https://glo.bo/30LK7Ea>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

³⁷ Realidade, infelizmente, não exclusiva do sistema prisional. Registre-se que a subnotificação tem sido apreciada por especialistas que vêm estudando a Covid-19 como fenômeno presente em inúmeros países, a exemplo da China e dos Estados Unidos.

³⁸ Cf. <<https://bit.ly/2YxPCV8>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

Covid-19 dentro do sistema penitenciário³⁹.

Nesta linha obscura, o reconhecido anticientificismo e a minimização da pandemia perpetrados pelo presidente Jair Bolsonaro fizeram-no vetar trechos da Lei nº 14.019, de 2020, como a obrigatoriedade das máscaras em prisões e estabelecimentos de cumprimento de medidas socioeducativas⁴⁰ – o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu este veto no dia 03 de agosto⁴¹.

Diante disso, o Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou a ADPF nº 718⁴², no dia 08 de julho de 2020, a ser ainda julgada pelo STF. Consta do texto que

o caráter abusivo do exercício do poder de legislar por parte do Presidente da República concretiza a violação à autonomia e independência entre os poderes. Isso porque, sendo função intrínseca ao Congresso Nacional a de produzir leis, o veto imposto além dos limites constitucionais, afronta a prerrogativa conferida constitucionalmente ao Poder Legislativo.

Outra conduta agravadora diz respeito à Portaria nº 135/2020⁴³, publicada por Sergio Moro, ex-ministro de Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, que estabeleceu padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando à prevenção da disseminação da Covid-19. De acordo com o art. 2º, recomendam-se medidas como, por exemplo:

1. restrição, ao máximo, da entrada de visitantes e advogados nas unidades prisionais – desrespeita a prerrogativa de assistência jurídica a encarcerados; nega a entrada de produtos básicos para a subsistência (as famílias se responsabilizam pelo que o Estado deveria prover);
2. criação de áreas específicas para isolamento de presos acometidos de sintomas gripais – o Depen anunciou o uso de contêineres de ferro como alternativa às unidades prisionais para o enfrentamento da nova pandemia. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) vetou tal medida⁴⁴;
3. isolamento de presos maiores de 60 anos ou com doenças crônicas – com “cortinas” ou “marcações no chão”, definindo espaço de dois metros de distância dos demais custodiados, caso não haja possibilidade de isolamento;

³⁹ Cf. <<https://glo.bo/3irgtK9>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

⁴⁰ Cf. <<https://bit.ly/2PI4IYS>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

⁴¹ Cf. <<https://bit.ly/31wlqug>>. Acesso em: 03 de agosto de 2020.

⁴² Cf. <<https://bit.ly/2XMHYG8>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

⁴³ Cf. <<https://bit.ly/2XMI54w>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

⁴⁴ Segundo Gabriel Sampaio, coordenador do programa Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas, “Ao invés de confinar presos em estruturas metálicas, o Ministério da Justiça deve acatar as recomendações do CNJ, que já apresentam soluções viáveis para este panorama, como a revisão de penas, e observar as próprias informações da Organização Mundial de Saúde que é enfática em afirmar que os esforços para controlar a Covid-19 devem ser os mesmos dentro e fora dos locais de detenção”. Cf. <<https://bit.ly/3gNRC2I>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

4. promoção de meios e procedimentos carcerários para assepsia diária das celas;
 5. promoção de campanhas educativas sobre os meios de prevenção da doença, envolvendo servidores, visitantes e privados de liberdade – o Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta outra fragilidade: o nível de preparo de agentes penitenciários para lidar com a pandemia⁴⁵;
 6. suspensão de saídas temporárias – de acordo com a OAB/SP, “Restringir ainda mais os direitos dessa população vulnerável é aplicar duplamente a punição imposta, o que não é permitido pela nossa Carta Maior. E vai mais além, é tratar como não humanas⁴⁶ as pessoas que estão em situação de encarceramento”⁴⁷;
 7. gestões entre os órgãos competentes visando à atenção e critérios restritos na concessão de prisão domiciliar aos privados de liberdade que se enquadrem nas hipóteses concessivas legais e tenham estrutura familiar, com monitoramento da pena via tornozeleiras eletrônicas e aferição do impacto possível na sobrecarga do sistema de segurança pública e saúde – estrutura familiar é conceito altamente subjetivo, e sobrecarga já existe, com presídios superlotados.
- Moro avaliou que tais medidas poderiam controlar a situação nos presídios, sem a necessidade da soltura de presos que estejam em grupos de risco de contágio pelo novo coronavírus. É nítida sua tentativa de ocultar a realidade concreta do sistema prisional brasileiro. O sítio eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público disponibiliza dados que poderiam ter corrigido os protocolos propostos contraproducentes⁴⁸. O descaso à possibilidade de prisão domiciliar ao número ínfimo de idosos e gestantes⁴⁹ – diante do quantitativo geral com baixíssima assistência médica⁵⁰ – posiciona-nos na contramão de normas e princípios legais. À ausência do vislumbre do cumprimento das leis, Pires e Cordeiro

⁴⁵ Segundo o @comunica_info, 90,7% dos agentes penitenciários no Brasil não tiveram qualquer treinamento para lidar com a Covid-19. Apenas 32,56% receberam equipamentos de proteção individual. Cf. <<https://bit.ly/2CWwBnS>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

⁴⁶ Há certa naturalização de que concepções de direitos humanos sempre preveriam condições igualitárias para a espécie humana. Mas a conjuntura recente (como a vivenciada pós-1989, com o fim da Guerra Fria) liberou forças e perspectivas até então obstruídas pelo enfrentamento maior entre blocos capitalista x socialista. Debates contemporâneos sobre direitos humanos têm a presença de concepções reacionárias, que sequer reconhecem a igualdade formal prevista pelas revoluções burguesas do século XVIII. São, do ponto de vista conceitual, concepções pré-burguesas – embora em profunda consonância com o enfrentamento da crise capitalista que assola o mundo no século XXI. Para aprofundar estas expressões distintas acerca dos direitos humanos, cf. Ruiz (2014) e Emmerick (2020).

⁴⁷ Cf. <<https://bit.ly/30I5WEj>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

⁴⁸ Cf. <<https://bit.ly/33KZY7J>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

⁴⁹ Segundo o CNMP (2018), havia o total de 401 presas gestantes e de 9.606 de pessoas maiores de 60 anos em privação de liberdade no Brasil.

⁵⁰ O mesmo levantamento do CNMP em 2018 mostrava que 170 unidades da região Centro-Oeste tinham acesso à assistência médica (73,91% das unidades), semelhante às regiões Norte (126, 72,83%), Sul (142, 73,2%) e Sudeste (351, 70,91%) e muito superior à região Nordeste (200, 57,14%).

(2017:27) sinalizam que

mostra-se comum que estruturas de pensamento, ideologias e edificações profundamente arbitrárias tenham belas roupagens legitimadoras, simulacros retóricos sobremaneira atraentes, direta ou indiretamente apostando em símbolos como justiça e liberdade, manuseando suas indignações seletivas para seus interesses mesquinhos.

Em artigo publicado no Estadão⁵¹, Bordignon e Moro, perante interesses próprios expressados no populismo penal midiático, afirmaram que o “fique em casa”, defendido como medida universal, para os presos deriva em ficar nas prisões, “domicílio precípua dessa população”, dissimulando o fato de que as prisões são também epicentros de disseminação da doença para a população extramuro pelo fluxo de pessoas que atendem ao sistema carcerário.

São modelos fundados na criminologia tradicional – que considera o crime como ofensa à sociedade e desconsidera as razões da representatividade do total de pessoas encarceradas no Brasil –, que evidenciam o quanto o poder judiciário brasileiro aparenta não perceber a gravidade e a urgência do momento da pandemia.

A herança do princípio da menor elegibilidade, oriundo da Inglaterra do século XIX (LUCENA, 2017:69), escancara-se no sistema penal brasileiro: fazer com que até mesmo o mais desafortunado dos indivíduos esteja mais bem instalado que qualquer outro que na prisão se encontrar. Por conseguinte, julgar quem deve morrer ou quem deve viver na atual conjuntura só cabe aos operadores moralistas do Direito Penal – afinal, uma decisão jurídica não é uma escolha ou um dilema moral, pois não deveria haver hierarquia de vidas.

Neste quadro, o poder judiciário demonstra seu caráter de, predominantemente, ordenar o cotidiano, as formas de (re)produção da vida, de legitimar o braço violento e controlador do Estado capitalista. A repressão mantém subjugada a exploração mesmo que na ilegalidade, mas mediada pelo sistema jurídico. Karam (2012:87) sentencia:

O ampliado poder punitivo, alimentado pelas totalitárias propostas de substituição da liberdade por segurança; pelas danosas ideias que colocam a ordem acima da dignidade e das vidas de seres humanos; pelos perversos, inúteis e autodestrutivos desejos de vingança; pelas nocivas ilusões acerca do sistema penal, globalmente submete mais e mais indivíduos à violência, aos danos e às dores da prisão.

Faz-se necessário descriminalizar “condutas desviantes”, quase sempre de jovens, pretos, das periferias brasileiras, a fim de intervir em padrões normalizados. Deixar de “consertar” a seletividade penal que ainda produz entradas no sistema prisional, a fim de pensar em rotas de fuga, de saídas possíveis ao desencarceramento (PIRES, 2019:14).

⁵¹ Cf. <<https://bit.ly/3iozNYD>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

Considerações finais

A grave crise conjuntural e sanitária que atravessamos, como vimos, tem significativos impactos sobre a situação em que se encontram os presídios brasileiros, especialmente no que se refere à Covid-19, no período aqui analisado. Observamos a profunda relação da pandemia com elementos históricos e conjunturais que caracterizam a formação sócio-histórica brasileira (a exemplo de relações de classes, étnico-raciais, de gênero e outras).

A título de conclusão do presente artigo, queremos afirmar, contudo, que é necessário ir além: é preciso apontar que a relação entre estes fenômenos não se limita ao atual momento.

O fracasso das prisões no Brasil, e no mundo, inflama o debate acerca da política de segurança pública⁵². De acordo com o Atlas da Violência⁵³ (2019:95)⁵⁴, um ponto nevrálgico diz respeito

à mudança de ênfase do trabalho de coerção policial para um modelo baseado fortemente em investigação e inteligência policial, em detrimento da crença única no policiamento ostensivo e na repressão ao varejo das drogas. Enquanto a taxa de elucidação de homicídios no país é desconhecida (porque sequer se computa), em alguns estados que se conhece, esse índice é baixíssimo, algo em torno de 10% a 20%. Isto para ficar apenas no caso de homicídio. [...] De fato, o homicida contumaz ou o criminoso que causa mais danos e medo à sociedade só como exceção à regra será preso pelo policiamento ostensivo nas ruas, mas apenas por um prévio trabalho de investigação e inteligência. Enquanto isso, alocamos nossos recursos para prender e superlotar os presídios com presos de baixa qualidade, geralmente nos flagrantes das ruas, que ajudam a dinamizar as facções penais.

⁵² Movimentos sociais, pesquisadores e parlamentares de partidos populares no Brasil têm optado por falar em política pública de segurança. Buscam demonstrar a responsabilidade estatal em torno da temática, já que se acentuam, na conjuntura deste início de década, proposições de que a resolução de fenômenos como a violência se efetive via ações individuais, como as profundas alterações em curso no Estatuto do Desarmamento feitas no Brasil pelo governo Bolsonaro. Este procedimento não é novo: o Brasil já liderava o mercado latino-americano de serviços privados oferecidos, em tese, para garantir segurança das pessoas em 2012 (RUIZ & PEQUENO, 2015:114). Há, ao menos, uma dupla relação com a sociedade capitalista nestes processos: uma demonstra o quanto em momentos de crise capitalista se encontram novos nichos de investimento, lucratividade e extração de mais-valor; outra repõe na conjuntura contemporânea reflexões de Marx (2009:65) feitas em 1843, ao afirmar que o artigo 8º da Constituição francesa de 1795 definia que “a segurança consiste na proteção concedida pela sociedade a cada um dos seus membros para a conservação da sua pessoa, dos seus direitos e da sua propriedade”, todas vistas em perspectiva meramente individual.

⁵³ Ainda que reconhecendo as imprescindíveis contribuições de pesquisas e mapeamentos como as contidas no Atlas da Violência, sugerimos atenção para a conceituação daquilo que denominamos como violento. Zizek (2014) faz reflexões acerca de tal fenômeno: “a tirania do século XXI é aquela chamada de ‘democracia’” (IDEM:36); “quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta ‘normal’” (IDEM:62); “Uma das estratégias dos regimes totalitários é terem normas jurídicas (leis criminais) tão severas que, se as tomarmos literalmente, *todo mundo* será culpado de alguma coisa” (IDEM:127, grifo original). Embora seja necessário apreciar dados estatísticos acerca de diversas violências no Brasil e no mundo, há que se cuidar para não naturalizar tal categoria, esvaziando-a de interesses de classes e grupos dominantes em cada sociedade.

⁵⁴ ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 115p. Cf. <<https://bit.ly/3iwkm0B>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

Há o cenário permanente e populista que capitanea o discurso da insegurança⁵⁵, do medo e da impunidade para sustentar a falácia do recrudescimento das leis, da diminuição da maioria penal, da construção de mais prisões, de soluções simplistas ao complexo da Segurança Pública. Somam-se a isso as variedades teóricas acerca do tema. Segundo Mingardi (2013:11),

a segurança pública é ainda um tema em construção dentro das políticas públicas brasileiras. Saúde e educação, por exemplo, são tratadas há muito tempo. Nessas áreas, o acúmulo de conhecimento e de concordância chegou a níveis em que é possível discordar de uma política, mas discuti-la dentro dos mesmos parâmetros de seus idealizadores.

A segurança pública é um campo de grande disputa, conceito “em aberto”. Contudo, ainda que o leque seja amplo, com dissenso repleto de significados, Malaguti (2009a) versa que “uma vontade de sujeição”

denuncia a adesão subjetiva de parte da sociedade à barbárie, com a crescente demanda coletiva por castigo e punição. A cultura punitiva tem na figura da vítima o seu principal dispositivo e no medo a sua mais potente metodologia.

Lopes (2009:28) tece críticas aos planos de segurança apresentados desde os anos 2000, como estímulo a novas vigilâncias e controles, que elegendem

a variedade de análises criminais e informações relevantes e confiáveis como base para estratégias de prevenção da criminalidade, produtividade de vigilância, intensificação de participação – conta-se com registro de ocorrência, denúncia, delação, produção de demandas etc. – e antídoto para a *proclamada insegurança coletiva*. (grifo nosso)

Amplia-se o mercado da segurança, ao mesmo tempo em que expande o poder punitivo, de forma a buscar a almejada “paz social”, por meio da eficácia das instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal, citada no Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criado pelo ex-presidente Temer em final de mandato (2018), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento⁵⁶, do Banco Mundial e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o documento⁵⁷ (2018:53), para elevar o nível de percepção de segurança da população, uma das estratégias anunciadas é

Adotar medidas preventivas e repressivas voltadas a transmitir às pessoas sinais concretos da determinação do Poder Público de se fazer presente em

⁵⁵ Ainda que reconheça que o imaginário acerca da insegurança não parte do nada, Gomes (2015) defende que a mídia contribui para construir um imaginário coletivo de vulnerabilidade. Cobrando do Estado reações oficiais, este último adotaria políticas de confinamento, especialmente imobilização e expulsão, “num ciclo vicioso e interminável que serve tão somente para reforçar o discurso repressivo e os estigmas da criminalização” (GOMES, 2015:110). Estereótipos advindos deste processo não poupariam sequer movimentos sociais, representações religiosas, partidos políticos e outras organizações: muitos acabariam por assumir discursos punitivos e/ou prisionais.

⁵⁶ Como se os bancos internacionais fossem grandes especialistas em todas as áreas do conhecimento.

⁵⁷ BRASIL. *Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)*. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/347AOjJ>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

lugares considerados de maior vulnerabilidade à ocorrência de eventos de violência, de crimes contra o patrimônio e de exploração sexual, procurando conjugar as respectivas ações com a política pública de proteção ao turista e de fomento à indústria do turismo.

Em outras palavras, a repressão nos territórios “indesejáveis”. Não à toa, georreferenciamentos são importantes para configurar o extermínio dos inclassificáveis. Ao Estado, o agenciamento deste genocídio por meio de medidas de segurança pública, covardemente mascaradas de boas intenções – o ‘bom-mocismo’ – com selo de direitos humanos (MALAGUTI, 2009b:10).

Para analisar a conjuntura recente brasileira, Souza (2017:7) alerta:

Existem ideias velhas que nos legaram o tema da corrupção na política como nosso grande problema nacional. Isso é falso, embora, como em toda mentira e em toda fraude, tenha seu pequeno grão de verdade. Nossa corrupção real, a grande fraude que impossibilita o resgate do Brasil esquecido e humilhado, está em outro lugar e é construída por outras forças. São essas forças, tornadas invisíveis para melhor exercerem o poder real, que o livro pretende desvelar. Essa é a nossa elite do atraso.

O autor desmantela antigos paradigmas, toma o patrimonialismo como alvo crítico e o retira do eixo central, produzido por intelectuais ao longo de mais de século, para focar no que traz inegáveis particularidades à história brasileira: o efeito da escravidão que se estende até os nossos dias. Desta forma, não há como se pensar na história das prisões do País que não esteja sobrecarregada com a tinta dos corpos pretos, a reproduzir o modo de pensar escravagista.

Medidas de segurança pública estão atravessadas sob esse olhar, no pesar das tintas. No cenário atual, importante acompanhar as mudanças oferecidas por Sergio Moro, com projeto anticrime⁵⁸ – pretensamente contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa – que, de acordo com alguns analistas, não foi baseado em estudos e está repleto de concepções presentes no senso comum. O conhecido “pacote” – que prevê 14 alterações no Código de Processo Penal, no Código Penal e na Lei de Execução Penal – foi alvo da Associação Juízes para a Democracia⁵⁹:

O sistema carcerário já está colapsado, num calamitoso quadro de superlotação e precariedade, sendo justamente esse caos nos presídios que mais tem causado desassossego a todos. Beiram a irresponsabilidade projetos que visam assim o aumento da população prisional em caminho oposto à tranquilidade ou segurança da sociedade.

As novas medidas de segurança pública comprometem ainda mais o falido modelo prisional vigente atravessado pela ideia de punição. Segundo Coimbra (2009:188), “os

⁵⁸ Cf. <https://bit.ly/31AunTG> ≥ Peesso em 10/jul/2020.s no artigo...u computador...direita, para cada pantrato pode desconsiderar dimensmal, que nitura dasileir. Acesso em: 20 de julho de 2020.

⁵⁹ Cf. <<https://bit.ly/33IGZL2>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

movimentos sociais acreditam e apregoam, como missionários, que a impunidade é a principal causa da violência ontem e hoje, e pedem mais leis, aplaudindo a rigidez e a dureza da Lei Maria da Penha, por exemplo”⁶⁰. A tal e pertinente chamada “esquerda punitiva”⁶¹ se assombra com a impunidade de número ínfimo de pessoas fora da lei que não pertencem a classes e segmentos subalternizados. A sede por “justiçamento” obnubila a realidade do perfil de pessoas privadas de liberdade, apontado anteriormente. Ou seja, essas classes e segmentos subalternizados serão severamente impactados pelo endurecimento do Código Penal e/ou pelo surgimento de novas leis.

Davis apresenta uma questão potente: reformar ou abolir o sistema prisional? Lembra-nos de que, aos olhos do senso comum, “a prisão é encarada como um aspecto inevitável e permanente de nossa vida social” (DAVIS, 2018:9). A autora examina o conceito de encarceramento como punição, modelo que reproduz o modo de pensar escravagista que vigorava até a abolição⁶². Tão próximo à realidade brasileira, como apontam significantes movimentos negros: “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”. Para ela, não cabe a reforma desse sistema prisional, desumano e ineficaz: é necessário buscar alternativas ao cárcere. Traça-se o paralelo entre movimentos antipunitivista, antiprisional e abolicionistas a dismantelar as estruturas que condenam tantos a uma vida de miséria e de sofrimento.

Falar sobre punição remete a reflexões de Foucault (2014) sobre a evolução histórica da legislação penal e os respectivos métodos e meios coercitivos/punitivos adotados pelo Estado na repressão aos autores de atos infracionais, há séculos. O sistema judiciário, em sociedades com distintas perspectivas políticas, viabiliza a construção de leis penais que legitimam a violência física – seja pelo suplício ao corpo (como salvação da alma do condenado), seja pelas violações de direitos constantes do sistema prisional.

Para o Direito Penal moderno, a aparente recuperação de criminosos, sob o falso manto da ressocialização, ocorre a fim de adaptá-los ao mundo e torná-los “mais dóceis e úteis”, independentemente da natureza das medidas correccionais. O castigo – qualquer que seja ele, importa que ele exista – como motor da honradez humana. O tipo de pensamento reverberado

⁶⁰ A Lei Maria da Penha prevê inúmeras medidas protetivas a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Ainda assim, discursos punitivistas e/ou prisionais, persistentes na conjuntura contemporânea, faz com que a maior visibilidade de suas previsões seja conferida exatamente à pena de privação de liberdade.

⁶¹ Esta expressão foi formulada por Maria Lucia Karam, cuja ideia se articula em torno da irreflexão ou reflexão superficial, até ingênuo (palavra da autora), de amplos setores da esquerda acerca do papel do sistema penal: um dos mais expressivos instrumentos de manutenção e reprodução da dominação e da exclusão social, haja vista que a pena é pura e simples manifestação de poder e de controle, “necessária e prioritariamente dirigida aos excluídos, aos desprovidos deste poder”. Cf. <<https://bit.ly/3aoFL9f>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

⁶² Davis é conhecida por articular dimensões como gênero, raça e classe. Na obra citada, ela qualifica a prisão como complexo industrial-prisional, demonstrando o quanto estratégias de hiperencarceramento são servis à lógica da sociedade capitalista contemporânea.

pelas principais mídias televisivas e impressas brasileiras, que distorcem direitos, pois, para o capital, é importante representar conflitos sociais por meio de criminalizações. Nasce a sociedade do entretenimento, do crime como espetáculo midiático, que manipula inclusive os que são seus principais e potenciais alvos. Tais mídias compactuam com a situação dos contingentes humanos marginalizados pela economia neoliberal.

Baratta (2014:207) adverte sobre o sistema totalizador de repressão de controle do desvio adotado por Estados-nação, não só capitalistas, e pondera:

Nós sabemos que substituir o direito penal por qualquer coisa melhor somente poderá acontecer quando substituirmos a nossa sociedade por uma melhor, mas não devemos perder de vista que uma política criminal alternativa e a luta ideológica e cultural que a acompanha devem desenvolver-se com vistas à transição para uma sociedade que não tenha necessidade do direito penal burguês.

Para o autor, a sociedade deverá se reapropriar do próprio desvio e administrar diretamente seu controle. Trata-se, a nosso ver, de enfrentar o fenômeno do hipercarceramento (que se materializa de forma radical e crescente na atualidade), ao invés de assimilar a proposição de que só após o fim de uma estrutura organizada sob os moldes do capital, esta bandeira deveria assumir centralidade e teria alguma viabilidade⁶³.

Há, de fato, qualquer possibilidade de humanização nos cárceres brasileiros? Se ainda engatinhamos na discussão sobre as possíveis atuações nas unidades prisionais, como iremos avançar na problematização da cultura (super)encarceradora e/ou na construção de outra realidade, não direcionada ao ajustamento dos sujeitos, sua adaptação ou ressocialização?

A privação de liberdade não é natural ao ser humano, é opção política. As sequelas em ambientes degradantes, em sua maioria, adoecem e atingem a todos nós. Políticas de desencarceramento, com vistas à supressão das prisões, precisam entrar em marcha simultânea às lutas pela construção de uma sociedade efetivamente justa. Diante deste cenário, criou-se, durante a pandemia, o movimento global chamado *World Without Prisons*, a fim de se pensar um mundo sem prisões, campos e centros de detenção, asilos, fronteiras e quaisquer outras formas de cativoiro⁶⁴.

⁶³ É importante registrar a existência de países que, mesmo com formações sócio-históricas bastante diversas das do Brasil, e em condições de desigualdade também distintas, vêm promovendo a redução do encarceramento a níveis próximos do traço estatístico. A argumentação, mesmo de setores democráticos, de que a relação entre prisão e desigualdade social interna a cada país impediria nações como o Brasil de enfrentar a temática não se sustenta. Países de economia muito inferior à brasileira, mas com índices de desigualdade bastante próximos, mantêm taxas de encarceramento significativamente inferiores.

⁶⁴ Para ver essa declaração traduzida em outros idiomas, assim como a lista de organizações signatárias e outros textos da coalizão, cf. o sítio eletrônico do World Without Prisons, ou <<https://bit.ly/3iCrTL7>>.

Referências bibliográficas

- ASLAN, R. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BARATTA, A. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6. ed. 2ª reimp. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 135, de 18 de março de 2020. Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades por servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 53-B, 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fM8WDW>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- BRASIL, República Federativa do. *Constituição Federal*. Art. 5º. Brasília, 05 dez. 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/2DTXNE8>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.
- _____. Supremo Tribunal Federal. *Habeas corpus 186.185*. Paciente: Defensoria Pública de São Paulo e outros. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/31FDm5Q>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- CASTILHO, Ela W. W. de *O controle penal nos crimes contra o sistema financeiro nacional*. Lei nº 7.492, de 16/6/86. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- COIMBRA, C. M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: OLIVEIRA, R.T. & MATOS, V. de. *Estudos de execução criminal: direito e psicologia*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Boletim semanal CNJ Covid-19*. Disponível em: <<https://bit.ly/3fH8hE1>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.
- _____. *Mutirão carcerário: raio-x do sistema penitenciário*. Brasília, 2012.
- _____. *Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020*. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <<https://bit.ly/2XLFdFb>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Sistema prisional em números*. Disponível em: <<https://bit.ly/3aa8bDI>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.
- CRARY, J. *24/7, Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* Trad. Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. COVID-19 Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais. *Painel mundial*. Disponível em: <<https://bit.ly/3kuyyJh>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- _____. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Atualização - Junho de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3aSPUec>> Acesso em: 13 de julho de 2020.
- EMMERICK, R. A centralidade da retórica dos direitos humanos na contemporaneidade. In: CARVALHO, A.V.G; FELIX, V.M.R.L & BOTÃO, M. *Direitos humanos, alternativas penais e trabalho: diálogos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2020, p. 34-54.
- FORTI, V. L. *Ética, crime & loucura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- GOMES, M. A. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- HOBSBAWM, E. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- JOB NETO, F. *Doenças infecciosas no sistema prisional: dados dos sistemas de informação de saúde e do sistema prisional*. 2019. 77 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2019.
- KARAM, M. L. Legislação brasileira sobre drogas: história recente – a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (org). *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 155-164.
- LOPES, E. *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro:

Contraponto, 2009.

LUCENA, M. B. N. de. A criminologia marxista de Rusche e Kirchheimer. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 4, n. 3, p. 75, set/dez. 2017.

MALAGUTI BATISTA, V. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. [Orelha do livro]. In: LOPES, E. *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009a.

_____. Prefácio. In: LOPES, E. *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009b.

MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINGARDI, G. (org.). *Violência e segurança pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Ministério da Justiça e Segurança Pública e Conselho Nacional de Justiça assinam acordos de cooperação técnica*. Brasília, 03 set. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3adbFoN>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

PAVARINI, M. *Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemônico*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1983.

PIRES, G. M. Abolicionismo penal libertário: linhas de fuga e educação menor. In: PIRES, G. M. (org). *Abolicionismos: vozes antipunitivas no Brasil e contribuições libertárias*. Florianópolis-SC: Habitus, 2020.

PIRES, G. M.; CORDEIRO, P. *Abolicionismos e cultura libertária: inflexões e reflexões sobre estado, democracia, linguagem, delito, ideologia e poder*. Florianópolis-SC: Empório do Direito, 2017.

PNUD; IPEA; FJP. *Desenvolvimento Humano para Além das Médiás*. Brasília: 2017. 127p.

RUIZ, J. L. de S. *Direitos humanos e concepções contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____ & PEQUENO, A. C. A. *Direitos humanos e Serviço Social*. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. *Recibo de Petição Eletrônica*. Disponível em: <<https://bit.ly/2XNH3oT>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

TRINDADE, J. D. de L. *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*. Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011.

ZIZEK, S. *Violência*. Seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Articles for *The New Moral World* by Frederick Engels^a

Progress of Social Reform on the Continent

[Progresso da reforma social no continente]

Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes

Revisão: Elcemir Paço Cunha

Apresentação^b

[...]

No final de 1842 Engels foi para a Inglaterra onde conheceu a pátria-mãe do capitalismo, o proletariado moderno e seu primeiro movimento político de massa independente, o Cartismo. Aqui ele se tornou um revolucionário proletário e comunista. Posteriormente, Engels avaliou a importância da estadia na Inglaterra para o desenvolvimento de seus pontos de vista da seguinte maneira:

Em Manchester, fiquei impressionado com o fato de que os fatos econômicos, que não desempenharam nenhum papel ou apenas um papel desprezível na historiografia anterior, são pelo menos no mundo moderno um poder histórico decisivo; que eles formam a base para o surgimento dos atuais antagonismos de classe; que esses antagonismos de classe nos países onde se desenvolveram plenamente graças à grande indústria, ou seja, especialmente na Inglaterra, são novamente a base da formação dos partidos políticos, das lutas partidárias e, portanto, de toda a história política. (MARX-ENGELS WERKE - Band 21 - Friedrich Engels - Mai 1883-Dezember 1889, p. 211)

^a Tradução de artigo do jovem Engels em comemoração ao bicentenário de seu nascimento. O artigo ora traduzido marca o início da colaboração de Engels com o jornal *The New Moral World*. O periódico foi um dos primeiros jornais socialistas do Reino Unido. A publicação foi lançada por Robert Owen em novembro de 1834 como sucessora do jornal *Crisis*. Foi publicado em dois números da revista, nr. 19 de 04 de novembro de 1843 e nr 21 de 18 de novembro de 1843. No texto Engels esboça uma descrição dos principais movimentos socialistas de sua época, aborda as principais correntes do movimento na França, na Alemanha e na Suíça. A intervenção de Engels aponta para a necessidade da integração do movimento socialista no continente, para tanto, conhecer suas variantes nos países industrializados torna-se essencial para somar forças em vistas da transformação social. O artigo testemunha os passos iniciais do jovem pensador no interior do pensamento propriamente comunista, em clara ruptura com o ideário democrático burguês e com o pensamento político dos neohegelianos.

^b Excerto de *Vorwort*, de *MARX-ENGELS WERKE, Band 1, 1841-1844*; Berlin: Dietz Verlag, 1981; p. XV-XVIII. Traduzido do alemão por Ronaldo Vielmi Fortes.

[...] Ao examinar a posição dos trabalhadores ingleses e seu papel na vida pública, ele concluiu que o proletariado era a força social progressista que provocaria uma convulsão social na Inglaterra. Engels descreveu com profunda simpatia a luta dos trabalhadores ingleses, a atividade dos cartistas e socialistas na Inglaterra e também iluminou a luta de libertação do povo irlandês contra a opressão nacional e colonial.

Suas ligações estreitas com os cartistas e os socialistas ingleses, que apoiavam as idéias de Robert Owen, permitiram que Engels fizesse um relato completo do papel desses movimentos na vida social da Inglaterra nas "Cartas de Londres", escritas para a revista "Schweizerischer Republikaner". Ele se referiu ao "rápido progresso" do cartismo, que "tem sua força nos trabalhadores, os proletários" (ver volume anterior, p. 468), e enfatizou a crescente influência da National Charter Association sobre as massas trabalhadoras. Ele também valorizou as diversas atividades dos socialistas na educação das classes trabalhadoras na Inglaterra, com destaque para a disseminação das idéias filosóficas do Iluminismo francês do século XVIII.

Em 1843, Engels começou a participar nos órgãos de imprensa dos cartistas e dos owenistas. Ele se propôs a apresentá-los ao movimento socialista e comunista no continente europeu. Esse foi o objetivo dos artigos "Avanços na Reforma Social no Continente" e "Movimentos no Continente", publicados na revista *The new moral world*. Neles, Engels caracterizou o desenvolvimento das ideias comunistas na França, Suíça e Alemanha, escrevendo não apenas sobre os lados positivos das várias escolas do socialismo utópico e do comunismo, mas também apontando as deficiências que fizeram com que muitas dessas escolas tenham vida curta. Uma das conclusões fundamentais desses estudos foi: "Tais são os três grandes países civilizados Europa, Inglaterra, França e Alemanha chegaram à conclusão de que uma revolução abrangente: das relações sociais baseadas na propriedade comum tornou-se agora uma necessidade urgente e inevitável ... não pode haver evidência mais forte do que esta que o comunismo não é apenas consequência do especial É uma conclusão necessária que deve inevitavelmente ser tirada das pressuposições dadas nas condições gerais da civilização moderna." (Veja o volume anterior, p.480.)

Esses artigos mostram claramente a transição de Engels de democrata revolucionário para comunista, que chega ao fim com suas contribuições para os "Anuários franco-alemães". Seus artigos neste jornal também mostram que agora ele está finalmente se libertando de visões idealistas e assumiu posições consistentemente materialistas. [...]

Progresso da reforma social no continente^c

The New Moral World No. 19, November 4, 1843¹

Sempre foi, em certa medida, surpreendente para mim, desde que me encontrei com socialistas ingleses, descobrir que a maioria deles está muito pouco familiarizada com o movimento social que ocorre em diferentes partes do continente. E, no entanto, há mais de meio milhão de comunistas na França, sem levar em conta os Fourieristas e outros reformadores sociais menos radicais; há associações comunistas em todas as partes da Suíça, enviando missionários para a Itália, Alemanha e até Hungria; e a filosofia alemã, após um longo e problemático circuito, finalmente se estabeleceu no comunismo.

Assim, os três grandes e civilizados países da Europa - Inglaterra, França e Alemanha, chegaram à conclusão de que uma completa revolução dos mecanismos sociais, baseada na comunidade de propriedade, tornou-se agora uma necessidade urgente e inevitável. Esse resultado é ainda mais impressionante uma vez que foi alcançado por cada uma das nações referidas, de maneira independentemente uma das outras; um fato, do qual não pode haver prova mais forte, que o comunismo não é a consequência da posição particular dos ingleses, ou de qualquer outra nação, mas que é a conclusão necessária, que não se pode evitar de ser esboçada das premissas dadas nos fatos gerais da civilização moderna.

Deve, portanto, parecer desejável que as três nações devam se entender, saber em que pontos concordam e em que pontos discordam; porque deve haver desacordo também, devido à origem diferente da doutrina da Comunidade em cada um dos três países. Os ingleses chegaram à conclusão *praticamente*, pelo rápido aumento da miséria, desmoralização e pauperismo em seu próprio país: os franceses chegaram *politicamente*, reivindicando primeiro liberdade política e igualdade; e, achando isso insuficiente, adicionaram liberdade social e igualdade social às suas reivindicações políticas: os alemães tornaram-se comunistas *filosoficamente*, ao raciocinar sobre os primeiros princípios. Sendo esta a origem do socialismo nos três países, deve haver diferenças em pontos menores; mas acho que poderei mostrar que essas diferenças são muito insignificantes e bastante consistentes com o melhor sentimento por parte dos reformadores sociais de cada país para com os do outro. O que se quer é que se

^c Traduzido por Ronaldo Vielmi Fortes. Revisado por Elcemir Paço Cunha. Artigo traduzido diretamente da publicação original em inglês editada por *Marx & Engels Collected Works - Volume 03 [Marx-Engels, 1843-44]*; New York, International Publishers, 2005. O texto foi cotejado com a tradução alemã consultada na *Werke Marx Engels, Band I*. As notas extraídas da *Collected Works* foram referidas como [N.E.I.] e as notas extraídas da edição alemã receberam a seguinte notação: [N.T.A.]. [N.T.] corresponde a notas acrescentadas por esse tradutor.

¹[N.T.A.] O artigo também foi publicado de forma abreviada no "The Northern Star" nos dias 11 e 25 de novembro.

conheçam; obtido isso, estou certo de que todos eles terão os melhores votos de sucesso para seus irmãos comunistas estrangeiros.

França

A França é, desde a Revolução, o país exclusivamente político da Europa. Nenhuma reforma, nenhuma doutrina pode obter importância nacional na França, a menos que sejam corporificadas em alguma forma política. Parece ser a parte que a nação francesa ter precisa desempenhar no presente estágio da história da humanidade, passar por todas as formas de desenvolvimento político e chegar, desde um começo meramente político, ao ponto onde todas as nações, todos caminhos diferentes, devem se encontrar no comunismo. O desenvolvimento da opinião pública na França mostra isso claramente, e mostra ao mesmo tempo, qual deve ser a história futura dos cartistas ingleses.

A Revolução Francesa foi a ascensão da democracia na Europa. A democracia é no fundo, como considero todas as formas de governo, uma contradição em si mesma, uma inverdade, nada além de hipocrisia (teologia, como nós, alemães a chamamos). Liberdade política é liberdade simulada, a pior escravidão possível; a aparência da liberdade e, portanto, a realidade da servidão. A igualdade política é o mesmo; portanto, a democracia, assim como todas as outras formas de governo, deve fundamentalmente despedaçar-se: a hipocrisia não pode subsistir, a contradição nela oculta deve aparecer; ao invés de uma escravidão regular - isto é, um despotismo indistinto -, devemos ter a liberdade real e igualdade real, isto é, o comunismo. Ambas as consequências surgiram na Revolução Francesa; Napoleão estabeleceu a primeira e Babeuf a segunda. Acho que posso ser sucinto no assunto do babouvismo, já que a história de sua conspiração, por Buonarroti², foi traduzida para a língua inglesa³. O complô comunista não teve sucesso, porque o próprio comunismo de então era muito rude e superficial; e por que, por outro lado, a opinião pública ainda não estava suficientemente avançada.

Outro reformador social francês foi o conde de Saint-Simon. Ele conseguiu formar uma seita e até mesmo algumas instituições; nenhuma das quais foi bem-sucedida. O espírito geral

² [N.E.I.] Ph. Buonarroti, *Conspiration pour l'égalité dite de Babeuf, suivie du procès auquel elle donna lieu, et des pièces justificatives, etc.*—Ed.

³ [N.E.I.] A tradução para o inglês do livro de Buonarroti foi publicada em Londres em 1836 sob o título *Bonarroti's History of Babeuf's Conspiracy for Equality, with the Author's Reflections on the Causes and Character of the French Revolution, and His Estimate of the Leading Men and Events of that Epoch* [História da conspiração de Babeuf para a igualdade de Buonarroti, com as reflexões do autor sobre as causas e o caráter da Revolução francesa e sua estimativa dos homens principais e eventos daquela época]. A tradução foi feita por Bronterre O'Brien, um dos líderes e teóricos do cartismo.

das doutrinas de Saint-Simon é muito parecido com o dos *Socialists Ham-Common*⁴, na Inglaterra; embora, nos *detalhes* das disposições e ideias, haja uma grande diferença. As singularidades e excentricidades dos saint-simonianos muito cedo se tornaram vítimas do humor e da sátira franceses; e tudo que se torna ridículo está inevitavelmente perdido na França. Mas, além disso, havia outras causas para o fracasso das instituições saint-simonianas; todas as doutrinas deste partido foram envoltas nas nuvens de um misticismo ininteligível, que, talvez, de início, atraiu a atenção do povo; mas, finalmente, deixou suas expectativas frustradas. Seus princípios econômicos também não eram irrepreensíveis; a participação de cada um dos membros de suas comunidades na distribuição da produção deveria ser regulada, em primeiro lugar, pela quantidade de trabalho que realizasse; e, em segundo lugar, pela quantidade de talento que demonstrava. Um republicano alemão, Boerne, respondeu com justiça a este princípio, que o talento, em vez de ser recompensado, deve ser considerado uma inclinação natural; e, portanto, uma dedução deve ser feita da parte dos talentosos, a fim de restaurar a igualdade.

O Saint-Simonismo, depois de ter aguçado, como um meteoro brilhante, a atenção do pensamento, desapareceu do horizonte social. Ninguém agora pensa ou fala nele; seu tempo já passou.

Quase ao mesmo tempo de Saint-Simon, outro homem dirigiu a atividade de seu poderoso intelecto para a organização social da humanidade - *Fourier*. Embora os escritos de Fourier não exibam aquelas centelhas brilhantes de gênio que encontramos em Saint-Simon e alguns de seus discípulos; embora seu estilo seja duro, e mostre, em grande medida, o labor com que o autor está sempre trabalhando para trazer suas ideias e falar coisas para as quais nenhuma palavra é fornecida na língua francesa – não obstante, lemos seu trabalho com maior prazer; e encontramos mais valor real neles do que nos da escola anterior. Há misticismo também, e tão extravagante quanto qualquer outro, mas se se cortar isso e pôr de lado, permanecerá algo que não pode ser encontrado entre os saint-simonianos - pesquisa científica, pensamento frio, imparcial e sistemático; em suma, *filosofia social*; enquanto o Saint-Simonism só pode ser chamado de *poesia social*. Foi Fourier, que, pela primeira vez, estabeleceu o grande axioma da filosofia social, que todo indivíduo com uma inclinação ou predileção por algum tipo particular de trabalho, a soma de todas essas inclinações de todos os indivíduos deve ser, no todo, um poder adequado para atender às necessidades de todos. A partir deste princípio,

⁴ [N.T.A.] Grupo de socialistas utópicos ingleses que fundaram a colônia comunal "*Concordium*" em Ham Common, perto de Londres, em 1842. Como seguidores do místico inglês J.P. Greaves, eles pregavam o autoperfeição moral e um modo de vida ascético. A colônia só existiu por um curto período.

segue-se que, se cada indivíduo for deixado à sua própria inclinação, para fazer e deixar o que lhe agrada, as necessidades de todos serão supridas, sem a força dos meios usados pelo atual sistema de sociedade. Esta afirmação parece ousada e, no entanto, após o modo de Fourier de estabelecê-la, é bastante inexpugnável, quase auto-evidente - o ovo de Colombo. Fourier prova que todo mundo nasce com inclinação para algum tipo de trabalho, que a *ociosidade absoluta* é um absurdo, uma coisa que nunca existiu e não pode existir: que a essência da consciência humana é ser ela mesma ativa e pôr o corpo em atividade; e que, portanto, não há necessidade de tornar as pessoas ativas pela força, como no estado atual da sociedade, mas apenas para dar a sua atividade natural a direção certa. Prossegue comprovando a identidade do trabalho e da fruição e mostra a irracionalidade do atual sistema social, que os separa, tornando o trabalho uma labuta e colocando a fruição acima do alcance da maioria dos trabalhadores; ele mostra ainda como, sob ordenamentos racionais, o trabalho pode ser realizado, o que é mesmo pretendido que seja, um prazer, deixando cada um seguir suas próprias inclinações. Não posso, é claro, acompanhar Fourier em toda a sua teoria do *trabalho livre*, e acho que isso será suficiente para mostrar aos socialistas ingleses que o fourierismo é um assunto merecedor de sua atenção⁵.

Outro mérito de Fourier é ter mostrado as vantagens, ou melhor, a necessidade da associação. Bastará apenas mencionar este assunto, pois sei que os ingleses têm plena consciência de sua importância.

Há uma inconsistência, no entanto, no fourierismo, e também muito importante, que é sua não abolição da propriedade privada. Em seus *Phalanstères* ou estabelecimentos associativos, há ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores. A propriedade de todos os membros é colocada em um capital social, o estabelecimento desenvolve o comércio, a agricultura e a indústria manufatureira, e os rendimentos são divididos entre os membros; uma parte como salário do trabalho, outra como recompensa por habilidade e talento e uma terceira como lucros do capital. Assim, depois de todas as belas teorias de associação e trabalho livre; depois de uma boa dose de indignada declamação contra o comércio, o egoísmo e a competição, temos na prática o velho sistema competitivo com base em um plano melhorado, uma fortaleza da lei pobres fundada em princípios mais liberais! Certamente, aí não podemos nos deter; e os franceses também não se detiveram aí.

⁵ [N.E.I.] Os editores de *The New Moral World* forneceram a seguinte nota a esta passagem: "Alguns anos desde que demos uma exposição completa do sistema em uma série de artigos neste Journal." O autor da nota se referia a duas grandes séries de artigos: "Socialismo na França. Charles Fourier" e "Fourierismo"; o primeiro foi publicado no *The New Moral World* em 1839 (Nos. 45-46, 48, 49), o segundo em 1839-40 (Nos. 53, 55, 57, 61-63, 71, 73-75).

O progresso do fourierismo na França foi lento, mas regular. Não há muitos fourieristas, mas eles contam entre eles uma porção considerável do intelecto agora ativo na França. Victor Considérant é um de seus escritores mais inteligentes. Eles também têm um jornal, o *Phalange*, anteriormente publicado três vezes por semana, agora diariamente⁶.

Como os Fourieristas são agora representados na Inglaterra também pelo Sr. Doherty, acho que devo ter dito o suficiente a respeito deles; devo agora passar para o partido mais importante e radical da França, os comunistas.

Eu disse antes que tudo o que reivindica importância nacional na França deve ser de natureza política, ou não terá sucesso. Saint-Simon e Fourier não tocaram de modo algum em política, e seus esquemas, portanto, tornaram-se não propriedade comum da nação, mas apenas assuntos de discussão privada. Vimos como o comunismo de Babeuf surgiu da democracia da primeira revolução. A segunda revolução, de 1830, deu origem a outro comunismo mais poderoso. A “grande semana” de 1830⁷ foi realizada pela união das classes média e operária, dos liberais e dos republicanos. Feito o trabalho, as classes trabalhadoras foram dispensadas e os frutos da revolução foram tomados apenas pelas classes médias. Os trabalhadores fizeram várias insurreições, pela abolição do monopólio político e pelo estabelecimento de uma república⁸, mas sempre foram derrotados; a classe média não tendo apenas o exército a seu lado, mas formando ela mesma a guarda nacional. Durante essa época (1834 ou 1835), uma nova doutrina surgiu entre os trabalhadores republicanos. Eles viram que, mesmo depois de terem sucesso em seus planos democráticos, eles continuariam sendo ludibriados por seus líderes mais talentosos e mais bem educados, e que sua condição social, a causa de seu descontentamento político, não seria melhorada por nenhuma mudança política. Eles se referiam à história da grande revolução e se apegaram avidamente ao comunismo de Babeuf.

Isso é tudo que pode, com segurança, ser afirmado a respeito da origem do comunismo moderno na França; o assunto foi discutido pela primeira vez nos becos escuros e vielas lotadas do subúrbio parisiense de *Saint-Antoine*, e logo depois nas assembléias secretas de conspiradores. Quem sabe mais sobre a sua origem tem muito cuidado de guardar para si o

⁶ [N.E.I.] Os editores de *The New Moral World* deram a seguinte nota a esta passagem: "Agora intitulado *Démocratie Pacifique*". Além do jornal *La Démocratie Pacifique*, publicado desde agosto de 1843, os Fourieristas continuaram a publicar *La Phalange* como um jornal teórico.

⁷ [N.E.I.] Ou seja, de 27 de julho a 20 de agosto, o auge da revolução de julho.

⁸ [N.E.I.] Engels se refere aqui a uma série de ações armadas do proletariado francês dirigidas contra o regime da monarquia burguesa de julho e também à participação ativa dos trabalhadores nas revoltas lideradas pelas sociedades secretas republicanas. Os principais eventos na década de 1830 foram: os levantes dos trabalhadores de Lyon no final de novembro de 1831 e em abril de 1834, e também revoltas republicanas em Paris em 5 de junho de 1832, 13 a 14 de abril de 1834 e 12 de maio de 1839, o principais participantes em que eram trabalhadores.

conhecimento, a fim de evitar o “braço forte da lei”. No entanto, o comunismo se espalhou rapidamente por Paris, Lyon, Toulouse e outras grandes cidades industriais do país; várias associações secretas se seguiram, entre as quais os “*Travailleurs Egalitaires*”⁹, ou *Equalitarian Working Men*, e os *Humanitarians*¹⁰, eram as mais consideráveis. Os *Equalitarians* eram um “grupo rude”, como os Babouvists da grande revolução; eles pretendiam fazer do mundo uma comunidade de trabalhadores, desprezando todo refinamento da civilização, ciência, belas-artes etc., como luxos inúteis, perigosos e aristocráticos, um preconceito necessariamente decorrente de sua total ignorância da história e da economia política. Os *Humanitarians* eram conhecidos principalmente por seus ataques ao casamento, à família e a outras instituições semelhantes. Ambos, bem como dois ou três outros partidos, tiveram vida muito curta, e a grande maioria das classes trabalhadoras francesas adotou, muito cedo, os princípios propostos por M. Cabet, “Père Cabet” (Padre C.), como é chamado, e que são conhecidos no continente com o nome de Comunismo Icário.

Este esboço da História do Comunismo na França mostra, em certa medida, qual deve ser a diferença entre o comunismo francês e o inglês. A origem da reforma social, na França, é política; constata-se que a democracia não pode proporcionar uma igualdade real e, portanto, o esquema comunitário é chamado em seu auxílio. A maior parte dos comunistas franceses são, portanto, republicanos; eles querem um estado comunitário de sociedade, sob uma forma republicana de governo. Bem, eu não acho que os socialistas ingleses teriam sérias objeções a isso; porque, embora sejam mais favoráveis a uma monarquia eletiva, sei que são muito esclarecidos para impor seu tipo de governo a um povo totalmente contrário a ele. É evidente que tentar isso envolveria essas pessoas em desordens e dificuldades muito maiores do que surgiriam de seu próprio modo democrático de governo, mesmo supondo que isso fosse ruim.

Mas há outras objeções que poderiam ser feitas aos comunistas franceses. Eles pretendem derrubar o atual governo de seu país pela força, e têm demonstrado isso por meio de sua política contínua de associações secretas. Isso é verdade. Mesmo os Icarianos, embora declarem em suas publicações que abominam as revoluções físicas e as sociedades secretas, até mesmo eles são associados dessa maneira e aproveitariam com prazer qualquer oportunidade para estabelecer uma república pela força¹¹. Isso será objetado, ousado dizer, e com razão, porque,

⁹ [N.T.A.] *Trabalhadores igualitários*, uma sociedade secreta dos comunistas franceses fundada em 1840, base de apoio de Babeuf. Seus membros foram sobretudo trabalhadores.

¹⁰ [N.T.A.] *Humanitários*, formaram igualmente uma sociedade secreta apoiadora de Babeuf, constituída em 1841 em torno do jornal *L'Humanitaire*. Ambas as sociedades estiveram sobre a influência ideológica de Theodore Dāzamy e aderiram à linha materialista e revolucionária no interior do comunismo utópico francês.

¹¹ [N.E.I.] Os editores de *The New Moral World* acrescentaram a seguinte nota a esta passagem: “É preciso reiterar que os comunistas icarianos, em seu órgão, o *Populaire*, renegaram, da maneira mais veemente, toda participação

de qualquer forma, as associações secretas são sempre contrárias à prudência comum, na medida em que tornam as partes sujeitas a desnecessárias perseguições legais. Não estou inclinado a defender tal linha de política, mas ela precisa ser explicada, levada em conta; e isso pode ser inteiramente feito pela diferença entre o caráter nacional e o governo da França e da Inglaterra. A constituição inglesa é agora, há cerca de cento e cinquenta anos, ininterruptamente, a lei do país; todas as mudanças foram feitas por meios legais, por formas constitucionais; portanto, os ingleses devem ter um forte respeito por suas leis. Mas, na França, durante os últimos cinquenta anos, uma alteração forçada se seguiu à outra; todas as constituições, da democracia radical ao franco despotismo, todos os tipos de leis foram, após uma curta existência, jogadas fora e substituídas por outras; como podem as pessoas respeitar suas leis? E o resultado de todas essas convulsões, como agora estabelecidas na constituição e nas leis francesas, é a opressão dos pobres pelos ricos, uma opressão mantida pela força - como se pode esperar que os oprimidos amem suas instituições públicas, que não recorram aos velhos truques de 1792? Eles sabem que, se são alguma coisa, o são apenas defrontando força pela força, e não tendo, atualmente, nenhum outro meio, por que deveriam hesitar um momento em aplicá-la? Será dito mais adiante: por que os comunistas franceses não estabeleceram comunidades, como os ingleses fizeram? Minha resposta é: porque eles não *ousam*. Se o fizessem, a primeira experiência seria reprimida pelos soldados. E se sofressem ao fazer isso, não teria utilidade para eles. Sempre entendi que o *Harmony Establishment*¹² é apenas um experimento, para mostrar a possibilidade dos planos do Sr. Owen, se colocados em prática, de forçar a opinião pública a uma ideia mais favorável aos esquemas socialistas para aliviar a agonia pública. Bem, se for esse o caso, tal experimento seria inútil na França. Não mostre aos franceses que seus planos são práticos, porque isso os deixaria frios e indiferentes. Mostre a eles que suas comunidades não colocarão a humanidade sob um "despotismo ferrenho", como disse o Sr. Bairstow, o cartista, em sua última discussão com o Sr. Watts¹³. Mostre-lhes que a liberdade real e a igualdade real só serão possíveis com acordos comunitários, mostre-lhes que a *justiça* exige tais acordos, e então você terá todos do seu lado.

Mas voltando às doutrinas sociais dos comunistas icarianos. Seu "livro sagrado" é a *Voyage en Icarie* (Viagens em Icaria) do Padre Cabet, que, a propósito, foi procurador-geral da

em sociedades secretas e afixaram o nomes de seus líderes a documentos públicos, exposições de seus princípios e objetivos".

¹² [N.E.I.] *Harmony* - o nome de uma colônia comunista fundada pelos seguidores de Robert Owen em Hampshire em 1841; a colônia sobreviveu até o início de 1846.

¹³ [N.T.A.] A discussão pública entre John Watts, que era um propagandista ativo do owenismo na época, e o porta-voz cartista Jonathan Bairstow ocorreu em Manchester em 11, 12 e 18 de outubro de 1843.

República e membro da Câmara dos Deputados. Os planejamentos gerais para suas comunidades são muito pouco diferentes daqueles do Sr. Owen. Eles incorporaram em seus planos tudo o que era racional que encontraram em Saint-Simon e Fourier; e, portanto, são muito superiores aos antigos comunistas franceses. Quanto ao casamento, eles concordam perfeitamente com os ingleses. Todo o possível é feito para assegurar a liberdade do indivíduo. As punições devem ser abolidas e substituídas pela educação dos jovens e tratamento mental racional dos adultos.

É, no entanto, curioso que enquanto os socialistas ingleses geralmente se opõem ao cristianismo e têm de sofrer todos os preconceitos religiosos de um povo realmente cristão, os comunistas franceses, embora façam parte de uma nação celebrada por sua incredibilidade, são eles próprios cristãos. Um de seus axiomas favoritos é que o cristianismo é comunismo, “*le Christianisme c'est le Communisme*”. Eles tentam provar isso pela Bíblia, o estado de comunidade em que os primeiros cristãos teriam vivido, etc. Mas tudo isso mostra apenas que essas pessoas boas não são os melhores cristãos, embora se autointitulem assim; porque se fossem, eles saberiam a Bíblia melhor e descobririam que, se algumas passagens da Bíblia podem ser favoráveis ao comunismo, o espírito geral de suas doutrinas é, no entanto, totalmente oposto a ele, bem como a qualquer outra medida racional.

A ascensão do comunismo foi saudada pela maioria das mentes eminentes da França; Pierre Leroux, o metafísico; George Sand, a corajosa defensora dos direitos de seu gênero; O abade de Lamennais, autor das *Palavras de um crente*¹⁴ e de muitos outros estão, mais ou menos, inclinados para as doutrinas comunistas. O escritor mais importante nesta linha, entretanto, é Proudhon, um jovem que publicou há dois ou três anos sua obra: *O que é propriedade? (Qu'est ce que la Propriété?)*, onde deu a resposta: “*La propriété c'est le vol*”, propriedade é roubo. Este é o trabalho mais filosófico, por parte dos comunistas, em língua francesa; e, se desejo ver algum livro francês traduzido para a língua inglesa, é este. O direito à propriedade privada, as consequências desta instituição, a competição, a imoralidade, a miséria, são aqui desenvolvidos com uma força de intelecto e investigação científica real, que nunca encontrei reunida num único volume. Além disso, ele faz observações muito importantes sobre o governo, e tendo provado que todo tipo de governo é igualmente questionável, não importa se seja a democracia, a aristocracia ou a monarquia, que todos governam pela força; e que, no melhor dos casos possíveis, a força da maioria oprime a fraqueza da minoria, ele chega, finalmente, à conclusão: “*Nous voulons l'anarchie!*” O que queremos é anarquia; o domínio de

¹⁴ [N.E.I.] F. R. de Lamennais, *Paroles d'un croyant*, 1833.

ninguém, a responsabilidade de cada um para com ninguém além de si mesmo.

Sobre este assunto, terei de falar mais, quando tratar dos comunistas alemães. Devo agora apenas acrescentar que os comunistas icários franceses são estimados em cerca de meio milhão em número, mulheres e crianças não levadas em consideração. Uma falange bastante respeitável, não é? Eles têm um jornal mensal, o *Populaire*, editado pelo Padre Cabet; e, além disso, P. Leroux publica um periódico, o *Independent Review*¹⁵, no qual os princípios do comunismo são filosoficamente defendidos.

Alemanha e Suíça

The New Moral World No. 21, November 18, 1843

A Alemanha teve seus Reformadores Sociais já na Reforma. Logo depois que Lutero começou a proclamar a reforma da igreja e a agitar o povo contra a autoridade espiritual, o campesinato do sul e do centro da Alemanha levantou-se em uma insurreição geral contra seus senhores temporais. Lutero sempre afirmou que seu objetivo era retornar ao Cristianismo original na doutrina e na prática; o campesinato assumiu exatamente a mesma postura e exigiu, portanto, não só a eclesiástica, mas também a prática social do cristianismo primitivo. Eles descobriram que o estado de vilania e servidão, no qual viviam, era inconsistente com as doutrinas da Bíblia; eles foram oprimidos por um grupo de barões e condes arrogantes, roubados e eram tratados como seu gado todos os dias, eles não tinham nenhuma lei para protegê-los e, se tivessem, não encontrariam ninguém para aplicá-la. Tal estado contrastava muito com as comunidades dos primeiros cristãos e as doutrinas de Cristo, conforme estabelecidas na Bíblia. Portanto, eles se levantaram e começaram uma guerra contra seus senhores, que só poderia ser uma guerra de extermínio. Thomas Münzer, um pregador, a quem eles colocaram à frente, emitiu uma proclamação¹⁶, cheia, é claro, das tolices religiosas e supersticiosas da época, mas contendo também, entre outros, princípios como estes: de acordo com a Bíblia, nenhum cristão tem o direito de deter qualquer propriedade exclusivamente para

¹⁵ [N.E.I.] *La Revue indépendante*.

¹⁶ [N.E.I.] As ideias revolucionárias comunistas de Münzer, que são mencionadas a seguir, foram expostas em uma série de panfletos por ele publicados na véspera e durante a Guerra dos Camponeses na Alemanha (1524-25), em particular na proclamação: "*Ausgedrückte Entblössung des falschen Glaubens der ungetreuen Welt durchs Zeugnis des Evangelions Lucae, vorgetragen der elenden erbärmlichen Christenheit zur Erinnerung ihres Irrsais*" [Exposição expressa da falsa fé do mundo infiel através do testemunho do Evangelion Lucae, apresentado ao miserável, miserável Cristianismo como uma lembrança de sua loucura], publicado no outono de 1524 em Mulhouse. Posteriormente, Engels chamou esse panfleto de "um artigo altamente instigante" (ver F. Engels, *The Peasant War in Germany*, cap. II; esta edição, Vol. 10).

si; que a comunidade de propriedade é o único estado adequado para uma sociedade de cristãos; que não é permitido a nenhum bom cristão ter qualquer autoridade ou comando sobre outros cristãos, nem exercer qualquer cargo de governo ou poder hereditário, mas, pelo contrário, que, como todos os homens são iguais perante Deus, eles também devem ser na terra também. Essas doutrinas nada mais eram do que conclusões tiradas da Bíblia e dos próprios escritos de Lutero; mas o reformador não estava preparado para ir tão longe quanto o povo; não obstante a coragem que demonstrou contra as autoridades espirituais, ele não se livrou dos preconceitos políticos e sociais de sua época; ele acreditava firmemente no direito divino dos príncipes e proprietários de terras de esmagar as pessoas, como fazia na Bíblia. Além disso, ele queria a proteção da aristocracia e dos príncipes protestantes, e assim escreveu um tratado¹⁷ contra os desordeiros negando não apenas qualquer ligação com eles, mas também exortando a aristocracia a colocá-los com a maior severidade, como rebeldes contra os leis de Deus. “Mate-os como cães!” ele exclamou. Todo o tratado foi escrito com tamanha animosidade, ou melhor, fúria e fanatismo contra o povo, que sempre formará uma mancha no caráter de Lutero; isso mostra que, se ele começou sua carreira como um homem do povo, agora estava inteiramente a serviço de seus opressores. A insurreição, após a mais sangrenta guerra civil, foi reprimida e os camponeses reduzidos à sua antiga servidão.

Se desconsiderarmos alguns casos isolados, dos quais o público não obteve nenhuma notícia, não houve nenhum partido dos Reformadores Sociais na Alemanha, desde a guerra dos camponeses, até uma data muito recente. A opinião pública durante os últimos cinquenta anos esteve muito ocupada com questões de natureza meramente política ou meramente metafísica - questões que precisavam ser respondidas antes que a questão social pudesse ser discutida com a calma e o conhecimento necessários. Homens, que teriam se oposto decididamente a um sistema de comunidade, se tal lhes fosse proposto, estavam, no entanto, preparando o caminho para sua introdução.

Foi entre a classe trabalhadora da Alemanha que a Reforma Social foi recentemente tornada um tópico de discussão. Tendo a Alemanha comparativamente pequena indústria manufatureira, a massa das classes trabalhadoras é composta por artesãos, que antes de se estabelecerem como pequenos mestres, viajam alguns anos pela Alemanha, Suíça e, muitas vezes, também pela França. Um grande número de operários alemães está, portanto, continuamente indo e voltando de Paris, e é claro que devem lá se familiarizar com os

¹⁷ [N.T.A.] Martin Luther, „Ermahnunge zum fride auf die zwelf artickel der Bawrschafft ynn Schwaben. Auch wieder die reubischen und mördisschen rotten der andern bawren". Wittenberg 1525.

movimentos políticos e sociais das classes trabalhadoras francesas. Um desses homens, William Weitling, natural de Magdeburg, na Prússia, e um simples alfaiate assalariado, resolveu estabelecer comunidades em seu próprio país.

Este homem, que deve ser considerado o fundador do comunismo alemão, depois de alguns anos de permanência em Paris, foi para a Suíça e, enquanto trabalhava em uma alfaiataria em Genebra, pregou seu novo evangelho aos seus colegas trabalhadores. Ele formou associações comunistas em todas as vilas e cidades do lado suíço do lago de Genebra e a maioria dos alemães que trabalhavam lá tornaram-se favoráveis às suas visões. Tendo assim preparado a opinião pública, publicou um periódico, a *Geração Jovem*¹⁸, para uma agitação mais ampla do país. Este artigo, embora escrito apenas para trabalhadores e por um trabalhador, tem sido, desde o seu início, superior à maioria das publicações comunistas francesas, até mesmo ao *Populaire* do Padre Cabet. Mostra que seu editor deve ter trabalhado muito para obter aquele conhecimento de história e política de que um escritor público não pode prescindir e do qual uma educação negligenciada o deixou privado. Mostra, ao mesmo tempo, que Weitling estava sempre lutando para unir suas várias idéias e pensamentos sobre a sociedade em um sistema completo de comunismo. A *Young Generation* foi publicado pela primeira vez em 1841; no ano seguinte, Weitling publicou uma obra: *Garantias de Harmonia e Liberdade*¹⁹, na qual fazia uma revisão do antigo sistema social e os contornos de um novo. Devo, talvez, algum dia apresentar alguns trechos deste livro.

Tendo assim estabelecido o núcleo de um partido comunista em Genebra e seus arredores, ele foi para Zurique, onde, como em outras cidades do norte da Suíça, alguns de seus amigos já haviam começado a operar nas mentes dos trabalhadores. Ele começou a organizar seu partido nessas cidades. Sob o nome de *Clubes de Cantores*, associações foram formadas para a discussão da Reorganização Social. Ao mesmo tempo, Weitling anunciou sua intenção de publicar um livro, - *The Gospel of the Poor Sinners*²⁰. Mas aqui a polícia interferiu em seus planejamentos.

Em junho passado, Weitling foi levado sob custódia, seus papéis e seu livro foram apreendidos, antes de sair do prelo. O Governo da República nomeou um comitê para investigar o assunto e reportar ao Grande Conselho, os representantes do povo. Este relatório foi impresso há alguns meses²¹. Pode-se ver a partir deste relatório que existiam muitas associações

¹⁸ [N.E.I.] *Die junge Generation*.

¹⁹ [N.T.A.] *Garantien der Harmonie und Freiheit*.

²⁰ [N.T.A.] Em maio de 1843 Wilhelm Weitlings excreveu o livro „Das Evangelium eines armen Sünders“, mas somente apareceu pela primeira em 1845, em Berna.

²¹ [N.T.A.] Johann Kaspar Bluntschli, „Die Kommunisten in der Schweiz nach den bei Weitling vorgefundenen

comunistas em todas as partes da Suíça, consistindo principalmente de trabalhadores alemães; que Weitling era considerado o líder do partido e recebia de tempos em tempos relatórios dos avanços; que ele se correspondia com associações semelhantes de alemães em Paris e Londres, e que todas essas sociedades, sendo compostas por homens que muitas vezes mudavam de residência, eram tantos propagadores dessas "doutrinas perigosas e utópicas", enviando seus membros mais velhos para a Alemanha, Hungria e Itália, e impregnando com seu espírito cada trabalhador que estivesse ao seu alcance. O relatório foi elaborado pelo Dr. Bluntschli, um homem de opiniões aristocráticas e fanaticamente cristãs, e, portanto, todo ele é escrito mais como uma denúncia partidária do que como um calmo relatório oficial. O comunismo é denunciado como uma doutrina perigosa ao extremo, subversiva de toda ordem existente e destruidora de todos os laços sagrados da sociedade. O piedoso médico, além disso, está sem palavras suficientemente fortes para expressar seus sentimentos quanto à frívola blasfêmia com que essas pessoas infames e ignorantes tentam justificar suas doutrinas perversas e revolucionárias, por meio de passagens das Sagradas Escrituras. Weitling e seu partido são, a esse respeito, exatamente como os icarianos na França e afirmam que o cristianismo é comunismo.

O resultado do julgamento de Weitling fez muito pouco para satisfazer as expectativas do governo de Zurique. Embora Weitling e seus amigos às vezes fossem muito incautos em suas expressões, a acusação de alta traição e conspiração contra ele não pôde ser mantida; o tribunal criminal o condenou a seis meses de prisão e banimento eterno da Suíça; os membros das associações de Zurique foram expulsos do Cantão; o relatório foi comunicado aos governos dos outros cantões e às embaixadas estrangeiras, mas os comunistas em outras partes da Suíça sofreram muito pouca interferência. A acusação chegou tarde demais e foi muito pouco assistida pelos outros cantões; nada fez pela destruição do comunismo, e até lhe foi favorável pelo grande interesse que produziu em todos os países de língua alemã. O comunismo era quase desconhecido na Alemanha, mas tornou-se com isso um objeto de atenção geral.

Além deste partido existe outro na Alemanha que defende o comunismo. O antigo, sendo um partido inteiramente popular, sem dúvida muito em breve unirá todas as classes trabalhadoras da Alemanha; aquele partido a que agora me refiro é filosófico, desconectado em sua origem dos comunistas franceses ou ingleses e surgindo daquela filosofia da qual, desde os últimos cinquenta anos, a Alemanha tanto se orgulha.

Papieren. Wörtlicher Abdruck des Kommissionalberichtes an die H.Regierung des Standes Zürich" [Os comunistas na Suíça de acordo com os documentos encontrados em Weitling. Impressão literal do relatório da comissão ao governo do estado de Zurique], Zürich 1843.

A revolução política da França foi acompanhada por uma revolução filosófica na Alemanha. Kant começou derrubando o antigo sistema da metafísica leibnitziana, que no final do século passado foi introduzido em todas as universidades do continente. Fichte e Schelling começaram a reconstrução e Hegel concluiu o novo sistema. Nunca houve, desde que o homem começou a pensar, um sistema de filosofia tão abrangente quanto o de Hegel. Lógica, metafísica, filosofia natural, filosofia do espírito, filosofia do direito, da religião, da história, todas estão unidas em um sistema, reduzido a um princípio fundamental. O sistema parecia totalmente inexpugnável de fora, e assim era; foi derrubado apenas por dentro, por aqueles que eram hegelianos. Não posso, é claro, apresentar aqui um desenvolvimento completo do sistema ou de sua história e, portanto, devo me limitar às seguintes observações. O progresso da filosofia alemã de Kant a Hegel foi tão consistente, tão lógico, tão necessário, se assim posso dizer, que nenhum outro sistema além daqueles que mencionei poderia subsistir. Existem dois ou três, mas não encontraram nenhuma atenção; eles foram tão negligenciados, que ninguém lhes daria a honra de derrubá-los. Hegel, não obstante seu enorme conhecimento e seu pensamento profundo, estava tão ocupado com questões abstratas que negligenciou a libertação dos preconceitos de sua época - uma era de restauração de antigos sistemas de governo e religião. Mas seus discípulos tinham opiniões muito diferentes sobre esses assuntos. Hegel morreu em 1831, e já em 1835 apareceu a *Vida de Jesus* de Strauss, a primeira obra mostrando algum progresso além dos limites do hegelianismo ortodoxo. Outros o seguiram; e em 1837 os cristãos se levantaram contra o que chamavam de novos hegelianos, denunciando-os como ateus e pedindo a interferência do Estado. O Estado, porém, não interferiu e a polêmica continuou. Naquela época, os novos, ou jovens hegelianos, estavam tão pouco conscientes das consequências de seu próprio raciocínio, que todos negaram a acusação de ateísmo, e se autodenominaram cristãos e protestantes, embora negassem a existência de um Deus que não era homem, e declaravam a história dos evangelhos como uma mitologia pura. Foi somente no ano passado, em um panfleto, do autor dessas linhas, que a acusação de ateísmo foi autorizada a ser justa²². Mas o desenvolvimento continuou. Os Jovens Hegelianos de 1842 foram declarados ateus e republicanos; o periódico do partido, *German Annals*²³, era mais radical²⁴ e aberto do que nunca; um jornal político foi estabelecido, e logo toda a imprensa liberal alemã estava inteiramente em nossas mãos. Tínhamos amigos em quase todas as cidades importantes

²² [N.T.A.] Friedrich Engels: „Schelling und die Offenbarung. Kritik des neuesten Reaktionsversuchs gegen die freie Philosophie" [Schelling e a Revelação. Críticas à última tentativa de reação contra a filosofia livre].

²³ [N.E.I.] *Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst*.

²⁴ [N.E.I.] *Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe*.

da Alemanha; provisionamos todos os jornais liberais com a matéria necessária, para por este meio torná-los nossos órgãos; inundamos o país com panfletos e logo dominamos a opinião pública em todas as questões. Um relaxamento temporário da censura da imprensa acrescentou muito à energia desse movimento, bastante novo para uma parte considerável do público alemão. Artigos, publicados sob a autorização de um censor do governo, continham coisas que, mesmo na França, teriam sido punidas como alta traição, e outras coisas que não poderiam ter sido pronunciadas na Inglaterra, sem um julgamento por blasfêmia por consequência disso. O movimento foi tão repentino, tão rápido, tão vigorosamente perseguido, que tanto o governo quanto o público foram dragados com ele por algum tempo. Mas esse caráter violento da agitação provou que ela não se baseava em um partido forte entre o público e que seu poder era produzido pela surpresa e consternação apenas de seus oponentes. Os governos, recobrando os sentidos, puseram fim a isso com uma opressão despótica da liberdade de expressão. Panfletos, jornais, periódicos, trabalhos científicos foram suprimidos às dezenas, e o estado de agitação do país logo acalmou. É certo que tal interferência tirânica não deterá o progresso da opinião pública, nem apagará os princípios defendidos pelos agitadores; toda a perseguição foi inútil para os poderes governantes; porque, se não tivessem reprimido o movimento, ele teria sido contido pela apatia do público em geral, um público tão pouco preparado para mudanças radicais como o de qualquer outro país; e, se nem mesmo assim fosse, a agitação republicana teria sido abandonada pelos próprios agitadores, que agora, desenvolvendo cada vez mais as consequências de sua filosofia, tornaram-se comunistas. Os príncipes e governantes da Alemanha, no exato momento em que acreditavam ter derrubado para sempre o republicanismo, viram o comunismo surgir das cinzas da agitação política; e essa nova doutrina parece-lhes ainda mais perigosa e formidável do que aquela de cuja aparente destruição eles se regozijaram.

Já no outono de 1842, alguns membros do partido defendiam a insuficiência da mudança política e declararam sua opinião de que uma revolução social baseada na propriedade comum era o único estado da humanidade que concordava com seus princípios abstratos. Mas mesmo os líderes do partido, como o Dr. Bruno Bauer, o Dr. Feuerbach e o Dr. Ruge, não estavam então preparados para este passo decidido. O jornal político do partido, *Rhenish Gazette*, publicou alguns jornais defendendo o comunismo, mas sem o efeito desejado. O comunismo, entretanto, foi uma consequência tão necessária da filosofia neo-hegeliana, que nenhuma oposição conseguiu contê-lo e, no decorrer deste ano, seus criadores tiveram a satisfação de ver um republicano após o outro se juntar às suas fileiras. Além do Dr. Hess, um dos editores da agora suprimida *Rhenish Gazette* e que foi, de fato, o primeiro comunista do partido, há agora muitos outros; como Dr. Ruge, editor dos *German Annals*, o periódico científico dos Jovens

Hegelianos, que foi suprimido por resolução da Dieta Alemã²⁵; Dr. Marx²⁶, outro dos editores da *Rhenish Gazette*; George Herwegh, o poeta cuja carta ao rei da Prússia foi traduzida, no inverno passado, pela maioria dos jornais ingleses²⁷ e outros: e esperamos que o restante do partido republicano venha, daqui a pouco, também.

Assim, o comunismo filosófico pode ser considerado para sempre estabelecido na Alemanha, não obstante os esforços dos governos para contê-lo. Eles aniquilaram a imprensa em seus domínios, mas sem nenhum efeito; os partidos do progresso lucraram com a imprensa livre da Suíça e da França, e suas publicações circulam tão amplamente na Alemanha como se fossem impressas naquele próprio país. Todas as perseguições e proibições se mostraram ineficazes e sempre o serão; os alemães são uma nação filosófica, e não podem abandonar o comunismo tão logo esteja fundado em princípios filosóficos sólidos: principalmente se esse deriva de uma conclusão inevitável de sua própria filosofia. E esta é a parte que temos que desempenhar agora. Nosso partido tem que provar que ou todos os esforços filosóficos da nação alemã, de Kant a Hegel, foram inúteis - mais do que inúteis; ou, que eles devem terminar no comunismo; que os alemães devem rejeitar seus grandes filósofos, cujos nomes eles consideram a glória de sua nação, ou devem adotar o comunismo. E isso *será* provado; este dilema os alemães serão forçados, e dificilmente pode haver qualquer dúvida sobre que lado da questão o povo vai adotar.

Há uma chance maior na Alemanha de se estabelecer um partido comunista entre as classes educadas da sociedade do que em qualquer outro lugar. Os alemães são uma nação muito desprendida; se na Alemanha o princípio entra em conflito com o interesse, o princípio quase sempre silencia as reivindicações daquele. O mesmo amor aos princípios abstratos, o mesmo desprezo pela realidade e pelo interesse próprio, que levou os alemães a um estado de nulidade política, essas mesmas qualidades garantem o sucesso do comunismo filosófico naquele país.

²⁵ [N.E.I.] A Dieta Federal - o órgão supremo da Confederação Alemã (1815-66) consistindo pelos representantes dos estados alemães; defendeu o regime monárquico conservador na Alemanha.

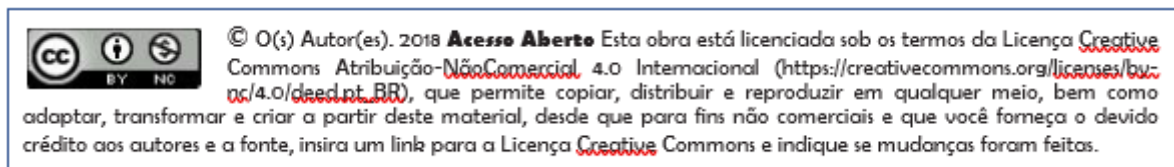
²⁶ [N.T.] Na época da redação deste artigo Marx e Engels ainda não haviam desenvolvido a relação de amizade e de contribuição teórica e política que marcou a trajetória de suas vidas. Havia ocorrido apenas um rápido encontro entre eles (novembro de 1842), no escritório da *Rheinische Zeitung*, marcado por certa hostilidade da parte de Marx, que viu em Engels os traços de um radicalismo extremista típico dos neohegelianos. Marx reprovava artigos de conteúdo extremista, pois estes punham em perigo o periódico, que se encontrava sob forte vigilância por parte dos órgãos de censura da Prússia. Havia o risco de fechamento do periódico, o que de fato veio a acontecer em 31 de março de 1843 (Marx já o abandonara em 17 de março, devido às pressões do governo prussiano).

²⁷ [N.E.I.] A referência é a uma carta escrita pelo poeta democrata Georg Herwegh a Frederico Guilherme IV na qual acusava o rei de quebrar sua promessa de introduzir a liberdade de imprensa e, em principalmente, de banir o periódico radical *Der deutsche Bote aus der Schweiz*, que estava sendo preparado para impressão na época. A carta de Herwegh apareceu no *Leipziger Allgemeine Zeitung* em 24 de dezembro de 1842; isso levou ao banimento do jornal e ao banimento de Herwegh de Paris. Na Inglaterra, a carta foi publicada no *The Times* em 16 de janeiro de 1843, no *The Morning Herald* em 17 de janeiro de 1843 e em outros jornais.

Parecerá muito singular aos ingleses que um partido que visa a destruição da propriedade privada seja composto principalmente por aqueles que possuem propriedades; e ainda assim é o caso na Alemanha. Podemos recrutar nossas fileiras apenas nas classes que tiveram uma educação muito boa; isto é, das universidades e da classe comercial; e em qualquer uma delas não encontramos até agora qualquer dificuldade considerável.

Quanto às doutrinas particulares de nosso partido, concordamos muito mais com os socialistas ingleses do que com qualquer outro partido. Seu sistema, como o nosso, é baseado em princípios filosóficos; eles lutam, como nós, contra os preconceitos religiosos, enquanto os franceses rejeitam a filosofia e perpetuam a religião arrastando-a consigo para o novo estado projetado da sociedade. Os comunistas franceses só podiam nos ajudar nos primeiros estágios de nosso desenvolvimento, e logo descobriríamos que sabíamos mais do que nossos professores; mas ainda teremos de aprender muito com os socialistas ingleses. Embora nossos princípios fundamentais nos dêem uma base mais ampla, na medida em que os recebemos de um sistema de filosofia que abrange todas as partes do conhecimento humano; no entanto, em tudo o que diz respeito à prática, aos *fatos* do estado atual da sociedade, descobrimos que os socialistas ingleses estão muito adiantados e deixaram muito pouco a fazer. Posso dizer, além disso, que me encontrei com socialistas ingleses com quem concordo em quase todas as questões.

Não posso agora fazer uma exposição deste sistema comunista sem acrescentar muito ao comprimento deste artigo; mas pretendo fazê-lo em breve, se o editor²⁸ do *New Moral World* me permitir o espaço para isso. Concluo, portanto, afirmando que, não obstante as perseguições dos governos alemães (entendo que, em Berlim, o Sr. Edgar Bauer está sendo processado por uma publicação comunista²⁹; e em Stuttgart outro cavalheiro foi detido pelo novo crime de “correspondência comunista!”), não obstante, digo, todos os passos necessários estão sendo dados para provocar uma agitação bem-sucedida pela Reforma Social, para estabelecer um novo periódico e para garantir a circulação de todas as publicações que defendem o comunismo.



²⁸ [N.T.A.] George Alexander Fleming.

²⁹ [N.T.A.] Edgar Bauer foi condenado a quatro anos de prisão por seu livro *Der Streit der Kritik mit Kirche und Staat* [A controvérsia da crítica com a Igreja e o Estado], Charlottenburg 1843, que foi confiscado pelo governo prussiano.

----- *Entrevista* -----

Entrevista com Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social
ReMGEFSS

ENTREVISTADOS:

*Lesliane Caputi*¹
*Diego Tabosa*²

Novembro de 2020.

Libertas - Qual a importância do debate dos fundamentos do Serviço Social? Há alguma particularidade desse debate no âmbito de Minas Gerais?

ReMGEFSS – Na interpretação dos fundamentos do Serviço Social se alcança os fundamentos ontológicos da realidade, e nesta o modo de ser e constituir da profissão frente as determinações e processos sociais postos, tendo como base analítica dos fundamentos do Serviço Social a história, a teoria social e o método de análise intrinsecamente, com a qual se explica a realidade na sua dinâmica social.

Nesta perspectiva dos fundamentos construído num movimento histórico, teórico e metodológico, de processo de diálogos da profissão com as matrizes do pensamento social, incorporando e elaborando formulações teóricas e metodológicas e assim define as finalidades ético-políticas, a partir das determinações sócio-históricas da sua inserção na realidade, é que se encontra particularidades no território mineiro, porém estas associadas a realidade da

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UNESP. Docente Adjunta lotada no IELACHS/Departamento de Serviço Social da UFTM. Pesquisadora-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional/GEFEPSS-UFTM. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Marx e Marxismos/NEMARX-UFTM. Compõe a coordenação colegiada da ReMGEFSS (2020-2021).

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UERJ. Docente do Curso de Serviço Social do Departamento de Política e Ciências Sociais da UNIMONTES. Editor chefe da Revista Serviço Social em Perspectiva. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Serviço Social/GEFSS-UNIMONTES. Compõe a coordenação colegiada da ReMGEFSS (2020-2021)

profissão no terreno brasileiro.

A realidade demarcada em Minas Gerais aponta a necessidade de aprofundamento dos estudos dos fundamentos do Serviço Social para ampliar a compreensão acerca do pluralismo, como também do próprio sincretismo como base do ecletismo que muito tem nos provocado a pensar o viés da pós-modernidade imperante no Serviço Social. Tal apreensão/preocupação nos coloca no cerne da necessidade de adensar e disseminar o debate sobre os fundamentos do Serviço Social para enfrentamento do conservadorismo.

Outro dado relevante para que pensemos a necessidade de articulação para realização de estudos e pesquisas se dá nos âmbitos da formação e do trabalho profissional, afinal, o Estado de Minas Gerais conta hoje com um grande número de Unidades de Formação Acadêmicas, entre elas, são oito Universidades Públicas que ofertam o curso de Serviço Social (Universidades Federais de Viçosa - UFV, de Uberlândia - UFU, de Ouro Preto - UFOP, dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, de Juiz de Fora - UFJF e do Triângulo Mineiro - UFTM, e as Universidades Estaduais de Minas Gerais - UEMG, e de Montes Claros - UNIMONTES). Já no que diz respeito ao trabalho profissional, sabe-se que levando em consideração os estados Brasileiros, o contingente de Assistentes Sociais inscrito no Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região, é um dos maiores do país.

Libertas - O que é a Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social e como é constituída?

ReMGEFSS - Bem, trata-se de uma rede de articulação político-pedagógica de grupos de estudos e pesquisas, vinculados à Unidades de Formação Acadêmicas no Estado de Minas Gerais, vinculados ao Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS que tem como foco o “*Serviço Social: Fundamentos, Trabalho e Formação Profissional*” e com cadastro ativo no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Como ponto de partida, importa dizer que definimos pelo nome "Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social"/ReMGEFSS, para demarcar que se trata de uma articulação num estado, que tem suas particularidades e a importância de construção de estratégias político-acadêmica-científicas pautadas no projeto ético-político (hegemônico e não homogêneo) do Serviço Social, que se coloca também como uma tática de articulação para o fortalecimento e defesa irrestrita da direção sociopolítica construída pela profissão nas últimas quatro décadas, a qual se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo em seu interior; bem como para balizar a centralidade dos Fundamentos do Serviço Social.

Essa Rede se constitui de importante ousadia de reconhecer/legitimar as potencialidades dos grupos de estudos mineiros cujas centralidades das pesquisas são sobre fundamentos do Serviço Social. Trata-se de um espaço coletivo de juntura destes grupos de estudos vinculados às Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) em Minas Gerais que tenham curso de graduação na área; que sejam alinhados com a direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, por conseguinte, com o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS de “*Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional*”.

A ReMGEFSS foi criada em dezembro de 2019, na cidade de Campinas/SP (Durante a Oficina Nacional da ABEPSS), num encontro informal entre alguns/mas dos/as membras e membros dos grupos GEFEPSS/UFTM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social) e GEPSS/UNIMONTES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social), no intuito inicial de trocar experiências acerca do desenvolvimento destes grupos. A preocupação com o debate dos Fundamentos do Serviço Social no âmbito da formação e trabalho profissional, intrinsecamente, se apresentou como principal nos grupos. Em 2020, através do recurso das tecnologias de informação e comunicação/TICs, seguiram em diálogo permanente e sistemático; e a partir de um levantamento junto da coordenação do GTP da ABEPSS, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; identificou os grupos de estudos sobre Fundamentos do Serviço Social e ampliou sua composição com mais dois importantes grupos: GEPEFSS/UFJF (Grupo de Estudos e Pesquisa dos Fundamentos do Serviço Social) e, SSMSP/UFJF (Grupo de Estudos Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas). A ReMGEFSS está a disposição para construir diálogos, pesquisas, trocas de informações e articulação de novas ações. Você pode entrar em contato conosco através do email: redemineira.fundamentos.seso@gmail.com

Importa dizer que a unidade política-acadêmica dos grupos de estudos que compõem a ReMGEFSS se expressa no compromisso ético na disseminação do debate dos Fundamentos do Serviço Social pautado na tradição marxista e na cultura profissional progressista hegemônica na categoria; no perfil militante nas entidades da categoria e nos espaços coletivos de esquerda; defesa e fortalecimento do Projeto Ético-Político, o que associa-se ao compromisso com o projeto de formação profissional delineado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. E, para forjar tal direção, a rede é organizada por uma coordenação colegiada³, ou seja, é diretiva, coletiva, plural, interativa e viva, considerando que suas decisões,

³ Na gestão 2020-2021 a Coordenação Colegiada conta com a participação de Lesliane Caputi e Tales Fornazier (GEFEPSS/UFTM), Geusiani Nascimento e Diego Tabosa (GEPSS/UNIMONTES), Ana Maria Ferreira e Marina Castro (GEPEFSS/UFJF) e Ana Luiza Avelar e Carina Moljo (SSMSPP /UFJF).

ações, articulações político-acadêmica e científicas são coletivas, democráticas e contrárias a qualquer monocratismo e diálogo verticalizado.

Libertas - A ReMGEFSS finalizou a primeiro ano de atividade com a realização do I Seminário “Fundamentos do Serviço Social: um debate sempre necessário para o enfretamento do conservadorismo”. Qual avaliação pode ser feita a partir dessa e de outras ações organizadas?

*ReMGEFSS - A ReMGEFSS compromissada com a educação permanente da categoria e disseminação do debate histórico-crítico, calcado na tradição marxista, sobre fundamentos do Serviço Social, tem realizado ações político-acadêmicas-científica no formato de debates realizados através de plataformas *online*. Neste ano de 2020, no contexto pandêmico pelo COVID-19, cuja dinâmica social se reestruturou, além de reuniões periódicas de estreitamento entre os grupos, foram promovidas atividades transmitidas ao vivo, **Projeto LiveSS** e **I Seminário da ReMGEFSS**.*

a) **Projeto LiveSS** como espaço de trocas de conhecimentos sobre o Serviço Social e temas afeitos aos seus fundamentos. Foram 04 *lives*: 1) “*Unidade na luta para resistir e avançar: os desafios postos ao CRESS-MG na atualidade*” (https://www.youtube.com/watch?v=og5ixy5x4rA&t=91s&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); 2) *Entidades profissionais enquanto patrimônio da direção do Serviço Social Brasileiro - “Por um Serviço Social crítico: A importância da ABEPSS e ENESSO para a defesa do patrimônio profissional!”* (https://www.youtube.com/watch?v=t47LnvJxLnQ&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); 3) “*Organização Política e Sindical: lutas e resistências do Serviço Social brasileiro na ruptura com conservadorismo e desafios em tempos de pandemia*” (https://www.youtube.com/watch?v=UhEJ1SnXNhw&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); e, 4) “*Serviço Social e Luta Antirracista*” (https://www.youtube.com/watch?v=v4K1XoxDyuc&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes).

Em termos gerais, pode-se dizer que o projeto LiveSS se consolidou como espaço fecundo de debates dos fundamentos do Serviço Social associado intrinsecamente a formação e trabalho profissional. Possibilitou ampliar a constituição da ReMGEFSS, dar capilaridade a mesma para além do território mineiro, bem como denotar a relevância da construção de redes de grupos de estudos.

b) **I Seminário ReMGEFSS “Fundamentos do Serviço Social: um debate sempre necessário para o enfretamento do conservadorismo”**: desenvolvido com objetivo principal de dar capilaridade desta discussão na formação e no trabalho profissional atravessando o território

mineiro e os muros das universidades que compõem a ReMGEFSS. Por meio desse primeiro evento protagonizado por uma Rede Mineira, mas com abrangência nacional, explicitou-se o significado social, político e acadêmico de grupos de estudos e pesquisas no âmbito das universidades públicas. Afinal, os tempos duros, de extremo conservadorismo, negacionismo e obscurantismo, militarização e barbarização da vida social, exige de nós firmeza e resistência e, ao mesmo tempo, coletividade e leveza. O seminário realizado nos dias 01, 02 e 03 de dezembro de 2020, no formato webnário, via o canal do *youtube* do curso de Serviço Social da Unimontes, teve a participação ao vivo de mais de 1500 pessoas ao longo das três noites. Teve apoio do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região (CRESS-MG), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO RV), e Regional Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Foi constituído de mesas temáticas indissociáveis entre si: 1) “*Fundamentos do Serviço Social: do que se trata?*” com a participação de Rosângela Batistoni e Yolanda Guerra (link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=6wupjIAEJlg&t=727s&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); 2) “*Grupos de Estudos e o debate dos fundamentos do Serviço Social: Tendências e desafios*” com a exposição de Rodrigo Teixeira e José Fernando Siqueira (link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=JF9bCKkXfks&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); e 3) “*Fundamentos do Serviço Social: um debate necessário para o enfrentamento do conservadorismo*” com a participação de Maria Carmelita Yazbek e Mavi Rodrigues (https://www.youtube.com/watch?v=6jwRKqG1d0s&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes); as quais possibilitaram um adensamento na reflexão dos fundamentos do Serviço Social, conceitos e seus aspectos históricos, teóricos e metodológicos associado ao significado e dimensões do GTP ABEPSS de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional Serviço Social como estratégias de enfrentamentos ao conservadorismo imperante e a contribuição de grupos de estudos para o debate dos fundamentos do Serviço Social no fortalecimento do projeto de formação profissional calcado nas DCs (ABEPSS, 1996), avivando a Insurgência do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo; além da compreensão da profissão como área da produção de conhecimento.

Num todo, as ações realizadas neste pandêmico 2020, se configuraram como estratégia de resistência às determinações capitalistas perpetradas pela Covid-19; e de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro como também projeto societário calcado numa outra lógica do modo de produção e de educação e a necessidade de se adensar ontologicamente os estudos dos fundamentos do Serviço Social na cena contemporânea, considerando inclusive sua polissemia constitutivas de mediações.

Libertas- O cenário atual é desafiador para os estudos e ações que se propõem críticas, como a ReMGEFSS entende esse momento e projeta as suas ações futuras?

ReMGEFSS – A ReMGEFSS eclode numa conjuntura marcada por desafios barbáricos, cuja educação superior vive acirrado avanço da mercantilização, constantes ataques frontais à ciências, sobremaneira às ciências sociais; cortes orçamentários coerente com o projeto ultraconservador e neoliberal da base governamental. Este é o leme que tem derruído as políticas públicas e perpetrado a cultura, as relações sociais em todos seus tecidos e afrontado os diversos espaços que se configuram como resistência a essa perspectiva monocrática e profascista. Ainda neste interregno, o ano de 2020 foi acometido pela anunciada pandemia COVID-19, reduzindo ainda mais as relações sociais, formação e trabalho profissional à condição de tecnologias que valorizam a abordagem puramente instrumental.

Numa postura também de resistências as determinações capitalistas, a aposta na ReMGEFSS é expressa desde sua gênese pela perspectiva do coletivo democrático e de relações dialogadas, horizontais como forma de resistência e luta, e neste no papel político, acadêmico e científico de sua organização. Parte da premissa de que a constituição de rede de grupos de estudos e mesmo Rede de pesquisas ou de pesquisadoras/es/os são importantes “com e para” o amadurecimento/fortalecimento do pensamento histórico-crítico na profissão e viabilizadora de respostas mais ampliadas frentes aos desafios contemporâneos. Os grupos equivalem como um campo acadêmico fértil e profícuo para a construção coletiva de produção de conhecimentos e saberes capazes de forjar a perspectiva histórico-crítica no Serviço Social. A unidade, na diversidade destes grupos, na configuração de Rede de Grupos de Estudos potencializa as pesquisas, a produção de conhecimento, a vinculação de universidades e atores protagonistas da formação profissional; como também forja a conexão entre autoras/es possibilitando a fruição da troca de experiências, saberes, oportunidades de publicações coletivas e adensamento da produção no interior da própria categoria. Por outro lado, próprio das contradições das relações sociais numa sociedade estruturada na luta de classes e viés neoliberal que aponta implicações na cultura, podem carrear também dificuldades de relacionamentos, pontos frágeis numa rede acadêmica, como competição, vaidade intelectual, produtivismo, frustrações e conflitos. Por tal, a participação de grupos de estudos na ReMGEFSS se dá na unidade da diversidade dos mesmos, considerando a identidade entre os grupos no perfil ético-político e acadêmico entre pesquisadoras/es líderes dos grupos que compõem a coordenação colegiada da rede. Como marco para aproximações, demarca-se o compromisso com projeto ético-político hegemônico do Serviço Social e com as trincheiras e lutas da classe que vive do trabalho; sem perder de vista o saber de que toda relação profissional é também um campo de tensões e de

lutas e, que a afirmação e firmação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições.

É considerando as contradições da realidade que desafiam a profissão e demanda, cada vez mais, uma formação profissional (permanente) sólida, crítica, intelectual e mergulhada nas DC(s) da ABEPSS, tendo como os fundamentos como nucleador e central que a ReMGEFSS pauta/constrói suas ações. Assim, para os tempos vindouros almeja-se seguir com os projetos já lançados e majorar a desenvoltura de pesquisas e a produção de conhecimento no território mineiro, sopesando os fundamentos no cerne da luta pela hegemonia do projeto profissional e sua centralidade nas interlocuções da profissão com o marxismo. Afinal, a tradição marxista permite entender que é da realidade que se abstrai o conhecimento científico e que todo conhecimento emerge dessa realidade e nela deve voltar. Através desta base teórico-metodológica é possível identificar a desigualdades e as resistências; construir as armas da crítica e os fundamentos do Serviço Social.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Não~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

DOSSIÊ TEMÁTICO:

Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo

A revista *Libertas*, em seu Vol. 20, N. 2, propôs-se o desafio de abordar um dos temas contemporâneos mais candentes, no mundo e no Brasil: a nova ofensiva conservadora, que se impõe em espectros amplos e avança contra os mínimos civilizatórios conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Este é o espírito do dossiê *Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo*, que conta com importantes contribuições que nos ajudam a compreender os diversos aspectos do problema. Neste número, homenageamos também os duzentos anos do nascimento de Friedrich Engels e o centenário de Florestan Fernandes – contundentes críticos da sociedade burguesa e, por conseguinte, do conservadorismo.

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL